



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "D" AO Nº 58 TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 701/2016

Ata da 2ª Reunião, realizada em 29 de março de 2016.....	4
Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2016.....	11
Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2016.....	25

1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 707/2016

Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de março de 2016	33
Ata da 3ª Reunião, realizada em 16 de março de 2016.....	47
Ata da 4ª Reunião, realizada em 23 de março de 2016.....	69
Ata da 5ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2016.....	74

1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 708/2016

Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de março de 2016	98
---	----

1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 712/2016

Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de março de 2016	107
Ata da 3ª Reunião, realizada em 16 de março de 2016.....	119
Ata da 4ª Reunião, realizada em 22 de março de 2016.....	140
Ata da 5ª Reunião, realizada em 30 de março de 2016.....	163
Ata da 6ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2016.....	201

1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 713/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 30 de março de 2016	214
---	-----

1.6 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 714/2016

Ata da 1ª Reunião, realizada em 30 de março de 2016	216
---	-----

ATA DA 2^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 701, DE 2015, PUBLICADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979, PARA DISPOR SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO; A LEI Nº 9.818, DE 23 DE AGOSTO DE 1999, E A LEI Nº 11.281, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2006, PARA DISPOR SOBRE O FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO; A LEI Nº 12.712, DE 30 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF; E O DECRETO-LEI Nº 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969, PARA DISPOR SOBRE A MOEDA DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES EXEQUÍVEIS NO BRASIL”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2016, ÀS 10H00, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Sergio Souza, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 701, de 2015, com a presença dos Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Douglas Cintra, Fernando Bezerra Coelho e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Assis Carvalho e Helder Salomão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Célio Porto -Consultor de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA; e Ariel Antonio Mendes – Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA. Ao término das exposições, a Presidência faz algumas perguntas aos expositores e passa a palavra ao Relator, Senador Douglas Cintra, para breves considerações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Sergio Souza, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SERGIO SOUZA

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 701, de 2015.

Bom dia a todos.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria. Esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no link bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

São dois os convidados.

Ambas as audiências, tanto esta quanto a que vai acontecer na próxima semana, são de minha autoria – preocupado, Senador Pimentel, Senador Douglas Cintra, que é o nosso Relator.

O Brasil vive um momento muito importante. Há dois anos víhamos numa queda de exportações e num aumento de importações, mas o aumento do dólar, aliado ao aumento da produção interna, principalmente de *commodities* do agronegócio, fez com que a balança comercial subisse em favor das vendas e, com isso, o Governo passou a pensar em como favorecer ainda mais as exportações.

É muito claro que temos um potencial de exportação muito maior do que o que temos hoje. Esta MP é um incentivo às exportações e, para entendê-la um pouco melhor, para que a sociedade entenda um pouco mais a importância desta MP, nós convidamos hoje – já os convidado para sentarem à mesa – o Sr. Célio Porto, quer é Consultor de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e também o Sr. Ariel Antonio Mendes, que é Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Na semana que vem, na próxima quarta-feira, teremos outra audiência pública. Estarão aqui para discutir conosco representantes do Governo, todos os Ministérios envolvidos são convidados.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas para esta audiência. O convidado fará sua exposição...

De quanto tempo precisa, Célio?

O SR. CÉLIO PORTO (Fora do microfone.) – De 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – De 15 minutos.

Sr. Ariel?

O SR. ARIEL ANTONIO MENDES (Fora do microfone.) – De 10 a 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição. Desde já, está aberta a lista de inscrição para as perguntas.

Concedo, então, de início – não sei se o Relator quer fazer alguma ponderação – a palavra ao Célio Porto, que é o Consultor de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária.

V. S^a tem o tempo de 15 minutos para a sua exposição.

O SR. CÉLIO PORTO – Bom dia, Deputado Sergio Souza, Presidente desta Comissão Mista; Senador Douglas Cintra, Relator-Geral da Comissão, demais Parlamentares presentes.

A Frente Parlamentar da Agropecuária ainda não analisou em seu plenário as propostas que estão contempladas nesta medida provisória, mas já temos uma análise pronta para ser apresentada, e essa análise considera duas alterações principais que estão sendo introduzidas pela medida provisória.

A primeira se refere à Lei nº 9.818, que trata do Fundo de Garantia à Exportação e do Seguro de Crédito à Exportação. Anteriormente, o artigo modificado, o art. 5º, contemplava apenas bens e serviços do setor de defesa, mas agora foi ampliado para contemplar também produtos agrícolas.

Aqui há alguns aspectos a considerar. Primeiro: esta expressão “produto agrícola” pode gerar alguma dúvida de interpretação na hora da execução. Há uma emenda, inclusive, do Senador Caiado, propondo “também produtos pecuários”. A nossa sugestão é que se coloque, então, “produtos agropecuários” porque aí não fica a dúvida se é agrícola ou pecuário. Além disso, na exportação, não é só matéria-prima, exporta-se o produto beneficiado, industrializado. Por isso, talvez ficasse mais amplo e mais preciso em relação à realidade do comércio agrícola brasileiro tratarmos de “produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico”, que é a terminologia que se usa em outros mecanismos que tratam da regulação de exportação.

Também a introdução feita pela medida provisória no art. 5º da Lei nº 9.818 contempla os produtos agrícolas, mas diz “cujo produtor seja, no momento da contratação com a instituição financeira, beneficiário de cotas tarifárias”.

As cotas tarifárias normalmente são cotas concedidas pelos países desenvolvidos, foram objeto de negociação ainda quando foi implantada a OMC, em 1994, ou de acordos bilaterais posteriores, como é o caso, por exemplo, das cotas de carne para a União Europeia. E normalmente quem exporta não é o produtor, é uma indústria, é uma *trading*, uma cooperativa. Então, na expressão “cujo produtor seja beneficiário de cota tarifária”, normalmente a cota é para o país, e ela é distribuída para as empresas exportadoras. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior faz isso para as empresas que têm tradição exportadora, sejam produtores, sejam cooperativas, indústrias ou *tradings*. Então, eu acho que essa expressão aqui também pode gerar alguma dificuldade. Melhor seria “exportador”: se o exportador for um produtor, estará atendido; se for uma indústria, estará atendida; se for uma *trading*, estará atendida; e, se for uma cooperativa, também.

Por último, o benefício está dado exclusivamente para mercados com cotas tarifárias preferenciais, ou seja, para aqueles países com os quais se negociou e foram alcançadas cotas de importação com tarifas menores. Em geral, são países desenvolvidos. Há o caso do açúcar para os Estados Unidos, das carnes de frango para a União Europeia, das cotas de arroz para o Japão – embora o Brasil não se aproveite delas por não ter condições de exportar arroz para lá. Em geral, são cotas negociadas com países desenvolvidos.

O Fundo de Garantia à Exportação foi criado principalmente para contemplar riscos de créditos extraordinários decorrentes de fatores políticos e comerciais, que são mais típicos desses países desenvolvidos. Aqui diz: “riscos políticos extraordinários e comerciais”, essa é a natureza do FGE. Então, para esses mercados onde há cotas tarifárias, normalmente não há esse risco associado ao negócio. Portanto, nós entendemos que, para ter mais efetividade, teria que ser não apenas para países com cotas tarifárias; teria que ser mais geral, porque, quando nós exportamos para alguns países africanos, asiáticos ou até da América Central, há um risco associado – um risco político, um risco comercial – muito mais elevado do que exportar para os Estados Unidos, Japão ou União Europeia. Então, o alcance fica bastante limitado se a medida provisória for exclusiva para produtos com cotas tarifárias em mercados preferenciais.

Outro aspecto da medida provisória é a mudança no Decreto-Lei nº 857 de 1969. Esse decreto-lei proíbe o uso de moeda estrangeira em operações no mercado nacional, com algumas exceções dadas pelo seu art. 2º. A medida provisória altera o inciso II desse art. 2º para incluir serviços, porque o inciso II diz: “...aos contratos de financiamento ou de prestação de garantias relativos às operações de exportação de bens e serviços vendidos a crédito para o exterior”. Anteriormente, era só “bens”, e o Brasil tornou-se um grande exportador de serviços de 1969 para cá. Então, faz todo sentido colocar isso aqui.

Porém, nós temos uma discussão em andamento, tanto no setor privado como dentro do Governo, em relação ao financiamento do agronegócio. Ora, nós sabemos que a agricultura tem crescido a uma taxa maior

do que a média da economia brasileira. Suas principais fontes de financiamento, para o custeio e comercialização, são recursos dos depósitos à vista aplicados principalmente no Banco do Brasil – no caso da poupança rural, são exclusivos do Banco do Brasil – e são fontes que estão caindo mais recentemente, porque tem diminuído o volume de depósitos à vista, tem diminuído o saldo da poupança rural; portanto, essas duas fontes de financiamento têm decrescido. Assim, de um lado, decresce a fonte de recursos e, de outro lado, aumenta a demanda por causa do crescimento do agronegócio. E nós sabemos que há muito interesse de empresas que militam no agronegócio no mundo todo e que operam no Brasil em fazer operações em moeda estrangeira, mas esse Decreto-Lei nº 857 não permite isso.

Então, nós temos duas emendas – uma apresentada pelo Deputado Valdir Colatto e outra apresentada pela Deputada Tereza Cristina – que buscam permitir que haja operações com títulos do agronegócio referenciadas em moeda estrangeira; ainda que não sejam, necessariamente, em moeda estrangeira, mas que possam estar vinculadas a uma cotação internacional, que, no caso, seria uma cotação em moeda estrangeira. Isso daria mais segurança à operação – ou seja, não haveria problemas de *hedges* de cobertura de variação de moeda – e facilitaria para o investidor estrangeiro operar com financiamento à produção ou com compra de produtos agrícolas antecipadamente aqui no Brasil. Então, nós entendemos que essa é uma medida necessária.

Essa é uma medida que já está em discussão no Governo, se trabalha até com a hipótese de ser uma medida que possa ser contemplada como parte do Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017, mas, se puder já ser contemplada nesta medida provisória, antecipa-se essa decisão. Ela é importante neste momento para financiar a nova safra, porque sabemos que o Governo está com dificuldades fiscais, dificuldades orçamentárias, tem restrições de gastos, e certamente terá dificuldades para elaborar o novo Plano Safra, até porque o Tesouro já utiliza um volume expressivo de recursos para equalizar juros do crédito rural – como os créditos passados foram contratados a juros fixos e houve um aumento da taxa de juros do mercado, a taxa selic, a equalização dos créditos passados vai comer mais dinheiro do Tesouro e, portanto, sobraria menos dinheiro novo para créditos novos para a safra 2016/2017. Então, nós consideramos que é imprescindível essa solução, seja aqui na medida provisória, seja no bojo de alguma outra medida no âmbito do Plano Safra 2016/2017. É importíssimo para o agronegócio brasileiro poder ter acesso a um financiamento externo referenciado em moeda estrangeira. Ele pode ser executado em reais, no vencimento, mas ele teria que estar vinculado a uma cotação em bolsas em moeda estrangeira.

Por isso, nós entendemos que as duas emendas, do Deputado Valdir Colatto e da Deputada Tereza Cristina, contemplam essa preocupação, e a nossa sugestão é que elas sejam incorporadas ao texto, por conta dessa necessidade de termos fontes alternativas para o crédito rural.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Dr. Célio Porto.

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Ariel Antonio Mendes, que é Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

V. S^a tem o tempo necessário.

O SR. ARIEL ANTONIO MENDES – Bom dia ao Deputado Sergio Souza.

Gostaria inicialmente de cumprimentar o Deputado pela iniciativa da convocação dessas duas audiências públicas, acho-a bastante pertinente.

Quero cumprimentar também o Senador Douglas Cintra, Relator desta MP.

Esta MP é importante para o setor de carnes que eu represento aqui – a ABPA é a Associação Brasileira de Proteína Animal, representa basicamente as agroindústrias produtoras de aves e de suínos. Esse setor exportou US\$8,5 bilhões no ano passado, 2015. O setor de carnes como um todo exporta US\$15 bilhões ao ano, e isso tem sido, nos últimos anos, bastante significativo para o equilíbrio, ou para o superávit, da balança de pagamentos.

Temos uma característica também no caso de aves e suínos: nós agregamos valor ao produto – os grãos, milho e farelo de soja basicamente, são a base da alimentação de aves e de suínos. Nós geramos renda para o pequeno produtor da avicultura, principalmente no Sul do Brasil, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Paraná, onde a produção está muito focada no sistema de integração com base no pequeno produtor. Então, é um setor que gera renda, gera receita para o produtor.

E uma característica desse setor... No caso de aves, por exemplo, mais especificamente no caso do frango: o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, exportamos 4,1 milhões de toneladas no ano passado e exportamos para 158 países. No caso dos suínos, exportamos quase 600 mil toneladas no ano passado.

Uma característica desse setor também tem a ver com o seguinte. A crise do petróleo, em boa parte desses países, ou em vários desses países, principalmente países da África, que têm sua economia muito centrada no petróleo, gerou uma falta de recursos nesses países da África e do Oriente Médio, recursos para importação. O maior mercado importador de frango do Brasil é o Oriente Médio e, como a economia é muito centrada em

petróleo, isso acaba gerando uma escassez de recursos e uma insegurança também nos contratos de exportação. Esse raciocínio vale também para vários países da África que têm o petróleo como uma parte importante de sua receita.

Portanto, essa MP vem em boa hora, o setor a vê com muito bons olhos. Eu gostaria apenas de reforçar o argumento já exposto pelo Dr. Célio Porto no sentido de deixar claro que, quando se fala em produtos agrícolas, esteja incluído aí o setor de carnes, e a sugestão do Dr. Célio, já contemplada em emendas de Deputados, de que seja colocado “produtos agropecuários”, para ficar claro que o setor de carnes estaria contemplado dentro desse setor.

O Brasil hoje também está se transformando num grande exportador de material genético, o País é uma plataforma importante para a exportação de material genético, não só carnes. E esse material genético acaba servindo de matéria-prima para vários países importadores que, nos seus programas, não querem ficar totalmente dependentes da importação de carnes do Brasil, dos Estados Unidos ou da Tailândia, que são os outros dois maiores exportadores de carne e de frango. Então, querem ter um mínimo de autossuficiência. E o Brasil tem entrado também nesses mercados, não só exportando carne, mas exportando também material genético. Portanto, a gente ampliaria esse leque de produtos, por isso talvez o termo “agropecuário” seja mais adequado, porque contemplaria também esse setor de genética. Como o Brasil também exporta genética suína, é importante isso.

Outro ponto que eu gostaria de marcar diz respeito ao pagamento do seguro. Aqui se fala em pagamento parcelado. A ABPA entende que esse pagamento do seguro deveria ser numa cota única, não parcelado.

Eu vou deixar aqui com o Deputado Sergio Souza e com o Senador Douglas Cintra um ofício com várias sugestões da ABPA, mas são sugestões pequenas, sugestões mais pontuais. As sugestões mais importantes são: a questão do “produto agropecuário”; a questão de estender essa MP para todos, não só aos países que têm cotas tarifárias, como já foi bem marcado anteriormente. Os países de maior risco hoje são, como eu disse, países da África, alguns países da Ásia e mesmo, eventualmente, alguns países do Oriente Médio, por essa questão, petróleo. Então, é importante que essa medida provisória alcance todos os mercados, não apenas para os mercados que têm cotas. Esse ponto também é bastante importante, que o Relator tenha isso em mente quando do preparo do seu informe, do seu relato.

Deputado, eram esses os pontos que eu queria mencionar. Fico à disposição para ampliar algum comentário se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Ariel Mendes.

Chega aqui, pelo portal e-Cidadania, um comentário. Vou passá-lo ao senhor, Sr. Ariel, para que possa respondê-lo – e lógico que essa é até, na minha opinião, uma interpretação da sociedade brasileira, de sua grande maioria. A Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski mandou o seguinte comentário: “Deveriam se concentrar em exportar menos e abastecer mais o mercado interno, o próprio seguro deveria ser um estímulo a essa conduta urgente para o País!”

Como V. S^a, Sr. Ariel, falou do setor de carnes, suíños – a Anna Flavia é de Santa Catarina, e o Estado é um grande produtor de proteína animal, especialmente de suíños e aves –, eu passo a V. S^a para que explique à Sra Anna Flavia que o Brasil exporta o seu excesso, não deixa de abastecer o seu mercado interno. Gostaria que V. Ex^a explicasse à Anna Flavia por que o Brasil exporta e em que condições exporta.

O SR. ARIEL ANTONIO MENDES – Anna Flavia, na realidade, o Deputado Sergio Souza já adiantou a resposta. No Brasil, hoje, o nosso consumo de frango é de 45kg por habitante por ano. Então, o nosso consumo é um dos maiores consumos de frango do mundo. Apenas alguns países do Oriente Médio têm um consumo maior, porque são países de religião muçulmana que não consomem carne suína, por exemplo, e a carne bovina é uma carne bastante cara no mercado internacional. Então, o frango entra bastante nesses mercados. Nós temos um consumo alto de carne de frango. O consumo de carne suína é de 14kg ou 15kg por ano, e o consumo nosso de carne bovina é ao redor de 37kg, 38kg. Então, na média, se a gente considerar também o consumo de carne ovina e de pescado, o brasileiro hoje consome mais de 100kg de carne por ano. Já é um consumo bastante alto, é um dos maiores consumos de proteína de carne do mundo. O frango é a proteína mais barata, e nós não vemos muito como aumentar esse consumo. A gente trabalha com estimativas lá na ABPA, na associação, de que nós vamos chegar a 50kg talvez, não mais do que 50kg ou 52kg por habitante por ano.

Então, basicamente o que nós exportamos é um excedente de produção. Na realidade, o Brasil hoje produz 13 milhões de toneladas de carne de frango, e nós podemos ampliar isso, mais provavelmente no futuro, em função da exportação e não tanto do mercado interno, pois entendermos que o mercado interno já está abastecido. É lógico que o ideal seria que a gente tivesse um consumo até maior, mas isso vai depender muito da renda do consumidor, o que está muito em função da política econômica ou da situação econômica do País.

Mas, Anna Flavia, você pode ficar tranquila porque, na realidade, nós não exportamos em detrimento do consumo interno. Pelo contrário, é esse consumo alto que gera, que acaba gerando, um superávit para a exportação. Então, nós atendemos perfeitamente o mercado interno, e esse raciocínio vale também para suínos e para a carne bovina.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Ariel.

Vou fazer aqui um comentário, e ressalto que aqueles que tiverem questões podem encaminhá-las à Mesa.

O Brasil é um país tropical. O que quer dizer isso? É só que nós temos calor, muitas praias? Não, não é só isso – não é, Célio, você que é um especialista da área agropecuária? Significa também que somos um país em que se pode produzir o ano todo porque o clima favorece. Nós temos uma boa precipitação, as chuvas são regulares... Claro que temos as intempéries climáticas. Este ano, no Sul, especialmente no Paraná, se perdeu muita soja. Em alguns Municípios, alguns proprietários chegaram a perder 100% de sua produção pelo excesso de chuva na colheita e, em algumas regiões, tivemos problema de seca. Temos os problemas das intempéries climáticas sazonais por sermos um país grande. Mas nós temos a característica de poder produzir o ano todo. Já estamos trabalhando com a terceira safra em muitas regiões do País. Planta-se soja, planta-se milho e ainda se coloca gado ou se planta uma cultura de inverno, como acontece muito nos Estados do Sul, especialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul, que são produtores de trigo, de aveia, de canola, e assim por diante.

Ontem eu assisti até, não sei se vocês viram, um programa num canal de televisão de rede nacional falando da utilização do agroquímico, do agrotóxico em quantidade excessiva. Nós temos que entender um pouco que, no Brasil, não há como produzir se não houver um controle de pragas, seja por inseticida, fungicida ou herbicida, é preciso controlar as pragas, a erva daninha, os fungos ou os insetos, pelas características próprias do nosso clima.

A diferença que nós temos entre países europeus ou norte-americanos e o Brasil é que, lá, o clima é dividido em estações de inverno e verão praticamente. É lógico que há o outono, a primavera, mas, no inverno, tudo se congela e, quando isso acontece, muitas dessas pragas são eliminadas pelo frio intenso. Inclusive, se você não prender a vaca no celeiro, Senador Douglas Cintra, ela morre congelada; se você não empilhar o trato, a comida para ela, não guardá-la no armazém, ela morre de fome. Isso não acontece no Brasil. Essa é uma grande diferença do nosso País. E, ainda, por nós produzirmos o ano todo, nós temos essa característica de produção em excesso.

Na década de 60, como aqui o Luciano Carvalho, que milita na área há muitos anos e que nos assessorava, bem como o Renato, que está aqui e que também nos assessorava, bem se lembram – e o Renato vem da Conab –, o Brasil, na década de 60, repito, era importador de alimentos. Já, hoje, nós temos uma segurança alimentar. Além disso, como ressaltou o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, na abertura da Conferência das Partes, na Rio+20, o mundo vai consumir, até 2050, 50% a mais de alimentos, pelo seu crescimento demográfico, quando chegaremos a uma população de oito bilhões de seres humanos, somado a isso o fato de que, pela ascensão social, pelo acesso a bens e serviços e a renda, vamos comer mais. Assim, nós, o Brasil, precisaremos produzir 50% desses 50% a mais que o mundo vai consumir até 2050.

Então, é uma reflexão que devemos fazer no sentido de que temos de encontrar mecanismos pelos quais se reduza o custo da produção, para favorecer o barateamento do produto no mercado interno, para chegar à mesa do cidadão, e também para promover uma competitividade maior do Brasil no mercado internacional.

Este é um incentivo muito importante: o crédito à exportação. Mas não é só isso. Nós sabemos que temos uma diferença, Senador Douglas Cintra, muito grande em relação a grandes países produtores de alimentos, como a Argentina e os Estados Unidos, no que diz respeito a modais de transporte. Chega a custar 80% mais barato transportar na Argentina e 75% mais barato transportar nos Estados Unidos do que no Brasil, pela nossa característica de modal quase que exclusivamente rodoviário, sobretudo em se considerando as grandes distâncias.

Eu trouxe aqui algumas questões. Uma já foi esclarecida pelas explanações de V. Sãs, mas ainda há outras a respeito das quais eu queria tirar algumas dúvidas. Por exemplo, no art. 5º da Lei nº 9.818, de 1999, com a redação dada pela Medida Provisória nº 701, os recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) não poderiam ser utilizados para garantir operações relativas à exportação de produtos agropecuários. Aí temos, Senador Douglas Cintra, uma emenda do Senador Caiado – e V. Exª já coloca que dará uma atenção especial – que busca incrementar, colocando também os serviços pecuários dentro do incentivo da MP. Trata-se da Emenda nº 14. E indago se nós poderíamos aqui estendê-la, logicamente, a todos os produtores agropecuários. Esta é uma pergunta a respeito da qual eu gostaria de ouvir a manifestação dos palestrantes. Todos os produtos agropecuários? Quais são os produtos agropecuários hoje albergados por essa MP? Há um corte, uma seleção?

Também na mesma linha – e poderia direcionar para o Sr. Célio essa pergunta –, se identifica alguma medida capaz de reduzir os trâmites burocráticos dos processos de aprovação do seguro à exportação, pois, talvez, muitos queiram exportar, mas a burocracia instalada acabe por limitá-los.

Então, deixo essas duas perguntas aqui ao Célio para que possa nos responder.

Há também aqui – e, no caso, poderia dirigi-la ao Sr. Ariel – uma questão que é dada pela Emenda nº 10, do Senador Aécio – também já falei com o Senador Douglas Cintra a respeito –, que fala da transparência.

O que ela quer dizer? Acerca da transparência do processo de aprovação do seguro de crédito à exportação: há alguma medida, a seu ver, que poderia contribuir para o aprimoramento dos procedimentos estatais pertinentes ao seguro de crédito à exportação? Acerca dos processos atinentes a esse seguro, eu gostaria de fazer menção à Emenda nº 3, do Senador Aécio, e também à Emenda nº 10, do Deputado Alexandre Baldy. Chega-nos a informação de que esses recursos advêm de alguns impostos. Como se forma o fundo de exportação? De onde vem esse recurso? É do cidadão? É uma parcela que ele paga do produto que exporta? É o Governo que coloca os recursos? Depois, como é feita a escolha de quem vai ser o beneficiário desse seguro?

A Deputada Tereza Cristina faz perguntas que já foram respondidas anteriormente. Então, são essas as duas questões para o Sr. Célio e o Sr. Ariel.

O SR. CÉLIO PORTO – Obrigado, Deputado Sergio Souza.

Como já mencionamos anteriormente, entendo que há três restrições aqui, neste Inciso II do art. 5º da Lei nº 9.818 com a redação dada pela Medida Provisória nº 701, que deveriam ser melhoradas, ou melhor, deveriam ser removidas.

A primeira restrição diz respeito à terminologia que está usada aqui: “produtos agrícolas”. No nosso entendimento deveria ser “produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico”, porque o que se exporta, muitas vezes... No caso das carnes, não exportamos o frango vivo – até há o material genético –, mas exportamos o produto processado. Isso ocorre no caso de outros produtos também. Então, acho que ficaria mais completa a redação se dissessemos: “produtos agropecuários”, porque contemplaríamos produtos agrícolas e pecuários e seus derivados – no caso do açúcar, não exportamos a cana-de-açúcar, exportamos o açúcar, e por aí vai; e o produto agrícola é a cana-de-açúcar.

Depois, o artigo diz: “cujo produtor seja beneficiário de cota tarifária”. Ora, quem é beneficiário da cota tarifária é o País, e essas cotas são distribuídas para os exportadores, que podem ser produtores, pode ser a indústria, pode ser *trading*, pode ser cooperativa. Então, acho que o termo aqui não deveria ser “produtor”, seria: “cujo produto ou cujo exportador”.

Finalmente, a terceira restrição que está nesse Inciso II é de que a medida aprovada é exclusiva para cotas tarifárias de mercados preferenciais. Como eu disse, essas cotas são pequenas, abrangem poucos produtos e são cotas dadas por Estados Unidos, União Europeia, Japão, mercados onde o risco previsto pelo FGE é praticamente zero. Isso é quase como dar um picolé para um esquimó. Não vejo muito sentido. Está dito aqui: “...FGE para contemplar riscos políticos, extraordinários e comerciais”. Isso ocorre principalmente nos países em desenvolvimento, nos países mais pobres, e não nos países ricos, de Primeiro Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – O senhor quer dizer o seguinte então: para estes países – exportamos muito para a China, para os Estados Unidos –, o seguro de crédito não alcança? É isso?

O SR. CÉLIO PORTO – Do jeito que está aqui, não, porque seria somente para cotas tarifárias em mercados preferenciais. Então, teria que ser genérico, e não restrito a cotas tarifárias.

Quanto à burocracia, acho que o Ariel pode responder melhor do que eu, porque eles operam no dia a dia do mercado exportador e a minha experiência toda foi de governo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Está ótimo. Passamos, então, ao Ariel as duas questões.

O SR. ARIEL ANTONIO MENDES – No caso específico da burocracia, entendo que ela é mais ao nível de Ministério da Agricultura, por exemplo, e Ministério da Fazenda. Hoje a gente vem fazendo uma série de tratativas com o Governo para diminuir essa burocracia.

Então, no caso da MP especificamente, não vejo muito o que pode ser melhorado, porque, na realidade, são procedimentos do Ministério da Agricultura, por exemplo, com relação ao Vigiagro, e temos percebido um esforço bastante grande da atual gestão do Ministério, da Ministra Kátia Abreu, no sentido de desburocratizar.

Na realidade, não é muito difícil fazer essa desburocratização, são procedimentos internos, são regulamentos, apenas questões de adequação. Algumas questões eram válidas no passado, mas o Brasil se transformou em um grande exportador de produtos agropecuários, e existe uma rotina que dá segurança para o Governo, dá segurança para o Ministério da Agricultura, na hora de assinar um certificado sanitário ou um certificado zoossanitário, no caso de material genético de produtos vivos. Então, na realidade, são mais procedimentos do Ministério da Agricultura e da própria Receita Federal, no caso de tributação.

Com relação à transparência, eu acho que o Célio poderia me ajudar também a responder.

Estamos trabalhando em um seguro sanitário. Por exemplo, no caso do Estado de São Paulo, nesse seguro sanitário os recursos são advindos de um fundo específico do Estado que arrecada *royalties* de produtos como petróleo e outros. São recursos alocados claramente, e isso está bem especificado.

No caso do seguro... Célio, você tem alguma informação mais detalhada sobre a composição desses recursos que são utilizados para o seguro à exportação?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Célio, por favor.

O SR. CÉLIO PORTO – Pelo que vi na legislação, o Fundo de Garantia à Exportação foi formado com aporte de ações do Banco do Brasil e da Eletrobras, que depois foram monetizadas para virar o valor do fundo.

Quanto à transparência proposta na emenda do Senador Aécio Neves, eu acho que qualquer operação com recurso público deve ser a mais transparente possível.

Esse benefício, anteriormente, era só para a área de defesa – inciso II do art. 5º da Lei nº 9.818 –, por isso talvez não houvesse tanta transparência assim. Mas agora, à medida que contemple todos os setores, mais do que nunca, é preciso que haja transparência com uso do recurso público. Então, acho que é desejável, sim, que haja transparência na aplicação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Indago a V. Sãs se alguém quer fazer alguma complementação. (Pausa.)

Acho que não.

Alguém tem alguma pergunta?

Senador Douglas Cintra, quer fazer algum comentário? V. Exª tem a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Presidente Sergio, V. Exª falou um pouco da nossa agricultura comparando-a com a de outros países, citando, por exemplo, que a vaca fica presa em seu estábulo durante bom período do ano na Europa. Eu sou do Agreste, da Região Nordeste, próximo do Sertão, do Semiárido, e temos, evidentemente, uma grande dificuldade lá com precipitação pluviométrica.

Temos também no nosso Sertão grandes exemplos de agricultura irrigada, de processos, inclusive, com força na exportação – Juazeiro, Petrolina – principalmente de frutas. Acredito que temos ainda um grande potencial de exploração no nosso Semiárido, principalmente com relação à irrigação, não apenas com as águas do Rio São Francisco.

E faço o registro, a propósito, de que temos trabalhado aqui no Senado da luta pela recuperação da capacidade das águas do São Francisco. Pernambuco é um Estado beneficiário de suas águas, mas temos de pensar não apenas em receber essas águas, mas principalmente trabalhar para que elas continuem entrando e chegando ao rio, através da recuperação das matas ciliares, principalmente nos afluentes do Rio São Francisco.

Apesar de termos uma restrição pluviométrica, chove mais no Semiárido do que em muitas áreas do mundo. Eu acho que o que temos é uma dificuldade de retenção dessas águas. Tivemos alguns projetos bem elaborados, bem construídos, de retenção dessa água, e podemos incrementar muito ainda a agricultura na nossa região, não apenas mantendo o homem no campo, mas mantendo-o com dignidade e com capacidade de crescimento, desenvolvimento e geração de renda, não ficando apenas com a subsistência. Então, eu acho que o debate é pertinente.

A nossa medida provisória, Presidente, é um caminho, é mais um passo dado a favor da nossa agricultura e pecuária – concordo em relação ao setor da pecuária, concordo que se deve abranger mais do que apenas o produto agrícola. A medida provisória é mais um passo que é dado no sentido da construção de um processo de valorização e de estímulo, porque o mercado mundial exige competitividade, e essa competitividade se constrói com estímulos, e não apenas com uma mão em cima, proteção. Eu acho que nós temos de ter um caminho, que, momentaneamente, pode até ser mais focado na proteção, mas, sobretudo, deve visar o estímulo, o apoio para que possamos ser e continuarmos a ser competitivos mundialmente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Senador.

Eu quero dar aqui um testemunho. O Senador, enquanto os nossos palestrantes falavam, foi fazendo anotações no texto da medida provisória. Tenho certeza de que ela vai ser melhorada, e muito, para favorecer o nosso setor exportador brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, mas, antes, convoco a próxima, que será uma audiência pública, para o dia 6 de abril, às 14 horas.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)

ATA DA 3^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 701, DE 2015, PUBLICADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979, PARA DISPOR SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO; A LEI Nº 9.818, DE 23 DE AGOSTO DE 1999, E A LEI Nº 11.281, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2006, PARA DISPOR SOBRE O FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO; A LEI Nº 12.712, DE 30 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF; E O DECRETO-LEI Nº 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969, PARA DISPOR SOBRE A MOEDA DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES EXEQUÍVEIS NO BRASIL”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA SEIS DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Sergio Souza, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 701, de 2015, com a presença dos Senadores Hélio José, Humberto Costa, José Pimentel, Flexa Ribeiro e Telmário Mota; e do Deputado Helder Salomão. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o parlamentar Celso Maldaner, parlamentar não membro da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Giuliana Rigoni, Assessora Especial da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX – do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Marcelo Pinheiro Franco, Diretor-Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; Guilherme Laux, Subsecretário de Créditos e Garantias às Exportações da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; e Luiz César Muzzi, Gerente do Departamento de Captação Interna do Fundo de Garantia à Exportação – FGE/BNDES. Usam da palavra os Senadores José Pimentel e Hélio José. Após, o Deputado Sérgio Souza endereça perguntas aos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Sergio Souza, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SERGIO SOUZA

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 701, de 2015.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública para debater a matéria.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo www.senado.leg.br/ecidania, ou pelo telefone 0800-612211.

Convido a tomarem assento à mesa os seguintes convidados: a Srª Giuliana Rigoni, que é Assessora Especial da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o Sr. Marcelo Pinheiro Franco, que é Diretor-Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF); o Sr. Guilherme Laux, Subsecretário de Créditos e Garantias às Exportações, da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; e o Sr. Luiz Cesar Muzzi, que é Gerente do Departamento de Captação Interna do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Assessoria da Mesa registra a presença do Sr. Leonardo Roque Nickolay Lagreca, que é Gerente Executivo Jurídico do Comércio Exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e também da Srª Cezimbra, Gerente do Departamento de Planejamento de Novos Negócios e de Suporte de Operações na América Latina do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da Srª Thamires Quinhões, Analista de Relações Internacionais da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256, da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará uma exposição por dez minutos; em seguida, após todos os quatro convidados fazerem as suas exposições, abriremos a fase de interpelação dos Srs. Parlamentares inscritos, cuja lista de inscrição já está aberta a partir deste momento.

A palavra aos Parlamentares será concedida por ordem de inscrição.

Concedo, então, a palavra à Srª Giuliana Rigoni, que é do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

V. S^a tem o tempo acordado.

A SR^a GIULIANA RIGONI – Obrigada pela palavra.

Ex^{mo} Sr. Presidente da Mesa, Deputado Sergio Souza, Ex^{mo}s Srs. Deputados e Senadores, boa tarde.

Meu nome é Giuliana Rigoni, sou Assessora Especial da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), órgão que visa ao constante aperfeiçoamento das políticas de comércio exterior e, sobretudo, no caso em questão, das políticas de financiamento e garantia de crédito à exportação, no mesmo contexto em que o comércio exterior representa um importante vetor de crescimento para estimular a produção interna, aumentando, assim, a geração de renda e emprego no País.

Nesse contexto, e reconhecendo a importância desse mecanismo de financiamento e garantia, em 2015, no âmbito do Plano Nacional de Exportações (PNE), foi criado um pilar específico sobre o apoio oficial à exportação. Entre eles, podemos apontar uma meta que visava especificamente um seguro de crédito à exportação. Então, nesse sentido, em termos de seguro de crédito à exportação, temos uma meta de adequação do seguro de crédito para torná-lo mais simples e atrativo a financiamentos privados reduzindo exigências documentais e prazos; ampliação do limite para aprovação de novas operações do fundo; aumento do número de micro e pequenas empresas beneficiárias do seguro de crédito, com ampliação do limite do valor; e também – isso, inclusive, é contemplado na própria medida provisória em questão – a ampliação dos setores elegíveis para a cobertura de garantia de cumprimento e obrigações contratuais, prestando as condições financeiras a operações de exportação de bens e serviços. Nesse sentido, a Medida Provisória 701 está em linha com os objetivos colocados pelo PNE.

A Camex, que é a Câmara de Comércio Exterior, é um órgão integrante do Conselho de Governo da Presidência da República e tem como objetivo a formulação, a adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços. Neste contexto, em relação ao seguro de crédito, ela fixa diretrizes e políticas estabelecendo questões relativas à cobertura de riscos em operações, principalmente nas de longo prazo.

Em relação ao próprio Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do FGE: visa atuar em um nicho que não é atendido pelas seguradoras privadas, ou seja, vem atuar na falha de mercado no sentido de garantir a competitividade das exportações brasileiras.

Bom, senhores, a princípio, é o que temos a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Muito obrigado à Sr^a Giuliana Rigoni.

Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Marcelo Pinheiro Franco, também pelo tempo de 10 minutos.

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Obrigado, Deputado Sergio Souza, Presidente desta Comissão.

Cumprimento também os demais colegas da Mesa e os Parlamentares presentes.

Nestes 10 minutos pretendo simplesmente falar um pouco da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S. A. (ABGF), de que maneira atua.

A criação da ABGF foi autorizada pela Lei 12.712, e o Decreto 7.976 criou a ABGF no ano de 2013. A empresa foi constituída nesse ano para exercer, em particular, a atividade em discussão aqui no momento, de Seguro de Crédito à Exportação. Então, o papel fundamental da ABGF no tema Seguro de Crédito à Exportação é, de fato, prestar um serviço ao Ministério da Fazenda na execução dos serviços relativos ao Seguro de Crédito à Exportação. Obviamente que, no decorrer desse período, vimos identificando com o Ministério da Fazenda, em particular a Secretaria de Assuntos Internacionais e a Camex, alguns elementos que precisavam ser, eventualmente, aprimorados no sistema. Então, o trabalho que vem sendo desenvolvido é sempre no sentido de aprimorar e melhorar a atuação do instrumento Seguro de Crédito à Exportação em favor das exportações brasileiras, ampliando a base de exportadores, trazendo mais empresas exportadoras, como micro, pequenas e médias empresas, atuando no setor de bens manufaturados, no setor de máquinas e equipamentos de modo geral.

Eis que a Medida Provisória nº 701 surge como um elemento, como foi dito, de aprimoramento dos instrumentos que amparam as exportações e o crédito à exportação no País. Nesse sentido, nós temos aqui o art. 5º, que está sendo tratado, que eu acho que é o tema que será explorado a seguir. Nós nos colocamos à disposição para debatê-lo com os senhores e oferecer esclarecimentos que os senhores julguem pertinentes.

A ABGF tem outro papel também, voltado para a infraestrutura, mas acho que o foco da discussão aqui, Sr. Presidente, é basicamente o Seguro de Crédito à Exportação, a atuação da ABGF no Seguro de Crédito à Exportação e o alcance dessa atuação. Aí, talvez, seja o caso de esclarecermos alguns pontos que remanesçam como pontos de dúvida da audiência, da plateia, para depois darmos sequência às discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Pinheiro, que é da ABGF.

Passo agora a palavra ao Sr. Luiz Cesar Muzzi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Boa tarde a todos.

Ex^{mo} Sr. Deputado Sergio Souza, prezados Deputados e Senadores, senhoras e senhores, boa tarde.

Meu nome é Luiz Cesar Muzzi. Eu sou Gerente de Fundos e Programas do Departamento de Captação Interna do BNDES. Pretendo rapidamente falar sobre a atuação do BNDES no caso específico do FGE.

Nós temos uma dupla atuação. Enquanto usuários – vamos dizer – do Seguro de Crédito à Exportação, nossas operações são garantidas pelo FGE; e temos outro papel muito importante, que é cuidar da gestão financeira do FGE. Eu, particularmente, cuido da gestão financeira do FGE. Então, estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida que diga respeito a situação financeira: a inadimplência, o patrimônio, a parte dos ativos.

Rapidamente, gostaria de dizer que acho bastante importante esta reunião. Não vou falar especificamente sobre a medida provisória, que é uma medida provisória que partiu do Governo, da Secretaria de Assuntos Internacionais, em conjunto com a ABGF, procurando – como falou o Dr. Marcelo Pinheiro – resolver ou melhorar alguns aspectos da legislação do FGE, mas estou aqui à disposição para falar sobre a parte financeira do FGE.

É importante a gente observar que a gestão do FGE é mais ou menos conjunta, ou seja, há o BNDES, que cuida da parte financeira; há a Sain, que é a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que tem um papel importante; a ABGF, que cuida da parte da avaliação do risco político envolvido nas operações; e há também a figura do Cofig (Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações), que também tem um papel importante dentro da operação do FGE.

O FGE é um fundo criado em 1999. Podemos dizer que é um sucesso, tanto do ponto de vista operacional quanto do ponto de vista financeiro. É um fundo que tem baixíssima inadimplência – só para vocês terem uma ideia: é aproximadamente zero, zero vírgula alguma coisa de inadimplência. Tem um grau de alavancagem muito baixo para um fundo garantidor. Segundo números de dezembro de 2015, o grau de alavancagem era de 1,93, o que significa um patrimônio líquido de R\$23 bilhões contra um total de garantia de valores de R\$45 bilhões. Ou seja, 1,93 é um índice bastante baixo de grau de alavancagem.

Só para comparar: existem fundos garantidores que têm permissão legal para operar com até 7 de nível de alavancagem, ou seja, sete vezes o seu patrimônio líquido, enquanto o FGE está em 1,93 de alavancagem do patrimônio líquido. Além disso, tem uma receita de prêmios bastante constante, bastante segura.

Quanto a essa receita, a contabilização do FGE segue todas as práticas mais modernas possíveis e imagináveis, ou seja, nós contabilizamos todas as provisões por prêmios ainda não ganhos – já recebidos financeiramente, mas ainda não ganhos –, como qualquer seguradora, com várias provisões de sinistros a liquidar, de sinistros ocorridos e não avisados, que é o IBNR.

Então, são adotadas todas as práticas mais atuais e modernas na contabilização de um fundo garantidor e com uma posição bastante sólida de patrimônio líquido e de ativos.

Era isso que eu gostaria de falar e, se houver perguntas, estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Luiz Muzzi, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Passo a palavra agora ao Sr. Guilherme Laux, que é do Ministro da Fazenda.

V. S^a tem o tempo determinado no início, dez minutos.

O SR. GUILHERME LAUX – Obrigado.

Boa tarde a todos.

Tenho pouco a adicionar em relação ao que os colegas já disseram, uma vez que todos trabalhamos com o mesmo programa. Vou ressaltar um pouquinho do papel da Secretaria de Assuntos Internacionais (Sain) e do Ministério da Fazenda nesse processo.

O Ministério da Fazenda, por lei, é quem outorga a garantia do Seguro de Crédito à Exportação, e essa faculdade é atribuída, dentro do Ministério da Fazenda, à Secretaria de Assuntos Internacionais. Como foi levantado pelo BNDES, a gente trabalha em conjunto com o Comitê Interministerial na aprovação das operações e, aprovada essa operação, a Sain, em conjunto com a ABGF – que atua na parte de análise de risco de assessoramento legal, jurídico, de risco de todos os assessoramentos –, assina a apólice e garante um financiamento de exportação nacional.

É importante ressaltar que a gente tem um duplo papel. A gente, como Ministério da Fazenda, obviamente zela muito pelo contribuinte. Então, a gente tem que apoiar o exportador cumprindo todos os pré-requisitos prudenciais e atuariais para que não recaia nenhum ônus sobre o contribuinte.

Nós usamos, normalmente, padrões internacionais de especificação, muito com base na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Quando não é possível utilizar modelos OCDE em outros produtos, a gente procura usar referências internacionais, como Basileia. Então, nós somos bem calcados.

Nós temos representantes até da CGU acompanhado a reunião. Nós somos auditados, temos o controle interno, temos o TCU. Então, a gente toma muito cuidado com a parte de risco, com a estrutura da operação e, normalmente, as operações possuem uma contragarantia. Então, a gente tenta tomar o devido cuidado com o dinheiro do contribuinte.

Recentemente tem havido um crescente interesse dos bancos privados em operar com o SCE, o que é positivo. Como ressaltado pelo Marcelo Franco e pela Giuliana, normalmente a União trabalha em falhas de mercado. Como princípio, você não quer fazer algum desbalanceamento no mercado privado.

A primeira operação do exportador ou do banco deveria ser procurar a banca privada. Caso não esteja disponível algum financiamento, a União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação, vai fazer o papel dela, de seguradora de última instância. Então, a gente teoricamente complementa o mercado, a gente não deve procurar competir com o mercado.

Um último ponto que eu gostaria de ressaltar – e aí também eu posso falar que foi um pedido até de outros colegas da Esplanada – é que nós temos compromissos internacionais. O Brasil acabou de negociar o Acordo de Nairóbi, que regulamenta justamente produtos agrícolas. Então, a gente não pode deixar de observar alguns parâmetros internacionais quando a gente estiver discutindo o apoio ao setor agrícola, como é o caso em questão.

Por enquanto é isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – O.k.

Eu consulto os Srs. Deputados e Senadores: quem deseja se inscrever para questionamentos? A lista está aberta.

Enquanto aguardamos as inscrições, farei uma breve análise.

Esta medida provisória busca aumentar, a meu ver, as possibilidades de garantia às exportações. O Brasil passa por um momento propício às exportações. O dólar está com uma cotação boa, e o Brasil tem, na sua tradição, uma balança comercial positiva, exporta mais do que importa. No entanto, precisamos de alguns incentivos às exportações. Então, a meu ver, essa é uma boa medida do Governo, que tenta incrementar os auxílios à exportação.

Tenho aqui algumas questões, mas, antes, vou passar a palavra ao Senador Pimentel para que possa indagar V. S^{as}, deixando aberta ainda a lista de inscrições.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Quero saudar o Deputado Sergio Souza, Presidente desta Comissão, e dizer que V. Ex^a está fazendo falta no Senado. Na legislatura passada, basicamente passou todo o período conosco, colaborando muito no debate dessas políticas públicas e da política de Estado. Quero saudar também os nossos convidados na pessoa da Sr^a Giuliana.

Começo registrando que nós passamos, durante certo período – nos anos de 2013 e de 2014 e até metade de 2015 –, por dificuldades na nossa balança comercial. Felizmente, do final do ano passado para cá, a nossa balança comercial está revertendo essa situação. Em 2016, como todos nós acompanhamos, o resultado positivo da balança comercial é muito satisfatório, até porque começamos a diversificar os nossos produtos com o olhar para os produtos acabados ou semiacabados na indústria da transformação, sem deixar faltar um suporte muito forte ao setor exportador agrícola, ao setor de *commodities* da agricultura brasileira. E a retomada dos valores das *commodities* do petróleo, do barril de petróleo, melhorou nos últimos 90 dias, assim como a dos produtos de mineração – houve uma pequena melhora, embora não tenha sido tanto quanto a do barril de petróleo.

Tudo isso vem contribuindo para que a nossa economia se reanime nesta fase difícil por que nós passamos – em 2015 e neste início de 2016 – a partir do setor de exportação, até porque, com esses recursos, nós pudemos alavancar um conjunto de outras ações internas no que diz respeito à nossa infraestrutura. Por isso, esse Fundo Garantidor de Exportação é fundamental para dar essa tranquilidade ao nosso setor de exportação, à nossa indústria, aos vários setores que atuam com esses recursos, com um olhar todo diferenciado para o índice de alavancagem.

Enquanto o Acordo de Capital da Basileia, conhecido como Basileia II, fala em 11%, aqui o percentual é de 1,93%. Isso dá uma ideia da liquidez, do cuidado e da qualidade dos créditos que aqui são feitos.

Por isso, esta medida provisória tem como objetivo dar mais garantia, mais segurança a esse setor fundamental da nossa economia. Tenho certeza, nobres pares, Presidente Sergio Souza, de que deverá haver aqui, na Comissão, uma aprovação por unanimidade, talvez com um ou outro ajuste.

Temos conversado muito com o Relator, Senador Douglas Cintra, que também quer apresentar o quanto antes esse parecer. Os nossos pares entenderam por bem realizar essas duas audiências públicas, que estamos

finalizando na data de hoje. O nosso Presidente, Deputado Sergio Souza, tem muito interesse em que votemos o quanto antes essa matéria para não entrar na chamada fila da Câmara e do Senado, porque há aqui vinte e poucas medidas provisórias em andamento e quase todas elas vencem no mês de maio – esta medida provisória mesmo vence no dia 17 de maio.

Conversando com o Presidente e com o Relator, soube que o Relator se dispôs a trazer o parecer no dia 12 de abril, na próxima terça-feira, de maneira que pudéssemos chegar com essa matéria na Câmara Federal num prazo de até 30 dias. É nesse sentido que o Presidente da Câmara tem trabalhado, os nossos Líderes e Vice-Líderes da Câmara também. É com esse calendário, se V. Ex^a concordar, que nós queremos trabalhar. No dia 12, o Relator se prontifica a trazer o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Senador Pimentel.

Como membro desta Comissão, passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria saudar o nosso querido Sergio Souza, nosso Presidente da Comissão, e saudar todos os convidados hoje aqui presentes: Giuliana Rigoni, Marcelo Pinheiro, Luiz Cesar e Guiherme Laux.

Este é um momento importante neste tipo de discussão, especialmente porque estamos passando por uma séria crise. Todo mundo sabe da importância dos investimentos para a geração de empregos, para a superação da crise econômica e para podermos realmente ter uma situação de retorno para este País que todos queremos, merecemos – o Brasil não pode passar por toda essa dificuldade que neste momento estamos passando.

Apresentei há tempos, inclusive aqui, um projeto autorizativo, projeto que compartilhei com a Presidência da República e com os Ministros do Planejamento e da Fazenda. Hoje sei que já temos a Apex e a MDI. Há essas duas associações, mas não temos uma específica para tratar da captação de recursos para investimentos em nosso País. Uma fica mais preocupada com a exportação, e outra, mais preocupada com a questão da proteção à indústria nacional e coisa e tal. E os grandes fundos, que poderíamos estar captando para investir, principalmente em infraestrutura, no PIL (Plano de Investimento de Logística) ou no próprio PAC, acabam ficando à deriva, sem um grupo especificamente trabalhando essa questão.

Na última conversa que tive com o Ministro Nelson Barbosa, ele me falou que estava dando uma ajustada, talvez até com a possível fusão das duas associações, com a linha de departamentalizar e ter uma área específica com relação à captação de recursos.

Não sei se os colegas têm alguma coisa sobre isso, se sabem algo sobre essa questão, se poderiam compartilhar conosco aqui, mas, independentemente de qualquer coisa, acho que essa questão do Seguro de Crédito à Exportação tranquiliza o nosso exportador, tranquiliza o mercado para poder produzir. Portanto, estamos aqui – e queria saudar todos por isso – para colaborar, porque acreditamos que o Brasil tem jeito, tem total condição de superar a atual crise política e econômica que estamos vivendo hoje. Não somos daquela parte do quanto pior melhor; achamos que temos que apostar na superação.

Acabei de chegar do Japão – passei 11 dias lá –, um país que saiu arrasado da Segunda Guerra Mundial, onde foram detonadas duas bombas atômicas. Saiu da guerra desmoralizado e, hoje, é a sexta maior economia, tem uma relação maravilhosa conosco.

O nosso País está muito longe dessas crises todas que alguns passaram para justificar o fato de todo mundo apostar no quanto pior melhor. Estamos aqui apostando que é totalmente possível a superação, é totalmente possível avançar, e essa medida provisória vem muito ao encontro do desejo de captarmos e fazermos com que o investimento nos propicie mais exportação, com mais segurança para os nossos exportadores e, consequentemente, queira ou não queira, colaborando para a geração de emprego e de tranquilidade para os nossos povos.

Estou aqui, Sergio, para colaborar. Esta Casa aqui é doida, temos muitas coisas no mesmo momento. É difícil – não é, Senador Pimentel? – priorizar A, B, C e D com tantas coisas transcorrendo ao mesmo tempo, mas, no que pudermos colaborar, colaboraremos.

O projeto para criar essa Agência Nacional de Investimentos – compartilhei, falei dele no início – talvez possa servir para pensarmos um pouco sobre como atrair capitais para investimentos em nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Tenho aqui algumas questões.

Como dizia há pouco, entendo que essa é uma medida provisória das mais importantes que tramitam na Casa. É uma medida provisória que teve a sensibilidade do momento, mas algumas dúvidas pairam sobre o assunto.

Dividi por temas as perguntas que vou fazer a cada um dos palestrantes, dos expositores. Peço que as anotem e, ao final, deem as respostas.

Para o Guilherme Laux, tenho a seguinte questão. Quanto ao art. 5º da Lei 9.818, de agosto de 1999: por que razão trata da utilização dos recursos do Fundo de Garantia à Exportação com Seguro de Crédito à Exportação e se refere apenas a produtos agrícolas e não a produtos agropecuários, aí envolvendo outros setores do agronegócio? Não seria interessante substituir a expressão “produtos agrícolas” por uma expressão mais ampla? Isso não aumentaria o nosso escopo de possibilidades de cobertura por esse fundo?

Ainda sobre o uso de recursos do Fundo de Garantia à Exportação com Seguro de Crédito à Exportação: aponto que o art. 5º, inciso II da mesma lei, a Lei 9.818, refere-se a produtos “cujo produtor seja beneficiário de quotas tarifárias para mercados preferenciais”. Considerando que os beneficiários das quotas tarifárias são os países e as distribuem para exportadores; considerando que os exportadores podem não ser produtores dos bens ou serviços cuja exportação se quer estimular; considerando que os mercados preferenciais em geral compreendem poucos produtos e são países desenvolvidos em que os riscos políticos e comerciais tendem a ser muito pequenos; e também considerando que o objetivo do Seguro de Crédito à Exportação é garantir operações de crédito à exportação contra riscos comerciais – por exemplo, é muito comum a relação comercial do Brasil com países africanos cuja frustração do negócio se dê; os riscos comerciais e políticos são extraordinários –, considerando tudo isso, pergunto se não seria mais apropriado que a expressão “beneficiário” de quotas tarifárias para as mercadorias preferenciais fosse substituída pela expressão “exportador”.

Essas são as perguntas a V. S^a, Guilherme. V. S^a poderia responder?

Na sequência, tenho duas questões para a Giuliana. Se entenderem necessário um ajudar o outro, não há problema.

O SR. GUILHERME LAUX – Obrigado.

Em relação à primeira pergunta – por que o artigo faz referência apenas a produtos agrícolas –, a resposta é simples: foi a demanda que o Ministério da Fazenda recebeu, o Ministério da Fazenda e o MDIC receberam uma demanda de um setor agrícola e respondemos à demanda que foi apresentada. Se pedirem para aumentar a demanda agora, obviamente o Ministério da Fazenda pode analisar essa inclusão – em vez de “agrícola”, termos “agropecuário”. Isso poderia ser analisado internamente sim. Objetivamente, o motivo: essa foi a demanda apresentada.

Em relação ao segundo ponto, já teremos um pouquinho mais de problemas.

Vamos lembrar que a União cobre riscos políticos extraordinários em operações de risco de crédito. Essas operações que estão sendo tratadas aqui são operações de *performance*. Elas entram na lei como obrigações contratuais, não são riscos políticos extraordinários nem comerciais.

O risco nessa operação... Não vou entrar em detalhes da operação, mas, basicamente, o que a União está cobrindo nessa operação é o risco de o exportador não exportar, não é um risco de crédito. Então, tanto faz quem é o importador do lado de lá para a União. O risco que a gente garante é o risco de o exportador não exportar, não importa se forem os Estados Unidos comprando, a União Europeia ou o Japão, países com os quais a gente tem cota, não importa quais sejam esses países. O risco é o do exportador, então tanto faz se estiverem envolvidos mercados preferenciais ou não.

A necessidade de cotas... É necessária como contragarantia. A gente entende, no Ministério da Fazenda, que é necessário como contragarantia. Nós buscamos ao máximo ajudar o exportador mantendo uma condição de pagamento que a gente espera que aconteça. Como o Muzzi bem lembrou, a nossa sinistralidade, quanto a gente perde, é muito baixa. A gente pretende continuar com um fundo que não onere o contribuinte. As cotas trazem uma previsibilidade, não variam tanto de um ano para o outro. As cotas geram contratos de longo prazo, o que é bom para fazer a análise de risco da operação. Elas geram um incentivo a ser exportado porque, geralmente, o exportador vai exportar primeiro uma cota e não a parte que não é coberta por cota, o que também melhora o risco da operação. Então, a necessidade de cotas foi para minimizar os riscos da operação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Guilherme.

Para a Sra Giuliana, encaminho as seguintes questões.

Queria entender um pouquinho melhor esta questão do seguro de risco para cotas a longo prazo, complementando um pouco o que o Guilherme falou. V. S^a falou isso durante a sua exposição. Queria entender um pouquinho melhor isso.

E tenho aqui duas questões.

Há uma emenda apresentada aqui à medida provisória, da Deputada Tereza Cristina. Ela sugere, quanto à Cédula do Produto Rural (CPR), ao Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), ao Warrant Agropecuário (WA), ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CCDA) e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que se possa estipular pagamento em moeda estrangeira. Talvez o Guilherme pudesse nos responder essa questão.

No momento econômico atual, em que há escassez de crédito – isso é muito comum, inclusive é alto o custo do crédito hoje no mercado –, não lhe parece conveniente estimular a captação de recursos de investidores estrangeiros por meio de tal medida, inclusive com o preço do dólar? Essa é uma pergunta que gostaria que também...

Fundo de Garantia de Exportação (FGE): eu vou deixar aqui para o BNDES.

Então, seriam essas as perguntas para a Giuliana ou para o Guilherme, para quem pudesse me responder. A primeira diz respeito a uma complementação da sua exposição sobre seguro de risco por cotas de longo prazo, queria entender um pouco melhor isso. A segunda é relativa aos depósitos de garantia para garantir a exportação.

A SR^a GIULIANA RIGONI – Muito obrigada pela palavra.

Em relação a essas operações de longo prazo, na realidade não se trata de cotas, seria a atuação do Governo em operações de longo prazo, em que há uma lacuna na participação...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – E aí que o Governo garante a exportação? É isso?

A SR^a GIULIANA RIGONI – Na verdade não há...

Há outras formas – por exemplo, micro e pequenas empresas – nas quais não há participação da seguradora privada. Há uma lacuna nesse nicho de mercado e, então, nesse caso, haveria a atuação do Governo para garantir esse tipo de operação de longo prazo. Então, não é questão de cota, mas, sim, de operações de longo prazo, como é o caso de infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Tá.

A SR^a GIULIANA RIGONI – Em relação à segunda questão, em relação ao seguro agropecuário.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Sim, o que você oferece como cédula de garantia.

A SR^a GIULIANA RIGONI – Na verdade, isso está fora da competência da Camex, mas a gente pode levar a questão para análise interna.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Isso está no Ministério da Fazenda, Guilherme?

O SR. GUILHERME LAUX – Certamente é área de que o Ministério da Fazenda cuida, mas, como é da área interna, não é de exportação, eu também não vou poder responder, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado.

Dr. Muzzi, primeiro queria entender como é composto esse Fundo de Garantia à Exportação? De onde é que vêm os recursos para compô-lo? Quem é que, de fato, garante? Os depósitos são mantidos pelo BNDES? Por qual órgão do Governo? Por qual banco?

Quais são as fontes de captação do FGE? Qual é a participação percentual de cada um deles no balanço do fundo?

Com relação ao FGE: é possível identificar medidas capazes de reduzir a burocracia nos processos de aprovação de Seguro de Crédito à Exportação e aumentar a transferência de uso desses recursos do FGE? Talvez seja até para a Dr^a Giuliana essa pergunta, porque é a Camex que cuida dessa burocracia das exportações.

Acerca dos processos atinentes à aprovação na SCE, eu gostaria de fazer uma menção à Emenda nº 13, do Senador Aécio, que tem uma preocupação com a maior transferência no uso dos recursos públicos do FGE. Então, essa pergunta vou deixar para a Dr^a Giuliana.

A anterior, com relação à composição do fundo, é para o Dr. Muzzi. E também, Dr. Muzzi, gostaria de saber qual é a avaliação de V. S^a acerca da transparência do processo de aprovação do Seguro de Crédito à Exportação? Há alguma medida que, a seu ver, poderia contribuir para o aprimoramento dos procedimentos estatais pertinentes ao FGE? Mais uma vez, a referência à questão da emenda do Senador Aécio, que trata desse assunto.

Vou devolver rapidamente a palavra à Dr^a Giuliana para que responda essa pergunta com relação à burocracia. Na sequência, passarei a palavra ao Dr. Muzzi para responder as perguntas com relação à composição do fundo e à transparência também.

A SR^a GIULIANA RIGONI – Obrigada pela palavra.

Em relação à burocracia: na realidade, podemos fazer referência à forma de operacionalizar, expressão que talvez seja mais adequada do que “burocracia”. Os pedidos são apresentados pelos exportadores à Agência de Crédito à Exportação, que faz toda essa análise, e, em seguida, são encaminhados à Sain, no Ministério da Fazenda. Dependendo dos valores, até vinte milhões, é da alçada da Sain; valores superiores a esse são encaminhados ao Cofig, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações. Todo esse processo de análise, e mesmo do passo a passo, vem como forma prudencial, para se analisar os critérios atuariais. Então, é algo necessário para garantir mesmo a eficiência do programa como um todo.

Eu posso responder a parte da transparência aproveitando o nicho. Em relação à transparência, que foi uma proposta de emenda do Senador Aécio Neves. Estão sendo realizados esforços no Governo no sentido de aumentar a transparência a respeito do FGE. Nesse sentido, inclusive, foi aprovada na última Camex a publici-

dade à Nota Técnica Atuarial do FGE, que, inclusive, já está disponível no site da Camex e mesmo no do Ministério da Fazenda – está disposta qual é a metodologia de especificação do seguro.

No mesmo sentido, nós estamos fazendo a análise de informações que serão também disponibilizadas. Por exemplo, as decisões; como já ocorre nas operações que são encaminhadas à Camex, já há as decisões. Depois das reuniões, são disponibilizadas as decisões das operações. Então, estamos trabalhando para que isso seja também aplicado nas operações aprovadas no âmbito do Cofig também no âmbito da alcada da própria Sain. Mas isso requer um trabalho no sentido de que, muitas vezes, quando é aprovada a operação, está ainda em processo de negociação. Então, está sendo analisada também a questão da competitividade dos exportadores. Então, que a divulgação dessas informações não gere prejuízo aos exportadores e que sejam resguardados também os sigilos comercial e bancário das operações. Então, são máximas, sim, a divulgação e a transparência, só que temos de levar em consideração esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Drª Giuliana.

Dr. Muzzi.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Pois não.

Sr. Deputado Sergio Souza, prezados Srs. Senadores e Srs. Deputados, respondo em relação a recursos do FGE. O FGE é um fundo público e é um fundo contábil. Ou seja, na verdade, são recursos que foram separados. Ele foi criado em 1999 pela Lei nº 9.818 e, na época, foram ações da antiga Telebrás etc., que estavam no fundo de dívida pública mobiliária federal etc.

Bom, mas isso, vamos dizer, faz parte da história do FGE. Hoje, o FGE vive, sobrevive, com a arrecadação de prêmios, como se fosse um seguro qualquer – a pessoa faz o seguro de um carro, paga um prêmio. O FGE é um fundo garantidor. Então, é como se fosse um seguro qualquer. Há o pagamento de prêmio, e esse pagamento de prêmio é calculado em função do risco da operação. Esse pagamento de prêmio, então, reverte para o FGE.

Calculado de maneira correta, o que vai acontecer? Os sinistros que ocorrerem, as indenizações que forem ocorrendo, serão suportadas por esse volume de prêmios. Isso vem acontecendo tranquilamente, temos tido pouquíssimos. Para se ter uma ideia: em 2015 não houve nenhuma cobertura de indenização, nenhuma cobertura de indenização pelo FGE. Então, não houve nenhum pedido de indenização ao FGE no ano de 2015, por exemplo.

A inadimplência é muito baixa. E por que a inadimplência é baixa? Porque, na verdade, é uma operação bancária, é um seguro referente a uma operação bancária e, normalmente, o banco arca... O seguro do FGE não garante toda a operação, há um percentual que é risco do banco. Então, é interessante para o banco ter garantias bancárias, tudo certinho, para que ele, num eventual inadimplemento, não sofra esse prejuízo.

Isso combinado, essa parte do banco, ou dos bancos... Trata-se de ter esse cuidado em relação ao crédito, porque sabe que uma parte não vai ser indenizada pelo FGE. Isso também contribui para a baixa inadimplência no caso do FGE.

Os recursos do FGE estão na Conta Única do Tesouro, estão dentro do Siafi. A única questão é que o BNDES é que tem a autorização legal para movimentar essa conta no Siafi. Então, os prêmios são recebidos pela conta do Siafi, são aplicados na Conta Única do Tesouro. Todos os pagamentos que têm de ser feitos pelo FGE...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Qual é o montante que há hoje depositado? Qual é o tamanho do fundo?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Na Conta Única do Tesouro? Em termos de ativos totais, são R\$81 bilhões e, na Conta Única do Tesouro, há R\$18 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Como é isso?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Aliás, minto: em dezembro de 2015 são R\$109 bilhões de total.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Cento e nove bilhões é o total.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – É, e há R\$18 bilhões de disponibilidades. Quanto ao restante, você tem algumas aplicações em títulos de renda fixa, em Certificados do Tesouro, em NTN-Fs e nos próprios créditos a receber do FGE. Então, você tem R\$18 bilhões em disponibilidades no FGE. Isso está aplicado na Conta Única do Tesouro, e o BNDES é que tem autorização legal para movimentar isso, para fazer pagamentos de indenizações por exemplo.

No ano passado não houve indenizações, mas vamos dizer que houvesse um pedido de indenização. Então, para fazer frente a esse pedido de indenização, o BNDES vai e movimenta a conta para fazer o pagamento desse pedido.

Sem contar que, nessas indenizações que porventura ocorram, existem recuperações de indenização. A AGU vai atrás desses créditos inadimplidos, inclusive em outros países, para recuperar essas indenizações. O FGE tem recebido recuperações de indenizações que a AGU tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Dr. Luiz Muzzi, há um percentual? Vamos dizer que eu vá exportar R\$1 milhão, que é o tamanho do meu produto. Quanto tenho que pagar de prêmio?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Na verdade, essa é uma parte que não é minha, mas talvez os colegas possam responder essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – O Guilherme, na sequência, responde. O senhor pode completar a sua resposta.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Isso falando dos recursos, não é? Agora, falando da transparência, eu vou acompanhar o que disse a Srª Giuliana, ou seja, o BNDES está em um processo de, cada vez mais, colocar informações a respeito de suas operações. O único cuidado que se tem que ter é exatamente essa questão que ela mencionou, das operações individuais, que envolvem muitas operações da FGE, envolvem o risco político, o risco comercial. Então, é preciso ter esse cuidado.

Agora, por exemplo, os números agregados podem tranquilamente ser divulgados. Inclusive, especificamente a respeito da emenda do Senador Aécio Neves, quando ele pede que seja publicado um relatório financeiro, não há problema nenhum. A gente está exatamente evoluindo para essa maior transparência a respeito do fundo.

Quanto à burocracia, eu acho que a gente tem que... É um *trade-off*: burocracia e o cuidado que se tem que ter na análise das operações e na concessão de crédito, na concessão do Seguro de Crédito à Exportação. Quer dizer, uma coisa vai exatamente no sentido contrário da outra. Então, podem haver operações mais simples, que exigem uma análise rápida, e operações mais complexas, em que há a necessidade de uma análise maior. Isso vale para todas as operações do BNDES de um modo geral e também se aplica ao caso do FGE. Então, em operações mais complexas, tem de ser mais detalhada a análise do risco etc.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Luiz Muzzi.

Guilherme.

O SR. GUILHERME LAUX – Em relação ao prêmio, ressalto que não há uma metodologia única de prêmio, depende muito do risco que está sendo coberto. As operações em tela, por exemplo, que a gente chama de operações de *performance*, têm uma precificação diferente das operações de crédito. E, dentro de operações de crédito, a gente tem uma divisão entre micro, pequena, média e grande empresa.

Mas, só para não deixar em branco: as nossas operações com micro, pequenas e médias empresas têm saído entre 0,5% e 1% do valor exportado, bem baixinho. E essas de longo prazo, de maior risco, que requerem mais cuidado, têm saído entre 5% e 10%.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Isso para as micro e pequenas. Para as grandes operações, não...

O SR. GUILHERME LAUX – Tem sido entre 5% e 10%, mas pode ser menos ou mais.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – São 5% a 10% do valor da transação?

O SR. GUILHERME LAUX – Do valor exportado. A gente segue a metodologia internacional da OCDE, para ter uma... Assim, para ser fiscalizado, a gente não tem uma coisa própria, que seja *ad hoc*, a gente segue uma metodologia internacionalmente estabelecida. Depende muito do risco a ser coberto. Depende do prazo, do risco, depende um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Mas aí, Sr. Luiz Muzzi, neste caso, por exemplo, de um patrimônio de R\$115 bilhões, a taxa de até 10% do montante exportado não é muito alta? O senhor não acha que é... O senhor me disse que o risco é bem pequeno. É raro ter que... Para favorecer as exportações, nós não poderíamos incentivar ainda mais a exportação? Pelo que eu entendi do que disseram a Giuliana e o Guilherme, na verdade você tem um incentivo, garantia para criar um mercado exportador. Não é uma garantia para cobrir a eventualidade de alguém lá na França não pagar o exportador. Nesse caso, não quer dizer que esse fundo vá pagar, não é isso? Esse fundo não garante a operação, ele garante a frustração do negócio se houver uma perda no meio do caminho. Por exemplo, se eu vendi U\$1 milhão e eu não recebi... O importador lá de fora, se ele não me pagar, é o fundo que banca?

O SR. GUILHERME LAUX – Isso depende da operação.

Vamos pegar risco de crédito: é o risco de o importador não pagar. O exportador brasileiro vende para o importador no exterior e, se esse importador não pagar, o risco sobre, honra a garantia que foi...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Não na totalidade, porque uma parte é coberta pelo banco.

O SR. GUILHERME LAUX – Isso. Normalmente, a gente cobre de 90% a 95%, a depender também de qual é o risco. O risco político: normalmente se cobre um pouquinho mais, porque não depende muito da relação

entre importador e exportador. E o risco comercial, que depende da relação entre importador e exportador, acaba se cobrindo um pouco menos.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Mas aí, Guilherme, veja só: você chegou a dizer 0,5% a 2% para as micro e pequenas – quer dizer que são pequenas movimentações – e, para grandes volumes, 5% a 10%. Mas me parece que o risco não é tão grande assim, porque, segundo o que disse aqui o Luiz Muzzi, são raros os casos de ter que indenizar.

Neste caso, se nós reduzíssemos um pouco esse percentual, nós não incentivariamos mais a exportação? Isso não ajudaria a nossa produção interna, a geração de emprego e renda aqui, a agregação de valor no Brasil, inclusive neste momento de crise, sendo essa a intenção da medida provisória inclusive?

O SR. GUILHERME LAUX – Nós temos só que tomar um cuidado – e volto à parte de relações internacionais. Se cobrarmos uma taxa de prêmio muito baixa, nós poderemos ser questionados na Organização Mundial de Comércio em função da concessão de subsídios. Ao respeitar o acordo da OCDE, que é a base para a nossa precificação, nós obtemos um certificado que equivale a dizer “Olha, seu prêmio está calibrado, está correto, ninguém vai poder entrar, nenhum...”

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Deixem eu refazer aqui a minha pergunta: é possível reduzir alguma coisa?

O SR. GUILHERME LAUX – Hoje não. Hoje, a gente... Normalmente, os países lá fora e as empresas que fazem cobram a OCDE como um mínimo e põem um adicional. No pacote brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Quanto eles cobram lá fora?

O SR. GUILHERME LAUX – É o mesmo valor. A precificação que a gente usa é internacional, regulamentada internacionalmente, mas é o mínimo que pode ser feito para evitar que seja acionada a OMC.

Normalmente, lá fora, ainda se pega o prêmio e se põe alguma coisa adicional. No nosso caso, a gente está praticamente, na maioria dos casos, nesse mínimo. Para operações de crédito acima de 2 anos, que são regulamentadas pela OCDE e pela OMC, a resposta hoje em dia é não. A gente teria mais margem em outros mercados – micro e pequenas empresas é um deles.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – O.k. E você tem noção de quanto é que, por ano, se arrecada de prêmio?

O SR. GUILHERME LAUX – Depende. Se a metodologia é ingresso na Conta Única, ao redor de R\$200 milhões por ano. O Muzzi deve ter o número do ano passado, mas tem sido uma média de R\$200 milhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Dólares?

O SR. GUILHERME LAUX – Reais.

E aprovados, quer dizer, que alguma hora vão vir a entrar, estão dando ao redor de R\$1 bilhão. Mas o que efetivamente entra está ao redor de R\$200 milhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Duzentos milhões na Conta Única, que é onde estão os R\$18 bilhões, não é?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Em 2015 foram R\$244 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – De reais?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – É. Essa foi a receita de prêmios executada financeiramente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – E quanto é que se pagou de indenização em 2015?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Nada.

O SR. GUILHERME LAUX – Zero.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – De indenização, não houve nada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Quer dizer que é baixíssimo risco?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Exatamente.

Só complementando a resposta do Dr. Guilherme: na verdade, a gente tem que pensar nos dois pontos. Quer dizer – sem considerar essa questão internacional –, se você abaixa o valor do prêmio, você favorece a exportação, os exportadores. Por outro lado, você pode colocar em risco a saúde financeira do fundo no longo prazo, porque, como eu falei, o que permite a sobrevivência hoje do fundo é a receita de prêmios e a aplicação financeira dessa receita de prêmios.

Então, é importante que...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Um dos senhores poderia me dizer qual foi o valor das exportações brasileiras no ano passado, totais? Não só as garantidas, as que tiveram seguros, mas as totais.

A SR^a GIULIANA RIGONI (*Fora do microfone.*) – Cento e noventa e um bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Cento e noventa e um bilhões. Isso quer dizer o seguinte, que se... E quantas dessas foram através do Seguro de Crédito à Exportação? Qual é o percentual disso? Há esse número?

A SR^a GIULIANA RIGONI (*Fora do microfone.*) – Três bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Três bilhões. Na verdade, para R\$3,6 bilhões foi buscado esse Seguro de Crédito, que gerou uma renda de prêmio de R\$250 milhões – a gente tem aí 8% mais ou menos.

Quer dizer o seguinte: com R\$115 bilhões, eu consigo garantir 20 anos, mesmo que ninguém se frustrre? É um fundo muito importante, R\$115 bilhões é algo, realmente, considerável. É uma boa parcela.

O SR. GUILHERME LAUX – Posso esclarecer um ponto?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Claro.

O SR. GUILHERME LAUX – O que o Muzzi colocou de ativos não necessariamente é o patrimônio líquido do fundo, são os ativos totais. O patrimônio líquido do fundo, que é o que a gente usa para indenizar, está ao redor de R\$26 bilhões, que é mais ou menos os R\$18 bilhões que ele mencionou da Conta Única, e mais ou menos uns R\$8 bilhões, que são em títulos, que estão fora da Conta Única.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – E o que é que são esses outros R\$90 bilhões?

O SR. GUILHERME LAUX – São ativos a receber. O mais importante é o valor do patrimônio do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – O patrimônio é de R\$26 bilhões?

O SR. GUILHERME LAUX – Aproximadamente R\$26 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – E os R\$90 bilhões são a receber? Só para a gente entender...

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Exatamente. Em dezembro de 2015, o patrimônio líquido era R\$23 bilhões contra um total de garantia de valores de R\$45 bilhões. A relação entre esses números é que dá o grau de alavancagem de 1,93.

Então, o número com o qual se tem que trabalhar é exatamente o número do patrimônio líquido, que seria R\$23 bilhões. Desses 23, você tem 18 mais ou menos em disponibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Mas o que são os outros 90?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – São créditos a receber.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Como assim créditos a receber? É alguém que vendeu e ainda não pagou o prêmio? É isso? Só para eu entender o que são estes créditos a receber.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Há uma série de coisas.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Ações de regresso?

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Há, por exemplo, R\$7 bilhões em títulos de valores mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Sim, mas isso é patrimônio.

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Há uma série de itens que compõem isso.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Porque o FGL faz investimentos também em títulos de valores mobiliários, na Bolsa...

O SR. LUIZ CESAR MUZZI – Esse ativo de R\$109 bilhões é o ativo que chamamos de compensado. Na verdade, você tem aí indenizações a receber, direitos e obrigações contratuais, operações contratadas a desembolsar. Portanto, você tem tanto no ativo compensado quanto no passivo compensado. Isso aí está nas contas de compensação.

Realmente, o que nós temos que olhar é o ativo exceto o compensado, que hoje é de R\$28 bilhões. Basicamente, é o patrimônio líquido de... Nessa data de dezembro de 2015, eram R\$23,4 bilhões. Esse é o referencial, vamos dizer, que nós temos que utilizar.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Daria para, em 8 anos, pagar a garantia nessa proporção de R\$3,6 bilhões; exportados garantidos, daria em torno de 7 a 8 anos, frustrando 100% das operações.

Numa inadimplência de 2015, que foi zero... O debate é adequado aqui, nesta medida provisória, porque, se for aqui que tivermos que fazer alguma alteração... Uma sugestão é nós realmente incentivarmos as exportações.

Uma vez que você incentiva... Essa não é uma política do Brasil, é uma política global. Se você pegar as maiores economias, elas trabalham com isso. As duas maiores economias... Nos Estados Unidos, a política número um deles é exportação. Os Estados Unidos, fora do continente deles, têm um patrimônio muito maior do que o que eles têm dentro do continente – é só pegar algumas marcas que você vê no dia a dia. Não é diferente com a China – aí já são os produtos manufaturados que entram muito.

O Brasil está nesse processo de produtos manufaturados. Nós temos uma população de 205 milhões, algo em torno de 10 milhões de desempregados, 1,5 milhão só no último ano – isso em relação aos formalizados –, e uma dificuldade interna muito grande para gerar novos empreendimentos e, com isso, fazer com que volte

a crescer a economia. É um círculo virtuoso: se você tem para quem vender, você fabrica; se você está fabricando, você emprega; se esse empregado tem como comprar, isso fomenta o comércio. É um círculo virtuoso.

O que gostaria de saber aqui é se há como nós incentivarmos um pouco mais. Não se trata apenas de abrir o leque de produtos que podem ser albergados pelo FGE, que é o que me parece ser o cerne da medida provisória, mas de ir um pouco além: criar um incentivo para que não só os exportadores, mas o produtor... Como trata o texto da lei, que o produtor comece a buscar mecanismos para exportar.

É muito comum – e eu vi muito isto nos últimos anos – brasileiros irem à China. Agora há pouco, o Senador Hélio disse que foi ao Japão, que é a terceira economia do Planeta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – É a sexta o Japão? Não, é terceira. Quarta é a Alemanha; quinta, a França; sexta, a Inglaterra; e sétima, o Brasil.

Quantos vocês já viram ir à China, em uma situação de negócios, para comprar produtos acabados para vender no Brasil? Há uma política de exportação chinesa e, lógico, uma redução de custos de produção enorme por uma série de razões, principalmente por questões trabalhistas que, no nosso conceito de democracia, não caberiam no Brasil, mas nós vimos isso muito.

Então, não poderíamos, neste momento, fazer um gesto para ajudar o País a recuperar a sua estabilidade econômica?

Se o mercado interno não consegue absorver alguma produção, e as indústrias estão parando, será que nós não conseguíramos, aproveitando o momento do dólar e tudo mais, incentivar um pouco mais as exportações, diminuindo a taxa cobrada? Lógico que dentro daquilo que é permitido. Sei que a OMC cuida muito disso, e o Brasil enfrenta várias guerras dentro da OMC – tem ganhado muitas delas.

Então, fica aí a sugestão. Se puderem, a tempo de o Relator apresentar o relatório... E aí fica para a nossa Assessoria e para a Consultoria também nós pensarmos uma sugestão ao Relator, conversando sempre com o Ministério da Fazenda, com a Casa Civil, no sentido de diminuir o valor do prêmio para as exportações para, com isso, incentivarmos ainda mais a produção.

Quero fazer aqui uma pergunta ao Marcelo Franco. O Seguro de Crédito à Exportação provoca a transferência para a União de risco de crédito originalmente contratado por instituições financeiras. Que regras atuais e/ou prudenciais são seguidas pelo SCE, o Seguro de Crédito à Exportação, e pela ABGF, que é a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., para assegurar que haja recursos para o pagamento das futuras indenizações sem necessidade do aporte extraordinário de recursos fiscais?

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Obrigado, Presidente.

Eu acho que, de alguma forma, esse assunto foi tangenciado aqui pelo grupo – os mecanismos prudenciais. O objetivo nosso é trabalhar sempre com uma avaliação de risco que seja ajustada ao tipo de operação. Então, nós falamos um pouco da burocracia, das etapas que precisam ser cumpridas para que o processo tenha início, meio e fim.

Dentro da ABGF, nós temos algumas etapas que são importantes no sentido de preservar a garantia que, ao final e ao cabo, é prestada pelo Ministério da Fazenda, em nome da União. Nós temos um Comitê de Enquadramento das Operações; na sequência, um Comitê de Crédito, onde os técnicos avaliam e opinam sobre aquela operação; por fim, um Comitê Executivo, composto pela diretoria, que indica aquela operação ao Cofig (Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações), composto por autoridades dos ministérios vinculados ao Comércio Exterior. Algumas etapas precisam ser cumpridas, são importantes, são necessárias. Eu acho que esse é um elemento crítico na defesa, preservação, perenidade, sustentabilidade do fundo.

A outra também que acho foi tangenciada foi a discussão sobre o valor de prêmio, a precificação. Existe, de fato, uma diferença entre micro, pequenas e médias empresas, cujo percentual de prêmio cobrado é baixo porque a operação tem um prazo muito pequeno. Nós estamos falando de operações cujo prazo médio gira em torno de 90 dias, ao passo que as taxas de outras operações cujos prêmios são mais elevados, mencionadas aqui pelo colega Guilherme Laux, giram em torno de 5%, podendo haver uma variação um pouco mais para cima. Essa precificação está sempre atrelada ao prazo. Quer dizer, o que é o risco de uma operação de crédito? O risco é o lapso temporal. É o momento da entrega contra o pagamento. Então, tem-se uma distância entre a entrega e o pagamento, a liquidação. Isso, de fato, é o risco de crédito conceitualmente falando. Então, é isto que se tem de observar e preservar: qual é a capacidade de pagamento dessa empresa que está recebendo essa mercadoria, esse bem ou esse serviço hoje daqui a cinco ou dez anos? Este é o grande desafio que nós temos: avaliar o risco com esse tipo de configuração e natureza.

Outro elemento importante é o nível de risco do país onde está posicionado aquele importador desse bem e serviço. Assim, no portfólio do FGE aqui mencionado, que tem uma baixa sinistralidade graças a alguns

elementos, alguns arranjos necessários para a defesa do sistema, nós temos hoje, de fato, uma inadimplência baixa. Mas nós estamos criando reserva. Existe uma curva, e essa curva é importante para a maturidade do processo do fundo, para que nós enfrentemos desafios que venham a macular as operações de Seguro de Crédito à Exportação. E são desafios internacionais, porque todos nós sabemos que a economia mundial funciona à base de ciclos econômicos. A cada três, quatro anos, há uma crise econômica. A gravidade ou a profundidade disso é algo que só descobrimos no momento em que ela emerge.

Então, há dois elementos que são críticos na avaliação de uma cobertura de risco de crédito. O primeiro é o prazo da operação. O segundo é a classificação de risco do país.

Então, nós adotamos uma escala, que é uma escala padrão, que se comunica com os nossos pares na competição internacional, que é a escala da OCDE.

Apesar de o Brasil não ser membro participante efetivamente da OCDE, a gente tem uma participação no acordo setorial aeronáutico, por razões óbvias de competição internacional da indústria local contra as indústrias, principalmente a indústria canadense, como os senhores sabem, mas nós seguimos esse padrão, e este tem uma escala de zero a sete de risco, em que os países de risco mais elevado estão na escala seis, sete.

O nosso portfólio tem uma composição de risco que é majoritariamente no nível cinco, seis, sete. É uma vocação de exportação do Brasil; o Brasil tem uma vocação de exportação para a América Latina e para a África. A gente não tem vocação de exportar, pelo menos bens manufaturados, de alto valor agregado, que é onde a gente se ocupa no crédito à exportação. É importante frisar que o Seguro de Crédito à Exportação dá cobertura às operações acima de dois anos, à exceção das micro e pequenas empresas e esses casos aqui de que a gente agora vai tratar, que também não são operações de risco de crédito, são operações numa fase antes do embarque – refiro-me à produção de bens e serviços exportáveis, que é do que trata a medida provisória em seu art. 5º. Primeiro trata de defesa, e agora a gente está tratando de agrícola, com uma perspectiva de se examinar pecuária também e tratar o agropecuário, se for o caso.

Muito bem. Nesse sentido, há elementos que são necessários na avaliação de risco de crédito. Então – para responder à sua pergunta, Presidente –, o que nós fazemos? Nós adotamos práticas consagradas no mercado securitário nacional e internacionalmente. Então, nós adotamos – foi mencionado pelo colega Muzzi – PPNG (Provisão de Prêmios Não Ganhos); IBNR, que é uma sigla em inglês, mas que diz respeito a sinistros ocorridos, mas não avisados até aquele momento; provisão de sinistros a liquidar, e aí nós temos também a provisão de suficiência de prêmios. Essas quatro são métricas clássicas do mercado securitário, quem transita no mercado securitário conhece, porque são elementos basilares para que a gente tenha o fundo com solvência, com sustentabilidade e que nos assegure a perenidade da atuação desse instrumento, que é tão válido e importante para as exportações brasileiras.

Agora, a gente tem, de fato, algumas lacunas, e este é o papel do Seguro de Crédito à Exportação com o FGE, que é um fundo público: preencher essas lacunas. O grande desafio nosso é preencher as lacunas de mercado, as falhas de mercado, sejam elas estruturais ou conjunturais para um tempo relativamente demorado. Agora, não se deve, a meu ver, empregar recursos da União, recursos públicos, para contemplar setores para os quais o mercado oferece garantias, ou seja, disputar espaço com o mercado securitário privado, por exemplo.

Então, esse tem sido o nosso grande desafio e, num primeiro momento, foi estruturado dessa maneira. O apoio oficial se presta a garantir riscos comerciais acima de dois anos ou risco político, seja qual for o prazo da operação. Especificamente para bens semimanufaturados, manufaturados e equipamentos pesados de modo geral pesados, operações que realmente estejam vinculadas neste prazo acima de dois anos.

Depois nós fomos no sentido de apoiar a micro e a pequena empresa, porque a gente tem uma situação de represamento. Você tem micro e pequenas empresas que não têm acesso a crédito por falta de garantia. Então, o elemento Seguro de Crédito à Exportação vem no sentido de apoiar essas micro e pequenas empresas e facilitar o acesso a financiamento, a crédito, para que essas empresas se tornem exportadoras regulares e não exportadores que têm uma oportunidade hoje e, dali a um ano, têm outra oportunidade, e você não consegue manter esse sistema funcionando e destravar esse represamento.

Nós temos um universo enorme de empresas exportadoras cadastradas e um universo enorme de empresas não regulares exportadoras cadastradas. O objetivo do programa da micro e pequena empresa é, de fato, destravar e permitir o fluxo dessas operações.

Então, novamente, só para frisar: nós adotamos essas práticas, que são práticas consagradas no mercado securitário interno e externo, que são as provisões técnicas atuariais que nos permitem conferir algum tipo de sustentabilidade ao programa e ao Fundo Garantidor de Exportação.

Com relação à alavancagem, novamente: é um sistema que segue a demanda. À medida que há uma demanda, e nós temos essa pressão de demanda dos exportadores, obviamente que a gente vai examinar os

casos e procurar conferir a garantia que se está buscando e, portanto, as operações vão crescer à medida que essa demanda venha pressionar o sistema por garantias.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Eu consulto os demais para saber se há alguma consideração final. (*Pausa.*)

Não havendo mais nada a tratar, agradecemos a presença de todos, em especial dos Parlamentares membros desta Comissão e dos expositores neste debate sobre a Medida Provisória nº 701, de 2015, que trata de crédito à exportação.

Declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.)

ATA DA 4^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 701, DE 2015, PUBLICADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 6.704, DE 26 DE OUTUBRO DE 1979, PARA DISPOR SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO; A LEI Nº 9.818, DE 23 DE AGOSTO DE 1999, E A LEI Nº 11.281, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2006, PARA DISPOR SOBRE O FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO; A LEI Nº 12.712, DE 30 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE A AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF; E O DECRETO-LEI Nº 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969, PARA DISPOR SOBRE A MOEDA DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES EXEQUÍVEIS NO BRASIL”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia doze de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Gleisi Hoffmann, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 701, de 2015, com a presença dos Senadores Hélio José, Humberto Costa, José Pimentel, Douglas Cintra, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Angela Portela e Vanessa Grazziotin; e dos Deputados Givaldo Carimbão, Sergio Souza, Assis Carvalho, Helder Salomão, Ronaldo Nogueira, Silas Brasileiro, Carlos Zarattini e Gonzaga Patriota. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Douglas Cintra, para a leitura de seu Relatório. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, o Senador José Pimentel assume a Presidência da Comissão. Colocado em votação, o Relatório é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 701, de 8 de dezembro de 2015, inclusive quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 701, de 8 de dezembro de 2015, com o acolhimento das Emendas nºs 8, 14, 15 e 20, o acolhimento parcial da Emenda nº 13 e a rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e das Reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Vice-Presidente

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco/PT - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 701, de 2015.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório.

Passo a palavra ao Senador Douglas Cintra, Relator da matéria, para a leitura do seu relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco/PTB - PE) – Em exame nesta Comissão Mista a Medida Provisória (MPV) nº 701, de 8 de dezembro de 2015, que altera a legislação referente ao Seguro de Crédito à Exportação, ao Fundo de Garantia à Exportação, à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e à moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.

Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, o Seguro de Crédito à Exportação (SCE) visa a garantir as operações de crédito à exportação contra riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira ou as exportações brasileiras de bens e serviços.

Conforme o art. 1º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação.

Nos termos dos arts. 37 e 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a ABGF é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, a qual tem por objeto, entre outros: a concessão de garantias contra riscos comerciais ou políticos extraordinários em operações de crédito ao comércio exterior ou contra riscos de descumprimento de obrigações contratuais em operações de exportação de bens ou serviços; e a constituição, a administração, a gestão e a representação de fundos garantidores.

O art. 1º da MPV altera o art. 1º da Lei nº 6.704, de 1979, para acrescentar as seguradoras e os organismos internacionais no rol de instituições que podem utilizar o SCE e para explicitar a aplicação subsidiária do Código Civil, em especial o art. 206, que trata de regras e prazos de prescrição, aos contratos no âmbito do citado seguro.

O art. 1º da Medida Provisória insere ainda o § 2º no art. 4º da referida Lei para explicitar que, quando a União contratar a ABGF ou outra instituição para operar o SCE, a justificativa do preço na remuneração da contratada terá como base padrões internacionais, podendo incluir parcela variável atrelada: a um percentual sobre o preço de cobertura das operações, definido pelo Ministério da Fazenda; à performance do SCE, inclusive para micro, pequenas e médias empresas; à sustentabilidade atuarial do FGE; ou ao preço praticado por congêneres privadas.

O art. 1º da MPV também acrescenta o § 3º ao citado art. 4º da Lei nº 6.704, de 1979, a fim de permitir à União assumir despesas, em âmbito judicial ou extrajudicial, para evitar ou limitar eventuais indenizações no âmbito do SCE. Insere também o § 4º a esse mesmo artigo para prever que o prêmio desse seguro poderá ser pago: no momento da concessão do seguro; por ocasião de cada embarque de bens ou exportação de serviços; a cada desembolso de recursos no contrato de financiamento à exportação; ou, ainda, de forma parcelada. Também no referido art. 4º da Lei nº 6.704, de 1979, é adicionado o § 5º, com a regra de que a indenização do SCE poderá ser paga de acordo com o cronograma de pagamentos da operação de crédito à exportação ou em parcela única, a critério da União.

O art. 2º da Medida Provisória altera o art. 5º da Lei nº 9.818, de 1999, a fim de possibilitar a utilização dos recursos do FGE, com o SCE, para a cobertura de garantias de cumprimento de obrigações contratuais prestadas por instituição financeira em operações de exportação de produtos agrícolas cujo produtor seja, no momento da contratação com a instituição financeira, beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais. Anteriormente, esse art. 5º permitia tal utilização apenas em operações de exportação de bens e serviços de indústrias do setor de defesa.

O art. 3º da MPV insere os §§ 5º e 6º no art. 2º da Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para estabelecer que, em relação aos créditos de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE e decorrentes de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), a União estará dispensada da cobrança judicial de tais créditos, quando a recuperação for considerada inviável, sem que haja, porém, remissão da dívida. Essa recuperação será considerada inviável quando a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda verificar que o custo da cobrança é superior ao valor a ser recuperado.

O art. 4º da Medida Provisória altera o art. 56 da Lei nº 12.712, de 2012, o qual prevê ser dispensável a licitação para contratação da ABGF ou suas controladas por pessoas jurídicas de direito público interno. A antiga redação dizia que, nesse caso, o preço da contratação deveria ser compatível com o praticado no mercado. A nova redação estabelece que tal preço observará o disposto na legislação vigente e esclarece que a licitação será dispensável para a realização de atividades relacionadas ao objeto da ABGF.

O art. 5º da MPV modifica o art. 2º do Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, que dispõe sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil. O art. 1º dessa norma declara nulos os documentos e as obrigações exequíveis no Brasil que estipulem pagamento em ouro ou moeda estrangeira ou que restrinjam ou recusem o curso legal da moeda nacional. O art. 2º traz as exceções a essa regra de nulidade, entre as quais os contratos de financiamento ou prestação de garantias relativos a operações de exportação de bens de produção nacional, vendidos a crédito para o exterior. A nova redação dada pela MPV altera justamente essa exceção para incluir também os contratos de serviços vendidos a crédito para o exterior, deixando de citar que os bens e serviços sejam de produção nacional.

Finalmente, o art. 6º da Medida Provisória estabelece o início de sua vigência na data de sua publicação. A MPV recebeu vinte emendas, que serão analisadas adiante.

Nos termos do *caput* do art. 62 da Constituição Federal (CF), em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, submetendo-as de imediato ao Congresso Nacional. Segundo o § 9º desse art. 62 e o art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação de medidas provisórias pelo Congresso Nacional, compete à presente Comissão Mista emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 701, de 2015.

Como se trata da única Comissão a apreciar a matéria, o parecer analisará tanto os aspectos formais, isto é, a constitucionalidade (inclusive os pressupostos de relevância e urgência), a juridicidade, a regimentalidade, a adequação financeira e orçamentária e a técnica legislativa, quanto o mérito da MPV.

O pressuposto constitucional da relevância está atendido, pois o Seguro de Crédito à Exportação é um instrumento fundamental de apoio às exportações de bens e serviços brasileiros. Conforme destacado na Exposição de Motivos (EM nº 00153/2015 MF), o FGE tem mantido sua sustentabilidade ao longo do tempo, arrecadando mais de um bilhão de dólares em prêmios e incorrendo em menos de quarenta milhões de dólares em indenizações. Trata-se, assim, de um instrumento de apoio às exportações adequado a um contexto de crise fiscal, no qual a capacidade de investimento da União tem, infelizmente, declinado ano a ano.

Do mesmo modo, o requisito constitucional da urgência se verifica no presente caso. Existe hoje uma premente necessidade de impulsionar as exportações brasileiras, particularmente em razão do atual período de crise econômica. Ainda que a queda na atividade econômica e a alta do dólar tenham contribuído para diminuir o déficit de transações correntes do País em mais de 40% no ano passado, o Brasil continua a apresentar um déficit externo significativo, tendo atingido um saldo negativo de cerca de sessenta bilhões de dólares em 2015. Para 2016, o Banco Central projeta um déficit de transações correntes da ordem de 41 bilhões de dólares, o que representa quase 3% do Produto Interno Bruto brasileiro. Nesse contexto, é imprescindível que o Estado atue diretamente na promoção das exportações de bens e serviços, estimulando o superávit da balança comercial e, consequentemente, conferindo maior equilíbrio às contas externas.

A urgência da MPV está justificada ainda pela possibilidade de os créditos decorrentes de indenizações do FGE virem a prescrever, conforme descrito na Exposição de Motivos. A racionalização do processo de recuperação de créditos, com a dispensa de cobrança judicial dos créditos cuja recuperação seja considerada inviável, permitirá à União concentrar esforços nos casos em que haja maior possibilidade de sucesso. Adicionalmente, há urgência quanto ao prazo de vencimento do atual contrato da União com a ABGF, em junho de 2016. Assim, a aprovação desta Medida Provisória permitirá que o próximo contrato com essa empresa ocorra já sob a égide das novas normas, de forma a evitar a interrupção dos serviços relacionados ao SCE.

Os demais aspectos de constitucionalidade também restam observados. Os incisos VI, VII e VIII do art. 22 da Carta Magna atribui competência privativa à União para legislar sobre sistema monetário, política de crédito, seguros e comércio exterior. Por outro lado, os assuntos tratados na MPV não se incluem no rol de matérias vedadas às medidas provisórias (§ 1º do art. 62 da CF).

No tocante à juridicidade, a matéria atende aos requisitos de novidade, generalidade, abstração e coerçibilidade, sendo veiculada em espécie normativa adequada e com respeito aos princípios jurídicos. Além disso, as alterações se inserem nas leis que tratam dos respectivos assuntos que configuram o objeto da Medida Provisória.

Em relação à regimentalidade, a MPV vem acompanhada de Mensagem Presidencial e Exposição de Motivos, em atendimento ao § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Quanto à técnica legislativa, o texto observa a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

No tocante à adequação orçamentária e financeira, analisada por exigência do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, por meio da Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 39 de 2015, elaborada nos termos do art. 19 da mesma Resolução, concluiu que a MPV é adequada, pois as medidas propostas são voltadas para a melhoria operacional do SCE, visando a uma maior eficiência do mecanismo de estímulo às exportações, destacando a sustentabilidade do mecanismo, pois, conforme a Exposição de Motivos, o FGE atingiu, em outubro passado, marca superior a um bilhão de dólares em prêmios arrecadados, com indenizações de apenas cerca de 36 milhões de dólares, dos quais quase dezessete milhões já foram recuperados.

No mérito, a MPV nº 701, de 2015, merece aprovação.

Os aprimoramentos na legislação do SCE, ao mesmo tempo que ampliam as possibilidades de concessão de seguro, mantêm a segurança na aplicação dos recursos.

Nesse sentido, é louvável a iniciativa de incluir as seguradoras e os organismos internacionais no rol de instituições que podem utilizar o SCE. Particularmente em um contexto de crise, a consolidação do entendimento a respeito das instituições que podem utilizar esse seguro facilitará a abertura de novos mercados, contribuindo para a expansão e a diversificação da pauta exportadora brasileira. Igualmente importante é a inclusão do § 3º no art. 1º da Lei nº 6.704, de 1979, para esclarecer que os dispositivos do Código Civil são aplicáveis às operações efetuadas no âmbito do SCE.

Além disso, a criação de critérios para remuneração das instituições contratadas no âmbito do SCE e a inclusão em lei das formas de pagamento do preço de cobertura do seguro e da indenização representam um importante avanço no marco regulatório do setor, conferindo mais transparência e objetividade às operações.

A possibilidade de a União assumir despesas em âmbito judicial ou extrajudicial para evitar ou limitar indenizações no âmbito do SCE constitui também aprimoramento importante na legislação do FGE. A assunção das despesas ficará a critério da União e tal faculdade poderá ser exercida para mitigar eventuais perdas, respeitado o princípio da economicidade.

Destacamos, ainda, a mudança realizada na Lei nº 9.818, de 1999, para possibilitar a utilização dos recursos do FGE na cobertura de garantias também no caso de produtos agrícolas cujo produtor seja beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais. Trata-se de medida de grande importância para o setor, pois facilitará ao exportador beneficiário de cotas tarifárias a utilização efetiva desse benefício.

A alteração da Lei nº 11.281, de 2006, para dispensar a União da cobrança judicial de créditos cuja recuperação seja considerada inviável, é também previsão racional, uma vez que não se justifica, sob a ótica da eficiência e da economicidade, que a União envide esforços na restituição de valores inferiores aos custos incorridos em sua recuperação.

A esse respeito, é importante ressaltar que os prêmios cobrados pelo SCE foram superiores às perdas decorrentes de créditos indenizados. Conforme a Exposição de Motivos, a chamada sinistralidade do FGE – razão entre as indenizações pagas e os prêmios arrecadados – situa-se, atualmente, em torno de 4%, o que demonstra o caráter superavitário do sistema.

Destaque-se ainda que a dispensa de cobrança não implicará remissão da dívida, de modo que a empresa devedora no exterior continuará a ser considerada devedora perante a União, restando impossibilitada, por exemplo, de obter crédito ou garantia oficial do Governo brasileiro.

Finalmente, é positiva a alteração do Decreto-Lei nº 857, de 1969, ao ampliar a exceção do inciso II, do art. 2º, também para as exportações de serviços vendidos a crédito no exterior, pois isso moderniza o arcabouço legal para torná-lo compatível com a realidade atual do comércio exterior brasileiro, o qual vê crescer, ano a ano, as exportações desse segmento.

Não há dúvidas, portanto, de que a MPV nº 701, de 2015, promove alterações fundamentais no arcabouço normativo de apoio às exportações brasileiras. Não obstante, entendemos também cabíveis alguns aprimoramentos adicionais, contemplados no Projeto de Lei de Conversão (PLV), que contribuirão para a promoção do comércio exterior no País, bem como para a internacionalização das empresas brasileiras.

As mudanças que propomos no inciso III e no § 1º do art. 1º e no art. 4º da Lei nº 6.704, de 1979, bem como a inclusão dos §§ 7º e 8º no art. 2º da Lei 11.281, de 2006, têm por objetivo modernizar o marco regulatório do SCE, adaptando-o a um cenário de crescente globalização econômica, no qual a produção de produtos e serviços muitas vezes envolvem componentes produzidos em diversos países. Nesse contexto, cresce a importância da participação de bens e serviços brasileiros nas exportações de outros países, que, com as citadas modificações, também poderão ser garantidas pelo SCE. Assim, harmonizamos a legislação brasileira com as melhores práticas internacionais, permitindo a realização de acordos de compartilhamento de risco entre agências brasileiras e estrangeiras, para atender interesses mútuos de promoção de exportações de suas respectivas empresas nacionais.

A inclusão do § 4º ao art. 1º da Lei nº 6.704, de 1979, visa ampliar a cobertura do SCE também para a exportação de produtos nacionais em que não ocorra sua saída do território brasileiro.

Com isso, facilita-se a utilização desse seguro para garantir, por exemplo, as exportações do setor de petróleo e gás amparadas pelo regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinado às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro).

Já a criação do seguro de investimento, por meio das alterações nos arts. 1º e 4º da Lei nº 9.818, de 1999, e nos arts. 2º e 4º da Lei nº 11.281, de 2006, e da inclusão dos arts. 10 a 16 no texto do PLV, tem por finalidade estimular a internacionalização de empresas brasileiras, por meio da concessão de garantias ao investimento brasileiro em empresas novas ou já constituídas em outros países. A cobertura será limitada aos riscos políticos e extraordinários do país alvo dos investimentos, de modo que o risco comercial ordinário permanecerá com o empresário. Trata-se de passo fundamental para modernizar o arcabouço normativo brasileiro, ante um cenário de crescente globalização, adequando-o às melhores práticas internacionais.

A redação proposta para o art. 4º da Lei nº 9.818, de 1999, objetiva expandir a possibilidade de cobertura de garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito à exportação contra risco comercial de operações, com qualquer prazo de financiamento, quando se tratar de devedores privados ou públicos localizados em países cujo risco de crédito seja considerado elevado ou quando ocorrer o compartilhamento de risco com instituições financeiras e seguradoras e a cobertura da União na operação for inferior ao montante da cobertura privada.

Trata-se de medida que visa tanto a fortalecer o esforço de diversificação da pauta exportadora nacional, quanto a compensar fatores limitadores internos das empresas privadas de seguro de crédito à exportação. No primeiro caso, a alteração objetiva compensar a ausência de garantia às exportações realizadas para países de alto risco de crédito, mesmo em operações de curto prazo. Com isso, o Governo Federal, por meio do SCE, poderá favorecer o fortalecimento de relações comerciais entre empresas brasileiras e países tradicionalmente pouco representativos na pauta de exportações brasileiras. No segundo caso, a possibilidade de compartilhamento de risco com instituições seguradoras privadas ampliará a rede de garantias existentes no mercado brasileiro às empresas exportadoras.

As alterações sugeridas para o art. 27 da Lei nº 12.712, de 2012, e o art. 20 da Lei nº 13.240, de 2015, têm por fim permitir a utilização de bens imóveis pertencentes à União ou de direitos reais a eles inerentes para a

integralização de capital em fundos destinados a apoiar as operações de crédito ao comércio exterior. Para evitar a utilização indevida desses imóveis, previmos que essa integralização respeite, no que couber, os termos do art. 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, o qual dispõe que a alienação de bens imóveis da União dependerá de autorização do Presidente da República, após parecer da Secretaria do Patrimônio da União sobre a oportunidade e a conveniência da alienação. A ideia é evitar que a utilização de bens imóveis para o citado fim ocorra em detrimento do interesse público.

A mudança proposta ao art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, permitirá a vigência, no período de 1º/1/2017 a 31/12/2020, da isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para os empreendimentos considerados fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. Tal medida fiscal, instituída pelo art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, e expirada em 31/12/2015, vinha ampliando o potencial competitivo dessas regiões há quase duas décadas, fomentando especialmente as exportações dos respectivos bens e produtos. O término da isenção, neste momento em que a crise econômica vem sendo mais sentida, é extremamente prejudicial para o setor, principalmente na navegação de longo curso, para a qual a extinção da isenção chega a representar um aumento de 25% no custo do frete, comprometendo o potencial exportador das citadas regiões.

Finalmente, a alteração sugerida ao art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, visa a incluir os produtores de cana-de-açúcar que detenham direitos a créditos de subvenção devidos pelo Governo Federal entre os setores para os quais o risco em financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste deverá ser assumido integralmente pelo respectivo fundo. Trata-se de medida de fundamental importância, que permitirá a mitigação de riscos de créditos desses produtores junto aos agentes financeiros. Sana-se, assim, importante omissão da MPV nº 701, de 2015, que colocava os produtores em situação extremamente difícil, particularmente os que ainda hoje sofrem as consequências de estiagens recentes.

Análise das Emendas.

Analisemos agora as emendas apresentadas por Deputados e Senadores no prazo regimental. Nos seis primeiros dias após a publicação da Medida Provisória, foram oferecidas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN, vinte emendas à MPV nº 701, de 2015, as quais podem ser classificadas em cinco grupos:

- 1) Emendas sem conexão temática com a Medida Provisória (Emendas nºs 1 a 6, 11, 12 e 16 a 19);
- 2) Emendas sobre o Seguro de Crédito à Exportação (Emendas nºs 8 e 10);
- 3) Emendas sobre o Fundo de Garantia à Exportação (Emendas nºs 9, 13 e 14);
- 4) Emendas sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil (Emendas nºs 7 e 20);
- 5) Emenda sobre assunto correlato aos da Medida Provisória (Emenda nº 15).

Emendas sem conexão temática com a Medida Provisória.

Nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Do mesmo modo, o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN, veda a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória.

Tal regra foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127/DF, em que nossa Corte Máxima decidiu não ser compatível com a Constituição Federal a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida à apreciação do Poder Legislativo.

Conforme já citado, a MPV nº 701, de 2015, cuida dos seguintes assuntos: Seguro de Crédito à Exportação, Fundo de Garantia à Exportação, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.

No entanto, a Emenda nº 1, do Deputado Laercio Oliveira; as Emendas nºs 2 a 6, do Deputado João Daniel; as Emendas nºs 11 e 12, do Deputado Luiz Carlos Heinze; as Emendas nºs 16 e 17, do Senador Waldemir Moka; e as Emendas nºs 18 e 19, da Deputada Tereza Cristina, tratam de matérias estranhas ao objeto da Medida Provisória.

A Emenda nº 1 objetiva conceder anistia de multas por atraso na apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). A Emenda nº 2 pretende estender os benefícios governamentais a agricultores da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A Emenda nº 3 tem por finalidade prorrogar os efeitos desses benefícios até o final de 2016. A Emenda nº 4 trata de operações de crédito rural enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A Emenda nº 5 cuida de suspensão de execução de débitos de pequenos agricultores inscritos em dívida ativa. A Emenda nº 6 trata de liquidação e renegociação de dívidas de crédi-

to rural. As Emendas n°s 11, 16 e 18, que são iguais, também tratam de assunto relativo ao crédito rural. E as Emendas n°s 12, 17 e 19, também iguais entre si, cuidam de subvenção econômica ao prêmio de seguro rural.

Ante o exposto, tais emendas não podem ser acolhidas.

Emendas sobre o Seguro de Crédito à Exportação.

A Emenda n° 8, do Deputado Tenente Lúcio, busca alterar o § 1º do art. 1º da Lei n° 6.704, de 1979, para assegurar, na utilização do SCE, tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às micro e pequenas empresas, nos termos do regulamento.

Segundo o autor, os pequenos empreendedores têm conhecida dificuldade para acessar o mercado creditício, seja pela falta de conhecimento dos bancos e dos demais investidores acerca das micro e pequenas empresas, especialmente pela inexistência de relacionamentos pretéritos; seja pela falta de bens que possam ser oferecidos em garantia.

A emenda é constitucional, jurídica e pertinente à MPV n° 701, de 2015. Conforme o inciso IX do art. 170 da CF, é princípio da ordem econômica brasileira o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. No mérito, a emenda aperfeiçoa o texto da norma, ao buscar assegurar tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as citadas empresas no âmbito do SCE. Com isso, ela contribuirá para reduzir grave distorção da pauta de exportações brasileira, tradicionalmente caracterizada por uma representatividade muito pequena de micro e pequenas empresas. Assim, somos pelo acolhimento da emenda.

A Emenda n° 10, do Deputado Alexandre Baldy, propõe alterar o inciso I do art. 4º da Lei n° 6.704, de 1979, para estipular que a concessão de garantia pela União da cobertura de riscos comerciais, políticos e extraordinários assumidos em virtude do SCE ocorra conforme alçadas, diretrizes e normas fixadas em Resolução do Senado, com o objetivo, sobretudo, de minimização de riscos ao Tesouro Nacional derivados de concessão de garantia para financiamentos cujo mutuário seja governo estrangeiro.

O Senado Federal, de fato, possui competência para dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno, conforme o inciso VIII do art. 52 da CF. Essa prerrogativa, contudo, materializa-se hoje pela Resolução do Senado n° 48, de 2007, que dispõe sobre limites para operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e das demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno. Por isso, propomos o não acolhimento da emenda.

Emendas sobre o Fundo de Garantia à Exportação.

A Emenda n° 9, do Deputado Mendonça Filho, visa a incluir o § 7º no art. 2º da Lei n° 11.281, de 2006, para prever que, nos casos de dispensa de cobrança judicial de créditos cuja recuperação seja considerada inviável, o Ministério da Fazenda encaminhará ao Tribunal de Contas da União (TCU) relatório detalhado desses créditos e dos respectivos custos de cobrança. O autor justifica que a emenda tem por finalidade promover o necessário controle sobre os créditos cuja recuperação seja considerada inviável.

Entendemos que a emenda não promove inovação jurídica, pois o FGE já é auditado regularmente pelo TCU. Os relatórios de gestão anualmente apresentados pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (Sain) já prestam contas dessa matéria, em consonância com as normas do TCU, a exemplo da Instrução Normativa n° 63, de 1º de setembro de 2010, daquele Tribunal. Nesses relatórios, já constam os custos dos processos de recuperação de crédito, bem como os motivos que fundamentam os casos de não recuperação. Reforça essa percepção a redação do § 6º proposto ao mesmo artigo, mediante o qual a Sain efetuará os cálculos do custo de cobrança e o comparará com o valor a ser recuperado, sendo que tais cálculos estarão incluídos nos relatórios de gestão enviados ao TCU. Assim, somos pelo não acolhimento desta emenda.

A Emenda n° 13, do Senador Aécio Neves, propõe acrescentar os §§ 1º a 3º ao art. 7º da Lei n° 9.818, de 1999, para dar mais transparência e publicidade às decisões da Câmara de Comércio Exterior – Camex referentes ao Fundo de Garantia à Exportação, observados os procedimentos referentes a informações sigilosas ou de caráter pessoal, nos termos da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informações). O autor justifica a emenda pela necessidade de resguardar o princípio da publicidade e o direito dos cidadãos brasileiros ao acesso à informação.

A emenda é constitucional e jurídica. O *caput* do art. 37 da Constituição Federal prevê que a administração pública obedecerá ao princípio da publicidade. O inciso II do § 3º desse artigo prevê que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública, regulando especialmente o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, respeitadas a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas e as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. A proposição está em harmonia, portanto, com o princípio da publicidade, um dos princípios basilares da República, em que a transparência é a regra, sendo o sigilo a exceção.

Não obstante, da maneira como está escrito o § 1º sugerido pela emenda, a Camex teria a obrigação de publicar qualquer decisão referente a uma operação aprovada, por exemplo, uma alteração no banco financeiro ou na razão social do importador. Notadamente, não é esse o propósito da emenda, a qual objetiva dar publicidade às condições gerais das operações aprovadas no âmbito do FGE, inclusive como uma forma de *accountability* sobre o uso desta garantia. Frise-se também o prazo de apenas 15 dias para a divulgação dos dados é muito exíguo.

Além disso, emenda objetiva conhecer o nível de comprometimento da União com o SCE, para mensurar o nível de exposição do FGE e o seu impacto orçamentário. Tal apreciação deve ocorrer com base nas informações da concretização das operações, não nas da aprovação, pois esta é apenas um indicativo de que o exportador poderá contar com a garantia da união caso a exportação de fato... Por outro lado, divulgar informações da operação desde a aprovação pode prejudicar as negociações do exportador e mesmo expor as condições da proposta brasileira a potenciais concorrentes estrangeiros. Por essas razões, propomos suprimir esse § 1º.

Quanto ao § 3º, destacamos que a Camex não é a gestora do FGE. Não detendo primariamente, portanto, as informações descritas no dispositivo. O BNDES é a entidade que produz hoje tais informações, como gestor do FGE, a partir de dados fornecidos pela ABGF. Assim, para melhor acomodação da matéria, sugerimos que o responsável pela divulgação e a periodicidade desta sejam estabelecidos em regulamento.

A Emenda nº 14, do Senador Ronaldo Caiado, busca acrescentar o inciso III no art. 5º da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para assegurar aos produtos pecuários tratamento semelhante ao proposto pela MPV para os produtos agrícolas, qual seja, a possibilidade de que os recursos do FGE sejam utilizados, com SCE, para a cobertura de garantias de cumprimento de obrigações contratuais prestadas por instituição financeira em operações de exportação desses produtos, quando o produtor for, no momento da contratação, beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais.

O autor justifica que a MPV não contemplou os potenciais casos de operações com produtos pecuários vinculados a cotas tarifárias de mercados preferenciais, o que prejudica os pecuaristas e exportadores pátrios.

A emenda é constitucional, jurídica e pertinente à MPV nº 701, de 2015. No mérito, a proposta estende ao setor pecuário, de forma isonômica e justa, o benefício concedido pela Medida ao setor agrícola, também no caso em que se trate de beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais. Nesse sentido, somos pelo acolhimento da emenda.

Emendas sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.

A Emenda nº 7, do Deputado Valdir Colatto, pretende incluir a expressão “inclusive agrícolas” no inciso II do art. 2º do Decreto-Lei nº 857, de 1969, já alterado pela MPV. O autor justifica que a alteração se destina a conferir mais clareza ao dispositivo, para evidenciar que não se aplicam aos bens e serviços agrícolas as restrições do art. 1º do Decreto-Lei nº 857, de 1969, quanto à vedação de que as obrigações exequíveis no Brasil estipulem pagamento em ouro ou em moeda estrangeira.

Não obstante as nobres intenções do autor, a emenda não necessita prosperar, por não promover inovação jurídica, atributo essencial de juridicidade das normas legais. A inclusão da expressão “inclusive agrícolas” nada acrescenta ao conteúdo normativo do dispositivo, já que os produtos agrícolas já estão, por uma questão lógica, incluídos na categoria mais geral de “bens e serviços”. Assim, propomos não acolher tal emenda.

A Emenda nº 20, da Deputada Tereza Cristina, visa a incluir dois novos incisos ao art. 2º do Decreto-Lei nº 857, de 1969, já alterado pela MPV. O objetivo é permitir que os títulos de crédito Cédula de Produto Rural (CPR), Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) possam estipular pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, não se aplicando a tais títulos as vedações do art. 1º do referido decreto-lei.

A autora justifica que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) atende apenas a cerca de 30% das necessidades de crédito do setor agropecuário, o que tem obrigado os produtores rurais a buscarem mecanismos alternativos de financiamento. A principal alternativa tem sido, justamente, a CPR. Conforme a Deputada, considerando o interesse crescente de investidores externos em participar no financiamento da agropecuária brasileira, faz-se necessário viabilizar a captação de recursos pelos produtores rurais no mercado externo, para complementar as necessidades de recursos do setor rural.

A emenda é constitucional, jurídica e pertinente à MPV nº 701, de 2015. No mérito, ela constitui, ao ampliar o alcance de mecanismos alternativos de financiamento aos produtores rurais, importante iniciativa de estímulo ao crescimento da produção e das exportações do agronegócio, segmento que tem enfrentado dificuldades com a atual crise econômica. Por esses motivos, votamos por acolher a emenda.

Emenda sobre assunto correlato à Medida Provisória.

A Emenda nº 15, do Deputado Givaldo Carimbão, busca alterar o inciso III do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 12.999, de 18 de junho de 2014, para estender o prazo inicialmente estabelecido até 2015 para o pa-

gamento de subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades na região Nordeste ou no Estado do Rio de Janeiro e tenham sido afetados pela estiagem na safra 2012/2013.

A emenda é constitucional, jurídica e pertinente à MPV nº 701, de 2015. Conforme visto acima, a MPV nº 701, de 2015, altera a Lei nº 9.818, de 1999, para possibilitar a utilização dos recursos do FGE na cobertura de garantias de produtos agrícolas cujo produtor seja beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais. Um dos potenciais beneficiários dessa medida são os produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, já que, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 9.362, de 13 de dezembro de 1996, que trata do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro, os volumes de produtos derivados de cana-de-açúcar destinados aos mercados preferenciais serão atribuídos às Regiões Norte e Nordeste, tendo em conta seu estágio socioeconômico.

Esses produtores, contudo, correm o risco de não terem condições de usufruir o benefício mencionado, uma vez que ainda sofrem as consequências da estiagem referente à safra 2012/2013. Reconhecendo a situação crítica, o Governo Federal editou a Lei nº 12.999, de 2014, cujo art. 10 previa o pagamento, em 2014 e 2015, de subvenção aos produtores afetados. Contudo, conforme destaca o autor, em virtude da falta de regulamentação da Lei, os recursos não foram liberados. Nesse sentido, é pertinente e adequado prorrogar o prazo previsto para o pagamento da referida subvenção. Por isso, sugerimos acolher essa emenda.

Voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 701, de 8 de dezembro de 2015, inclusive quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária.

No mérito, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 701, de 8 de dezembro de 2015, com o acolhimento das Emendas nos 8, 14, 15 e 20, o acolhimento parcial da Emenda nº 13 e a rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir.

Este é o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT - CE) – Sr. Relator, como já foi divulgado o projeto de conversão, nós o acolhemos na sua totalidade.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Douglas Cintra.

Os Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Quero aqui parabenizar o excelente trabalho feito pelo Relator Douglas Cintra, em que trata de uma matéria de muita importância para a economia brasileira, que é o fortalecimento do setor exportador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Senador Douglas Cintra.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 707, DE 2015, PUBLICADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, E A LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013, PARA ALTERAR OS PRAZOS QUE ESPECIFICA”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MARÇO DE 2016, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia nove de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 2015, com a presença dos Senadores José Pimentel; e dos Deputados Zeca Cavalcanti, Júlio Cesar, Marx Beltrão, Fabio Reis, Walter Alves, Veneziano Vital do Rêgo, João Daniel, Padre João, Raimundo Gomes de Matos, Danilo Forte e Felipe Maia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Diumar Deléo Cunha Bueno – Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos – CNTA; Marcos Rochinski – Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF; Paulo de Oliveira Poleze – Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e Mário Borba – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba. Ao término das exposições, faz uso da palavra o Relator, Deputado Marx Beltrão. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador José Pimentel; Deputado Zé Carlos, Deputado Raimundo Gomes de Matos e Deputado Luiz Carlos Heinze. Fica atendido o Requerimento nº 1, do Senador Fernando Bezerra Coelho. A Presidência autoriza os membros do colegiado a realizarem reuniões locais em nome da Comissão, trazendo-se ao Relator as conclusões obtidas, atendendo-se, desse modo, os Requerimentos nºs 2 e 3. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 707, de 2015.

Eu já fiz o convite ao Deputado Marx Beltrão, ele já está aqui do meu lado, Relator da medida provisória. Esta audiência tem o objetivo de aprimorar a discussão da matéria.

A Presidência tem autorizado os membros deste Colegiado a realizarem reuniões locais em nome da Comissão, porque existe uma grande demanda da Comissão para poder se deslocar para diversos Estados brasileiros. E a orientação do Relator é também que possamos, digamos, motivar os membros desta Comissão a organizarem esses fóruns de debates nos seus respectivos Estados, sem prejuízo da agenda de reuniões que nós aqui já aprovamos quando da instalação da Comissão.

Queria até informar que a primeira audiência pública vai ser feita na cidade de Petrolina, nesta próxima sexta-feira, com a presença do nosso Relator, com a minha presença e de uma série de representantes da agricultura empresarial do Nordeste, através da Federação de Agricultura de Pernambuco, também da Contag, da Fetraf e dos produtores de frutas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Se V. Ex^a aceitar,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – ... eu também posso disponibilizar a minha ida.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – É uma alegria muito grande poder contar com a presença do Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador José Pimentel, que tem sido o grande estimulador desses debates e também um grande interessado em que esta Comissão possa produzir resultados concretos para os agricultores e para os caminhoneiros.

Também quero informar que, na próxima sexta-feira – também já foi aprovado – nós vamos fazer audiência pública no Estado do Ceará. Será no dia 18. Foi uma iniciativa do Senador José Pimentel, apoiada pelo Deputado José Airton Cirilo e pelo Deputado Júlio Cesar, que é o coordenador da Bancada do Nordeste. Essa audiência pública será na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. E vamos mobilizar também todos os representantes da agricultura empresarial, da agricultura familiar e dos transportadores autônomos. A pedido do nosso Relator, o Deputado Marx Beltrão, estaremos, no dia 21, realizando audiência pública no Es-

tado de Alagoas, na cidade de Arapiraca. E o nosso Relator, o Deputado Marx Beltrão, apresenta requerimento pedindo que seja formulado convite ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; ao Governador do Estado de Alagoas, Renan Filho; ao Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Alagoas; à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) do Estado de Alagoas; ao Presidente da Fapeal, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas; ao Secretário de Agricultura de Alagoas; aos representantes dos agricultores que têm dívidas contraídas junto aos bancos federais; ao Secretário de Meio Ambiente de Alagoas; ao Delegado de Desenvolvimento Agrário do Estado de Alagoas; ao Superintendente Estadual do Banco do Brasil, entre outras autoridades aqui nominadas. Todos serão devidamente convidados com a aprovação destes dois requerimentos das audiências no Estado do Ceará e no Estado de Alagoas.

Feitas essas comunicações, eu informo que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, através do link [bit.1y/audienciainterativa](#) e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Paraíba – por favor, Dr. Mário –; Dr. Paulo de Oliveira Poleze, Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) – por favor, Paulo –; Marcos Rochinski, Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) – Marcos, por favor. Quero convidar também o Sr. Diumar Deléo Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos – Diumar, é uma alegria poder encontrá-lo, recomendações do nosso companheiro comum, Marco Aurélio, um grande abraço.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas. O convidado fará sua exposição em dez minutos. Evidentemente que poderemos flexibilizar, mas pediria que os expositores se ativessem a esses dez minutos, já que os Parlamentares, Deputados e Senadores, têm outros compromissos em outras comissões. Então, que pudéssemos observar o tempo dos dez minutos. Em seguida, nós abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares, dando a fala inicial para o nosso Relator, que terá a responsabilidade de produzir um relatório que possa traduzir os anseios, as reivindicações e as necessidades dos beneficiários desta medida provisória.

Para abrir o nosso debate, eu ofereço a palavra ao Diumar, que trata dos transportadores. Na sequência, vamos para os representantes do setor rural.

Com a palavra, o Sr. Diumar Deléo Cunha Bueno, representando aqui os transportadores autônomos e os caminhoneiros.

O SR. DIUMAR DELÉO CUNHA BUENO – Bom dia, Senador Fernando Bezerra, Deputado Marx Beltrão, demais representantes dos trabalhadores na agricultura que compõem a Mesa, bom dia a todos.

Inicialmente, Senador, gostaria muito de agradecer pelo convite feito à nossa Federação e à Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), com a qual nós temos o privilégio de compartilhar companheiros valorosos de trabalho, como é o caso do Winton Nery, do Sintracap, lá do Porto de Suape, em Pernambuco, como o valoroso companheiro, sempre solidário com ele, de braços dados nessa luta pelos caminhoneiros, o nosso prezado Marco Aurélio e – aproveito aqui para lembrar, Deputado – em Maceió, o nosso representante lá, o Nailton, que é uma representação bastante expressiva dos caminhoneiros no Estado das Alagoas.

Indo mais objetivamente em direção aos assuntos de interesse que estão pautados para discussão nesta Comissão, retrato aqui episódios relativos a algumas negociações que nós vimos realizando com o Governo a partir de fevereiro de 2015, quando houve a manifestação e o movimento nacional dos caminhoneiros, quando se originou, inclusive, o Fórum Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga, do qual fazemos parte, bem como as discussões já travadas no âmbito da Câmara Federal acerca do marco regulatório. Nós, de certa forma, já expusemos que uma das reivindicações que coincidem com os interesses dos agricultores, principalmente dos pequenos e médios agricultores, é a questão do refinanciamento de equipamentos e implementos através do BNDES e, principalmente, do Procaminhoneiro.

Eu gostaria de trazer à luz desta Comissão, Senador, que, apesar da publicação do BNDES de nº 26, de 2015, que trata exatamente do atendimento do pedido de refinanciamento desses equipamentos... Só para esclarecer, leio o início do texto:

O Superintendente da Área de Operações Indiretas, no uso de suas atribuições, COMUNICA aos AGENTES FINANCEIROS/ARRENDADORAS a autorização para o refinanciamento de operações de crédito contratadas no âmbito do Programa BNDES de Financiamento a Caminhoneiros...

Aí, exatamente, está o percalço e a condição de nós termos conquistado e não termos levado. Essa redação do BNDES coloca uma “autorização”, mas principalmente os agentes financeiros da iniciativa privada não estão acatando isso, pois não se trata de uma obrigação, apenas de uma autorização. E acreito que isso deva acontecer também.... Aliás, deva acontecer não, está acontecendo também com todos os agricultores.

Então, eu acho que esse é o ponto principal, Senador, a respeito do qual nós, particularmente, fizemos uma solicitação ao Governo para que, diante dessa resistência dos agentes financeiros da área privada em fazer o refinanciamento – e isso estaria sendo atendido hoje basicamente pelo Banco do Brasil – editasse uma norma de caráter obrigatório para os agentes financeiros privados cumprirem, e não apenas uma autorização; ou, então, que ele deliberasse sobre as condições para a migração desses contratos para o Banco do Brasil, a fim de que, realmente, pudesse ser atendido o pleito dos caminhoneiros e dos agricultores.

Nesse quesito, então, nós estamos focando exatamente em cima disso e apontando que, na verdade, isso não está sendo atendido, não está sendo resolvido; este que foi o problema, a origem, inclusive, do movimento de fevereiro de 2015.

Senador, demais Parlamentares, sem dúvida, não posso deixar de aproveitar a oportunidade para trazer à luz, para o seu conhecimento, alguns pontos, em que pese ser grande o número de reivindicações para corrigir o setor de transporte rodoviário de cargas e, principalmente, dos caminhoneiros autônomos.

Nós trouxemos aqui, para conhecimento de vocês, alguns pontos que nós consideramos prioritários, até em função de algumas novidades da legislação, como essa questão imposta agora pelo Denatran aos trabalhadores, aos caminhoneiros de modo geral, empregados ou não, profissionais das categorias C, D e E, do exame toxicológico.

Então, senhores, primeiro, vemos claramente que o objetivo a que se propõe a lei que foi aprovada, sobre o exame toxicológico e as diretrizes do Denatran, não atende exatamente à questão da segurança, não atinge a questão da segurança, porque, na verdade, o exame toxicológico não é feito *in loco*, como ocorre no caso do exame para dosagem alcoólica, que é feito nas rodovias no momento em que o transportador está exercendo a profissão. Essa janela de até 90 dias em que o profissional possa ter consumido a droga, de repente, pode ser como na bebida: ele ter usado num final de semana. Efetivamente, isso não traz a segurança de que nós precisamos, que é lá na rodovia, com relação a quem realmente estiver utilizando substâncias tóxicas.

Eu quero registrar aqui, Srs. Parlamentares, que a CNTA é totalmente favorável a qualquer regulamentação que venha no sentido de efetivamente dar segurança a todos os usuários da rodovia, porque esse é o local de trabalho não só da nossa categoria, mas de muitas outras. Realmente, nossas rodovias precisam ser um pouco mais humanizadas, porque só quem as percorre em altas horas sabe da selvageria que acontece e é praticada por vários.

Outro ponto ao qual nós nos colocamos contrários é exatamente este: a lei é totalmente discriminatória, uma vez que não é para todos. Quer dizer, se o entendimento é combater o uso de tóxicos pelos condutores, da mesma forma que o consumo de bebida alcoólica, a legislação deveria ser para todos, mas essa vem no sentido de atingir só os transportadores profissionais.

Outra falha da lei é a seguinte: ela não diz o que ela vai fazer, qual o encaminhamento que ela vai dar...

(Soa a campainha.)

O SR. DIUMAR DELÉO CUNHA BUENO – ... se realmente encontrar algum transportador com o problema. Qual é o encaminhamento que vai ser dado?

Finalmente, a última questão é com relação aos valores que estão sendo praticados, que não podem ser suportados pela classe dos transportadores.

Senador, obedecendo ao critério do tempo, eu quero passar a suas mãos um ofício sobre esses pontos principais de discussão, para conhecimento desta Comissão. E colocamo-nos à disposição para fazer outros esclarecimentos que a Comissão entenda necessários.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Diumar. Eu vou passar para o nosso Relator, que ele é quem vai centralizar todos os trabalhos na relatoria.

O SR. DIUMAR DELÉO CUNHA BUENO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Então, muito obrigado ao Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos.

Na sequência, eu ofereço a palavra ao Sr. Marcos Rochinski, que representa aqui os trabalhadores da agricultura familiar. Ele é coordenador geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Primeiramente, bom dia.

Quero saudar, de forma especial, o nosso Senador Fernando Bezerra Coelho e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta importante medida provisória.

Quero saudar também o Deputado Marx Beltrão, Relator, como também meus companheiros de Mesa aqui: companheiro Paulinho Poleze, da Contag; Mário Borba, representando o sistema das federações da agricultura; e o Diumar, representando os caminhoneiros.

Para nós, da agricultura familiar, é de fundamental importância, Senador, esse processo que está sendo debatido em torno dessa Medida.

Primeiramente, é importante considerar que, em relação a processos dessa natureza, de renegociação de dívidas, não é a primeira vez que estamos debatendo. A importância de vocês estarem estimulando a realização de audiências como esta, inclusive de forma descentralizada em alguns Estados – e espero que se consiga fazer na maioria deles – é justamente para garantir não apenas uma participação do ponto de vista de ouvir sugestões e de construir o conteúdo da medida provisória, mas, fundamentalmente, Senador, para garantir a efetividade dela. De medidas provisórias e de leis de renegociação de dívidas, temos um histórico farto, sobretudo em relação ao meio rural. No entanto, a efetividade dessas renegociações tem sido pequena, principalmente por um fator para o qual devemos estar bastante atentos, que é a não adesão ou o não cumprimento efetivo do conteúdo das medidas por parte dos agentes financeiros.

Então, se queremos efetividade na operacionalização do conteúdo que vamos debater, acho de fundamental importância que haja em outros momentos a presença dos agentes financeiros, sobretudo do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e dos sistemas principais de cooperativas de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – O Relator vai fazer um esclarecimento.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Vai haver audiência pública aqui com todos os agentes financeiros e bancos convidados também.

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Obrigado, fico mais confortável.

Iniciei a minha fala justamente por esse viés, porque nós, que estamos lá na ponta, como agricultores familiares, sabemos o quanto é difícil. Por mais que tenhamos uma rede bastante significativa de presença dos institutos de assistência técnica, das EMATERs, por mais que os governos estaduais possam se envolver, por mais que tenhamos uma rede significativa de sindicatos ligados ao sistema Contag, ao sistema Fetraf, nós temos que ter a consciência de que o agricultor familiar, sobretudo, não tem o acesso e, muitas vezes, não tem a compreensão e a condição de chegar até um agente financeiro para fazer a renegociação de suas dívidas. É justamente por esse viés que eu gostaria de começar para que, desta vez, consigamos trilhar os passos da forma como precisam ser trilhados, para que todos que tenham oportunidade e condição de aderir ao sistema de renegociação o façam.

Essa é a primeira consideração que queria fazer.

Temos debatido, sobretudo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a importância de incluir nesse processo algumas questões. Não temos, como sistema Fetraf, objeções quanto aos pontos que já estão incorporados ao debate em termos de prazo, em termos de não permitir a colocação dessas dívidas, pelo menos por um período, na dívida ativa da União. No entanto, consideramos de fundamental importância, por exemplo, que as dívidas do crédito fundiário, Banco da Terra, estejam incorporadas, porque, por mais que seja uma política bem-sucedida, talvez pelo componente de não ter um acompanhamento técnico efetivo da forma como precisa, é uma política que tem trazido bastante inadimplência. Então, é de fundamental importância incorporarmos nessa renegociação as políticas do crédito fundiário, do Pronaf como um todo – os chamados “pronafianos”. Por mais que o Pronaf tenha sido, nos últimos anos, a política que mais gerou desenvolvimento rural no que tange à agricultura familiar, também vive alguns problemas. Então, entendemos que talvez o problema esteja exatamente no modelo de crédito que o Pronaf vem adotando.

Nós, inclusive, temos tecido críticas ao próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário no sentido de que o crédito para a agricultura familiar precisa ser remodelado sob outra perspectiva. Ele não pode ser simplesmente uma extensão do crédito rural da agricultura patronal, porque tem dinâmicas e concepções diferentes. Mas, enfim, o que fizemos nos últimos anos foi uma extensão do crédito da agricultura empresarial para a agricultura familiar. Em função disso, possivelmente, estejamos também com problema.

Então, é hora de aproveitarmos e fazermos um corretivo, fazermos essa renegociação de dívidas e também redimensionarmos a perspectiva do Pronaf para os agricultores familiares no próximo período.

Por fim, entendemos também que seria preciso incluir a renegociação de dívidas de cooperativas, sobretudo da agricultura familiar, porque temos várias situações em que a cooperativa contraiu o crédito, projetou, não foi bem-sucedida ou teve problemas e, de maneira geral, ou a cooperativa está comprometida na sua sequência de trabalho ou os próprios agricultores que compõem essas cooperativas estão em situação de inadimplência e impossibilitados de acessar outros créditos.

Basicamente, são esses três pontos que temos debatido dentro dos nossos fóruns e achamos de fundamental importância serem incluídos.

Eu concluo a minha fala pedindo novamente que, uma vez aprovado esse processo, não descansemos apenas com a formatação da medida provisória. Que isso seja o início de uma força-tarefa na qual todos estejamos engajados: sociedade civil, através das nossas federações, sindicatos, cooperativas, e com o papel importante do Parlamento, para que efetivamente possamos limpar, passar um corretivo nessas dívidas e renegociações de dívidas que vêm se arrastando há anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Marcos.

Eu ofereço a palavra ao representante da Contag, Assessor da Secretaria de Política Agrícola, Sr. Paulo de Oliveira Poleze.

O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLEZE – Bom dia, Senador Fernando Bezerra. Bom dia, Deputado. Bom dia, Marcos Rochinski. Bom dia ao nosso colega – temos uma empreitada enorme pela frente – representante dos transportadores e da agropecuária. Bom dia, senhoras e senhores.

Uma informação rápida. O Presidente da Contag, Alberto, que tinha se comprometido a estar nesta audiência, está cumprindo uma agenda muito carregada, desde a semana passada, com eventos regionais. E vocês sabem que, quando as nossas organizações fazem agendas, é difícil o Presidente não aparecer, especialmente na Região Norte, que é extremamente crítica no que diz respeito às políticas públicas, e o movimento sindical pretende se organizar um pouco melhor naquela região.

Queria ainda, neste preâmbulo, informar que estão aqui em Brasília cerca de 800 pessoas vindas do Espírito Santo e de Minas Gerais trazendo forte reivindicação exatamente quanto a esse processo de renegociação de dívidas, em especial na área do café, e também pelo problema ambiental causado naquela região pela Samarco, que tem afetado muitas propriedades, de agricultores familiares em especial, que enfrentam grandes problemas ainda sem solução. Então, é importante que o Senado olhe com atenção esses dois problemas.

Nós ontem, inclusive, tivemos uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Queremos, a propósito, agradecer ao Deputado Newton, que preside aquela Comissão que debate a crise hídrica, ao Deputado Givaldo e ao Deputado Helder Salomão, que nos acompanharam lá.

A audiência foi presidida pelo Deputado Givaldo, teve um conteúdo muito interessante e foi muito importante. Outros Deputados passaram por lá também. O tema era exatamente esse, que nós, inclusive, solicitamos à Câmara. E agradecemos aqui, em primeira mão, a oportunidade que o Deputado Zé Carlos, do Maranhão, que está aqui presente, nos ofereceu. A Contag nos procurou para saber, efetivamente, o que poderia ser feito neste momento com a Medida Provisória nº 707. E nós prontamente conseguimos ali sugerir ao Deputado que encaminhasse uma emenda. Parece-nos que a emenda ficou muito boa, Deputado. Queremos agradecer em nome da Contag.

Eu queria relatar rapidamente algumas questões que ajudam a contextualizar essa nossa demanda e o interesse por essa medida provisória. Que bom que ela aparece como uma janela aqui, no Congresso, para que possamos discutir problemas de tamanha importância para o Brasil.

Uma primeira questão, Presidente. Lendo um documento recente, inclusive publicado por esta Casa, do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, que trata exatamente da renegociação das dívidas do meio rural, achei que, sabiamente, os assessores conseguiram fazer um resgate muito importante do processo e da importância de haver um crédito diferenciado para a produção no meio rural, em especial para a agricultura familiar. Vínhamos caminhando, nos últimos 20 anos, para uma evolução positiva nesse aspecto da diferenciação e vimos que, no ano passado, a economia acabou forçando ali um salto na questão dos juros. Isso talvez não fosse o mais importante, porque nós ainda estamos operando com juros negativos para o Pronaf. O grande problema é o que também é trazido por esse relatório, que aponta algumas questões que são fundamentais para efeito da necessidade de renegociação das dívidas, aponta cinco elementos: riscos climáticos, riscos sanitários, riscos institucionais, flutuação de preços e oferta e demanda – ele coloca nessa sequência as prioridades.

Eis que, no primeiro item, está exatamente esse risco climático, que é o nosso grande problema na agricultura. Ele não é visto, não é percebido pela sociedade que se alimenta da produção. Infelizmente, ele também não é visto com mais clareza pelo setor econômico do Governo Federal. Nós temos extremas dificuldades.

Inclusive, agora, neste momento, esse grupo que veio do Espírito Santo e de Minas está no Ministério da Fazenda. Eu gostaria muito que os Deputados e os Senadores pudessem passar por lá para nos acompanhar numa audiência que teremos à tarde, às 14h30min, no Ministério da Fazenda. Saímos agora da Casa Civil, da Presidência da República. Então, estamos com uma agenda muito forte nestes dias para tratar dessas questões.

Como saída, nós vimos assim... O Nordeste, nos últimos quatro anos, com essa medida provisória, vinha resgatando algo a que a Lei nº 12.844 tinha dado um tratamento de certa forma especial. Por isso, nós pedimos que, nessa emenda, o Deputado pudesse resgatar o art. 8º e seus desdobramentos – há art. 8A, art. 8B, art. 8C, art. 8D – e, depois, também o art. 9º da Lei nº 12.844, porque ela dá um tratamento muito importante ao assunto. Infelizmente, o que o Marco, nosso colega da Fetraf, coloca é muito importante. Tivemos extremas dificuldades.

Primeiro, tivemos dificuldade de as medidas chegarem aos agentes financeiros. A parte operacional das leis, efetivamente, tem uma extrema dificuldade de chegar ao agente financeiro. Quando chega, é de forma atrasada, e tem de se protelar o processo de adesão, tem de se protelar o processo de negociação. E os agricultores familiares perdem esse tempo. Uma medida provisória de tamanha importância para esse setor talvez devesse garantir, de imediato, o efeito para quem ela abrange. Por exemplo, se ela permite a prorrogação dos prazos, o agricultor que lá, depois de quatro ou cinco meses, vê essa medida, não consegue interpretar direito.... Nós não temos assistência técnica, nós temos extrema dificuldade de falar sobre tudo isso. O agricultor familiar, quando chega, é atrasado, e o banco, às vezes, não consegue receber, porque ainda não recebeu os normativos para implementar efetivamente as normas.

Então, nós temos a precariedade no trato dessas questões ligadas ao meio rural. Se a pessoa tem uma condição financeira melhor, proximidade com o banco, com o agente financeiro, as informações fluem.

Mas, infelizmente, este relatório que a Casa produziu também trata de alguns problemas sobre os quais eu queria que, em determinado momento, aprofundássemos o debate, em especial na região do Semiárido, que trata do Garantia Safra, que são alguns instrumentos que protegem as famílias desses problemas adversos.

Nós avançamos muito com o seguro. Não se pode dizer que nós não temos um bom seguro na agricultura familiar. Hoje nós temos um seguro que protege 80% da renda bruta, só que ele é recente, é de agora. Nós temos tentado negociar isso há dez, quinze anos, falando de Pronaf, crédito e renda.

Outro elemento que é importantíssimo, uma conquista muito recente, é o chamado PGPAF (Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar), que é o programa que garante, na verdade, um processo de comercialização que protege mais o banco do que o agricultor. A verdade é essa, mas já protege de alguma forma.

O crítico, talvez, nessa história dos seguros, está no Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária). Há alguém do Espírito Santo aqui, algum Senador ou Deputado? Não há, infelizmente, talvez estejam acompanhando o nosso pessoal lá.

Pessoal, vocês não sabem o que acontece com o seguro para culturas perenes. Há uma disputa enorme – infelizmente, o meu tempo vai acabar – até no próprio Estado do Espírito Santo. Em Minas talvez um pouco menos, mas no Estado do Espírito Santo a cafeicultura é muito importante.

Naquela região abrangida pelo Semiárido, que pega a região norte do Espírito Santo, praticamente há uma perda de 60% da cafeicultura do ano passado para cá. Relatórios, decretos municipais, nós entregamos. Inclusive, eu acho que eu trouxe uma relação dos decretos municipais. São cerca de 34 decretos que falam efetivamente das perdas, tanto mais ao sul do Espírito Santo quanto mais ao norte. A seca foi muito grave nesses dois últimos anos – anos que se seguiram a um período anterior, 2011-2012, de graves problemas por causa das enchentes.

Então, o Proagro tem extrema dificuldade de ser implementado nas suas condições. Por quê? Porque o Banco do Brasil não tem ninguém para fazer as suas vistorias. O Banco do Brasil tem extrema dificuldade de operar naquela região, e o Banco do Nordeste, ainda mais. Assim, os agricultores familiares não são atendidos, não têm essa proteção que a legislação oferece.

Eu gostaria de frisar a importância dessas 93 emendas apresentadas à medida provisória, mas queria focar algo em particular. Há, a propósito, um relatório da assessoria parlamentar que informa que, se dermos atenção especial aos art. 8º e 9º da Lei nº 12.844, teremos praticamente 90% dos agricultores abrangidos, em especial os agricultores familiares.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Paulo.

Na sequência, eu ofereço a palavra ao representante da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Mário Borba, que é também Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba.

Mário.

O SR. MÁRIO BORBA – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Fernando Bezerra; cumprimentar o Relator, Deputado Marx Beltrão, de Alagoas; cumprimentar também o Senador Garibaldi Alves, que é o Relator revisor deste processo; e também o Vice-Presidente desta Comissão, Deputado João Daniel. Eu cumprimento todos os integrantes da Mesa, os companheiros que já se pronunciaram.

Quero falar algo neste momento em que estamos tratando da questão da Medida Provisória nº 707, da questão do endividamento, principalmente quando tocamos no principal, que é o endividamento do Nordeste.

Presidente, eu estou desde 1992 no sistema, e discutimos aqui todos os anos. São 22 anos discutindo aqui dívida do produtor rural do Nordeste. Eu não quero contar a história toda, mas são mais de 25 medidas provisórias ao longo dos anos, mais de 22 projetos de lei, e não resolveram o problema do Nordeste, a realidade é essa.

Temos agora a oportunidade ímpar de resolver o problema de uma vez por todas.

Estou vendo ali Luciano Carvalho. Eu o conheci em 1992 e, em 1994, já começávamos a trabalhar. O Deputado Luis Carlos Heinze também já acompanhava a questão nessa época, inclusive com o nosso companheiro de federação do Ceará, Torres de Melo. Eu assumi essa comissão na CNA e até hoje fico andando por Brasília, todas as semanas – agora como diretor da CNA – visitando gabinetes e mais gabinetes, reuniões e mais reuniões, audiências públicas no Nordeste todo. Mesmo assim, até hoje não resolvemos esse problema.

Se continuar desse jeito, dessa maneira, não vamos resolver nunca, porque a seca é uma coisa permanente. De uma coisa nós temos certeza: a cada dez anos, temos três anos secos, temos três anos mais ou menos e três anos bons, só que não sabemos quando é o bom nem o ruim.

Então, eu queria, com a permissão de V. Ex^a, ler um trecho... E me dirijo ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator, às Sras e aos Srs. Deputados aqui presentes. Quero também cumprimentar o Deputado Júlio Cesar, que estava aqui conosco, e o Deputado Walter, do Rio Grande do Norte.

O Deputado Júlio Cesar é uma das pessoas que mais conhece de números nesta Casa, e desde maio temos nos sentado com ele buscando números no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste, no Basa, para justamente chegar a uma conclusão.

Os prejuízos causados por essa seca, iniciada em meados de 2011 e que se estendeu até o final de 2015, uma seca de quatro anos, foi considerada uma das piores dos últimos cem anos. Ela foi muito bem lembrada, em matéria jornalística da Rede Globo, tomando como referência a obra de Rachel de Queiroz com o título *O Quinze* – em 1915 houve a grande seca. Só que antes, nos anos 1800 – não me lembro se foi em 1837 ou 1873 – morreram 500 mil nordestinos de fome e de sede. Morreram 500 mil nordestinos lá nos anos 1800!

Os prejuízos dificilmente serão recuperados em curto espaço de tempo e, por isso, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) dedicou-se, quase todo o ano de 2015, em parceria com a Bancada do Nordeste, à elaboração de documentos entregues à Ministra Kátia Abreu, ao Ministério da Fazenda, detalhando problemas da dívida e das medidas necessárias para resolver objetivamente esse problema que aflige o sertanejo nordestino, documento esse fundamentado na elaboração de inúmeras emendas que foram apresentadas à Medida Provisória nº 707, de 2015, pelos coordenadores estaduais de Bancada, inclusive pelo Presidente e pelo Relator desta Comissão Especial.

Os números dessa seca são grandiosos. Foram quatro anos, e vamos entrando aí para o quinto. Em 2016 não há perspectiva. Estou vendo aqui um Deputado do Maranhão. A seca foi lá na metade do Maranhão, foi lá no Espírito Santo, foi no norte de Minas Gerais. Na região de Barra do Corda, que eu conheço, Deputado, o capim morreu todo, agricultura ninguém plantou, e está lá faltando água. Carregaram água em carro-pipa lá naquela região, às margens do Rio Mearim. Os efeitos estenderam-se ao Estado do Maranhão e à zona cacauíra da Bahia.

Em 2012, os noticiários da região davam conta de que a pecuária já havia perdido com a seca mais de 4 milhões de cabeças de gado. Até 2015, esse total aumentou para mais de 7 milhões de cabeças, comprometendo a produção de carne e de leite da região.

Quero frisar aqui também que a seca, quando vem, não escolhe tamanho. Não escolhe tamanho entre o pequeno, o médio e o grande produtor.

Além da perda de animais por não terem o que comer, a seca dizimou pastagens, secou açudes. Quem acompanhou a crise hídrica na região sabe que Sobradinho chegou a 2% da sua capacidade, um volume útil, no início de fevereiro, retratando o que a seca pode fazer com outros reservatórios na região.

Nós temos a cidade de Campina Grande, na Paraíba, que não tomou água este ano ainda. A água que tomou foi insignificante, 2% ou 3%. E, se não chover daqui para junho na região, será um problema grave. Em uma cidade com 450 mil habitantes, faltar água... E há outras cidades no Nordeste brasileiro que estão passando e vão passar por essa crise.

Na agricultura, as perdas chegam a 100% da produção ao longo desses quatro anos, tanto que os dados do setor agropecuário na região da Sudene pelo IBGE, quando comparados com os de 2011, dão conta de que houve uma redução na área cultivada em torno de 30% a 49% no valor bruto da produção agropecuária, demonstrando a gravidade da seca no período.

Quando a gente fala em Sudene aqui, eu quero deixar bem clara outra coisa: eu fui conselheiro da Sudene durante dois anos representando a Confederação da Agricultura, Srs. Deputados, Sr. Presidente, e sequer participei de uma reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. A Sudene é um órgão deliberativo de grande importância para o Nordeste, mas a última reunião do Conselho da Sudene foi em março de 2013. Então, ao novo representante da CNA, eu já aconselhei que, na próxima reunião da Sudene, se abstinha do voto, porque

três anos, uma superintendência, um órgão como a Sudene, sem reunir seu Conselho.... Eu não sei o que é que vai aprovar *ad referendum*. Então, eu já disse a meu companheiro que se abstinha do voto.

Temos o Instituto do Semiárido, que está com sede na Paraíba. Passaram quatro anos. Quatro anos, já mudou o presidente. Não houve nenhuma reunião sequer do Conselho do Instituto do Semiárido localizado em Campina Grande. E são órgãos dos quais dependem muito o apoio à questão do Semiárido.

A região não entrou em convulsão social graças a programas de assistência social, que, só em 2015, somaram cerca de R\$15 bilhões. Entretanto, a seca deixa problemas daqueles difíceis de consertar: o empobreecimento orgânico do solo e o aumento da salinidade, que inviabilizam a agropecuária e contribuem para o processo de desertificação do Semiárido, como está acontecendo.

É importante lembrar que são naturais as causas principais da seca no Nordeste. As características da região expõem um baixo índice pluviométrico anual, baixa umidade, clima semiárido, solo seco, vegetação predominante com galho retorcido e poucas folhas – a Caatinga – temperaturas elevadas grande parte do ano, como é já de conhecimento de todos vocês.

Aí vem problema também quando temos a ocorrência do El Niño, como está acontecendo agora, que não está tendo compaixão de ninguém. A ocorrência de grandes secas se sucede pelo menos no curto espaço de tempo que supera um período de 13 anos, associado a período mais curto de estiagem, e acaba por impedir, reduzir a capacidade produtiva, a recuperação econômica do sertanejo.

É inevitável a iniciativa do Poder Executivo nesse período com o objetivo de minimizar problemas da seca. No campo das dívidas, mesmo sob a pressão da Bancada nordestina, das instituições de classe e produtores rurais, sancionou, pelo menos, seis leis, aprovou 22 resoluções...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO BORBA – ... do Conselho Monetário Nacional e também outras seis medidas.

Na remissão de dívidas, também, foi feito todo esse trabalho. Mesmo as medidas ao longo do período das adesões não foram significativas.

Em relação às medidas encerradas pelo prazo de 31 de dezembro, que foi a 12.844, que não foi prorrogada – há algumas emendas aí tentando prorrogá-la – precisamos colocar justamente o que já falou aqui a Contag, principalmente os arts. 8º e o 9º da lei, inclusão nessa medida provisória.

Capacidade produtiva e receita de investimento comprometida. Quer dizer, eu fico olhando também.... Não adianta resolver o problema do endividamento, dar mais 10 anos, mais 6 anos, sejam quantos anos forem, se não houver também uma capacidade de recuperação desse produtor. Esse produtor tem que ser refinanciado, porque se ele não for...

Há a questão das garantias...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO BORBA – Tem que liberar um pouco das garantias junto ao banco, para que ele possa ter condições de tomar um novo crédito. Se isso não acontecer, não adianta, porque esse produtor está inadimplente, não tem condições de pagamento, e daqui a 3 anos, 2 anos, vão estar aqui de novo pedindo a vocês para que seja prorrogado tudo isso.

Há outros assuntos, mas, devido ao tempo.... Há a questão de PESA, securitização, que foi renegociada no passado e que não está sendo cumprida, alguém não aderiu a tudo isso. Naquela época havia o limite de até R\$200 mil, e hoje é proibido pelo Governo... Todas as leis publicadas: é até R\$100 mil, como se no Nordeste.... Nós temos o seguinte: 90% das propriedades do Nordeste hoje têm menos de 100 hectares. Mas alguns produtores lá estão produzindo, como é o exemplo de Petrolina; Sobradinho secou praticamente, muitos saíram da atividade, estão com um débito lá. E por que ele também não ser contemplado?

Há o setor sucroalcooleiro também, as usinas do Nordeste, fornecedor de cana que está aí sendo executado pela Dívida Ativa da União, pessoas que tomaram dinheiro de crédito rural e estão na Dívida Ativa da União.

Nunca vi acontecer isso em nenhum país do mundo. Só aqui no Brasil é que crédito rural passou a ser Dívida Ativa. E o nordestino não tem... Em Alagoas, por exemplo, Pernambuco e Paraíba, o pequeno fornecedor, de 300 a 400.... Noventa por cento dos fornecedores de cana do Nordeste têm menos de mil toneladas de cana, é um agricultor familiar. Essas pessoas estão na Dívida Ativa e estão com suas propriedades indo a leilão, indo a praça pública. Em Irecê, na Bahia, mais de 500 pequenos produtores começaram a ser executados pela Justiça dentro da questão da Dívida Ativa da União. É um verdadeiro absurdo o que se está fazendo com o produtor rural do Nordeste.

Precisamos, na realidade, de um crédito rural diferenciado para o Semiárido. Eu já andei por todas as regiões semiáridas do mundo. Estive na Austrália, no México, na África, estive nos países da Europa: dizem que é uma beleza, mas, sem os subsídios, eles não sobrevivem nas zonas secas.

Precisamos copiar aquilo que a Austrália e outros países fazem relativamente ao crédito rural. Se eu tomei um crédito hoje cujo vencimento é daqui a dois anos e, se daqui a dois anos, eu ficar impossibilitado de pagar esse crédito, Presidente, automaticamente o meu débito vai para o último ano subsequente ao vencimento daquele meu contrato. Se ele vai vencer em 2020, aquela minha conta vai para 2021 automaticamente. Então, decretado estado de emergência no Município, que isso seja prorrogado imediatamente.

O que acontece? Nós ficamos vindo a Brasília atrás dos Srs. Deputados e Senadores, que têm nos recebido muito bem, mas, quando chega a hora do Ministério da Fazenda, eles travam tudo isso. Ficamos carregando uma conta. Muitos estão saindo da atividade, e vão continuar saindo. Eu fico fazendo aquela conta: hoje nós temos 17%; em 50, só teremos 7. Só vai ficar quem for eficiente, seja pequeno, médio ou grande. O grande vai sobreviver, o médio vai precisar de apoio, e o pequeno tem que estar em associações, em cooperativas, para que ele possa sobreviver a essa tecnologia, a esse avanço e a essa ciência que estão pela frente.

Eu quero neste ato, Presidente Senador Fernando Bezerra, parabenizá-lo também pelas audiências públicas que vão acontecer nos Estados, é uma oportunidade para que cada Estado exponha o que está acontecendo. Há produtores que tomaram R\$36 mil e hoje devem R\$160 mil ao banco. É inadmissível um negócio desses! O cabra está lá, com 50 cabrinhas, tirando leite de 30, tirando 90 litros de leite por dia, vira para você e diz: "Dr. Mário, eu não tenho a menor condição de pagar essa conta. Meus 50 hectares não vão valer..." Lá no Cariri, lá na região de Sumé, na Paraíba, onde choveu, no ano passado, 70mm, e o cabra está lá sobrevivendo com as cabrinhas dele. Só que há um programa de leite que passa 90 dias, às vezes, para pagar esse produtor. Então, é outro descaso que se observa em relação a alguns programas que poderiam ser a sustentação, mas estão sendo a miséria desses produtores.

Precisamos, na realidade, do quê? De um crédito diferenciado para regiões semiáridas. Tem que existir essa diferenciação, Senador. Enquanto não se criar crédito diferenciado para o Semiárido, como outros países fizeram, não vamos nunca resolver o problema do Semiárido. O Semiárido é viável? É. Estamos aí com transposição, com Transnordestina.... É competitivo? É, mas são necessárias essas condições, levando em consideração a questão do clima, para que possam se desenvolver as regiões do nosso Semiárido. No Semiárido estão crescendo a avicultura e todos os setores do agronegócio, da agropecuária, mesmo com toda essa crise. Temos exemplos e mais exemplos de pessoas que estão tendo sucesso, mas precisamos desse apoio, desse respaldo.

Eu quero, ao encerrar minhas palavras, deixar aqui um documento com V. Ex^a, da CNA e das federações do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Mário, por sua exposição.

Nós temos cinco Parlamentares inscritos para fazerem suas observações e suas reflexões. Antes de fazer o convite para os Parlamentares se pronunciarem, eu vou oferecer a oportunidade para que o nosso Relator, Deputado Marx Beltrão, possa fazer a sua intervenção.

Com a palavra, o nosso Relator.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Cumprimento o Sr. Presidente Fernando Bezerra e os nobres colegas Deputados e Senadores.

Eu queria primeiramente parabenizar o nosso Presidente pela maneira como vem conduzindo os trabalhos, por ter aceito todas as propostas dos Parlamentares para que os convites para as entidades fossem estendidos para outras entidades que não estavam previamente na intenção do Presidente e todas as instituições financeiras, os ministérios que foram convidados, as entidades, enfim, para que possamos fazer uma discussão ampla, ouvindo todos, onde todos possam emitir as suas opiniões, para que possamos fazer um relatório à altura do que o cidadão precisa e espera, sem que haja dificuldade na sua aprovação.

Quero parabenizá-lo também pelas audiências públicas – a primeira em Petrolina, dia 11; depois no Ceará, dia 18; em Alagoas, dia 21 – e também pela abertura de deixar que cada Parlamentar faça suas audiências públicas em seus Estados, independentemente de a Presidência marcar uma data. Acredito que, se todos os Parlamentares puderem levar esse tema para os seus Estados e discuti-lo profundamente, nós vamos melhorar o debate, ampliar a discussão e trazer os relatórios para fazer um relatório final da melhor maneira possível.

Quero saudar e parabenizar o Diumar Bueno, que aqui representa os transportadores autônomos. Escutei atentamente tudo o que o senhor falou com relação ao marco regulatório e ao financiamento de equipamentos e dos caminhões pelo BNDES, para mudar a redação e migrar também para o Banco do Brasil, assim como a questão do exame toxicológico. Peguei a documentação. Se precisar de mais informações – eu já peguei o

seu número de telefone – irei solicitá-las, para tentar fazer com que essa Medida Provisória atenda da melhor maneira possível aos caminhoneiros de todo o Brasil.

Quero cumprimentar o Marcos Rochinski, que representa a Fetraf e que, no início de sua exposição, disse que existem várias leis e medidas provisórias aprovadas aqui no Congresso cuja efetividade é muito pouca. Os produtores tentam ser atendidos ao longo do tempo, mas não conseguem eficácia naquilo que nós gostaríamos que tivessem.

Ouvi atentamente também o que se disse em relação à questão do Pronaf, à questão das cooperativas, que são de fundamental importância. Em Alagoas nós temos várias cooperativas, algumas praticamente falidas, porque não conseguem renegociar suas dívidas com os bancos. Essas cooperativas geram vários empregos, então nós temos que realmente encontrar uma maneira de fazer com que seja dada essa solução.

Cumprimento também o Paulo de Oliveira, que, representando aqui a Contag, falou da renegociação da dívida dos agricultores de todas as lavouras, seja café, como ele disse, cana de açúcar ou soja. Todos os agricultores, sejam pequenos ou grandes, estão enfrentando dificuldades, com dívidas nos bancos e nas instituições financeiras. Ele pediu que se dedique uma atenção especial aos arts. 8º e 9º da Lei nº 12.844. Eu anotei aqui para que essa atenção seja dada de forma especial.

Saudo também o Mário Borba, aqui representando a CNA, que disse que desde 2002 está nessa luta, que há mais de 20 anos existe essa luta dos agricultores para a renegociação, como também disse o Paulo de Oliveira. Muitas leis já foram feitas, como disse o Marcos, muitas medidas provisórias já foram promulgadas e não tiveram a eficácia necessária para que fosse atendido o agricultor.

Nós temos a oportunidade de, nesta Medida Provisória, mudar toda a história do que foi feito.

Vou ler todas as emendas feitas, que totalizaram cerca de 90, e ser minucioso. Terei cuidado com cada vírgula, com cada palavra, com cada questão, com cada frase que foi colocada nessas emendas, para que não sejamos injustos com ninguém. Se é uma oportunidade única para se fazer um relatório e aprová-lo em consenso para atender a todos, principalmente a quem está lá na ponta, que é o agricultor, nós não podemos desperdiçar essa oportunidade.

Eu só quero deixar claro, Presidente, que nós devemos ter cuidado com os jabutis, essa prática não é bem vista pela Casa. Vamos nos ater aos temas da Medida Provisória, vamos afastar qualquer emenda que pretenda tratar de tema estranho ao tema principal tratado pela Medida.

Quero aqui também dizer a todos os Deputados que tentarei me esforçar ao máximo para participar de todas as audiências públicas nos Estados que os senhores porventura fizerem. Se eu, por acaso, não puder ir a alguma, farei questão de mandar um representante à altura para escutar e relatar o que ouviu. Quero que todos os relatórios feitos em cada audiência pública sejam mandados para o meu gabinete para que eu possa analisá-los e fazer um relatório que atenda os anseios de todos os Parlamentares que fazem parte da Comissão e, principalmente, os anseios daqueles que estão na ponta, que são os agricultores.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Marx, por suas palavras.

Nós já temos aqui oito inscritos. Vou consultar o Deputado José Carlos para saber se posso fazer aqui uma pequena inversão para oferecer a palavra ao Senador José Pimentel. S. Exª é Líder do Governo no Congresso Nacional e tem uma agenda muito intensa.

Quero aqui, a propósito, dar um testemunho. Ele, de certa forma, coordenou a composição da Presidência e da relatoria desta Comissão. Ele próprio sublinhou a importância dessa medida provisória para que o Congresso pudesse dar uma resposta a todos esses problemas que nós aqui acabamos de ouvir. Diria que ele vai ter um papel crucial no êxito do nosso trabalho.

Não tenho dúvidas de que o Deputado Marx Beltrão fará um relatório à altura dessas nossas expectativas, mas é importante que possamos contar com a compreensão do Governo Federal. Nós temos aqui medidas que são muito sensíveis, medidas que são muito complexas, medidas que repercutem na geração do primário, na crise fiscal que o Brasil enfrenta, mas tenho uma esperança muito grande e muita confiança de que, pela habilidade, pela competência, pelo diálogo e pela capacidade de convencimento, o Senador José Pimentel vai ser o grande baluarte desta Comissão para que a possamos ter um texto que, aprovado em plenário, possa ter a sanção da Presidência da República.

Então, com a palavra, meu amigo, meu companheiro, meu colega, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Quero, inicialmente, registrar que o nosso Presidente é muito generoso para com todos, mas principalmente para comigo. Entendo que nós não teríamos melhor composição para conduzir essa medida provisória: o meu amigo Fernando Bezerra foi nosso Ministro da Integração Nacional, conhece profundamente esses temas, sabe o que precisa ser feito. Muitas coisas foram sugeridas

quando ele estava no Ministério da Integração. Parte foi acolhida, outra parte ficou para ser debatida, superada. Portanto, não teríamos melhor Presidente para conduzir essa matéria.

Nosso Relator, Marx Beltrão, além de ser nosso companheiro da Região Nordeste, lá de Alagoas, também é um profundo estudioso.

Começo registrando que, se nós prorrogássemos os efeitos da Lei 12.844, que venceu agora, no dia 31 de dezembro, 90% das emendas apresentadas estariam ali. Portanto, precisávamos, nosso Presidente, nosso Relator, nossos pares, ter uma leitura mais detalhada. Aquela lei foi construída quando o Fernando era nosso Ministro da Integração. Tivemos alguns itens que não foram atendidos. Isso facilitaria o nosso trabalho, pois os prazos são curtos – para medida provisória, é de até 120 dias. Sei que o nosso Relator já está estudando as emendas. Também as estou lendo; o Fernando da mesma forma. Todos nós estamos conduzindo aquelas questões.

Acho que nós temos algumas ações que têm condições de ser aprovadas e, ao mesmo tempo, antecipadas. Uma delas é a revogação da resolução do Conselho Monetário Nacional de dezembro de 2015. O Ministro da Fazenda da época mandou uma proposta de emenda constitucional prevendo a retirada de 30% dos recursos dos fundos constitucionais. A Senhora Presidenta, depois de uma ação direta dos Parlamentares, principalmente aqui do Senado Federal – Fernando Bezerra, em conjunto com outros, conduziu essa ação – determinou que se zerasse aquilo.

Esse Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, não satisfeito, aprovou, como um dos seus últimos atos, a elevação da taxa de juros dos fundos constitucionais de 8% para 14,2%.

Hoje aprovamos na CCJ, por unanimidade, decreto legislativo revogando essa resolução. Aprovamos a urgência, Fernando Bezerra, para que a medida vá ao plenário do Senado hoje à tarde, e acredito que vamos aprová-la por unanimidade. Ou seja, o último ato malvado do Ministro da Fazenda para a nossa Região, que foi esse, estamos revogando.

Precisamos fazer, nosso Relator, nosso Presidente, uma discussão sobre taxa de juros para os fundos constitucionais. Fui Relator da Lei nº 10.107, de 2001, na Câmara Federal. Ali fizemos um desenho sobre isso e aprovamos algumas diretrizes, mas elas não dão conta da realidade de hoje. Por isso, nosso Relator, vamos precisar nos debruçar sobre o que estava na Lei nº 10.107, lá de 2001, e sobre o conjunto de sugestões que o Fernando fez antes da Lei nº 12.844, que não andou. Como é que trabalharíamos?

Precisamos também fazer um debate sobre os Municípios do Semiárido. Quando recriamos a Sudene, em 2005, contemplamos um conjunto de Municípios. De lá para cá, os governos estaduais do Nordeste, através das suas instituições, fizeram um reestudo dessa realidade. Eu sei que a Paraíba tem um estudo sobre isso, assim como Pernambuco, Ceará e Alagoas – Benedito de Lira, que senta conosco ali, os dois outros Senadores e o nosso Presidente Renan Calheiros têm discutido bastante essas questões. Já tivemos a inclusão, ainda em 2015, de parte desse processo. Ela foi vetada sob a argumentação correta de que os outros Estados do Semiárido não tinham sido atendidos. Portanto, nosso Relator, esse é outro tema que acredito que precisamos construir, depois de dez anos, conforme a lei que criou a Sudene determinou – completaram-se, em 2015, os dez anos.

Acredito que Fernando Bezerra será um parceiro muito forte nesta questão, porque...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Vamos ter uma audiência pública específica sobre a questão da delimitação do território do Semiárido no Nordeste brasileiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Quando V. Exª era o nosso Ministro da Integração, apresentou um pré-estudo sobre essas questões, e aqui temos um impacto muito forte.

Estamos também elaborando a política agrícola 2016/2017 para o agronegócio, para a agricultura familiar, nos vários setores. Há um conjunto de itens ali que podem ser antecipados. Temos agora, no mês de abril, O Grito da Terra Brasil da agricultura familiar nos Estados e, em maio, o Grito Nacional. Temos um conjunto de outras ações das entidades que atuam na área rural, seja agricultura patronal, seja o agronegócio, seja o sistema de cooperativismo, um conjunto de ações que nós podemos aqui incorporar.

Surgiu um fato novo, que não estava tão presente na agenda, que é a agricultura familiar que se transforma numa agroindústria. Ele, ao vender para o grande, paga os impostos, mas principalmente a parte previdenciária; e o grande incorpora como lucro dele e não repassa – é o antigo debate do bloco de notas. Hoje, com o Simples Nacional, com o empreendedor individual rural, podemos enfrentar isso. Esse debate foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal, na atualização do Simples Nacional, está aqui – a Senadora Marta é Relatora de plenário.

Eu acho, Fernando, que nós deveríamos dirigir nosso olhar para isso, porque isso envolverá algo em torno de 4 milhões de agricultores familiares que têm o seu agronegócio, o seu empreendimento e têm essas dificuldades.

Nós poderíamos ajudar a desatar esse nó. Seria outro tema para enfrentarmos.

Há a questão da repactuação das dívidas das cooperativas dos anos 70, do Proálcool principalmente. Esse setor é o mais difícil para enfrentarmos, porque os negócios deixaram de existir. A dívida está inscrita no CPF do antigo cooperado, está na Dívida Ativa da União, e ele não tem patrimônio para fazer frente ao problema. Isso é o que o nosso nobre Mário Borba estava aqui abordando. É um tema de difícil condução, e aí, nosso Relator, nós precisaríamos nos debruçar sobre isso, sobre essas características.

Aqui, no Senado, nós tivemos em uma medida provisória, a MP nº 678, esse enfrentamento, mas o Supremo Tribunal Federal disse que era um jabuti sem tamanho e que, na árvore em que ele subiu, não houve cheia antes, para que o jabuti pudesse ficar naquele galho, e mandou riscar. Ou seja, foi duro para nós, do Congresso Nacional, ter uma decisão judicial mandando riscar uma matéria antes de a Presidenta vetar ou sancionar. Então, Mário, há mais problemas do que os que você aqui estava levantando. Nós precisamos construir uma saída jurídica ouvindo, inclusive, se possível, nosso Fernando Bezerra, num diálogo com o Relator dessa matéria, a 678.

Nós precisamos fazer também um debate sobre as Ater. As Ater são uma excelente política de assessoria, mas elas bateram no teto. Aí, de novo, o Fernando conhece muito bem, porque essa política das Ater passa fortemente por dentro do Ministério da Integração Nacional. Avançou muito, só que bateu no teto. O que nós podemos fazer?

Eu sei que a medida provisória não tem esse caráter total, mas tem uma relação muito forte. Nós podemos, sem incorporar jabutis, enfrentar uma série de temas que estão postos.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero ir a Petrolina. Não posso ainda afirmar se vou a Alagoas, porque sempre às segundas-feiras, 9h da manhã – o Fernando, como era Ministro, sabe disso – há uma reunião do Conselho Político do Governo, que eu integro como Líder do Governo no Congresso Nacional. Então, eu tenho que vir para cá todo domingo à noite. Mas vou conversar. Se porventura as coisas estiverem mais calmas, eu quero ir também a Alagoas, até porque eu tenho o título de Cidadão de Alagoas, que recebi quando fui Ministro da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Com a palavra, o Deputado Zé Carlos.

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) – Obrigado, Presidente.

Eu quero aproveitar já para cumprimentá-lo, Senador Fernando Bezerra, na qualidade de Presidente. Quero cumprimentar todos os Senadores e Deputados aqui presentes, cumprimentar os Deputados do Núcleo Agrário da Câmara, que é coordenado pelo Deputado João Daniel, cumprimentar o Relator, Deputado Marx Beltrão, que muito me alegrou com a posição firme de evitar esses jabutis, que não têm nada a ver mesmo com a medida provisória, mas principalmente pela disposição de olharmos muito para o lado daqueles que são necessitados e precisam realmente do olhar, da proteção deste Congresso.

Quero cumprimentar o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Diumar Deléo Cunha Bueno, cumprimentar o Mário Borba, Presidente da nossa Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba, que tratou da questão da seca. Essa é uma preocupação da Bancada do Maranhão, Dr. Mário. Inclusive, hoje, nós temos uma agenda com a Ministra Kátia Abreu exatamente para tratar especificamente da questão da seca que envolve o Maranhão.

E quero cumprimentar, por fim, meus companheiros, o Marcos Rochinski, da Fetraf, e o Paulo Poleze, da Contag. Quero tirar da fala deles duas partes. O Marcos fala da pequena efetividade das ações para os nossos pequenos agricultores. É por isso mesmo que é importante o debate dessa medida provisória. E aí eu defendendo um pouco a emenda que nós colocamos, que é não só para ter efetividade, mas para ter uma abrangência muito maior diante da realidade atual, a realidade dos pequenos agricultores que passam pela seca, pela questão econômica.

Então nós temos que, com esse debate e com as emendas que estão sendo apresentadas... E o Senador colocou muito bem aqui: se nós estendermos o prazo e as acatarmos, resolve-se 90% dessa questão. A nossa pretensão com essa emenda é apenas postergar para o final deste ano a não inclusão na Dívida Ativa dos empréstimos de até R\$100 mil, que são feitos exatamente para os pequenos agricultores.

Então, basicamente, ela tem esse mote. Diante do que foi colocado pelo nosso Relator, eu não precisaria nem pedir, porque tenho certeza de que ele vai ter um olhar benevolente com relação a ela, porque não se pode, a título de que isso vai ter custo para o Tesouro, porque não é custo, isso é investimento.... Se não fizermos isso e colocarmos na Dívida Ativa, esses pequenos agricultores vão falir. E o que vai acontecer? É isso que nós queremos? O Governo não quer isso com certeza. Então, na minha opinião, isso não é despesa, não é custo. Isso é investimento nos pequenos agricultores.

Também quero tirar uma frase que foi colocada pelo representante da Contag e reforçada pelo Senador Pimentel: a questão das Ater. Não é o momento para discutirmos isso. Mas o Núcleo Agrário, como eu disse, coordenado aqui pelo Deputado João Daniel, já está pautando esse assunto com o Governo Federal, com o

Ministro Patrus Ananias, com o Incra e com a Fazenda, para que possamos encontrar uma urgente solução para isso. Há dívidas a serem pagas e poucos recursos para serem aplicados. São dois problemas, e não há agricultura forte sem assistência técnica. Eu sei que não é o momento para desse assunto, mas gostaria de fazer este registro sobre o que foi tratado pela Contag e pelo Senador.

Não vou tomar mais tempo dos senhores, até porque já começou a Ordem do Dia na nossa Casa. O nosso Presidente já disse que, se não for marcada a presença até as 13 horas, vai colocar falta mesmo. Então vou pedir permissão a V. Ex^a para me ausentar, agradecendo este momento e parabenizando todo esse empenho de V. Ex^a, que, como já foi muito bem dito pelo Senador, tem todos os méritos para fazer um excelente trabalho à frente desta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Zé Carlos. Com a palavra, o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Sr. Presidente, nós, nordestinos, temos a expectativa de que, com a edição da Medida Provisória cuja comissão de análise é presidida por V. Ex^a – grande defensor do nosso Nordeste, Senador que acima de tudo tem a visão do municipalismo e sabe das reais situações por que passa o povo nordestino – lado a lado com o nosso Deputado Marx, poderemos marcar a história neste Parlamento, apresentando um texto que possa dar tranquilidade ao nosso homem do campo.

Concordo com muito do que foi abordado na reunião de hoje, mas eu pediria encarecidamente que houvesse um mecanismo para fazer com que as instituições financeiras respeitassem a assinatura da Presidente Dilma. É inconcebível o contrário.

Este final de semana estive na minha cidade de Maranguape, na região metropolitana de Fortaleza – o Senador Pimentel conhece muito bem – e recebi vários documentos de encaminhamento para o SPC dos produtores rurais – a emissão do banco foi no dia 4/2, postada no correio no dia 10/2. Isso gera instabilidade.

Estive na região rural do Itapebussu e Amanari, e ouvi de muitos dos agricultores: “Deputado, o que eu faço? Se eu não for, o banco está dizendo que tem cinco dias para executar!” Este documento aqui – eu até poderia citar o nome – é do Sr. Germano Noronha Barroso, está aqui o endereço dele: Rua Marieta Colares Garcia, Parque Iracema, lá no Maranguape. Isso gera toda uma instabilidade. Não sei se as outras instituições financeiras... E é do Banco do Nordeste. Eu até entrei em contato com a assessoria lá do Banco do Nordeste, para também dar respeitabilidade a essas questões.

Eu creio que as emendas, muitas emendas... Junto com a Federação da Agricultura, junto com todos os que fazem a agricultura familiar.... Essas propostas vão nos dar a alternativa de ter um texto concreto e garantir a paz, a tranquilidade e o desenvolvimento do nosso País. Efetivamente, mesmo com essas turbulências da crise, o agronegócio, desde o pequeno até o grande, é que vem desenvolvendo e melhorando o PIB do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Cumprimento o Sr. Presidente, os colegas Parlamentares, o nobre Relator, os debatedores da Fetraf, da Contag e da CNA.

Este é um tema sobre o qual nos debruçamos há bastante tempo. Nélido Dias, ainda lá nos anos 90, início dos anos 2000, batia muito representando o pessoal do Nordeste que tinha esses problemas.

Serei breve, Sr. Presidente.

Colocamos aqui, Sr. Relator, algumas emendas com relação à Dívida Ativa – o pessoal colocou aqui reabrindo o prazo, que se encerrou em 31 de dezembro, então, temos que fazer esse trabalho.

Aqui está o Nelsinho, que assessora o Senador Moka e também a Confederação Nacional da Agricultura, juntamente com o Deputado Júlio. Já estiveram no Ministério da Fazenda, conversamos também com o Ivandro na semana passada. Então, é importante, Sr. Relator que possamos discutir essa questão e buscar esses ajustes. As emendas estão aí. Que possamos reabrir essa discussão.

Estão falando em jabuti. Colocamos uma emenda que temos que achar uma forma de ajustar. Eu fala-va com o Presidente semana passada sobre o prazo para o Cadastro Ambiental Rural, que expira no início de maio. Senador Pimentel, é importante, já falamos com a Ministra Kátia Abreu; não falamos ainda com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, vamos pedir o apoio dele também; a Ministra Izabella estava de férias. Já temos agenda com a Ministra – ela mandou à nossa Frente Parlamentar um diretor, já conversamos com o Deusdará, que concorda também – para reabirmos o prazo, que está encerrando em praticamente dois meses – temos agora um mês e meio, é humanamente impossível.

Nos Estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, 33% das áreas foram, digamos, cadastradas; no Nordeste, 36% – isso é das áreas. Em número de propriedades, é menor o percentual. Então,

veja que temos ainda 70%, praticamente, para cadastrar, do Nordeste e dos Estados do Sul. Só por causa dessas duas regiões, já seria importante que pudéssemos fazer isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Qual é o número da emenda?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Essas emendas... CAR, a Emenda nº 2 e a Emenda nº 3. Então, já tem prazo, e há um projeto também, no Senado Federal... Só que acho – por isso coloquei aqui – que o projeto do Senado já passou na Comissão de Agricultura e está na Comissão de Meio Ambiente. Até que passe aqui, vá para a Câmara e, depois, para o plenário, já passou maio. Por isso, a urgência de colocarmos isso aqui e debatermos também.

Então, já com o apoio do Ministério da Agricultura, do MDA, e também, conforme falado com a Ministra Izabella.... Se quiser fazer por decreto, ela pode fazer, mas estou dando a oportunidade para podermos ajustar isso aqui. Isso interessa a todos, pequenos, médios, grandes, a todo mundo interessa isso. Então, trata da Dívida Ativa, basicamente, essa questão. Que possamos debatê-la, assim como a questão do Cadastro Ambiental Rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Luis Carlos.

Com a palavra o Deputado João Daniel. (*Pausa.*)

Bom, o Deputado Valdir Colatto não está. O Deputado Padre João e o Deputado Zeca Cavalcanti também não. E temos a Ordem do Dia...

Então, antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 707, DE 2015, PUBLICADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, E A LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013, PARA ALTERAR OS PRAZOS QUE ESPECIFICA. ”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2016, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 2015, com a presença dos Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra; e dos Deputados Júlio Cesar, Marx Beltrão, João Daniel, Padre João, Danilo Forte, Felipe Maia, Evair de Melo e Fabio Reis. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Wilson Vaz De Araújo, Diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Secretaria de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Marcelo Piccin, Diretor do Departamento de Geração e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Zerbini Guerra De Medeiros, Superintendente do Banco do Nordeste do Brasil S.A; e Carlos Alberto Vianna Da Costa, Chefe do Departamento de Gestão do Crédito Rural do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES; O Deputado Júlio César registra a presença do Diretor Financeiro e de Crédito do Banco do Nordeste, o senhor Romildo Carneiro Rolim, e a Presidência registra a presença do Prefeito de Petrolina, o senhor Guilherme Coelho. Ao término das exposições, faz uso da palavra o Relator, Deputado Marx Beltrão. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Deputado João Daniel, Deputado Júlio César, Senador José Pimentel e Deputado Danilo Forte. O Deputado João Daniel apresenta o Requerimento nº 6, o qual a Presidência atenderá. Fica atendido o Requerimento nº 4, do Senador Fernando Bezerra Coelho. A Senadora Fátima Bezerra sugere a realização de seminário no Estado do Rio Grande do Norte a fim de debater a matéria, o qual também será considerado atendido pela Presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Clarissa Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 707, de 2015.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, para debater a matéria. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tencionham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, no link bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

O nosso Relator, Deputado Marx Beltrão, já aqui se encontra, mas está dando uma entrevista para a TV Câmara.

E eu vou convidar os nossos ilustres palestrantes desta audiência, chamando inicialmente o Sr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que representa aqui o Ministério da Agricultura.

Quero convidar o Sr. Zerbini Guerra de Medeiros, Superintendente do Banco do Nordeste Brasil S.A. O Zerbini está por aí?

Queria aproveitar para informar que, através da solicitação do Senador José Pimentel, na sexta-feira vamos ter uma audiência com o Presidente e a Diretoria do Banco do Nordeste, em Fortaleza, antecedendo a nossa audiência pública, que será realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

E convido, ainda, o Sr. Carlos Alberto Vianna da Costa, Chefe do Departamento de Gestão do Crédito Rural do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Por favor.

E temos, ainda, confirmada a presença do Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Sr. Onaur Ruano. Ele está a caminho e, assim que chegar, vamos convidá-lo também para tomar assento à nossa mesa.

Gostaria de informar que, além dessas instituições que estão aqui representadas, também convidamos o Sr. Ministro da Fazenda, para aqui se fazer presente ou enviar um representante. Recebemos um e-mail do Sr.

Bruno Travassos, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares, informando: "Sobre a audiência, informamos que, por compromissos previamente agendados, este Ministério não se fará representar no mencionado evento. E por essa, razão não poderemos contribuir para o laborioso colegiado."

E convidamos também o Banco do Brasil, e recebemos também um e-mail do Sr. Fernando Conde Medeiros, Gerente Executivo da Divisão de Apoio ao Relacionamento Institucional, informando que:

Ao tempo em que congratulamos essa Comissão Mista, pela importância da iniciativa, reafirmamos nosso compromisso no apoio à agricultura brasileira e comunicamos que o Banco do Brasil não será representado na citada audiência pública.

Esclarecemos que, na condução do assunto em questão, cabe ao Banco do Brasil apenas a operacionalização das medidas editadas pelo Poder Executivo e/ou aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Poder Legislativo.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Aproveitamos o ensejo para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu queria também informar que nós encaminhamos ao Banco do Brasil, especificamente, como também ao Banco do Nordeste correspondência em que pedimos para informar o passivo total das dívidas de crédito rural contratadas até 31/12/2014, procurando detalhar por fonte de recursos, informando o total de devedores e o total de contratos, valores originalmente contratados até R\$15 mil, entre R\$15 mil e R\$35 mil, de R\$35 mil até R\$100 mil, de R\$100 mil até R\$200 mil, de R\$200 mil até R\$500 mil e acima de R\$500 mil. Pedimos também para indicar, do passivo total, os valores e a quantidade de devedores inadimplentes, adimplentes e o total lançado à conta de prejuízo. Pedimos também, do passivo total, indicar discriminadamente o total amparado pelo Lei nº 12.844 e pela Resolução nº 4.315, de 2014, e informar ainda discriminadamente os valores renegociados entre 2010 e 2015, por força das inúmeras resoluções do Conselho Monetário Nacional e pela Lei nº 12.716, pela Lei nº 12.844 e pela Lei nº 13.001.

Por que aqui eu estou abrindo essa solicitação de informações para os membros da Comissão? Porque o grande desafio desta Comissão é fazer uma proposta de renegociação dessa dívida rural em particular, mas também das dívidas dos caminhoneiros que, de fato, possa ter adesão e ser exequível. As informações preliminares que tenho – e nós vamos confirmar esses números ou não a partir das informações que serão prestadas, notadamente pelo Banco do Brasil, pelo Banco do Nordeste e pelo Banco da Amazônia – é que o nível de adesão que se verificou nas renegociações propostas pelo Governo Federal nos últimos dez anos é muito baixo. No Banco do Brasil, ele é próximo de zero em relação ao Nordeste brasileiro. No Banco do Nordeste, a adesão ocorreu para os valores de até R\$10 mil, não totalizando sequer 25% do total dos contratos feitos para essa faixa de crédito que foi liberado.

Então, de fato, eu espero que não percamos essa oportunidade e que a Comissão, nesse esforço que está sendo feito, ao ouvir as informações, as explicações, os argumentos por parte dos que representam o Governo Federal e as instituições públicas de crédito oficial, possa construir uma proposta através do relatório do Deputado Marx Beltrão que possa contar com o apoio desta Comissão, da Câmara e do Senado e com a sensibilidade e com a compreensão do Governo Federal de que é chegada a hora de dar um passo adiante. É preciso ter a consciência de que não estamos apenas aqui para editar mais uma lei que não vai pegar, que não vai colar e que não vai resolver os problemas que estão em aberto há muitos e muitos anos. Eu me referi aqui aos débitos mais recentes, mas há aqui questões que vêm do tempo do Proálcool, que continua com os esqueletos nos armários, dos anos 70.

Então, precisamos ter sensibilidade e compreensão. Eu não acredito. Eu me recuso a acreditar que exista a vontade deliberada, por parte dos representantes das instituições de créditos oficiais, de querer executar terras para ser proprietário de terra. É evidente que quem deve tem que pagar, mas a lei tem que buscar o equilíbrio da capacidade contributiva do pagamento do produtor rural.

É por isso que eu acho que nós temos esse belo desafio. Nos próximos 30 ou 40 dias, nós realizaremos, como falei há pouco, essa audiência, que é a segunda. Fizemos audiência pública em Petrolina envolvendo os produtores de Pernambuco e Bahia. Foi uma grande audiência. Tivemos a alegria da presença do Senador José Pimentel. O Deputado Marx Beltrão não pôde estar presente, mas enviou um representante para essa audiência. Tivemos lá mais de 300 produtores rurais da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará. Foi realmente uma belíssima audiência. Estamos indo, sexta-feira, para a audiência em Fortaleza; e na segunda-feira, estaremos em Arapiraca, no interior do Estado de Alagoas, onde deveremos receber os produtores rurais do Estado de Alagoas e de Sergipe. Portanto, ouviremos os agricultores e os produtores rurais, seja da agricultura empresarial, seja da agricultura familiar, de todo o Nordeste brasileiro.

Vamos fazer mais uma audiência pública aqui, na próxima semana, com um tema específico, convidando os representantes do Ministério da Integração, da Sudene e, muito provavelmente, também da Funceme.

Estaremos aqui, discutindo a delimitação do território do Semiárido do Nordeste brasileiro. É uma questão importante, porque existem demandas dos Municípios no Maranhão, no Ceará, na Paraíba, que desejam ser incluídos no Semiárido. O decreto que regulamenta o território do Semiárido é um decreto presidencial. Ele foi editado em 2005. O seu prazo de vigência se esgotou em 2015. Portanto, este é momento adequado de, através desta discussão, propormos ao Governo Federal a edição de um novo decreto. Quem sabe, com o apoio da avaliação dos técnicos, daqueles que são responsáveis pela avaliação dos conceitos que ensejam a delimitação do território do Semiárido nordestino, possamos, eventualmente, agasalhar essas demandas que estão sendo colocadas para a análise do Governo Federal.

Feitas essas considerações...

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Deputado.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – É apenas para fazer o registro da presença do Diretor Romildo, que é da área respectiva do Banco do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Dr. Romildo. É uma alegria podemos contar com sua presença.

Eu vou oferecer a palavra, para se pronunciar, ao Sr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Secretaria de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura. Nós vamos dar o tempo de dez minutos, podendo ser prorrogado por mais dois ou três minutos. Então, dez minutos.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Obrigado, Senador Fernando Bezerra, em nome do qual eu cumprimento os demais Senadores que estão presentes nesta sala; Deputado Marx Beltrão, em nome do qual eu cumprimento os demais Deputados presentes; colegas de Governo, representantes do setor privado, dos produtores rurais do Nordeste, do sistema financeiro, BNDES e Banco do Nordeste, primeiro quero agradecer o convite para participar desta audiência, em nome da Ministra Kátia Abreu e do nosso Secretário de Política Agrícola, que também estão com uma agenda bastante intensa e ficaram impossibilitados de comparecer. Espero mostrar pelo menos um pouco daquilo para o que fomos convidados para esta audiência pública. Na pauta, nos pedem que façamos um demonstrativo da evolução da produção, produtividade, área plantada, rebanho, nesse período de seca prolongada, que vem desde 2011, pelos nossos registros, por meio do INMET.

Enfim, eu coloquei uma sequência de lâminas, mas eu não vou falar de todas, são muitas, vou só mostrar o que nós temos. Temos essa, que eu vou expor, e temos uma série de variações delas, de cada Estado, relacionadas ao comportamento de produtividade, de produção, com dados do IBGE mensais, anuais, enfim, foi um levantamento bastante exaustivo que nós fizemos disso.

Esse levantamento foi feito com as demandas que tão bem foram encaminhadas, Senador, pelos representantes do Nordeste, dos Parlamentares, do setor agrícola diretamente, da Comissão de Agricultura, dos produtores do Nordeste, também aqui na pessoa do Nelson, que está hoje com o Senador Moka, que também é um convededor profundo dessa situação de endividamento. Eu costumo dizer que hoje, no Governo Federal, foram tantas leis, tantas alterações de leis relacionadas a endividamento rural, que vêm, desde 1995, com a Securitização (Pesa), que precisamos ter claro tudo o que aconteceu em termos de normativo. Acho que há pouquíssimas pessoas hoje no Governo que têm esse quadro fechado em relação a tudo que aconteceu. No passado, tínhamos pessoas, mas foram saindo, foram aposentando, e o assunto continua.

Então, eu gostaria de colocar as lâminas aí, se possível. Depois, se alguém precisar de material ou derivações disso, temos também.

Primeiro, quero mostrar um comportamento climático, uma série de mapas.

Vou correr rapidamente, gente. Como me deram só dez minutos, eu não tenho muito tempo para expor.

Então, vejam bem: pegamos setembro de 2011 – a fonte é o INMET. Vejam o comportamento da seca nesses anos. Pegamos como base 2009 e 2010, considerados relativamente normais para a Região Nordeste, e fomos projetando os principais meses no período.

Está lá: fevereiro de 2013. a mancha amarela é a seca persistente que está sendo registrada.

Siga, por favor.

Janeiro, fevereiro. Olhem, na Região Nordeste, a persistência da seca. Fevereiro, março, abril de 2014, maio, junho.

E 2015. Aqui é a quadra chuvosa da Região Nordeste, período em que se realiza o cultivo nas regiões do Semiárido e nas regiões mais áridas de um modo geral: janeiro de 2015, fevereiro, março, abril, maio. Junho é a última informação que temos.

Agora, pode voltar, por favor, lá no início.

Então vejamos, realmente o clima não contribuiu em nada, pelo que estamos acompanhando, de um modo geral – é claro que há bolsões em que pode ter chovido regularmente.

Diante disso, vamos para os gráficos, por favor.

Primeiramente, começo pelas culturas anuais. O que fizemos aí? Pegamos a média da produção 2009/2010 – por enquanto, é a quantidade produzida em toneladas. A cada ano, fizemos um comportamento em relação a 2009/2010. Em 2011, houve uma variação positiva de 1%, que cai em 2012. Em 2013, a queda é mais forte. Isso é o Estado de Alagoas, vamos ter Estados em que isso vai ser muito mais acentuado.

Passe, por favor. Vou passar muito rápido, porque são gráficos muito parecidos.

Área colhida, ainda em Alagoas; o valor da produção, em 2014, caiu 44% em relação a 2009/2010, embora os anos anteriores tenham sido acima do valor de produção de 2009/2010.

Segue, por favor.

Aí é o Estado da Bahia também em toneladas, em quantidade produzida. Já se vem registrando quedas sucessivas em 2012, 2013, e em 2014 um pouco menos, mas não deixando de cair.

Só lembrando que esse quadro persistiu em 2015, também.

Em frente, por favor.

Bahia, área colhida: 33% em 2014, em relação a 2009 e 2010.

Segue, por favor.

Isto é o que foi pedido: quantidade produzida, área, valor.

Aí é o Estado da Bahia. Em termos de produção, a Bahia aparece com um número positivo. Mas aí está fora, Senador. Matopiba, a região do oeste baiano, nós tiramos isso fora. Aí é Semiárido, mesmo.

Há um leque de produtos lá embaixo: algodão em caroço, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho e soja. Nós temos isso produto a produto. É que agregamos isso.

Passe, por favor.

Ceará. Também vejam lá: os sinais para baixo são todos em relação a 2009 e 2010.

Passe, por favor.

Produção. Área colhida.

Segue.

O valor da produção também apresenta uma ligeira variação em 2013 e 2014, positiva em relação a 2009 e 2010.

O Ceará, aparentemente, não foi um dos Estados mais afetados. O que se observa é Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, uma parte da Bahia, em alguns momentos, Alagoas e Sergipe – são mais fortes –, Pernambuco; Minas Gerais, área colhida também.

Passe.

Paraíba! Olha só aí. Está vendo? O Estado da Paraíba teve, de 2009 e 2010 para cá, apenas perdas acumuladas, culminando 2012, 2013, 2014 em torno de 60% de quebra de quantidade produzida, área.

Valor da produção, por favor. Próximo. Pode passar.

Pernambuco também aparece com queda expressiva, entre 50% e 54%.

Passe, por favor.

Área colhida. E olha só o resultado da produção, talvez aí puxado pela cana-de-açúcar, possivelmente. Cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate. Esses são os produtos considerados na cesta agrícola do Estado de Pernambuco.

Piauí, como já mencionei, também, vem com um quadro bastante ruim.

Passe, por favor.

Aí o valor da produção no Piauí, também bastante acentuada a perda.

Tem que se levar em conta que isso é acumulado nos três anos, vão se acumulando perdas. Para quem tem compromissos por conta dessa receita...

Pode passar, por favor.

Rio Grande do Norte; Sergipe.

Pode passar, por favor.

Rebanho bovino, Semiárido, sem o Matopiba. Eu acho que são seis ou sete lâminas apenas. Vamos em frente, por favor.

Alagoas. Não houve muita alteração do número de cabeças, como supostamente imaginávamos. Menos 1%, rebanho bovino do Ceará. Aí esteve acima.

Paraíba. A Paraíba caiu um pouco mais.

Sergipe não registra queda, muito pelo contrário.

Pernambuco vem forte, com queda.

Está confirmado, Senador? É isso aí. São dados reais das estatísticas do IBGE, gente.

Rio Grande do Norte. Agora, a produção de leite.

Pode passar, por favor.

Estado de Alagoas.

Pode passar.

É, não foi onde se registraram perdas mais fortes, na cultura do leite, em grande parte dos Estados. Em todos aí, como o Ceará. Minas é forte em leite, mas caiu bastante em relação à produção.

Paraíba. Mais uma vez confirmado que foi um dos Estados que sofreram mais intensamente essa estiagem prolongada.

Passe, por favor.

Pernambuco, de novo, com danos bastante fortes, inclusive na pecuária de leite.

Piauí; Rio Grande do Norte; Sergipe...

É isso aí. Simplesmente se consolidou em uma série de gráficos, porque é mais fácil para projetar. Mas temos tabelas, temos por produto.... Partiu tudo de Municípios. Fomos estratificando, estratificando, para chegar nessa apresentação final. Então, do ponto de vista de comportamento da produção, seja agrícola, seja pecuária, realmente o impacto dessa estiagem foi bastante forte, e pior, os registros nossos em 2015 mostram que ela vem se confirmado, Senador.

Então, é isso.

Agradeço. Ficamos aí para os esclarecimentos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado. Quero agradecer ao Dr. Wilson pela sua apresentação, que traz aqui elementos importantes para subsidiar o relatório do Deputado Marx Beltrão.

Eu queria convidar para tomar assento à nossa mesa o Sr. Marcelo Piccin, Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Vai aqui representar o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por favor, Sr. Marcelo.

Enquanto ele toma assento à mesa e se ambienta, vou passar a palavra ao Sr. Carlos Alberto Vianna Costa, Chefe do Departamento de Gestão do Crédito Rural do BNDES.

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA COSTA – Bom dia! Bom dia, Senador Bezerra; bom dia, Deputado Marx Beltrão. Cumprimento os demais Senadores e Deputados aqui presentes também, um bom dia. Bom dia à representação de Governo, às instituições financeiras que aqui estão e às demais pessoas aqui no plenário.

Represento o BNDES. Fomos convidados e agradecemos essa convocação, Senador. O propósito foi o de trazer informações específicas, dados financeiros das operações de crédito rural do BNDES e também um recorte inerente, especificamente, às renegociações tratadas na Lei nº 12.844, de 2013.

Nós trouxemos uma apresentação com os dados apurados numa visão geral. Isso não prejudica, obviamente, o encaminhamento aqui à Comissão dos dados mais analíticos e dos detalhes efetivos das operações.

Vou pedir para colocar a apresentação.

Penso que cabe aqui uma explicação de como o BNDES opera no crédito rural em operações abaixo de R\$20 milhões. O BNDES é uma fonte de recursos dos Planos Safra do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Nesse sentido, ele é um repassador de recursos aos bancos e às instituições financeiras, e essas sim é que contratam, é que possuem o risco de crédito, o risco operacional, elas é que contratam as operações com cada um dos produtores.

Bem, a nossa base legal: nós concedemos, obviamente, o crédito rural baseados na lei do crédito rural e de acordo com a Lei nº 8.427/1992, conforme as questões envolvendo subvenção econômica, e os nossos regramentos, nossas circulares são baseadas no Manual de Crédito Rural, de acordo com as resoluções do Conselho Monetário Nacional.

Nossa fonte de recursos são recursos oriundos do FAT e recursos ordinários do BNDES, que são aplicados em cada um dos programas agropecuários.

A modalidade, como eu comentei, é uma modalidade que a gente denomina indireta, cuja atuação no crédito rural se dá por meio dos agentes financeiros. São operações até R\$20 milhões, que, inclusive, foram objeto dessa renegociação baseada na Lei nº 12.844/2013 e, nesse sentido, o risco operacional das operações são das instituições, são dos bancos.

As linhas de financiamento são os programas agropecuários do Ministério da Agricultura, o Pronaf também. Especificamente, nós temos também o Programa de Sustentação do Investimento e a linha especial do Finame Agrícola.

A dotação orçamentária, como é baseada em subvenção, é determinada pelo Ministério da Fazenda, que edita portarias a cada ano agrícola.

Pode passar o eslaide.

Bem, as renegociações de crédito rural, em virtude de os programas contarem com equalização do Tesouro Nacional, somente são efetivamente encaminhadas quando há uma previsão legal ou um ato do Poder Executivo.

Os ônus, bônus, rebates e, obviamente, o alongamento das dívidas e o efeito disso em termos de equalização de taxa de juros, para todos os efeitos, são custos assumidos pelo Tesouro Nacional.

Hoje, as renegociações estão operacionalmente estabelecidas em toda a modelagem de atuação do BNDES com os agentes financeiros e sua base de renegociações agropecuárias está estabelecida, no Manual de Crédito Rural, no Capítulo 10, Seção 1, item 24, para o caso do Pronaf, e, no Capítulo 13, Seção 1, Item 4, caso dos programas do MAPA.

Nós trouxemos aqui, então, os dados financeiros solicitados por meio de ofício.

Esta é a carteira de crédito rural do BNDES para operações contratadas até 31 de dezembro de 2014.

Essa é uma posição financeira que consta de nosso balanço de 31 de dezembro de 2015. Estamos falando aqui, repito, dos programas do MAPA: o Pronaf e o Programa de Sustentação do Investimento.

Essas são as faixas, Senador, que a Comissão nos pediu: de até R\$15 mil, de R\$15 mil a R\$35 mil, de R\$35 mil a R\$100 mil, de R\$100 mil a R\$200 mil, de R\$200 mil a R\$500 mil e de acima de R\$500 mil.

Percebemos aqui uma concentração, em termos de valor financeiro, em operações acima de R\$500 mil, mas, em termos de número de operações, em razão do seu tique - estamos falando aqui de operações voltadas à agricultura familiar e mesmo operações para médios produtores rurais -, nós vemos uma concentração, em termos de número de operações, em operações de até R\$100 mil. Vemos uma concentração interessante ali, não é?

Bem, outra informação que nos foi pedida: o que, de acordo com essa carteira existente, de operações contratadas até 2014, e os saldos em dezembro de 2015, estaria amparado pela Lei nº 12.844?

Como o risco das operações do BNDES é dos agentes financeiros, obviamente, os bancos vêm liquidando a operação, honrando, e estão adimplentes com o BNDES. Possuem, provavelmente, questões de inadimplência em suas operações ativas, mas, na dívida que possuem conosco, eles vêm honrando e mantendo as posições em dia.

Então, esse é o saldo das operações. Estamos falando em valores inferiores a R\$1 milhão. São R\$737 mil. As operações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA DA COSTA – Mas é pouco, sim, Senador. Nós estamos falando aqui de operações objeto da Lei nº 12.844, e, como o risco das operações é dos bancos, e eles estão honrando, a posição que o BNDES espelha é essa posição. Isso não quer dizer que existam operações elegíveis que possam ser, efetivamente, endereçadas ao BNDES, o rebate previsto na Lei nº 12.844, mas hoje o saldo existente são esses volumes aqui.

Eu gostaria que passasse a lâmina.

E essas são as renegociações de crédito rural que foram realizadas no período que nos foi solicitado aqui. Entre 2010 e 2011, nós tivemos um total de R\$230 milhões renegociados.

Essas são as renegociações. Podemos encaminhar, o BNDES poderá encaminhar o detalhamento delas à Comissão. Um total de 24.700 operações. Essas foram as renegociações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e autorizadas ao BNDES entre os anos de 2010 e 2015, conforme o pedido da Comissão.

Bem, cabe aqui uma informação e um destaque. Foi-nos pedido também informações relativas à Resolução CMN 4.315 e também às renegociações previstas nas Leis nºs 12.716 e 13.001, mas elas não abarcam a fonte de recursos do BNDES. Elas preveem lá os fundos constitucionais e também operações de outros agentes financeiros que não a fonte de recursos do BNDES.

Bem, permaneço à disposição. Com relação a dados adicionais, o BNDES poderá adicionar, a qualquer tempo, à Comissão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Carlos Alberto, representando aqui o BNDES.

Quero registrar a presença do Prefeito em exercício de Petrolina, Guilherme Coelho, que está aqui prestigiando a nossa audiência. Ele também é diretor da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados. Registro a presença também do nosso amigo Ivan Pinto, que representa a fruticultura do Vale do São Francisco, da região Petrolina/Juazeiro. Obrigado por sua presença.

Agora, ofereço a palavra ao Dr. Marcelo Piccin, Diretor do Departamento de Geração e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. Por favor, Marcelo.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Senadora Fátima Bezerra, pela ordem.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Senador, apenas para pedir a compreensão, porque vou à CCJ, já que sou membro titular daquela Comissão e está havendo uma votação agora lá. Vou, mas voltarei para participar dessa importante audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com certeza. Sei que V. Ex^a será uma grande defensora desta causa da repactuação e renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PICCIN – Obrigado, Senador Fernando Bezerra. Obrigado pelo convite, por nos ter chamado aqui como representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário para contribuir nesse processo da renegociação das dívidas. Cumprimento, em sua pessoa, todos os Senadores aqui presentes, assessorias, colegas de governo, do Governo Federal.

Indo direto ao assunto, contribuindo um pouco com o cenário de como o Ministro Patrus e o MDA estão tratando dessas questões desde o ano passado, vocês sabem que temos o Pronaf, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem tido um orçamento importante, crescente, ao longo dos anos – no último Plano Safra, houve um anuncio de mais de R\$29 bilhões – e tem sido um instrumento importante de fortalecimento da agricultura familiar ao longo desses 12 anos.

Temos também criado várias políticas que trabalham na perspectiva de conseguir proporcionar segurança no acesso ao crédito para os agricultores familiares. Talvez a principal política seja o Garantia-Safra, que tem atendido mais de 1,2 milhão de agricultores familiares no Semiárido brasileiro, para ficarmos em torno no tema principal, da seca do Semiárido. Ele tem garantido um colchão de subsistência, de manutenção. Foram, nesses últimos cinco anos, mais de R\$3,5 bilhões transferidos para os agricultores familiares mais empobrecidos do Nordeste, do Semiárido brasileiro, que têm proporcionado, inclusive, que esse povo permaneça na terra, permaneça produzindo mesmo em condições adversas. Acho que isso é importante registrar aqui.

Temos, também, ao longo dos anos, intensificado muito uma articulação entre o MDA, MDS e o Ministério da Integração em torno de ações de acesso à água para a população da agricultura familiar, para a população mais tradicional do Semiárido brasileiro. Estamos muito próximos da universalização do acesso à água para a população do Semiárido, seja da primeira água das cisternas, a água para beber, e num avanço muito grande em uma estratégia da segunda água, ou seja, de armazenamento de água para produção de subsistência e para produção, até para possibilitar o abastecimento local das pequenas cidades do Semiárido brasileiro.

Outra ação importante que tem também respondido a parte da situação dos últimos dois, três, quatro, cinco anos, como foi apresentado aqui acerca da situação de seca no Semiárido, tem sido a parceria com o MAPA e com a Conab a partir do milho balcão. Estamos no Ciep, que é a Câmara que regula esse processo, estamos em avaliação, operamos, no ano passado, 500 mil toneladas de milho para o Semiárido brasileiro.

E isso tem tido um impacto importante para manter o preço do grão um pouco mais regulado. É um milho que chega, fundamentalmente, para os pequenos agricultores, ou seja, atende uma realidade de manutenção das criações, ou seja, de minimamente manter estruturados os sistemas de produção ao longo desse período no Semiárido brasileiro. Então, para compartilhar um pouco as condições gerais.

Sobre a questão da dívida, para a agricultura familiar brasileira, o que mais tem chegado para o Ministério, para o Ministro Patrus, como pauta de demanda, tem sido algo em torno das dívidas das cooperativas da agricultura familiar. Entretanto, essa tem sido uma pauta que não se restringe às cooperativas do Semiárido. Nós temos um agravamento da situação no Semiárido, mas nós temos também impactos que as nossas cooperativas da agricultura familiar têm sofrido a partir dos ajustes econômicos que têm gerado, no sistema financeiro, uma redução no acesso ao crédito. E essa tem sido uma situação de Norte a Sul do País. E nós estamos, como Ministério, analisando a situação como um todo, para não analisarmos somente o fato isolado, por maior dimensão que tenha, do Semiárido brasileiro.

Mas nós temos enfrentado, a partir do ano passado, uma situação de restrição ao crédito por parte das cooperativas. Para citar alguns exemplos: as cooperativas que se envolvem com a cadeia da uva no Sul, as cooperativas que se envolvem com a cadeia do leite... E, aí, no MAPA, no MDA, enfim, o tema do leite, desde o ano passado, todo primeiro semestre e início deste ano, tem estado em pauta. E as cooperativas são as que estão, hoje, com uma pauta muito forte no MDA, algumas, até com pautas de renegociação, mas a pauta central é no sentido de saber como é que nós construímos mecanismos para destravar o acesso ao crédito? Seja para renegociar as dívidas até então contraídas, seja para poder manter o processo produtivo e o abastecimento alimentar no País – e até para exportação.

Então, eu queria registrar essa situação de que nós temos a seca no Nordeste, sim, como um ponto central, mas temos também o impacto da situação econômica que exige de nós, juntos... O Ministro Patrus tem recorrido ao BNDES, tem recorrido ao Bando do Brasil, tem recorrido à Caixa Econômica Federal, mas a grita é a mesma: temos uma restrição muito forte no acesso ao crédito, o que coloca em situação preocupante as 1.400 cooperativas da agricultura familiar, hoje muitas articuladas com a economia solidária, articuladas com as nossas centrais.

Esse é o registro que gostaria de fazer aqui. Essa é uma dimensão que, nesse debate da MP, no nosso entender, no que for possível e necessário, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentro do Governo, está junto aqui para achar os melhores caminhos.

Obrigado.

Ah, Sr. Presidente, lembro ainda que temos aqui o Dr. João Guadagnin, que é o Diretor do Pronaf, que depois pode ajudar também nas falas, nas explicações aqui do Ministério neste debate.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Marcelo.

Eu não tenho dúvida de que o Ministro Patrus Ananias será um dos nossos aliados nessa luta, não digo contra, mas para vencer as resistências do Ministério da Fazenda e dos bancos públicos federais para que possamos chegar a bom termo em uma proposta de renegociação que possa contemplar, como o Marcelo aqui foi muito feliz em ressaltar, essa preocupação que é nacional, embora seja óbvio que a preocupação maior da Comissão está voltada para o Semiárido nordestino. E a medida provisória engloba a situação dos produtores rurais de todo o Território Nacional, e nós vamos ter, também, de enfrentar essas demandas.

Portanto, muito obrigado, Marcelo, pelas suas colocações.

Para encerrar o nosso ciclo de apresentações, eu passo a palavra ao Dr. Zerbini Guerra de Medeiros, que aqui representa a Diretoria do Bando do Nordeste do Brasil.

Por favor, Dr. Zerbini.

O SR. ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS – Muito obrigado.

Senador Fernando Bezerra, Senador José Pimentel, Deputado Marx Beltrão, Srs. Deputados, aqui presentes, Júlio César, Danilo Fortes, em nome de quem cumprimento os demais parlamentares presentes, senhoras e senhores, primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui debatendo também um assunto de extrema importância para o Banco do Nordeste, para o Nordeste e para o Brasil, que é essa questão dos produtores da Região Nordeste.

É interessante lembrar que a Constituição de 1988, quando estabeleceu o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste, que é operacionalizado pelo Banco do Nordeste, tratou de estabelecer esse fundo exatamente por conta das diferenças que existiam no Nordeste em relação às demais regiões do País. E uma das principais diferenças é a existência da região semiárida no Nordeste. E como bem disse aqui o Dr. Wilson, do Ministério da Agricultura, é preciso lembrar a situação vivenciada pelos produtores nos últimos anos por conta da estiagem.

Como nós falamos, o principal mecanismo de financiamento para a promoção do desenvolvimento de que dispõe o Banco do Nordeste é o Fundo Constitucional, o FNE, e o FNE é regido totalmente por uma legislação específica, por resoluções, por leis. E quando há produtores em situações adversas, como vem sendo observado, o Banco do Nordeste tem obrigação de cumprir a legislação.

O Manual de Crédito Rural do Banco Central estabelece que, diante de fatores adversos, os produtores têm o direito e os bancos têm a obrigação de proporcionar a prorrogação, o reescalonamento, melhorar as condições dos produtores para que eles retomem sua situação de cidadania, com suas dívidas normais. No entanto, quando há anos sucessivos de estiagem, como vem acontecendo no Nordeste, como bem lembrou o Ministério da Agricultura, a situação se torna muito mais complicada. Aí não basta renegociar dívidas, é preciso dar melhores condições aos produtores para que eles possam recuperar a situação de regularidade em suas operações. E os mecanismos de que se dispõe são exatamente essas medidas, através de leis.

A Lei 12.844, que vem sendo tratada nesta audiência através da Medida Provisória 707, foi um grande mecanismo para resolver as situações desses produtores. Essa lei venceu no final do ano passado e hoje, a rigor, não existe mecanismo de regularização numa condição mais adequada para essas dívidas.

No Banco do Nordeste, ao longo desses anos de vigência da lei, nós realizamos muitas ações para fazer chegar a esses produtores essa informação: fizemos propagandas, transmitimos informações em rádio, em carros de som pelo interior, promovemos encontros com todos os secretários municipais de agricultura em Estados do Nordeste, passamos a informação de todas as formas possíveis. E graças ao interesse do Banco e a essas ações, foi possível regularizar cerca de 100 mil operações de produtores. No entanto, ainda existe um estoque de 1,2 milhão de operações. Portanto, há algo a ser feito ainda, e o Banco entende que, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Só para corrigir minha informação: não foram 25% não, é em torno de 10%.

O SR. ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS – Aproximadamente 15%.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Em número de contratos, é menos de 10%. Talvez em valor dê em torno disso, um pouco mais.

O SR. ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS – Então, lembro as iniciativas que o Banco promoveu – rádio, carro de som, encontros com secretários estaduais e municipais –, mas há muito a ser feito. O Banco também adotou procedimentos internos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Zerbini, o Banco do Nordeste ainda fez muito, porque o Banco do Brasil não fez nada!

O SR. ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS – A diretoria do Banco aprovou procedimentos internos para tornar extremamente ágil o procedimento de regularização dessas dívidas, com rito sumário nas agências, o próprio gerente consegue resolver lá as operações, já que é amparado por lei, não precisa levar a operação à diretoria do Banco ou a algum colegiado de alcada superior para decidir. Já se fez, mas é preciso fazer mais.

Era basicamente isso o que tínhamos a abordar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado ao Dr. Zerbini.

Antes de passar a palavra para os Parlamentares que já estão inscritos – nós já temos a inscrição de 5 Parlamentares –, eu gostaria de fazer o registro de um comentário que nos chegou pelo nosso Portal e-Cidadania, um comentário de Anna Flavia Schmitt Baranski, de Santa Catarina. Ela diz o seguinte: "Excelente proposta de debate, mas eu, que desejo sair da informalidade, o BNDES não me ajuda na obtenção de financiamento."

Portanto, vou passar essa sugestão para o nosso companheiro Carlos Alberto. Quando ele for se pronunciar, ele faz um comentário sobre a colocação da Anna Flávia.

Com a palavra o nosso Relator, Deputado Marx Beltrão. Na sequência, estão escritos o Deputado João Daniel, o Deputado Júlio Cesar, o Senador José Pimentel, a Senadora Fátima Bezerra e o Deputado Danilo Forte. Então, eu acho que nós poderíamos ouvir os comentários de todos os Parlamentares e, no final, os nossos convidados, se quiserem, podem fazer as suas considerações finais sobre os comentários dos Parlamentares e do nosso Relator.

Com a palavra o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Presidente Fernando Bezerra, eu quero primeiro parabenizar todos que se predispuaram a vir aqui a esta audiência pública. Lamento não terem vindo o representante do Ministério da Fazenda e o representante do Banco do Brasil, já que um dos principais temas a ser ouvido hoje diz respeito tanto ao Ministério da Fazenda quanto ao Banco do Brasil.

Sr. Presidente, eu tenho aqui várias indagações a fazer. Eu não sei – queria aqui a sua permissão – se faria todas de uma vez ou se intercalava com os nobres colegas, porque são muitas. Até porque, como estou construindo o relatório, eu preciso fazer várias perguntas e indagações.

Como todos sabem, até 31 de dezembro de 2015 estavam vigentes os seguintes dispositivos: a Lei 12.844, de 2013, para permitir a regularização das seguintes dívidas: dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2006 com fontes públicas e cujos somatórios dos contratos não sejam superiores a R\$100 mil, com estoque estimado pelo BNB de R\$6 bilhões, e para instituir a linha de crédito com recursos do FNE, para liquidar dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2006 de qualquer fonte e cujos somatórios dos contratos não sejam superiores a R\$200 mil, com estoque estimado pelo BNB de mais de R\$6 bilhões – ao todo, foram estimados estoques de R\$12 bilhões pelo BNB; a Resolução nº 4.315, de 2014, permitindo a renegociação de dívidas com recursos do FNE, FNO e FCO, contratados até 31 de dezembro de 2008. Dados do BNB dão conta de que o estoque está próximo de R\$8 bilhões, sendo o maior estoque entre os três fundos e parte desses valores se soma ao estoque já previsto nos arts. 8º e 9º da Lei 12.844, de 2013; o art. 8º da Lei 11.775, de 2008, que trata da dívida ativa da União, com estoque em todo o País estimado em R\$15 bilhões, dos quais R\$3,5 bilhões estão no Nordeste.

Em relação a esses dispositivos, é importante que sejam respondidos os seguintes questionamentos que faço ao Ministério da Agricultura e ao Banco do Nordeste. Eu queria também externar ao Banco do Brasil e ao Ministério da Fazenda. Como não estão aqui, vamos ficar sem ouvi-los. Mas faço a seguinte indagação ao Ministério da Agricultura e ao Banco do Nordeste: a medida provisória cria alguma condição para que as dívidas rurais sejam renegociadas? Por que suspender o encaminhamento sem que haja condições para que essas dívidas sejam renegociadas ou liquidadas?

A outra pergunta, também ao MAPA e ao Banco do Nordeste: qual o critério para limitar apenas as fontes públicas? Como ficam só produtores com financiamento em outras fontes? O Banco do Nordeste opera com outras fontes e no, caso do Banco do Brasil, por exemplo, se desconhece que alguma operação tenha sido liquidada com desconto, pois ao consultar o Ministério da Fazenda sobre o que poderia ser enquadrada como

fonte, não houve resposta. A responsabilidade é do Ministério da Fazenda e a culpa acaba recaindo sobre o agente financeiro.

Seguindo, ainda ao MAPA e ao Banco do Nordeste: qual o critério para estabelecer condições apenas para o somatório de dívidas até R\$100 mil para o art. 8º, de R\$200 mil para o art. 9º, valor contratado não representa o porte do produtor, considerando que estamos tratando de horizonte de pelo menos 15 anos, o somatório de contratos acaba reduzindo o alcance ou excluindo devedores.

Seguindo, ao Banco do Nordeste e ao BNDES sobre a área de abrangência: no Semiárido em Municípios com decreto de emergência, esse critério prejudica milhares de produtores que tiveram perdas em decorrência da seca; em Municípios que não decretaram estado de emergência, que, muitas vezes, está associado ao abastecimento hídrico das comunidades urbanas. E isso, realmente, prejudica muito devido ao fato de que, muitas vezes, os prefeitos não decretarem estado de emergência.

Ao MAPA, ao MDA e ao Ministério da Integração, que também não veio aqui hoje: quais os prejuízos causados pela seca na região da Sudene e o impacto na economia local? A redução da área cultivada de rebanho e perspectivas futuras.

Isso acho que está apresentado no gráfico.

Em relação às medidas vigentes até 31/12/2015 – isso ao Banco do Nordeste e ao BNDES –, qual estoque e o que foi realizado e a qual custo?

Ainda ao Banco do Nordeste e BNDES: qual o estoque total das dívidas do Nordeste considerando todas as fontes?

Ao Ministério da Fazenda, eu teria uma outra indagação, mas, infelizmente, ele não está presente.

Ao MAPA e ao MDA: qual a adesão para essa renegociação e qual o nível de inadimplência para aqueles que fazem a renegociação?

Ainda ao MAPA e ao MDA: na maioria dos casos e inadimplência que são encaminhados para a dívida ativa da União, a parcela de inadimplência é majorada em quatro vezes, ou seja, se um produtor não conseguiu pagar R\$1 mil, passa a dever R\$5 mil, que serão inscritos na dívida ativa da União. É possível exigir de um devedor, no caso de inadimplência, que pague cinco vezes mais do que a parcela adimplente depois uma seca?

Ainda ao MAPA e ao MDA: essas operações têm outro agravante: existindo parcela inadimplente, o devedor não tem direito à adimplência na parcela seguinte, o que agrava e eleva o débito inadimplente. Na visão dos participantes, essa imposição não agrava a inadimplência?

Ao Banco do Nordeste e ao BNDES: utilizar a taxa Selic é viável para a essas operações que têm a origem rural e cuja inadimplência decorre de frustrações de safra?

Ao MAPA, ao Banco do Nordeste e ao MDA: por fim, elevar o débito, elevar os encargos e não equalizar dívidas para patamares compatíveis com a atividade rural e a realidade de cada região não resolve o problema. E a realidade da seca não escolhe tamanho da dívida, porte de produtor e muito menos o estoque contratado. Por isso, deve ser tratada com mais responsabilidade para beneficiar aqueles que mais precisam, sem, contudo, esquecer que produtores maiores geram empregos e renda e têm sua função social que também deve ser levada em consideração.

São várias indagações que, como eu disse, vou encaminhar depois por escrito a cada Ministério, para que possam ser respondidas e influenciar no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Marx Beltrão. Ofereço a palavra ao Deputado...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de saber se esse material que o Relator acaba de ler poderia ser distribuído para nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Claro. Eu vou pedir para que sejam providenciadas cópias e sejam entregues aos membros da Comissão.

Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) – Sr. Presidente, gostaria de saudar toda a Mesa, saudar o Presidente Fernando Bezerra, o Relator Marx Beltrão e todos os demais Deputados, Senadores e representantes das organizações.

Realmente, criou-se uma expectativa de compromisso desta Comissão de ouvir e debater para buscarmos uma solução para essa questão.

Nós tivemos uma audiência e vou entregar hoje ao nosso Relator Marx Beltrão, já falei com ele na audiência anterior, um relatório de uma audiência que realizamos no Estado de Sergipe, com a presença de outros Parlamentares, com representantes de todos os setores ligados às questões da agricultura – mais de 400 lideranças –, com 11 sugestões, com representantes dos bancos, do Governo Federal, da AGU, de todo os órgãos.

Então, tenho a expectativa de que nesta Comissão aqui possamos, além de ouvir e debater, sensibilizar a área da Fazenda do Governo Federal, do Governo da Presidenta Dilma para buscar uma solução.

Há alguns problemas sérios. Ouvindo o Relator, temos um caso em Sergipe, com 1.400 famílias – e esse tema já foi trazido por outros Parlamentares – que há mais de 20 anos se encontram inadimplentes, estão fora de todas as portarias, de todas as medidas, não conseguem renegociar, todos abaixo de 6 hectares de produtores de arroz. É um problema para o qual nós precisamos encontrar uma solução. São famílias de baixa renda da região do Baixo São Francisco. Há a questão do PESA na região Semiárida. Médios produtores que não conseguiram resolver. Temos a situação permanente de penhora, de leilão de propriedades, e para isso nós temos de buscar uma solução.

Solicitei, Sr. Presidente, a pedido dos produtores e de Parlamentares da região de Irecê, para que fosse realizada uma audiência em Irecê. Há um requerimento solicitando uma audiência, que eu gostaria que fosse apoiado e que, inclusive, os demais membros que pudessem se fazer presentes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Está aí o requerimento dele?

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) – É o requerimento...

E nós vamos apresentar também um requerimento – para encerrar, Sr. Presidente – para debater esse importante tema com produtores e caminhoneiros, debate que foi solicitado, na verdade, hoje pelos representantes lá da cidade de Itabaiana, Sergipe, considerada a capital nacional dos caminhoneiros. Vamos combinar a data.

Estamos aqui com uma expectativa de que possamos buscar, de fato, a solução especialmente para o Semiárido e para o Nordeste.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado João Daniel.

Já submeto à aprovação o Requerimento nº 6, que requer a realização de audiência pública no dia 28, na região de Irecê.

Os Deputados e Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Na realidade, na última reunião, deliberamos que os Parlamentares membros da Comissão estariam autorizados a promover essas audiências públicas.

Portanto, os Deputados da Bahia, os Deputados que tiverem disponibilidade de agenda, representarão a Comissão nessa audiência pública em Irecê, no Estado da Bahia.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. palestrantes, Sr^{as}s e Srs. Deputados, demais produtores e produtoras rurais aqui presentes, eu acompanho...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Deputado Júlio Cesar com a palavra.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Eu acompanho com muito interesse as causas nordestinas e brasileiras. Sou defensor dos Municípios no Brasil e sou coordenador da Bancada do Nordeste, que representa 152 Deputados e 27 Senadores, nove Estados e 54 milhões de habitantes do nosso País, chegando a 55.

Eu estou aqui pasmado, porque a principal autoridade para debater aqui é o Ministério da Fazenda, é o Banco Central, cujo presidente é o Presidente do Conselho Monetário Nacional, e também o Ministério da Integração, que administra os fundos constitucionais das três regiões.

Então, faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que insista no convite desses três, porque ninguém vai fazer nada sem a participação deles. É verdade que aqui os outros são importantes para dar as informações e constatações para orientar no encaminhamento da nossa solução.

Mas, Sr. Presidente, o Nordeste não tem jeito. A cada dia que passa, os incentivos regionais vão diminuindo.

Em 1988, por exemplo, os incentivos do Norte e do Nordeste eram 2,1 vezes os da Zona Franca de Manaus, ou seja, 210% a mais. Hoje são só 23 os incentivos regionais. Quer dizer, nós reduzimos para 10% do que havia em 88. Acabaram com o Finor, com os incentivos. E o que sobrou? Em 1988, criaram o FNE, que nós temos 60%, importante, mas aqui, pelo que disse o Ministério da Agricultura, nossa população já aumentou mais de 25% de lá para cá.

Como eu disse, nós temos 54.... Diminuímos sempre a produtividade, diminuímos a área plantada e aumentamos a frustração pelas sucessivas secas – a cada 10 anos são constatadas entre 6 e 7 secas no Nordeste.

Eu vi aqui os dados da produção de grãos, dados do Ministério da Agricultura. Se for percentual em relação à produção brasileira... Passamos de 200 milhões de toneladas, 209... O Nordeste hoje talvez represente a metade do que era em 1988. A área também vem caindo, a produção de leite...

Mas o que mais me chama atenção, Sr. Presidente, é o descaso do BNDES com o Nordeste – eu tenho os dados. Já houve ano, como foi o caso em 2004, em que o BNDES emprestou para uma empresa do Sul mais do que tudo o que emprestou para o Nordeste.

E vi os dados da agricultura: 36 bilhões. A carteira total do BNDES é perto de 900 bilhões, e esses 900 bilhões, quase tudo, com subsídio do Tesouro. O Tesouro não tem... Captava, deixou de captar há pouco tempo... Pela taxa Selic, emprestava e equalizava. No ano passado, deu 25 bilhões. Nós todos pagando para financiar concentração no Sul e Sudeste. O que representa 36 bilhões? É o estoque total do BNDES. Representa 4% e, dos 4%, mais de 90% é no Sul e Sudeste.

Quando o senhor estava falando, eu fui pegar seu relatório – está aqui. Tudo é estiagem no Sul. Estiagem no Sul são 30 dias, talvez 40. No Nordeste são seis meses a um ano, dois anos às vezes, sem chover. Estiagem no Sul, está aqui.

Incluem-se aí também as renegociações. Eu pergunto: como lá só operam acima de 20 milhões, há alguma operação feita diretamente pelo BNDS sem os agentes financeiros credenciados?

Segundo: do total financiado para agricultura, qual é o verdadeiro percentual financiado para o Nordeste? E o renegociado, quase que 100%, é do Sul. Por quê? Porque eles têm receita. Lá chama-se seca 30 dias sem chover. No Nordeste, é um ano, dois anos. Então, nós temos que tratar com mais seriedade isso.

Agora eu estou aqui com todas as resoluções do Banco Central. O Banco Central, com aprovação do Conselho Monetário Nacional em 17 de dezembro, aumentou os juros dos fundos constitucionais das três regiões em 70%. Nós berramos, todos os governadores, V. Ex^a também e toda a Bancada nordestina. Isso foi motivo de muitos debates.

O Banco Central, então, refez. E o que ele refez em fevereiro? O que é que ele fez? Deixou os juros de então, até 17 de dezembro, aquelas operações que já tinham sido aprovadas até 17 e contratadas até 31 de março. Não fez nada, isso é muito pouco.

E agora ele refez outra – estou com ela aqui, eu vou falar. Eu estou com a última, que não restabeleceu, Sr. Presidente, não restabeleceu, só parte. Essa última com que V. Ex^a estava é do dia catorze, 14/03, estou com ela aqui. Mesmo assim, tenho aqui: a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste está acima, entre 36, 35, 15, 22, é maior do que era em dezembro. Então, nós temos que restabelecer o nível de encargo que havia até dezembro, o que já é muito.

Em relação ao que disse aqui o BNB, vejam bem: 1,2 milhão de contratos, 100 mil, deu 8,33% renegociados. Por que não acontece? Porque as condições não permitem que.... Se ele perdeu a safra, ele só tem a propriedade. A maioria, vendendo a propriedade, não paga, e tem até resolução do Conselho da Sudene para fazer pelo patrimônio, mas só se o patrimônio valer, no mínimo, 30% – ou até 25%, baixou. E se valer menos? E só pode incluir os fundos constitucionais. E as outras fontes? Cadê o PESA? Cadê o securitizado? Cadê as outras fontes, os repasses do BNDES?

Sr. Presidente, eu estou muito desencantado. Nós, como Coordenador da Bancada do Nordeste, passamos dez meses com o auxílio da Confederação, da CNA – o Nelsinho está aqui presente –, estudando esses problemas do Nordeste. O nordestino é caloteiro? Ele não tem tradição de pagar a conta? Não é verdade! Ele não tem é renda para pagar. Eu vi aqui as renegociações do BNDES: todas do Sul e Sudeste! Não tem nada do Nordeste. Por quê? Porque não pode pagar. Não pode pagar!

Então, eu combatoo muito! O BNDES discrimina demais, é o que mais discrimina! O Banco do Brasil aplica em torno de 17%, nós representamos 28% da população brasileira. A Caixa também, 16%, 17%, e o BNDES, no ano passado, em torno de 10%. Já chegou a 16%, quando emprestaram dinheiro para governador fazer obras infraestruturantes, mas caiu. Então, nós precisamos...

Eu lamento o senhor estar recebendo este apelo nosso. Isso é para a diretoria do banco. Nós já aprovamos até um percentual, que foi vetado – e nós tentamos derrubar o veto –, para aplicar no Norte e no Nordeste 30% daquilo que estava sendo capitalizado com dinheiro subsidiado pelo Tesouro, que era 30 bilhões. Foi vetado. Tentamos derrubar o veto e não conseguimos. O Governo ganhou. Por quê? Pela pressão dos privilégios do Brasil, dos desequilíbrios regionais e da diferença que o Poder Central faz permanentemente entre ricos e pobres do nosso País.

O Nordeste já teve uma importância bem maior no passado. Há 70 anos, nós já representamos 17,5% do PIB. Hoje representamos 13,8%, e dizem que o Nordeste cresce. Cresce, mas os outros crescem mais, e crescem mais pelo excesso de privilégio concentrado e por força do poder econômico, que se concentra no Sul e Sudeste. E quem mais discrimina o Nordeste é o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Júlio Cesar, por esse veemente pronunciamento, que conta com o apoio de todos os que compõem a Bancada Parlamentar do Nordeste.

Eu queria oferecer a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Sr. Presidente Senador Fernando Bezerra; nosso Relator, Marx Beltrão; nossos pares, quero começar renovando o convite que nosso Presidente Fernando Bezerra já fez para que

sexta-feira, dia 18, às 10h da manhã, lá na nossa Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, façamos um diálogo franco, igual a este, sobre as questões voltadas para o Nordeste, sem esquecer também as questões nacionais.

Da mesma forma, nós tivemos delegações da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará indo a Pernambuco, porque o prazo da medida provisória é muito curto e o nosso Relator ainda vai ter um certo período para construir o seu parecer, conciliando esse conjunto de itens e matérias que aqui estão sendo abordados.

Aqueles que puderem ir ao Ceará, sejam do Piauí, sejam do nosso Rio Grande do Norte ou dos outros Estados que estão próximos do nosso, todos os que puderem ir ao Ceará serão bem-vindos.

Quero começar registrando que a taxa de juros praticada pelos fundos constitucionais nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste nunca deve ser superior às do BNDES. Lamentavelmente, a resolução a que o Júlio Cesar – deixem-me chamar assim o nosso Deputado, que foi um parceiro muito tempo lá na Câmara – faz referência, aquela de dezembro de 2015, tinha colocado as taxas dos fundos constitucionais acima das taxas praticadas pelo BNDES para as Regiões Sul, Sudeste e para todo o Território nacional. Aquela nós reputamos como a última malvadeza do Joaquim Levy. Ele tinha tentado tirar 30% dos fundos constitucionais para fazer superávit primário, mas a Bancada nordestina das três regiões se insurgiu e essa matéria saiu de pauta, embora ainda falte rejeitá-la na Câmara – há a orientação política para rejeitá-la. Mas, aí, para que ele tivesse os 30% que queria, ele elevou essa taxa de juros para um patamar impraticável. Com essas taxas, aquele que tomasse empréstimo quebraria. Por isso, as Bancadas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, depois, o Senado, por unanimidade, aprovaram, na semana passada, a revogação dessa resolução do Conselho Monetário Nacional e, no último dia 15, ontem, foi publicada essa nova tabela a que todos nós aqui estamos nos referindo. Não é o que nós queremos, mas já é o início para respeitar e ter parâmetros compatíveis com a nossa região.

O nosso Presidente Fernando Bezerra, que foi nosso Ministro da Integração Nacional, é um profundo convededor dessa matéria, assim como o nosso Relator, e um dos itens que estamos pedindo é a inclusão de um artigo determinando que as taxas praticadas pelos fundos constitucionais nunca sejam superiores às taxas praticadas pelo BNDES. A ideia é ter uma trava em cima, para que, a partir daí, possamos trabalhar com os bônus, com a redução dessas alíquotas. O que essa resolução do Conselho Monetário publicada ontem fez foi equiparar, basicamente, às taxas do BNDES. E, aí, o bônus é que faria a diferença, mas ainda há muita coisa para ser construída.

Eu quero registrar que, para o Tesouro, para o Governo Nacional, os fundos constitucionais, os recursos que são ali aportados, têm a mesma característica do compulsório dos depósitos à vista na rede bancária. É custo zero para o Tesouro, porque é resultado de uma emenda constitucional lá de 1988. Por isso, precisamos ter um olhar diferenciado para essas três regiões, em especial para o Semiárido Nordestino, dada a sua produtividade.

Eu sou daqueles, ao lado do Júlio Cesar e de tantos outros, que acompanham a aplicação desses recursos, até porque esse é nosso papel, dos 594 Parlamentares – uns mais, outros menos, mas todos acompanham.

E nós precisamos praticar uma taxa de juros diferenciada para as regiões de menor produtividade. Ou seja, esse é um conceito que, normalmente, está no debate político, mas, na hora das resoluções do Conselho Monetário Nacional, na hora das decisões de fixação de taxas, lamentavelmente, não é levado em consideração. E é por isso que o BNDES não consegue emprestar para a nossa região. Não é nem tanto pela falta de crédito, muito mais porque o empreendedor que tomar esse dinheiro emprestado, sendo utilizados os mesmos parâmetros para as demais regiões, como nossa produtividade é menor, vai quebrar. Ele não tem outra saída. Muitas vezes, Júlio, quando a gente faz o debate, eles dizem que o crédito existe. É verdade. O problema todo está na taxa de juros, por conta da nossa produtividade.

Portanto, acho que chegou a hora de termos uma trava para cima. Vamos construir, vamos dialogar, mas tendo a clareza de que o Tesouro Nacional jamais vai propor isso, o papel é nosso. Eles vão resistir, e nós vamos aprovar.

Há uma segunda questão para a qual nós precisamos dar um detalhamento maior. E aqui o nosso BNB, sem prejuízo dos outros bancos públicos e também dos particulares... É preciso compreender por que a Lei nº 12.844, de 2013, que teve todo esse tratamento diferenciado – e vem desde 2006 nesse processo, não foi apenas em 2013 quando foi aprovada, 2006, 2009, todas elas –, tem tão baixa adesão? Precisamos saber a motivação para esse comportamento para que possamos enfrentá-lo.

Sou um daqueles que entendem que o custo operacional dessas contratações de até R\$15 mil é muito maior do que o valor necessário para fazermos uma anistia nisto aqui. Quando cheguei ao Ministério da Previdência, em 2008, encontrei lá 5,4 milhões processos na Justiça Federal, já ajuizados, e algo em torno de 850 mil processos em tramitação dentro da Previdência que já haviam sido indeferidos. E, lá em 2008, o Presidente Lula nos solicitou que fosse feito um estudo sobre os custos de um processo judicializado.

Naquela época, o Tesouro, o Estado, desembolsava algo em torno de R\$10 mil só para tocar um processo na Justiça Federal, entre o aparelho de Estado e entre os vários organismos que eram agilizados. E, no caso

do banco, além dos R\$10 mil no ajuizamento da ação, que é o custo médio de um processo, ainda há a parte administrativa do banco. Portanto, nesse debate que queremos aprofundar no dia 18 e, depois, na nossa Alagoas e em Pernambuco, onde isso veio muito forte, que possamos compreender para propor ao Governo uma saída. Se tenho, para cada ação judicial, um custo de R\$10 mil – valor de 2008 –, se tenho o custo administrativo e ainda tenho que aprovisionar essas operações vencidas, porque o Acordo de Basileia assim determina, por que não resolvemos isso, passamos a limpo e conjugamos isso com a Festa de São José do dia 19 de março, quando volta a chover na região, e passamos a ter vida nova a partir daí?

O fato é que estamos tratando aqui do estoque de dívidas que vem dos anos 70, passou pelos anos 80, foi negociado nos anos 90, foi negociado durante esses 13 anos do século XXI, e chegamos hoje à conclusão de que menos de 10% daqueles que deviam, só no FNE, conseguiram pagar. Então, precisamos também calcular esse custo burocrático e administrativo ao considerar algo em torno de um milhão de pequenos, médios e grandes produtores totalmente impedidos de voltar a operar. Um País que precisa crescer, que precisa gerar novos negócios, que precisa estimular sua economia e tem a quinta população do Planeta não pode conviver com isso. Por isso, nosso Relator, nosso Presidente, nossos pares, o desafio para nós é muito maior do que o debate que fizemos em 2012/2013, que resultou na Lei nº 12.844.

A posição do Tesouro é: tudo aquilo que não envolver recursos diretos do Orçamento da União está aberto para conversas. O FNE, o FNO e o FCO são recursos próprios de um fundo que não pode se apropriar desses recursos por parte do Tesouro – poderia aumentando a taxa de juros, que seria uma forma de fazer. Como podemos conciliar e encontrar uma saída? Vamos resolver, neste 2016, essas questões e vamos começar vida nova. Não estamos dizendo que vamos passar a mão na cabeça de todos, mas precisamos fazer essa diferenciação.

Aqui, na Lei nº 12.844, o pedido que o nosso Relator está formulando é muito importante para termos essa dimensão. Quanto às dívidas de até R\$15 mil, precisamos saber quantos são, quem negociou, quem não negociou, o valor que está devendo e também o que está aprovionado. Por quê? Porque os valores aprovionados o banco não pode disponibilizar, ficam presos. E, aí, podemos construir um desenho que resolva isso, destrave o banco, evite a cobrança judicial, que custa em média R\$10 mil – valores de 2008, volto a registrar –, e permita destrarvar a carteira do banco, que tem um custo muito alto.

Da forma semelhante devemos raciocinar para valores entre R\$15.001,00 e R\$35 mil, faixa em que o rebate é menor, para que nós também possamos ter clareza do que isso representa.

E de R\$35.001,00 a R\$100 mil, faixa em que o rebate é de 50% no Semiárido e 40% no restante do Território nacional, o que é isso? O que nós temos, efetivamente, nesse meio aqui? É algo em torno de R\$6 bilhões para todos os bancos da Região Nordeste, não é de um banco.

Em seguida, nós temos a autorização de R\$100 mil a R\$200 mil. O que isso representa? E o que representa o que está fora dos R\$200 mil?

Tudo isso precisa ser contemplado para que o nosso Relator possa nos apresentar uma saída para essa realidade.

Nós precisamos também fazer outro debate sobre aqueles setores que nós incluímos na Lei nº 12.844. Como não era do FNE, não era dos fundos constitucionais e tinha outras fontes, encontrar uma saída ficou na dependência de um ato do Secretário do Tesouro Nacional e de outros atores do Governo Federal. Como isso envolvia recursos do Tesouro, terminou não andando, porque, de 2003 para cá, a situação econômica piorou – e piorou muito – por questões internas e também externas. Mas nós estamos voltando a ter uma valorização do barril de petróleo, que chegou a US\$28,00 e está sendo comercializado acima de US\$40,00, e também da unidade de minério, que voltou a se recuperar. Isso implica a entrada de dólares, e é por isso que, na primeira semana de março de 2016, houve um saldo positivo de US\$1,2 bilhão, com uma projeção para 2016 muito melhor do que nós já tivemos no segundo semestre de 2015.

Então, o que nós podemos fazer, nessas mediações, nessa recuperação, para resolver parte disso?

Eu sou daqueles que entendem que nós deveríamos pegar tudo o que está no art. 8º, §3º e seus incisos, que autoriza a negociação, e fazer permuta de crédito, trazendo para dentro dos fundos constitucionais, para que a gente possa resolver isso.

Se é verdade que isso soma R\$6 bilhões, no caso do FNE, como nós temos, no balanço de 2015, R\$1,5 bilhão de aprovionamento nessa rubrica, faltam R\$4,5 bilhões. Nós tivemos, em 2015, um saldo de mais de R\$1 bilhão, que sobrou na aplicação; logo, com isso, você vai para R\$3,5 bilhões. Então, como nós podemos conjugar essas coisas para que nós possamos trazer tudo o que está aqui, no §3º do art. 8º, para dentro do FNE sem esquecer dos prodesianos, que são técnicos extremamente qualificados, quase todos agrônomos, que receberam empréstimos nos anos 90 numa situação considerada razoável... Quando foram desativadas as Emater – sei que o Marcelo é da Embrapa e conhece essa realidade melhor do que eu –, àqueles profissionais das Emater, para deixarem de ser servidores públicos estaduais, foi oferecida uma linha de crédito. O que ocorreu

foi que, hoje, com raríssimas exceções, todos estão quebrados. Aí, eu fico me perguntando: como fica a cabeça de um produtor, de um agricultor familiar que tem nesse técnico uma referência, que, ao olhar para a fazenda ao lado, vê que ela está quebrada? "Como é que eu vou confiar nesse técnico para me orientar?" Então, esse debate em torno dos prodesianos... E não foi por falta de conhecimento nem de capacidade; foi por conta do custo do dinheiro. E nós precisamos também alterar a Lei nº 12.844, nobre Relator, para trazer os prodesianos para o §3º do art. 8º desta lei.

Por último, para não os cansar tanto, nós temos de fazer um debate com o Mapa também sobre o fornecimento do milho. Nós tivemos, até 2015, um abastecimento razoável. Nesse início de 2016, o preço foi para mais de R\$40,00 a saca – está em R\$42,00 no meu Estado, o Ceará. E a sobrevivência desse rebanho na seca, que continuou aqui, como foi mostrado, fornecendo leite, só foi possível graças à ração, cuja base foi o milho que foi levado para a região.

Nós precisamos, enquanto não houver alimento para os nossos rebanhos, voltar com a política do milho. Não queremos criar nenhuma regra nova. Nós queremos pegar o que está na Lei nº 12.844, que trata do milho, e também prorrogar por um certo período, com o aval do nosso Mapa, com o acolhimento do nosso Relator e dos nossos produtores, para salvar o nosso rebanho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel, pelas importantes contribuições trazidas em sua fala. Ficamos animados, porque estamos tendo apoio do Líder do Governo no Congresso Nacional, um apoio importante para vencer as resistências em relação aos avanços que temos que promover com essa medida provisória.

Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pois é, Senador Fernando Bezerra, é preciso vencer principalmente a resistência da área econômica, não é?

Quero aqui cumprimentar o Senador Fernando Bezerra e, em nome dele, cumprimentar os demais integrantes da Comissão, o Relator, o Deputado Júlio Cesar, o Senador Pimentel, o Deputado Danilo.

Quero destacar aqui o trabalho competente que o Senador Fernando Bezerra tem coordenado no âmbito da nossa Comissão.

Quero saudar os nossos convidados. É muito importante a presença dos senhores aqui, com os dados que trazem, para que possamos tratar do tema.

Quero aqui, Senador Fernando Bezerra, mais uma vez destacar o papel que o Deputado Júlio Cesar vem desempenhando ao longo de sua trajetória político-parlamentar no Congresso Nacional na defesa das causas do Nordeste. Eu fui Deputada Federal por 3 mandatos...

Cumprimento também o Deputado João Daniel – desculpe, João, pensei que você já tivesse saído, saudações especiais.

Eu fui Deputada Federal por 3 mandatos e sou testemunha da dedicação do Deputado Júlio Cesar aos temas do Nordeste. E é exatamente disso que se trata aqui. Nós não estamos aqui tratando de um assunto qualquer. O tema da renegociação das dívidas do setor rural é um tema que, todos nós sabemos, tem forte impacto do ponto de vista social para a nossa região.

Desde o ano passado o Congresso Nacional vem se esforçando para cumprir seu dever – não é nenhum favor, é nosso dever, nossa obrigação. É fato que as conversas, que as reuniões que nós tivemos com o Governo através dos ministérios da Agricultura, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, toda essa mobilização junto aos representantes dos produtores rurais, dos agricultores, tudo isso resultou num passo importante, que foi o Governo ter editado a medida provisória para suspender... Nós não podemos aqui desconhecer esse fato. Temos, portanto, que reconhecer a mobilização das entidades classistas, tanto no campo dos produtores rurais como no campo da agricultura familiar, porque esse é um tema que mexe com o pequeno agricultor, com o médio, é um tema que mexe com os trabalhadores rurais, mexe com os produtores rurais, é um tema que mexe, fundamentalmente, com a cidadania no campo brasileiro.

Não quero aqui me alongar, até porque o Senador Pimentel, assim como o Deputado Júlio Cesar, que têm muito conhecimento sobre o assunto, nos dão uma verdadeira aula. Quanto ao Senador Fernando Bezerra, é clara a contribuição qualificada que tem dado a este debate também, por sua trajetória, pelo fato de já ter sido ministro e de conhecer tão bem essa realidade.

Fico muito esperançosa, porque aqui não está em jogo um debate Governo/Oposição, mas um debate de caráter suprapartidário. Estamos em um debate no qual as respostas que procuramos são as seguintes.

Não basta só suspender o pagamento da dívida do setor rural, ainda que isso seja muito importante. O passo seguinte diz respeito àquilo que o Deputado Marx Beltrão está aqui indagando. O passo seguinte é: em que condições o pagamento dessa dívida vai se estabelecer daqui para frente? O estoque, a elevação.... Ou

seja, em que condições, com quais critérios? Porque está mais do que comprovado que o Nordeste brasileiro, especificamente o Semiárido, como já disse o Deputado Júlio Cesar, não tem a menor condição de honrar os seus compromissos. Não é que ele não queira pagar, ele não tem condições de honrar os seus compromissos frente à realidade que vive.

É uma realidade, todos nós sabemos, de quatro anos consecutivos de seca. O ano de 2016 ainda inspira, Senador Fernando Bezerra, cuidados. Estamos em 2016, vem aí o dia 19, dia de São José, como aqui já foi mencionado.... Ainda bem que houve chuvas pelo Nordeste brasileiro – nosso Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará etc. –, mas o ano de 2016 continua a inspirar muitos cuidados.

Daí porque rapidamente quero falar aqui da notícia boa que tivemos ontem: o Governo Federal assegurou que o canal norte do São Francisco será entregue ao Nordeste brasileiro ainda neste ano de 2016. Essa é uma notícia muito importante, uma notícia muito especial para nós de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

Portanto, eu quero colocar a nossa expectativa, a nossa esperança. Deixo aqui, Senador Fernando Bezerra, o grito dos produtores rurais do meu Estado, a esperança deles, dos pequenos agricultores, porque todos nós sabemos que esse é um tema fundamental para a sobrevivência da agropecuária, para a sobrevivência e o fortalecimento da agricultura familiar, para que os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras rurais continuem no campo produzindo e tendo direito a uma sobrevivência digna.

Esperamos realmente que, ao final, cheguemos naquilo que é o necessário, que é o seguinte. Quais os critérios, quais as condições compatíveis com a realidade do Nordeste brasileiro, com a realidade de cada região, Senador Pimentel, para fazer frente à questão da dívida do setor rural?

Ninguém aqui está defendendo calote, nem produtor rural, nem pequeno agricultor, nem Parlamentar. De maneira nenhuma, não se trata disso. Trata-se de colocar os pés no chão. Trata-se, realmente, de encontrar uma saída que responda à realidade do Nordeste brasileiro, de cada região, para que a gente continue produzindo no campo, desenvolvendo o nosso setor produtivo, o que é fundamental para o desenvolvimento das cidades.

Gostaria muito que a Comissão tivesse calendário ainda para que vocês pudessem ir ao meu Estado do Rio Grande do Norte. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Prestigie o Ceará! (*Risos.*)

Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Eu ofereço a palavra, encerrando a lista de oradores inscritos, ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILÓ FORTE (PSB - CE) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Parabenizo toda a Mesa no nome do nosso Relator, Deputado Marx Beltrão.

Neste momento histórico em que temos a oportunidade de buscar encontrar uma solução para esse problema do financiamento da produção na nossa região, fundamentalmente de tradição agropecuária, de uma tradição tão triste do ponto de vista da irregularidade do clima de quadra invernosa, que prejudica muitas iniciativas tomadas para dar uma alternativa de capacidade produtiva para a nossa região, não podemos esquecer que no Nordeste também temos oásis de sucesso nessa atividade.

Por outro lado, quero parabenizar as instituições que se fizeram presentes neste debate, importantes até para essa uniformidade de enfrentamento junto ao Governo. E falo isso porque as falas do Senador José Pimentel e da Senadora Fátima Bezerra, ambos destaques da Bancada do PT no Senado, são muito importantes, vão no sentido dessa conjugação de esforços – muitas vezes, vemos que iniciativas tomadas não são efetivadas por ineficiência do próprio Governo.

Lembro, a propósito, o que conseguimos avançar no que diz respeito à renegociação das dívidas dos pequenos produtores rurais, com relação à própria medida provisória do final do ano passado, que não instrumentalizou os bancos públicos no sentido de normatizar exatamente como deveria ser feita essa renegociação. Isso criou um verdadeiro pânico nas famílias de produtores rurais, que buscavam ali uma alternativa para poderem regularizar sua situação, e um medo e uma frustração muito grandes com relação à questão das execuções judiciais, que não foram paralisadas. Como foi muito bem dito aqui pelo Deputado Júlio Cesar, essas propriedades têm um significado importante para essas famílias que residem e resistem na zona rural, mas não têm serventia nem valor nenhum diante do tamanho, da dimensão dessas instituições financeiras.

Eu acho que poderíamos aproveitar este momento da Medida Provisória 707 não só para trazer o que foi aprovado com a Medida 694 pela Câmara dos Deputados e que não conseguiu aprovação no Senado – já trazia um alento para o pequeno produtor da faixa de contrato inferior a R\$100 mil, uma alternativa para essa renegociação –, mas também para avançarmos em outros segmentos que são fundamentais.

Estou há um ano e meio esperando uma resposta do Ministério da Integração – o Deputado Júlio Cesar sabe muito bem disso – com relação à questão dos devedores do Finor. Esses devedores conseguiram viabilizar projetos, muitos deles estão eficientemente produzindo, gerando empregos, mas porque mudaram a rota

tecnológica dos seus investimentos – inclusive, estão pagando o banco – não conseguem regulamentar a sua situação. Estão inadimplentes junto ao Finor exatamente por isso. Acho que uma norma aprovada pelo Congresso Nacional facilitaria, e muito, a adequação desses projetos que ficaram num ativo desnecessário, um ativo negativo do ponto de vista fiscal do Orçamento da União, mas que, do ponto de vista prático, a valor presente, não significa absolutamente nada.

Pode-se avançar, inclusive, ajudando na construção de um orçamento público para o País que seja próximo da realidade. Já que estamos tão preocupados em resgatar a credibilidade das contas públicas e dar transparência aos orçamentos públicos, poderíamos avançar nesse debate também para poder regularizar e dar eficiência a projetos. Muitos deles poderiam ser retomados de outra forma na busca do fortalecimento da economia nordestina – aliás, também abrange o Finam, da Região Norte do País –, na busca também de viabilizar alternativas para esses grupos empresariais ou para essas empresas para que possam retomar suas atividades, aptas, inclusive, a adotarem inovações tecnológicas, ampliar seu espaço na competição internacional. Hoje, sabemos, qualquer empresa que vá ser implantada precisa ter parâmetros do mercado internacional, senão o produto da China chega com preços mais baratos do que aqueles a que somos capazes de produzir. E podemos também ter nisso a alavancagem necessária para a retomada, inclusive, do papel indutor que o Estado deve ter, não com um perdão ou com uma conciliação única e exclusivamente de contas, mas no papel de indução, de geração de crescimento econômico.

Então, acho que poderíamos aqui, inclusive já repassei ao Deputado Marx Beltrão o que foi aprovado na 694... E espero também que possamos construir, junto com os operadores do fundo constitucional, uma solução para essa exorbitância com relação à taxa de juros, o que inviabiliza qualquer projeto de longo prazo.

Projeto de longo prazo com financiamento de dois dígitos não se viabiliza em lugar algum do mundo. Precisamos ter um parâmetro. Claro que não é papel do Congresso Nacional construir taxa de juros, mas é papel do Congresso Nacional dar parâmetros para a efetividade da norma constitucional. Precisamos conseguir unidade para criar na Constituição um financiamento capaz de buscar um reequilíbrio regional, de superar as desigualdades regionais, e para ter, inclusive no Nordeste, esse fundo para buscar exatamente esse parâmetro, essa isonomia. Nós precisamos também ter a capacidade de criar um normativo capaz de dar uma regulamentação que não nos surpreenda no arrobo, muitas vezes fiscal e financeiro, dos governos ou dos ministros da Fazenda de plantão que não tenham a compreensão devida da necessidade de termos políticas diferenciadas para regiões diferentes. É isso que procuramos conquistar aqui. A unidade da Bancada do Nordeste é fundamental.

Acho que esse debate precisa ser feito. Infelizmente, no dia 18, não vou poder estar em Fortaleza, porque já fui convocado para estar aqui em Brasília para a instalação da comissão especial que analisa o processo do *impeachment*. Fui eleito pela Bancada do nosso Partido, o PSB, para representar a Bancada, junto com o Deputado Fernando Bezerra Filho, o Deputado Tadeu Alencar e o Deputado Bebeto, da Bahia. Conforme a orientação da Presidência da Casa, essa comissão deverá ser instalada na sexta-feira, mas gostaria muito de me fazer presente, porque, sem sombra de dúvida, é um debate oportuno e necessário.

Na quinta-feira da semana passada, estive num evento patrocinado pelo Banco do Nordeste, que é a nossa principal instituição financeira, junto com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), em que todos os presidentes de federações de indústria do Nordeste se fizeram presentes, e o clamor era único e uníssono: nós precisamos garantir esse direito, que foi uma conquista do Nordeste na Constituição Federal de 1988.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Sr. Presidente, eu queria uma informação do Deputado Danilo em relação às debêntures do Finor e do Finam.

Nós temos a informação, e vou passá-la a V. Ex^a, Deputado. Há uma proposta, uma emenda nesta medida provisória, de conversão das debêntures que fizeram a conversão dentro do prazo da medida provisória, em 2001, para que sejam convertidas em ações, e não continuar como debêntures, porque isso é um passivo expressivo: dá mais de R\$21 bilhões. Já temos essas informações e a lista de todas as empresas que conseguiram o CEI, o certificado de implantação, e das que não conseguiram.

O SR. DANILÓ FORTE (PSB - CE) – Só para completar: o problema não está só na conversão das debêntures em ações. O problema também está no reconhecimento do certificado da implantação, porque muitos que mudaram a rota tecnológica, principalmente no setor têxtil – devido ao avanço tecnológico no mundo, a cada seis meses há uma evolução com relação à capacidade de produção industrial oriunda de equipamentos mais modernos –, não têm esse reconhecimento, e o ministério ainda está amarrado com relação a isso. Então, a gente também precisa facilitar, através de uma norma, e o peso de uma lei oriunda da aprovação de uma medida provisória é muito maior do que o peso de um ato administrativo de qualquer ministério para regulamentar essa situação.

Acho que o Deputado Marx Beltrão poderia debruçar-se um pouco sobre isso – com certeza, ele tem talento e capacidade para compreender a situação – para que a gente possa resolver definitivamente esse problema.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Eu aprendi na vida que, para resolver problemas, é preciso ter prioridade. Se colocar tudo, tudo passa a ser prioridade e, aí...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu ia fazer essa observação. Houve uma manifestação quando da instalação da Comissão: no sentido de a gente dar foco à questão da dívida do setor rural.

É evidente que essas questões do Finor e das debêntures são relevantes – e concordo com as palavras do Deputado Danilo Forte, do Deputado Júlio Cesar –, mas penso que, se a gente for chamar para essa lei de conversão da Medida Provisória nº 707 uma série de outras pendências que existem em relação ao desenvolvimento regional, a gente vai criar mais dificuldade para resolver a questão. Só para dar uma ideia...

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Posso ter o direito de discordar?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pode e deve, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – A vida é feita de prioridades, mas também de oportunidades, e é na oportunidade que cabe a prioridade. O problema do Nordeste não se resolve somente num ponto, mas em vários. Nós temos a oportunidade de um momento político oportuno, até pela própria fragilidade que a política do Governo está tendo hoje. Este Governo já teve várias oportunidades para resolver os problemas do Nordeste, mas não os resolveu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – O problema é que o Supremo Tribunal Federal...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Um momento, por favor.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou, há jurisprudência consolidada: matérias estranhas à medida provisória vão para a gaveta, não têm nenhuma chance de passar. Nós podemos, sim, derrubar até um veto do Governo Federal, mas matéria estranha ao tema da medida provisória colocará em risco aquilo que está ao alcance de nossas mãos, que é a dívida do setor rural, uma coisa antiga, uma coisa das décadas de 70, 80, 90, de 2000, da seca de 2010. Aí, sim, nós temos uma oportunidade.

E não é uma coisa de somenos importância não: os nossos assessores estão estimando que, para resolver de forma adequada o que até aqui não foi resolvido, haverá um impacto econômico-financeiro superior a R\$ 6 bilhões.

Então, eu acho que, mesmo...

O SR. DANILO FORTE (PSB - CE) – Isso é só fiscal, isso é só espuma, Sr. Presidente, o senhor sabe disso. A gente em é que enxugar o Orçamento. Por isso é que nós não conseguimos a credibilidade que o Governo precisa conseguir. Eu acho que a gente podia aproveitar...

Com todo respeito ao senhor, acho que sua análise está equivocada. Obrigado.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Sr. Presidente, só para dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu respeito a manifestação do Deputado Danilo Forte – vou dar oportunidade ao Deputado Júlio Cesar –, mas acho que essa foi a reflexão colocada aqui nos primeiros dias da Comissão. Tenho a impressão de que temos de aproveitar a oportunidade. Todos concordam que temos uma chance, essa medida provisória é uma oportunidade ímpar para endereçarmos de forma adequada a solução de pendências que se avolumam ao longo dos anos, mas eu prefiro deixar isso para a reflexão de todos os membros da Comissão.

Vamos ter oportunidade de votar o relatório do Deputado Marx Beltrão. Inclusive, estamos sugerindo ao Deputado Marx Beltrão que aprecie esse relatório de 12 a 18 de abril para que possamos fazer a votação do relatório. Portanto, peço a compreensão de todos os membros para que todas as sugestões possam ser feitas até o final da primeira semana de abril.

O requerimento será atendido, sei que a manifestação da Comissão vai ser nesse sentido – refiro-me ao requerimento do Deputado João Daniel para realizar mais uma audiência pública, desta feita no Município de Itabaiana.

Então, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Atendido.

É para que a gente possa ter subsídios suficientes para fazer um relatório que possa, de fato, corresponder às expectativas de todos os membros desta Comissão.

Quero também trazer uma informação importante.

Ficamos frustrados com a ausência dos representantes do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil. Por outro lado, com o apoio do Senador José Pimentel, estamos viabilizando um encontro com o Ministro da Casa Civil, o ex-Governador da Bahia Jaques Wagner.

O encontro se daria nesta semana. Porém, em função de todos os acontecimentos que estamos acompanhando pela imprensa, o Ministro da Casa Civil pediu que esse encontro fosse realizado no início da próxima semana. Deveremos construir com ele a realização de um encontro do nosso Relator e de representantes da Comissão com o Ministro Nelson Barbosa para sondarmos até que ponto poderemos contar com a adesão, o apoio e a sensibilidade das autoridades do Ministério da Fazenda para que o que vier a ser votado possa, de fato, não só atender os interesses dos produtores rurais do Nordeste e do Brasil, mas também ser apoiado pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Sr. Presidente, obrigado pela atenção.

Apenas um adendo ao raciocínio. Há uma boa parte do Finor e do Finam que é do setor rural. Se tiver de excluir a parte industrial, que o faça, mas que inclua a do setor rural.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Eu vou...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

Senadora Fátima Bezerra, nós já estamos.... É 1h20min da tarde...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Perfeito. Encerrando, Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Nós ainda vamos ouvir as considerações finais dos nossos convidados!

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Perfeito, mas há uma questão relativa a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu só queria pedir, com a anuência dos nossos pares, que o senhor considerasse agora – recebido o nosso pedido, se houver condições, no período previsto – a possibilidade de fazermos uma audiência pública lá no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com certeza, está acatado.

Eu vou ouvir nossos convidados da esquerda para a nossa direita, por no máximo dois a três minutos, apenas para que pontuem em relação aos diversos temas abordados aqui pelos membros da Comissão, facultando que possam encaminhar por e-mail ou por ofício respostas mais aprofundadas.

Com a palavra o representante do MDA.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Presidente, nós já ouvimos aqui os Deputados e os Senadores. Não seria possível ouvir pelo menos um produtor? Não sei se regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Nós estamos fazendo as audiências públicas nos Estados para ouvir exclusivamente os produtores. Na semana anterior, ouvimos os produtores através da CNA e da Fetraf. Então, peço a sua compreensão, só para darmos celeridade aos nossos trabalhos e concluirmos a nossa audiência pública.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – O.k.

O SR. MARCELO PICCIN – Rapidamente, a primeira sugestão nossa para o Relator, Deputado Marx, é esta mesma: encaminharmos formalmente, dando todos os esclarecimentos e os dados questionados para qualificar a análise e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PICCIN – Isso. Formalize, que em tempo muito rápido disponibilizamos todas as informações que o MDA tem, referentes às questões aqui.

Registro que, em todo o território do Nordeste, mais de 80% dos agricultores familiares são do Grupo B e nós temos apenas 4% de inadimplência nos créditos do Pronaf nessa região, mesmo com toda a condição colocada. Então, os índices de inadimplência da agricultura familiar têm sido bastante reduzidos, muito baixos.

Coloco também que é preciso olhar para frente. Aproveito este minuto para dizer que, para o MDA e para esta reflexão, para este debate aqui, tão importante quanto resolver o problema da dívida histórica que está colocada para o setor, tão importante quanto resolver essa questão de décadas, é olhar para frente, para o próximo período.

Não dá para esquecermos que – vou usar uma frase conhecida nossa – nunca na história brasileira houve um processo tão acelerado de diminuição das diferenças regionais do Nordeste brasileiro em relação às demais regiões do País. Se não fosse a seca, provavelmente chegaríamos à autossuficiência de produção de milho no

Nordeste brasileiro. Então, estamos falando de uma região extremamente dinâmica, importante, diversificada também, muito diversa, e que precisa ter uma política adequada para seu território.

Na agricultura familiar, tivemos avanços enormes em políticas, nesses doze anos de convivência com o Semiárido. Houve uma reflexão sobre as potencialidades dessa região. Falar de produção animal na região sem falar de palma forrageira como alternativa de alimentação é inviável.

Temos que dialogar com o acúmulo de conhecimento, de convivência com o Semiárido, que deve reorientar as nossas políticas de crédito, de extensão rural, de garantias para o próximo período. Então, o MDA se coloca nessa trincheira, com as experiências que tivemos, nessa perspectiva para construirmos o processo daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Zerbini.

O SR. ZERBINI GUERRA DE MEDEIROS – Como foi proposto, nós aguardaremos os questionamentos e os responderemos por escrito.

Nós queremos agradecer a oportunidade de estarmos aqui, com os senhores e com as senhoras, debatendo esse tema tão importante para o Banco do Nordeste, o banco responsável por auxiliar essa minimização das disparidades regionais.

Nós entendemos que o que é bom para o Nordeste é bom para o Brasil, e o Banco do Nordeste estará cumprindo o seu papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Zerbini.

Com a palavra, o Dr. Wilson.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Obrigado.

Primeiro, quero só fazer um comentário a respeito do que disse o meu colega do Ministério de Desenvolvimento Agrário, de que o nível de inadimplência na agricultura é muito baixo. Convenhamos que os mecanismos de proteção que há para esse público são diferenciados, a blindagem que ele tem relativamente aos demais é muito forte. Então, a inadimplência não pode ser comparável por esse lado, depende dos mecanismos que há por aí.

Alguém sugeriu jogar um conjunto de dívidas, ou de dispêndios decorrentes dessas dívidas, para dentro dos fundos constitucionais. Eu acho que isso tem de ser avaliado com bastante cuidado. Por quê? Porque nós podemos comprometer essa quase que única fonte de financiamento da Região Nordeste para novos financiamentos.

A questão do limite talvez tenha trazido algum problema, porque esses níveis de negociação de dívida foram-se estratificando demais – até 15 mil, de 15 até 30 mil, até 50 mil, de 50 a 100 mil, acima de 100 mil até 200 mil, e acima de 200 mil. Aí, o benefício também: à medida em que se cresce, o que é natural, diminui-se o grau de benefício por conta da renegociação.

A verdade é que é algo bastante complexo. O Governo – o senhor já esteve conosco lá – está muito preocupado com isso. O Ministério da Fazenda não está presente, mas, há cerca de quatro meses, foi encaminhando um conjunto de documentos, demandas e argumentações ao Ministério da Fazenda para ver o impacto no Tesouro num primeiro momento de uma eventual renegociação, isso está sendo analisado. Não há nada de definitivo, mas essa questão está sendo analisada. Enfim, a boa vontade no Governo existe, sempre existiu.

Costumo dizer que estou há 20 anos nesta Esplanada, e não houve uma manhã em que eu tenha deixado de falar em endividamento rural, seja numa região, num Município ou numa categoria de produtores, mas isso é recorrente. Isso é claro, e não quero diminuir, em absoluto, a complexidade da situação do Nordeste.

Enfim, a disposição no Governo existe, e estamos lá realmente para tentar encontrar uma solução. É claro que, junto com esta Casa, junto com a Câmara dos Deputados e toda a assessoria, que tem um quadro bastante bom, que acompanha e conhece o assunto.

Então, acho que dá para a gente, no futuro, encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Wilson.

Com a palavra o Dr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA DA COSTA – Bem, Senador, eu gostaria também de agradecer pelo convite formulado ao BNDES. Para nós, foi muito interessante trazer aqui informações, esclarecimentos. Vamos aguardar o encaminhamento adicional do pedido de informações.

Com relação às colocações feitas, relativas ao BNDES, pelo Deputado Júlio César: vamos preparar uma resposta e encaminhá-la ao senhor e também à Secretaria da Comissão, mas rapidamente eu poderia colocar

aqui que há, sim, operações diretas do BNDES para a Região Nordeste, no crédito rural, acima de R\$20 milhões. Vamos compilar isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA DA COSTA – Elas têm um volume menor do que o de outras regiões, mas existem, e podemos pontuar isso.

Com relação à participação do desembolso do banco no volume de operações de crédito rural na Região Nordeste: ela tem crescido ao longo dos anos. Se compararmos os últimos dez anos, os dados mostraram que houve elevação de 8% para 17% no volume total. Vamos também preparar essas informações e encaminhá-las ao senhor.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Volume em recursos ou em número de contratos?

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA DA COSTA – Desembolsos.

Com relação à representação da carteira de crédito rural nas operações de crédito do banco... O total de operações de crédito do banco é de R\$675 bilhões. O retrato que eu trouxe aqui e que colocamos na apresentação refere-se a alguns programas, não é a totalidade efetiva da carteira de crédito rural. Há ainda operações com recursos livres, há outros programas...

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Deu oitocentos e tanto...

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA DA COSTA – Talvez seja o total do ativo, mas a gente pode trazer esses dados mais bem identificados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO VIANNA DA COSTA – Mas nós vamos encaminhar essas informações e estaremos à disposição para outras dúvidas ou esclarecimentos.

Com relação à mensagem eletrônica encaminhada, Senador, pela Anna Flavia Schmitt: ela pede informações, parece-me, a respeito do BNDES, no sentido de ajudá-la na obtenção de um financiamento. Eu gostaria, se fosse possível, de dar uma resposta a ela copiando o nosso Fale Conosco; se fosse possível, que ela pudesse encaminhar aos canais de comunicação do BNDES a dúvida dela. Será um prazer respondê-la. Há alguns produtos do banco, soluções voltadas a pequenos empreendedores, como o Cartão BNDES, o BNDES Microcrédito. Inclusive, no nível de operações de crédito rural, há o próprio Pronaf B e as linhas do Pronaf. Vamos ter a oportunidade de explicar isso a ela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Carlos Alberto.

Agora, com a palavra, o nosso Relator, Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Eu queria apenas dizer aos convidados que aqui falaram hoje que eu vou fazer o encaminhamento das perguntas que fiz e gostaria que os Deputados que fizeram perguntas e que não se sentiram respondidos também o façam. Devemos combinar a data, porque precisamos terminar o relatório. Então, eu as farei por escrito até a próxima terça-feira, encaminharei aos órgãos e peço que sejam respondidas até o final do mês em que nós estamos. Como estamos aqui combinando com a Comissão de fazer o relatório e votá-lo entre os dias 12 e 18, eu gostaria de receber as informações de volta até o final deste mês para que possamos dar encaminhamento. Quando eu mandar as perguntas, já vou mandar com essa sugestão de resposta.

Quero dizer também a todos os colegas Deputados e Senadores, como disse aqui a Senadora Fátima Bezerra, que estamos analisando uma medida provisória que é suprapartidária. Então, tudo o que falaram aqui eu tentarei atender, no relatório, da melhor maneira possível, mas, como disse o Presidente, temos que ter muito cuidado com aquilo que vamos colocar para que não fujamos ao tema e prejudiquemos milhões de trabalhadores brasileiros que estão esperando por esse momento.

Aproveitando, Fernando Bezerra, eu queria convidar todos para que, se puderem, façam-se presentes na segunda-feira em Alagoas. Eu acredito que, na nossa audiência pública, vai haver muita gente, porque, em Alagoas, são mais de 80 mil produtores rurais que estão esperando por esse momento. A turma lá está bastante ansiosa, bastante nervosa.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN. *Fora do microfone.*) – E é a terra do Relator!

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – É verdade.

O Júlio Cesar pediu que reconvidássemos o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. O Presidente falou que vamos ter uma reunião na semana que vem, então, acho que...

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – E o Presidente do Conselho Monetário, que é o Presidente do Banco Central.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – É importantíssima também a presença dele.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Esses são os que resolvem, os outros trazem as informações.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Esses três tinham que estar na reunião, Júlio Cesar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Vamos apostar na política, vamos ver se, desse encontro...

Acabei de receber a informação de que o ex-Presidente Lula foi nomeado Ministro da Casa Civil. Então, a audiência será com o Wagner e com o ex-Presidente Lula, e tentaremos obter o apoio do Ministério da Fazenda e do Banco Central para essas medidas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.)

ATA DA 4^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 707, DE 2015, PUBLICADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, E A LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013, PARA ALTERAR OS PRAZOS QUE ESPECIFICA. ”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2016, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 2015, com a presença do Senador José Pimentel e dos Deputados Marx Beltrão, João Daniel, Padre João, Felipe Maia e Fabio Reis. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: João Paulo Lima e Silva, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e Irani Braga Ramos, Assessor Especial do Ministro de Estado da Integração Nacional. O Senador José Pimentel faz uso da palavra. Ao término das exposições, faz uso da palavra o Relator, Deputado Marx Beltrão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 707, de 2015. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria, que foi sugerida pelo Senador José Pimentel.

Nós queremos abrir uma discussão e, se possível, apresentar uma contribuição para o Governo Federal no sentido de definir o decreto presidencial que vai delimitar o território do chamado Semiárido nordestino ou Semiárido do Nordeste brasileiro.

Essa delimitação do território Semiárido é feita por decreto presidencial. Foi feito a primeira vez no ano de 2005 pelo então ministro Ciro Gomes. Um decreto publicado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e teve um prazo de vigência de dez anos. Portanto, ele vigeu até o final do ano passado. E, agora que esta Comissão aprecia a questão da renegociação das dívidas do setor rural do Brasil e de forma particular do Semiárido do Nordeste brasileiro, que foi castigado por quatro anos de seca, existem diversas demandas colocadas por Municípios do Maranhão, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, do Espírito Santo, em função de que as precipitações pluviométricas – que é um dos elementos para a definição desses territórios – se reduziram drasticamente nesses últimos quatro, cinco anos.

Então se suscitam a academia, os institutos de tempo e clima, como é o caso da Funceme, que nós convidamos para aqui também participar desta audiência pública. Mas que, infelizmente, Dr. Eduardo Martins, por se encontrar em viagem representando o governo do Ceará, pediu a compreensão pela sua ausência nesta reunião, em que seria importante ouvir a Funceme, que acompanha esses estudos e que certamente poderia subsidiar os trabalhos que são liderados pelo Ministério da Integração Nacional.

Nós convidamos, além da Funceme, o Sr. Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, que encaminhou como seu representante o nosso amigo, o assessor especial do Ministério da Integração Nacional, o Sr. Irani Braga Ramos, que eu convido para tomar assento aqui à mesa.

E convidamos também o nosso amigo e companheiro superintendente da Sudene, superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o doutor, o amigo João Paulo Lima e Silva, que também convidado para tomar assento aqui à nossa mesa.

Eu irei passar a Presidência desta Comissão, dentro de mais uns vinte minutos, para o nosso querido Senador José Pimentel, que é Líder do Governo no Congresso Nacional, em função de outro compromisso, porque eu tenho que me deslocar para o Estado de Pernambuco.

Então, eu quero lembrar que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm o interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, através do link bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

De acordo com o art. 94, §2º e §3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: os nossos convidados farão suas exposições por... Então, dez a quinze minutos para cada um dos oradores. Dez, quinze minutos, vinte?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – No máximo 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – No máximo 20 minutos.

Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares.

A palavra dos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Quer usar da palavra, Senador José Pimentel, antes de eu oferecer a palavra aos nossos convidados?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, nossos convidados, eu quero começar registrando que a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, presidida pelo nosso Senador Fernando Bezerra, foi uma audiência bastante produtiva; e um dos temas objeto de grande debate foi exatamente a inclusão de novos Municípios na região do Semiárido, pelo que isso representa particularmente no bônus de renegociação da dívida dos pequenos produtores rurais, porque para aqueles que estão no Semiárido o desconto é de 85% nas dívidas de até R\$15.000, nos termos da Lei nº 12.844, enquanto para esse mesmo pequeno produtor que está fora do Semiárido, o seu desconto é de apenas 75% naquelas contratações até 2006.

Ao mesmo tempo, nós temos um estudo feito pela Funceme, que lamentavelmente não conseguiu chegar a tempo, por conta de passagem, que é bastante complicado nesse período de festas da Semana Santa do nosso... Particularmente, voltando para o Ceará. Eu por exemplo só consegui passagem para às 14h. Eu queria ir à noite, mas à noite já não tinha mais vagas e vou, Sr. Presidente, pedir para juntar em seguida esse documento ao nosso processo, para servir de subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Eu ofereço a palavra ao nosso amigo, companheiro, assessor especial do Ministério da Integração Nacional, Sr. Irani Braga.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Bom dia, Senador Fernando. Muito obrigado pelo convite, Senador Pimentel. Cumprimento todos os presentes, o companheiro João Paulo, que está aqui do meu lado.

Agradeço a oportunidade e começo fazendo uma referência. Esta semana, nós estamos na semana do Dia Mundial da Água. Ontem foi o Dia Mundial da Água, e o Dia Mundial da Água deste ano tem o tema de melhor água, melhores empregos. Mas eu queria fazer referência também ao Dia Mundial da Água, porque ontem, na Agência Nacional de Águas, a gente lançou um instrumento de monitoramento da seca, que teve o seu embrião lançado quando o Senador Fernando Bezerra ainda era Ministro. E nós estivemos já vivendo aquela seca intensa, vivendo essa seca intensa que continua até hoje.

O Ministério da Integração Nacional encabeçou uma delegação, a delegação brasileira que foi para Genebra no encontro mundial de seca, e naquele evento o Brasil assumiu uma posição de destaque, o Ministério da Integração Nacional assumiu uma posição de destaque, e desde aquele momento até hoje ele vem trabalhando no aprimoramento de uma política nacional de secas.

E ontem teve o lançamento do monitor de secas do Nordeste, que está disponível no site da Agência Nacional de Águas, monitor de seca.anan.gov.br, que se propõe a fazer uma leitura, em tempo real, da situação de seca que a gente tem. Isso é importante porque nem todas as respostas que a gente precisa dar para os problemas que a gente tem no Nordeste e no Semiárido estão associados à delimitação do Semiárido. A gente tem secas que extrapolam o que é o Semiárido, e a gente precisa ter políticas que vão atender à situação de seca e não necessariamente ao Semiárido.

Então, eu digo isso porque nós precisamos aprimorar esse esforço que foi iniciado com mais força lá em 2013, que a gente vem avançando nisso, e precisamos continuar nisso e ir paulatinamente adaptando as nossas políticas a essa situação, que é uma situação transitória; por mais que se repita ela é transitória. E que a gente consiga dar respostas mais rápidas.

Então, eu queria começar fazendo essa referência, agradecer pelo senhor ter colocado aquela sementinha lá, que brotou o primeiro raminho de árvore ontem, e dizer que, assim, especificamente sobre o Semiárido e sobre a área de atuação da Sudene...

Na verdade, eu vou só fazer uma pequena alteração no que o senhor falou, porque a delimitação do Semiárido que está válida hoje foi, de fato, resultado de um decreto do Presidente Lula, de 2005, mas, entre esse decreto e a data atual, nós tivemos a Lei Complementar nº 125, de 2007, que no seu inciso V do art. 10, delegou ao Conselho Deliberativo da Sudene a fixação dos critérios técnicos e científicos para a delimitação do Semiárido. Então, atualmente, é o Conselho Deliberativo da Sudene que tem a obrigação de estabelecer esses critérios técnicos e científicos.

O Ministério da Integração Nacional, até atendendo a um pedido da própria Sudene, em 2014, estabeleceu um grupo de trabalho envolvendo todas as instituições que participaram, as instituições técnicas e científicas que participaram daquela delimitação de 2005. E essas instituições ainda não encerraram o seu trabalho; elas ainda estão em uma fase de elaboração de propostas, de critérios técnicos e científicos para a delimitação do Semiárido; eles têm enfatizado que o alinhamento mundial com a Organização Mundial de Meteorologia, com o Fórum Mundial da Água, com os organismos que lidam com seca, com clima e com água, ao longo do mundo, ao redor do mundo, têm mostrado que os critérios adotados lá em 2005 estão adequados. Claro, o tempo vai passando, a chuva é sempre uma incerteza, tem sempre uma imponderabilidade. Então, aplicar esses novos critérios na data de hoje provavelmente vai resultar em alterações.

Nós ainda não tivemos uma ratificação dos técnicos: "Não, é isso mesmo!" Eles ainda têm algumas dúvidas, estão ainda trabalhando nisso. Esperamos ter resultados em breve, mas estamos caminhando nesse sentido.

E, obviamente, o Conselho Deliberativo da Sudene é um órgão participativo, que envolve os Governadores do Nordeste, vários Ministros de Estado, e é um ambiente em que vai se permitir que se tenha essa discussão.

E aí eu vou passar aqui para o João Paulo, mas eu só queria... Vou retomar. Eu não acho, eu acho, inclusive... Aí é uma opinião minha, e o esforço que vimos fazendo desde 2013 é isso, é de não depositar demais as expectativas na delimitação do Semiárido, porque nós podemos ter instrumentos que sejam melhores para representar aquilo que é transitório, aquilo que não é perene. E devemos reservar para aquilo que é perene as delimitações do Semiárido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Irani.

Na sequência, eu ofereço a palavra para o Superintendente da Sudene, nosso companheiro João Paulo Lima e Silva.

O SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA – Senador, eu quero dar bom dia ao nobre Senador e aos demais membros da Casa, ao nosso companheiro Irani, representando aqui o Ministério, e acredito ser muito oportuno este momento.

Eu assumi a Superintendência da Sudene em 28 de agosto do ano passado. E eu acho que, neste momento, seria importante nós, que estamos fazendo esta reflexão toda sobre o Semiárido, entendermos a importância, o que foi o pensamento de Celso Furtado em função daquela região, o que foram diversas organizações, inclusive a CNBB, naquele famoso encontro em Campina Grande, que, essencialmente, é a base, possivelmente, da consolidação da luta do povo nordestino no sentido de buscar o desenvolvimento, e que o Nordeste pudesse realmente se integrar ao desenvolvimento nacional.

E todos nós lembramos que a Sudene foi extinta em 2001 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e que o governo do Lula, em 2007, reabriu a Sudene, agora, talvez, com características diferenciadas do que foi a Sudene no passado. Quem vê o prédio que tem hoje o nome da Sudene... Só ali, havia mais de 3600 trabalhadores, atendendo às mais diversas ações de governo, de poços, etc. E, hoje, a Sudene detém um quadro de mais ou menos 211 servidores.

Acho isso importante, também, Senador, para um Senador que foi ministro e que sabe muito bem das limitações da Sudene hoje, que dispõe de R\$2 bilhões, orçamentários, e quem faz toda a operação, quem prevê as garantias são os três bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB –, mas voltadas para os grandes projetos acima de R\$50 milhões.

Eu sempre tenho me perguntado se estamos falando em desenvolvimento e inclusão social. O Nordeste tem quase um milhão de quilômetros quadrados de área, temos 25% da população, mas é onde estão os maiores focos de IDH baixo, índice de analfabetismo e áreas sujeitas à desertificação. Esse é o quadro.

Senador, vou discutir isso do ponto de vista político, e não técnico, mas, por mim, não há problema algum em ampliar a área de atuação da Sudene, como já há áreas do Espírito Santo. Agora, eu acho que pensar em R\$2 bilhões do ponto de vista da Sudene para cuidar de nove Estados, que fazem o Nordeste, e mais uma parte de Minas e uma parte do Espírito Santo, e com projetos acima de R\$50 milhões... Não digo que não seja importante.

Por exemplo, só para a Fiat, naquela operação, foi R\$1,8 bilhão. Agora, quando se vai às regiões mais pobres, vamos ter lá projetos acima de R\$50 milhões.

Tenho defendido a tese e tenho encontrado uma aceitação muito grande no ministério de que possamos aproveitar o momento até para estabelecer alguns critérios. Vamos pegar 20% desses recursos – se não for ampliar esses recursos, porque o ideal seria ampliá-los –, e dedicá-los a combater os focos de miséria no Nordeste.

Senador, há cerca de dois ou três meses, muito preocupados com o agravamento da seca, os impactos do El Niño, nós chamamos lá a discussão sobre o impacto do El Niño no Semiárido nordestino, e nós levamos o professor, o que acho que seria muito importante – não sei se ele já veio ao Senado – para falar um pouco sobre essa questão. Ele fez uma reflexão muito boa, em que vê como uma das alternativas a implantação de

produção de energia solar no Nordeste, para o abastecimento inclusive nacional. E ele trabalha a tese das pequenas produções de energia elétrica, para que pudessem alimentar o sistema e pudessem garantir uma renda básica, uma renda para aquelas famílias. Segundo o estudo dele, Senador, só Pernambuco teria condição, com a energia solar, de abastecer o Brasil, suprindo a sua energia.

Acho que o outro elemento que temos discutido dentro dessa ampliação é sobre a área do Semiárido e os investimentos da Sudene. Nós temos que grande parte dos investimentos da Sudene são concentrados em Pernambuco, na Bahia e no Ceará. Então, eu acho que nós temos... Eu estou lá, sou pernambucano, estive na Câmara quatro anos passados, mas acho que essa questão de se discutir um foco para o Semiárido... Por exemplo, a Sudene ficou responsável, quando eu cheguei lá, pelo Programa Água para Todos, que é um programa de combate à pobreza do Governo Federal. E, quando se vê o valor desse projeto para os três Estados – Pernambuco, Piauí e Paraíba –, são R\$50 milhões. Então, é lógico: tiram-se R\$400 milhões, e o ideal seria que esses R\$400 milhões fossem não reembolsáveis, para que se pudesse garantir o desenvolvimento naquelas regiões.

Portanto, acho que essas questões poderiam ser levadas em consideração na análise, é lógico, econômica, do próprio Senado, com a participação da Câmara dos Deputados, para que pudéssemos ter um foco e garantir que não tivéssemos aquela visão que foi colocada antes: Nordeste desenvolvimento sem justiça. Então, há grandes polos até de desenvolvimento no Nordeste, mas concentrados normalmente em áreas de regiões metropolitanas.

Então, deixo essa reflexão, para que, dentro do possível, do ponto de vista do ministério, que tem um papel maior, e do ponto de vista da própria Comissão, aqui no Senado, possamos, na verdade, buscar um foco, porque, Senador, temos lá para finalística, para trabalhar alguns projetos de pesquisa, de estudos da região, R\$5 milhões para os nove Estados. Assim, é basicamente impossível ter-se um atendimento maior.

Deixo essa reflexão aqui. Estamos na Sudene, integrados com o MI. Ontem, participei de uma reunião com a Sudam e a Sudeco e levantei inclusive essas questões também ligadas ao desenvolvimento do Amazonas e do Centro-Oeste, para que possamos cumprir aquele papel de desenvolvimento com inclusão social.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado. Agradeço as palavras tanto do assessor especial, Dr. Irani, como do nosso Superintendente João Paulo.

Estou com o horário meio apertado, mas eu queria fazer uma rápida consideração. Passarei a presidência dos trabalhos para o nosso Relator, o Deputado Marx Beltrão, que realizou uma grande audiência pública em Arapiraca, com mais de mil produtores rurais. Tive oportunidade de estar presente, e foi realmente um ponto alto dessa mobilização que a Comissão está fazendo em relação à discussão das negociações das dívidas do setor rural.

Em relação ao tema de hoje, para a definição do Semiárido, são utilizados pela norma legal três critérios: o primeiro é a precipitação menor que 800mm, aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico, e o terceiro critério é o risco de seca maior do que 60%. Ocorre que a norma legal fala que esses três critérios têm de ser aplicados em conjunto.

Então, deixo uma recomendação aqui com o assessor especial do ministro, para que, nesses estudos que estão sendo ultimados, o que deverá ensejar uma convocação do Condel (Conselho Deliberativo) para deliberação do território do Semiárido, a possibilidade de que eles possam ser tomados de forma isolada e não em conjunto: nos Municípios que estejam no território do Nordeste, mas que atendam a um desses critérios, que isso possa servir como parâmetro para a definição do Semiárido.

A nossa consultoria técnica informa que, se for adotada essa regra ou esse princípio, isso resolverá o problema de muitas das demandas que estão colocadas. Mas concordo com o Irani que nós não podemos abrir mão também de um certo rigor técnico e de assentar essa delimitação do território do Semiárido amparada, digamos assim, nos melhores conhecimentos de clima e de tempo que são feitos pelas instituições acreditadas.

Feitas estas considerações, passo os trabalhos para o nosso Relator Marx Beltrão, para que ele possa, então, fazer aqui seus comentários e avançar para a conclusão da nossa reunião, que foi, de fato, prejudicada em função da data, do dia. Nós estamos com diversas reuniões, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, onde está sendo apreciada uma PEC de interesse dos governadores, que estão tentando dar urgência urgentíssima para ela ser apreciada, se possível, já na próxima semana. Então, peço a compreensão dos nossos convidados pelo baixo quórum que tivemos hoje, mas quero dizer que a presença foi muito importante para que a gente possa dar os passos seguintes no sentido de criar o clima para que o Condel possa ser convocado e essa questão possa ser apreciada.

Deputado Marx Beltrão, por favor. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Marx Beltrão. PMDB - AL) – Como disse o Presidente, a reunião foi um pouco prejudicada devido ao dia, devido a várias situações que estão acontecendo no Congresso. Inclusive, tive que chegar um pouco atrasado e não tive a honra de ouvir a palestra do Irani e só ouvi pela metade a do Superintendente

da Sudene, Dr. João, mas vou pegar o vídeo e vou ouvir atentamente o que os senhores falaram para poder ajudar na construção do relatório.

Como não há nenhum Parlamentar presente para fazer qualquer pergunta, franqueio a palavra para que os senhores, se tiverem alguma consideração final a fazer, possam falar, para que a gente possa, em seguida, encerrar.

À vontade.

O SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA – Eu, já me despedindo, mais uma vez, quero agradecer e lembrar que o Senador Fernando Bezerra Coelho é da região, conhece bem a região.

Minha sugestão é que nós possamos preparar, na Sudene, no mínimo, um pouco, a reflexão que nós estamos fazendo e que fosse incorporado na relação com o Ministério e com nossa participação sempre que for possível. Achei muito importante esta reunião porque eu pude, aqui, no Senado, uma Casa tão importante, fazer essa reflexão sobre a importância que a Sudene tem para a região, mas acho que seria muito importante nós darmos um foco ainda maior para garantir essa inclusão do Nordeste, dando uma alternativa econômica de garantia de renda para essas famílias, ou seja, garantindo também um outro estudo que eu peguei, que foi realizado em Pernambuco, que eu acho que é algo que teríamos que refletir, sobre a situação das escolas públicas no Estado de Pernambuco.

Inclusive, até solicitei ao Ministério que, como não é um valor muito alto, pudéssemos ter nesse estudo, que é a base do Ministério da Educação, um quadro da situação de todos os Estados do Nordeste, para que nós pudéssemos, junto com o Ministério da Educação, com o MIC, com o MI, montar estratégias com foco nessa região, porque poderíamos ter um tipo de programa que garantisse dar uma qualidade, no mínimo, média a todas as escolas do Semiárido, principalmente naquelas dos focos de pobreza.

É com propostas assim vamos levando essa população a um patamar diferente de desenvolvimento.

É só.

O SR. PRESIDENTE (Marx Beltrão. PMDB - AL) – Sr. Irani.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Acho que o João Paulo foi muito preciso e acho que espelha a visão do Ministério com bastante alegria, inclusive. Então, só vou fazer um rápido comentário.

O Senador Fernando Bezerra fez sugestões que vamos levar para o grupo de trabalho no sentido de contemplá-las ou de estudar a viabilidade de contemplá-las, e só posso deixar aqui o agradecimento ao Senado, à Câmara, à Comissão Mista pela oportunidade de participar e dizer que é, sempre, um prazer vir aqui e que, sempre que chamados, com prazer, atenderemos.

O SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA – Eu só queria...

Desculpem-me, porque estou quebrando a hierarquia aqui, né?

O SR. PRESIDENTE (Marx Beltrão. PMDB - AL) – Estamos aqui para ouvir.

O SR. JOÃO PAULO LIMA E SILVA – É a minha formação revolucionária.

Eu gostaria de registrar aqui o empenho do Ministro na convocação do Condel. Ele tem ligado, mas nós tivemos dois problemas, que são, principalmente, o problema do estado de saúde dele, que está se recuperando de um tratamento médico. Aí, quando ele voltar, vamos combinar com a agenda da Presidenta e dos governadores.

O SR. PRESIDENTE (Marx Beltrão. PMDB - AL) – Eu vou, João e Irani, mandar duas perguntas por escrito para que vocês respondam e possam nos ajudar no relatório. Vou encaminhá-las à Superintendência. Elas são justamente sobre o Finor e a resolução do Conam.

Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 707, DE 2015, PUBLICADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “ALTERA A LEI Nº 12.096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, E A LEI Nº 12.844, DE 19 DE JULHO DE 2013, PARA ALTERAR OS PRAZOS QUE ESPECIFICA”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA.

Às onze horas e vinte minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 2015, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Telmário Mota, José Pimentel, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Hélio José, Cássio Cunha Lima, Benedito de Lira e dos Deputados Luis Carlos Heinze, Júlio Cesar, Marx Beltrão, Fabio Reis, João Daniel, Padre João, Bohn Gass, Raimundo Gomes de Matos, Danilo Forte e Felipe Maia. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, os Deputados Marcon, Zé Silva, Zé Carlos e Raquel Muniz. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, Deputado Marx Beltrão, que procede à leitura do Relatório preliminar. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Zé Silva, Deputado Zé Carlos, Deputado Luis Carlos Heinze, Deputado João Daniel, Deputado Marcon, Deputado Bohn Gass, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador José Pimentel. Às doze horas e quinze minutos a Presidência suspende a reunião. Às onze horas e dezoito minutos do dia quatorze de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, a reunião é reaberta. A Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Marx Beltrão, que procede à leitura do Relatório. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Júlio Cesar, Deputado Zé Silva, Deputado Felipe Maia, Deputado Danilo Forte, Deputado Bohn Gass, Deputada Raquel Muniz, Deputado Evair de Melo, Senadora Fátima Bezerra e Senador José Pimentel. A Presidência concede vista coletiva à matéria. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da segunda, terceira e quarta reuniões, que são aprovadas. A reunião é suspensa às doze horas e quarenta e um minutos. Às onze horas e dezenove minutos do dia dezenove de abril, a Presidência declara reaberta a Reunião. A Presidência passa a palavra ao Relator para que faça suas considerações. Colocado em votação, o Relatório do Deputado Marx Beltrão é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira, pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade, pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência, e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 707, de 2015, bem como pela aprovação total ou parcial das emendas de nºs 001, 002, 003, 004, 005, 006, 010, 011, 012, 016, 017, 018, 019, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 043, 044, 045, 046, 047, 049, 050, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 061, 063, 065, 066, 067, 068, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 085, 086, 087, 088, 090, 091, 092 e 093, e pela rejeição das demais emendas, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A Presidência declara prejudicado o voto em separado do Deputado Evair de Melo. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidente**

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 2015, que trata da renegociação da dívida do setor rural e também do setor de transporte autônomo.

Sr^{as}s e Srs. Deputados, Sr^{as}s e Srs. Senadores, esta reunião tem como objetivo a apresentação, por parte do nosso Relator, Deputado Marx Beltrão, das emendas que poderão ser agasalhadas no seu relatório das indicações e sugestões que foram apresentadas nas diversas audiências públicas que esta Comissão realizou aqui, em Brasília, e em diversos Estados brasileiros, através da minha presença, em Pernambuco, com o Senador José Pimentel, e no Ceará também com ele; em Alagoas, com o Deputado Marx Beltrão, e com muitos outros Parlamentares que realizaram, em nome da Comissão, reuniões na Bahia, em Sergipe, no Rio Grande do Sul, em diversos Estados da Federação, procurando ouvir o setor rural brasileiro, para que possamos aproveitar esta oportunidade que a Medida Provisória nº 707 enseja e virar a página dessa renegociação, que permita, de fato, não só a quitação dos créditos por parte dos produtores rurais, mas que eles possam restabelecer a possibilidade de voltar a contratar, de investir nas suas propriedades, a fim de que possamos retomar o crescimento, gerar emprego e gerar renda.

Portanto, é com alegria que quero agradecer o apoio de todos os membros desta Comissão, a presença ativa e participativa nas diversas audiências públicas, o apoio que recebemos de governadores, de prefeitos.

Registro aqui a presença do Vice-Prefeito de Petrolina, Guilherme Coelho, que esteve presente em diversas audiências públicas, representando também o setor da fruticultura nacional.

Agradeço o apoio da nossa Confederação Nacional da Agricultura, da Contag, da Fetraf, de tantas e tantas instituições ligadas à questão do campo e que produziram importantes sugestões. O nosso Relator, o Deputado Marx Beltrão, vai ter a oportunidade de fazer esse comentário.

As emendas e as sugestões que poderão vir a ser agasalhadas foram distribuídas aos membros da Comissão. Passarei a palavra, na sequência, ao Deputado Marx Beltrão e já convoco uma reunião para a próxima semana, quando vamos apreciar o relatório, a apresentação do relatório, para deliberação e aprovação na Comissão, a fim de que a proposta tenha início de discussão, apreciação e votação na Câmara dos Deputados e, na sequência, no Senado Federal.

O Deputado Marx Beltrão, junto com o Deputado Júlio Cesar, coordenador da Bancada do Nordeste, têm feito diversos contatos com as autoridades do Governo Federal, notadamente no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e no Ministério da Fazenda.

Ele vai trazer essas informações para que o consenso não se dê apenas aqui, no âmbito do Congresso Nacional, onde esperamos, a partir do trabalho do Relator, conseguir o apoio de todos os partidos políticos para aprovação do relatório, tanto na Câmara quanto no Senado, mas estamos abrindo, como já tínhamos anunciado, um diálogo com o Governo Federal para que também possamos contar com a compreensão e com o apoio do Governo Federal para que esta medida provisória que vai ser convertida em lei possa também ter, digamos assim, a manifestação de apoioamento de sanção por parte da Presidência da República.

Portanto, com a palavra o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, estamos aqui, hoje, para que possamos fazer uma apresentação de um relatório preliminar, ainda não é o oficial para que possamos votar, mas tomei o cuidado de tentar atender às emendas feitas pelos Parlamentares e pelos Senadores, não só as emendas apresentadas, mas também as colocações feitas em todas as audiências públicas, tanto aqui, no Congresso como também nos Estados, nas audiências que foram realizadas com muito sucesso em cada um dos Estados em que foram feitas. Claro que como não é ainda o relatório final, esse relatório preliminar está sujeito também a alterações. Portanto, se algum Parlamentar quiser fazer uma colocação favorável ou contrária ao relatório preliminar, nós vamos anotar, vamos tomar as devidas precauções, para que possamos na semana que vem apresentar o relatório final para encerrar este assunto e, de certa forma, resolver o problema da dívida dos agricultores.

Amanhã, faremos uma reunião com o Governo Federal, quando deverá estar presente ou o Ministro da Fazenda, ou o Ministro da Casa Civil, ou o Ministro Berzoini, ficaram de me confirmar o horário e, quando eu souber, vou avisar a todos os membros da Comissão, se, porventura, alguém quiser participar. Como sugestão, eu queria pedir para que o Presidente da Comissão comparecesse, também o Senador Pimentel, que é o Líder do PT no Senado, o Deputado Júlio César, que é o coordenador da Bancada do Nordeste que também participasse dessa audiência que será realizada provavelmente amanhã e com horário ainda a se definir e com a definição de qual ministro vai participar dessa reunião, para que possamos discutir principalmente com a Fazenda os principais pontos.

Tentei colocar neste relatório preliminar todas as emendas, justamente para que possamos também ter um poder de barganha amanhã, já que a tendência natural do Ministério da Fazenda é tentar reduzir alguns assuntos que vamos abordar aqui.

Então, seria uma forma de termos uma barganha maior para negociar com o Governo e fazer um relatório que possa ser aprovado, não só aqui na Comissão, mas também em plenário, porque este é o nosso principal objetivo, e não só aprovar em plenário, mas também que não seja vetado, que seja sancionado.

Então, vou ler o relatório preliminar e, à medida que for avançando, se alguém quiser fazer alguma colocação, vamos fazendo.

O que deve constar no relatório? A lei específica para disciplinar a matéria, evitando conflito em sua aplicação a alterações inconsistentes. Desta forma, não tratarei de alteração das Leis nºs 12.844, de 2013, e da Lei nº 11.775, de 2008, mas incorporaremos grande parte das emendas para a criação de artigos e propostas específicas para disciplinar a renegociação e a liquidação das dívidas rurais.

Através de uma proposta de legislação específica, pretendemos disciplinar em relação ao Nordeste:

- 1) A forma de atualização da dívida e os prazos a serem cumpridos pelos produtores e instituições financeiras, de forma a evitar distorções normalmente praticadas quando não há regulamento. O

produtor terá o direito ao seu extrato da dívida para conhecer seu débito de forma que possa tomar a melhor decisão: renegociar ou liquidar.

2) O enquadramento diferenciado, nas faixas de descontos, para atender cooperativas, associações de produtores rurais, condomínios rurais e contratos grupais.

3) A suspensão das execuções em curso, das novas execuções, como propõe o texto original da Medida Provisória nº 707, de 2015, dos prazos processuais, das prescrições, inclusive para a Dívida Ativa da União, conforme proposta contida nas Emendas de nºs 12, 19, 23, 25, 28, 34, 73, 74, 81 e 82.

4) os instrumentos para a formalização da renegociação, de forma a priorizar aqueles constantes do Decreto-Lei nº 167, de 1967, como forma de reduzir os custos de formalização das renegociações. Quando a instituição financeira optar por escritura pública, poderá fazê-lo, com ônus para si.

5) A individualização dos contratos coletivos, grupais e de cooperativas, acolhendo as Emendas de nºs 31, 35, 57 e 78.

6) Autorizar a implementação de um seguro rural específico para garantir as operações renegociadas, por meio de ações e dotações orçamentárias do Ministério da Integração Nacional, conforme proposto pelas Emendas de nºs 31, 35, 57 e 78.

7) A remissão de dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$15 mil e saldo atualizado, em 31 de dezembro de 2015, de valor não superior a R\$10 mil, uma ótima iniciativa proposta pelas Emendas de nºs 32, 40, 43, 44, 58, 79 e 82, lembrando que já houve iniciativa dessa natureza na Lei nº 12.249, de 2010, no art. 69.

8) Autorizar a renegociação das dívidas, em substituição à proposta de instituição de linha de crédito com recursos do FNE ou do FNO, para liquidar dívidas anteriores, medida que exclui produtores com dívidas junto ao Banco do Brasil, que financia atividades no Nordeste e no Norte, assim como o Banco Basa, que também financia no Nordeste, mais especificamente, no Maranhão. A proposta de renegociação, atendendo ao que está proposto nas Emendas de nºs 19, 23, 28, 34, 73, 74, 81 e 82, permitindo a implementação das seguintes condições:

- Atende a dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2010, independentemente do valor contratado. O artigo 9º da Lei nº 12.844, de 2013, limita a R\$200 mil contratados originalmente.

- Bônus de adimplência na amortização de cada parcela a ser paga no novo cronograma, conforme quadro a seguir, que está na mão dos Srs. Deputados e Senadores, devidamente especificado.

- Novo cronograma para a amortização da dívida, vencendo a primeira parcela em 2021, seguindo até 2030.

- Taxa de juros, as mesmas estabelecidas pelo art. 9º, da Lei nº 12.844, de 2013, conforme o quadro a seguir, que se encontra também nas mãos dos senhores. Agricultores familiares, os demais produtores; os beneficiários dos grupos A e B; operação de valor até R\$10 mil e operação de valor acima de R\$10 mil. A taxa de juros seria 0,5% ao ano para o primeiro grupo; 1% ao ano para o segundo grupo; 2% ao ano para o terceiro grupo; e, para as cooperativas, associações e demais produtores, 3,5% ao ano.

É importante citar que os rebates contidos no artigo 8º da Lei nº 12.844, de 2013, apenas se aplicam no caso de liquidação da dívida e o artigo 9º da mesma lei institui linha de crédito com recursos do FNE e do FNO, estabelecendo rebate de apenas 15% com relação ao Semiárido, e 10% aos demais Municípios, apenas para as novas operações de valor contrato de até R\$35 mil.

9) Autorizar a liquidação das dívidas, ampliando o bônus para renegociação em 15%, para as dívidas contratadas até 31 de dezembro 2006, e de 10%, para as dívidas contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010, conforme quadro a seguir, que se encontra também nas mãos dos senhores, com o devido escalonamento bem detalhado nesse quadro. Ao adotar esse procedimento, estaremos acolhendo as propostas contidas nas Emendas nºs 1, 16, 17, 18, 33, 38, 41, 45, 54, 68, 73, 74, 76, 88 e 93.

10) Autorizar a renegociação das operações de crédito rural contratadas entre 1º/01/2011 e 31/12/2014, relativas a empreendimentos localizados no Semiárido e Municípios com decreto de emergência, adimplentes ou não, vencidas e vincendas, de forma a atender as propostas contidas nas Emendas nºs 30, 59 e 80.

11) Autorizar a renegociação de dívidas de operações agroindustriais realizadas por pessoas físicas e jurídicas com valor originalmente contratado de até R\$2 milhões, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Sudene, independente da fonte de recursos, acatando as propostas contidas nas Emendas de nºs 24, 27, 37, 39, 53, 55 e 77.

Para dar tratamento mais adequado às dívidas rurais inscritas na Dívida Ativa da União, de forma a atender ao Nordeste e ao Brasil, estamos incorporando no relatório a proposta contida as Emendas de nºs 4, 5, 6, 10, 26, 36, 52, 56, 72, 75 e 87, ampliando o prazo de adesão até 31/12/2017, ampliando os descontos para cada uma das faixas das dívidas, melhorando as condições de renegociação com a substituição da taxa Selic pela TJLP.

Benefícios para outras Regiões:

- 1) Para a Região Norte, além de viabilizar a renegociação de dívidas em condições semelhantes ao proposto no art. 9º da Lei nº 12.844, de 2013, não sob a forma de nova linha de crédito, mas renegociação direta com a instituição financeira oficial federal (Basa, BNB e Banco do Brasil S/A), estendendo as condições para dívidas contratadas até 31/12/2010, estamos propondo também a correção de erros do passado na metodologia de cálculo do Basa para operações anteriormente renegociadas, acolhendo as propostas sugeridas pelas Emendas de nºs 49, 50, 60, 85, 90 e 91.
- 2) Para a Região Centro-Oeste, resgatando o que já vinha sendo proposto pela Resolução nº 4.315, de 2014, do Conselho Monetário Nacional, também estamos propondo medidas que permitirão a produtores rurais dessa região, com dívidas contratadas com recursos do fundo constitucional do Centro-Oeste, regularizar suas operações, acolhendo as Emendas de nºs 61, 69 e 71.
- 3) Em relação às dívidas renegociadas da década de 90 (Securitização e Pesa) para as Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, estamos acolhendo propostas contidas nas Emendas de nºs 7, 9, 51, 62, 63 e 70, para permitir a liquidação antecipada e a regularização de parcelas vencidas, desde que contratadas com instituições financeiras oficiais federais.

Propostas dos caminhoneiros: apesar de a proposta contida na MPV 707, de 2015, ampliar o prazo de renegociação apenas para junho de 2016, mantendo limitado às operações contratadas até 2014, entendemos meritória e estamos avaliando a possibilidade de acolher as Emendas de nºs 46, 47, 65, 66, 86 e 92, ampliando o prazo de renegociação e estendendo a operações contratadas até 2015.

Cadastro Ambiental Rural: apesar de propor alteração apenas no art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, entendemos que estender o prazo de inscrição no CAR até 31/12/2017, com a possibilidade de ser prorrogado por mais um ano, é medida *sine qua non* para garantir a contratação de operações de crédito rural e das renegociações, desde que seja alterado o art. 28-A também da Lei nº 12.651, de 2012, por tratar de proibição da contratação de operações rurais, assim, o tema deixa de ser estranho à MP, pois, sem essa alteração, qualquer medida de renegociação perderá a eficácia. Assim, estamos avaliando a possibilidade de acolher as Emendas nºs 002 e 003, e, assim, atender também a uma necessidade do Ministério da Agricultura.

Subvenção aos Produtores de Cana-de-açúcar: também tem sido um tema recorrente, principalmente por fazer parte da fonte de recursos que esses produtores nordestinos terão para regularizar suas pendências relativas à dívida rural, reguladas por esta proposta de Medida Provisória, ou seja, muitos dependem do pagamento dessa subvenção para poder regularizar as dívidas, mas outros, não tiveram acesso à subvenção por ter seu nome inscrito no Cadin, por conta de dívidas rurais vencidas, sendo também necessário avaliar a possibilidade de acolhimento da Emenda nº 067, pois, estando associada à regularidade da dívida, não pode ser tratada como matéria estranha à Medida Provisória nº 707.

Outras propostas em análise:

- 1) Estamos avaliando a possibilidade de acolher ainda a Emenda nº 022, para tratar das empresas titulares dos projetos referidos no art. 5º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que obtiveram o certificado de implantação e não tiveram tempo hábil para se enquadrar no referido art. 5º, de forma a regularizar empreendimentos contratados no âmbito do Finor e do Finam.
- 2) Alguns temas foram abordados em reuniões da Comissão e nas audiências públicas que ocorreram, que também estão merecendo a nossa avaliação e a nossa atenção, muito embora não tenhamos, em alguns casos, emendas apresentadas para os referidos temas, ou então, quando há emendas apresentadas, o texto não atende ao que se pretende propor, além de outras propostas para as quais sequer foi apresentada proposta de redação, dentre as quais:
 - Limitação legal dos encargos a serem aplicados aos Fundos Constitucionais, de forma que não exceda ao menor juro praticado nas operações contratadas junto ao BNDES ou nos programas administrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tema abordado pelo Senador José Pimentel e pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, também Presidente dessa Comissão Especial, que apresentou proposta de sugestão para o tema.
 - Nos loteamentos e licitações promovidas pela Codevasf, há problemas com as taxas K1 e K2 além de dívidas oriundas da aquisição dos lotes que também precisam ser resolvidas, conforme sugeriu

o Senador José Pimentel, e que também estão sendo avaliadas, mas que não foram apresentadas pela Codevasf.

- Para atender à demanda de cooperativas da agricultura familiar, especialmente da Região Sul, conforme relatado pelo Deputado Bohn Gass, de forma a instituir linha de crédito com recursos do Pronaf, para permitir que cooperativas que tenham liquidado dívidas de seus cooperados possam refinanciar as mesmas, para não comprometer sua liquidez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Deputado Marconi também.

- Em relação ao crédito de assentados, a Emenda nº 064, do Deputado Beto Faro, para reabrir prazo constante do art. 4º da Lei nº 13.001, de 2014.

3) Enchentes na Região Sul provocaram prejuízos acima de 50% em aproximadamente 150 mil hectares cultivados somente no Estado do Rio Grande do Sul, conforme abordou o Deputado Luiz Carlos Heinze, sendo que proposta que traga solução para esses produtores também está sendo avaliada por esse Relator.

4) Problemas do setor de cana-de-açúcar também têm sido abordados pelo Deputado Sérgio Souza, uma vez que esse setor, por alguns anos, devido à depressão no preço dos combustíveis, amargou prejuízos, e não são poucas as indústrias que fecharam suas portas ao longo de pelo menos quatro anos. É um tema que também pretendemos abordar em nosso relatório.

5) A cafeicultura também tem apresentado elevado grau de endividamento. Muito embora os preços aparentem ser satisfatórios, o setor amargou prejuízos por um longo período, obrigando produtores a se endividarem. Esse tema também poderá ser abordado em nosso relatório.

São essas as considerações que tínhamos a fazer e as propostas que pretendemos acolher. Estamos abertos a todas e quaisquer sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Queria parabenizar o Deputado Marx Beltrão pelo seu exaustivo relatório, em que procurou de fato valorizar as emendas apresentadas, relatório que aponta para o acolhimento de muitas das reivindicações que foram colocadas nas audiências públicas. S. Exª precisou do apoio, do trabalho dedicado de toda assessoria da Comissão Provisória.

Quero destacar, de forma especial, o apoio do nosso companheiro Nelsinho, que se desdobrou nestes últimos dias para que pudéssemos chegar a essa proposta.

Estamos aqui, através do relatório do Deputado Marx Beltrão, fazendo uma proposta de encaminhamento do seu relatório final, que vai passar por uma negociação no Ministério da Fazenda, no Ministério da Agricultura e no Ministério da Casa Civil da Presidência da República.

Alimentamos a expectativa de que, na terça-feira, possamos construir não só o apoio dos partidos políticos no Congresso Nacional, mas, sobretudo, o apoio do Governo Federal, para que possamos avançar neste tema, que teima em não ser enterrado, sepultado. Temos de virar a página, para que possamos dar um alento a todo o setor rural do Brasil e, de forma particular, do Nordeste brasileiro.

Vou anunciar os Parlamentares inscritos. Para os que desejarem promover sua inscrição, vou voltar a circular a lista. Mas já estão inscritos o Deputado José Silva e o Deputado José Carlos.

O Deputado José Silva tem a palavra.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, agradeço-lhe a oportunidade. Quero ressaltar o trabalho que V. Exª fez como Ministro para a nossa querida Minas Gerais. Na época, eu era Secretário de Agricultura. Tivemos a sua grande parceria.

Jovem Deputado Marx Beltrão, componente da nossa Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, vi como V. Exª também analisou com toda a perspicácia as emendas que aqui apresentamos, emendas de vários Deputados, especialmente os ligados à agricultura familiar que estão aqui presentes.

Ressalto, principalmente, a competência daqueles que, para mim, são alguns dos maiores estudiosos sobre a questão das dívidas rurais, o Nelsinho e o Renato, que estão aqui.

Como extensionista da Emater de Minas, tenho acompanhado, há mais de duas décadas, essa dificuldade em que nossos agricultores se encontram. Às vezes, quando eu não estava aqui no Parlamento, eu emitia algumas críticas e achava que, na verdade, quem tinha de pedir o perdão da dívida não eram os agricultores. Quem tem de pedir perdão somos nós que elaboramos e construímos as políticas públicas que não atendem as necessidades da nossa agricultura. É claro que a nossa fábrica de produzir alimentos está ao ar livre. Então, quando chove muito, isso nos atrapalha; quando faz seca, isso também nos atrapalha. Além disso, há as pragas e as doenças.

Eu queria destacar aqui, Relator, as emendas que V. Ex^a acatou, as duas que apresentei. A primeira delas é a de nº 12, relativa ao prazo, que foi acatada. Quanto à de nº 11, mesmo ela não estando especificada no item 2.7, também estamos contemplados. É relativa à remissão das dívidas. É o item 2.7, Deputado Marx Beltrão.

Estudando o histórico das dívidas rurais, com dados do estoque do ano passado, comparando especialmente dados de um dos agentes financeiros, que é o Banco do Brasil, vemos que as dívidas de até R\$10 mil representam apenas 23% dos contratos, não chegando a 9,8% do valor das dívidas. Mas, quando olhamos também o que o Tesouro investe e gasta com os agentes financeiros, vemos que as dívidas rurais até R\$10 mil não chegam a 3,11% do valor. Então, se pegarmos o valor que chega a quase R\$500,00 por cada operação que o agente financeiro recebe todos os anos, uma dívida de cinco anos já estaria quitada. Então, isso geraria mais custo para o Tesouro do que transtorno para os agricultores.

Aqui, como único representante de Minas Gerais, quero dizer que estamos atendendo um contingente de quase 700 mil agricultores do nosso Estado de Minas Gerais. Tenho a certeza de que, com isso, principalmente num momento de crise, neste momento estratégico da vida democrática no Brasil, nós, V. Ex^a, que é o Relator, o Presidente e toda a nossa equipe estamos prestando um grande serviço não só a Minas, mas também à Nação brasileira.

Por isso, agradeço se forem acolhidas as duas emendas nossas relativas ao prazo e à remissão das dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado José Silva.

Com a palavra, o Deputado José Carlos.

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, quero cumprimentá-lo pela condução desta importante Comissão e me juntar a V. Ex^a nos cumprimentos que fez ao Deputado Marx pelo trabalho que tem realizado como Relator.

Eu dou um testemunho pessoal, Deputado Marx, pela construção que V. Ex^a tem feito, de forma democrática, atendendo todos nós e procurando, como o Presidente bem disse aqui, englobar no seu relatório o máximo possível das emendas que foram apresentadas.

Eu quero agradecer também por ter sido contemplado na minha Emenda nº 93, mas queria fazer um pedido a V. Ex^a: como não fiz um exame mais apurado com relação a essa proposta nossa de emenda, um pouco mais extensa, V. Ex^a, Presidente, poderia permitir que a gente fizesse esse exame e desse essa contribuição, que fosse possível, e até amanhã, com 24 horas, nós poderíamos fazê-la diretamente a V. Ex^a.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Com certeza.

O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA) – Eu quero agradecer e, mais uma vez, parabenizar esta Comissão pelo belo trabalho que está sendo realizado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Deputado Zé Carlos, com certeza aceitarei, sim, e aguardo até amanhã o senhor me mandar as informações necessárias para a gente tentar acrescentar no tema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com a palavra o Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, quero cumprimentar aqui o Deputado Marx, pelo trabalho que realizou; V. Ex^a, Senador, que fez essas oitivas em várias partes do Brasil; o Nelsinho, que já conhece esse assunto de longa data. Acho que faz já quase cinquenta anos que o Nelson trabalha esse assunto aqui, não é Nelson? (*Risos.*)

Acho que o Marcão nem era nascido quando o Nelson já trabalhava esse assunto.

Então, só faço menção à questão do cadastro, é importante, e eu vi aqui a sua colocação no relatório. Já existe o entendimento da Ministra Kátia Abreu e certamente o MDA também, o Deputado Bohn Gass e o Deputado Marcon vão concordar, porque isso aqui nós temos que ajustar. A própria Ministra Izabella, de uma certa forma, também já se mostra receptiva, apesar de que nós estamos insistindo para que os produtores daqui, até o dia 5 de maio, ainda façam o cadastro. Quem puder fazer, que faça. Mas eu sei que a sua região, Senador Fernando Bezerra, no Nordeste, assim como a Região Sul, principalmente o Rio Grande do Sul, são os mais atrasados hoje no Brasil. Acho que nós não vamos conseguir chegar até o dia 5 de maio com uma boa parte dos produtores nordestinos ou lá da Região Sul com o cadastro realizado.

Como V. Ex^a colocou aqui, Deputado Marx, os produtores vão ter dificuldade até para renegociar essas dívidas. Daqui a pouco, vamos abrir o prazo para renegociação e eles não vão conseguir porque não têm o cadastro. Por isso, é importante nós abrirmos essa questão do cadastro.

Só quero fazer um registro. Eu vi as demais emendas aqui, Nelson, Senador Marx... Deputado Marx. Estou chamando de Senador porque deve ser Senador pela próxima eleição, viu? (*Risos.*)

No item 8, a possibilidade de securitização com desconto, da Sec II Eu vi aqui que a securitização I tem a possibilidade de reabrir com desconto. E eu não vi na Emenda nº 8, Nelson, a questão da Sec II Acho que ajuda também. O prazo era até 2025. Nós já estamos em 2016. Temos sete ou oito anos. Aqueles que puderem liquidar com desconto, certamente... Eu acho que é importante até para o Tesouro poder arrecadar. Então, eu já vi a Sec I. Seria interessante a Sec II.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Luís Carlos.

Com a palavra, o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) – Sr. Presidente, é só para saudar todos e dizer que nós apresentamos emenda e temos debatido esse tema. Inclusive, quando era Deputado Estadual, tive o prazer de receber, em nome da chamada Subcomissão do Endividamento Agrícola, Marcon como Presidente e Padovani como Relator, que estiveram em Sergipe. Então, entregamos ao nosso Relator um relatório de uma audiência realizada no final do ano passado, muito representativa. Tive o prazer de ver, em Irecê, em uma audiência muito representativa. Ontem, estive também em mais uma. Se tiver algo novo, entregarei a V. Ex^a, Relator, Deputado Marx Beltrão, ainda hoje, no máximo hoje ao final da tarde, o que ouvimos em Itabaiana.

Nossas duas Emendas, nº 17 e nº 18, estão aqui acatadas. Gostaria de saudar e dizer que para nós é fundamental, especialmente para a Região Semiárida, buscar a solução definitiva dessa questão.

Tive o prazer de conversar rapidamente com o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Manoel Pires, com o qual V. Ex^a já tinha tido reunião. É importante o Ministério da Fazenda, a área econômica, junto com a Comissão, na MP nº 707, buscar o entendimento para que não haja veto e nós busquemos a solução definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, João Daniel.

Com a palavra, Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS) – Bom dia, Senador Fernando Bezerra! Quero saudá-lo pelos trabalhos e também fazer-lhe uma saudação, porque foi Ministro da Integração, esteve no meu assentamento lá, no Rio Grande do Sul, Município de Nova Santa Rita, e estamos executando aquelas redes de água que o senhor assinou na época. Então, quero fazer este agradecimento público.

Quero saudar o Marx Beltrão, por ter feito um pré-relatório com 93 emendas. Estivemos com a nossa assessoria várias vezes falando com a sua e eu com V. Ex^a.

A nossa demanda que temos falado aqui – tem uma em conjunto com o Bohn Gass, que, depois, vai explicar melhor – mais especificamente, já foi negociada no passado, sobre a cooperativa de crédito, CREHNOR, é repassadora dos programas do Governo, como o Pronaf. E, se o agricultor lá, na ponta, vence o contrato, não paga, o Banco do Brasil saca o dinheiro da conta corrente da cooperativa de crédito. Isso foi feito em 2003, 2004, até 2008. E, se não me falha a memória, numa das medidas provisórias, o Luís Carlos Heinze era o Relator na época, e foi colocado naquela medida provisória, só que foi mal redigido e, aí, hoje, a CREHNOR precisa ter o reembolso desse dinheiro, porque ela pagou para o Banco do Brasil. E é um recurso não muito elevado, em torno de R\$10 milhões, mas, para a cooperativa, é um volume muito alto, para o Governo é pouco.

Então, não sei com quem a minha assessoria poderia ver se está bem redigido, acho que está nessas 25 emendas, no art. 8º, porque é ali que muda, teríamos que ver. Já conversamos com a Fazenda, com o Berzoini, com o Ministério da Agricultura, com o MDA, então, a conversa está muito boa, só precisamos botar no papel, ver se está direitinho, mas, de antemão, Marx, quero agradecer a você e a sua assessoria, que sempre tiveram as portas abertas para discutirmos essa questão. Agora que está no final, teríamos que ver se está ajustada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Obrigado, Deputado.

O Deputado Marx Beltrão vai fazer uma fala encerrando a nossa reunião e comentará as diversas contribuições que foram trazidas aqui.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Senador, também quero fazer o agradecimento, e o comentário que quero fazer é que os dois motivos de haver dívida de agricultor, um era diretamente relacionado à pasta que V. Ex^a ocupava sobre o tema das sinistralidades. Íamos ao Ministério da Integração, e continuamos indo, hoje, com o outro Ministro, mas V. Ex^a nos atendeu sempre, ou com Prefeitos, ou com entidades, ou com Governadores, para realmente resolver.

O agricultor foi lá produzir, mas não é culpa dele se ele não produziu, se não pode honrar seu compromisso. E houve época em que não tínhamos o seguro agrícola que dava automaticamente a renegociação das dívidas junto com o agricultor. Então, era um lapso de tempo em que não havia uma política pública que resolvesse esse impasse, porque, hoje, em boa parte, já temos resolvido, temos um seguro agrícola de qualidade,

mas não foi por vontade daqueles agricultores que não foram pagas as contas. Esse é o primeiro ponto, e quero também fazer este registro ao seu trabalho como Senador.

Ao Deputado Marx, quero também dizer do reconhecimento. Somos de Estados diferentes, às vezes, não tem oportunidade de conversar, não é da mesma comissão temática, e, quando estávamos na mesma Comissão, vi o seu empenho, então, quero fazer esta referência positiva ao seu trabalho neste momento. Aos colegas Deputados, Senadores, assessoria, a equipe que está sempre atento, acompanhando de longa data esse tema das renegociações.

Esse é um ponto, que o agricultor não pode pagar, e o segundo, é a questão dos preços e políticas que acabam interferindo e não dando condições ao agricultor, quando faz, às vezes, uma boa safra, a honrar todos os seus compromissos. Então, geralmente são esses dois temas principais que sempre nos fazem refletir.

Eu queria apenas fazer duas observações, concordando com os colegas que já falaram aqui. Mas o meu assunto principal é o tema relacionado, neste momento, às cooperativas. Já está registrado no tema aqui, agradeço por essa inclusão, nas outras propostas em análise, onde já está registrada aqui que está em análise o tema que fui procurado por cooperativas de todo o País.

E o ponto 2.8 da sua proposta do pré-relatório, quando fala de autorizar a renegociação das dívidas, faz uma referência ao FNE e ao FNO e, na sequência, diz exatamente isto: atende a dívidas contratadas até 31/12/2010, que é a emenda que me foi apresentada sobre as demais cooperativas, independentemente do valor contratado. Porém, eu tenho a compreensão de que aqui está se referindo apenas a FNE e FNO. Então, eu queria lembrar que talvez aí vocês possam solucionar a proposta que tínhamos apresentado. Apenas para como sugestão, para ver se podemos apresentar ou ver como incorpora – eu apresento, depois, de novo, a emenda que veio depois, que pode ser incluída para trabalhar.

E, segundo, eu quero reforçar o que o Deputado Marcon colocou aqui, por último, Senadores e Deputados. Olhem o que aconteceu com os nossos agricultores. O agricultor vai à sua cooperativa de crédito, no caso específico da CREHNOR, trabalha e, por essas razões, como os demais agricultores, não consegue honrar seu compromisso. O agricultor, diretamente, frente ao banco, aguarda a possibilidade de uma renegociação da dívida dele. Aí ele está inadimplente, não vai pagar. No dia em que votamos aqui uma lei, ele vai ao banco, resolve a sua questão. Aqui, há um tema de isonomia, e o tratamento foi injusto e diferenciado para esses agricultores da cooperativa. Na cooperativa, o que aconteceu? Já que o banco se relaciona com repasses à CREHNOR, que é uma cooperativa que repassa recursos a agricultores, ela foi lá e – não vou usar a palavra confiscar – creditou do débito desses agricultores, que estavam aguardando.

Em várias situações aqui, todos nós votamos leis para beneficiar esse agricultor. Só que, antes de o agricultor poder ir ao banco e dizer que, dentro de tal lei, ele quer renegociar, ter o rebate, isso e aquilo, o banco já cobrou da CREHNOR em nome desses agricultores. Então, eu diria até que esses agricultores não tiveram um direito, que nós votamos no Congresso Nacional e que foi sancionado, atendido por essa demanda. O que acontece perante o banco? Está paga a conta? Está paga. E não há mais volta de discussão sobre isso. Em relação ao agricultor, na sua relação direta, quando ele optou em pagar, até vamos lá, mas, no caso específico, aqui não foi dada oportunidade para ele.

Eu queria apenas reforçar, Deputado Marcon – eu sei que V. Ex^a tem trabalhado muito nesse reforço –, e explicar bem esse aspecto, pois me parece que aqui está uma injustiça. O agricultor teve uma lei que o amparava, mas já havia tido o recurso retido pela cooperativa. Então, é justo que nós possamos ter essa equação, esse equilíbrio.

Apenas esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, encerrando as inscrições, o Senador Garibaldi Alves, nosso Relator revisor da Comissão Mista.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu também quero dizer da satisfação pelo trabalho que está sendo realizado pelo Deputado Marx Beltrão.

Na verdade, eu acabo de conversar com o Deputado Felipe Maia, que, como Coordenador da Bancada Federal do Rio Grande do Norte, me disse que as emendas da Bancada foram plenamente atendidas pelo Relator, diante da expectativa dos nossos agricultores, que eu não preciso dizer que é imensa.

Como Relator revisor, eu fiquei esperando que eu pudesse ser útil, mas, diante de um Relator tão profícuo, eu terminei, Sr. Presidente, sendo esquecido. O próprio Relator já fez um trabalho tão abrangente, com o acolhimento de 93 emendas, que eu acredito que ninguém vai procurar o Relator revisor depois disso. Eu ainda fiquei com esperança de que houvesse algum insatisfeito que pudesse dar vez ao Relator revisor, mas isso não aconteceu.

A Federação da Agricultura da Paraíba chamou atenção para um aspecto técnico, e até pedi a eles para produzirem uma observação.... Se a letra não for de médico.... É um pequeno histórico da renegociação iniciada

pela Lei nº 9.138, de 1995, chamada Lei de Securitização, que atingia dívidas até R\$200 mil. Posteriormente ao início da redução de 2.471, foi admitida a renegociação de débitos superiores a R\$200 mil. No Nordeste, entretanto, Sr. Relator, limita-se o valor a R\$100 mil. Por que esse corte em uma região tão carente?

É uma contribuição da Federação da Agricultura da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Antes de passar a palavra ao nosso Relator, vou conceder a palavra ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador José Pimentel, adiantando que, na sua ausência, o Deputado Marx Beltrão já informou uma audiência que vamos ter, amanhã, com o Ministro da Fazenda para a qual está convocando a sua e a nossa presença para que possamos também convencer o Governo Federal para o apoio a essa proposta preliminar que foi, aqui, hoje, apresentada pelo Deputado Marx Beltrão.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Sr. Relator, Deputado Marx Beltrão, nossos pares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras:

Quero inicialmente pedir desculpas por ter chegado já após a apresentação do parecer e a discussão feita pelos nossos pares. Ouvi o final da fala do nosso Senador do Rio Grande do Norte, nosso Garibaldi Alves Filho, que é também um profundo convededor desse tema. Estavamo todos na CAE. O Fernando Bezerra, nosso Presidente, na fase primeira, ajudou na discussão dos empréstimos do Piauí. Em seguida, tinha um do Estado do Ceará e eu não tinha como sair antes. Por isso, Sr. Presidente, peço aqui desculpas. Era também Relator de matérias naquela Comissão.

Quero registrar que, ao longo dessas audiências públicas, fizemos um conjunto de sugestões, recebemos um conjunto de proposições. Tive oportunidade de estar na audiência pública em Petrolina, no Estado de Pernambuco, e no Estado do Ceará. Não pude ir a Alagoas, porque era segunda-feira e eu tinha uma atividade pela manhã aqui.

Foi um conjunto de sugestões. A primeira delas é a prorrogação da Lei nº 12.844, de 2013, na sua globalidade, particularmente dos arts. 8º ao 11, e a inclusão de alguns segmentos que não foram ali contemplados, a exemplo do pessoal que foi estimulado a adquirir uma pequena propriedade e deixar sua atividade junto às EMATERs da Região Nordeste, os chamados prodesianos. Ao lado disso, também a inclusão no Semiárido nordestino de uma série de Municípios que são do Semiárido, mas, em 2005, infelizmente, foram excluídos.

Registro, aqui, que, na Medida Provisória nº 668, de 2015, foram incluídos Municípios do Ceará, da Paraíba e de Alagoas, o que foi objeto de veto, a pedido do Ministério da Fazenda. Por isso, essa reunião no Ministério da Fazenda é fundamental para que possamos evoluir. A motivação do veto dizia que era por efeitos econômicos, mas é uma região que, na maioria dos Municípios, não tem mais produção pelo efeito da seca.

Por isso, vou passar às mãos do nosso Relator essa matéria, já aprovada por unanimidade na Comissão especial da MP 668, na Câmara e no Senado, e houve um único Ministério que pediu veto. Aqueles que tratam dessa matéria não pediram veto, e é um dos itens que queremos ali abordar.

Há também um estudo técnico, feito pela Funceme, em 2011, sobre os Municípios do Estado do Ceará, e eu sei que há estudos técnicos também, por outras secretarias estaduais, para subsidiar essa matéria.

Por isso, Sr. Presidente, peço mais uma vez desculpa por ter chegado atrasado e pela paciência dos nossos pares. Vamos construir um bom texto. Quero estar no Ministério da Fazenda amanhã para participar desse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Agora, para encerrar a nossa reunião, para fazer as considerações sobre as intervenções dos Srs. Parlamentares, com a palavra o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Eu quero aqui agradecer a compreensão de todos os Deputados e Senadores que discutiram conosco durante todas as audiências realizadas aqui em Brasília e nos Estados; agradeço aos Deputados que aqui falaram.

Ao mesmo tempo, quero dizer a todos, tanto ao Deputado Zé Silva, ao José Carlos, ao Deputado Luis Carlos, ao Deputado João Daniel, ao Deputado Marcon, ao Deputado Bohn Gass, que todas as propostas e solicitações de mudanças, em qualquer área do texto, para que possamos fazer o relatório final, serão devidamente atendidas.

Eu queria também dizer ao Senador Garibaldi Alves, que é o nosso Relator revisor, que fui inteligente em conversar com seu filho antes de fazer o relatório. O seu filho é colega meu de Partido e meu amigo pessoal aqui no Parlamento, no Congresso. Eu perguntei a ele: como o teu pai pensa? Ele me contou, e eu pensei: vou fazer já no relatório de uma maneira que possamos facilitar os trabalhos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Nesse caso, funcionou o “tal pai, tal filho!”

Às vezes, não. (Risos.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – O Relator é bastante ajuizado!

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Quero agradecer também ao Senador José Pimentel e dizer que o que o senhor apresentou também já foi colocado no pré-relatório e vamos atender.

Ao mesmo tempo, quero dizer a todos o seguinte: amanhã, vamos fazer uma reunião com o Ministério da Fazenda. Ainda vamos confirmar o horário e o local. Tão logo eu seja informado do horário e do local, eu mandarei avisar no gabinete de cada um dos senhores, para quem quiser participar.

Mas, como disse aqui no começo da reunião, sugiro que o Presidente da Comissão esteja presente; que o Senador José Pimentel, como Líder do Governo, esteja presente também; que o Relator revisor também esteja presente, assim como o coordenador da Bancada do Nordeste, o Deputado Júlio Cesar – seria importântissima a sua presença.

Quero agradecer as palavras de todos, mas eu não poderia deixar de agradecer a ajuda que recebi do consultor designado pelo Casa, o Eduardo, que fez um trabalho belíssimo, está fazendo, junto conosco, para que construamos juntos esse relatório, assim como o Leonardo, que também, junto conosco, vem construindo esse relatório, a fim de que ele possa atender às demandas dos senhores e principalmente as do agricultor, que tanto espera de nós.

Agradeço também ao Nelsinho, que também está nos ajudando muito a construir esse relatório. Que ele possa ser aprovado não só aqui, na Comissão, mas, principalmente, em plenário.

Pimentel e Fernando Bezerra, o nosso maior trabalho vai ser agora convencer o Governo de atender às demandas, para que esse assunto, de uma vez por todas, seja resolvido em plenário e que não seja vetado pelo Governo.

Quero aqui agradecer desde já o trabalho feito pelo Senador Fernando Bezerra, que não faltou a nenhuma audiência, que foi ao meu Estado nos prestigiar e ver o quanto o agricultor alagoano está sofrendo e ansioso com esse tema.

Como eu disse na reunião passada, para a audiência pública de Alagoas, eu aluguei 1.200 cadeiras, e havia cerca de 300 pessoas em pé, porque não deu para quem quis. É muita gente, realmente, que está ansiosa para ver esse assunto resolvido.

Agradeço a todos.

Ao longo da semana, vamos terminar o relatório, para, na semana que vem, de acordo com a data que o Presidente designar, colocá-lo em votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Tendo em vista o excelente quórum que verificamos nesta reunião e nos valendo do Regimento do Senado Federal, declaro suspensa a presente reunião.

Marco a reabertura para o dia 12 de abril, às 11h, para aprovação do relatório do Deputado Marx Beltrão. Está suspensa a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 14 minutos do dia 05 de abril de 2016.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 707, de 2015.

A Presidência comunica que, no dia 5 de abril, o Relator, Deputado Marx Beltrão, procedeu à leitura do seu relatório preliminar. Antes de passar a palavra ao Deputado Marx Beltrão para que ele possa fazer a leitura do relatório, que já está disponibilizado aos membros desta Comissão, queria, mais uma vez, cumprimentar o Deputado Marx Beltrão, a Consultoria Legislativa e todos que se empenharam na construção desse relatório. Realmente um trabalho de fôlego, de dedicação e diria até mesmo de alguma ousadia porque estamos procurando afinar a posição desse relatório também em negociações com o Governo Federal. É uma matéria muito importante, que tem repercussões financeiras junto ao Tesouro Nacional.

Quero aqui destacar o cuidado e o zelo com que o Deputado Marx Beltrão tem promovido essa interlocução com os representantes do Governo Federal, notadamente com a Casa Civil da Presidência da República, que tem mantido reuniões com o Deputado e com a sua assessoria. Portanto, eu quero registrar o esforço e a competência com que o Deputado Marx Beltrão conduziu essas negociações.

Poderá não ser o relatório ideal, mas acho que estamos muito próximos do relatório possível, que poderá traduzir não só o apoio das lideranças políticas no Congresso Nacional, mas também o compromisso, que ainda não temos, mas estamos buscando construir, do Governo Federal de que efetivamente, em aprovado o projeto de conversão na Câmara e no Senado, não haja vetos aos dispositivos desse projeto de lei de conversão.

Portanto, com alegria eu passo a palavra ao nosso querido Relator, Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todos os Deputados e Senadores na pessoa do nosso Presidente Fernando Bezerra e ao mesmo tempo dizer que em todos os momentos em que nós tratamos aqui, em todas as discussões o Presidente Fernando Bezerra sempre agiu de forma imparcial, atendendo aos interesses de todos os membros da Comissão.

Antes de falar sobre o relatório, quero convidar para fazer parte da Mesa o Eduardo, que me ajudou muito a construir esse relatório, que é assessor da Câmara; e quero convidar também o Nelsinho, outra pessoa que muito me ajudou a construir esse relatório, para que também se sente à mesa.

Eu quero, de uma forma bem especial, agradecer a todos que se debruçaram para nos dar as informações necessárias para que pudéssemos construir esse relatório. Agradeço à CNA, aos conterrâneos de Alagoas, o meu Estado, na pessoa do Chico da Capial, que está aqui presente e também lutou muito para que chegássemos no dia de hoje com esse relatório construído. Ao mesmo tempo, agradeço também ao Deputado Júlio Cesar, que é o Presidente da Frente Parlamentar do Nordeste, que também me ajudou muito na construção desse relatório, para que pudéssemos chegar aqui no dia de hoje.

Quero aqui dizer que na reunião passada nós dissemos aqui, na apresentação do relatório preliminar, que teríamos um diálogo no outro dia, quarta-feira, com a Fazenda e com a Casa Civil, e quero aqui registrar que em momento algum a Fazenda conseguiu sentar conosco, por questão de tempo, acredito eu pelo momento que estamos vivendo no País, mas o Secretário-Executivo da Casa Civil se reuniu conosco, deu as orientações necessárias que precisávamos para fazer algumas mudanças no relatório preliminar, para que pudéssemos ter aprovação e sanção presidencial.

Ontem à tarde, o Deputado Júlio Cesar, em meu nome, esteve pessoalmente com a Presidente da República e com o Chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, quando chegaram a alguns entendimentos, e ainda à noite tivemos que mudar algumas coisas do relatório, para que pudéssemos ter aprovação e atender especificamente ao texto original no que trata do Nordeste e no que trata também dos caminhoneiros.

Então, eu vou ler aqui algumas partes do relatório. Não vou lê-lo todo, porque são muitas páginas, são muitas partes, está nas mãos de todos os Srs. Deputados e Senadores, mas algumas coisas precisam ser ditas e lidas.

Originalmente, a medida provisória possui apenas três artigos. O primeiro amplia, até 30 de junho de 2016, o prazo para o BNDES refinanciar contratos de financiamento destinados, entre outras finalidades, à aquisição e ao arrendamento mercantil de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos mecânicos, reboques, semirreboques incluídos os tipo Dolly, tanques e afins, carrocerias para caminhões novos e usados, sistemas de rastreamento novos, seguro do bem e seguro prestamista.

O art. 2º altera dispositivos da Lei nº 12.844, de 2013, com os seguintes objetivos:

– ampliar, até 31 de dezembro de 2016, a suspensão do prazo de prescrição das dívidas das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R\$100.000,00 (cem mil reais), referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), contratadas até 31 de dezembro de 2006;

– determinar que as operações de risco da União, enquadradas no art. 8º da referida Lei, não devem ser encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2016;

– suspender, até 31 de dezembro de 2016, o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis no mesmo dispositivo;

– suspender, até 31 de dezembro de 2016, o prazo de prescrição das dívidas oriundas de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ou das instituições financeiras federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, que estiveram em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012; e

– suspender, até 31 de dezembro de 2016, o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis no artigo 9º da Lei nº 12.844, de 2013.

No decorrer do prazo regimental, foram oferecidas noventa e três emendas à medida provisória, que ampliam os benefícios concedidos e o público alcançado pelos dispositivos da medida provisória ou promovem alterações em outros dispositivos legais, conforme relação a seguir, que são todas as emendas apresentadas pelos Deputados e Senadores.

No que tange à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, manifesto-me pela admissibilidade da Medida Provisória nº 707, de 2015. Voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da Medida

Provisão nº 707, de 2015. Quanto à técnica legislativa, entendo atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 6 de fevereiro de 1998.

No que tange à adequação financeira e orçamentária, voto pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 707, de 2015, assim como das emendas acolhidas.

Sobre o mérito da questão, como Parlamentar nordestino e convededor das amarguras decorrentes dos longos períodos de estiagem, relato a Medida Provisória nº 707, de 2015, com a certeza de que as medidas adotadas por esse diploma legal são importantes para amenizar o sofrimento por que passam milhares de agricultores familiares dessa região. Esses agricultores, além de enfrentarem queda na já reduzida renda, não conseguem honrar seus compromissos financeiros, colocando em risco suas propriedades rurais e meios de sustento.

As alterações promovidas pela Medida Provisória em análise são louváveis, porém insuficientes frente aos gravíssimos problemas enfrentados pelos produtores da região, causados, principalmente, pelo longo período de seca dos últimos anos.

Tais medidas são imperativas e urgentes, pois ajudam os transportadores rodoviários de carga e possibilitam melhores condições para o refinanciamento das dívidas rurais dos agricultores atingidos pela grave seca que persiste na região.

Entretanto, acredito que as ações previstas na MP em tela possam ser aprimoradas e ampliadas. Em decorrência da estiagem prolongada que afeta a região do Semiárido Nordestino, muito produtores rurais encontram-se incapazes de quitar financiamentos bancários adquiridos em anos anteriores.

O cenário para a grande maioria dos produtores é desolador, uma vez que muitas dessas dívidas estão em execução fiscal e bancária e os leilões de pequenas propriedades rurais hipotecadas em garantia continuam a angustiar essa população sofrida, tirando o sossego daqueles que temem perder suas moradias.

Essa situação contribui para redução do valor das terras, considerando que os compradores preferem aguardar os leilões, com o objetivo de arrematar as propriedades por valores ainda menores.

Entre 2010 e 2015 foram sancionadas pelo menos seis leis e publicadas vinte e duas resoluções do Conselho Monetário e vinte e duas resoluções do Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de prorrogar vencimentos de parcelas, conceder perdão de dívidas de até dez mil reais, conceder rebates que chegam a 85% de liquidação de pequenas dívidas, instituir linhas de crédito para liquidação de dívidas sem descontos, além de normas específicas para a prorrogação das dívidas. Mesmo com todas essas ações e a plena vigência da Lei nº 13.001, de 2014, e da Resolução nº 4.315, de 2014, o montante elevado das dívidas, associado à situação atual dos devedores, agravada pela seca que assola a região, justifica a baixa adesão às medidas até então implementadas.

Cabe ressaltar que as condições apresentadas pelas medidas que vinculam os benefícios às liquidações das dívidas impõem diversas restrições que podem ser enumeradas.

1- exclui produtores considerando apenas o tamanho da dívida, não levando em conta o seu porte e sua capacidade produtiva atual;

2- não condiz com a realidade regional, ao excluir Municípios que não se encontrem na área delimitada do semiárido e aqueles que não decretaram estado de emergência;

3- exclui fontes de financiamento, como se a estiagem escolhesse incidir nas propriedades onde a atividade financiada contou com recursos de algum fundo ou de fontes públicas.

Essas e tantas outras restrições tornaram as medidas ineficientes e insuficientes para solucionar de forma definitiva esse problema que se arrasta há vários anos, talvez por terem sido adotadas com base em fatores econômicos, associados aos seus impactos nas contas públicas, seja para fundos constitucionais, seja para o Tesouro Nacional, sem se levarem em conta as dimensões social e econômica que a seca e a dívida representam para a região.

Por esses motivos, diversas emendas foram acolhidas, integral ou parcialmente, e ajudaram na construção do texto do Projeto de Lei de Conversão que entendemos necessário apresentar.

Também foram realizadas reuniões de audiência pública com representantes dos produtores e do governo nas cidades de Petrolina (PE), Fortaleza (CE) e Arapiraca (AL). Naquelas ocasiões, sugestões foram apresentadas, sendo algumas acolhidas e inseridas no texto do Projeto de Lei de Conversão proposto por este Relator.

Consideramos de extrema importância todas as sugestões apresentadas pelos ilustres Parlamentares. No entanto, atendendo às determinações legais e regimentais, somente é possível aproveitar aquelas que tratam direta ou indiretamente de temas pertinentes ao conteúdo da Medida Provisória em análise. Neste sentido, as sugestões foram compiladas, sendo atendidos, entre outros, os seguintes pontos:

– na parte que trata dos caminhoneiros, alteração da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, para incluir os contratos firmados até 31 de dezembro de 2015 entre os passíveis de renovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Além disso, altera-se o prazo para formalização das opera-

ções de refinanciamento para o dia 30 de dezembro de 2016, além de incluir os associados de cooperativas de transportes entre os beneficiários do refinanciamento;

– na parte que trata da agricultura, propomos alteração de prazo de suspensão da prescrição das dívidas de que trata o *caput* do art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para o dia 31 de dezembro de 2017;

– alteração de prazo para não inscrição das dívidas de que trata o *caput* do art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, na Dívida Ativa da União - DAU, para o dia 31 de dezembro de 2017;

– suspensão, até 31 de dezembro de 2017, do encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis no art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013;

– alteração do *caput* do art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para autorizar a concessão de rebate para liquidação, independentemente das fontes dos recursos, para operações contratadas até 31 de dezembro de 2010, observadas determinadas condições, com o rebate chegando a até 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado;

– ampliação da autorização para concessão do rebate, para incluir as operações contratadas com recursos do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE) por meio de repasse da instituição financeira administradora;

– autorização para a adoção de outras medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas na Dívida Ativa da União – DAU, possibilitando, inclusive, a remissão de dívidas contratadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, cujo saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2015 seja de até R\$10.000,00 (dez mil reais);

– preocupação especial com a situação dos produtores da Região Nordeste, estabelecendo tratamento diferenciado aos devedores das regiões afetadas pela estiagem prolongada, em especial no que se refere à inscrição na Dívida Ativa da União (DAU);

– concessão de remissão das dívidas recalculadas nos termos do art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações de um mesmo mutuário, cujos saldos devedores somem até R\$10.000,00 (dez mil reais), em 31 de dezembro de 2015, estabelecendo uma série de condições;

– adoção de medidas pontuais aplicáveis aos empreendimentos situados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e na Região Centro-Oeste, com foco nas operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FCN) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), possibilitando a renovação dos prazos já previstos no artigo 9º da Lei nº 12.844, de 2013, e na Resolução nº 4.315, de 2014, do Conselho Monetário Nacional;

– concessão de dispensa da obrigação, pelos mutuários, de apresentar qualquer tipo de certidão negativa de débito para a formalização da renegociação de dívidas prevista na Lei;

– promovem-se alterações na Lei nº 12.999, de 18 de junho de 2014, mais precisamente no inciso III, do parágrafo único do artigo 10 e no *caput* do artigo 11, considerando-se que a dispensa de comprovação de regularidade fiscal sem a dispensa de apresentação da Certidão Negativa do Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (Cadin) tem prejudicado o recebimento da subvenção da cana-de-açúcar. Uma vez que são estabelecidos mecanismos para a renegociação de dívidas rurais inscritas na DAU, esta medida também é necessária para efetivação dos mecanismos propostos no Projeto de Lei de Conversão. Acrescente-se que a referida matéria é correlata ao texto da MPV nº 707, pois, sem a renegociação desses débitos, os produtores não poderão ter acesso à subvenção, a ser utilizada inclusive na liquidação dessas dívidas ou na formalização dessas operações;

– prorrogação do prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), propondo a alteração do art. 78-A da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, alterando para 31 de dezembro de 2017 a data-limite na qual a inscrição no CAR será obrigatória para concessão de crédito rural. Essa medida é necessária para possibilitar o acesso ao crédito e ao refinanciamento aos devedores que não estejam cadastrados no CAR;

– dispensa, para formalização da renegociação de que trata a Lei nº 12.844, de 1º de julho de 2013, a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados com o Setor Público (Cadin) e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

Nesses termos, o Projeto de Lei de Conversão que propomos aproveita, no todo ou em parte, o conteúdo de diversas emendas e sugestões apresentadas, contando, ainda, com emendas inseridas por este Relator.

Com base em todas as emendas que foram aqui apresentadas, 93 no todo, das quais 10 emendas não tinham a ver com a dívida ou o tema, então, das 83 emendas que tinham a ver com o tema, 73 emendas foram acolhidas parcialmente ou na sua totalidade.

Quero também dizer que todas as emendas que não puderam ser atendidas neste relatório, para não prejudicar o conteúdo desta MP, foram repassadas à Casa Civil para que pudessem ser analisadas e tratadas

através de outra medida provisória em outro momento. Inclusive, algumas emendas foram mandadas para a Casa Civil já com o texto pronto, conforme sugestão da assessoria da Câmara.

Sobre o projeto de lei de conversão, todas as 73 emendas acolhidas foram incorporadas à Lei 12.844, justamente porque apresentaram correlação com a MP e estão dentro do projeto de lei de conversão.

Era o que tinha a dizer.

Deixo agora nas mãos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Marx Beltrão.

Queria pedir a compreensão dos Parlamentares que já estão inscritos para abrir este debate oferecendo a oportunidade para que o Deputado Júlio Cesar pudesse se manifestar. Como Coordenador da Bancada do Nordeste, ele teve, como aqui já foi mencionado pelo Deputado Marx Beltrão, um papel destacado na articulação não só dentro do Congresso Nacional, mas sobretudo com o Governo Federal, para que pudéssemos chegar a este ponto de vivermos a expectativa de fazer avançar este projeto de lei de conversão.

Com a palavra, o Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI) – Obrigado, Presidente.

Sr. Relator, Deputado Marx Beltrão, senhores e senhoras membros desta Comissão, nós somos Coordenador da Bancada do Nordeste e, ao sermos eleitos, fizemos uma enquete sobre as maiores prioridades da nossa região.

A nossa região é constituída de 9 Estados, tem uma população de 55 milhões de habitantes e representa menos de 14% do PIB. A região convive, a cada 10 anos pelo menos, com 6 ou 7 secas, são as instabilidades climáticas mais certas que conhece o Nordeste. Nós estudamos por muito tempo esse problema – estamos há 10 anos estudando o problema do Nordeste.

Para chegarmos a este texto, nós, como Coordenador da Bancada, nos reunimos diversas vezes com os coordenadores estaduais – aqui vejo Felipe Maia, um deles, do Rio Grande do Norte. Nós nos reunimos com todos os presidentes de federações de agricultura do Nordeste. Nós estivemos várias vezes com os coordenadores e com os presidentes. Estivemos com os bancos que administram os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste – o BNB, no Nordeste; o Banco do Brasil, no Centro-Oeste; e o Basa, no Norte. Nós estivemos diversas vezes com os ministros da área econômica, principalmente com o Ministro da Fazenda – estivemos com o Levy quando concluímos o nosso texto e, logo depois, já pela quinta vez, com o Ministro da Fazenda Nelson Barbosa. Nós estivemos com a Presidente da República, com o Ministro Jaques Wagner, com o Berzoini, estivemos diversas vezes com a Ministra da Agricultura – inclusive vou estar com ela logo depois que sair daqui. Estivemos também com associações de produtores de vários Estados do Brasil, mas do Nordeste principalmente.

O que fizemos aqui? Primeiro: por que nenhuma negociação deu certo? Porque não se estudou o problema como um todo. Nós estudamos todos os problemas, o problema do pronafiano mini, pequeno, médio e grande produtor, nós estudamos as instabilidades climáticas, nós compararmos o Nordeste com as outras Regiões, nós compararmos os encargos de cada banco que administra os fundos constitucionais, nós compararmos também os diversos normativos já editados, ineficientes.

Levantamos que só o Nordeste tem 1,1 milhão de contratos, mais de 1 milhão de agricultores, principalmente pequenos, que estão inadimplentes. O nordestino é caloteiro? É não. Quando ele perde uma safra, como é que vai pagar a seguinte? A cada dez anos ele perde pelo menos seis.

Estudamos as condições de negociação, o Pesa, o securitizado, a DAU (Dívida Ativa da União), a conversão das debêntures em ações pela medida provisória de 2001 – e as empresas conseguiram, dentro do prazo da medida provisória, o certificado de implantação, e o tempo passou, e não houve tempo de conversão das debêntures em ações. Nós estudamos todos os problemas nordestinos. A repercussão... Inventaram aí que ia impactar as contas públicas, aqueles que queriam tapear. Eu disse: "Não impacta. Os fundos constitucionais, uma vez saídos do Tesouro Nacional, jamais voltarão aos cofres públicos."

Levantamos aquilo que já foi debitado no próprio patrimônio do FNE, que foram 8 bilhões, e 350, já foram debitados. Peguei esses dados lá, no Banco do Nordeste, com quem nós tivemos umas três reuniões, com toda a diretoria do banco. E todos os bancos desejam que isso aconteça. Por quê? Porque impacta seus balanços.

Está aqui o Senador Pimentel, que conhece muito bem essa matéria. E nós acabamos com aquela limitação de Semiárido. No caso do Nordeste, nós colocamos o Semiárido todo, mais toda a abrangência da Sudene. Porque quando há seca, a outra área, que não é Semiárido, também sofre, como também, em colocando a abrangência da Sudene, teve que entrar o Vale do Jequitinhonha, aqui em Minas Gerais, e aquela parte do Espírito Santo.

Tudo isso nós fizemos, com o apoio deste grande consultor, que é o Nelsinho, da CNA. Estivemos também com as federações de produtores de vários Estados, dos pequenos produtores, a Fetag, então nós estudamos o problema como um todo.

E uma coisa que eu tive o cuidado de fazer e dei orientação, como sugestão, como coordenador da Bancada – quem fez tudo foi esse grande Relator, Marx Beltrão –, foi tirar a palavra... Qual foi a palavra que nós excluímos? “Perdão”, foi a palavra “perdão”. Não se fala em perdão. Nós queremos ter a condição de pagar, todos os agricultores. E aqui foi colocado um prazo de dez anos para pagar, pagando 10% de entrada e o restante, 10% a cada ano. Fazendo tudo isso, gente, dá para resolver o problema dos agricultores.

Todos os bancos têm interesse em que isso aconteça. O Governo hoje já tem interesse, porque a renúncia não é renúncia, o impacto no patrimônio dos bancos, através do patrimônio dos fundos, que são administrados pelos bancos, é no máximo de 6 bilhões, para 1,1 milhão de agricultores. E não sai nada das contas do Governo.

Então, dizendo tudo isso – eu já estou até abusando da paciência dos Srs. Deputados e Senadores –, eu acho que é o melhor que pode acontecer para a agricultura brasileira, principalmente das três regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com algumas excepcionalidades destacadas pelo nosso Relator – por sinal, muito dedicado; está muito bom esse relatório, eu não assisti à sua leitura, mas já tinha conhecimento do seu conteúdo. E eu, como Coordenador da Bancada do Nordeste, peço apoio de todos os membros desta Casa para que se aprove esse normativo, que é a solução definitiva na renegociação do passivo dos agricultores do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Parabéns, nosso Coordenador da Bancada do Nordeste, Deputado Júlio Cesar.

Na sequência, está inscrito o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador José Pimentel, e o Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) – Eu queria só fazer uma sugestão. Permite-me uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Pois não.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) – Parece-me que o Senador José Pimentel, Líder do Governo, vai pedir vista. Eu queria fazer uma sugestão. Temos aqui uma quantidade muito representativa de lideranças de várias regiões do País, e o relatório está com tanto conteúdo que pediria, se ele pudesse, se fosse pedir vista, que nos permitisse pelo menos debater, os que estão inscritos, e que o Senador, que é um grande inspirador dessas articulações, pudesse falar por último e até pedir vista. Poderíamos fazer esse acordo, até porque tem muita gente que veio de vários Estados ávida por debater e nós temos sugestões, talvez, importantes para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – O Senador José Pimentel concordou, anuiu, apoia a sua sugestão, Deputado Zé Silva.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) – Não era por isso, viu, Senador? Obrigado. É porque eu era o primeiro falar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Antes de oferecer a palavra a V. Ex^a, o Relator, Deputado Marx Beltrão, me pede para fazer aqui um comentário sobre um dos pontos que nós brigamos muito para entrar nesse relatório, eu e o Senador José Pimentel. Trata-se da fixação dos juros para o Fundo Constitucional do Nordeste, o FNE.

A gente vivenciou, no final do ano passado, a elevação dos juros do FNE em mais de 80%. Fizemos uma briga aqui no Congresso Nacional e isso foi reduzido, mas ficou ainda... Aprovamos um decreto legislativo para suspender uma decisão do Conselho Monetário Nacional, pela primeira vez na história do Congresso Nacional. Ainda assim, a redução dos juros do FNE não veio de forma adequada.

Por isso o Deputado Marx Beltrão agasalhou no seu relatório, eu queria que todos prestassem atenção, o art. 7º do Projeto de Lei de Conversão, porque traz uma grande novidade. Primeiro, os juros e os encargos não poderão ultrapassar os juros e os encargos fixados pelo BNDES e, em cima desses juros e desses encargos, se cria a figura do redutor, do coeficiente de desequilíbrio regional. Esse redutor será aplicado às taxas do BNDES, porque a razão do Banco do Nordeste é promover o equilíbrio regional. A razão do fundo constitucional é estimular os investimentos na Região Nordeste, que é uma Região muito, muito pobre. O coeficiente, conforme sugerido através do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento domiciliar *per capita* do Nordeste hoje corresponde a 60% do rendimento domiciliar *per capita* da média brasileira. Portanto, em cima dos encargos do BNDES para linhas de capital de giro ou para linhas de investimento para capital fixo, deverá ser aplicado um redutor que hoje seria da ordem de 40%.

Portanto, essa é a grande novidade e eu não poderia deixar de manifestar aqui a minha alegria pelo fato do Relator ter acatado e ter introduzido isso nesse projeto de lei de conversão. Atende a expectativa de todo o Congresso Nacional, uma deliberação que foi unânime no Senado Federal, que foi esse decreto legislativo.

Eu acho que esse é um dos pontos altos do relatório, no sentido de que a gente possa fazer valer a decisão do Constituinte de 1988, que era, e é, transformar o nosso Banco do Nordeste não em um banco financeiro, não em uma instituição financeira qualquer ou comum; ele é o banco de promoção do fomento às atividades de investimento numa região que precisa avançar, que precisa crescer e se desenvolver.

Com a palavra, devolvo, o nobre colega, Deputado José Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) – Sr. Presidente, o Relator não ia falar, não é?

Quero inicialmente, mais uma vez, destacar a competência do Relator e da equipe – cumprimento o Eduardo também, o Nelsinho – e dizer que realmente, como disse o Deputado Júlio Cesar, nós estamos nos sentindo contemplados em Minas Gerais. São 188 Municípios, talvez uma área maior do que a de alguns dos Estados do Nordeste. O Presidente, que foi Ministro, conhece muito bem nossa realidade.

O segundo ponto. Quando o Relator destaca as políticas públicas, citou quatro pontos, três pontos na p. 8, excluindo produtores, não condizendo com a realidade regional, excluindo fontes de financiamento. E eu queria sugerir mais uma.

Para nós, eu e o Deputado Bohn Gass, que temos uma luta, Deputado Evair, na extensão rural, um dos pontos que também leva ao insucesso é a falta de assistência técnica. Então, além desses três pontos, eu queria sugerir que colcassem um quarto, porque eu acho que a gente começa a criar a cultura aqui na Casa, no Senado, na Câmara dos Deputados, e esse tema precisa ser prioridade. Onde há assistência técnica, já está claro que a gente sai de uma renda, Deputado Marx Beltrão, de R\$368 para R\$600, um empreendimento com que praticamente se dobra a renda. E reduz esses riscos.

Quando fez isso, V. Ex^a disse também que aquelas emendas que não foram acatadas, vocês encaminharam à Casa Civil. Eu queria encaminhar um pedido. Inclusive estou aqui ao lado do Relator da lei que criou a Anater. A Anater já foi criada há três anos e está sobre a mesa do Ministro do Planejamento, apenas para fazer a validação – não sei se a palavra técnica é essa –, para que aprove o contrato de gestão da Anater com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Porque, senão, a Anater existe, tem sua diretoria nomeada e não tem dinheiro para pagar nem o salário do presidente. Ela existe, era um grande sonho, e está em estado de penúria.

Então, para mim, com todo respeito a esses três pontos, a principal falha das políticas públicas brasileiras, que levam ao insucesso, é a falta de assistência técnica.

E para concluir, queria destacar aqui, mais uma vez enaltecedo, quatro pontos fundamentais. O primeiro: a questão do Cadastro Ambiental Rural, que resolve, nós já estivemos com a Ministra do Meio Ambiente, mesmo que a gente consiga ter 70% das propriedades feitas. A questão dos caminhoneiros, produtores rurais. Na nossa Minas Gerais, o perímetro irrigado. E a questão do K1 e K2. Que nós nos empenhássemos muito. Não é matéria que não esteja afeita a isso.

Cumprimento o Nelsinho, com quem discuto esse assunto há mais de vinte anos.

Presidente e Relator, é a primeira vez que eu vejo esse tema ser colocado com tanta convicção e tanta propriedade e de forma tecnicamente viável.

Então, eu queria agradecer e cumprimentar. Podem ter certeza de que os perímetros irrigados terão uma solução muito importante para a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Eu queria subscrever as palavras do Deputado Zé Silva em relação ao K1, a animação que existe em todos os perímetros do DNOCS, da Codevasf, em relação ao tratamento que o Deputado Marx Beltrão deu a essa questão.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. FELIPE MAIA (DEM - RN) – Quero, inicialmente, cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Fernando Bezerra, que conduziu com tanto equilíbrio e competência os nossos trabalhos.

Quero cumprimentar o nosso Relator Marx Beltrão pela sua sensibilidade ao elaborar o seu parecer, entendendo a necessidade de uma região que, apesar de ter quase 28% da população brasileira, produz apenas 14% das riquezas do nosso País.

Aí eu peço desculpas aos Senadores e Deputados de outras regiões, mas eu diria que um dos povos mais valentes e trabalhadores do Brasil é o povo nordestino. Um povo muito sofrido, mas muito trabalhador. E se produz apenas 14%, ou 13,8%, do nosso PIB, é por questões externas à vontade deles, como a falta de chuva, estiagem, no momento em que ele espera fazer a colheita da sua plantação e aquela colheita não vem. A chuva não vem e, com isso, não há forma de tirar a sua sobrevivência e muito menos de arcar com as dívidas, o que, tenho certeza, constrange o povo nordestino e o povo da agricultura e pecuária da nossa região.

Quero aqui ressaltar o trabalho de um colega coordenador, que, sem sombra de dúvida, é um exemplo para todos os Deputados desta Casa. Refiro-me ao Deputado Júlio Cesar, um dos grandes condecorados dessa matéria, um dos grandes estudiosos. Nunca vou esquecer que, no dia 31 de dezembro de 2015, eu estava

no Rio de Janeiro com a minha família, recebi um telefonema do Deputado Júlio Cesar. Ele me questionava se eu estava em Brasília porque ele tinha uma reunião com a equipe econômica para negociar parte desse texto. Eu brinquei dizendo: Deputado, eu acho que está na hora de V. Ex^a ir ao Piauí, seu Estado, porque vai acabar arrumando um problema familiar na sua casa. E ele disse: "Vou tentar pegar o voo a Fortaleza." Ele é do Piauí, mas passou o Réveillon na sua terra, Senador Pimentel, e correu para ver se passava a virada do ano, ou seja, isso é um exemplo para esta Casa.

Eu não poderia deixar de ressaltar aqui o trabalho incansável desse colega, companheiro de tantas lutas em defesa do povo do Nordeste. Agradeço a V. Ex^a pela sensibilidade.

E aqui, em nome da minha Bancada, da Bancada do Democratas, agradeço pelo acolhimento de tantas emendas: a Emenda nº 19, de minha autoria; a Emenda nº 25, de autoria do Líder Mendonça Filho; as Emendas nºs 49, 50 e 52, do Senador Ronaldo Caiado, que não pôde estar aqui presente, mas, nas minhas palavras, agradeço a V. Ex^a a sensibilidade.

Quero ressaltar três pontos no seu relatório que mostram o sucesso desse nosso parecer. Primeiro, a flexibilidade das fontes de recurso que V. Ex^a acolheu no seu relatório. Antes, limitado a algumas fontes de recurso, V. Ex^a coloca: "independente das fontes de recurso". Será muito importante para a renegociação das dívidas dos produtores rurais. Depois, os valores devidos, que antes eram limitados a R\$200 mil e V. Ex^a, no seu parecer, estende esse valor além dos antigos R\$200 mil. E a parte dos rebates, que está também contemplada em seu parecer.

Portanto, Deputado Marx Beltrão, eu só tenho aqui que elogiar o seu trabalho, a sua sensibilidade, a sua interação com os Deputados que o procuraram ao longo do trabalho desta Comissão, pedindo que V. Ex^a visse algumas emendas e debatesse o conteúdo, para que fizesse o trabalho mais bem-acabado. E V. Ex^a conseguiu realizar um trabalho muito benfeito.

Agora, entendendo que o Governo vá querer, claro, dar uma segunda olhada no texto, mas o Senador Pimentel aqui já me disse que não haverá nenhuma mudança substantiva, acho que estamos, sem sombra de dúvida, chegando a um texto final que vai estender a mão a esse povo tão sofrido, mas tão trabalhador, que é o povo do Nordeste brasileiro.

Tenho certeza de que esse relatório irá ajudar muitas famílias que neste momento precisam desta Comissão e da boa vontade e do entendimento da equipe econômica e do Governo Federal.

Portanto, parabéns a V. Ex^a e parabéns a esta Comissão por ter feito um trabalho tão bem elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILLO FORTE (PSB - CE) – Eu acho que a gente está aqui num encontro em que se deve homenagear o belo trabalho feito pelo Deputado Marx Beltrão, a direção dos trabalhos pelo Senador Fernando Bezerra, a competência técnica do nosso querido coordenador, Deputado Júlio César, que caiu como uma luva para coordenar essa Bancada do Nordeste, pela dedicação e competência que tem e pelo esforço que faz para defender sempre, com muita altivez, as nossas demandas aqui nesta Casa.

Mas eu queria apenas fazer um apelo. Já que a gente conseguiu, inclusive pela habilidade do Relator, atender às demandas de quase todas as emendas, deixando de fora mesmo aquelas que estavam fora do padrão da obediência às regras das medidas provisórias, porque tinham incompatibilidade com relação ao texto, ao mérito da matéria, nós comungamos em todas as falas no sentido de nos irmarmos para que o Nordeste tenha um reconhecimento, não uma facilitação, mas uma normatização com relação à possibilidade do reinserção de produtores, de empreendedores no mercado de trabalho, na atividade econômica, já que muitos deles estavam marginalizados, tendo seus nomes nos cadastros de inadimplência, inclusive, até no SPC, sendo marginalizados com relação à possibilidade de crédito, no momento em que a economia brasileira tanto precisa ser reanimada. E são esses empreendedores que ativam significativamente a economia, principalmente quando empreendem, quando geram emprego, quando investem e dinamizam a atividade econômica. Peço que o Governo tenha sensibilidade.

Aqui recorro ao Senador Pimentel para suspender esse pedido de vista e a gente aprovar, por unanimidade, até com uma saudação ao belo trabalho que foi feito, essa medida provisória, porque já ficaria pronta para o plenário.

Temos de entender que na semana que vem há um feriado. Querendo ou não, o País está passando por um período político de um novo entendimento, de um debate muito profundo, inclusive com relação a essa possibilidade ou não de *impeachment*, que, querendo ou não, transformará significativamente a compreensão política do conjunto da sociedade para este momento.

Eu queria fazer aqui um convite, um apelo ao Senador Pimentel e aos representantes do Governo nesta Comissão. Já que não haverá nenhuma modificação de monta e, se alguma retificação ocorrer, ainda há es-

paço inclusive para fazê-la nas votações que serão feitas na Câmara e no Senado, que pudéssemos já, aqui, por saudação a esse belo trabalho e pelo reconhecimento desse esforço da Bancada do Nordeste, aprovar por unanimidade, como um aplauso a esse belo trabalho, um reconhecimento dele; que pudéssemos aprovar esse relatório por unanimidade. Então, faço aqui um apelo ao Senador José Pimentel e à Bancada do Governo, para que tenham essa compreensão neste momento. Senão, entrando nesse turbilhão de votações que haverá neste fim de semana até o início do próximo mês, talvez percamos um momento significativo.

Como bom nordestino que sou, do Ceará, terra do humor, não adianta querer acostumar o cavalo a viver sem comer. Se para economizar se parar de dar comida ao cavalo, quando nos lembrarmos, ele poderá já estar morto. Não podemos manter essas empresas na inadimplência nem essas pessoas ao alvitre, inclusive, da humilhação de passarem muitas vezes por uma execução judicial, quando são pessoas e famílias de bem que obtiveram crédito não no sentido de desviar o crédito num País de tantos desvios e de tantos malfeitos com recursos públicos, mas no sentido de investir na propriedade e na criação para terem inclusive um retorno econômico para isso.

Até para aliviar essas pessoas que estão sofrendo execuções judiciais por falta de uma normatização que alivie essas famílias de bem, poderíamos fazer uma homenagem a elas aprovando esse relatório da Medida Provisória nº 707.

Parabenizo aqui o Senador Fernando Bezerra pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Primeiro, também quero saudar o nosso Presidente, Senador Fernando; o Relator, Marx Beltrão, a quem eu já fiz as referências positivas, elogiosas na semana passada, quando tivemos a nossa reunião; os colegas Deputados e Senadores; e a assessoria, que sei que sempre trabalha sempre com carinho e determinação.

Eu queria registrar primeiro, além de homenagear o Senador e o Relator e todas as pessoas – a equipe é mais do Nordeste, porque está mais dirigida ao Nordeste – pelo trabalho, dizer que nós precisamos reconhecer que essa é uma Medida Provisória que vem, portanto, do Governo. Quem teve a sensibilidade para dialogar sobre a realidade da dificuldade do agricultor – eu já coloquei isso nesses dias, é por causa de uma semestralidade, é por causa de um preço, da falta de um enquadramento, é porque uma política pública não chegou adequadamente, enfim, todos esses temas, porque faltava assistência técnica, Deputado Zé Silva –, ou seja, quem teve primeiro a compreensão de atender foi o Governo, a Presidenta Dilma, que mandou a medida provisória para cá. E ela aqui foi melhorada. Se não tivesse vindo a medida provisória – e faço questão de registrar isso –, não teríamos nem essa capacidade de melhorá-la, como de fato foi melhorada.

Quero só fazer esse registro, em primeiro lugar.

Segundo, várias questões foram aqui colocadas – e eu particularmente fiz referência a uma emenda que o Deputado Marcon havia apresentado, que se tratava mais diretamente das cooperativas de crédito. E a outra, que referendei e estava como uma observação ainda a ser feita, era sobre as cooperativas de produção. Esses dois temas... Aí acho que foi importante, vocês já encaminharam como demanda para o Governo, isso também é um aspecto positivo, quer dizer que se está dialogando, não se está dizendo que não se está dialogando. Então, isso também é positivo.

Mas, como todos – e foi colocado aqui – têm pressa para que as coisas andem, nós também temos pressa para que isso possa ser incorporado. De fato, é um tema que tem relação. Como esses agricultores dessas cooperativas não puderam honrar também por problemas que são os mesmos temas afetos aqui, nós achávamos que seria bom poder incluir.

Então, nesse sentido, já que nós não vamos perder o prazo – o Governo é o primeiro interessado em que se possa aprovar isso, para respeitar exatamente os agricultores e os Parlamentares que trabalharam em cima disso –, para que possamos, de fato, ficar dentro do prazo, não perder o prazo de votações aqui, ter a possibilidade ainda de, junto com Governo – eu sei que isso precisa de mais mãos na costura e vocês fizeram várias costuras já –, ter isso nesses próximos dias, eu quero me colocar à disposição ainda para auxiliar, principalmente junto com o Senador Pimentel, nessas costuras para sua aprovação.

Não perderemos o prazo. Veio do Governo, foi melhorada pelos Parlamentares. Parabéns a todos. E acho que, ainda nos próximos dias, podemos fazer essa melhora. Por isso, sem perder o prazo de validade, podemos ainda melhorar a proposta.

Portanto, sou favorável ao pedido de vista que o nobre Senador Pimentel irá encaminhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

Com a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SR^a RAQUEL MUNIZ (PSD - MG) – Quero cumprimentar o nosso Presidente desta importante Comissão que trata da Medida Provisória nº 707, Senador Fernando Bezerra, que tem muito carinho pelo norte de Minas, pelo Jequitinhonha, pelo Mucuri. Recentemente esteve na nossa região, já comandou o Ministério da Integração e conhece a nossa realidade, assim como conhece a realidade do Nordeste brasileiro.

Quero falar para o Deputado Marx Beltrão, nosso Relator, da importância desta medida provisória para a nossa região.

E quero fazer um convite a todos vocês, já que estamos encerrando os trabalhos aqui, para que, oportunamente, possam estar no norte de Minas, em sua capital, Montes Claros, sendo recebidos pelo nosso Prefeito Ruy Muniz, do Partido do Senador Fernando Bezerra, PSB, para que possam verificar a alegria da nossa região, agora com o relatório aprovado e, em seguida, com a medida provisória sendo aprovada. É um benefício muito grande.

Participei ativamente junto com o Deputado Júlio Cesar não só na Comissão, mas de diversas audiências no Ministério da Agricultura, no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Fazenda, por diversas vezes, especialmente no final do ano passado. Não tivemos nem férias. Ficamos aqui trabalhando intensamente com isso.

Gostaria de fazer esse convite mais uma vez e dizer para os meus conterrâneos do norte de Minas que não só nesta Comissão, mas nas comissões de que participo na Câmara Federal, na Comissão do Semiárido Brasileiro – tem esse nome a pedido meu, porque era Semiárido Nordestino, para incluir nossa região –, na Comissão de Revitalização e Transposição do São Francisco, então, trabalhamos juntos vários temas no ano passado. Eu, como Deputada de primeiro mandato, posso dizer da minha alegria de congregar junto com os Deputados da Bancada do Nordeste. Hoje, tenho verdadeiramente amigos ali. E pude ter minha participação nesta importante Comissão.

Agradeço o Relator por ter acatado nossas emendas, de nºs 075, 076, 077, 078, 079, 080 e 081. Sendo uma das Deputadas, mulher, participando desta Comissão, quero agradecer muito essa deferência, essa atenção de cada um de vocês.

O Deputado Júlio já saiu, mas queria dizer que ele é chamado lá de São Júlio. Acho que essa história da fé do Nordeste acabou passando para a gente.

Agradeço por toda a parte técnica dessas emendas ao nosso querido Nelsinho, que é muito querido também no norte de Minas.

Aguardamos todos vocês lá para serem festejados por todo esse trabalho realizado aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, bom dia. Bom dia, nosso Relator, Marx Beltrão.

A minha proposição é a seguinte: já estou sabendo que o Senador vai pedir vista, então, eu queria assinar o pedido de vista com ele. Deixo isso registrado e depois negocio com ele.

E eu queria falar com o nosso Relator que não estou com os números aqui, mas apresentei uma emenda ao Relator, e já está aprovado inclusive na CCJ, da Câmara dos Deputados, Senador Fernando Bezerra...

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Qual é o número da emenda, Evair?

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Estou recebendo a emenda aqui agora, por favor.

Está aprovado na Câmara dos Deputados um projeto que tem apensada, com a assinatura de seis Parlamentares, a ampliação da área da Sudene em território capixaba e boa parte do Vale do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais. Essa ampliação se faz necessária em função de todos os argumentos da tramitação na Casa, aprovado por todas as comissões de mérito, já aprovado na CCJ, esperando agora só a indicação de Plenário.

Fiz uma emenda ao Relator para que ele pudesse acatá-la, entendendo que parte dos capixabas estão contemplados e que os mineiros estão contemplados aqui, mas seria importantíssimo, até porque, volto a dizer, em respeito às comissões de mérito da Casa, da Câmara dos Deputados, e à CCJ, que já aprovou por unanimidade a ampliação dessa área, que, no texto, pudesse contemplar essas emendas que vou entregar posteriormente ao nosso Relator, para que sejam anexadas e esse plano de negociação possa ser ampliado na ampliação dos territórios capixaba e mineiro, que são territórios já caracterizados nas condições de Semiárido. São territórios que, ao longo dos últimos anos, têm sofrido fortemente com o déficit hídrico, dando essas mesmas condições. Até porque a contemplação, entre alguns outros argumentos também, na CCJ e na Câmara dos Deputados... O senhor conhece bem, a bacia do Rio Doce vive agora não só um drama do Semiárido de déficit hídrico, mas também outro desafio que é a restruturação da vida econômica no leito de um rio. Por uma grande tragédia ambiental, são essas sequelas. Então, eu queria apresentar isso ao Relator.

Eu queria pedir ao Relator que reconsiderasse e acatasse essa nossa emenda, respeitando inclusive o reconhecimento na CCJ da ampliação desse território no Espírito Santo e em Minas Gerais, para que pudesse ser anexado ao texto.

Eu queria, mais uma vez, pedir à Bancada ligada à Casa Civil, ao Governo, que nos escuta, que tenha a sensibilidade e a responsabilidade para contemplar no seu texto a ampliação, mais uma vez eu digo, para todo o Espírito do Santo e boa parte do Estado de Minas Gerais, na bacia do nosso Rio Doce.

Muito obrigado.

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Deputado Evair, eu queria dizer que, no relatório preliminar, eu teria colocado todas as emendas, as sugestões de emendas – as que fizeram V. Ex^a, o Deputado Sergio Souza, o Deputado Marcon, Padre João, Deputado Bohn Gass, Deputado José Carlos e Deputado Luís Carlos Heinze. Essas sugestões de emendas nós acatamos no relatório preliminar, mas, numa de forma de negociação com o Governo, foi pedido que fossem retiradas pelo motivo que expliquei anteriormente aqui, por se tratar de matéria não pertinente a medida provisória. Essa foi a orientação dada pelo Governo.

Então, sugiro a V. Ex^a que, junto com o Líder do Governo, o Senador José Pimentel dialogue com a Casa Civil e com o Ministério da Fazenda e tente construir esse diálogo, para que isso possa ser incorporado ao relatório.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Eu volto a dizer: como contempla a Sudene, todo o meu argumento, do ponto de vista territorial, está fundamentado já num projeto apensado, de seis Parlamentares, desta já ampliação dos territórios capixaba e mineiro. Se a Casa Civil teve dificuldade em compreender esse texto, fica registrada a minha indignação, mais uma vez, ao Governo, que não conhece o Brasil, não conhece a realidade, não está acompanhando o roteiro dia a dia, nem conhece os projetos em tramitação aqui na Casa. Se o Governo assumiu essa posição, respeito os outros Parlamentares que fizeram as suas emendas, mas a minha sustentação, além do impacto socioeconômico, está fundamentada num projeto que, na Casa, em tese, já está quase liquidado, porque já tem a aprovação por todas as comissões de mérito e pela CCJ, o reconhecimento que é necessário, por ser um desafio a ampliação dos territórios capixaba e mineiro.

Por isso vou insistir nesse argumento, vou apelar à Casa Civil, para que realmente possa aperfeiçoar o conhecimento do Brasil e acatar essa nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Eu queria apenas trazer uma informação ao Deputado Evair de Melo. Por proposta do Senador José Pimentel, nós realizamos uma audiência pública sobre esse tema. Tivemos a oportunidade de ouvir a Superintendência da Sudene, o Ministério da Integração Nacional, no sentido de definir os critérios e as formas para uma revisão sobre o território do Semiárido nordestino.

Foi dito de forma muito clara que já está, digamos assim, definido no campo legal a forma de como isso pode avançar. Isso se resolve através de um decreto da Presidência da República, não precisa nem de lei. Já existe a remissão disso para o Condel. O Conselho Deliberativo da Sudene tem a prerrogativa de fazer a proposta que se transforma no decreto presidencial. Então, eu acho muito mais pertinente incluir essa questão no texto desse projeto de lei de conversão. Seria a mobilização da Bancada mineira, através do seu Governador,...

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – ... da Bancada capixaba e mineira, através dos seus respectivos governadores, provocar uma reunião do Condel. Desde 2013, não há reunião do Condel.

A responsabilidade não pode ser transferida para o Governo Federal. No fundo, os governadores dessas respectivas regiões, reconhecendo a importância dessa demanda que o Deputado Evair de Melo apresenta, têm que convocar o Condel, têm que deliberar no Condel, e a proposta do Condel se transformará num decreto presidencial. Não precisa dessa iniciativa no campo legal. O marco legal já define. As revisões do território do Semiárido só podem ser feitas de dez em dez anos, isso também está no texto legal.

Então, nós fizemos uma belíssima reunião, existem já informações para deliberar, e a sugestão apresentada pelo Superintendente da Sudene é que os governadores das regiões que querem ser incluídas – existe essa situação no Ceará, no Maranhão, em Minas, no Espírito Santo...

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – A última revisão foi em 1988, me parece.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Não, 2013. O decreto do Presidente Lula que delimitou o território do Semiárido nordestino é de 2005, venceu em 2015, mas, para haver um novo decreto presidencial tem que haver uma demanda do Condel. E o Condel não se reúne desde 2013, esse é o problema.

Então, acho que a demanda de V. Ex^a é uma das mais justas, mas tem que partir de uma mobilização da Bancada capixaba, do Governador Paulo Hartung, provocando a convocação do Condel, uma mobilização com os companheiros vizinhos, Minas Gerais, para que a gente possa ter uma reunião do Condel ao longo deste ano. Nesta reunião, a deliberação, porque isso tem que ser feito através de critérios técnicos. A lei já diz como isso está definido. É uma coisa muito sensível. Precisa, sim, ser feita a revisão, mas precisa ter critério para ser feita essa revisão.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Senador, permita-me só uma observação. Eu presidi, nos últimos cinco anos, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Ciência Técnica e Extensão Rural, que faz o estudo técnico. Então, a minha proposição junto à Câmara dos Deputados é uma movimentação parlamentar amplamente fundamentada, eu sou convededor, eu coordenei todo o serviço de meteorologia, acompanhamento de chuvas no Espírito Santo nos últimos dez anos. Tem muita fundamentação técnica, eu conheço muito bem o Vale do Aço mineiro, que é uma região, pelo CPRM, que faz esse acompanhamento de vazão e conhecimento. Ou seja, acho que isso é um passo importante.

Quero fazer um apelo novamente: tem muita fundamentação técnica para que o Relator possa acatar esse debate, para que possamos ampliar esse debate e, lá na frente, fazer uma revisão. Eu queria fazer um apelo ao Relator para que acatasse essa nossa emenda ampliando, pela sustentação técnica das nossas posições, situação que já foi construída, entendendo que vamos abrir com o Condel, vamos falar com o Pimentel e com o Paulo Hartung para fazer esse gesto, e vamos, sim, à Casa Civil, para fazer esse gesto e para que as coisas possam caminhar no seu contexto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Eu só queria que V. Ex^a compreendesse que não dará para agasalhar na medida provisória, porque isso é uma disputa regional. Ampliar o território do Semiárido, ampliar o território do Nordeste significa que você está pegando os mesmos recursos para um território maior. Então, nós que somos do Nordeste não vamos aceitar que os nossos parcós recursos sejam distribuídos por uma população maior e por um território maior.

Agora, se há a justificativa legítima, técnica, que V. Ex^a apresente, leve para o Condel, porque não podemos assistir o que já é pouco ser distribuído com mais regiões, que têm outros instrumentos. Não estou tirando a iniciativa de V. Ex^a de pleitear. É justo, V. Ex^a é representante legítimo do povo capixaba e tem de brigar por isso, mas o fórum não é essa medida provisória; o fórum é o Condel.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Só estou fundamentando, Senador. Conheço esses argumentos, sou um defensor incondicional das uniformidades de investimento para com o Brasil, sou um dos Deputados mais atuantes no projeto da Transnordestina, que, em tese, nem está no meu Estado, porque acho que isso tem que ser contemplado. Mas essa medida provisória, no seu escopo, essa ampliação para todo o Estado do Espírito Santo e boa parte de Minas Gerais não é peça estranha. Ela vai dentro do mesmo escopo, dentro da mesma premissa, que permite perfeitamente, tecnicamente, ser acatada. Fica aí a minha posição.

Mantendo meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito bem.

Com a palavra o Deputado...

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – Deputado Evair, eu só queria complementar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Pois não.

O SR. MARX BELTRÃO (PMDB - AL) – ... dizendo que essa sua sugestão também foi dada pelos Deputados Padre João, José Carlos, Givaldo Vieira e Helder Salomão. E nós encaminhamos à Casa Civil um texto que trata exatamente desse assunto, como sugestão ao Governo para que esses temas pudessem ser tratados numa outra medida, num outro momento, em uma outra MP.

Eu vou entregar em suas mãos o que nós mandamos para o Governo para que fosse analisado e discutido com V. Ex^a e com as Bancadas dos Estados pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra, já que o Padre João está ausente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, o Deputado Marx, nosso Relator, os demais colegas Parlamentares, tanto Deputados e Deputadas, quanto os Senadores. Quero cumprimentar também os nossos convidados, representantes das associações dos produtores rurais, da Confederação Nacional da Agricultura, da Contag, da Fetraf.

Senador Fernando Bezerra, primeiro, eu quero aqui, mais uma vez, colocar que o tema da dívida do setor rural, da renegociação das dívidas do setor rural, que é o objeto central da MP 707, não é um tema qualquer, de maneira alguma. Nós estamos, na verdade, tratando de um tema aqui que diz respeito à vida de mais de um milhão de pequenos produtores e agricultores e agricultoras familiares pelo Brasil afora. E o que esses produtores e agricultores querem não é perdão. Não se trata disso não. Eles querem uma ação de Governo que lhes dê condições de honrar os seus compromissos e de produzirem em prol do desenvolvimento do País.

Então, eu quero aqui, Marx, parabenizá-lo pelo trabalho que fez como Relator; parabenizar o Senador Fernando Bezerra por sua experiência de ministro, de gestor, convededor do Semiárido nordestino. Quero destacar também o trabalho do Senador Pimentel como Líder do nosso Governo e também pelo conhecimento que S. Ex^a tem da realidade do Semiárido nordestino.

Eu acho que o relatório que o Marx está apresentando é um relatório competente, é um relatório responsável, é um relatório sensível e é um relatório justo, exatamente porque dialoga com todas as pendências, as demandas e os desafios que estão colocados no que diz respeito à questão do setor rural hoje, realidade essa que todos nós sabemos, Senador Fernando Bezerra, que se agravou muito em função, imaginem, de quatro anos de seca!

E eu sempre costumo dizer: eu não conheço a seca apenas dos livros de Graciliano Ramos, aliás, um grande autor nordestino, brilhante; eu conheço a seca é do chão onde eu nasci, lá em Nova Palmeira, lá no Curimataú paraibano! Eu sou uma sobrevivente da seca. Sei muito bem o que é que ela traz do ponto de vista de consequências para a vida das pessoas.

Claro que esse tempo vai ficar para a história, porque, ainda há pouco, eu participava de uma solenidade em que hoje nós podemos dizer que já são quatro anos de seca, cinco anos de seca, e aquelas paisagens dos retirantes não existem mais. E vamos ser justos: elas não existem mais graças à ousadia das políticas iniciadas no governo do Presidente Lula. O Senador Fernando Bezerra já foi Ministro, já foi colaborador do governo do Presidente Lula e tem justeza para reconhecer isso, como ele tem reconhecido.

As políticas sociais são muitas. Não é só o Bolsa Família, é o Luz para Todos, é a compra direta da agricultura familiar, uma série de políticas que, intercaladas, Marx, sem dúvida alguma, deram condições para que nós não vissemos mais aquilo que eu vi na década de 70. Não era só o gado morrendo na beira da estrada. Eu vi gente, eu vi crianças pedindo, pelo amor de Deus, um pedaço de pão, e vi pessoas que não resistiram. Isso ficou para trás, graças a Deus. Agora estamos enfrentando outro desafio, que diz respeito à infraestrutura hídrica.

Fiz essas considerações, Senador Fernando Bezerra, apenas para dizer que, no conjunto disso tudo, o relatório tem tudo a ver, absolutamente tudo a ver com ações no plano governamental que precisam ser adotadas para dar condições aos produtores rurais e aos agricultores familiares de produzirem. No Nordeste, os efeitos da estiagem para a agricultura familiar, no que diz à atividade agropecuária, são terríveis, terríveis mesmo. E num momento como este o Estado não pode, de maneira nenhuma, se omitir. Não pode, de forma alguma. Ele tem que ter uma atitude proativa, sintonizada com a sensibilidade, do ponto de vista social, que permeia um tema dessa natureza.

Eu não tenho nenhuma dúvida em relação ao trabalho competente do Senador Fernando Bezerra na Presidência, bem como ao trabalho do Deputado Marx, junto com o Líder do nosso Governo, e à mobilização das entidades. O Senador José Pimentel, o Senador Fernando Bezerra e o Deputado Marx vão dialogar com o Governo para que, em breve, esta proposta seja aprovada, e sem nenhum voto.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Para encerrar o nosso debate, eu ofereço, com alegria, a palavra ao Líder do Governo no Congresso Nacional, o Senador José Pimentel, não deixando de destacar o papel importante, decisivo, aglutinador e sensibilizador que S. Ex^a desenvolveu para aproximar o Governo Federal na construção do relatório do Deputado Marx Beltrão.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Senador Fernando Bezerra, nosso Presidente nesta Comissão, profundo convededor das questões regionais ao longo da vida, lá das barrancas do São Francisco, como sempre brincamos, nosso Ministro de ontem e um grande estudioso dessas matérias.

O Deputado Marx Beltrão é um pouco mais novo do que este Senador e do que o próprio Fernando Bezerra, mas também muito experiente, muito tranquilo. Conduziu esse processo com maestria.

Eu diria, Fernando Bezerra, meu companheiro, que da agenda que nós tivemos nos últimos 20 anos em torno desta matéria, itens que estavam presentes, ele conseguiu dar conta em seu parecer. Este parecer é a consolidação de uma agenda de 20 anos, e o Deputado Marx teve a capacidade política, técnica, acima de tudo, de ouvir e escutar, pois muitos ouvem, mas não conseguem escutar, e por isso as coisas não se resolvem.

Parabéns pela condução, Marx.

Eu sei também do trabalho das entidades. Quero saudar o Flávio Saboya, que é nosso dirigente no Estado do Ceará, a quem sempre me dirijo quando tenho dificuldade, e em nome dele saudar todas as entidades.

As audiências públicas aqui realizadas contribuíram muito para que pudéssemos chegar a este texto, que tem 95%, no mínimo, de seu conteúdo consolidado. Tudo aquilo que você – deixe-me chamá-lo assim, nobre Deputado – dialogou com o Governo está mantido e vamos aprovar. Não existe divergência em relação a isso, um ajuste fino aqui e outro ali.

E queria dizer ao Deputado Evair de Melo que existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal que manda riscar aquelas matérias que são estranhas. Na Medida Provisória nº 678, chegamos ao ponto de ter uma decisão liminar proibindo a sanção daquele projeto de conversão por conta, segundo o Supremo, de matérias

estranhas. E delimitou muito o campo de atuação das comissões mistas e do Congresso Nacional no que diz respeito a medidas provisórias.

É evidente que estamos estudando uma alteração da própria Constituição para superar aquela limitação. Eu mesmo, nosso amigo Evair... Há uma emenda dialogando sobre esse tema para o Estado do Ceará, para o Nordeste; Fernando Bezerra, no mesmo sentido; o Marx Beltrão também. Mas em face dessa limitação da decisão do Supremo Tribunal Federal, elas não foram acolhidas pelo Relator, e eu comprehendo perfeitamente. E é por isso que esse encaminhamento que o nosso Ministro Fernando Bezerra está apresentando é exatamente o que o Governo apresentou nessas demandas, em que estão as matérias justas que você apresenta, os Deputados de Minas Gerais também, do Espírito Santo e das outras regiões, para ampliar o Semiárido brasileiro. Portanto, nós não vamos acolher em face dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, para que nós possamos atender todas essas outras matérias que já foram acordadas. E nós não vamos esquecer, até porque há as demandas de Pernambuco, de Alagoas, do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, da Bahia, do Maranhão, além dos dois Estados que também integram a área de abrangência da Sudene. Portanto, você tem um conjunto de parceiros nessa caminhada e vamos encontrar uma saída.

Quero registrar que estamos pedindo vista, Deputado Marx Beltrão, simplesmente para um ajuste fino.

E como forma de segurança aos nossos pares e à Região Nordeste, eu pediria ao nosso Presidente que a gente suspendesse a reunião para manter o quórum e, no dia 19 ou no dia 20, quando V. Ex^a achar mais adequado, nós vamos votar o texto do Marx Beltrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – O Deputado Evair gostaria de se manifestar ainda? Eu lhe ofereço a oportunidade.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Sr. Presidente, Senador, eu não sei se o senhor comprehendeu, eu não trato da ampliação no texto, eu trato da ampliação da regularização da dívida para todo o território capixaba. É esse o escopo. Eu não trato da ampliação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Mas aí precisa ampliar o da Sudene.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Eu não trato da ampliação do texto. A minha demanda é a seguinte: nós já temos fundamentos técnicos, é um preceito da técnica, não é corpo estranho na medida provisória. Eu acho estranho o Governo ter feito essa leitura. Entendo uma coisa alinhada com a outra. É só no sentido de que na minha proposição há uma fundamentação de uma região do território brasileiro, que tem as mesmas condições, independente de uma coisa ou outra, já com reconhecimento técnico, já validaram para que esses planos de regulação possam ser ampliados para alguma parte do território de Minas Gerais, que já tem essa fundamentação, e ampliação da regulação. É um plano de renegociação, não tem nenhum vínculo com o plano de ampliação de Sudene.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PSB - PE) – Eu queria, antes de caminharmos para as nossas deliberações finais e para o encerramento ou da suspensão desta reunião, agradecer a presença dos nossos ilustres convidados, destacando aqui a presença das Federações de Agricultura da Paraíba, do Ceará, de muitos Estados do Nordeste, de Alagoas. Queria dizer do apoio que recebemos ao longo desses quase sessenta dias da Confederação da Nacional de Agricultura, da Contag, da Fetraf. Na realidade, esta Comissão alcançou o resultado que esperamos graças a esse apoio e essa solidariedade que veio de muitas instituições que estão ligadas a esse tema e lutando por soluções há mais de 20 anos.

Eu não vou esquecer as audiências públicas de Petrolina, Fortaleza, sobretudo de Arapiraca, uma belíssima reunião, com mais de mil pessoas no auditório superlotado, em que a gente via, de um lado, uma esperança e, ao mesmo tempo, um ceticismo, porque as pessoas já estavam tão calejadas com um tema tão recorrente, que não chegava nunca a um ponto que pudesse, realmente, virar a página para permitir que os débitos pudessem ser quitados, mas sobretudo recuperar o crédito do pequeno agricultor, do pequeno criador, para que ele pudesse voltar ao sistema de crédito oficial, poder obter recursos e voltar a investir na sua propriedade e, investindo nela, gerar emprego e gerar renda.

Portanto, muito obrigado a todos os que se fazem presentes aqui nesta reunião.

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, eu concedo vista coletiva da matéria, como foi solicitado pelos nobres Parlamentares.

Antes de suspendermos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 19 de abril, às 11 horas.

Está suspensa a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos e suspensa às 12 horas e 14 minutos do dia 05 de abril de 2016, a reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos e suspensa às 12 horas e 41 minutos do dia 14 de abril de 2016.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 707, de 2015.

Esta Presidência comunica que, no dia 14 de abril, o Relator, Deputado Marx Beltrão, procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Marx Beltrão para as suas considerações e, na sequência, submetermos o relatório à votação.

Com a palavra o Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PMDB - AL) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu queria apenas agradecer a todos os Deputados e Senadores que participaram da Comissão e que, com muita sensatez, manifestaram aqui as mais diversas opiniões. Nós tivemos a honra de tentar acatar as considerações de todos os Deputados e Senadores. E, dentro da legalidade, o que foi possível nós colocamos no relatório.

Quero também manifestar o meu agradecimento ao Presidente, Senador Fernando Bezerra, por conduzir de forma tão brilhante a Presidência desta Comissão.

Agradeço aos consultores da Casa na pessoa do Eduardo, que nos ajudou a construir este relatório; ao Nelsinho também, que nos ajudou a construir este relatório. Ao Deputado Júlio César, Coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados, que também nos ajudou muito construção deste relatório.

Agradeço, acima de tudo, a confiança do agricultor nordestino, do agricultor brasileiro e, acima de tudo, do agricultor alagoano, que, nas audiências públicas, fizeram as manifestações necessárias para que a gente construisse um relatório voltado para atender o agricultor nordestino e o agricultor brasileiro.

Eu queria que dizer que, mesmo diante do pedido de vista feito pelo Senador José Pimentel, que eu respeito muito, nós mantivemos o relatório na íntegra, da forma como foi apresentado na semana passada. Não mudamos sequer uma vírgula, em respeito a tudo o que foi construído junto com o agricultor, que é o principal interessado nesta causa.

Então, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, manifesto-me pela admissibilidade da Medida Provisória nº 707, de 2015. Eu voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da Medida Provisória nº 707, de 2015.

Quanto à técnica legislativa, entendo atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 6 de fevereiro de 1998.

No que tange à adequação financeira e orçamentária, eu voto pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 707, de 2015, assim como das emendas acolhidas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Deputado.

Em seguida, vamos submeter à discussão.

Esta matéria foi amplamente discutida nesta reunião, até porque se trata de uma prorrogação da reunião da semana passada, em que a manifestação foi, à unanimidade, pela aprovação do relatório do Deputado Marx Beltrão, apenas com o Senador José Pimentel pedindo vista. Aí, foi acompanhado por outros Parlamentares, para que ele pudesse checar as correções e os aprimoramentos que foram feitos pelo Deputado Marx Beltrão. E o próprio Senador José Pimentel manifestou ao Relator a sua concordância com o texto apresentado.

Portanto, eu encerro a discussão desta matéria e a submeto à votação.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Marx Beltrão.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Fica prejudicado o voto em separado do Deputado Evair de Melo.

E eu queria aqui dar um depoimento também acerca da colaboração, da participação da direção do Banco do Nordeste do Brasil na construção deste relatório, sobretudo com a sugestão que foi apresentada por mim e pelo Senador José Pimentel, para que a gente pudesse ter critérios claros na fixação e na definição dos juros do FNE. Aqui nós temos uma representação da assessoria técnica do banco, da direção do banco. Eu queria registrar os nossos agradecimentos pela colaboração decisiva do Banco do Nordeste na discussão desta questão.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos e suspensa às 12 horas e 14 minutos do dia 05 de abril de 2016, a reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos e suspensa às 12 horas e 41 minutos do dia 14 de abril de 2016. Reaberta às 11 horas e 19 minutos a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos do dia 19 de abril de 2016.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 708, DE 2015, PUBLICADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE “AUTORIZA A UNIÃO A REINCORPORAR OS TRECHOS DE RODOVIAS FEDERAIS TRANSFERIDOS AOS ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL POR FORÇA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 82, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2002.”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2016, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Sergio Souza, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 708, de 2015, com a presença do Senador José Pimentel e dos Deputados Bilac Pinto, Margarida Salomão e Sergio Souza. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Leonardo Nunes - Assessor Especial da Casa-Civil da Presidência da República; Rejane Karam - Diretora de Planejamento da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná; Carlos Barros - Diretor de Planejamento e Pesquisa Interino do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Luciano de Souza Castro - Secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, e Euler José dos Santos - do Ministério dos Transportes. A Presidência passa a palavra ao consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Tarcísio Gomes de Freitas. Após as exposições, fazem uso da palavra os Deputados Bilac Pinto e Deputada Margarida Salomão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Sergio Souza, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SERGIO SOUZA

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 708, de 2015.

O Senador Acir Gurgacz, que é o Relator da MP, está em outra Comissão, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, e nos autorizou a dar início à nossa audiência pública. Logo, ele estará aqui conosco.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria referente à MP 708.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Leonardo Nunes, que é Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República; a Srª Rejane Karam, que é Diretora de Planejamento da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – convido-a para tomar assento aqui à minha esquerda –; o Sr. Luciano de Souza Castro, Secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes.

Sr. Luciano, por favor, pode sentar-se ali. A gente aguarda o Acir chegar aqui.

Convido ainda Carlos Barros, que é Diretor de Planejamento e Pesquisa Interino do DNIT.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará uma exposição por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares. Os Srs. Parlamentares vão falar por ordem de inscrição. A inscrição já está aberta aqui à mesa.

Vou quebrar um pouquinho o protocolo.

Eu gostaria que, rapidamente, em cinco minutos, o Tarcísio, que é consultor da Câmara dos Deputados e que fez para mim um estudo sobre essa medida provisória, explicasse o que é esta Medida Provisória nº 708. Na sequência, vai falar a Casa Civil, pelo Governo; a Rejane, pelos Estados, pelas secretarias estaduais; o DNIT; e o Ministério dos Transportes, cada um na sua área. Então, o Tarcísio, sem nenhuma tendência, poderia rapidamente nos explicar o que é esta Medida Provisória nº 708.

Por favor, Tarcísio!

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia a todos que fazem parte da Mesa, o Deputado Luciano Castro, nosso Secretário de Gestão do Ministério dos Transportes; meu amigo Carlos Barros, Diretor de Planejamento e Pesquisa; o representante da Casa Civil, o Leonardo; a Srª Rejane, que representa o Governo do Estado do Paraná!

Essa medida provisória, de certa forma, tende a resolver um problema que, provavelmente, teríamos em função da Medida Provisória nº 82, de 2002. Nessa medida, foram repassados para os Estados cerca de 14 mil quilômetros de rodovia, para que os Estados fizessem a manutenção. Em 2006, tivemos um problema sério em termos de manutenção que gerou o Programa de Trafegabilidade e Segurança das Estradas. E, a partir de 2007, o Governo Federal veio sendo autorizado, por meio de medidas provisórias, a fazer investimentos nas rodovias federais. Essas medidas provisórias foram renovadas a cada dois anos.

Houve uma intervenção do Tribunal de Contas da União, que entendeu que essas rodovias eram estaduais, que questionou o porquê de o Governo Federal fazer investimentos nessas rodovias e que solicitou que fossem exigidas as prestações de contas dos gestores nos Estados e que, se não houvesse a prestação de contas, fossem abertas as tomadas de contas especiais.

Houve uma solução política para isso, que foi a edição de uma medida provisória, convertida em lei, que limitava a atuação do DNIT, a possibilidade de o DNIT investir nessas rodovias até dezembro de 2015, mas houve também já a sensibilidade, que resultou nessa Medida Provisória nº 708, que, se não houvesse acordo em que a União realmente assumisse parte dessa malha, parte dessa atribuição, não haveria condição fiscal para os Estados assumirem a rodovia. Então, acho que é uma medida provisória que nasce de um consenso. Ela é importante para todos os lados, para a União manter a integridade da malha rodoviária federal e também para que os Estados possam explorar aquilo que é mais viável do ponto de vista econômico, aquilo que eles vão ter capacidade financeira para arcar, também devolvendo para a União aqueles trechos em que não vai haver possibilidade, não vai haver espaço fiscal para manter.

A medida provisória estabelece alguns requisitos para que haja essa transferência. Um deles é que a rodovia conte com aqueles requisitos que a Lei do SNV estabeleceu para rodovias integrantes da rede de integração rodoviária. As rodovias que estavam listadas nessa rede faziam parte de um anexo, esse anexo foi vetado, não existe hoje, mas há um consenso entre União e Estados daquilo que é importante do ponto de vista de logística, rodovias que estão previstas no PIN, rodovias que são de interesse de segurança, em faixa de fronteira etc., que devem ser então federalizadas e a União deve assumir.

Basicamente, acho que é esse o mote da medida provisória, que é bastante importante para o País, para a logística nacional.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Tarcísio.

Dando sequência, passo a palavra ao Leonardo Nunes, Assessor Especial da Casa Civil.

O SR. LEONARDO NUNES – Bom dia, senhoras e senhores!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a todos, em nome da Casa Civil, pela oportunidade de debater a Medida Provisória nº 708.

Como fala geral, eu gostaria apenas de ressaltar o processo que envolveu a construção dessa proposta. O Ministério dos Transportes, desde o ano passado, vem estudando uma proposta técnica que pudesse, de alguma forma, atender aos interesses dos Estados e da União. No fim do ano passado, nós construímos um grupo técnico dentro do Governo, que envolveu Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e Casa Civil. Durante três meses, nós nos reunimos semanalmente e construímos uma proposta técnica que pudesse gerar o critério de divisão desses 14.000km envolvidos na Medida Provisória nº 708.

Feito esse esforço para construção de uma proposta de Governo, nós chamamos ao Palácio do Planalto os 14 Estados envolvidos na medida provisória, passamos quase uma semana nos reunindo durante todo o dia com esses 14 Estados, apresentamos as nossas propostas técnicas, ouvimos as ponderações dos Estados e suas contrapropostas e, ao final de todo o processo, construímos uma proposta, essa que chega ao Congresso Nacional, que tem a chancela dos governos estaduais, discutida com cada governo estadual envolvido na medida provisória. Então, isso que vem ao Congresso Nacional, que vem a vocês, é produto de um esforço de Governo, um esforço técnico e um esforço de diálogo do Governo Federal com os Estados envolvidos na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Leonardo Nunes.

Passo a palavra agora à Drª Rejane Karam, que é Diretora de Planejamento da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

A doutora tem uma apresentação, é isso? Se puderem, então, colocar no telão. V. Sª tem um prazo de dez minutos para apresentação.

A SRª REJANE KARAM – Bom dia!

Bem, na verdade, a nossa apresentação é pautada exatamente naquilo que já foi dito pelo Sr. Tarcísio, fazendo um resumo geral do contexto da Medida Provisória nº 82 e da Medida Provisória nº 708.

Eu queria só salientar que, de fato, esta Medida Provisória nº 708 para os Estados veio justamente trazer a conciliação, veio trazer a possibilidade da negociação entre Estados e União, para que possamos chegar

a uma definição, a um ponto comum em relação às rodovias, que devem ou não ser transferidas aos Estados definitivamente.

Os Estados constantes da Medida Provisória nº 82, com suas respectivas extensões e valores recebidos à época, somam 14.800km. Embora muitos dos Estados, por exemplo, da Região Sudeste não estejam presentes nessa relação, muitos desses Estados acabam sendo comprometidos, porque a cadeia produtiva, o sistema produtivo perpassa Estados; e quando se interrompe uma rodovia dentro de um Estado e a transforma em estadual, usa recursos estaduais, que são escassos, num esforço muito maior, prejudica-se todo esse sistema em relação à sua continuidade. São 14.805km.

Pode passar, por favor.

Esse quadro ficou um pouco comprometido, mas a malha é assim distribuída no Brasil.

O impasse sobre os valores repassados aos Estados foi resolvido, como o Sr. Tarcísio já falou, pela Lei nº 12.872, de 2013, que reconhece a titularidade e considera os recursos de natureza indenizatória. Isso desobrigaria a prestação de contas. Resolveu-se, portanto, a questão dos recursos repassados. Continuou o impasse em relação à sua manutenção. Os instrumentos legais que se sucederam à MP 82 no sentido de garantir a manutenção dessas rodovias foram a Lei nº 11.314 e as autorizações prorrogadas sucessivamente até 2012. A última autorização foi estabelecida pela Lei nº 12.833, que garantiu recursos federais aos trechos da MP até 31 de dezembro de 2015.

Aí é que se abriu de fato uma condição de negociação frutífera entre Estados e União através da Medida Provisória nº 82, que, no nosso entendimento, tem três pilares principais: a definição de trechos de interesse federal, a definição do que se fará com os trechos que estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aquela definição de trechos que o Governo Federal não tem interesse. Obviamente, aí, tem-se que chegar a um consenso com os Estados, e é o que está sendo feito ao longo desses últimos meses.

A Medida Provisória nº 708, então, dentro dessas três linhas de atuação, autorizou a União a reincorporar os trechos da MP passíveis de enquadramento no art. 16 da Lei nº 12.379, permitiu que se continuassem as obras do PAC e autorizou recursos federais no máximo prazo de 210 dias.

Aqui eu gostaria até de dar um testemunho. Quando nós fizemos um grande programa de federalização de rodovias no Estado do Paraná, em 2009, fizemos isso deixando uma lacuna muito séria. A dificuldade que nós tivemos foi de não definir um prazo de transição para que o Governo Federal tivesse tempo hábil para fazer as licitações, iniciar processos de conservação e de manutenção dessas rodovias. Isso causou um problema seriíssimo. Por dois anos ou um ano e pouco, as rodovias ficaram sem manutenção, e o Estado, como já havia recebido o termo dele de recebimento, já havia portaria ministerial, saiu fora.

Esses 210 dias – eu até estava conversando há pouco com um colega – realmente talvez não sejam suficientes para que se tenha condições de licitar as conservações e manutenções dessas rodovias no futuro, das rodovias que serão incorporadas ao sistema estadual. Esse é o único ponto da Medida Provisória nº 708 em que nós colocamos uma certa dúvida. De um modo geral, ela atende, porque permite a negociação, permite a definição desses trechos e do consenso.

Aqui estão as prerrogativas da Lei nº 12.379, que permitem que a gente inclua rodovias que tenham grande interesse nacional, promoção da integração, relevância econômica, ligação com Estados entre si. Esses itens, esses parâmetros, deixam um leque suficientemente grande para que os Estados e o Governo Federal cheguem a um consenso. Isso é importante.

Essas são as rodovias, no caso do Paraná. Eu trouxe um pouquinho mais do Paraná, mas eu vou passar rapidamente, porque acho que aqui o fórum é geral. São as rodovias, do caso do Paraná, que estão na medida provisória original. Em seguida, há um mapa da proposta que o Governo Federal fez ao Paraná e, a partir daí, das negociações que continuaram ocorrendo, das informações que nós passamos ao Governo Federal e recebemos deles no sentido de chegarmos a um consenso.

Inicialmente, nas últimas negociações, foi feita essa composição. O Paraná ofereceu ficar com 248km de rodovias, e a União gostaria, queria, propôs a nós 573km. Isso tudo ainda está em uma fase de avaliação de todas as argumentações trazidas.

Esses trechos em verde são os trechos que nós gostaríamos de manter no Governo Federal, e os trechos em amarelo são os trechos que nós temos interesse em absorver. Por que nós os consideramos passíveis de absorção pelo Estado? Porque eles não estão integrados a um corredor, não têm condições de continuidade para um corredor de longa distância. São trechos que ficaram soltos na malha.

Aqui eu abro cada um. A BR-163 é indiscutível, o próprio Governo Federal considera importante a reincorporação. Ela faz parte do corredor pan-americano, está na faixa de fronteira.

A BR-487, a BR-158, a BR-373, também nesse contexto; a BR-272, que liga Guaíra a Campo Mourão, esse segmento também formaria um corredor, que eu mostrei no primeiro mapa. A partir da conclusão da implan-

tação de um trecho faltante, nós teríamos um corredor importantíssimo de ligação do Mato Grosso do Sul com Campo Mourão, que é um centro produtivo importantíssimo do Estado, onde se concentram as grandes cooperativas do Estado.

A BR-373, pela rota atual que ela faz hoje, é um corredor importante para o sistema produtivo regional. A BR-476, que vem de São Paulo, sendo que um segmento dela já está em um programa de concessões.

Aí estão os grandes corredores já estabelecidos. Aqui eu apresentei algumas situações pontuais, que são entroncamentos importantes dentro do Estado do Paraná, mas eu vou passar isso adiante, porque não é o caso aqui neste fórum.

As áreas urbanas de União da Vitória e de Cascavel, nós concordamos em absorver.

A medida provisória, atualmente, tem 14 pedidos de emendas em análise no Congresso Nacional. Isso eu falo em nome de outros Estados da Federação, porque nosso Diretor-Geral do DER vem representando a Associação Brasileira de DERs, e a gente conduziu, portanto, uma união de conhecimento, de esforços e de interesses dos Estados que estão envolvidos na medida provisória: nós entendemos que a Medida Provisória nº 708, da forma como ela está, fora alguns detalhes, como a ampliação desse prazo para que os Estados possam fazer efetivamente seus processos licitatórios e incorporar as rodovias, está na medida certa do que deve ser.

Se nós incluirmos na Medida Provisória nº 708, na sua formatação para lei, trechos que não fazem parte do contexto da Medida Provisória nº 82, nós corremos um sério risco de jogar no chão todos os esforços que têm sido envidados até agora para se resolver um impasse de 13 anos.

Então, é importante que tenhamos foco nos trechos que estão na Medida Provisória. E outros poderão ser avaliados no momento seguinte.

O prazo é até 1º de junho, como todos sabem. Estou sendo repetitiva. É importante chegarmos a esse consenso. Essa é a grande preocupação do Estado.

Foi feita a prorrogação.

Pode passar, por favor.

Essa é a nossa grande preocupação: se não for convertida em lei, tudo o que estamos discutindo, tudo a que se chegou de consenso até agora, as obras do PAC, enfim, tudo vai por água abaixo.

Então é importantíssimo chegarmos ao final desse trabalho com o foco na Medida Provisória nº 82.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Drª Rejane.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Luciano de Souza Castro, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Sérgio Souza; o meu amigo, Deputado Bilac Pinto, nosso companheiro de Minas Gerais; o Dr. Leonardo, da Casa Civil, nosso companheiro de discussão profunda em torno dessa matéria; a Drª Rejane, uma lutadora pelas rodovias do Paraná; e o nosso Diretor Carlos Barros, do DNIT; cumprimento todos os técnicos que aqui estão na pessoa do Dr. Tarcísio, companheiro antigo e profundo conchededor do sistema de transporte brasileiro.

Eu gostaria, inicialmente, Sr. Presidente, de pedir ao Diretor para fazer uma apresentação. Eu vou fazendo alguns comentários no decorrer da apresentação dele.

Euler, vamos começar.

Ele vai falar de lá e as projeções vão acontecer.

Apenas para começar um pouco lá atrás, eu era Deputado aqui quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no seu governo, concebeu a ideia de transferência de rodovias federais para o âmbito estadual.

Por que isso foi feito? Apenas para voltarmos àquela memória muito importante que o Tarcísio levantou aqui. Isso foi feito porque o governo de Minas, à época, de Itamar Franco, tinha sérias dificuldades financeiras e precisava socorrer o Estado. Daí se resolveu criar uma transferência dessas rodovias para o Estado. E o objetivo da época era, ao transferir um grupo de rodovias para o Estado – isso representava, lá em Minas a maior transferência – algo em torno de R\$700 milhões.

Em tese, e na época isso foi discutido – eu era Parlamentar, Deputado –, esse recurso que foi transferido deveria estar vinculado à manutenção. E não esteve. Se estivesse, não poderia resolver os problemas que tinha o Estado de Minas. Foram usados os recursos para pagamento de pessoal, que era o problema mais crucial, e para outras finalidades urgentes para o Estado.

Na ocasião, o Governo não poderia fazer isso somente para o Estado de Minas. Seria muito casuístico. Então, o Governo resolveu abrir para os outros Estados essa possibilidade.

Nós temos 15 Estados que, no momento, se habilitaram nesse processo. Esses Estados todos, em função da malha proposta, receberam uma soma de recursos para essa finalidade. Eles utilizaram esses recursos, assim

como Minas Gerais, livremente. Na realidade, poucos ou quase nenhum deles aplicou esses recursos na malha rodoviária federal, inclusive o Estado do Paraná. Ele não usou na malha rodoviária federal.

Usaram na malha rodoviária federal, usaram para atender as suas necessidades que eram mais urgentes e prementes. Aqui, não cabe o julgamento quanto a essa questão.

Esse é um problema que vem se arrastando há muito tempo, com prorrogações e prorrogações.

Eu quero que o Euler comece a projetar. Na realidade, já houve comentários sobre isso anteriormente tanto da Rejane quanto do Tarcísio, que enriquecem também o debate.

O SR. EULER JOSÉ DOS SANTOS – Bom dia a todos! Bom dia, Deputado! Bom dia, Secretário! Bom dia, Léo! Bom dia, Rejane! Bom dia, Carlos! Bom dia a todos!

Um dos principais objetivos da MP 708 foi reincorporar à malha federal trechos de rodovias transferidas ao Estado e ao Distrito Federal em função da MP 82, de 7 de dezembro de 2002, conforme esclareceram todas as apresentações até o momento, deixando bem claro que foi necessária a colocação de critérios para que pudéssemos definir alguma prioridade ou como ser essa malha dos Estados reincorporada ao âmbito federal. Para isso, todos os estudos e levantamentos se basearam na Lei nº 12.379, em seu art. 16, que estabelece o Rinter (Rede de Integração Nacional).

Dentro desses critérios, pudemos muito bem estabelecer rodovias que poderiam fazer parte dessa malha e ser reincorporadas à malha federal.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Um comentário apenas.

Eu acho que o Rinter é muito benevolente, pois ele abraça qualquer possibilidade. Bastando poder e querer enxergar um pouco mais, o Rinter permite que tudo se possa, de alguma forma, ser enquadrado num critério desses.

O SR. EULER JOSÉ DOS SANTOS – É importante ressaltar o que a Rejane lembrou muito bem: é impossível hoje tentar uma absorção de toda a malha. E, dentro do Rinter, procuramos trabalhar com todas as rodovias que representam, realmente, relevância econômica, importância, fluxo de trânsito, interligação de capitais, interligação de regiões socioeconômicas importantes para o País.

Só fazendo mais um breve histórico, de que todo mundo já tomou conhecimento, a medida foi editada em 7 de dezembro de 2002. Na época, foram transferidos 14.506km. Foi feito um repasse de R\$130 mil por quilômetro à época. Hoje, atualizado, estimam-se em 300.000km. E 15 Estados participaram do programa. Somente Pernambuco absorveu a sua malha imediatamente de 350,5km. Quanto aos demais Estados, Minas Gerais absorveu uma parte, outros Estados absorveram pequenas partes, mas a grande maioria não absorveu nada. Nesse quadro, está apresentado o que foi colocado para cada Estado em termos de absorção por ordem decrescente da malha absorvida.

A medida provisória foi vetada em maio de 2003. Com isso, gerou-se um impasse com os Estados, pois não havia definição de quem teria a posse e o domínio e quem efetuaria a manutenção nesses trechos, gerando, como muito bem lembrou o Dr. Tarcísio, a questão do PETSE, que foi um programa feito em 2006 pelo DNIT para fazer uma recuperação de toda essa malha rodoviária.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Uma observação.

Na realidade, quando essas rodovias foram transferidas, as Assembleias Legislativas deveriam ter feito atos ou leis para incorporarem essa malha, mas nunca o fizeram. Ficou assim: "Eu tenho e não tenho, é meu e não é". Aí essa coisa ficou no vazio. Na realidade, as rodovias são estaduais. A partir do advento da medida provisória, elas se tornaram estaduais, elas não são mais federais.

Então, eu não sei se houve alguma Assembleia que tenha feito isso, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Em Pernambuco, porque ele incorporou todas de vez. No resto, nenhuma fez. Na realidade, não quiseram abraçar isso de todo.

O SR. EULER JOSÉ DOS SANTOS – Prosseguindo, para manter a boa trafegabilidade nessas rodovias, foi editada a Lei nº 11.314 em 2006 que permitiu a execução dos serviços do PETSE.

Essa autorização foi sendo prorrogada sucessivas vezes, até que a Lei nº 12.833, de 2013, prorrogou, possibilitou que o DNIT efetuasse manutenção nessas rodovias até 31 de dezembro de 2015. Por isso, a necessidade de termos lançado essa MP 708, no final de 2015, para que os Estados não ficassem sozinhos nessa manutenção.

A Lei nº 12.833 autoriza o DNIT a aplicar recursos federais nas rodovias, até 31 de dezembro. E a Lei nº 12.872, como também muito bem esclareceu o Dr. Tarcísio, determinou que as rodovias eram de posse dos Estados para resolver toda a pendência jurídica, em função da definição e da prestação de contas dos recursos aplicados nas rodovias.

(Soa a campainha.)

O SR. EULER JOSÉ DOS SANTOS – No processo de discussão da MP 82, que se transformou na 708, houve uma primeira reunião com os Estados, em fevereiro de 2015, e uma segunda reunião com os Estados membros, em novembro de 2015, ambas as reuniões para que pudéssemos preparar os Estados para que eles se conscientizassem da necessidade de absorção e pudessem colocar esses valores em seus orçamentos.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Um instante apenas para informar que nós nos reunimos com os Secretários de Infraestrutura dos Estados, com os diretores e técnicos dos DERs estaduais e também com superintendentes do DNIT nos Estados. Ouvi várias versões e as interpretações que dariam a essas rodovias. Então, esse processo todo se estendeu durante o ano passado.

Aqui está o Deputado Bilac Pinto, que esteve várias vezes conosco trazendo as suas demandas de Minas Gerais, além dos Parlamentares que nos procuraram levando essas demandas. Nós os ouvimos e fomos criando, estabelecendo uma modelagem para depois levar à discussão da Casa Civil e do Ministério do Planejamento.

O SR. EULER JOSÉ DOS SANTOS – Em 30 de dezembro, foi emitida a MP 708, que autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.

A situação atual: discussão da elaboração do decreto que regulamenta a MP, discussão pela Casa Civil, em conjunto com os Ministérios do Planejamento e Transportes, para definição da malha a ser reincorporada no âmbito federal e a que permanecesse com os Estados. As discussões estão acontecendo. A Casa Civil tem coordenado, tem chamado os Estados, tem chamado as suas Secretarias de Infraestrutura ou de Transporte para discutir o assunto com cada um, em separado, tentando encontrar a melhor solução para atender as demandas dessa MP.

Muito obrigado a todos.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Após essa discussão toda que fizemos, nós estivemos na Casa Civil e no Ministério do Planejamento, participando de uma rodada de discussão muito grande. Por orientação do Governo da Presidenta Dilma, o objetivo era ouvir os governadores dos Estados e as áreas técnicas dos Estados com vistas a ajustar as propostas.

Isso foi feito em várias rodadas de reunião. Todos participaram. A Rejane participou com um grupo do Paraná. Então, o Governo demonstrou, de forma muito clara, uma forma de tentar equacionar e conciliar interesses para que nós possamos chegar a uma proposta que seja a mais viável.

Há uma série, Sr. Presidente, de emendas apresentadas na proposta, algumas nós temos até ponderando na Casa Civil. Também estávamos discutindo aqui que nós prevemos o prazo de manutenção de 210 dias. Alguns pedem essa prorrogação do prazo, para que se estenda um pouco mais. Eles querem dois anos. O Governo entende que dois anos é muito também, é uma sobrecarga maior em termos de custo, mas estaríamos dispostos a discutir alguma coisa intermediária para estender essa questão da manutenção.

Há também que se esclarecer o que são obras do PAC e a essas será dada continuidade até o seu término, independente das rodovias serem estaduais ou voltarem a ser federalizadas.

Então, isso é uma garantia que se dá, porque não vai haver interrupção de obra. As obras vão terminar talvez num ritmo mais lento em razão das maiores dificuldades financeiras, mas as obras vão terminar, sob a responsabilidade do Governo Federal.

Quero dizer que o Governo nisso cedeu com vista a esse entendimento. Mesmo sabendo que essa malha é uma malha estadual, não federal, o Governo estaria disposto a reabsorver grande parte dela com vista a ajudar os Estados. É um gesto com os Estados. É uma determinação da Presidenta da República para, com um gesto com os Estados, demonstrar que o Governo quer construir essa parceria, para evitar um ônus maior para os Estados, porque sabe das dificuldades que os Estados brasileiros estão enfrentando. Então, a gente quer absorver isso.

Há emendas importantes que podem ser observadas.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Inclusive, há uma emenda apresentada pelo Deputado Bilac Pinto. Quero sugerir, Sr. Presidente, que ela possa ser encaminhada por V. Ex^a depois ao Relator, com vista a buscar um entendimento não total, mas, talvez, parcial que possa ajustar essa emenda, apesar de grande parte dela já estar incorporada ao próprio texto. É uma questão de ajuste. Poderíamos caminhar dessa forma.

Estou aqui aberto aos questionamentos, para que possamos respondê-los.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Dr. Luciano.

Precisamos ouvir agora o Dr. Carlos Barros, que é Diretor de Planejamento. Após a fala dele, abro a palavra aos Srs. Parlamentares.

O Dr. Carlos Barros tem a palavra pelo tempo determinado.

O SR. BILAC PINTO (PR - MG) – Eu queria pedir que fizesse a minha inscrição, por favor, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BARROS – Bom dia, Deputado Sergio Souza, Presidente da Comissão; Secretário Luciano Castro; Sr. Leonardo Nunes, representante da Casa Civil; Diretora Rejane Karam, representante do Governo do Estado do Paraná!

Cumprimento o Deputado Bilac Pinto, através do qual cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Cumprimento o Dr. Tarcísio, que foi nosso Diretor Executivo, em nome de quem rendo homenagens a todos os servidores aqui presentes.

Minha fala vai ser muito breve, Presidente.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG. Fora do microfone.) – Dr. Carlos, eu lhe peço para falar mais perto.

O SR. CARLOS BARROS – Pois não. O.k.! Está melhor!

Minha fala vai ser breve, em função da contribuição que o DNIT tem feito ao longo deste processo de discussão. A nossa participação se restringe, atém-se a questões técnicas envolvidas, como a própria medida provisória estabelece. A MP tem de atender os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 12.379, que estabelece os critérios. Como o próprio Secretário falou, são critérios que podem ser bastante abrangentes.

O DNIT, junto com a SED e com as superintendências regionais, tem contribuído no processo de discussão, indicando, tecnicamente, o que ele entende que é pertinente a essas questões. Nesse processo de discussão, o DNIT foi se posicionando, construindo, é lógico, junto com os próprios Estados esse posicionamento.

Como órgão executivo do Ministério dos Transportes, a gente incluiu na discussão essas sugestões ao Ministério, para que este, como órgão formulador de políticas de transporte, se posicionasse perante o foro de discussão e o Governo Federal.

Então, basicamente, a gente se atém a, dentro desta discussão, entender e indicar quais são as questões mais pertinentes, mais atinentes à discussão. Isso posto, a gente considera que a participação do DNIT se atém a essas questões basicamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Eu é que lhe agradeço, Sr. Carlos Barros.

Passo agora a palavra ao Deputado Bilac Pinto.

V. Ex^a tem o tempo necessário para indagar os palestrantes.

O SR. BILAC PINTO (PR - MG) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Deputado e colega Sergio Souza.

Tomo também a liberdade de cumprimentar o Luciano Castro, que foi nosso líder de partido aqui, que foi Parlamentar por muitos anos e que hoje ocupa o cargo de Secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes.

Quero cumprimentar o Leonardo Nunes, que aqui representa a Casa Civil; a Dr^a Rejane Karam; o Deputado Carlos Barros, que está no DNIT conosco; a Deputada Margarida, minha colega aqui.

Faço apenas, Sr. Presidente, algumas observações.

Acho que todos nós temos um conhecimento profundo do que trata essa medida provisória. O Luciano Castro fez uma observação quanto à sua origem. Houve um problema em Minas Gerais com o ex-Governador Itamar Franco, e o Presidente Fernando Henrique acabou fazendo o repasse dos recursos não vinculados e estendeu também para os outros Estados federados.

Em suma, hoje nós temos aí 15 Estados federados nessa situação. São 14.500km de malha rodoviária federal que vão ser passadas para os Estados e, particularmente, no caso de Minas, temos aproximadamente 6.006km.

Qual é a colocação e a minha indagação aqui? Os Estados federados, por mais que muitos tenham a opção de assumirem a malha rodoviária federal, a colocação que se tem é muito clara. Evidentemente, não conheço a situação do Paraná, como foi colocado aqui pela Dr^a Rejane, mas a situação de Minas eu conheço muito bem, por já ter trabalhado como Secretário de Estado tanto do Governador Aécio Neves como do Governador Antonio Anastasia. Os Estados não têm a menor capacidade de assumir um volume desses de malha rodoviária, como está sendo colocado para que assumam.

Nós estamos vivendo um momento delicado no País, um momento de recessão, um momento de desequilíbrio nas contas públicas, seja do Governo Federal, seja dos governos estaduais, dos governos municipais, e acho uma temeridade nós avançarmos com esse propósito, ainda que esses Estados estejam efetivamente com a vontade política de assumir isso. Por quê? Essas rodovias são grandes, muito bem estruturadas, feitas e mantidas pelo Governo Federal já há algumas décadas, diferenciam-se das malhas rodoviárias dos Estados, com alguma exceção, talvez São Paulo, e esses Estados terão – volto a repetir – muita dificuldade de mantê-las.

Então, o que estou fazendo aqui num momento como este? Estou sugerindo, Deputado Sérgio Souza, que o Relator, Senador Acir Gurgacz, acate uma sugestão minha para que a gente possa fazer uma emenda. Evidentemente, essa emenda, se porventura já estiver contemplada dentro da medida provisória, exclui-se – eu pediria até que a assessoria técnica nos ajudasse nisso.

Em suma, ficaríamos dessa maneira:

Art. 2º. As rodovias transferidas para os Estados e para o Distrito Federal em função da Medida Provisória nº 82, de 2002, que constam de empreendimentos no Programa de Aceleração do Crescimento, cujos serviços abranjam projetos e obras desenvolvidos para implantação, duplicação de rodovias e execução de obras de arte especiais, poderão receber investimentos do DNIT até a conclusão da execução do empreendimento.

§ 1º Para os empreendimentos que se encontram em fase de projeto, é admitida a contratação até 31 de dezembro de 2018 de obras de que tratam o *caput*, para os editais lançados até 31 de junho de 2018.

§ 2º Enquanto não for editado o decreto que se refere ao parágrafo único do art. 1º, o DNIT fica autorizado a aplicar recursos na contratação de serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, sinalização, supervisão nas rodovias objeto da Medida Provisória nº 82, de 2002, ficando também responsável pela tutela do uso comum de suas faixas de domínio, o que compreende a fiscalização, a regulação, a operação e a cobrança pelo uso das referidas faixas.

Por que nós estamos fazendo isso? Nós estamos criando uma salvaguarda, em primeiro lugar, para que o Governo Federal possa, cumprindo o processo de legalidade determinado pelo Tribunal de Contas da União, alocar recursos para que essas rodovias não sofram nenhum movimento de descontinuidade na alocação desses recursos e que nós possamos manter a trafegabilidade dessa malha rodoviária federal nesses 15 Estados federados, em condição de normalidade. Então, é uma sugestão que estou fazendo aqui, por seu intermédio, Deputado Sérgio Souza, para que o nosso Senador Acir Gurgacz possa acatar.

Eu pediria desde já que a nossa assessoria técnica que está nos auxiliando com esta medida provisória possa, efetivamente, fazer uma avaliação da emenda que estou propondo neste momento.

No mais, quero agradecer muito o trabalho que todos vêm fazendo, tentando buscar uma solução para que a gente possa definitivamente tratar disso como algo que a gente conclua e não fiquemos discutindo a cada dois anos o que fazer, com relação à malha rodoviária desses 15 Estados federados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Deputado Bilac Pinto. A contribuição de V. Ex^a é muito importante.

Solicito à assessoria desta Comissão que repasse ao Senador Acir Gurgacz as sugestões do Deputado Bilac Pinto, tendo em vista que o prazo para emendas já se findou, e o Relator tem o poder de mexer no texto, como também a Deputada Margarida Salomão, que é a Relatadora revisora.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Bom dia, Presidente!

Quero cumprimentar todos, cumprimentando o nosso conterrâneo, o Deputado Bilac Pinto.

A nossa preocupação, de fato, é muito grande também, por sermos do Estado de Minas Gerais, que é como a planilha ali mostrou, aquele que teve a maior malha transferida.

Como, infelizmente, eu estava me deslocando e não tive oportunidade de ouvir tudo, eu vou pedir a sua generosidade, ao Dr. Luciano, particularmente, para me dizer o seguinte: em que pé se encontra o diálogo com os Estados? Em que medida que o Estado de Minas está disposto a essa operação proposta?

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – À vontade. Pode responder, Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO DE SOUZA CASTRO – Bom, nós viemos de uma evolução que começou no ano passado. Nós recebemos, lá na nossa Secretaria, por determinação do Ministro Antônio Carlos; começamos a receber e a ouvir os secretários de Infraestrutura, os presidentes de DERs e também o próprio superintendente do DNIT, com vistas a cada um dar sua visão de como estão essas rodovias. Ouvimos também Parlamentares. O Deputado Bilac Pinto foi um dos que estiveram conosco várias vezes, o Deputado Aelton Freitas também, para discutir essa questão específica de Minas.

Em um segundo momento, o Governo Federal, por determinação da Presidenta Dilma, determinou que a Casa Civil e o Ministério do Planejamento se incorporassem este ano para desdobrar isso. Então, foi promovido pela Casa Civil um encontro de representantes dos governos estaduais para aprofundar essas discussões. Naturalmente que a proposta do Governo era mais restritiva, de absorver menos rodovias, em razão de que

até essas rodovias, pelo entendimento – e verdadeiro – do Governo, eram estaduais, e não federais mais. Pôrém, com o decorrer das demandas que chegaram, o Governo foi sensível a tudo isso e ampliou, inclusive, a possibilidade de federalizar uma parte maior da malha rodoviária.

Esse ciclo – o Dr. Leonardo está aqui e pode complementar – está praticamente encerrado. O senhor ouviu todos os governos estaduais interessados, com exceção de Pernambuco, porque este disse que quer as rodovias e já estadualizou mesmo as rodovias. Portanto, ouviram-se todos, absorveu-se grande parte dos problemas. Foi determinação da Presidente que isso pudesse ser feito da melhor forma possível. Isso tem um custo maior para o Governo Federal, porque incorporar na sua malha de novo, embora até aqui nós saibamos que a manutenção dessas rodovias já está sendo feita pelo Governo Federal, mas, ao reabsorver, isso significa dizer que elas serão feitas agora indefinidamente, quer dizer, um custo que se incorpora de forma definitiva, e o Governo sabe que isso acaba pesando para ele. De qualquer forma, o Governo foi sensível a isso, a esse atendimento, inclusive no caso de Minas.

Em Minas, há algumas questões que nos preocuparam, porque o governo de Minas, em alguns momentos, segmentava as rodovias para efeito de concessão. Ele pegava uma rodovia federal e dizia: "Esse pedacinho do meio eu quero para concessão; a banda da direita e a da esquerda eu não quero para concessão." Eu não posso segmentar a rodovia e dizer que um pedaço dela vai ser estadual e o outro pedaço, federal, volta a ser federal. Aí não dá. Eu posso ter uma ponta de rodovia que pode se tornar estadualizada, mas eu não posso tê-la segmentada, no meio dela, como era a proposta do governo de Minas. Nós tentamos, então, renegociar isso – o Dr. Leonardo pode falar a respeito – e chegamos a um bom entendimento com o Governo de Minas, e ajustamos as propostas.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Obrigado, Dr. Luciano.

O SR. LEONARDO NUNES – Posso só complementar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Pois não.

O SR. LEONARDO NUNES – É para a Deputada, até para dar o estado da arte.

Nós conversamos com os 14 Estados no Palácio. A Regina até foi lá a uma das reuniões com o Estado do Paraná, com a gente. Nós apresentamos a nossa proposta técnica, apresentamos as nossas planilhas, discutimos os critérios técnicos, ouvimos as ponderações dos Estados. Durante três dias, nós recebemos os 14 Estados. Todas as reuniões, sem exceção, foram profícias. Os Estados nos ouviram, responderam às nossas indagações, e vice-versa. Depois, nós continuamos as conversas por e-mail e telefone, e tivemos uma contraproposta formalizada de cada um dos 14 Estados. Então, temos uma proposta formal dos Estados hoje. Isso está em negociação, é claro, mas a ideia é que a gente chegue, sim, a um entendimento com todos os Estados.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – De tal modo que essa contraproposta está contemplada na MP, tal como ela foi encaminhada.

O SR. LEONARDO NUNES – É, o que está sendo discutido é que, dentro desses 14.000km, fizemos uma proposta – digamos, X e Y –, eles responderam A e B, obviamente. Mas achamos que as coisas não estão tão distantes. Acreditamos que certamente chegaremos a um entendimento, dentro dos critérios estabelecidos na MP, dentro desses 14.000km. Então, achamos que o processo foi bem encaminhado.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Eu agradeço e menciono o porquê da minha preocupação. Nós estamos com um projeto de lei em exame na Câmara sobre a renegociação da dívida dos Estados, que é um problema enorme exatamente por conta dessas – vamos dizer – incompreensões tópicas. Então, há um momento em que se diz: "Chegamos a um acordo, mas agora já não estamos mais em acordo". Então, é para que nós possamos fazer uma votação com fluência de uma matéria com tanta importância e tanto impacto, tanto para os entes federados quanto para a União, como está claro que essa matéria é. É por isso que eu estou fazendo essa pergunta. Mas a sua informação é de que há um entendimento sólido.

O SR. LEONARDO NUNES – Sim.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. PMDB - PR) – Muito obrigado, Deputada Margarida Salomão.

Obrigado também ao Deputado Bilac Pinto.

Agradeço a todos que participaram desta audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, DE 2016, PUBLICADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2016, QUE “DISPÔE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUANDO VERIFICADA SITUAÇÃO DE IMINENTE PERIGO À SAÚDE PÚBLICA PELA PRESENÇA DO MOSQUITO TRANSMISSOR DO VÍRUS DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14H00MIN, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Odorico Monteiro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 712, de 2016, com a presença dos Senadores José Pimentel, Simone Tebet, Dário Berger, Telmário Mota, Regina Sousa, Hélio José, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão; e dos Deputados Conceição Sampaio, Miguel Lombardi, Rômulo Gouveia, Newton Cardoso Jr, Raimundo Gomes de Matos, Luiz Lauro Filho, Carmen Zanotto, Mandetta, Clarissa Garotinho, Laura Carneiro, Jorge Solla e Eduardo Barbosa. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, Deputado Newton Cardoso Jr, para apresentação do Plano de Trabalho (Requerimento nº 1, de 2016), subscrito pelas Deputadas Carmen Zanotto e Laura Carneiro e pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos. O Presidente apresenta o Requerimento nº 2, de 2016, que é subscrito pelas Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto. A Presidência comunica que há sobre a mesa os Requerimentos nº 3 e 4, de 2016, de autoria da Deputada Carmen Zanotto. Encerrada a discussão e colocados em votação, são aprovados os Requerimentos nº 1, 2, 3 e 4, de 2016, na forma do Requerimento nº 5, de 2016 (Plano de Trabalho Consolidado). Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputadas Carmen Zanotto, Laura Carneiro, Clarissa Garotinho, Conceição Sampaio; e os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Jorge Solla e Miguel Lombardi. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Odorico Monteiro, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado ODORICO MONTEIRO
Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Boa tarde a todos, Srs. Deputados, Srás Deputadas, Srs. Senadores, Srás Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 712, de 2016.

A presente reunião destina-se à apreciação de plano de trabalho.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Deputado Newton Cardoso Jr.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde aos senhores e às senhoras Deputados e Deputadas.

Senhoras e senhores, estamos aqui para a apresentação da nossa proposta de plano de trabalho relativa à Medida Provisória nº 712.

Por gentileza, o som está um pouco baixo.

Farei agora a leitura da nossa proposta de plano de trabalho para a devida apreciação de V. Exás.

A Medida Provisória nº 712, de 25 de fevereiro de 2016, dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do zika.

Prevê que em caso de iminente perigo à saúde pública pela presença desses vírus, a autoridade máxima do Serviço Único de Saúde de âmbito federal, estadual, distrital e municipal fica autorizada a determinar e a executar as medidas necessárias ao controle das doenças.

Dispõe que dentre as medidas estão a realização de visitas a imóveis públicos e particulares para a eliminação do mosquito e de seus criadouros e a realização de campanhas educativas e de orientação à população.

Além disso, fica autorizada a entrada forçada em imóveis públicos e particulares no caso de situação de abandono ou de ausência.

Nesses casos, o agente público competente irá emitir um relatório circunstanciado no local em que for verificada a impossibilidade de entrada.

Quando for necessário, o agente público poderá requerer auxílio à autoridade policial.

Dada a proporção que o assunto tomou em âmbito nacional, centenas de emendas foram apresentadas à medida provisória original com diversas derivações do tratamento do mérito. Todas elas merecem atenção especial, tendo em vista que o caso é maior do que o mero texto legal sugerido pela medida provisória.

Para o devido atendimento à expectativa levantada a partir da edição da matéria, propõe-se convidar diversos órgãos correlatos da sociedade civil e do Poder Judiciário, com destaque para o Ministério Público, governos federal, estaduais e municipais, com várias de suas autarquias, empresas públicas especializadas, de forma a consolidar o pensamento, assim como as ações necessárias ao pleno atendimento dos objetivos maiores.

É nesse sentido que apresento o plano de trabalho a seguir.

De acordo com o art. 62, §9º, da Constituição Federal:

Art. 62.

§9º Caberá à Comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Para tanto, como Relator desta Comissão, sugiro as seguintes atividades a fim de orientar a elaboração do relatório.

Atividades propostas:

- realização de três ou mais audiências públicas a fim de debater as matérias constantes na MP 712;
- convite às instituições para participarem dos debates;
- análise das emendas apresentadas;
- reuniões de trabalho para discussão do relatório;
- apresentação do relatório.

Cronograma:

- 9 de março de 2016, hoje: apresentação do plano de trabalho;
- 16 de março de 2016, na próxima semana: realização da primeira audiência pública, que, por sugestão, seria uma audiência institucional; o objetivo é que sejam ouvidos os órgãos mais representativos e mais ligados às ações imediatas de combate à disseminação do mosquito; portanto, nós listamos alguns deles – esta lista não é conclusiva: Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde); Conas (Conselho Nacional de Assistência Social); Frente Nacional de Prefeitos; Ministério da Saúde, através da Secretaria de Vigilância Sanitária; Confederação Nacional dos Municípios; Associação dos Municípios do Brasil; Conacs (Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde); um grupo de trabalho na Casa Civil que foi constituído especificamente para esse objetivo; Ministério Público Federal, tendo em vista a situação de entrada nas casas de particulares ou mesmo em imóveis públicos e as devidas consequências dessas entradas, que precisam ser analisadas; um convite especial à comissão externa do zika vírus, por solicitação do próprio presidente da comissão externa, para que eles possam participar e compartilhar os conhecimentos que estão sendo adquiridos naquela comissão; e outras entidades correlatas;
- 22 de março de 2016: segunda audiência pública, com um viés mais científico, objetivando que sejam ouvidos especialistas, empresas públicas, órgãos, autarquias correlacionadas à matéria da medida provisória, com a intenção de se tratar o estado da arte atual, da tecnologia para combate ou eliminação do mosquito; por sugestão, Ministério da Saúde; Ministério da Agricultura, para fins de discussão de combate biológico da disseminação do mosquito; Fiocruz; Instituto Butantan; novamente, os três últimos aí: a comissão externa da zika; o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista sugestões de combate inclusive com energia nuclear, para a esterilização ou controle bioquímico do mosquito; grupo de trabalho da Casa Civil;
- 30 de março de 2016 (previsão): terceira audiência pública, com o objetivo de ouvir novamente as prefeituras, as secretarias municipais de saúde, juntamente com os integrantes da Comissão, para que estes possam discutir de forma mais técnica, com um viés mais operacional, quais serão as medidas efetivamente implementadas e que constarão no texto do relatório para compor o texto legal que pretendemos aprovar nesta Comissão.
- final do mês de abril: apresentação do relatório, caso não ocorram nenhuma outras audiências públicas; essa é a nossa previsão.

Há sobre a mesa também...

O senhor gostaria que eu fizesse a leitura, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Sendo esse o plano de trabalho proposto, submeto-o a V. Ex^{as}s para análise e aprovação.

Retorno agora os trabalhos para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputado Newton Cardoso.

Aproveito e o parabenizo pela apresentação do plano de trabalho. Eu acho que o plano de trabalho está bem conciso e, sem dúvida, responde.

Eu passo à discussão.

Já está inscrita a Deputada Carmen Zanotto, que também subscreveu um requerimento nosso sobre os trabalhos – e a Deputada Laura Carneiro também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Sr. Presidente, eu proporia que acolhêssemos todos os requerimentos e aprovássemos o plano de trabalho com todos os requerimentos, sem prejuízo da discussão, porque, quando for 16h, a Câmara e o Senado poderão iniciar a Ordem do Dia e esse grande esforço dos nossos pares para dar quórum pode ficar prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Nós votamos e...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – E fazemos o debate outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Depois, fazemos a discussão. Ótimo!

Em discussão. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o plano de trabalho e com o bloco dos requerimentos apresentados a esta Comissão permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2016

Solicita a realização de Audiências Públicas com a finalidade de instruir a Medida Provisória 712/2015.

Autoria: Deputado Odorico Monteiro e outros.

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2016

Requer a realização de Audiência Pública para debater a respeito da fiscalização e limpeza dos imóveis além de aplicação de multas para reincidentes com foco do mosquito Aedes aegypti.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2016

Requer a realização de Audiência Pública para debater, orientar e informar a respeito da criação de um cadastro regionalizado e pormenorizado de todas as crianças com deficiência, a partir da integração dos sistemas de informação e banco de dados governamentais.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto.

REQUERIMENTO Nº 5, de 2016

Medida Provisória nº 712, 2016 (CMMRV 712/2016)

Proposta de Plano de Trabalho

Presidente: Senador Paulo Bauer

Vice-Presidente: Deputado Odorico Monteiro

Relator: Deputado Newton Cardoso Jr

Relator-Revisor: Senador Humberto Costa

1. APRESENTAÇÃO

A Medida Provisória nº 712 de 25 de fevereiro de 2016 dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Prevê que em caso de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, Chikungunya e do Zika Vírus, a autoridade máxima do Sistema Único de Saúde (SUS) de âmbito federal, estadual, distrital e municipal fica autorizada a determinar e executar as medidas necessárias ao controle das doenças.

Dispõe que dentre as medidas estão a realização de visitas a imóveis públicos e particulares para eliminação do mosquito e de seus criadouros e a realização de campanhas educativas e de orientação à população. Além disso, fica autorizada a entrada forçada em imóveis públicos e particulares, no caso de situação de abandono ou de ausência. Nesses casos, o agente público competente irá emitir um relatório circunstanciado no local em que for verificada a impossibilidade de entrada. Quando for necessário, o agente público poderá requerer auxílio à autoridade policial.

Dada a proporção que o assunto tomou em âmbito nacional, centenas de emendas foram apresentadas à Medida Provisória original, com diversas derivações do tratamento do mérito. Todas elas merecem atenção especial, tendo em vista, que o caso é maior que o mero texto legal sugerido pela MP. Para o devido atendimento à expectativa levantada a partir da edição da matéria propõe-se convidar diversos órgãos correlatos da sociedade civil, Poder Judiciário, com destaque para o Ministério Público Federal, Governos Federal, Estadual e Municipal, com várias de suas autarquias e empresas públicas especializadas, de forma a consolidar o pensamento, assim como ações necessárias ao pleno atendimento dos objetivos maiores. É neste sentido que apresento o plano de trabalho a seguir. De acordo com o artigo 62, § 9º, da Constituição Federal, cabe à Comissão Mista examinar as Medidas Provisórias e sobre elas emitir parecer, antes da tramitação, no Plenário de cada Casa do Congresso Nacional. Para tanto, como relator desta comissão, sugiro as seguintes atividades a fim de orientar a elaboração do relatório.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

- A realização de três ou mais audiências públicas a fim de debater matérias constantes na MP 712/2016;
- Convite às instituições para participarem dos debates;
- Análise das emendas apresentadas;
- Reuniões de trabalho para discussão do relatório;
- Apresentação do relatório.

3. CRONOGRAMA

. Apresentação do Plano de Trabalho 09/03/2016

. 1ª Audiência Pública: 16/03/2016 (quarta-feira) Audiência institucional – ouvir representantes do Governo Federal, Ministério da Saúde, Ministério Público Federal, para que todos os pontos sejam esclarecidos, como o objetivo de que nenhum direito relacionado à invasão de privacidade seja ferido.

Convidados:

- a. Ministério da Saúde;
- b. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- c. Ministério da Justiça
- d. Exército Brasileiro
- e. Grupo de Trabalho da Casa Civil;
- f. MPF;
- g. CEXZIKA;
- h. Outras entidades correlatas.

. 2ª Audiência Pública: 22/03/2016 (terça-feira) Audiência Operacional – ouvir os representantes das Prefeituras e das Secretarias de Saúde estaduais e municipais juntamente com agentes e técnicos.

- a. Ministério da Saúde (SVS);
- b. FNP;
- c. CONASEMS;
- d. CONASS;
- e. CNM;
- f. CONACS;
- g. FENASCE

h. Outras entidades correlatas;

. 3ª Audiência Pública: 30/03/2016 (quarta-feira) Audiência científica – ouvir especialistas no assunto, e representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI, que apresentarão novas ações e tecnologias como alternativas de combate ao mosquito.

Convidados:

a. Ministério da Saúde;

b. ANVISA;

c. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação;

d. Ministério do Meio Ambiente;

e. Moçame;

f. Instituto Butantã;

g. Fundação Osvaldo Cruz;

h. Instituto Evandro Chagas;

i. Sanofi Pasteur;

j. Outras entidades correlatas

.4ª Audiência Pública: 06/04/2016 (quarta-feira) Rede de Proteção Social e de Saúde no atendimento e atenção às famílias com casos de microcefalia.

a. Ministério da Saúde;

b. Casa Civil da Presidência da República;

c. Ministério do Desenvolvimento Social;

d. Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco;

e. Representantes de mães com filhos (as) portadores de microcefalia;

f. CONGEMAS;

g. Pesquisadora Lúcia Brito chefe de serviço de neurologia do Hospital da Restauração, de Pernambuco;

h. Outras entidades correlatas.

Apresentação do Relatório: Início de abril/2016.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Agora, podemos discutir à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso.

A primeira inscrita é a Deputada Carmen Zanotto. Eu passo para a Deputada Carmen Zanotto, que é também da comissão externa sobre a zika da Câmara dos Deputados. Depois, a Deputada Conceição.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Eu quero saudar o nosso Vice-Presidente, que exerce a Presidência desta Comissão da Medida Provisória nº 712, que é o Deputado Odorico.

Eu quero saudar e agradecer a sensibilidade do Deputado Newton Cardoso, quando da nossa última reunião, quando fizemos o apelo da escolha do Relator, por ser uma matéria extremamente importante. É fundamental que avancemos o mais rapidamente possível nos trabalhos dessa medida provisória.

Como o Deputado Odorico colocou, nós somos vários Parlamentares, Deputados e Deputadas, que estamos aqui e que participamos da comissão externa. Não temos muito prazo. Além do prazo regimental, nós temos o prazo que é o prazo da sociedade esperando uma resposta desta Casa com relação a esse tema. Basta vermos o número de emendas que foram apresentadas a essa medida provisória.

Além de parabenizar pela proposta do plano de trabalho, eu gostaria de propor que fôssemos muito coesos em termos de número de audiências públicas, para que possamos avançar na proposta principal. Já há um acúmulo de debates por parte de Deputados e Deputadas – e tenho certeza de que também por parte dos Senadores e das Senadoras – para que possamos avançar nessa medida provisória. Então, o meu grande pedido é que possamos, nobre Presidente e nobre Relator, avançar na construção e na conclusão dos trabalhos dessa medida provisória exatamente como está proposto aqui. Que não avançássemos muito mais que três audiências públicas, mas que nós focássemos em complementar todas as demandas parlamentares para as audiências públicas, como aqui foi aprovado – e que todos vamos subscrever –, para que possamos ter o relatório final a partir das três audiências públicas e a partir também do conjunto de propostas de emendas que foram apresentadas, porque as emendas são bem consistentes e avançam na medida provisória. Eu não percebi, até o momento, nenhuma emenda que possa ser alheia e que não esteja correlata à medida provisória ou nenhum jabuti – o termo como é conhecido na nossa Casa – porque precisamos avançar nesse processo.

Eu queria me colocar totalmente à disposição do Relator e do Presidente para que possamos avançar, porque a sociedade pede que avancemos nessa medida provisória, que foi encaminhada pelo Governo. Ela abre a possibilidade de avançarmos na legislação o mais rapidamente possível, a partir do que nela for implementado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Passo agora a palavra para a Deputada Laura Carneiro.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Sr. Presidente, é apenas para parabenizar o nobre Deputado Newton Cardoso pelos requerimentos, e fazer uma sugestão rápida. Todos nós, de alguma maneira, já estudamos essa matéria, seja nas comissões de seguridade, seja na comissão externa, seja no dia a dia das nossas cidades. Então, além das audiências públicas, sugere o Deputado Newton Cardoso – e nós aprovamos – essas reuniões de trabalho. V. Ex^a já me conhece e sabe que eu sou pouco formal. Então, eu sugeriria que nós fizéssemos essas reuniões. A gente senta a uma mesa, não precisa de microfone, não precisa de nada disso, rapidinho, vai analisando as emendas previamente, mas conversando. O que for consensual a gente já junta para o relatório. O que for briga a gente depois, lá na frente, briga. Eu duvido que tenha, porque todos aqui têm o mesmo interesse de que essa matéria seja votada com a maior brevidade possível. Então, V. Ex^a pode, ao lado das reuniões formais, proceder a uma ou duas reuniões informais, em que nós estudaríamos com o Relator Newton Cardoso Jr., as emendas, que são muitas. Estaríamos ajudando o Deputado e, ao mesmo tempo, dando velocidade ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputada Laura.

Na realidade, o plano de trabalho com o requerimento que foi apresentado só tem um acréscimo. Há uma coincidência muito grande entre o requerimento aprovado e o plano de trabalho. Fica aí só a questão das vacinas, que acho que envolve a importância de trazer os institutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Passo a palavra à Deputada Clarissa Garotinho.

A SR^a CLARISSA GAROTINHO (Bloco/PR - RJ) – Boa tarde a todos!

Agradeço primeiramente o meu Partido, por ter me indicado para compor esta Comissão, tendo em vista que, na condição de Parlamentar e gestante, neste momento, tenho não apenas acompanhado essa discussão, mas também vivenciado, no dia a dia, o drama que a maioria das mulheres grávidas está vivendo desde que se começou essa discussão do zika vírus e a sua relação com a microcefalia.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que aprovo também o plano de trabalho e as audiências públicas, e dizer, Sr. Vice-Presidente, que essa luta tem que ser em três vertentes. Uma é a vertente institucional, o papel dos governos. Nós não podemos dizer aqui que nós não devemos, por exemplo, cobrar dos governos o investimento em saneamento básico, medidas como as que nós estamos discutindo nessa medida provisória, de visitas de agentes de endemias aos domicílios para combater os focos e criadouros dos mosquitos. Essa também tem que ser uma ação coletiva, de toda a sociedade, de buscar, pelo menos dentro da sua casa, combater os criadouros do mosquito.

Mas também há medidas de prevenção individual. Nelas, a gente encaixa principalmente o uso dos repelentes. Primeiro, eu estou fazendo essa introdução para justificar o pedido que eu vou fazer ao Relator em breve. Eu, como gestante, vivenciei, durante todo esse momento, aquilo que as demais gestantes brasileiras estão vivenciando: primeiro, a alta do preço dos repelentes. Os repelentes estão custando três vezes mais caro do que custavam antes de toda essa discussão sobre o zika vírus. Junto com isso, o sumiço dos repelentes das prateleiras das farmácias. Eu, pessoalmente, procurando tanto no Rio de Janeiro, meu Estado de origem, como aqui em Brasília, enfrentei, como muitas outras mulheres, filas de espera, pagando às vezes até mais caro do que a farmácia cobrava para você tentar conseguir o produto, ficando às vezes uma semana ou quinze dias na fila de espera para conseguir um ou dois frascos de repelente. Se essa é uma das medidas mais importantes, eu acredito que ela deva estar ao alcance da população. Eu apresentei um projeto de lei na Câmara dos Deputados, e a esse projeto três outros projetos estão apensados. Infelizmente, não houve tempo para apresentar a medida que nós apresentamos como forma de emenda a esta medida provisória.

Por isso, eu gostaria, Deputado Newton, de pedir a V. Ex^a como Relator que tivesse sensibilidade. Não se trata de um jabuti, porque, quando a gente fala de um jabuti em uma medida provisória, a gente está falando de temas que não são absolutamente correlatos em nada e, geralmente, o termo jabuti é associado a questões negativas que, muitas vezes, são colocadas em uma medida provisória.

Eu sei que esta medida provisória trata mais especificamente da visita dos agentes. Não apenas, mas mais disso e de campanhas educativas, mas, como não houve a emenda, eu queria fazer uma sugestão a V. Ex^a como Relator que a gente pudesse incluir o que está exposto neste projeto de lei, com três apensados já na Câmara dos Deputados, porque a tramitação da medida provisória vai ter uma agilidade muito maior do que a tramitação dos projetos de lei, principalmente porque as comissões permanentes da Câmara nem estão instaladas ainda, então os projetos não estão distribuídos para relatoria. Isso tudo está dificultando muito.

São basicamente dois pontos neste projeto: o primeiro é solicitando a inclusão do repelente com compostos à base de Icaridina, Deet e IR3535. Especificamente esses porque são os recomendados pelos especialistas como a maior eficácia de combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Então, por isso, essa especificação para que eles possam estar como um item na cesta básica nacional. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, já aprovou isso na cesta básica estadual, e eu entendo que essa é uma medida necessária para facilitar o acesso aos repelentes, porque a cesta básica vai atender, principalmente, a população de baixa renda. E também nós estamos solicitando neste projeto a desoneração do PIS e Cofins nos repelentes. Se a gente imaginar hoje, por exemplo, fio dental não paga PIS/Cofins; pasta de dente não paga PIS/Cofins; uma série de outros produtos já não pagam PIS e Cofins, e como é que a gente pode exigir neste momento em que os preços estão mais caros, a matéria-prima desses produtos, como a Icaridina, que é importada, então a alta do dólar está dificultando ainda mais e aumentando os preços dos repelentes... Eu acredito que a desoneração não gere um impacto tão forte assim no caixa do Estado, mas é uma medida que teria um alcance social extremamente importante.

Eu vou formalizar depois essa solicitação por escrito também a V.Ex^a, que é o Relator, mas não poderia deixar de fazer essa colocação aqui, primeiro por sensibilidade ao momento em que o Brasil todo está vivendo e compartilhando, especificamente, desse momento. A maternidade é um sonho de quase todas as mulheres, é um momento mágico que a gente quer vivenciar e é difícil, nesse momento, a gente ter a nossa mente tão ocupada com tantas preocupações, substituindo, às vezes, até o nosso perfume diário pelo repelente. É o que está acontecendo hoje.

Então queria pedir essa sensibilidade e eu estou colocando isso logo hoje, na primeira reunião, porque, como eu já estou com um número avançado de semanas, já estou com quase sete meses, então daqui a pouco, eu não vou mais poder embarcar por exigências da companhia aérea, provavelmente vou ter de tirar uma licença médica e não sei se conseguirei estar até o fim presente nesta Comissão. Assim já estou deixando aqui o pedido e a colocação feita de antemão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputada Clarissa Garotinho.

Passo a palavra à Deputada Conceição.

A SR^a CONCEIÇÃO SAMPAIO (Bloco/PP - AM) – Obrigada, Deputado Presidente, Deputado Odorico, Deputado Newton, também quero cumprimentar aqui os colegas Parlamentares, Senadores, e até dizia isso a Clarissa agora: "Que bom que você está nesta medida provisória, Clarissa, porque você traz o olhar para dentro desta Comissão de uma mulher grávida." Eu acho que isso faz a diferença também, porque o texto da medida provisória é muito curto, muito simples, mas, certamente, Deputado Newton, é através da relatoria de V. Ex^a que nós vamos dar o tamanho que o Brasil precisa ter nesta medida provisória agora, com o acolhimento das emendas propostas pelos Deputados e Deputadas e Senadores aqui, desta Comissão.

Quero cumprimentá-lo pelo plano de trabalho apresentado neste primeiro dia, nosso querido Vice-Presidente, também nosso Presidente, e só fazer aqui um apelo em relação a uma dessas audiências com o Ministério da Saúde, para que a gente possa discutir também a questão do boletim epidemiológico, porque, Deputado Newton, lá no Amazonas, nós tivemos um problema muito sério.

O último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde apontava que no Amazonas e no Amapá – mas eu falo com relação ao Amazonas, Deputada Laura – não havia nenhum caso de microcefalia relacionado à questão do zika vírus, só que é muito recente essa discussão no Estado brasileiro. Então, três maternidades acabaram recentemente informando que mais de 400 mulheres tiveram seus filhos, e essas crianças, na hora de fazer a medição do perímetro encefálico, saíram com 32cm abaixo ou 32cm, só que hoje a Organização Mundial de Saúde já aponta que podemos analisar 32cm para baixo. Então, assim, quantas crianças hoje podem estar, no meu Estado, com a microcefalia com essa relação direta com o zika sem uma notificação? Falo com relação ao Amazonas, mas, certamente, se formos analisar, estamos falando aqui do País.

Então, não podemos deixar de reavaliar a questão do boletim epidemiológico, porque é a partir daí que vamos, Deputado Lombardi, Deputada Laura, Deputada Carmen, justamente fazer ou não investimentos para aquele Estado. Acho que esse é um ponto primordial. Precisamos ter em audiências públicas essa informação e fazer uma discussão em torno dessa problemática. Apontamos o Amazonas, mas certamente é a realidade que temos aí, uma realidade espalhada em vários Estados desta Federação.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputada Conceição.

Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. Senadores e Deputados, talvez o Congresso Nacional ainda não tenha assumido o grau de importância que é essa medida provisória. Talvez até a não presença de alguns Senadores demonstre uma certa simplicidade pela edição dessa medida provisória, mas é gravíssima a situação. V. Ex^a vai ter a missão.

É importante também sabermos a disponibilização dos consultores, quem são os consultores que darão apoio ao seu relatório, ao seu texto, porque rapidamente eu tive acesso às 108 emendas. Essas 108 emendas perpassam por várias ações intersetoriais de vários ministérios, não vai ser somente o Ministério da Saúde.

A Câmara Federal, através do Presidente, Eduardo, acatou uma proposta de vários Parlamentares de criar uma comissão externa, que está sendo presidida por Osmar Terra, que tem lá o eixo da prevenção, o eixo dos cuidados da criança, da gestante, a questão de toda a parte laboratorial, de pesquisa. Eu não sei se o Senado está adotando alguma medida paralela nesse sentido.

A medida provisória diz o seguinte: adotar “medidas de vigilância e saúde [em vigilância e saúde, cabem muitas coisas] quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública [...]”. Ora, a Organização Mundial de Saúde já decretou estado de emergência internacional, o próprio Ministro também já oficializou, então não cabe nem esse “quando”. Estamos já na situação de grandes problemas para usar da estratégia.

Em paralelo, existem lá na Câmara, com certeza também aqui no Senado, várias propostas que vão talvez na contramão do que V. Ex^a puder apresentar, por exemplo, a Política Nacional de Saneamento Básico. Estão lá os prefeitos cobrando que a Política Nacional de Saneamento Básico não ocorra antes de 2019. E aí? Eu vou cuidar da minha casa, os órgãos vão cuidar das suas áreas, o mosquitinho vai voar e vai lá para o aterro sanitário.

Então, existem propostas de emendas que vão gerar muitas complexidades. A remuneração dos servidores que estão na ponta, os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate às endemias, como será tratada? Esse apoio também das Forças Armadas. Em contato que eu tive no Ceará com o General Comandante da 10^a Região, ele disse: “nós colocamos a tropa, mas, se faltar o recurso, não soltamos tropa.” Como está acontecendo com os carros-pipa: na perspectiva de que vai ser liberado daqui a uma semana, a duas semanas, pararam 30% dos carros-pipa, porque o dinheiro não chegou. O Exército não vai botar a sua tropa na rua, em virtude do recurso financeiro.

Então, a complexidade dessa medida provisória é gravíssima. A Deputada coloca que temos que dar um incentivo, questão de subsídio. Há tanto subsídio para tantas coisas aí, carro, montadora, os laboratórios, as pesquisas, a indústria farmacêutica. Então, a complexidade dessa medida provisória é bastante ampla. E a presença aqui, com certeza, do Conselho Nacional, da sociedade brasileira, dos institutos de pesquisa, vai fazer com que possamos exercer as nossas prerrogativas de articularmos, junto com os consultores, um texto que possa até substituir já uma proposta que se tem de uma política nacional.

Se nós formos discutir política nacional, no linguajar do Nordeste, morre o burro e quem o tange. Infelizmente, muitas crianças vão nascer. Infelizmente, vai haver óbitos. Quer dizer, os indicadores, em termos de saúde e combate, que são a questão da zika e da hidrocefalia, vão ficar, no mapa internacional, um pouco complicados.

Então, desejo sucesso a V. Ex^a. Essa missão, com certeza, vai ser árdua, junto com o nosso Senador Presidente, Deputado Odorico Monteiro, que tem conhecimento também de epidemiologia, tem um conhecimento na área de saúde bastante importante.

Conte conosco para fazermos um texto à altura do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Está inscrito o Deputado Jorge Solla e, depois, o Deputado Miguel Lombardi.

Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Obrigado, Deputado Odorico.

Eu não estava aqui na hora que foi finalizada a votação do plano de trabalho, mas, rapidamente, eu gostaria de apoiar o desenho que foi feito. Eu acho que, trabalhando com três audiências, se concentra em aspectos mais relevantes que precisamos.

Depois, eu teria algumas sugestões de menor monta em relação à composição dos convidados, mas pode ficar para outro momento.

Agora, eu queria lembrar também que, na Comissão de Seguridade Social e Família, nós tivemos um projeto que foi aprovado no final do ano passado e que precisamos tentar ajustar, porque é exatamente o mesmo tema.

Foi apresentado inclusive um requerimento de urgência para ele, assinado pelos Deputados da Comissão...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Por todos.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – ... Por todos os Deputados – bem lembrado –, e ele foi encaminhado à Mesa da Câmara. Então, eu acho que não é adequado que tramite de forma paralela com...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Deputado Solla, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Claro, por favor.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Talvez o ideal fosse nós colhermos todos os projetos de lei existentes no Senado e na Câmara, juntarmos e fazermos um substitutivo. Quer dizer, o Deputado Newton faz um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Apensamento geral...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Não, você não pode apensar, mas você pode usar os textos. Aí, automaticamente, as matérias estarão prejudicadas. Ao mesmo tempo, você atinge o objetivo.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Qual é a vantagem? Ganhar tempo na aprovação.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Você está numa emergência. Numa emergência, vale a rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso, tem que ganhar tempo para isso. Muito bem.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – A ideia é essa, Odorico. Inclusive porque a temática da medida provisória se atém aos imóveis fechados. Mas não só nas propostas que devem ter sido apresentadas surgem outras ações e outros aspectos, como, no projeto aprovado na Comissão de Seguridade, também já se abordavam outros aspectos da temática de enfrentamento da epidemia. Então, acho que essa sugestão da Deputada Laura é muito interessante, porque resolve a questão de não ficarmos despendendo muitos esforços em alguma coisa para a qual temos que dar uma resposta rápida, imediata.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputado Jorge Solla.

Deputado Miguel Lombardi.

O SR. MIGUEL LOMBARDI (Bloco/PR - SP) – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar o Deputado Odorico na condução dessa abertura maravilhosa; o Deputado Newton, Relator, por essa abertura também. Quero cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados que me antecederam e apontaram sugestões muito importantes para o projeto, e nenhum é jabuti, são todos da matéria, muito bem colocado pela Deputada Carmen também.

Eu tenho uma preocupação, também, que nós discutimos muito na Comissão de Seguridade Social e Família. O Governo Federal colocou apenas R\$150 milhões em disponibilidade para o combate à dengue no Brasil todo. O Estado de São Paulo, que é a minha origem, colocou R\$10 milhões simplesmente.

Então, foi sempre um trabalho incessante, junto ao Ministério da Saúde, a divulgação das campanhas relativas à dengue e o que ela poderia causar. Infelizmente, tem tudo o que ela está causando, desencadeando várias outras doenças.

A minha preocupação – estava discutindo aqui com a Deputada Carmen – é que revisamos o piso dos servidores e teve uma diminuição de agentes. Teremos uma campanha para entrar nos imóveis forçadamente, mas precisamos ver se teremos os agentes suficientes para fazer isso, no País.

Esse é um apelo ao Relator sobre se tem a possibilidade de também discutirmos essa matéria por número de habitantes. Não sei qual a melhor maneira, mas devido à reavaliação do piso dos servidores, os agentes já diminuíram em muitos Municípios e isso é preocupante. Essa é a colocação. E em São Paulo, em vários Municípios a lei está forçando e também aplicando penalidades. É outra forma de a gente.... Não que a gente queira prejudicar, tributar mais ainda as pessoas com multas, mas aqueles imóveis que infelizmente.... Para que esse projeto venha a contemplar a entrada forçada nesses imóveis, que também os proprietários sejam responsabilizados por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Obrigado, Deputado Miguel.

Veja só, eu estou aqui com a Clarisse, trabalhando. Ela inclusive está sugerindo que a gente já aprove o norte de algumas unificações. Veja o que ela, como Secretária dos trabalhos, está sugerindo.

Na realidade, o plano de trabalho contempla as ações governamentais e as entidades e instituições envolvidas, no caso Ministérios; Conass; Conasems; Frente Nacional de Prefeitos; CNM; a Conacs, dos agentes comunitários de saúde; a Fenace, dos agentes comunitários de endemias. Então seria um bloco.

Outro bloco está ligado à questão da parte científica: o estado da arte das vacinas e da incorporação tecnológica: Butantã, Fio Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso aí unifica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Junta. Junta aí. Só tem uma que não está contemplada no plano de trabalho, que a gente avalia se manteria. Eu acho que é importante manter, que é como está o Estado da arte da Rede de Proteção Social para atenção às famílias com crianças portadoras de microcefalia. Então, é preciso avaliar se mantém-se a prova, ou não.

Eu queria colocar isso até para facilitar os trabalhos futuros, bem como verificar se estamos em condições de aprovar ou não.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Presidente, eu até tenho já esboçado e só não tinha sido autenticado um requerimento nesse sentido, de que a gente precisa discutir, além de todas as ações de prevenção e da questão de ciência e de pesquisas, a questão dos centros de referência, do cadastro dessas crianças com microcefalia.

Então, como proposta de termos a terceira audiência pública, que fosse nesse sentido de como estão os serviços que vão acolher essas crianças que estão nascendo com microcefalia? Como isso vai se dar no País? Os centros de referência?

A gente está vendo, na Comissão externa, que há regiões com muitos casos em que o deslocamento da mãe com o seu bebê vai se dar em torno de duas horas e trinta a três horas, em função da distância.

Nós sabemos que os recursos são poucos e temos que apontar para a priorização de algumas questões como a implantação de alguns centros de referência onde temos um maior número de casos.

Acho que deveríamos deixar reservada uma das audiências para esse sentido mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso. Então, nesse sentido...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – O que eu sugerir? O que poderia fazer era o dois do Odorico passarem a ser... Não, minto. O três do Odorico estão na um. Minto. Está na dois do Newton. A três do Newton passa para a um, junta com a um. É institucional.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso, isso.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Claro, talvez não se chamem tantas entidades, mas aqui está repetindo e se junta.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – O que pode fazer é talvez mais de um dia, ou se for o caso, em dois blocos, em dois momentos.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Não. Faz uma reunião grande, como a gente faz na Comissão, de dois blocos.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso. De dois blocos.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Mas a audiência grande...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – De dois blocos. A gente faz o tempo todo.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Uma audiência a mais, gente? A previsão é essa. A previsão é de mais uma audiência.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – A terceira audiência sua junta com a primeira.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Não precisa, Laura, pelo seguinte, Deputada...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Pode chamar de Laura mesmo.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – O texto que aprovamos aí, minha querida Deputada Laura, foi da realização de três ou mais audiências. Então, não tem problema. Nós temos liberdade para fazer mais do que três. A sugestão foi de três, para dar concisão, para dar agilidade. Temos toda liberdade para isso.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Os órgãos são quase os mesmos. Dá uma olhadinha.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Mas é porque os temas vão tomar outra proporção. Nós vamos expandir muito, naturalmente, pelo teor das emendas e pelo volume de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso. Nós vamos ter de ouvir três blocos. Vamos ter de ouvir os governos.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Os governos todos.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Federais, estaduais e municipais.

Nós vamos ter que ouvir as entidades dos secretários estaduais e municipais em bloco. E vamos ter que ouvir as entidades das categorias, que envolvem...

Não podemos falar de uma questão que envolve a atividade dos agentes de saúde, agentes de endemias e o enfrentamento dele numa casa fechada, na residência de uma pessoa, sem ouvir essas entidades. Nós vamos ter que ouvir a justiça.

Então, isso talvez requeira mais de uma audiência nesse bloco, como está no próprio plano de trabalho do Deputado Newton Cardoso.

Nós vamos ter que ouvir a academia, para trabalhar o estado da arte das vacinas, da produção e da acompliação tecnológica. E nós também não podemos deixar de ouvir sobre a questão da rede de proteção social, que é o objeto maior, a questão da zika: as mães, as crianças. Onde formos falar sobre esse tema, teremos de trazer a situação da rede de proteção social.

Então, é isso. Dá para fazer em quatro audiências, talvez, no máximo. Se der para conciliar uma... Depois, nós vamos trabalhar e ajustar, vamos convidar e ajustar as datas, mas é importante ouvir.

O Governo Federal está numa articulação interagencial. Então, é importante ouvir os vários Ministérios envolvidos. O Exército, inclusive.

Nós vamos ter de ouvir as entidades representantes dos agentes de endemia. Ouvir os prefeitos, as entidades estaduais e municipais, e ouvir também o Ministério Público.

Pelo que eu estou entendendo, fica aprovado um cenário de quatro reuniões, ouvindo todos. É isso? Tudo bem?

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Pois não.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – É para alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de um breve retorno a cada um dos Deputados e Deputadas que falaram; da Deputada Carmen.

Eu acredito que estamos vivendo um dilema em relação a essa medida provisória, que é a necessidade de uma resposta rápida, mas ao mesmo tempo a diversidade e a amplitude que o assunto irá tomar, a partir do momento em que iniciarmos as discussões. Não poderemos abrir mão disso também.

Portanto, preocupa-me muito, porque vamos precisar dar velocidade, porque a velocidade é a resposta para apresentar esse relatório no mês de abril, mas que tomará atenção e tempo nosso na Casa, e dedicação, principalmente, tendo em vista a quantidade de emendas, e os desdobramentos que cada tópico desse vai tomar.

Eu acredito, Deputada Clarissa, que a indicação do seu partido foi para ter a certeza de que aqui não tem o mosquito. Mandaram você para cá para não ficar preocupada.

Eu tenho andado pelo País, por Minas Gerais, principalmente, e muitas sugestões vão sendo enviadas. A divulgação do nosso trabalho em relação à medida provisória ajudou nesse sentido. Apenas para destacar que além das questões que são corretivas, essas medidas corretivas de como tratar as crianças afetadas pela microcefalia, a gente tem uma série de medidas de prevenção que precisam ser consideradas.

Uma delas é o uso que a união das indústrias sucroalcooleiras de São Paulo, aliás a união nacional, já sugeriu. Ela ofereceu os aviões de combate agrícola para colocar aplicação de medicamentos, ou de produtos químicos para combate à larva, de forma gratuita. Ela ofereceu os aviões.

Aí, precisamos saber como instrumentaliza isso, para que o Governo possa, por exemplo, fornecer o combustível e o produto, mas o avião com o piloto, com a equipe, que é... O combustível também é caro nesse caso, mas o avião ficaria disponibilizado pela indústria sucroalcooleira, porque ela tem hoje uma frota enorme de aviões de aplicação de herbicidas e fertilizantes por via aérea e após essa aplicação, a maior parte do tempo os aviões ficam parados. Ou poderiam deslocar um tempo grande desses aviões para esse uso. Essa é uma das medidas que estão sendo sugeridas.

Nós temos uma demanda muito grande da população, de fiscalização das estações de tratamento de água e de tratamento de esgoto, pois nelas reside uma quantidade enorme de larvas, dependendo do cuidado que existe nessas estações, e principalmente porque muitos Municípios têm o serviço independente, autônomo. Não têm uma concessionária de porte, seja privada ou pública, operando naquele Município.

Outras sugestões foram o uso do caminhão de lixo como um instrumento de divulgação da publicidade de combate, ou seja, instalar caixas de som no caminhão de lixo e gratuitamente sair divulgando essas medidas, com uma gravação de voz orientando as pessoas para os dez minutos contra a dengue, e tudo o mais.

Outra medida sugerida e que também podemos considerar, acredito que na audiência pública que tiver o viés mais científico, é chamar especialistas em uso de pneus na mistura do asfalto. Hoje a gente tem uma grande quantidade de pneus que não é mercantilizada. Nós poderíamos trabalhar para aumentar o uso desse pneu que está jogado aí em aterro, nas casas, nos lixões, nos sucateiros, enfim, jogados aí no meio da cidade e viabilizar esse pneu dilacerado na mistura da massa asfáltica que é usada na pavimentação de ruas. Inclusive, existem estudos fora do Brasil que atestam a melhoria da qualidade do asfalto a partir do uso do pneu dilacerado, na mistura.

Outra consequência é uma preocupação que tem surgido na sociedade de que, no caso dos agentes de combates a endemias, agentes comunitários de saúde, muitas casas estão sendo visitadas por bandidos se passando por agentes comunitários de saúde. Então, a preocupação levantada é de que vamos colocar em evidência a ação do combate à dengue e teremos bandido entrando na casa das pessoas se passando por agentes de saúde, de combate de endemias. Esse é um problema de segurança que vai surgir, naturalmente.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Esse é sério.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Isso é muito grave. Isso está acontecendo...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Esse é grave. Pelo menos na minha cidade...

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Isso está acontecendo em todo o País.

Controle de fronteira, por exemplo, porque se não houver algum tipo de controle maior na fronteira, essa doença vai entrar no País pelas fronteiras nossas, naturalmente, no Sul, nos aeroportos, portos.

Também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – É mais fácil a gente passar para eles. Mas é séria a preocupação nesse sentido.

Respondendo também à Deputada Conceição em relação a acatar a emenda da Deputada Carmen Zanotto, que trata do boletim epidemiológico.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos já saiu, mas o objetivo é tratarmos aqui a amplitude da matéria e que consiga caber dentro do tempo exíguo que temos para apresentação do relatório.

O Deputado Jorge Solla... Agradeço a sugestão de outros convidados e estamos à disposição para isso.

Deputado Miguel, também da mesma forma é importante o seu destaque para a falta de recursos para o combate à disseminação do mosquito, e precisamos efetivamente tratar de como financiar essa operação, porque no final teremos uma série de medidas que vão custar dinheiro, que vão impactar a Lei de Responsabilidade Fiscal dos Municípios, que vão impactar os direitos individuais de propriedade privada, pois os agentes irão entrar, com ou sem força policial, de forma forçada nas residências; e como isso impacta e pode gerar um problema de direito imediatamente à aplicação da lei?

Portanto, Presidente, só para finalizar e agradecer inclusive a sugestão da Deputada Laura de reunião dessas matérias correlatas, eu gostaria de solicitar o apoio da Consultoria da Casa nesse sentido, para que fizesse esse levantamento de todas as matérias que estão em discussão, inclusive a sua, Deputada Clarissa, para que possamos já analisar o seu texto legal e fazer, o mais breve possível, esse estudo de reunião dos textos, para que o relatório seja comprehensivo dessas informações e dessas vontades de cada Parlamentar.

No mais, quero agradecer o apoio, o suporte que tenho recebido até este momento para fazer um relatório que seja representativo das demandas da sociedade e também do conhecimento e da experiência de cada um de V. Ex^{as}s, tendo em vista que aqui é um mero iniciante no assunto, mas com uma disposição que não faltará para tratarmos do caso e com a seriedade que ele merece, acima de tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Muito bem, Deputado. Parabéns! Sem dúvida nenhuma temos...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Se todo mundo fosse iniciante e cheio de voto que nem ele, estaria bom.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – É. Exatamente.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Pois não, Deputada.

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Não lhe interrompendo e já lhe interrompendo, quero pedir desculpas, em meu nome e em nome das Deputadas, porque nesse momento a Senadora Vanessa Grazziotin convida para a entrega do relatório anual da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, no gabinete do Presidente Renan, e nós temos que ir, por conta da Bancada feminina.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Nós já estamos encerrando. Praticamente concluímos tudo.

Eu só queria aproveitar, Deputada Laura, para dar um informe de que quando fizemos o lançamento, semana passada, da Frente Parlamentar da Dengue e Incorporação Tecnológica no Enfrentamento das Arboviroses, lançamos um manifesto de criar, Deputado Newton Cardoso, a Rede Nacional de Parlamentares para o combate à Zika. E hoje já tivemos uma reunião com a Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais), tivemos uma reunião com a UVC (União dos Vereadores do Ceará), e está indicado o dia 22 de março, no Interlegis, para lançarmos a Rede Nacional de Parlamentares para o combate à Zika. Vereadores, Deputados...

A SR^a LAURA CARNEIRO (Bloco/PMDB - RJ) – Seria interessante mandar o convite para todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PT - CE) – Isso. Vamos passar. Aproveitamos para dar esse informe, porque é um tema que está mobilizando toda sociedade e é importante que os Deputados estaduais comuniquem isso aos Vereadores, aos seus correligionários e aos Deputados estaduais.

Então, antes de encerrarmos os trabalhos, propomos a aprovação da Ata da presente reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 34 minutos.)

ATA DA 3^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, DE 2016, PUBLICADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2016, QUE “DISPÔE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUANDO VERIFICADA SITUAÇÃO DE IMINENTE PERIGO À SAÚDE PÚBLICA PELA PRESENÇA DO MOSQUITO TRANSMISSOR DO VÍRUS DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS.”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 712, de 2016, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, José Pimentel, Walde-mir Moka, Simone Tebet e Hélio José; e dos Deputados Conceição Sampaio, Miguel Lombardi, Newton Cardoso Jr, Carmen Zanotto, Clarissa Garotinho e Jorge Solla. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Alfredo Kaefer. Justificaram ausência o Deputado Odorico Monteiro e o Senador Dário Berger. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aber-ta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Giovanini Evelim Coelho, Coordenador da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde; Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ruanna Larissa Nunes Lemos, Coordenadora-Geral de Modernização e Administração do Ministério da Justiça; e Osmar Terra, Coordenador da Comissão Externa destinada a acompanhar as ações referentes à epidemia de Zika vírus e à microcefalia – CEXZIKA. Toma assento à mesa, no lugar de Francisco Gaetani, Carlos Uchôa, Coordenador de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ao término das exposições, faz uso da palavra o Relator, Deputado Newton Cardoso Jr. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Carmen Zanotto, Deputado Alfredo Kaefer e Deputado Miguel Lombardi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Bauer, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador PAULO BAUER

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre Medida Provisória nº 712, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, [link bit.1y/audienciainterativa](#), e do Alô Senado, através do número 0800612211. Vou repetir o [link](#) do portal: Portal e-Cidadania, e o [link](#) é [bit.1y/audienciainterativa](#).

Convido para tomar assento à Mesa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Convido para compor a Mesa o Dr. Francisco Gaetani, Se-cretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Sr. Giovanini Evelim Coelho, Coor-denador da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde, e a Sra Ruanna Larissa Nunes Lemos, Coordenadora-Geral de Modernização e Administração do Ministério da Justiça.

Agradeço, antecipadamente, o atendimento de todos ao nosso convite.

Nós não temos aqui presente o nosso Deputado Newton Cardoso Jr., que é o Relator desta Medida Pro-visória, mas ele já se encontra a caminho, e, naturalmente, nós passaremos, depois, as informações que ele não puder conhecer enquanto elas são feitas aqui até a sua chegada.

De acordo com o acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos.

Informo que esta Presidência, sempre que preside audiência pública, concede os dez minutos, que serão contados pelo sistema eletrônico da reunião. Quando se completarem nove minutos, o sistema dispara um alarme, e aí há mais um minuto. E, se for necessário, eu concederei mais cinco, mas sem nenhuma tolerância, a partir do tempo concedido a mais.

A palavra aos Srs. Parlamentares, depois da exposição, será concedida por ordem de inscrição. Por isso, peço que os Parlamentares se manifestem caso desejem fazer algum questionamento ou alguma observação com relação à matéria.

Como o Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento já informou da necessidade de se ausentar às 15h por ter compromisso que não pode adiar, eu concedo a palavra a ele em primeiro lugar.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Bom, primeiro, eu queria agradecer, em nome do Ministro do Planejamento, Valdir Simão, pelo convite desta Casa para estarmos aqui para expor o que vem sendo feito em relação ao combate ao mosquito *Aedes aegypti*, agradecer ao Senador Paulo Bauer pela convocação, pelo convite, que, para nós, é uma oportunidade. Acho que esta é uma discussão, uma luta que é de toda a sociedade brasileira, e, quanto mais todos estiverem informados sobre o que está ocorrendo, melhor.

Eu queria começar dizendo que o Brasil tem no SUS um sistema como poucos países possuem de atendimento universal. E o SUS capturou a ocorrência, registrou a ocorrência da associação, da ocorrência da microcefalia com o zika vírus no Nordeste. Esse vírus já andava passeando por aqui, em outros países, já há algum tempo, mas aqui, no Brasil, a escala mudou, realmente, a partir do ano passado no Nordeste. E o fato de o SUS ter sido capaz de capturar essa ocorrência é uma coisa importante para o País e chamou a atenção, também, de toda a comunidade médica internacional, porque trata-se, na verdade, de um desafio que não é um desafio apenas brasileiro, mas um desafio global, e nós precisamos ver como enfrentá-lo na escala internacional.

Desde que o assunto se tornou objeto de preocupação da Presidência da República em escala de prioridade, nós temos discutido, com vários atores, com vários setores da sociedade civil, as principais linhas de atuação a serem desenvolvidas. Essas linhas de atuação são, fundamentalmente, três: a primeira é o combate ao *Aedes*, a segunda é o cuidado, o tratamento das pessoas infectadas e a terceira é o desenvolvimento de pesquisas para que a gente possa encontrar uma vacina ou algo semelhante que possa fazer frente aos efeitos da doença.

A segunda trata de um assunto, eminentemente, da órbita do Ministério da Saúde e a terceira envolve o Ministério da Saúde e também o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A orientação do Governo foi de nos concentrarmos no curtíssimo prazo em relação à primeira linha, o combate à ocorrência do *Aedes aegypti*. Por quê? Porque nós precisamos estancar, precisamos interromper, precisamos fazer frente a esse problema já, antes que a epidemia se transforme em uma epidemia maior, de escala mais intensa.

No âmbito do Governo, nós temos desenvolvido um conjunto de atividades que começa pelo próprio Governo. Por quê? Porque, se o Governo não fizer a sua parte, como a gente pode convocar, convidar, envolver a sociedade nesse esforço? Nós todos sabemos que isso aqui é um esforço que depende da sociedade inteira, nas casas, nas empresas, nos locais de trabalho, nas ruas, e as informações que nós temos sinalizam que 80% dos criadores do *Aedes aegypti* estão onde as pessoas moram e trabalham. Então, se nós pudermos trabalhar na erradicação do *Aedes aegypti* nas nossas casas e nos nossos locais de trabalho, nós já vamos estar dando um passo decisivo para que a gente possa conter a disseminação dessa epidemia.

Alguns pontos merecem destaque em relação a isso. Nós não estamos falando de algo que se faz uma vez só; nós estamos falando de uma mudança de rotina, de mudança de rotinas, de mudanças de hábitos nossos, das nossas famílias, dos nossos empregadores, das nossas empresas, das nossas instituições. Por quê? Por nós termos uma situação em que o ciclo é de uma semana, mas também de uma situação em que os ovos podem ser deixados para serem ativados em outra temporada de chuvas. Então, nós precisamos fazer um esforço semanal para evitar a proliferação dos criadouros e precisamos, também, assegurar que, quando o inverno chegar, isso não se prolongue, porque o combate já está sendo feito. Nós precisamos já antecipar o que vai ser o próximo surto, no final do ano, quando o verão chegar novamente.

Quando a gente fala em mudança de hábitos, em mudança de rotinas, todos sabemos o que isso envolve: a coisa mais difícil de mudar, depois da cultura, é a rotina, os nossos hábitos, os hábitos das nossas casas, das nossas mães, os nossos, de nossas esposas, de nós os homens, de nossas crianças... Por exemplo: nas ações que o Governo vem desenvolvendo, na mobilização nacional, em todas as cidades onde há uma ocorrência maior do *Aedes* e onde há uma maior concentração de população – lembramos que o *Aedes aegypti* é um animal urbano, que gosta de gente –, o que a gente observou? O papel das crianças. As crianças estão sendo muito mais agentes de transformação, agentes de cuidados, do que, às vezes, a própria família. Por quê? Seus hábitos estão em formação e elas estão em condições de entender o que está acontecendo e de produzirem essas mudanças.

No âmbito específico do Ministério do Planejamento, aparte o encaminhamento da iniciativa que envolve a alocação de recursos emergenciais para o combate ao *Aedes*, nós estamos trabalhando também em todas as instalações de todos os órgãos públicos. O Governo é o maior empregador da sociedade brasileira. Somados os três níveis de Governo, nós temos aí um contingente que vai além de 1,5 milhão de pessoas. Se

nós conseguirmos que esse contingente esteja todo treinado, esteja todo informado, esteja todo consciente, nós já vamos estar dando uma grande contribuição no combate ao *Aedes aegypti*.

O que nós temos feito? Basicamente, estabelecimento de novas rotinas em todos os prédios públicos. Aqui, esta Casa, o Congresso, tanto a Câmara como o Senado deram um exemplo impressionante de atuação e mobilização, que foi muito importante. Estamos trabalhando em todos os imóveis ocupados, abandonados, não utilizados ou sem uso específico em todo o Território nacional. Temos procurado montar um programa de capacitação, muito simples, que envolve uma espécie de teste, de um quebra-cabeça, de um *quiz*. Todo mundo, quando liga o seu computador na repartição pública federal, tem que responder para ver se está a par, se está entendendo tudo o que está envolvido, todas as formas que estão envolvidas, sobre infecção, cuidados, o que precisa ser feito para combater o *Aedes*. Estamos procurando estruturar esse novo patamar de rotina junto, também, aos prestadores de serviços do Governo Federal, terceirizados, contratados, e estamos procurando, diariamente, trabalhar um relatório de acompanhamento da evolução do que está sendo feito em todas as repartições públicas. Esse relatório é diário, está em tempo real e está à disposição.

Eu ia fazer uma apresentação dele, mas, em função da restrição de tempo, deixo-o à disposição de vocês. O Carlos Uchôa, que está ali e é o coordenador do Ministério do Planejamento nessa iniciativa, pode, depois, transmitir isso a vocês.

O que isso significa? Isso significa que o Governo, nas suas repartições, nas suas instalações, mudou e está com um novo patamar de atividades estabelecido para que o combate ao *Aedes aegypti* seja uma rotina. Pode parecer uma coisa simples, uma rotina, mas é a mudança dessa rotina que assegura que o combate esteja sendo feito da forma mais adequada. Nós não estamos falando de uma coisa de uma vez por todas; nós estamos falando de um novo padrão de comportamento. Esse padrão de comportamento envolve, fundamentalmente, a conscientização de todos: todos que trabalham no Governo, todos que têm parentes, familiares, que estão enfrentando esse desafio. Por quê? Comprovado, de forma definitiva, o vínculo da zika com a microcefalia, algo que está ficando cada vez mais claro, mas que toda a comunidade médico-científica está tratando com o maior cuidado, nós teremos diante de nós o risco de um dente na nossa demografia, em razão de uma postergação da gravidez de uma série de mulheres em idade fértil em função dos temores em relação à proliferação do *Aedes aegypti*.

Então, hoje, qual o nosso desafio? Construirmos um mutirão nacional para que isso agora faça parte da nossa rotina, faça parte do nosso dia a dia, faça parte de um esforço em que, para além de regiões, de partidos, de credos e de idades, todos se unam no enfrentamento a esse desafio.

Isso já ocorreu no passado, ocorreu no início do século XX, ocorreu no final da década de 50, e nós temos a certeza de que vai acontecer agora, de novo, até porque os meios de comunicação hoje ajudam, estão a favor de toda a sociedade no processo de disseminação das informações que todos precisamos dispor para o enfrentamento ao *Aedes*.

Eu queria destacar também que a comunidade internacional tem se deslocado em relação a esse assunto, que o trabalho da OMS, da OPAS, em relação ao tema é crítico, que o Brasil está sendo identificado como um país pivotal nesse desafio, porque, se ele for bem enfrentado aqui, ele tem condições de ser enfrentado na África e em outros países da América Latina onde o vírus está se disseminando...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO GAETANI – ..., que também estão procurando trabalhar conosco, seja a iniciativa privada, sejam outros órgãos de Governo, sejam organizações ligadas às Nações Unidas, para que possamos, juntos, encontrar uma solução que seja de interesse de toda a sociedade brasileira, mas que também sirva para outros países se beneficiarem do tema.

Eu vou ter que me retirar. Peço que o Carlos Uchôa me substitua aqui e, eventualmente, responda as perguntas de vocês, mas quero dizer que estamos, no Ministério do Planejamento, à disposição desta Casa para o que for necessário, para que a gente possa continuar esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Agradecemos ao Dr. Francisco Gaetani pela sua exposição e pela sua disposição para apresentar aqui, em nome do Ministério do Planejamento, as informações a respeito da matéria.

Depois de sua saída, teremos o maior prazer em receber aqui, na Mesa, o seu indicado Carlos Uchôa, que, certamente, representará o Ministério nos debates e na discussão da matéria, se for o caso.

Com a palavra, agora, o Sr. Giovanini Evelim Coelho, Coordenador da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Boa tarde!

Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Paulo Bauer, e, ao mesmo tempo, trazer uma saudação do Ministro Marcelo Castro, que, por outros compromissos, não pode estar presente nesta agenda.

O Dr. Francisco, que me antecedeu, já adiantou alguns aspectos importantes relacionados à mobilização do Governo Federal, especificamente do Sistema Único de Saúde, no enfrentamento desse problema, que, sem dúvida, é reconhecido como, talvez, o maior problema de saúde pública do século XXI e que tem como um elemento importante a transmissão pelo mosquito *Aedes aegypti*, um mosquito com características singulares, exatamente por ser um mosquito urbanizado, com hábitos antropofílicos, porque as fêmeas do mosquito se alimentam exclusivamente de sangue humano, e que convive muito próximo às habitações humanas. Esse é um aspecto da biologia deste mosquito que torna o seu controle uma atividade muito complexa.

Além do problema da zika, o *Aedes aegypti* ainda é responsável pela transmissão de duas outras doenças igualmente graves, que são a dengue, que há mais de 30 anos já atormenta o Brasil, e, mais recentemente, o vírus da chikungunya.

Bom, em relação aos aspectos específicos dessa medida provisória, eu queria dar um destaque sobre a relevância dessa medida provisória.

O controle do *Aedes aegypti*, exatamente pelas suas características biológicas e pelo seu hábito intradomiciliar, baseia-se, em grande parte, no trabalho fundamental de mobilização da comunidade para a realização das atividades de remoção de criadores, de manutenção do ambiente doméstico livre da presença do *Aedes aegypti* e – uma ação igualmente importante – no trabalho dos agentes de saúde nas visitas a esses domicílios tanto para levar informações de educação e de orientação para a população como também para, naquele circunstâncias em que o trabalho de educação, em que não é possível fazer a remoção mecânica daqueles criadouros, o tratamento químico daqueles depósitos.

Particularmente importantes são aqueles criadouros que se formam onde a população armazena água em suas casas. Infelizmente, o Brasil ainda convive, em algumas regiões do País, com graves problemas de abastecimento irregular de água, o que obriga a população a guardar água em todo tipo de depósito. Obviamente, em uma ação de saúde pública, é impensável você imaginar que se vá, em uma visita do agente de saúde, jogar essa água fora. Seria uma insanidade.

Nesses casos, o trabalho do agente de saúde no tratamento químico-biológico desses depósitos é absolutamente relevante, uma vez que, pelas suas características de grande volume de água, são depósitos com grande produção de larvas e, caso não sejam tratados, constituem verdadeiras fábricas de mosquitos.

Esse trabalho regular, rotineiro, de visitas domiciliares, com amplas coberturas das visitas, com uma visita de qualidade, com orientação da população, faz parte do escopo das medidas que estão preconizadas.

Chamo a atenção mais uma vez para o fato de que nós estamos falando de três doenças para as quais nós não temos vacinas, de que não temos drogas para o tratamento das pessoas doentes, e que, então, o único elo vulnerável de intervenção é exatamente o ataque ao seu vetor, que é o *Aedes aegypti*.

Pelo fato de o *Aedes* ser urbano e essas doenças ocorrerem em grandes áreas urbanas, em núcleos urbanos que tenham uma complexidade e outros problemas que todos nós conhecemos, como questões relacionadas à precariedade das habitações, áreas com dificuldades de acesso, áreas onde a questão da segurança é um problema permanente, muitas vezes, o trabalho do agente de saúde é rejeitado pela população e, de uma maneira geral, acaba-se tendo, em algumas áreas da cidade, problemas relacionados à cobertura adequada dessas visitas.

Trago aqui para os senhores, apenas para exemplificar, a informação de que o Governo Federal, em parceria com os Estados e Municípios e com outros órgãos, como o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação, instituiu uma Sala Nacional de Coordenação e Controle, que é uma sala que está coordenando todo esse processo de mobilização das visitas domiciliares que estão sendo feitas pelos agentes de saúde, pelos soldados do Exército, das Forças Armadas, etc.

Esse acompanhamento que é feito de forma diária mostra, por exemplo – dado, inclusive, de hoje –, que, de uma meta de, aproximadamente, 67 milhões de imóveis que precisam ser visitados no País, até hoje foram visitados, aproximadamente, 57 milhões, o que dá um percentual de 83%. Ou seja, pelo menos 16% desses imóveis, dos 67 milhões, o que dá um universo de 11,6 milhões, não puderam ser visitados, por alguma razão, ou porque o imóvel estava fechado, ou porque o agente de saúde não teve acesso àquela residência. Mas esse percentual médio de 16% varia de Estado para Estado. Para se ter uma ideia, no Estado de São Paulo, o percentual de casa não visitada é cerca de 27%. Ou seja, quase 30% dos imóveis que deveriam ser visitados não o foram. O que significa isso? Significa que, mesmo com todo esforço de mobilização, de participação da comunidade, do trabalho dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, mesmo com todo o trabalho de informação, de mobilização, continua havendo um residual de imóveis que não foram ainda trabalhados e que podem se constituir em focos geradores permanentes de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Ou seja,

mesmo com o trabalho sendo muito bem feito em determinada região, uma área onde se tem um percentual de imóveis não trabalhados, obviamente, vai gerar, permanentemente, eu diria, de uma forma elucidativa, fábricas permanentes de mosquito *Aedes aegypti*.

Então, essa medida provisória, no nosso entendimento, obviamente, não é suficiente para resolver esse problema, mas eu a entendo como necessária e um elemento adicional de apoio às equipes de saúde na operacionalização dessas visitas, que, em última análise, objetivam exatamente a garantir o maior percentual das visitas possíveis.

Bom, essas seriam as considerações que eu gostaria de fazer, mas, obviamente, sempre deixando claro que esta não é uma medida isolada e que ela faz parte de um conjunto de outras medidas que estão sendo feitas pelos governos Federal, estaduais e municipais no enfrentamento destes graves problemas de saúde pública, que são, no caso, a zika e suas consequências, chikungunya e dengue.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Agradecemos ao Dr. Giovanini Evelim Coelho pela sua exposição.

Passamos, imediatamente, a palavra para a Coordenadora-Geral de Modernização e Administração do Ministério da Justiça, Sra Ruanna Larissa Nunes Lemos.

A SR^a RUANNA LARISSA NUNES LEMOS – Boa tarde!

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria saudar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Bauer e também queria saudá-los na pessoa Janine, uma servidora do Ministério da Justiça que tem atuado bastante no enfrentamento desta causa.

Eu queria relatar um pouquinho do que o Ministério da Justiça tem feito nesta mobilização social.

Desde o primeiro chamado do Ministério do Planejamento e do Ministério da Saúde, temos feito ações internas. Já foram feitos três grandes eventos no auditório principal do Palácio da Justiça, no Ministério, todos com a participação do nosso Secretário-Executivo, Dr. Marivaldo Pereira, Secretário e Chefe de Gabinete, e, além disso, temos convidado a população como um todo que envolve o Ministério da Justiça, como os lavadores de carro que trabalham na Esplanada – vocês conhecem a nossa realidade –, prestadores de serviço da limpeza, copeiros, recepcionistas, contínuos e servidores estagiários. São cerca de 3 mil pessoas nesta luta diária.

O Ministério da Justiça foi o pioneiro, com aquele mosquitinho que vocês viram nas páginas do Governo Federal, que, em princípio, algumas pessoas acharam que havia sido “hackeado”, mas que foi uma criação do pessoal da CGTI do Ministério da Justiça, e hoje é um vasinho de planta, que acho que vocês já acompanharam também, em que a gente joga uma areia.

Então, temos envolvido todas as coordenações e secretarias do Ministério nessa luta, nessa mobilização.

Hoje, existe uma divisão de tarefas diária. O Carlos nos cobra diariamente que preenchamos uma planilha onde todas as unidades do Governo Federal fazem essa prestação de contas diária, e isso foi dividido entre nós. Servidores, estagiários, prestadores, todos têm que visitar as instalações do Ministério da Justiça pelo menos duas vezes por semana para ver realmente as medidas que devem ser e têm sido adotadas. Bebedouros, geladeiras, caixas de ar condicionado, tudo isso tem sido visto diariamente.

O Ministério da Justiça contempla uma estrutura que envolve bastante essa política nacional de combate. O Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, envolve quatro penitenciárias federais, onde temos cerca de 35 mil mulheres grávidas, sendo que quase 600 delas estão grávidas. O Depen e o Ministério da Saúde fizeram um termo de cooperação para distribuição de repelentes a essas presas, a essas detentas que estão grávidas. Então, ainda nesta semana, mais de 4 mil delas vão receber uma unidade desse produto.

A Força Nacional de Segurança Pública faz parte da Senasp, uma secretaria que também faz parte do Ministério da Justiça. Se a gente fala, por exemplo, de Vila Carioca, que é a sede das Olimpíadas, e desse staff que vai chegar em junho, aí a gente envolve, novamente, mais um batalhão de homens e mulheres envolvidos nisso. À frente da Força Nacional está uma médica legista que tem sido a grande disseminadora dessa ação.

Temos a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal também nessa ação. Nesse quesito, é legal registrar que, para o Ministério do Planejamento, o Ministério da Justiça tem contemplado como uma unidade da estrutura do Governo a PF, mais uma, e a PRF, outra. Seria muito injusto o Ministério da Justiça abranger todas essas polícias dentro dele quando a gente fala no número de instalações distribuídas pelo País inteiro. Então, tanto o Departamento de Polícia Federal quanto o Departamento de Polícia Rodoviária Federal prestam informações diretamente ao Ministério do Planejamento.

Temos o Arquivo Nacional, com sede no Rio de Janeiro, a Secretaria de Grandes Eventos – e aí retornamos para o tema das Olimpíadas – e temos a Funai. A Funai tem coordenações nacionais em todo o País, e a gente

tem feito mobilizações não só nas coordenações regionais, mas com os próprios indígenas. Então, a gente tem índios sendo capacitados semanalmente para entrar conosco nessa luta da unidade central.

Um grande questionamento que a gente recebe quase semanalmente através da ouvidoria do Ministério da Justiça é sobre o espelho d'água. O Ministério da Justiça, assim como o Itamaraty, tem um espelho d'água que, aparentemente, é muito bonito, vistoso, mas há essa preocupação de ele ser um foco do Aedes nas instalações do Ministério. Quase semanalmente a gente pega um laudo de um engenheiro – a gente tem uma empresa contratada de jardinagem. Ele faz um laudo daquela água e comprova que não há foco do mosquito. A gente tem um adicional nessa luta porque nosso espelho d'água tem cascatas, diferentemente do Itamaraty, o que faz com que aquela água fique se movimentando o tempo inteiro. Mas esse é um cuidado que a gente tem tido também, porque é visível, e o risco não envolve apenas os servidores que estão ali, pois a gente recebe, diariamente, um número muito expressivo de turistas para tirar uma foto ali na frente do Ministério.

Na nossa intranet, semanalmente, a gente atualiza todas as informações que o Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento solicitam. O quiz, por exemplo, que tem sido uma ação legal, está também na página do Ministério da Justiça.

Na minha geração, que é uma geração nova, eu nunca vi uma mobilização envolver tantos servidores e tantas unidades do Governo Federal como essa. Diariamente, essa pauta é levada à mesa do Secretário-Executivo, Dr. Marivaldo. Diariamente, ele me pede o que aconteceu naquele dia, pergunta quem fez, quem não fez, quem tirou foto, quem não tirou, e liga cobrando de cada um dos secretários da pasta do Ministério da Justiça. A gente tem feito um trabalho diário, constante e realmente pesado, mas a gente tem uma equipe grande e disposta a fazer isso diariamente lá dentro.

Era, basicamente, isso que eu queria relatar para vocês.

Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Muito bem.

Agradecemos a manifestação e as informações da Coordenadora do Ministério da Justiça.

Quero informar aos senhores presentes que recebemos a comunicação de que o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, não pode atender ao convite desta Comissão para aqui se manifestar, uma vez que se encontraria em viagem na data de hoje.

Nós, dentro do nosso programa de interação com a população, temos aqui dois questionamentos que eu apresento aos senhores convidados, para responderem de acordo com as informações que possuem.

A Sra Edna Santos da Silva, de São Paulo, pergunta o seguinte: "Com a insegurança de abrirmos nossa residência para um estranho, como vocês pretendem garantir a segurança? Como vocês pretendem garantir que um estuprador ou assaltante não se passe por um agente? E, caso ocorram vítimas, como vocês pretendem indenizá-las, se é que é possível?"

Eu acho que essa pergunta caberia ao representante do Ministério da Justiça, porque ela se refere a vários aspectos do Direito.

A Sra Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina, faz a seguinte pergunta: "Sou contra a entrada forçada em caso de ausência. Abrirá brechas para inúmeros abusos..."

Essa também é uma pergunta que fica para o Dr. Carlos Uchôa responder inicialmente.

O senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS UCHÔA – Quanto à manifestação da Anna Flavia Schmitt, que é contrária à entrada forçada em caso de ausência, eu acho que esta é justamente uma discussão que está em jogo.

Acredito que a entrada forçada em caso de ausência não faça parte da medida provisória original. É isso o que está em discussão.

Para esse assunto, eu vou solicitar também a colaboração das pessoas que são responsáveis pela execução dessa política pública, que são o Ministério da Saúde e as secretarias municipais de saúde, que são os responsáveis pela entrada nos Municípios.

Quanto a esse tema, o Ministério do Planejamento não é o detentor da execução. Então, o que a gente tem a dizer é que, hoje, esse tema não se encontra expressamente relatado na medida provisória.

Com relação também à insegurança, sobre o que pode acontecer com a entrada, a medida provisória é sempre geral, seu texto é sempre inespecífico e não fala exatamente quais são as medidas que são tomadas caso ocorra alguma coisa. Quando o Poder Público entra na residência de uma pessoa, ele tem a obrigação de assegurar a integridade.

Já existe, no texto da medida provisória atual, no texto atualmente proposto, a necessidade de o agente público manter a integridade. Para dizer como isso pode ocorrer, eu vou solicitar ajuda tanto do Ministério da Justiça, com relação ao sistema de Justiça, e também ao colega da saúde, que são os responsáveis pela execução dessa política pública.

Com relação ao Ministério do Planejamento, realmente a gente assegura o texto original.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Dr. Giovanini com a palavra.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Acho que uma coisa que deve ficar clara é que entrar de maneira forçada na casa é uma medida extrema, que deve ser adotada em último caso. Na minha apresentação, eu abordei a complexidade dessa atividade em grandes centros urbanos.

Em relação a esse problema da violência, que foi relatado por uma senhora de cujo nome eu não me lembro, bom, essa é uma realidade que existe. Como é que se resolve isso? Na verdade, resolve-se quando se tem um sistema de saúde local próximo do cidadão. Ou seja, a gestão das equipes de saúde, dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de endemia, no município, precisa estar devidamente organizada, de maneira que a população conheça essas pessoas, de maneira que o cidadão tenha acesso, por exemplo, a um telefone de orientação para, inclusive, checar a identidade daquele agente. Esse é um ponto que precisa ficar muito claro. Essa medida, reforço, é uma medida adicional, uma ferramenta a mais de apoio ao trabalho dos agentes, mas esse trabalho dos agentes, a gestão do trabalho desses profissionais precisa ser organizada.

Outro detalhe: às vezes, a casa está fechada pela própria natureza da sociedade moderna. Antigamente, a mulher ficava em casa enquanto o marido ia trabalhar. Hoje, o marido e a esposa trabalham juntos. Então, eventualmente, a casa está fechada porque as pessoas estão cuidando de suas atividades. Então, é fundamental que, nessas circunstâncias, por exemplo, o Município organize estratégias diferenciadas, como, por exemplo, visitar em horários alternativos, em fins de semana, etc., de maneira que a situação de entrar de forma forçada seja, realmente, aquele último recurso a ser adotado. Eu acredito que, com a organização dos serviços locais de saúde, com a população identificando os seus agentes, esse problema é minimizado.

Eu sempre digo, Sr. Presidente, que um agente de saúde, para se apresentar para o cidadão, precisa estar bem vestido, ser bem-apessoado e com uma identificação clara, que possa ser checada pelo cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – O.k.

A Drª Ruanna tem alguma informação, com certeza, também, a respeito desse tema e pode usar da palavra.

A SRª RUANNA LARISSA NUNES LEMOS – As ações do Ministério da Justiça não estão relacionadas realmente a essa entrada nas residências. Essa é uma ação do Ministério da Saúde, e o Ministério da Justiça não faz esse tipo de visita. Nossas residências e nossas visitas são, como já falei, à Funai, às nossas instalações próprias e às penitenciárias federais, que integram as instalações do Ministério da Justiça. De todo modo, a MP não contempla essa entrada forçada quando a pessoa, quando o dono da residência está em seu lar. Então, essa recusa – a MP é muito clara nisto – não abre essa oportunidade, conforme a Srª Edna relatou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Muito bem.

Temos o prazer de receber o Deputado Osmar Terra, que também foi convidado para aqui se manifestar. Por isso, eu o convido para tomar assento à Mesa e, imediatamente, já usar da palavra por até dez minutos, com mais cinco de acréscimo, se precisar do tempo para isso.

Recebemos, com muito prazer, V. Exª, e já lhe concedemos a palavra. (*Pausa.*)

Ainda bem que o Deputado é uma pessoa de estatura alta, porque a cadeira desceu e ninguém notou que ele ficou mais baixo, na altura dos demais, não é verdade?

Isso já é um primeiro indício de que vamos vencer a guerra. De alguma forma, venceremos.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Muito obrigado.

Senador Paulo Bauer, meu querido companheiro Newton Cardoso, demais participantes da Mesa, eu fui designado na Câmara para coordenar a comissão externa que trata do mesmo assunto, da questão do zika vírus e da epidemia de microcefalia, mesmo assunto que é trabalhado dentro da medida provisória. E, já em novembro, no início de novembro, quando começaram a chegar os primeiros dados sobre o surgimento de casos de microcefalia e sobre a relação que poderia haver, a única explicação que havia era haver um vírus no ambiente, um vírus novo que estava provocando isso, e coincidiu com a entrada do zika vírus, nós já tínhamos alertado o Ministério, o Ministro... Fui umas três vezes conversar com o Ministro Marcelo Castro, que havia assumido há pouco tempo, e fiz um pronunciamento na Câmara também, na Comissão de Seguridade, dizendo que essa será a mais grave e a pior das epidemias. Por quê? Primeiro, porque é uma epidemia surpreendente, transmitida por um vírus que não se sabia adequadamente como agia. Tinha havido só uma pequena epidemia lá na Oceania, na Polinésia Francesa, em uma população muito pequena, de vinte e poucos mil habitantes. Então se tinha uma ideia, não se tinha uma dimensão dos casos, das alterações que ele provoca, não só de microcefalia. É importante dizer que aumentou muito, que triplicou isso. Praticamente não se está falando – acho que está faltando informações sobre isto nos boletins do Ministério da Saúde – do aumento vertiginoso de casos da síndrome de Guillain-Barré.

A síndrome de Guillain-Barré é uma síndrome que provoca uma paralisia progressiva e rápida que pode levar à morte. Ela paralisa os músculos, inclusive os músculos respiratórios. A única coisa boa dela, entre aspas,

se é que pode ter uma coisa boa em uma síndrome, é que ela é reversível. Em geral, a pessoa começa a se recuperar em seis meses. Tem que fazer muita fisioterapia, tem que ter um cuidado muito grande e tal, mas ela dessas pode se recuperar. Só que, no auge da instalação da síndrome, há uma paralisia dos músculos respiratórios e a pessoa tem que ficar, inclusive, em respirador artificial. Isso exige UTI.

Então, logo que a gente soube o que estava acontecendo com a síndrome, nós fomos a Pernambuco. Eu sou Presidente também da Frente Parlamentar da Saúde, que é uma frente do Congresso. Então, nós fomos lá em Pernambuco e vimos a superlotação de UTIs pela síndrome de Guillain-Barré em adultos, em geral adulto homem, na maior parte dos casos, sem falar nos casos de microcefalia.

Acho que vocês já andaram aqui na discussão, mas a microcefalia foi descoberta por uma neuropediatra de Pernambuco. Muita gente está falando que a microcefalia era subnotificada e que agora se dando mais atenção a ela e que é por isso, então, que estão aparecendo mais casos. Não é verdade! Como esses casos sempre acabam caindo na mão dos neuropediatras da rede pública ou da rede privada, essa neuropediatra deu um depoimento espantoso. Ele disse que atendia uma média de um ou dois casos de microcefalia por ano – Pernambuco tem, em média, 12 casos notificados por ano – e que atendeu, em uma semana, cinco casos. Então, ela ligou para a mãe dela, que era neuropediatra também e disse que já tinha atendido, eu acho, mais de cinco casos naquela semana. Então, começaram a ver que estava acontecendo alguma coisa extraordinária, que era justamente a epidemia junto com a chegada do zika. Agora, essa relação está bem consolidada, com evidências científicas, com o surgimento de um número enorme de casos de microcefalia.

Pernambuco foi o Estado que primeiro começou e, portanto, é o Estado que, provavelmente, teve a maior circulação do vírus e que tem um maior número de casos. Mas isso irá acontecer em todos os Estados.

O mosquito que transmite o vírus, que leva o vírus, que passa o vírus para o ser humano, está em todo o Brasil. Ele já foi combatido e desapareceu duas vezes, foi eliminado duas vezes, pelo Oswaldo Cruz, no início do século XX, e no período do governo do Getúlio Vargas, na década de 50. Ele também foi eliminado com ações muito grandes, ações de grande mobilização do Estado brasileiro. Isso não é só uma ação da saúde, pois envolve lixo, envolve casas. Oswaldo Cruz, na época, acabou com boa parte dos cortiços que havia no Rio de Janeiro. Foi uma ação quase militar. Ele, inclusive, introduziu a vacina da febre amarela junto, porque o da febre amarela é o mesmo mosquito e a mesma família de vírus.

Esse mosquito transmite uma gama grande de vírus, os chamados flavivírus, responsáveis pela dengue, pela chikungunya, pela febre amarela. Então, Oswaldo Cruz tomou medidas drásticas. Inclusive, com a vacina da febre amarela, houve uma revolta da população, morreu gente, porque o pessoal não queria ser vacinado, pois estava assustado com a questão da vacina. Mas ele conseguiu acabar com a febre amarela, porque esse era o problema do Rio de Janeiro no início do século XX. O zika é um problema atual. O zika surgiu na última metade do século XX.

Então, nós estamos diante de uma epidemia que está fora de controle, para a qual não há tratamento, não há vacina, sobre a qual não se sabe o número. Não há kits diagnósticos suficientes para dimensionar o tamanho da epidemia, e a gente só fica sabendo que a epidemia está grande quando começam a aparecer muitos casos de microcefalia e de síndromes neurológicas.

Também não é só a microcefalia do feto, pois aparecem outras alterações. Há crianças nascendo cegas e com outras alterações cerebrais, que não a microcefalia, em função do zika vírus.

Portanto, ele está crescendo... Só as notificações de microcefalia estão crescendo a uma taxa de 5% a 7% por semana. Portanto, se se fizer uma progressão das notificações – não quer dizer que seja microcefalia –, agora, estão mais ou menos se confirmado uns 40%, 50% dos casos, com as novas medidas que se estão fazendo do perímetro encefálico e que foram sendo reduzidas. Primeiro se começou considerando microcefalia com 33cm, depois com 32cm, agora com 31,9cm para homem e 31,5cm para mulher.

Mesmo assim, a progressão de notificações ainda é alta, a taxa é alta, e, mais ou menos, 40% a 50% dos casos se confirmam. Então, estamos diante de um quadro... Só para vocês terem ideia da gravidade, no Brasil todo havia 170 notificações por ano de microcefalia, e só nos últimos seis meses são seis mil e poucos casos notificados. Se continuar essa taxa, chegaremos ao fim do ano com 100 mil notificações de microcefalia, se não houver recuo. "Ah, mas pode estar terminando a epidemia em Pernambuco". Pode até estar terminando, mas no Rio está começando, assim como em São Paulo. E onde há muitos casos de dengue, já que a gente não tem exame para detectar o zika em escala, nós temos de partir do princípio de que onde há muita dengue, há muito mosquito e há muito zika também, pode haver muito zika.

Então, em São Paulo, Ribeirão Preto, por exemplo, está com uma epidemia gigantesca de dengue e já está começando a ter muitos casos de zika vírus também.

"Ah, mas há países em que..." A Colômbia, que estava sendo dada como exemplo, é um país que tem a epidemia de zika vírus e não tem microcefalia. O pessoal que achava... Em época de epidemia, há muito "achismo", muita manifestação não científica.

(Soa a campainha.)

Começam a botar a culpa em tudo. Então, é a vacina que está causando a microcefalia, é isso, é aquilo, é uma vacina vencida.

Eu me lembro de que, quando se começou a vacinar os idosos contra a gripe, o que foi um grande avanço – diminuiu muito a internação e tal –, no governo Fernando Henrique, inventaram que o Fernando Henrique queria acabar com os velhinhos para melhorar o déficit da Previdência. É nesse nível. É nesse nível. Na internet, é espantoso o número de bobagens, e as pessoas acreditando naquilo.

Tenho seguidores do Twitter, que tento convencer de que não é bem assim e tal, que dizem que eu não sei de nada. Aí, quando você vai ver, o sujeito não é da área de saúde, não é nada. "É isso mesmo e tal...". Eles querem acreditar nisso.

Então, tem gente que até começa a evitar a vacina. No caso da zika, ainda não há vacina, mas, quando surgiu a gripe A – fui Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul por oito anos –, eu enfrentei a epidemia da gripe A, que ninguém conhecia, pois o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado atingido. Depois, houve a dengue, a febre amarela, que não existia lá. Mas era impressionante: quando a gente conseguiu a vacina, havia um grupo até importante de pessoas, um percentual grande de pessoas que não queriam se vacinar, porque a vacina ia causar danos, ia piorar, matar e tal.

Resumindo, nós estamos diante de uma epidemia grave, de grandes proporções, que vai chegar a todos os Estados. O único Estado que não tinha o mosquito, Santa Catarina, graças a um grande trabalho da Secretaria Carmen Zanotto, que foi Secretária de Estado lá, agora tem. Agora, infelizmente, Santa Catarina tem o mosquito.

Então, infelizmente, onde há o mosquito haverá zika. Não duvidem disso! E tudo indica, pelos trabalhos científicos publicados, que a velocidade de disseminação do vírus da zika é muito maior do que o da dengue. Ele se multiplica mais rápido, ele se espalha mais rápido, geograficamente.... Então ele vai estar...

E, como o que a pessoa sente quando está com dengue, está com zika ou está com chikungunya é mais ou menos a mesma coisa, não é...? A dengue dá mais febre, dá mais prostração, dor de cabeça, dor no corpo, a chikungunya dá mais dor nas juntas, e a zika dá mais coceira, tipo uma alergia, e uma febre mais baixa que a da dengue. Mas é preciso fazer o exame, precisa-se do *kit diagnóstico*, não adianta achar que a gente vai fazer diagnóstico só clínico.

Então, nós ainda não temos ideia real dessa disseminação, mas é bem provável que já esteja em grande número no Rio de Janeiro e em São Paulo, e nós vamos ver o resultado final disso quando começarem a nascer as crianças filhas do verão, que foram geradas no verão. Essas crianças ainda não nasceram. Então, eu acredito que lá por julho, agosto, setembro, nós vamos ter um grande número, um *boom* de casos de microcefalia no Brasil. E aí pode-se chegar àqueles índices de que eu falei para vocês, a 100 mil notificações e tal.

Qual é a dificuldade? Então, nós temos uma dificuldade operacional, não têm exames em quantidade suficiente, não tem vacina, não tem tratamento, e o que resta é combater o vírus, é combater o mosquito. O Governo está fazendo campanhas e tal, mas nós também não estamos tendo.... Já que em outubro começaram a ser detectados os primeiros casos de microcefalia.... Provavelmente, os primeiros vírus tenham sido detectados no Brasil em abril, mas eles provavelmente já estavam desde janeiro, fevereiro, para ter esses casos de outubro.... Em março já devia haver vírus circulando, não é? Então, a dimensão desse problema a gente só vai saber depois que houver quantidade suficiente de exames para detecção.

Vou dar mais um exemplo só para encerrar esse capítulo aqui da disseminação do vírus.

Tivemos várias epidemias lá no Rio Grande do Sul. Nós fizemos, depois, um levantamento. A gente fez o exame.... Por exemplo, vou pegar a gripe A: morreram 400 pessoas de gripe A no Rio Grande do Sul. Umas cinco mil tiveram que ser internadas em estado de médio a grave. E, depois, foi feito um levantamento do exame sorológico para ver quem teve contato com o vírus. Havia mais de 2 milhões de pessoas. Portanto, é bem provável que haja um número enorme de gestantes que não tenham tido quase sintoma nenhum e que tenham tido contato a zika e podem ter afetado o seu filho, o seu feto em gestação.

(Soa a campainha.)

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Então, é muito, muito preocupante essa questão.

Em relação aos problemas que nós temos que enfrentar, eu acho que a medida provisória da Presidente Dilma é adequada. Nós já estamos, em novembro, já estávamos pensando em.... Já havia dois projetos de lei na Câmara propondo a entrada forçada nas casas, porque o único jeito é enfrentar o mosquito no quarteirão inteiro.

ro, se o mosquito voa um raio de 300 metros, mais ou menos na sua vida. Então, a pessoa que pega... A maior probabilidade.... É claro que ele pode embarcar num carro e ir para longe, pode embarcar num ônibus e ir para longe, mas ele vive 30 dias num raio de 300 metros. Então, é bem provável que uma pessoa que pegue zika num quarteirão esteja pegando zika de um mosquito que nasceu naquele quarteirão. A maior probabilidade é essa. Então, o pessoal do quarteirão inteiro pode estar cuidando bem, mas se uma casa não tem cuidados.... Então, tem que entrar. Acho que Presidente fez bem, acho que a medida provisória já entra em vigor imediatamente...

Então, está-se permitindo a entrada forçada nas residências, o que eu acho importante, mas tão importante quanto isso é o lixo urbano, que é um caos na maioria das cidades brasileiras. Não há um tratamento adequado do lixo urbano, que tem muito plástico. Qualquer pedacinho de plástico junta água. Se o mosquito bota o ovo lá, em uma semana já está voando o mosquitinho filho. É terrível! Não adianta também passar em todas as casas e, depois, esquecer, porque passa uma vez.... Pode passar numa casa, limpar tudo, estar tudo limpinho, e na semana seguinte já ter zika de novo ali, porque entre botar o ovo e o mosquito voar e picar é uma semana. Então, tem que passar toda semana, tem que ter mutirão toda semana em tudo que é bairro, tudo que é quarteirão no Brasil, principalmente nas cidades mais afetadas.

Então, vocês imaginem que é um trabalho gigantesco. Envolve Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Defesa Civil, Exército, Marinha, Aeronáutica... O Ministério da Saúde é a parte até menor desse esforço, porque ele conta com os agentes de saúde, mas não tem capacidade de fazer o que os outros ministérios podem fazer com a quantidade de gente que tem e com suas estruturas.

Acho que um *kit* para tratar lixo urbano seria muito importante para os Municípios mais afetados. O Governo deveria ajudar com um *kit* de máquinas, de equipamentos para enterrar o lixo, para ver como está o lixão. É preciso avaliar isso para enfrentar o problema. Ferro-velho é a maior coleção de mosquito que há, assim como borracharia, prédios públicos, cemitérios. Os cemitérios são um criadouro de mosquitos, mas não mora ninguém no cemitério, pelo menos vivo. Então, é necessário passar lá de vez em quando. O pessoal, toda semana, tem que limpar o cemitério.

Enfim, a cada dia, vê-se a complexidade, mas não temos uma avaliação. Por exemplo, nós estamos fazendo visita de casa em casa, mas diminui a quantidade de mosquito? O LIRAA, que é o levantamento que se faz de foco de larva, de mosquito, está sendo acompanhado? Essas respostas o Ministério ainda não tem para nos dar. Está sendo acompanhada a quantidade de foco de mosquito? Diminuiu naqueles Municípios em que se está trabalhando mais? O que os prefeitos estão ganhando? Que tipo de estímulo eles estão tendo para enfrentar isso? É o prefeito que vai ter que enfrentar essa situação, assim como a equipe de saúde, as equipes locais.

O que eu queria propor para vocês, para encerrar... Está aqui o Deputado Solla, que é da nossa Comissão Externa, e a Carmen Zanotto. Nós vamos a Salvador, se não acontecer nenhum fato extraordinário nesta semana, além do que está acontecendo. Nós vamos a Salvador, Município com maior número de casos de microcefalia. São números absolutos, comparados, proporcionalmente, aos da Paraíba, onde há o maior número de casos – João Pessoa, Campina Grande. Em números absolutos, ainda é Salvador.

Então, nós precisamos ter uma ideia de como podemos colaborar. A nossa Comissão Externa vai acompanhar, fiscalizar e propor medidas. Agora, nós podemos ter sintonia com esta Comissão para propor medidas em relação a muita coisa mais urgente. Estive conversando sobre isso com o Deputado Newton Cardoso, que é o Relator, a fim de trazer-lhe algumas sugestões de medidas que nós achamos mais necessárias agora. Depois, podemos trabalhar, com acompanhamento, até para entender melhor como esse bichinho funciona, porque ainda não sabemos direito.

O Dr. Cesar Victora, que é o maior epidemiologista brasileiro – eu acho – e um dos maiores do mundo, esteve na nossa comissão, numa audiência pública, e disse que essa microcefalia que está dando do zika vírus é única, não é igual a nenhuma outra microcefalia. É uma alteração que dá completamente diferente das outras microcefalias: há muito mais pele atrás da cabeça, que fica muito mais achatada. Então, é uma microcefalia específica do zika vírus, o que é importante até para ver a progressão dos casos.

Portanto, tudo que nós pudermos fazer agora vai evitar que, daqui a sete, oito meses, nasçam mais crianças com microcefalia. Esse é o nosso esforço. Acho que nós devemos empreender, o máximo possível, esforços. O Deputado Newton já está convidado para a reunião da nossa comissão externa para acompanhar e ouvir os nossos participantes e também está convidado, se puder, para ir a Salvador, na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Deputado Osmar Terra, muito obrigado pela sua exposição. Na verdade, foi uma aula sobre toda essa epidemia.

Antes de passar a palavra ao Relator e já anunciando ao Plenário que quem desejar fazer alguma manifestação, alguma pergunta deve se inscrever – a Deputada Carmem Zanotto já o faz –, eu queria aqui fazer uma pergunta ao Coordenador do Ministério da Saúde.

Embora o Deputado Osmar Terra já tenha dado uma informação, eu queria que o senhor desse uma explicação, porque a sociedade está ciente do problema, mas ela não está consciente das circunstâncias que envolvem o problema.

Por exemplo, eu acabo de saber que o mosquito vive 30 dias, e quem me ensinou isso foi o Deputado Osmar Terra. Eu nunca soube e não tinha motivos para saber – não sou biólogo, sanitária ou coisa parecida – quantos dias vive um mosquito. É preciso que a opinião pública entenda esse problema. Por exemplo, o mosquito que vive na área rural também pode ser portador do zika vírus, porque quando a mídia fala de ações que visam a eliminar mosquitos só mostram isso em área urbana; não mostra em área rural.

Portanto, quem mora na área rural tem o direito de pensar que lá não existe, e o maior criador de mosquito, para quem entende um pouco de natureza, de meio ambiente, é exatamente a região de matas. O meu Estado de Santa Catarina tem uma Mata Atlântica muito densa, e entrar na Mata Atlântica é pedir para ser picado.

Por outro lado, mosquitos não têm como habitat andares altos de edifícios. Eles têm até uma certa altura de capacidade de voo. Ao décimo andar de um prédio, em tese, o mosquito não chega. Agora, ele pode ir de elevador. Então, vamos fazer o quê? Ele pode ir em um vaso, em uma planta. Então, esses agentes que vão visitar as casas, as propriedades, obviamente eles vão procurar as áreas mais baixas.

Entretanto, há uma outra pergunta que se faz: como é que o vírus, no caso do zika, e dos outros obviamente, se instala no mosquito? Ele vem de um para outro, ou o mosquito é contaminado quando pica alguém que já é portador do vírus e aí passa para o seguinte?

É preciso que essa audiência pública talvez possa servir para, em poucos minutos, entendermos um pouquinho esse bicho, esse *Aedes aegypti*, que tem esse nome tão complicado e que a sociedade brasileira aprendeu a temer, mas não conhece. Quando conhecemos sabemos como proceder com muito mais habilidade, com muito mais responsabilidade.

Se o senhor pudesse nos dar algumas informações, sem dar uma aula igual ao do Deputado Osmar Terra, mas, pelo menos, para nos situarmos em torno do assunto.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Não tenho a pretensão de superar a aula do Professor Osmar Terra.

Em relação à transmissão rural do vírus zika, não se tem conhecimento da transmissão num ciclo silvestre do zika vírus, pelo menos no Brasil. A transmissão do zika vírus, até o momento comprovada, é pelo *Aedes aegypti*, que é um mosquito urbano que não é encontrado no ambiente silvestre.

Existe um primo-irmão do *Aedes aegypti*, que é o *Aedes albopictus*, que pode transmitir, mas cuja responsabilidade na transmissão não tem comprovação aqui no continente americano, nem de dengue nem de zika vírus. Esse mosquito *Aedes albopictus* é um mosquito com hábito um pouco diferente porque habita as áreas periurbanas.

Então, para se ter um ciclo silvestre, faz-se necessário um reservatório animal, como, por exemplo, um macaco, ou o que seja, e isso não foi demonstrado ainda no Brasil. Então, a transmissão se dá exatamente pela picada do mosquito; uma é pessoa infectada, e com isso se faz esse ciclo mosquito-homem.

Uma questão que já está comprovada em relação à dengue, mas que, para o zika, ainda requer demonstração, embora possa ter potencial, é a possibilidade de os ovos do mosquito já nascerem infectados pelo vírus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Não há certeza disso?

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Para a dengue já tem comprovação. Para o zika, não tem ainda. Existe potencial, pelas próprias características – são flavivírus etc – do que se chama de transmissão transovariana, ou seja, os ovos já nascerem infectados, o que obviamente complica mais ainda a questão do controle e da manutenção do vírus no ambiente.

Bom, em relação à questão da população, Presidente, o Ministério da Saúde já há algum tempo faz, além das campanhas, pesquisas avaliativas sobre como a população recebe aquelas campanhas etc. De uma maneira geral, a população se sente muito bem informada sobre os hábitos do mosquito, as maneiras de prevenção etc. Eu acho que o grande desafio que nós temos – e não é só no Brasil; mas em todo lugar do mundo – é exatamente aquele aspecto relacionado à mudança de comportamento.

É o mesmo desafio que nós temos, por exemplo, com relação a um médico que fuma. Ele sabe dos riscos, sabe que fumar, por exemplo, causar câncer. Mas, mesmo assim, as pessoas fumam. Em relação à AIDS, por exemplo, as pessoas sabem o risco de se contaminar com AIDS sem usar camisinha. Mas, mesmo assim, algumas pessoas ainda insistem em não usar camisinha.

Então, eu acho que é um problema muito mais complexo porque envolve exatamente a questão da mudança de comportamento.

Na nossa avaliação, do ponto de vista da informação, acho que tanto o ministério quanto as secretarias estaduais, municipais, as organizações não governamentais e a imprensa têm divulgado muitas informações.

E, como lhe falei, algumas pesquisas feitas pelo Ministério da Saúde demostram que a população se sente informada mesmo.

Inclusive, um dado curioso. A população, numa dessas pesquisas, atribui o problema não aos governos. Entendeu? Atribui muitas das vezes a um problema do vizinho.

Então, infelizmente, a questão é muito mais complexa porque envolve mudança de comportamento mesmo das pessoas em adotar essas medidas que estão, digamos, preconizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Obrigado.

Eu fiz a pergunta sobre o tipo de vida e de hábitos do mosquito porque eu ainda não comprehendi por que o Poder Executivo, o Governo, não adotou uma providência fazendo com que nós tivéssemos, por exemplo, a cada semana, o dia de combate ao mosquito. E todos os órgãos do Governo centrariam força e fariam campanha específica para que toda a população naquele dia se tornasse um combatente. Haja vista essa questão do ciclo, de depósito dos ovos, de formação da larva e do próprio mosquito, nós poderíamos ter isso.

E eu pediria que o Relator, inclusive, analisando as emendas, se não encontrasse uma emenda, que colocasse um dispositivo na medida provisória que nós certamente aprovaremos exigindo que todos os órgãos públicos do País, seja na esfera federal, estadual ou municipal, tivessem um dia da semana em que todas as matérias, toda a publicidade e toda a mídia governamental mencionassem e focassem a importância da participação. E poderíamos dizer na própria lei que o dia da semana, da quinzena ou do mês, eu não sei, seria considerado o dia de combate, pelo menos por um prazo de três meses, de seis meses, porque o fato é que cada ministério está fazendo a sua parte, cada prefeitura está fazendo a sua parte, cada órgão público faz a sua parte. No entanto, não há um dia em que todos façam isso juntos. Essa é uma grande realidade.

Pelo menos é o meu entendimento. Eu não sei se é possível, mas, como o governo é o poder concedente, para que rádios façam os serviços de radiodifusão, para que emissoras de TV façam os serviços de divulgação, noticiário etc., seria obrigatório, por exemplo, que A Voz do Brasil, que todas as emissoras de rádio, que todas as emissoras de TV, naquele dia, fizessem pelo menos uma ou duas ou três inserções, já que eles têm a obrigação de fazer um serviço de comunicação social. Além daquilo que o Governo pudesse produzir, eles próprios deveriam fazer. Não custa nada. É para o bem do País.

Então, se nós pudéssemos estabelecer isso, eu tenho certeza de que nós teríamos uma força absolutamente grandiosa e suficiente para derrotar esse bichinho que está incomodando tanta gente e que vai trazer tanto prejuízo, como o Deputado muito bem colocou, e o que nós vamos lamentar por muito tempo.

Eu concedo a palavra ao Relator, para que aqui faça as suas observações e questionamentos.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, senhoras e senhoras; boa tarde, nossas Deputadas, nossos Deputados. Quanto aos componentes da Mesa, quero cumprimentar todos e parabenizar o Deputado Osmar Terra pela aula. Para mim, é meio relatório já. As suas palavras facilitam a nossa vida. Muito obrigado.

Eu gostaria apenas de resgatar, Presidente, o objetivo essencial desta audiência de hoje. Como eu e V. Ex^a já tivemos oportunidade, antes da instalação da Comissão nós fizemos uma pré-organização de cada audiência pública dessas, e esta audiência, hoje, tem um viés institucional, um viés de apresentar os envolvidos, os responsáveis por cada tipo de ação que está prevista na medida provisória, mas também iniciarmos o detalhamento dos desdobramentos das ações previstas nas emendas apresentadas. E são mais de 100 emendas nesse sentido, 101 agora, com a emenda que V. Ex^a apresentou, e já a estou acatando imediatamente, caso não haja alguma parecida.

Mas eu não gostaria de perder o foco desse objetivo desta audiência.

O que mais preocupa, num primeiro momento, são as consequências jurídicas, os impactos da entrada forçada nas residências das pessoas. Essa entrada forçada já foi inclusive apresentada aqui, em dois ou três questionamentos da população, uma iniciativa individual, de cidadão, colocando a sua preocupação de ter a sua residência invadida. Lógico que muitos entenderam que esse acontecimento se daria com a pessoa estando presente na casa. É lógico que isso não vai acontecer. Mas a presença das senhoras e dos senhores aqui, hoje, ligados ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público.... Onde está a lista – por favor, minha assessoria – de quem não compareceu e de quem compareceu? Por favor. A Izabella estava com essa lista.

Eu queria dizer que a presença dos senhores e das senhoras é para que isso seja esclarecido. Eu peço licença para uma crítica construtiva à sua apresentação, Ruanna. Apesar de muito importantes as ações que o Ministério da Justiça tem tomado, que vão desde a redução dos espelhos d'água até as ações de divulgação dentro do ministério, em todo o âmbito nacional, é importante ter o foco de que o ministério tem uma responsabilidade maior do que essa. Ele tem a responsabilidade de garantir a ordem institucional, a partir do momento em que as casas começam a ser invadidas ou ser abertas por profissionais ligados ao Ministério da Saúde, ligados às prefeituras, ligados a quaisquer órgãos que sejam, e vocês precisam estar preparados para

recepionar as consequências desses atos. Isso é o viés principal do texto e o que nos preocupa sobremaneira, quando nos preparamos para tomar essas medidas. Mas, enfim...

Além disso, Sr. Presidente, também quero, na esteira da fala do nosso Presidente da Comissão Externa do Zika, o Deputado Osmar Terra, também colocar duas outras visões a respeito do andamento dos trabalhos dessa medida provisória. Nós temos que dividir essencialmente em ações preventivas, que estão sendo tomadas pelo Ministério da Saúde – com os investimentos e recursos disponíveis para isso –, mas ações também corretivas, ações que, infelizmente, chegam apenas ao limite de serem paliativas. Então, quando falamos na necessidade de aquisição de “kits diagnósticos”, eu tenho entendido, Deputado Osmar – caso eu esteja errado... –, que hoje existem *kits* que permitem a identificação de até quatro tipos de vírus, em até quatro horas após a coleta da amostra. Esse tipo de *kit* não está disponível mesmo, não só em quantidade, e ainda não está divulgado, não sei se por falta de aprovação de Anvisa ou de quaisquer órgãos que tenham de aprovar isso, dentro do Ministério da Saúde, mas entendo que seria extremamente importante, ainda que como uma ação paliativa, uma ação corretiva.

Da mesma forma, Sr. Giovanini, eu quero dizer da pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor. Uma outra ação corretiva são as visitas, as necessárias visitas. Lógico que elas têm uma dupla função. As casas que estão devidamente mantidas, limpas e isentas da presença do mosquito ou de larvas do mosquito, precisam continuar assim. Mas aquelas que têm o mosquito precisam ter combate. Então, a visita é uma ação duplamente preventiva e corretiva.

Mas o que preocupa, e eu questiono o senhor, é a eficiência dessas ações, pois são pessoas com quem estamos lidando que hoje já estão enfrentando uma rotina pesada de mutirões que são frequentes. Até no relato de alguns representantes das federações de agentes de saúde, eles têm colocado que estão em rotina permanente de mutirão: é hora extra, é a dificuldade de trabalhar sábados, domingos e feriados, e muitas vezes não têm o devido reconhecimento nem salarial, que é fator higiênico, nem mesmo o devido e necessário descanso para conseguir ter uma atividade de qualidade. Então, quando começa a acontecer isso, preocupa-nos que possa começar a cair a eficiência do combate ou das visitas.

E aí eu retomo uma questão: se é interessante que as tecnologias disponíveis hoje sejam aplicadas também nesse tipo de ação, pois, também pelas pesquisas que já tenho feito, existem tecnologias que disponibilizam hoje um *tablet* ou um dispositivo móvel, com acesso remoto à internet e com geolocalização de cada visita do agente de saúde. Assim, quase que imediatamente, automaticamente, à medida que tem conexão com a internet, essas visitas são monitoradas por uma central remota, uma central de controle dos trabalhos.

Então, quando acontece isso, nós podemos ter uma eficiência maior, melhorar a velocidade de ações, verificando onde há um foco maior da doença ou das doenças e da contaminação pelo mosquito, que possam ser incrementadas às visitas, às ações. E pergunto se isso já é hoje realidade, por parte do ministério, no sistema de combate que está em vigor. Também, lógico, essa é uma ação corretiva, como eu disse.

Agora, quanto às ações preventivas, da mesma forma, existem algumas tecnologias que estão sendo oferecidas, que estão sendo disponibilizadas e divulgadas para esterilização do mosquito. Se é que essas ações têm eficiência, nós precisamos discutir e tratar aqui com a devida atenção, pois a neutralização do mosquito pode ser uma parte importante de solução do problema. Isso hoje ainda não é, talvez, a realidade do País.

Da mesma forma, há a divulgação e a publicidade governamental, que é o principal veículo, o principal vetor de publicação das informações que a população precisa para se combater a disseminação do mosquito, mas tenho visto também as publicidades privadas, a publicidade de empresas privadas que estão se preocupando e começando a se colocar em evidência nas suas ações. Isso é um belo gesto, talvez um gesto que causasse certo constrangimento às ações do Governo, mas vamos parabenizar essas empresas que têm tido essa atitude.

Precisamos estimular isso, pois eu tenho me preocupado com as ações que vejo de contrainformação, de informação negativa que a mídia tem divulgado. E hoje, o Sr. Giovanini acaba de nos dar aqui uma informação muito importante, muito interessante, da não existência – até agora identificada – do ciclo silvestre do mosquito.

Recebemos, nesta semana, e eu falo aí como Presidente da Frente Parlamentar de Silvicultura também, uma matéria, publicada em uma revista do setor florestal, dizendo que o setor florestal é o grande responsável pela vinda do mosquito *Aedes aegypti* para a cidade, como se uma floresta plantada, ou que seja um plantio de soja, um plantio de algodão, um plantio de café, tivesse sido responsável por expulsar o mosquito das zonas rurais, ou das regiões nativas, para trazê-lo para a cidade.

Nós repudiamos essa informação publicamente, através da Frente Parlamentar de Silvicultura, mas o senhor agora nos dá um argumento definitivo de que não há ciclo silvestre; ou seja, estamos tratando de contrainformação. Enquanto o Governo está fazendo uma bela ação ou tentando estimular as ações de combate e divulgação do controle do mosquito, se a mídia começa a falar o contrário, começa a falar que o mosquito vem para a cidade por ações do homem, negativas – como se o setor florestal ou qualquer outro setor ligado

à agricultura fosse negativo, o que não é verdade –, isso realmente causa um grande desestímulo ou, no mínimo, uma briga desnecessária com um setor que deveria estar contribuindo para o processo. Então, é essa a minha preocupação também, de que as nossas ações preventivas e, nesse caso, de divulgação, de publicidade, tenham o seu devido tratamento e a devida resposta, para que a população tenha segurança do que está de fato acontecendo.

Portanto, só resgatando aqui a informação, faltaram aqui, hoje, os representantes do Comando do Exército; do grupo de trabalho da Casa Civil, que solicitou também que pudesse ser feito em outra data; do Ministério Público Federal, cuja ausência foi devidamente justificada. É importante que todos vocês, todos esses órgãos tenham a noção da responsabilidade que vocês têm para o cumprimento dos objetivos desta medida provisória

E aí eu quero encerrar, deixando aqui a pergunta ao Sr. Giovanini, que, dentro do contexto principal, que é a necessidade de se entrar nas casas, independentemente da autorização da pessoa – não estando, lógico, ocupada a casa –, as ações já estão previstas dentro do texto. Mas, com a quantidade de emendas que foram apresentadas, Sr. Giovanini, eu questiono qual é a prioridade, qual é o foco necessário, talvez o ideal, dos investimentos e das ações que precisam de recursos do Orçamento principalmente e que o ministério gostaria de ver no relatório para que possamos tratar e analisar.

Muito obrigado.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Muito obrigado, Deputado Newton Cardoso Jr., pela oportunidade e pela sua excelente pergunta no aspecto que nós consideramos fundamental e que estamos discutindo no âmbito do Ministério da Saúde e também com os Estados e Municípios: a necessidade de aprimoramento das atividades de controle do *Aedes aegypti*. Esse trabalho dos agentes de saúde, eu gosto sempre de frisar, é um trabalho necessário, absolutamente necessário. Deve ser feito com qualidade, porque é um elemento importante para levar informação, mas não é suficiente para dar conta, por si só, desse problema.

O senhor citou um exemplo real, que é exatamente, eventualmente, a própria qualidade do trabalho desses agentes ser comprometida por uma série de fatores. Então, a busca de novas alternativas, de métodos alternativos para o controle do *Aedes aegypti* é uma necessidade urgente. Nós temos inúmeras iniciativas de alguns Municípios nessa direção. Por exemplo, o uso de *palms* para garantir uma maior agilidade, uma maior qualidade nas informações para uma resposta oportuna.

Isso temos observado em alguns Municípios, mas, nesse direção, o Ministério da Saúde fez, há pouco mais de 30 dias, um seminário internacional para discutir exatamente essa questão dos métodos alternativos de controle do *Aedes aegypti*. Nós trouxemos especialistas do mundo inteiro e discutimos, entre essas alternativas e, tirando aquelas alternativas que o senhor bem situou, que são fruto da boataria, aquelas de que há alguma evidência – estudos acadêmicos, estudos científicos – de que têm e que possam, ou pelo menos que tenham potencial, ser aplicadas em escala ampliada.

Dengue é um problema de grandes cidades, de todas as cidades, mas o maior problema se dá exatamente nos grandes centros urbanos, porque determinam epidemias importantes, etc.

Esse seminário foi muito interessante. Conseguimos elencar, mesmo não havendo todas as evidências possíveis, algumas intervenções promissoras. O Ministro da Saúde sempre nos cobra métodos alternativos, mas nós não estamos conseguindo desenvolvê-los; estamos trabalhando como trabalhava Oswaldo Cruz, no século passado.

Existem algumas alternativas em vista. Algumas já são conhecidas, como a utilizada na Bahia – o Deputado Solla está aqui na frente, na época era Secretário de Saúde e apoiou muito a iniciativa: o uso de mosquitos transgênicos como alternativa de método de controle. Recentemente, participamos de um seminário na Agência Internacional de Energia Atômica, e observamos o uso de mosquitos irradiados. Outra estratégia é uma iniciativa da Universidade da Austrália com a Fiocruz, que é o uso de mosquitos *Aedes aegypti* contaminados pela bactéria Wolbachia, que existe disseminada na natureza; só não existe no *Aedes aegypti*, mas, ao ser infectado, a bactéria o torna não infectante para o vírus da dengue, do zika e do chikungunya. Então, esses mosquitos contaminados, ao serem liberados no meio ambiente, podem reproduzir-se e substituir a população de mosquitos selvagens...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – E deixar de ser vetores. Além de outras alternativas que estão sendo discutidas, como, por exemplo – esta é uma estratégia desenvolvida pela equipe da Fiocruz –, a utilização de mosquitos disseminadores de inseticida. Ou seja, os mosquitos pousam em uma armadilha que tem inseticida e depois o dispersam. E há uma série de medidas que podem ser aplicadas em programas municipais.

Isso foi feito há 30 dias. Agora, estamos em uma segunda etapa, elaborando os protocolos de aplicação dessas medidas. Isso exige, obviamente, um desenho operacional de como se aplica isso.

A outra parte é exatamente o custo. Algumas dessas medidas, pelo menos das que nos estão sendo apresentadas, têm o custo além da capacidade, por exemplo, da rotina que o Município aplica. Então, nós estamos na fase de elaboração das propostas, identificando o potencial de sua utilização, para identificar, inicialmente em áreas pilotos, e aplicar esse pacote de medidas que possam causar impacto.

Um ponto importante e que foi consenso neste seminário é que não existe uma medida única que resolva o problema. Nós temos de lançar mão do conjunto dessas medidas e, principalmente, continuar trabalhando no ponto que o Deputado Osmar Terra levantou com muita propriedade: a resolução de problemas estruturais das nossas cidades. Ou seja, enquanto houver problema de lixo, de coleta irregular, e de abastecimento de água, que obriga a população a armazenar água em casa, por exemplo, a persistência desses problemas torna o controle muito mais difícil.

De qualquer maneira, resumindo, para finalizar, eu acho que nós estamos hoje em um patamar um pouco diferente, na medida em que já temos elencadas algumas estratégias com algum grau de evidência. E estamos agora debruçados exatamente em detalhar melhor essas medidas, elaborar protocolos de utilização e, principalmente, definir custos e avaliar a viabilidade de sua utilização em escala ampliada ou não.

Então, nós estamos exatamente nessa fase.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Eu queria... Presidente, posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Pode, por favor.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS) – Indo na linha do nosso expositor, eu queria dizer o seguinte: eu acho que nós temos uma questão que envolve muitas informações que podem ter evidências científicas adequadas e informações que não têm. Está uma confusão no meio de campo, e nós não podemos perder o foco. Eu acho que a questão do combate ao mosquito da forma como se está fazendo é a única maneira que nós temos de reduzir a população do mosquito.

Há coisas que reduzem a população? Pode haver ou não. Não se sabe.

No tocante a essa questão, por exemplo, dos mosquitos transgênicos, mosquitos irradiados, eu participei de uma audiência com pesquisadores da Bahia e de São Paulo, e, para eles, não adianta. Esse mosquito aí não resolve nada, ou resolve muito pouco. Primeiro, porque tem de haver uma população muito maior – eles são mais frágeis, aparentemente, do que o mosquito selvagem. Segundo, porque parece que eles não são tão sedutores e atraentes para as “mosquitas”, para as fêmeas; então, eles se reproduzem muito menos; eles têm muito menos parceiras e acabam desaparecendo na população dos mosquitos selvagens. É o contrário: o mosquito selvagem, em vez de desaparecer na população dos transgênicos, está acontecendo o contrário. Então, é preciso botar praticamente uma fábrica de mosquitos em cada Município para enfrentar o problema. E não se consegue. Operacionalmente, esse é um processo muito complexo e difícil. Esse da bactéria parece que tem o melhor resultado. Esse mosquito contaminado com a bactéria parece que é o que tem o melhor resultado.

Tudo isso é importante, mas eu gostaria de frisar: nós não podemos perder o foco do que pode dar resultado comprovadamente, que foi feito lá... Eu acho que nós estamos na fase do Oswaldo Cruz mesmo; é preciso analisar o que o Oswaldo Cruz fez, que foi feito lá no tempo do Getúlio, que se eliminou. Esse mosquito voltou a aparecer na década de 70! Quer dizer, ele desapareceu duas vezes e voltou a aparecer na década de 70. Em dez anos, agora nos últimos dez anos, a área de abrangência dele aumentou quatro vezes, chegando a Estados onde não havia, como é o caso de Santa Catarina.

Então, agora todos os Estados estão em risco. Todos vão ter. Eu acho que podem ter menos casos, mais casos. Os Estados mais frios, entrando o inverno, vão ter menos casos. Mas é isto que foi colocado aqui também: tudo indica que ele pode funcionar como a dengue. O mosquito da dengue bota o ovo contaminado num lugar que se torna seco, aquele lugar fica um ano seco – uma tampinha de garrafa, uma garrafinha seca, não tem nada ali –, choveu, molhou, pumba! Nasce o mosquito, e já nasce contaminado, e já sai contaminando.

É um bichinho danado. Esse *Aedes* é um adversário formidável. Com essa história de achar que o mosquito não pode contra um País inteiro, nós podemos passar vergonha, porque esse mosquito é muito difícil de combater. Se nós não tivermos uma articulação muito grande, um esforço muito concentrado, focalizado... E principalmente recursos, minha gente! Nós precisamos ter recursos. Recursos que não há! O Governo está cortando o orçamento deste ano da Saúde. Embora a Presidente tenha dito que não vão faltar recursos, no dia seguinte, o Ministro do Planejamento contingenciou R\$3,9 bilhões.

E, mais ainda, a Deputada Carmen Zanotto é Sub-Relatora na nossa Comissão na questão da gestante e da criança que já nasceu com microcefalia. Que ações nós temos de ter? São ações de enorme vulto, de custo gigantesco! Imaginem dezenas de milhares de crianças com retardo mental severo, que não vão falar, que não vão caminhar, que não vão enxergar! Pode haver casos mais leves de microcefalia, em que a pessoa tem certa autonomia, mas, na maioria dessas crianças, em 75% das crianças que estão nascendo com microcefalia, as lesões do cérebro são tão severas que elas, provavelmente, não vão caminhar nunca! E são crianças que podem

viver uma vida de 50 anos, 60 anos, 70 anos! Vocês imaginem essas famílias! Nós precisamos ter um orçamento específico para isso. Vai ser um negócio assombroso!

Eu acho que a Deputada pode falar depois, pois ela está se debruçando sobre isso, mas a minha preocupação é prevenção e essa ação é para depois do estrago feito: o que nós vamos fazer? Leitos de UTI têm que aumentar. São 2 mil casos de síndrome de Guillain-Barré por ano em média, e nós vamos chegar a 6 mil. Portanto, vai aumentar a demanda de leitos de UTI enormemente no País. E mais lá no Nordeste, onde a oferta de leitos de UTI é menor. Então têm que aumentar.

Isso tudo tem custo. O ministério não pode cortar orçamento. Se há um ministério que não pode ter o orçamento cortado nessa crise toda é o Ministério da Saúde. Então nós temos que ver.

Nós estamos trabalhando a PEC 01, de 2015, que está sendo negociada – a Deputada Carmen foi Relatora. Nós temos de trabalhar para aprovar essa PEC, até para negociar com o Governo. Não é nem se o Governo vai atender ou não vai; é para ter uma forma de pressão, senão as outras prioridades tomam conta, e a saúde, as crianças com microcefalia e a população brasileira ficam ao deus-dará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSL - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Eu concedo a palavra...

O SR. ALFREDO KAEFER (PSL - PR) – Posso fazer uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Desculpe, Deputado, mas a Deputada Carmen Zanotto está inscrita para falar. Em seguida, eu concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSL - PR) – O.k. Obrigado.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB - RS. *Fora do microfone.*) – ...Sr. Presidente, vou precisar dar uma saída agora. Se puder, eu volto, mas ela representa a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Até porque eu começo a me preocupar com o horário, já que, daqui a pouco, começa a Ordem do Dia em ambas as Casas, e nós vamos ter a reunião prejudicada, já que os Parlamentares terão de comparecer ao plenário.

Com palavra a Deputada Carmen Zanotto, minha conterrânea e grande Secretária da Saúde de Santa Catarina.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, nobre Senador Paulo Bauer. Quero saudar V. Ex^a, saudar o nosso Relator, Deputado Newton Cardoso Jr. e todos os expositores na pessoa do Deputado Osmar Terra, que é o nosso coordenador da comissão externa.

Eu vou começar falando da complexidade que é este tema pegando um ganchinho da fala do Senador Paulo Bauer com relação a um dia específico para trabalharmos.

Eu teria a ousadia e a coragem de dizer que, se, porventura, os agentes de endemias resolverem passar aqui na Esplanada dos Ministérios, com certeza absoluta vão encontrar algum foco. Por quê? Porque a cultura que temos de olhar para a casa dos outros e achar que temos que limpar a dos outros e não temos que limpar a nossa é gravíssima. Eu tenho certeza de que eles deverão encontrar algum foco aqui na Esplanada, aqui nas nossas duas Casas, tanto no espaço da Câmara quanto no Senado, nas nossas prefeituras municipais, nos prédios públicos de maneira geral.

Todos nós sabemos o que fazer – todos! Por que não fazemos é a grande resposta que não conseguimos. É porque nós não incorporamos ainda a consequência de tudo isso? Será que tem de chegar a nossa casa o nascimento de uma criança com microcefalia para entendermos o que é isso? Tem horas que me pergunto. Parece-me que é por aí: que temos a leitura de que só vai acontecer na casa do vizinho, e na nossa casa nunca vai acontecer; por isso, não praticamos o olhar e a limpeza todas as semanas.

Em um primeiro momento, a limpeza é mais pesada mesmo – que é retirar os focos. Depois, é a manutenção disso. E, aí, nós pegamos borracharias, nós pegamos cemitérios, nós pegamos os postos da Polícia Rodoviária Federal, que me apavoram com aqueles veículos parados. Incomoda-me muito isso, sempre me incomodou – mas o veículo está lá, ele não pode sair, ele tem que ser periciado, ele tem prazo para sair. Inclusive há propostas de emenda aqui, que – se não estou enganada – nosso colega Deputado, que vai falar em seguida...

O SR. ALFREDO KAEFER (PSL - PR) – Deputada, V. Ex^a me daria um apartezinho?

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Dou-lhe.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSL - PR) – É breve, e eu tenho certeza de que contribui com o discernimento que V. Ex^a vai fazer.

Eu penso ter um pedaço da solução para o que V. Ex^a expôs e para o que tem sido abordado nesta Comissão: o problemático caso de dengue que nós estamos enfrentando no País. Eu considero que é da natureza humana o relapso e o conceito de que o problema sempre é dos outros e não da gente.

Eu apresentei três emendas nesta medida provisória. E digo ao Presidente que não estou nessa lista, mas agora estarei, porque abriu uma vaga – está aí o comunicado –, e vou, com muito prazer, participar desta Comissão.

Apresentei três emendas a essa medida provisória.

Por conceito, se deixarmos os homens contribuírem de forma espontânea, como era antigamente, com um dízimo, ou coisa assim, não teríamos o conceito de Estado, nada disso. Ninguém paga imposto porque quer; só o paga, porque, como o próprio nome diz, é um imposto. Nós só cuidamos das nossas tarefas quando há imposição das mais diversas formas possíveis.

Uma das minhas emendas diz o seguinte: os agentes de saúde, visitando os domicílios residenciais, comerciais, industriais e públicos, aplicarão, na segunda reincidência, multa pecuniária de 10% do salário mínimo – coloquei até o valor –, dobrando o valor dela na segunda reincidência, ou seja, na terceira visita. E, na terceira visita, recorri a um artigo – não me lembro qual é o artigo; a Consultoria me deu – em que o relapso infrator que contribui com um caso endêmico de saúde pública poderá ser chamado à responsabilidade pelo Ministério Público.

E de qual forma isso se dá, Senador Paulo Bauer? Solidária e subsidiariamente! Isso significaria o seguinte: se um agente de saúde vier ao prédio do Senado para verificar isso uma vez, ele vai fazer uma notificação ao Presidente do Senado, e, subsidiária e solidariamente, ao Diretor-Geral desta Casa. Na segunda reincidência, ele aplicará uma multa ao responsável, solidária e subsidiariamente. E, na terceira visita, ou na segunda reincidência, ele encaminhará isso ao Ministério Público, que tomará providências criminais. Essa é uma emenda. Ela tem uma elaboração técnica. Estou aqui dando um breve resumo dessa emenda.

Na segunda emenda, mudo o conceito da obrigação de todo público ir a casa e de nós todos sermos responsáveis. Eu inverto a posição. Eu faço com que cada domicílio, com que cada casa informe, uma vez por mês, à Secretaria de Saúde do seu Município uma simples declaração: "Eu, Jacob Alfredo Stoffels Kaefer, CPF tal, morador da Rua Belo Horizonte, nº 1.435, Cascavel, declaro, sob os efeitos da lei, que examinei meu domicílio, onde não há foco do mosquito". Manda-se isso por e-mail, por correspondência, por correio ou pelas mais diversas formas possíveis, porque há meios para isso. Essa é a segunda emenda.

Há a terceira emenda. Estou aqui pelo décimo ano. No primeiro ano, cheguei aqui, já apliquei emendas, entrei com projetos, querendo e tentando resolver, quando não havia o foco da dengue, o gravíssimo problema que existe em beiras de estrada, em pátios de delegacia, na Receita Federal e na Polícia Federal, devido aos carros que são abandonados. Não obtive êxito, não consegui ainda fazê-lo. Coloquei isso agora, porque é um grave caso de saúde pública. Eu coloquei isso para que a gente aplique uma emenda nessa medida provisória determinando que, a cada 90 dias, se façam leilões dos bens que estão presos em todos esses lugares. Existe forma para isso. Não precisa discutir se o carro legalmente pertence a Pedro, a Paulo, a José. Faz-se o leilão, que é a forma mais democrática de se vender determinado bem ou utensílio, e se deposita o valor em juízo. Eu até fiz menção de que os valores poderão ser aplicados em fundos de manutenção ou de recuperação de trânsito rodoviário. E, quando a Justiça determinar que o veículo sinistrado seja do Deputado Newton Cardoso ou seja meu, num acidente, o dinheiro estará devidamente depositado em juízo. Assim, libera-se o dinheiro, e se paga a quem de direito. Se os carros estão envolvidos em tráfico de drogas, o dinheiro vai para o Estado, e assim por diante.

Eu gostaria que o Presidente, o Relator e todos os membros da Comissão resolvessem isso. Estou absolutamente convencido disso.

Outro dia, um repórter disse que isso seria uma medida da ultradireita. Eu falei: se for, que seja, mas não existe forma de resolver grandes problemas sem grandes ações. E essa é uma ação impactante e grande que nós temos de tomar para debelar esse gravíssimo problema de saúde pública que temos no País.

Continue, Deputada Carmen Zanotto.

Obrigado.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Continuando nosso raciocínio, com relação a todas as questões de prevenção, o que fazer, Senador, o senhor que foi nosso Secretário de Estado de Educação, para que efetivamente se cumpra o que precisa ser feito? Acho que essa é uma grande resposta que precisamos ter no coletivo.

Por outro lado, nós temos de trabalhar com o momento. E aí vem a minha grande preocupação: o que é o momento? É o momento de orientarmos o conjunto de mulheres no período e em idade fértil e que desejam engravidar, mas em que condições? Eu vejo com muita dificuldade orientarmos uma mulher, por exemplo, que vive numa região quente, e dizer que ela tem de andar com um calçado fechado e com calças compridas; ou que ela tem de usar o repelente a cada duas, quatro horas. É só pararmos para pensar nisso, porque, conforme for o dia a dia dessa gestante, ela não vai nem se lembrar disso.

E aí vem o grande estrangulamento do Sistema Único de Saúde. Eu sou grande defensora do Sistema Único de Saúde e não tenho medo dizer que este é o pior momento que vivem os secretários municipais de saúde, os secretários de Estado da Saúde e também o Ministério da Saúde. As três esferas de governo estão absolutamente sem recursos financeiros. Essas gestantes não estão tendo acesso – eu tenho certeza disso – nem ao ultrassom durante a sua gestação, para confirmar ou não se aquele bebê tem microcefalia. Por quê? Porque nós temos cotas – vamos ser sinceros. E as cotas são determinadas pelos tetos financeiros que estão nos nossos Municípios. E os Municípios já colocavam, quando eu terminei o relatório, em média 22%. O Município do Senador Paulo Bauer, Joinville, coloca em torno de 35%. E mesmo assim, as demandas e as filas são gigantescas.

Então, como nós vamos prestar assistência a essa população, que necessita desde os métodos contraceptivos – se a mulher optar por não engravidar, ela precisa ter acesso a esses métodos, e isso precisa estar disponibilizado da nossa rede de saúde. E nem em todos os Municípios nós temos disponibilizados em quantidade suficiente todos os métodos contraceptivos. Então, vamos imaginar o restante.

E depois que esse bebê nascer? Eu tenho uma preocupação – e vou mantê-la – com relação às reduções. São orientações internacionais, mas eu sou enfermeira de formação. Duvido que, de norte a sul do País, seja mos tão precisos na hora de fazer a medida do perímetro encefálico de um bebê. Gente, nós temos profissionais e profissionais nas salas de parto. Uma diferença mínima na hora de medir pode levar aquele bebê a só ser estimulado quando ele estiver com quatro ou cinco anos. Ou seja, naquela microcefalia com consequências moderadas, o bebê pode não ser estimulado precocemente.

Então, olhem do que estamos falando, da complexidade desse tema!

Senador Paulo Bauer, não tenho a menor dúvida de que esta talvez seja a medida provisória mais complexa que já tenha passado por esta Casa. Isso porque, saindo da assistência, da atenção à mulher, à gestante e ao recém-nascido, nós temos uma outra coisa que está pegando nos Municípios, além da falta de recursos, e nós somos responsáveis por isso. Nas duas Casas – Câmara e Senado – quando aprovamos a Emenda à Constituição nº 86, que permitiu a alteração da base de cálculo, nós permitimos a saída para este ano de no mínimo R\$12 bilhões. O dinheiro que o ministério tem não vai passar do mês de agosto para pagar aquilo que já foi realizado no ano passado. Não há como o ministério credenciar serviços novos, não há como as prefeituras contratarem mais recursos humanos, porque elas estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal. E eles não têm mais como, e é ano eleitoral, gente! O que poderá acontecer no segundo semestre? Demite-se? Não se autorizam exames, não se entregam medicamentos. Por quê? Porque o prefeito vai ficar inelegível? Ele não tem dinheiro. Tudo que ele tinha já gastou.

Então, precisamos, nas duas Casas, fazer duas coisas: uma é derrubar o veto presidencial, pois, tenho certeza, vamos ter o apoio do Governo Federal para isso, da Base do Governo, para que, neste ano, tenhamos pelo menos os mesmos recursos do ano passado; e aprovar a PEC 01, que não vai resolver todos os problemas, mas pelo menos vai garantir que, no ano que vem, tenhamos o mesmo que neste ano e que no ano passado, se conseguirmos derrubar o veto, no ano de 2017. Nós vamos ficar três anos, no mínimo, com o mesmo orçamento na saúde, sabendo que os insumos têm um crescimento inflacionário gigantesco.

Portanto, o conjunto de providências que temos de tomar nesta medida provisória é gigantesco. É um desafio que eu tenho medo de não darmos conta, pois vai desde o veículo, conforme o Deputado Alfredo colocou aqui, que está parado nas nossas rodovias, até como garantir o atendimento nos centros de referência, porque sabemos que há mães que têm de viajar de duas a três horas para chegar a um centro de referência com seus bebês; famílias que estão sendo destruídas em função do nascimento de uma criança com microcefalia; crianças que estão sendo deixadas nas instituições de saúde, porque aquela família não quer levar para casa aquele bebê.

Então, a complexidade e a responsabilidade, nobre Senador Paulo Bauer, Presidente da Comissão da nossa Medida Provisória 712, são gigantescas, mas não podemos mais demorar, gente. Quanto mais demorarmos aqui na Comissão, mais tempo nós vamos demorar para levar para o plenário isso e aprovar. O que o Governo colocou aqui é fundamental!

Reclame quem quiser reclamar, mas, vocês vão me desculpar, é uma emergência de saúde pública. Portanto, se o domicílio estiver fechado e aquilo estiver comprometendo a saúde das demais pessoas, nós vamos ter de entrar de qualquer forma. Ninguém vai entrar arrombando, quebrando porta, sem tentar uma notificação, mas, se não entrarmos, podemos ter consequências muito piores. Então, nós vamos ter de enfrentar, mesmo sabendo que alguns poderão recorrer à Justiça depois, quando teremos uma resposta muito clara: você não cuidou do seu patrimônio, o Poder Público teve de entrar para resolver a questão do seu patrimônio. Agora, ele pode entrar, e defendo que ele entre; se eles não limparem, que o Poder Público Municipal autorize a sua limpeza, mas ele vai ser cobrado no seu IPTU.

Quem se debruçar em cima das propostas das emendas desta medida provisória verá que é uma verdadeira riqueza, que são belíssimas! Agora, temos de conseguir produzir o resultado final, a partir das nossas audiências públicas. Mas, se nós errarmos, Senador... E o senhor estava conosco em Santa Catarina – o nosso Governador era o saudoso Luiz Henrique, Senador da República também – quando enfrentamos a Influenza A/H1N1. Nós não sabíamos com o que estávamos lidando. Os três Estados do Sul absolutamente apavorados! Mas, nesses momentos, é melhor pecar pelo excesso do que por omissão.

Então, eu não vou ter nenhuma preocupação se alguém disser que exageramos na medida provisória. Exageramos porque entendíamos que precisávamos exagerar durante o período da emergência que estávamos vivendo. Depois, resolvemos. Agora, se nós não garantirmos, Senador Paulo Bauer, recursos para o Ministério da Saúde, em que pese o que já foi aprovado em dezembro... Conseguimos, na Câmara, incluir no Orçamento para este ano, R\$ 500 milhões, mas o ministério está com uma parte contingenciada.

Eu não acredito que vamos conseguir garantir todas as ações de prevenção, garantindo os agentes de endemias nas ruas e os demais profissionais, como um todo, toda a assistência a essas mulheres gestantes e recém-nascidos e os cuidados de maneira geral, que vão desde a Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, mais, a Previdência vai sofrer um baque grande, porque essas mães vão precisar ter, no mínimo, o que damos para elas na empresa cidadã, que é uma licença de quatro a seis meses, e isso não pode ser por conta do empregador, de maneira alguma. E olha que eu estudei. A minha proposta foi de quatro para seis. Eu queria ir para 12 meses, porque, jamais, uma microempresa vai conseguir manter dois funcionários na sua folha por 12 meses. E aí, o que vai acontecer? Desemprego para as mulheres, porque, se elas engravidarem, eles não vão conseguir suportar.

Então, o Poder Público vai ter de pagar. É mais uma conta num momento de crise.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

O Deputado Lombardi pede a palavra. Depois que ele se manifestar, nós encerramos as manifestações de plenário, mesmo que algum Deputado ou Senador chegue a partir deste momento na Comissão, porque são 16h35 e temos de caminhar para o encerramento.

Ouço V. Exª.

O SR. MIGUEL LOMBARDI (PR - SP) – Vou ser bem rápido, Senador.

Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar o Senador Paulo Bauer pela condução dos trabalhos e, na pessoa dele, cumprimentar toda a Mesa. Também quero cumprimentar a Deputada Carmem, uma guerreira, com quem estou aprendendo muita coisa na Comissão de Seguridade Social e em todas as nossas demandas.

Quero reforçar o seguinte: sou de São Paulo, da cidade de Limeira, e, infelizmente, na questão da dengue, desde o começo de 2015, coloquei a preocupação para o Ministério da Saúde de como estava refletindo a questão da dengue. Sabemos que não é por má vontade, mas o Ministério da Saúde só liberou R\$150 milhões para o Brasil todo para o combate à dengue. No meu Estado de São Paulo, o Governador só liberou R\$10 milhões para o combate à dengue. Na minha cidade de origem, Limeira, que tem 300 mil habitantes, gastamos R\$4 milhões, mas ainda assim tivemos 18 vidas ceifadas pela questão da dengue. E, agora, o mosquito transmissor desencadeou outras doenças.

Enfim, temos esse projeto, que logicamente não contempla a minha cidade da maneira como estão contemplando aqui alguns artigos da medida provisória. Mas já é lei na minha cidade, e em Campinas também, a entrada forçada nos imóveis, que são autuados e multados se têm o foco. E, se for preciso, a entrada é acompanhada pela defesa civil, pela guarda municipal. Mas pasmem, senhoras e senhores, a maior parte dos imóveis que estão para ser alugados ou abandonados estão localizados em bairros mais nobres e no centro da cidade. Muito focos foram encontrados.

Então, reforço novamente, inclusive já coloquei para o Relator e tenho certeza de que ele vai estudar com carinho, que precisamos ter penalidades para as pessoas que não se preocupam com o foco e a criação dos mosquitos transmissores dessas moléstias.

A minha preocupação é a respeito dos recursos. Infelizmente, com o reajuste dos agentes, isso dificultou e vai dificultar ainda mais para as prefeituras terem o número de pessoas suficiente no combate a essa epidemia.

Mas quero colocar que está dando resultado na minha cidade e também em Campinas esse exemplo, ou seja, a atuação e, consequentemente, a penalização das pessoas que não estão preocupadas em cuidar de suas propriedades.

É isso que eu queria colocar. E estão lá os relatos e também os decretos municipais. Se o Relator quiser, eu posso encaminhá-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Agradecemos a manifestação do Deputado Lombardi e também da Deputada Zanotto.

Pelo que eu pude observar, não houve nenhum questionamento, apenas um comentário e uma avaliação da situação. Assim, consulto os nossos convidados se têm alguma informação adicional ou alguma observação final. (Pausa.)

Não têm?

Então, para encerrar, vamos ouvir o nosso Relator.

Mas não posso deixar de mencionar aqui, a propósito de uma observação que a Deputada Carmen fez, que temos três coisas no Brasil que deram certo historicamente. Uma delas é o uso do cinto de segurança. Isso deu certo, porque quase toda a população, com raras exceções, usa cinto de segurança em veículos. A outra coisa que deu certo no Brasil foi a redução do consumo de cigarro. Não podemos desconsiderar que o Brasil, no mundo, é o País que menos fuma, em números comparativos, decrescendo sempre. A terceira coisa que temos é a proteção ao meio ambiente, que avançou muito no Brasil nos últimos anos. E sabem por quê?

Por uma única razão; ou seja, nesses três casos, o Brasil contou com a ajuda de um personagem: a criança. Não há mais em família nenhuma criança que não diga para o pai ou para a mãe usar cinto, para o tio ou para a tia parar de fumar ou para o irmão mais velho proteger um passarinho ou um animal silvestre. Não há mais. Educação chama-se isso.

Eu fui Secretário da Educação de Santa Catarina, como a Deputada bem mencionou, e eu queria só acrescentar, Deputado Newton, que, naquela minha sugestão de que os órgãos públicos devem fazer uso de um dia ou de dois dias por mês para desenvolver uma campanha de conscientização e de chamamento, dever-se-ia dizer que, em todas as escolas do País, naquele dia, pelo menos um professor tenha que pedir para um aluno escrever no caderno uma mensagem ou uma frase destinada à leitura no ambiente familiar. Não há coisa mais poderosa no País do que a comunicação com a sociedade através da criança e através da escola. Isso é uma máquina incrível, fortíssima, de conscientização e de atenção, porque não há quem não preste atenção no que diz uma criança.

Então, usando os exemplos que citei, eu posso dizer que nada será inútil, principalmente esse procedimento que uma diretora de escola, um coordenador pedagógico, um supervisor escolar ou mesmo um secretário municipal de educação vá pedir que seja desenvolvido. Isso tem uma capilaridade, isso anda o Brasil inteiro, isso varre o País em 24 horas, de cima a baixo, com o chamamento para que todos participem e contribuam para essa grande tarefa. Essa é uma coisa que precisamos trabalhar, porque, pelo que ouvi aqui, esse mosquito vai-nos incomodar por muito tempo ainda. Então, é preciso trabalhar firme no combate a ele.

V. Ex^a tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (PMDB - MG) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, parabenizo V. Ex^a primeiramente pela visão cristalina de campanhas de sucesso e pela visão de como combater, de fato, com uma campanha efetiva, a disseminação desse mosquito.

Presidente, é interessante notar uma notícia do início do ano, de 15 de janeiro, que trata da liberação aqui de R\$500 milhões adicionais para combate ao *Aedes aegypti* e à microcefalia, por parte do Orçamento do Governo Federal. Entretanto, essa ação trata, Deputada Carmen, de um complemento a um Orçamento já definido de R\$1,27 bilhão, destinados também para as mesmas ações, num total de quase R\$2 bilhões – na verdade, acho que supera os R\$2 bilhões, pela notícia que temos aqui.

Então, eu gostaria de uma orientação por parte do Sr. Giovanini, falando pelo ministério, de quais são esses recursos efetivamente; da utilização desses recursos, o que já foi feito; se existe orçamento ainda disponível, pois, certamente, na conclusão desse relatório, teremos ações ou um conjunto de ações, como o senhor mesmo comentou muito propriamente, propostas a serem tomadas dentro do relatório. E esse Orçamento será um caminho quase que certo para garantir a execução dessas ações.

Qual a sua orientação para esta Comissão a respeito da disponibilidade desses recursos? Ou, caso o senhor não tenha essa informação, quem, dentro do ministério, ou mesmo no Ministério do Planejamento, caso lá seja a fonte, para que possamos ter essa disponibilização, a fim de preparar o relatório e o acolhimento dessas ações, dessas medidas com a devida fonte de recursos?

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Infelizmente, Deputado, eu não tenho condição de lhe passar essa informação, porque minha área é uma área técnica, relacionada exclusivamente às atividades de prevenção e controle da dengue. E esse assunto específico é conduzido pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, ao qual, obviamente, farei chegar seu questionamento, que prontamente será esclarecido.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (PMDB - MG) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concluo aqui minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB - SC) – Tendo em vista não termos mais nenhum orador inscrito, quero agradecer a contribuição, a participação e a audiência de todos.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando todos os membros para, na próxima terça-feira, comparecerem à próxima audiência pública agendada, com os convidados já conhecidos, de acordo com a decisão da reunião da última semana.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.)

ATA DA 4^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, DE 2016, PUBLICADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUANDO VERIFICADA SITUAÇÃO DE IMINENTE PERIGO À SAÚDE PÚBLICA PELA PRESENÇA DO MOSQUITO TRANSMISSOR DO VÍRUS DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS.”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 712, de 2016, com a presença dos Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Regina Sousa, Waldemir Moka, Simone Tebet, Dário Berger, Dalírio Beber e João Capiberibe; e dos Deputados Conceição Sampaio, Rômulo Gouveia, Odorico Monteiro, Newton Cardoso Jr, Laura Carneiro, Raimundo Gomes de Matos, Carmen Zanotto e Mandetta. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Valdir Colatto. Justificou ausência o Senador Hélio José. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Fernando Monti, Secretário Municipal de Saúde de Bauru/SP e Diretor de Relações Institucionais e Parlamentares do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS; Giovanini Evelim Coelho, Coordenador da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle de Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Lucimar Nascimento - Prefeita de Valparaíso de Goiás/GO e Vice-Presidente de Vigilância Sanitária da Frente Nacional de Prefeitos - FNP; Jurandi Frutuoso Silva - Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; Amanda Borges de Oliveira - Responsável pela Área da Saúde da Confederação Nacional de Municípios - CNM; Elane Alves - Assessora Jurídica da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde - Conacs; Luís Claudio Celestino de Souza, Diretor-Executivo da Federação Nacional dos Agentes de Saúde e Endemias - FENASCE. Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos assume a Presidência o Deputado Newton Cardoso Jr. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Carmen Zanotto, Deputada Conceição Sampaio, Deputado Valdir Colatto e Deputado Mandetta. Às dezesseis horas e quinze minutos assume a Presidência o Deputado Odorico Monteiro. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas das 3^a e 4^a Reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Bauer, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador PAULO BAUER
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4^a Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 712, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, [link bit.ly/audiencainterativa](http://bit.ly/audiencainterativa), e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convido para assento à mesa os seguintes convidados: Fernando Monti, Secretário Municipal de Saúde de Bauru, São Paulo, e Diretor de Relações Institucionais e Parlamentares do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Por favor, Dr. Fernando, tome assento.

Bem-vindo!

A SR^a FERNANDO MONTI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Convido o Sr. Giovanini Evelim Coelho, Coordenador da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Novamente o recebemos aqui. Muito obrigado pela presença.

O Dr. Giovanini já esteve recentemente aqui conosco. Não sei se o novo convite tem, de acordo com a proposta do Relator, alguma outra finalidade de abordagem. Mas considere-se muito importante aqui, Dr. Giovanini.

Bem-vindo!

Convido Lucimar Nascimento, Prefeita de Valparaíso de Goiás e Vice-Presidente de Vigilância Sanitária da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Bem-vinda, Prefeita!

Também o Sr. Jurandi Frutuoso Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Seja muito bem-vindo.

Chamei, portanto, quatro, dos sete convidados inscritos e propostos pelo Relator para aqui comparecerem.

Devo informar aos Srs. Deputados e aos membros desta Comissão presentes, bem como a toda a assessoria, que, como temos hoje sete convidados, nós não poderemos conceder, como das outras vezes, aquela tolerância de tempo que eu tenho por hábito conceder.

Portanto, informo aos convidados que precisarão ser muito concisos, porque, de acordo com o Regimento Interno, art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado, c/c art. 26 do Regimento Interno da Câmara, esta Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, depois da exposição de todos os convidados.

Então, depois desses quatro convidados, ainda há mais três. Então, serão, ao todo, 70 minutos de apresentação, o que não é pouca coisa. Se considerarmos os 10 minutos que são concedidos para cada um, isso é pouco, mas 70 minutos no tempo do Senado e da Comissão é muito.

Por isso, vamos diretamente ao que interessa, concedendo a palavra ao Dr. Giovanini Evelim Coelho para sua apresentação.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Na verdade, não tenho apresentação a fazer. Vou fazer alguns comentários, muito na direção do que já falei na audiência anterior.

A MP 712 trata de um tema extremamente relevante que diz respeito à entrada forçada pelos agentes de saúde nos domicílios. Eu só queria, mais uma vez, reiterar a importância dessa MP e os impactos advindos dessa medida em termos de saúde pública.

O trabalho do agente de saúde no controle e no combate ao *Aedes aegypti* é uma atividade essencial, uma vez que esse agente de saúde tem como atribuição, durante sua visita domiciliar, fazer a inspeção do domicílio, identificar potenciais criadouros e, ao identificar esses criadouros, propor, junto com o morador, medidas de eliminação ou de proteção desses criadouros. Em casos excepcionais, na impossibilidade de fazer essa atividade de remoção ou de eliminação, faz-se o tratamento químico ou biológico daqueles criadouros.

Qual é a realidade de hoje? A dengue é uma doença de ambientes urbanos. Pelo fato de ela ser uma doença de ambientes urbanos, a sua atividade de controle enfrenta todas as complexidades e todos os problemas das cidades. Uma delas, obviamente, que impacta diretamente é a questão da violência, o que, muitas vezes, impede o acesso desses agentes de saúde a algumas áreas. Ou, ainda por conta da questão da violência, alguns moradores têm dificuldade de receber o agente ou de não aceitar o agente. Outro ponto importante, próprio da complexidade das áreas urbanas, é o fato de muitas casas estarem fechadas, muitas vezes porque todas as pessoas da família trabalham. Eventualmente, durante a visita, não há ninguém para atender esse agente.

Mas, concretamente, no que o fato de não se conseguir trabalhar nesses imóveis redonda? Com o fato de o agente não conseguir trabalhar nesses imóveis, deixam-se no ambiente criadouros potenciais que podem garantir a manutenção da transmissão da dengue; ou seja, mesmo que se faça um trabalho muito bem feito em toda a região, caso não se consiga, por exemplo, trabalhar em determinado número de casas, aquelas casas podem ser focos geradores de mosquitos, comprometendo, eventualmente, todo o trabalho que está sendo feito.

Há um dado interessante publicado, inclusive, na semana passada pelo Município de Belo Horizonte, onde já há um trabalho desenvolvido de entrada nessas casas fechadas etc. Eles demonstraram que, em pelo menos 60% das casas nas quais se entrou utilizando esse mecanismo de entrada forçada, encontrou-se foco do *Aedes*, mostrando-se claramente a importância e a necessidade de se trabalhar de forma universal em todos os imóveis.

Há outro dado também importante neste esforço que o Governo brasileiro, junto com os Estados e com os Municípios, tem feito para visitar todos os imóveis: de cerca de 69 milhões de imóveis programados para visita, em pelo menos 16% não se consegue adentrar, o que demonstra claramente que essa medida provisória vai constituir-se em uma ferramenta adicional de apoio aos serviços de saúde nesse trabalho das visitas domiciliares.

Eram esses os esclarecimentos, Senador. Encontro-me à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Obrigado, Dr. Giovanini. Agradecemos a sua contribuição e as suas informações.

Passamos a palavra ao Sr. Fernando Monti, Secretário Municipal de Saúde de Bauru, São Paulo, e também Diretor de Relações Institucionais e Parlamentares do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

A SR^a FERNANDO MONTI – Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Paulo Bauer, Presidente desta Comissão, e meus companheiros presentes nesta audiência, e dizer da satisfação em estar aqui representando os secretários municipais de saúde do nosso País. Nós, no nível municipal, somos a linha de frente, o *front*, dessa luta contra este vetor de doenças que é o *Aedes aegypti*.

Queria dizer que acho que todos conhecem a situação de perplexidade pela qual nós fomos colhidos no País. Queria fazer, nesta questão, uma fala de elogio e reconhecimento ao nosso sistema público de saúde, que teve a capacidade de identificar um problema relacionado ao desenvolvimento das gestações, dos fetos, dos embriões, a partir da infecção pelo zika vírus. Nós tivemos a capacidade de fazer essa identificação. Em outros locais do mundo, já havia ocorrido epidemias, mas isso não havia sido detectado ainda.

Mas, ao detectarmos essa circunstância e reconhecermos nela uma situação de grande gravidade, já que pode trazer problemas que serão carregados por essas crianças ao longo do tempo, fomos colhidos por uma enorme perplexidade e um desejo de todos nós de que fizéssemos as melhores intervenções possíveis para que pudéssemos controlar um problema de tal dimensão.

Entre os vários mecanismos que foram propostos, nós temos aqui a Medida Provisória nº 712, que tem uma importância inquestionável, na medida em que disciplina um tema bastante importante para todos nós, que fazemos o controle de vetores, e, para isso, temos que entrar nos domicílios dos nossos cidadãos. Essa é a possibilidade de fazermos isso mesmo quando não temos colaboração, seja porque o imóvel está abandonado, seja porque as pessoas estão ausentes, seja porque nós tenhamos a negativa das pessoas em fazer isso.

O meu colega, Dr. Giovanini, já colocou bastante bem isto: fazer esse trabalho do ponto de vista concreto tem um grande imbricamento com as questões urbanas. Há desde o imbricamento relacionado à violência – e, em geral isso costuma concentrar-se em determinadas áreas nos vários Municípios, nas várias cidades brasileiras, trazendo um problema de infestação peculiar.

E há questões, por exemplo, como o abandono das regiões centrais das cidades, os problemas urbanísticos do nosso tempo, que trazem possibilidade de o mosquito ali assentar-se e ali sobreviver com condições muito favoráveis. Então, não há dúvida de que esse espírito de dar recursos ao Poder Público no sentido de que ele possa fazer essa atividade é uma ação bastante importante e vem ao encontro dessa preocupação e da perplexidade por que nós fomos colhidos.

Entretanto, quando examinamos, de uma forma bastante isenta, o encaminhamento que esse tema teve no seu prosseguir, vamos ver que uma medida provisória bastante singela, com cinco artigos, embora importantíssima e concentrada nessa dimensão que nós tocamos, sofreu uma quantidade muito grande de emendas na tentativa de fazer a solução de vários problemas que podem estar relacionados ao zika vírus ou que tocam ao zika vírus ou que tocam à infestação pelo *Aedes aegypti*, mas que tornam esse dispositivo legal bastante complexo. Então, eu vejo que isso, na nossa visão, em grande medida, fugiu do espírito da singeleza e da importância que a medida provisória tinha na sua propositura original.

No sentido de abranger vários aspectos, várias das emendas tentam dar uma solução a coisas para as quais a ciência e a tecnologia ainda não têm solução, como a questão de ferramentas diagnósticas ou de ferramentas de intervenção que ainda não estão ao nosso alcance, porque elas não estão descobertas, desvendadas e desenvolvidas ainda. Compreendemos perfeitamente a ansiedade com que se pretende chegar a isso, mas isso depende da própria velocidade do desenvolvimento científico e tecnológico.

Para dizer a visão final que nós temos a respeito disso, existe um outro dispositivo em tramitação aqui, no Congresso, que é o Projeto de Lei nº 1.861, de 2015, que trata basicamente das mesmas questões. Então, nós entendemos que talvez seja o caso de se colocarem nesse projeto de lei, que já está em tramitação, esses dispositivos que permitirão que nós abordemos esses imóveis que ou estão abandonados ou têm moradores ausentes ou têm a recusa em recepcionar os nossos agentes. Talvez cumpríssemos a finalidade que nós queremos dar a essa matéria, conseguíssemos a atividade de controle de vetor que é hoje, do ponto de vista de controlar a infestação por *Aedes aegypti* e a própria infecção pelo zika vírus, a melhor alternativa que nós temos, se pudéssemos dotar, então, esse instrumento legal dos dispositivos de que nós precisamos.

E nós falamos isso, já para encerrar, tentando evitar, num momento tão agudo como este que nós estamos vivendo não só do ponto de vista deste assunto especificamente, mas do ambiente geral da vida nacional, para que não façamos simplesmente uma quantidade desnecessária de ações normativas, que podem não ter uma repercussão efetiva na prática.

Então, se a gente já tem um dispositivo tramitando nesse sentido, talvez a gente possa unificar as ações contidas na tramitação da Medida Provisória nº 712 com o Projeto de Lei nº 1.861 e obter um resultado satisfatório, que vai poder solucionar essa grave dimensão da infestação pelo *Aedes aegypti*.

É isso. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Muito obrigado. Agradecemos a apresentação e as informações do Secretário Fernando Monti.

Passamos a palavra agora à Prefeita de Valparaíso de Goiás e Vice-Presidente de Vigilância Sanitária da Frente Nacional de Prefeitos, Lucimar Nascimento.

A SR^a LUCIMAR NASCIMENTO – Boa tarde. Em nome do Senador Paulo Bauer, cumprimento todos da Mesa. É uma responsabilidade muito grande e, ao mesmo tempo, um orgulho falar aqui em nome de todos os prefeitos do nosso País, em especial em nome da Frente Nacional de Prefeitos, como Vice-Presidente de Vigilância Sanitária.

Sou prefeita de uma cidade bem pertinho, Valparaíso de Goiás, uma das cidades que mais crescem no País e que enfrenta, neste momento, o mesmo problema que todo o País enfrenta em relação à dengue. A primeira coisa interessante a colocar é que o Brasil, com esse processo de urbanização tão violento que sofreu nos últimos anos, um país gigantesco como o nosso que tem hoje 85% da população na zona urbana, processo que foi muito rápido, chega a uma situação dessas e a outros problemas que vamos com certeza enfrentar, em função da questão da urbanização rápida, sem preparo para isso. É interessante refletir sobre isso.

Eu sou oriunda da zona rural, sou do interior do País e me tornei urbana, assim como milhões de pessoas como eu, que saíram, em função do êxodo rural, para buscar melhorias de vida, do campo e foram para a cidade. Então, as nossas cidades cresceram, eu diria, de forma muito violenta, muito rapidamente, e nós hoje enfrentamos problemas como esses e outros.

O nosso Município foi um dos primeiros a conseguir uma decisão judicial para entrar nos imóveis fechados. Valparaíso de Goiás deu esse exemplo no Estado. O próprio Estado depois pegou a nossa experiência, e fomos um dos primeiros Municípios, em 2013 ainda, a entrar com uma medida, uma ação nesse sentido. Conseguimos uma decisão judicial para entrar nos imóveis fechados. Entendo que colocar isso, que já está na emenda provisória do Projeto de Lei nº 1.861, garantindo que os nossos trabalhadores, os nossos agentes possam entrar nesses imóveis fechados, é de fundamental importância para enfrentarmos esse problema neste momento.

Na nossa região do Entorno, o que não é diferente das regiões metropolitanas do País, temos uma quantidade imensa de imóveis fechados em função de os trabalhadores residirem nessas cidades e trabalharem na metrópole. Para se ter uma ideia, nas nossas cidades da região, temos em torno de 70% dos imóveis fechados. Imaginem essa situação! Não são apenas imóveis fechados, porque durante o dia o morador está fora da sua residência. O que é ainda mais grave é que temos imóveis abandonados – toda cidade com certeza tem; em algumas cidades isso não é pouco – e a questão da construção das residências. Temos uma quantidade imensa de moradias fechadas à venda, que vão ficar fechadas por um tempo, enquanto não há quem as compre e delas se aproprie. Há várias situações que geram esses imóveis fechados, o que é muito complicado – não é preciso repetir.

Não quero me estender muito. Entendo que o debate é fundamental, neste momento, para garantirmos o avanço na questão da medida provisória e no projeto de lei. Acho fundamental garantirmos em lei que essa possibilidade de entrar nos imóveis que estão fechados possa ser um parâmetro para o Brasil inteiro. Não adianta cada um fazer, conseguir uma medida judicial ou outra forma, mas é importante que se torne então uma lei, para que possamos ter garantias e avançar na medida provisória, e também garantir no projeto de lei que se aprove essa questão, essa medida.

Então, quero deixar aqui a nossa contribuição. E, concordando aqui com o representante do Conasems, nós que estamos lá no Município somos aqueles que mais enfrentam esse problema neste momento muito delicado que passamos no País, em função da própria crise, em função das dificuldades financeiras dos Municípios. E, então, há essa necessidade hoje de combater o mosquito e também de fazer o enfrentamento que os prefeitos fazem. Temos enfrentado dificuldades para conseguir dar a resposta que a cidade, que a sociedade precisa, e os prefeitos têm passado por uma situação muito complicada, muito difícil, no sentido de dar essas respostas. Isso cabe ao gestor local, ao prefeito que está lá, à prefeita que está na cidade, enfrentando no dia a dia toda a situação. Eu até brinco muito: se o cachorro morre, a culpa é do prefeito, mas, se nasce muito cachorro, também a culpa é do prefeito. Então, nós, que estamos lá administrando nossas cidades, enfrentando os problemas do dia a dia, precisamos, realmente, que avance isso em nível de legislação para que tenhamos mais condições de fazer esse trabalho lá.

E, aí, reforço essa questão da violência, que precisávamos também aprofundar, porque temos enfrentando a questão até mesmo de pessoas que vestem os uniformes dos agentes para entrar nas casas dizendo que são agentes e, na verdade, são pessoas que estão ali buscando roubar as casas. Enfim, temos enfrentado isso também não só aqui na região. Falo na região, porque a região do entorno de Brasília hoje é uma região muito debatida, muito complexa, mas que também é igual às outras regiões metropolitanas do Brasil.

Então, precisamos realmente dar as mãos, as entidades aqui todas juntas, com as nossas Casas Legislativas, e avançarmos na legislação. E, nesse sentido, defendemos aqui que o projeto de lei possa acolher também essa medida de termos o direito, por lei, de abrir as casas, entrar forçadamente nas casas que estão fechadas e que impedem o trabalho de combate a esse mal tão grande que vem trazendo consequências tão grandes para o nosso País. E, quando imaginamos a quantidade de crianças que hoje estão nascendo com o problema, imaginem isso para a saúde pública daqui a alguns anos.

Então, acho que é um pouco isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Obrigado, Prefeita, pela sua exposição, muito concisa e muito precisa. Por isso ganhou eleição para prefeita, porque sabe ir direto ao assunto e, objetivamente, informa ao Plenário aqui toda a sua opinião a respeito do assunto.

Quero aqui destacar a presença do nosso Relator, Deputado Newton Cardoso Júnior. Também, como a TV Senado está transmitindo esta reunião pela internet, é preciso aqui, mais uma vez, mencionar que esta audiência pode contemplar questionamentos e perguntas de internautas e de quem nos acompanha. E isso pode ser feito através do portal e-Cidadania, no link bit.ly/audienciainterativa, e do Alô Senado através do número 0800-612211. E, para aqueles que assistem a esta reunião saibam, estão presentes até agora o Senador José Pimentel, o Senador Dalírio Beber, também o Deputado Rômulo Gouveia, o Deputado Newton Cardoso Júnior, já citado, a Deputada Laura Carneiro, o Deputado Chico D'Angelo, e, também, a Deputada Carmen Zanotto; além do Deputado Mandela. Mandetta, desculpe.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Madiba, para os íntimos, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Desculpe, eu o comparei com um grande líder dos tempos atuais da humanidade. E V. Ex^a bem o merece.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Eu gostaria que continuasse, Presidente, Mandela. Sinto-me melhor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Eu concedo a palavra, agora, ao Sr. Jurandi Frutuoso Silva, Secretário-executivo do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass).

Quero informar ao Plenário e aos senhores presentes que precisarei me ausentar por 30 minutos, porque sou membro da CPI do Futebol, que tem hoje uma reunião secreta, na qual serão apresentadas várias informações, levantadas pelos auditores e técnicos que investigaram contas abertas e vários dados fiscais da instituição e de pessoas envolvidas. Por isso, o Deputado Newton Cardoso, tão logo eu precise sair, vai assumir a presidência dos trabalhados.

Com a palavra o Sr. Secretário Jurandi Frutuoso Silva.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Senador só não esqueça de que a Copa da África do Sul não teve problema algum. A minha prisão foi por motivos políticos, diferente da brasileira. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Está certo, está registrado.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – Boa tarde, Senador; boa tarde, convidados; boa tarde, Senadores e Deputados da plateia.

Esse problema que vamos discutir aqui tem 30 anos. Ele não começou agora com a microcefalia. Nós estamos falando do *Aedes aegypti*, que entrou no Brasil há 30 anos e, até hoje, fomos incompetentes para dar cabo desse problema. E fomos incompetentes porque a vida inteira o Poder Público brasileiro deixou nos ombros unicamente da saúde esse dever de extinguí-lo.

Esse é um problema da mais alta importância. No entanto, não cabe unicamente à saúde dar conta desse vetor. Essa é a questão número um. O Brasil nunca enfrentou de maneira solidária, intergovernamental e até interfederativa esse problema.

Então, nós temos um problema que é consequência de um crescimento urbano desordenado; de explosão demográfica; de produção de lixo de maneira muito intensa; de falta de saneamento básico e, no entanto, a sua resposta coube até hoje unicamente à saúde. Nunca se conseguiu neste País trabalhar-se de maneira integrada no enfrentamento dessa arbovirose.

Nós estamos aqui discutindo a questão da Medida Provisória nº 712, que discute a intervenção forçada nas casas. Maurício de Nassau fez isso em 1643 em Recife. Ele fazia intervenção com areia nas áreas pantanosa, multando quem jogava bagaço de cana nos rios do Recife, porque isso impedia o crescimento dos peixes e poluía a água.

Nós estamos, 500 anos depois, discutindo essa medida provisória. Eu acho que ela veio em boa hora. O Oswaldo Cruz também fez isso no Rio de Janeiro e, por isso, conseguiu sucesso.

Ao analisar esta medida, eu queria chamar a atenção para o seguinte: esse problema só vai ter solução no dia em que a sociedade evoluir um pouco mais, culturalmente falando; no dia em que ela adquirir consciência ambiental para fazer intervenções, cada um por si, coletivamente nos espaços urbanos que estão contaminados por poluentes e por depósitos que são, na verdade, criadouros dos mosquitos.

Então, eu queria começar esta minha fala breve com essa observação.

O Fernando sabe, os gestores e prefeitos sabem, os secretários municipais sabem, as equipes do Saúde da Família sabem que não existe solução única, que não existe a bala mágica. A bala mágica é o trabalho solidário, onde todos buscam o mesmo objetivo. Essa era uma questão que eu queria colocar.

A segunda observação que eu queria fazer é que, pela primeira vez, este assunto está sendo trazido à baila pelos governadores, pela Presidência da República e pelos prefeitos. Até então, nunca se fez um trabalho dessa maneira, consorciada.

Aqui está a Deputada Carmen Zanotto, que já foi secretária de Estado em Santa Catarina por três vezes – fui colega dela quando era secretária de Estado e sei da sua competência.

O Deputado Mandetta, do nosso Mato Grosso do Sul, também foi secretário municipal e tentou conter esse problema lá na sua cidade, quando era da sua competência enfrentá-lo.

Então, nunca conseguimos.

Espero que, agora, como toda crise é uma oportunidade, consigamos ter no zika uma crise, mas também o começo da solução do problema das arboviroses no Brasil, começando por esta Casa e pela Câmara, que deverá, nas próximas alocações de recursos, fazer um esforço maior e colocar dinheiro suficiente para começar a enfrentar o problema do saneamento básico no Brasil, que é muito crítico. Nós temos apenas 50% do povo brasileiro com direito a esse benefício. Então, eu queria colocar isso.

Quanto à questão da medida provisória, nós analisamos artigo por artigo, e não quero citar tudo aqui, pois ficaria cansativo. No Conass, nós fizemos uma classificação em três tipos de emendas O primeiro grupo são as emendas com conteúdo, que contribuem para a efetivação das ações, precisando sofrer, no entanto, algumas adequações de técnica legislativa e de compatibilização de texto para que fiquem mais bem coladas dentro da matéria como um todo. Algumas, quem sabe, quando for feito esse emparelhamento, serão eliminadas ou nem serão mais necessárias, pelo fato de já existirem na medida provisória ou em outras leis.

O segundo grupo que a gente colocou aqui são as emendas com conteúdo não muito efetivo, que fogem um pouco do texto da MP, o que leva às vezes a conflito legislativo pelo fato de não estarem bem focadas naquilo a que se propõem.

O terceiro grupo são as emendas que têm um teor com potencial de trazer alguns prejuízos para o trabalho que hoje é feito. Queríamos discutir, quem sabe em outra oportunidade, essas emendas, mas destacamos algumas.

Por exemplo, há a 005, da Deputada Mara Gabrilli, que concede indenização por dano moral às pessoas com microcefalia. Quantas coisas ocorrem no Brasil por negligência dos governos? Vamos indenizar todas? E o País vai ter condição de fazer isso em todos os casos que são considerados como negligência do Governo? Ou somente nesse? Como vamos fazer com as criancinhas que nasceram com sífilis congênita, que não têm penicilina benzatina para tratá-las desde 2014? Elas são 13 mil.

Então, esses casos nós vamos ter de discutir um a um. Uma quer incluir aspersão de inseticidas por aeronaves. Temos de pensar o seguinte: um país já usa uma quantidade enorme de inseticida na agricultura, agora, vai ter de fazer aspersão de inseticida pelo céu? Aí, você não vai discriminhar ninguém; vai cair uma nuvem de veneno do céu que vai pegar a todos indiscriminadamente. Essa medida, ambientalmente falando, é inviável.

Há uma terceira medida que determina que, caso o morador negue reiteradamente o acesso ao imóvel, a autoria do SUS deve acionar a Justiça. A gente acha que essa medida já está contemplada na 712, que já faz isso diretamente. Ter de fazer pela Justiça seria retardar o processo e perder mais tempo no combate à larva e ao mosquito. Então, essa proposta pode inviabilizar, juridicamente, o objetivo original.

Tem uma do meu amigo Mandetta, pessoa por quem tenho o maior respeito, com quem convivo muito – gosto bastante dele, e ele sabe disso –, que define como requisito, em caso de ingresso forçado em imóveis particulares, autorização judicial; ter sido declarada emergência em saúde pública e divulgação de datas e locais da fiscalização com antecedência de cinco dias.

Eu estou olhando para o relógio, pois dez minutos é muito pouco. Vou ter de falar mais devagar, senão ninguém vai compreender.

Praticamente, Mandetta, essa inviabiliza as ações de controle vetorial também devido à ausência de autorização do morador, especialmente após encerramento da situação da emergência. A gente teme que essa medida também retarde um pouco a ação. Portanto, essa proposta pode inviabilizar juridicamente o objetivo da MP, se for colocada.

Há uma do Deputado Raimundo Matos, do Ceará, minha terra, que aumenta o valor do piso salarial do ACE (Agente Comunitário de Endemias). Não sou contra aumento de dinheiro para ninguém, mas é preciso lembrar que o combate às endemias não é feito só pelos agentes de saúde.

Ele é da equipe inteira, envolvendo médico, agente de endemias, agente de saúde, o cara que cuida do lixo, o outro que tira o lixo do caminhão.

Então, eu acho que oferecer agora esse benefício não é o caminho, porque todos também mereceriam, se fosse o caso; seria discriminatório neste momento.

Há uma aqui do Luciano Ducci que define que a vacina da dengue fará parte obrigatória do calendário do PNI (Programa Nacional de Imunização). A gente já discutiu profundamente essa vacina lá no Conass. Inclusive trouxemos pessoas de fora, e outros cientistas discutiram esse assunto. Essa vacina que está posta no mercado não tem efetividade. É da Sanofi Pasteur. Ela exige três doses de aplicação, três doses. De cada 100 pessoas que forem à unidade de saúde, quantas voltarão para a segunda dose? E das que foram à segunda dose, quantos voltarão para a terceira?

(Soa a campainha.)

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA – Se todos eles voltassem, mesmo assim, a efetividade seria abaixo de 40% e consumiria todo o dinheiro do PNI do Brasil, que é usado para todas as vacinas. Portanto, é uma vacina inviável. Melhor esperar pela outra que vem aí, que é a do Butantã, em uma única dose e que, até aqui, tem comprovada efetividade de 100%. E está perto de sair. Então, essa aqui a gente acha que, em termos de gestão, é inviável.

Estou correndo, Deputado, um minutinho.

Tem uma outra aqui para incluir o artigo que define que o gestor que se omitir da tomada de providência para as medidas de controle sujeitará as autoridades responsáveis a processo por crime de responsabilidade. Essa proposta torna crime de responsabilidade quem não der conta desse problema. Então, seremos todos nós. Não é só o gestor de saúde, mas vai pegar todos: o prefeito, quem não fizer a legislação correta, quem não der... Sabe, então, não dá para ser assim.

Desculpem-me, pois o tempo está muito curto, e não dá para falar assim atropeladamente sobre cada uma, mas a gente está pensando em linhas gerais.

Dengue é um problema de todos, não é um problema só da saúde, e, para ser efetivo, é preciso fazer saneamento neste País, e todos cuidarem do problema conjunta e solidariamente. Do contrário teremos que viver com o zika por muitos e muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Jurandi Frutuoso, pela apresentação breve, mas muito consistente na avaliação das emendas, especialmente da medida provisória.

Também quero agradecer à nossa Prefeita de Valparaíso Lucimar, parabenizando-a também pela visão progressista da necessidade do combate a essas doenças que estão sendo transmitidas por esse mosquito danoso para a nossa população. E, também, ao Sr. Fernando Monti; mais uma vez, ao Sr. Giovanini, representando o Ministério da Saúde, e, também, ao Secretário Municipal de Bauru.

Neste momento, faremos a renovação da Mesa, para dar continuidade à audiência, relembrando a todos que o plano de trabalho que aprovamos previa que essas duas audiências – esta é a segunda audiência – fossem as primeiras duas audiências institucionais. A primeira foi realizada na semana passada, e tivemos a presença do Ministério da Saúde, também da Casa Civil, do Planejamento, do Ministério Público Federal, do Ministério da Justiça e também do Deputado Osmar Terra, representando a comissão especial, comissão externa, do combate ao zika.

Nesta semana, esta audiência de hoje segue esse mesmo rito institucional, mas com um aspecto fundamental e importante que é a aproximação dos Municípios e dos Estados, pois estão fundamentalmente na linha de frente do combate ou das medidas de combate ao mosquito.

Portanto, quero agradecer a todos que puderam manifestar-se até este momento, deixando desde já o meu boa-noite aos nossos Senadores, Deputados e Deputadas.

Deputada Carmen Zanotto.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Sr. Presidente, eu sei da importância desta audiência pública, mas está na pauta da Câmara, hoje, a nossa PEC da saúde, a PEC 01, de 2015, aquela que restabelece uma nova base de cálculo para as ações e serviços de saúde.

Precisamos fechar o acordo com o Líder do Governo. Então, eu não vou poder ficar durante a audiência pública. Preciso deslocar-me agora, porque deveremos e vamos trabalhar para votar hoje. Do contrário, o conjunto de Municípios não vai dar conta de garantir aquilo que já foi contratualizado e as obrigações que eles já vinham executando, porque, para este ano, o nosso Orçamento é inferior ao Orçamento passado, em função da Emenda 86, e, no ano que vem, esse fato poderá repetir-se.

Então precisamos votar naquela Casa nos dois turnos. E já faço aqui um apelo ao Senador Pimentel, para que também nos ajude quando chegar a matéria ao Senado, porque isso é fundamental para que possamos avançar no Sistema Único de Saúde.

Não vai resolver todos os nossos problemas – nós sabemos –, porque vamos ficar com valores praticamente idênticos durante quatro anos – 2015, 2016, 2017; só vamos ter um incremento pequeno a partir de 2018. Então, precisamos ver se conseguimos aprovar isso.

Por isso, peço licença por não poder permanecer, desculpando-me com os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Deputada Carmen Zanotto. V. Exª produz um conhecimento diferenciado do assunto. E, mais uma vez, é o grande dilema que temos diante da elaboração do próprio relatório dessa medida provisória, pois essa medida expande as questões simplórias de apenas liberar a entrada na casa das pessoas, quando trata da dificuldade de financiamento das ações e das medidas de combate à disseminação desse mosquito.

Desejo boa sorte nas negociações e nos acordos, para que possamos de vez destravar as demandas de recursos para a saúde no País.

Neste momento, gostaria de convidar a Srª Amanda Borges de Oliveira, responsável pela área de saúde da Confederação Nacional dos Municípios; a Srª Elane Alves, assessora jurídica da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários da Saúde (Conacs); também o Sr. Luís Cláudio Celestino de Souza, Diretor Executivo da Federação Nacional dos Agentes de Saúde e Endemias (Fenasce), para que tomem assento à mesa.

Lembro a todos os senhores e senhoras que estamos ao vivo pela internet, com possibilidade, inclusive, de manifestação e de interação dos cidadãos com esta audiência pública, conforme o *link* que já foi disponibilizado mais cedo para contato.

Seguindo o rito que previmos mais cedo, vou conceder a cada palestrante o tempo de dez minutos, infelizmente sem tolerância de estender esse prazo, para que possamos cumprir a agenda extensa que temos desta audiência e ainda abrir para a devida manifestação dos Srs. Parlamentares.

Por gentileza, então, a Srª Amanda Borges de Oliveira, que dispõe de dez minutos.

A SRª AMANDA BORGES DE OLIVEIRA – Boa tarde. Eu quero cumprimentar, em nome do Presidente Paulo da CNM, a Mesa e todos os Parlamentares presentes.

Hoje, vou falar um pouquinho voltada para as nossas dificuldades – dos gestores municipais –, porque nós trabalhamos na ponta, trabalhamos com eles. Eu sou responsável pela parte da saúde e trouxe um pouquinho do que nós recebemos, das demandas, das dificuldades que os nossos secretários de saúde e os nossos prefeitos têm levado à confederação.

Eu acredito que seja do conhecimento de todos que nós já estamos vivendo um caos na saúde pública. Em toda parte de mídia, já se veicula o quantitativo de pessoas que estão infectadas por zika, por dengue, por chikungunya e agora pela microcefalia. E, mais do que esse caos que estamos vivendo e esse quantitativo de pessoas doentes referentes a esse vetor, questionam a necessidade de melhoria referente ao assistencial, porque isso acaba impactando também atendimentos médicos, hospitalares, não só na atenção básica e não só no caso do enfrentamento do mosquito.

Só para que vocês entendam um pouco a gravidade da situação, eu peguei um comparativo de dengue em uma semana de 2015 e na mesma semana de 2016. E nós tivemos praticamente um aumento de três vezes sobre o que tivemos no ano passado. Então, isso já é mais do que um sinal alarmante para tomarmos uma decisão. Além disso, coloquei para visualizarem os casos de dengue por região, porque temos algumas especificidades e peculiaridades também no Brasil para podermos tratar e tomar as medidas necessárias.

Se formos pensar que estamos tratando de uma medida provisória que vai identificar os imóveis fechados, com recusa para a entrada de um profissional da saúde, nós já temos dados concretos da Sala Nacional de Coordenação e Controle: não foi possível entrar ou fazer contato em 17,8% dos imóveis visitados em todos os Municípios do País. E, infelizmente, sabendo que são locais de criadouro para o mosquito, não vamos conseguir atingir os melhores resultados para o combate a esse vetor.

E acabamos pedindo o tempo todo, como já foi dito na Mesa, a aglutinação das forças, porque não é só a saúde que é responsável por combater esse mosquito. Nós temos de entender que a comunidade, o Poder Público, nós temos que agir em conjunto.

Aqui, pelo fato de Pernambuco ter-se destacado nos casos de microcefalia, eu trouxe alguns dados referentes ao período inicial de 2016 quanto ao número de pessoas infectadas, e é extremamente alarmante. No caso de Pernambuco, há uma peculiaridade maior ainda, porque trata-se de regiões, por exemplo, que se devem adaptar; ou seja, lá há muito desabastecimento de água, e as pessoas acumulam água de forma às vezes inadequada. Infelizmente, ainda não existe uma legislação que facilite isso ou oriente a população e até mesmo os gestores municipais que ficam presos para tomar algumas medidas dentro dos Municípios. Então,

talvez, erradicar o mosquito em áreas onde haja outros fatores que também influenciam nessa proliferação é mais difícil ainda e fica mais complicado ainda.

A CNM questiona alguns pontos no caso da aprovação desta medida provisória, que, por exemplo, fala em nome dos Municípios. Nesse caso, se o dono do imóvel sentir-se lesado de alguma forma, quem vai assumir essa responsabilidade de fato? O Município vai arcar com os custos e gastos e vai responder esse processo judicial? Ou será o Estado? Ou a União? Quem vai responder de fato caso aconteça isso?

Outro ponto. A autorização de entrada em imóveis auxilia no processo de combate ao mosquito nos Municípios que já possuem os recursos humanos capacitados e suficientes para essa ação, mas e aqueles Municípios que já estão naquele limite máximo que foi determinado pelo ministério? Vão ter que contratar profissionais a mais? Vão arcar com isso também?

Somente o profissional de saúde estará apto a fazer essa ação, ou haverá a capacitação de outros agentes dentro de uma secretaria de saúde, por exemplo, de uma equipe de saúde?

Esses são alguns questionamentos que levantamos porque, uma vez aprovada, entendemos que isso pode acontecer e, com certeza, pode trazer problemas para o gestor municipal também.

Falando de necessidade de implementar e melhorar a qualidade da assistência, dos serviços prestados e, até mesmo no combate ao mosquito, estamos com um problema referente à regularidade dos repasses. Os Municípios estão recebendo os repasses da vigilância com um pequeno atraso, e isso tem dificultado a execução dessas ações.

Assim como outros membros da Mesa também citaram, a gente também tem apreço pelo PL 1.861, de 2015 que cria a Política Nacional de Combate à dengue, à chikungunya e à febre zika, responsabilizando e determinando para os três entes quais são suas responsabilidades e, caso necessário, talvez incorporar nesse projeto de lei esse critério, esse item de entrada em imóveis fechados ou que não são habitados por ninguém.

Por fim, a gente acredita que os Municípios precisam perceber mesmo a real vontade da política, do Governo, do Poder Público para poder combater essas doenças.

Somente isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Srª Amanda Borges. Realmente, é uma visão do ponto de vista do Município, e ficam várias questões sem resposta.

Não creio que será essa medida provisória que irá responder todas, mas certamente precisamos colocar em evidência, cada vez mais os aspectos mais prioritários relativos ao combate do mosquito, pois é uma forma de se estabelecer, de fato, uma ação de resposta à população.

Muito obrigado.

Srª Elane Alves, assessora jurídica da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários da Saúde.

A senhora tem dez minutos.

A SRª ELANE ALVES – Boa tarde.

Boa tarde ao nosso Relator, Deputado Newton Cardoso; boa tarde a todos.

A Confederação Nacional traz a esta audiência pública a visão do profissional da ponta, aquele que, naturalmente, é detentor, entre as suas atividades, da realização das visitas domiciliares que abordam a nossa população brasileira nas suas residências.

Nós temos como ponto primeiro desta discussão apontar, trazer para conhecimento, para discussão, as principais causas dessa epidemia que hoje nós temos do mosquito *Aedes aegypti*.

O primeiro ponto é a falta de uma política séria para a implantação do profissional ACE nos Municípios. Eu queria colocar rapidamente aqui a seguinte situação: nós temos, no histórico da legislação, em 2006, a criação desse profissional regulamentada em lei. A Lei nº 11.350, no seu art. 4º, cria a profissão do agente de combate às endemias. E houve um limbo entre 2006 e 2014: embora esse profissional já existisse há muitos anos e com uma lei criando a sua profissão, não houve um movimento sequer para que fosse feito um cadastro nacional da existência desse profissional nos Municípios. Apenas após 2014, com a Lei nº 12.994, que cria o piso salarial nacional da categoria dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, tomou-se a iniciativa, em 2015, pelas Portarias nº 121 e nº 165, de se criar um cadastro para descobrir quantos agentes de combate às endemias existiam neste País. E hoje nós temos, por dados do Ministério da Saúde, uma triste constatação de que temos menos de 35 mil agentes de combate às endemias informados pelos Municípios dentro desse cadastro nacional do Ministério da Saúde.

Essa informação vem ao encontro, também, do que a nossa colega palestrante acabou de dizer sobre a questão do teto máximo de financiamento do ACE. Esse teto foi definido pela Portaria nº 1025. Essa portaria é do mês de agosto do ano passado e, de certa forma, inverteu todo o processo de contratação do agente de combate às endemias que era praticado pelos Municípios, orientado pelo Ministério da Saúde pelo chamado

Plano Nacional de Combate à Dengue (PNCD). Ela dizia que os Municípios poderiam contratar o agente de combate às endemias na seguinte variação: entre 800 a 1.200 imóveis.

Quando foi editada a Portaria nº 1025, o Ministério da Saúde – pactuado, quero deixar muito claro, pactuado na tripartite –, fixou uma regra nova, diferenciada. E essa regra nova, diferenciada, pautou-se na cobertura do ACE, não de acordo com imóveis, mas de acordo com domicílios, que é outro conceito. Os domicílios são as residências, e os agentes de combate às endemias não trabalham apenas em residências; eles trabalham em residências, em estabelecimentos comerciais; procuram os imóveis, como lotes baldios, etc. Então, essa situação transformou um quantitativo de agentes de endemias que é incompatível com o que já existe hoje nos Municípios. E essa situação vem ao encontro do questionamento que a CNM vem fazendo aqui nesta Mesa.

Nós hoje temos a obrigatoriedade, pela Emenda Constitucional nº 63 e pela Lei Federal nº 12.994, de que a União repasse incentivo ou assistência financeira complementar para o pagamento do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Essa portaria é que define o valor que deverá a União repassar para cada Município pelos seus agentes de combate às endemias.

Ora, se a regra mudou, eu tenho Municípios, com base nessa Portaria nº 1025, que possuem hoje efetivos 19 agentes de endemias. Mas a portaria só autoriza o Ministério da Saúde a repassar para o Município de quatro...

E outros mais gritantes. Há dez agentes de endemias – o que já é pouco, pela epidemia que temos, tendo em vista a situação do ciclo, que o Ministério da Saúde... É outro ponto importante a se colocar aqui, Relator. O Ministério da Saúde vem adotando há anos o ciclo de 60 dias – quer dizer, a cada 60 dias, um agente de combate a endemias visita aquele imóvel. Num período de 60 dias, quantas vezes o mosquito *Aedes aegypti* já se multiplicou? Então, esse quantitativo já é pouco. Com a estimativa da Portaria nº 1025, reduziu-se ainda mais a expectativa de os Municípios fazerem novas contratações.

Aqui, eu quero chamar a atenção para o fato de que existe, ainda, um outro agravante nessa portaria. A Portaria nº 1025, somada à Portaria nº 1243, estabelece o seguinte: que esse recurso para a assistência financeira complementar não é recurso novo. Ele vem do Bloco da Vigilância em Saúde, fazendo, então, com que o Município apenas desagregue do Bloco da Vigilância em Saúde aquele valor correspondente ao número de agentes de endemias fixado no anexo da Portaria nº 1025, como assistência financeira complementar. Ele carimbou: "Eu tenho um valor total, separo uma fatia daquele valor e carimbei – este aqui é assistência financeira complementar." Quer dizer, com raríssimas exceções, não existe recurso novo neste aspecto para os Municípios.

Falando assim, até parece que estou aqui na defesa do Município, mas isso impacta diretamente as conquistas da categoria dos agentes comunitários de saúde, porque muitos Municípios pagam um piso aos agentes comunitários de saúde. Existe um bloco na atenção básica, uma conta, um empenho específico, e esse valor é repassado integralmente, o valor de 1014, enquanto, para o ACE, muitos Municípios resistem em fazer o cumprimento da lei do piso salarial, porque o Governo Federal fixou um valor bem abaixo do valor real do Município para contratação dos agentes de endemias.

Então, isso impacta diretamente essa discussão. Quando nós estamos aqui pleiteando o aumento da cobertura da nossa população, o aumento desses profissionais, vemos uma política dessa sendo feita para repensarmos isso.

Outro ponto que queremos apontar como causa dessas consequências e dessa situação que encontramos hoje, de epidemia, é uma política equivocada de integração das ações dos ACSs e ACEs para o combate ao *Aedes aegypti*. Essa política se iniciou basicamente com a Portaria nº 1007 que, inclusive, já foi revogada. O Governo Federal, lá no ano de 2010, editou essa portaria sugerindo aos gestores municipais a inclusão dos agentes de combate às endemias na estratégia de saúde da família, para que, então, um número menor de agentes de endemias trabalhasse com um número maior de agentes comunitários de saúde e, se pudesse, fazer uma integração dessas ações – cada um na sua especialidade, cada um na sua atividade, mas de maneira coordenada.

Essa iniciativa não foi para a frente. Pouquíssimos Municípios no País aderiram a essa política de integração, especialmente por falta de estímulo financeiro. O Governo Federal se propôs a fazer um repasse extra para aqueles que aderissem a isso, mas esse repasse extra por vezes não ia, e acabou sendo suspenso.

Por fim, agora no final do ano de 2015, dezembro de 2015, foi editada...

(Soa a campainha.)

A SR^a ELANE ALVES – ... a Portaria nº 2121. Eu encerro daqui a pouquinho, só mais um minutinho. Essa portaria tem causado grandes transtornos à categoria dos agentes de saúde. Ela estende atribuições dos profissionais ACE aos ACSs, sobrecregendo estes com tarefas e formulários específicos da atividade de agente de combate às endemias.

Quero trazer aqui ao conhecimento desta Comissão que há muitos agentes comunitários de saúde deixando de fazer as suas atividades normais de prevenção de saúde, deixando mesmo de realizar o cadastro da

ficha e-SUS para fazer exclusivamente o trabalho dos agentes de combate às endemias, deixando, abandonando suas áreas e suas famílias.

E isso tem consequências. Não adianta tampar um santo e descobrir outro.

E aí, vendo a questão da categoria, muitos gestores estão colocando esses profissionais fora de suas áreas, sem nenhum respaldo, sem água, sem transporte. Muitos colegas saem de madrugada da zona rural para fazer mutirões nas zonas urbanas sem sequer um lugar para descansar.

Outro ponto: abandono à estratégia de orientação em educação de saúde preventiva para adoção de modelos de mutirões e manejo mecânico de resíduos no interior das residências.

Talvez esteja aqui o ponto mais frágil dessa política que se está implantando com a questão da epidemia.

O *Aedes aegypti* não se faz em regime de urgência. Ele se faz com planejamento e prevenção. Mutirão serve para atender o que a mídia tem provocado. Mas, se não planejarmos ações concretas e permanentes, não vamos conseguir adotar um modelo que vá tirar da nossa população esse risco.

E eu tenho outra preocupação. Muitos Municípios colocam luvas, quando põem luvas, e sacos plásticos nas mãos dos agentes comunitários de saúde para que eles, os agentes, recolham os resíduos, os lixos no quintal da população.

Isso, para mim e para a Confederação Nacional, é um desserviço. Isso não se educa. Está, na verdade, consolidando a prática errada da população. Não é o agente comunitário de saúde que tem de catar esse lixo; não é o agente de combate às endemias. Ele tem que orientar e dizer à população: "você não pode deixar isso acontecer no seu quintal".

Mas isso faz com que haja uma política errada. A gente precisa corrigir isso.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Peço que conclua, por favor.

A SR^a ELANE ALVES – Sim, senhor.

As consequências disso: desmotivação da categoria em face de uma política de desvalorização dos profissionais ACSs e ACEs.

E aqui, pontualmente, queria divergir do nosso colega que usou essa mesa, o Dr. Jurandi, quando se referiu à questão de discriminação dos outros profissionais.

Eu quero atentar para o seguinte: nós temos a Emenda nº 24, do Deputado Raimundo Gomes de Matos. Traz para a discussão dessa medida provisória a implantação da forma de reajustar o piso salarial da categoria dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias.

A Lei nº 12.994 sofreu veto no dia 17 de junho de 2014, tirando do seu texto a indexação do reajuste. Faz com que congele esse piso. E aí eu chamo a atenção de que, por conta disso, o Governo Federal mudou a sua política de revisão de repasse financeiro para os Municípios. Desde 2005, o Governo Federal vinha repassando aos Municípios 1,4 salários mínimos para cada CS. Bastou...

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Peço que conclua, por gentileza.

A SR^a ELANE ALVES – Bastou aprovar-se a lei. E temos aí a diferença de mais de R\$1 bilhão que o Governo Federal deixou de repassar como política de valorização desses profissionais.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr^a Elane pela apresentação concisa e consistente no que tange à situação dos agentes de combate a endemias e dos agentes comunitários de saúde.

É preocupante que a situação tenha desvirtuações de função, como a senhora evidenciou. Precisamos aprofundar essa análise e esse estudo.

Passo a palavra para o Sr. Luís Claudio Celestino de Souza, Diretor Executivo da Fenasce.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Sr. Relator, gostaria de solicitar cópia das apresentações feitas aqui, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Perfeitamente, Deputado Mandetta.

Fui orientado neste momento, Deputado, de que já se encontram à disposição para download na página desta Comissão pela internet, mas, caso V. Ex^a deseje uma cópia específica, providenciaremos imediatamente.

Sr. Luís Claudio, o senhor tem dez minutos.

O SR. LUÍS CLAUDIO CELESTINO DE SOUZA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Presidente desta Mesa, Deputado Newton Cardoso; Dr^a Elane, da Conacs; Amanda, da CMN; todos os Parlamentares, todos os agentes de saúde e endemias, que aqui se encontram, e em especial nosso companheiro Dalcides, de Goiás, Diretor da nossa Federação.

Na verdade, a situação hoje dos agentes de saúde e dos agentes de endemias de todo o País é, no mínimo, conflitante. Pede-se hoje um combate eficiente antes à dengue, hoje à chikungunya e à zika, seguida de microcefalia, mas, na verdade, nós que estamos na ponta... Eu, particularmente, sou dirigente, sou presidente

do Sindicato do Estado do Ceará, sou dirigente da Federação Nacional e sou agente de combate às endemias. Sei perfeitamente, Sr. Presidente, como é a situação lá na ponta com o agente de saúde e o agente de endemias.

Na verdade, na sua maioria, para não dizer na sua totalidade, os Municípios, os gestores não oferecem as condições necessárias para se fazer o devido combate. Muitas vezes, o agente de endemias entra na casa, dá um bom-dia ou uma boa-tarde, fala alguma coisa educativa, vai na fichinha, assina e vai embora, porque, muitas vezes, ele não tem material de trabalho; muitas vezes, ele não tem os seus EPIs, isso, no que diz respeito à ponta. Eu não estou falando aqui nem de salário, porque, se eu for falar de salário, a gente passa a tarde todinha, porque realmente também é muito desvalorizado.

Mas, na parte técnica, na parte de trabalho, também, existe muito isso e é verdade. Como é que se quer combater o vetor, se não são dadas condições a quem está lá na ponta para fazer isso? Como querer que a coisa avance? Não dá. Como continuar com o mesmo número de agentes de combate às endemias de 10 anos atrás? E não é nem o mesmo número, porque há pessoas que saíram, há os que passaram em outros concursos; enfim, baixou o quadro, diminuiu o quadro, não tem concurso, não tem nada.

Então, existe uma situação muito difícil. Agora, com essa moda da Portaria nº 2.121, estão fazendo uma verdadeira aberração: estão colocando um agente comunitário de saúde para fazer dupla função. Ele é agente comunitário de saúde, Sr. Presidente, e agente de combate às endemias. Ele faz a visita domiciliar, visita o hipertenso, o diabético, a gestante, o acamado, o idoso, a criança e, depois, na mesma visita, se transforma em agente de combate a endemias para fazer um trabalho para o qual não existe, e não existiu anteriormente, aí um ponto mais grave, uma capacitação.

O agente comunitário de saúde foi treinado e capacitado, quando tem, para ser agente comunitário de saúde. O agente de combate às endemias foi treinado e capacitado, quando também teve, para ser agente de combate às endemias. Por lei, inclusive, cada qual tem as suas atribuições. Agora, coloca-se o agente comunitário de saúde para visitar os imóveis, e aí a orientação, Presidente, senhoras e senhores, é que, se o agente comunitário de saúde não fizer nenhuma observação na sua visita, aquele imóvel fica como visitado 100%. E será que isso está O.K., é confiável, está tranquilo? Não está. Muito pelo contrário, estão sobrecarregando o agente comunitário de saúde. Nós da Fenasce somos totalmente contra essa situação.

Claro, que, por outro lado, estamos preocupados. Claro que não queremos que a situação que já está complicada, a situação emergencial, piore.

Mas não é também dessa forma que nós vamos resolver a situação, porque ninguém está resolvendo dessa forma. Está-se deixando lá na ponta o conflito entre o agente de saúde e o agente de endemias. Não lhe são dadas condições. Como é que fica isso?

Então, é importante que nessa medida provisória, Presidente, sejam dadas as reais condições, porque uma coisa é permitir que entrem nos imóveis abandonados, desabitados ou recusados. Até aí tem que entrar mesmo. Tem que entrar mesmo, porque nós entendemos que, em um quarteirão que tem 100 imóveis, se visitam-se 90 e ficam dez imóveis sem serem visitados e se esses imóveis tiverem foco de proliferação do mosquito, o trabalho foi por água abaixo. Não adiantou nada a visita aos anteriores, porque a proliferação vai estar ali, e a visita depois só vem com dois meses ou mais. Então, é importante, sim, que se adentre nessas casas desabitadas, reclusas, abandonadas, claro. Somos a favor, sim, da MP nº 712.

Mas, Presidente, agente de saúde e agente de endemias... O agente comunitário de saúde deve dar um auxílio, um paliativo. Ele deve intensificar, nas suas visitas, essa situação. Com certeza, tem que ser jogada para os moradores a responsabilidade, sim. Tem gente que espera a visita do agente, deixa o seu quintal do jeito que está, nem olha. Tem gente que não sabe nem como é a sua caixa d'água, porque espera pela visita do agente. É muito complicado hoje, com essa situação, combater o vetor, principalmente neste período de chuvas no nosso País.

Então, nós estamos questionando a Portaria nº 2.121, que foi publicada em 18 de dezembro de 2015. Questionamos a portaria. Achamos que ela não deve ser aplicada do jeito que os gestores... Inclusive, há gestores que estão entendendo do jeito que querem, até distorcendo a portaria atual e colocando agentes comunitários de saúde, como foi agora em Belo Horizonte, para ficar juntando lixo. Nem é função do agente de endemias ficar juntando lixo; imagina o agente comunitário de saúde, que já não tem a função do agente de combate a endemias.

Então, gostaríamos de pedir aqui, encarecidamente, o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, do Presidente, a essa medida provisória, para que olhem com todo o cuidado lá na ponta, porque não vai adiantar se fazer toda a situação aqui, aprovar uma medida provisória, aprovar uma lei. No Estado do Ceará, já se aprovou uma lei segundo a qual os agentes já podem adentrar os imóveis abandonados. Não sei se o Estado do Ceará foi pioneiro, mas já foi aprovado na Assembleia. Mas não vai adiantar nada se não forem dadas as condições. O Dr. Jurandi falou que existe uma equipe. Perfeito, existe uma equipe. Mas quem está na ponta, de

forma direta, é o agente de combate às endemias e o agente comunitário de saúde. Não estou tirando, aqui, a responsabilidade dos demais. Existe a importância de todos.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS CLAUDIO CELESTINO DE SOUZA – Porém, quem está na ponta merece ser olhado com cuidado, merece ser observado e merece ter toda a atenção para que lhe sejam dadas condições. Se não, não vai adiantar nada.

Era o que eu tinha para dizer no momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Luís Cláudio Celestino, representando a Fenasce.

Neste momento, eu gostaria de abrir a palavra para a manifestação dos Srs. e Sras Parlamentares, com liberdade para fazer questionamentos.

Deputada Conceição, gostaria de iniciar?

A SR^a CONCEIÇÃO SAMPAIO (Bloco/PP - AM) – Deputado Newton, cumprimento a todos os que participam desta plenária.

É muito mais até para falar um pouco do que nós estamos ouvindo. Essas audiências públicas são importantes e necessárias porque estamos trazendo para esta discussão, para sentar à mesa conosco, de fato quem, lá na frente, vai aplicar aquilo que estamos decidindo aqui. Não adianta decidir em quatro paredes se, lá na ponta, vamos ter dificuldades como as que vocês hoje estão dizendo que estão vivenciando, não só agora, mas já há algum tempo. Como é que nós vamos combater o mosquito *Aedes aegypti* se quem vai fazer essa defesa do Estado brasileiro está nos trazendo uma realidade cruel, realidade que várias pessoas estão vivenciando já há algum tempo?

Por isso, Deputado Newton, que preside neste momento esta Comissão, penso que temos uma medida provisória importante, necessária. Até falava, no início dessas reuniões, que, de fato, vamos dar o tamanho que essa medida precisa ter a partir das emendas que serão acolhidas por V. Ex^a, que é o Relator.

Agora, é claro, a gente quer aqui o bem do Estado brasileiro e do nosso povo, mas não dá para levar o bem sem investimentos. Se a gente não faz esses investimentos que são necessários, hoje é o *Aedes, amanhã*, será um outro mosquito, um outro problema, uma outra dificuldade, e aí a gente não muda, não consegue fazer essa mudança.

Então, eu quero agradecer, como membro desta medida provisória de que faço parte, mas, acima de tudo, vamos buscar aquilo que é possível, porque não adianta, no papel, colocar algo bonito se, na prática, a lei será morta e não terá a eficiência que ela precisa ter em função das dificuldades dos operadores hoje. A gente fala tanto do operador do direito, mas hoje quem está operando verdadeiramente esse trabalho para que a saúde possa chegar à casa de quem precisa e aos Municípios brasileiros... Essas pessoas estão dizendo: nós estamos doentes também e precisamos de um remédio que possa acabar não só com o *Aedes*, mas também com as dificuldades que hoje o Estado brasileiro vem vivenciando.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Deputada Conceição, pelas pertinentes manifestações.

Sem nenhuma dúvida, entendo que é fundamental, neste momento, que façamos a aproximação do trabalho que é realizado na ponta, no dia a dia do Município, da cidade, da rua com o conhecimento e a fonte de recursos, esteja ela onde estiver, no Ministério da Saúde, no Ministério do Planejamento... Onde estiver a necessidade de captação desses recursos, nós precisamos ter essa visão, e espero ser capaz de contemplar essa possibilidade dentro do nosso relatório.

Deputado Mandetta, V. Ex^a...

Deputado Colatto tem a palavra.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Presidente Newton Cardoso, é uma satisfaçãovê-lo aqui presidindo esta reunião no Senado Federal. Já que o senhor passou pela porta para cá, quem sabe goste daqui e daqui a pouco esteja nessas cadeiras do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Acho que é bem melhor do que a nossa lá.

Sr. Presidente, senhores convidados, estou lutando e militando há muito tempo em uma sugestão para essa questão do tratamento do mosquito transmissor do vírus dengue, vírus *chikungunya* e *zika*, e parece-me que não estamos sendo bem ouvidos e bem entendidos nesse processo.

Eu fiz uma emenda na Medida Provisória nº 712 propondo, como uma complementação alternativa, mais precisamente, a aplicação de inseticidas por meio de aeronaves. É toda uma luta que já tive, mostrando, como agrônomo. Sempre digo que mosquito se mata com inseticida, que é o inseticida que usamos dentro de casa,

o Baygon, um carbamato, um tipo de inseticida como o fosforado, como o clorado que se usa na agricultura e na agronomia. Já enfrentamos pragas bem mais complicadas do que o mosquito. Eu queria que fosse levado em consideração esse processo.

Vou ler rapidamente aqui as razões. Depois, quero deixar a documentação para esta Comissão analisar, já que encaminhamos ao Ministro da Saúde, Marcelo Castro, a argumentação do Sindicato dos Proprietários de Aeronaves. Há em torno de 2 mil no Brasil, que são usadas para o combate a pragas na lavoura e que estamos colocando à disposição desse programa, como um programa piloto. Não seria uma coisa já efetiva, mas já foi feita aqui uma experiência, na comunidade de São Sebastião, em Brasília, e os resultados que temos foram muito bons; em outros países também, como Equador, Estados Unidos, México, e aqui, no Brasil, mesmo, em 1975, para combater alguns mosquitos e algumas doenças que aqui ocorreram.

Nós estamos tendo uma resistência em conversar com os técnicos do Ministério da Saúde, para mostrar a possibilidade de se usar essa ferramenta importante, técnica, com alta tecnologia, que está sendo usada e pode ser aprovada. Ninguém quer aqui tirar espaço de agentes ou de todas essas pessoas que trabalham nesse programa. Não queremos tirar o espaço nem das pessoas, nem dos equipamentos terrestres. Nós queremos uma complementação no processo, onde não há o acesso das pessoas e de um veículo, por exemplo, nos casos em que poderá ser usada a aviação agrícola e nos casos que se transformem em epidemia – e eu acho que é este o caso. Nós não vamos conseguir controlar, se não tivermos aí uma operação de guerra nesse processo, para combater esse mosquito que, realmente, está trazendo um transtorno para o Brasil e até para o mundo.

Então, Presidente, eu aqui não vou ler os arrazoados que tenho, mas aqui estão todos os documentos que nós temos, inclusive a explicação técnica do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, mostrando as experiências já feitas, as aeronaves que existem disponíveis e como fazer isso com toda segurança, inclusive a segurança na questão de intoxicação, se for o caso. O produto que seria aplicado é o mesmo do fumacê – que é o Malathion –, e essas aeronaves se colocariam à disposição, gratuitamente, para fazer esse trabalho onde há a incidência volumosa, distante, inacessível para as pessoas que fazem esse trabalho.

Parece-me que o Governo mais uma vez, em mais uma área, está deixando de atender as pessoas, de cumprir uma lei que nós aqui aprovamos, na Câmara dos Deputados, para os agentes de saúde, os agentes dessas epidemias. O Governo não cumpre essa lei e há essa discussão. Se não existe dinheiro, não há como esse programa ir à frente, por falta de recursos – e em todas as áreas está faltando recursos –, essa é uma maneira também, uma alternativa para ajudar nesse processo, para buscar o objetivo principal, que é combater o mosquito.

Nós não podemos deixar que aconteça isso, essa discussão de que não vai haver dinheiro, de que não se vai conseguir pagar os salários que deveriam ser pagos a quem faz esse trabalho. Nós vamos ficar, então, deixando a proliferação desse mosquito, que é um inseto. E um inseto você estuda na Entomologia, que é uma cadeira especializada da Agronomia. E nós temos toda a tecnologia para atingi-lo. Há tecnologia, hoje, com micropartículas, com GPS. Não há esse perigo de “voa alto”, “voa baixo”. Há técnicas para se fazer o combate, chegando, sim, dentro das residências, com micropartículas. Para se ter uma ideia, usa-se 400 miligramas – seria um copo pequeno – por dez mil metros quadrados de área. O produto atinge dez mil metros quadrados, pela quebra de partículas pulverizadas nesse processo. Esse produto fica realmente circulando no ar e vai atingir o inseto adulto e até a larva, se for o caso, se houver o contato direto. Então, eu queria deixar aqui registrado: fiz a proposta na emenda e gostaria que V. Ex^a levasse em conta esse estudo feito.

Eu falei com o Ministro da Saúde, Marcelo Castro, e ele me disse que a área técnica rejeita esse tipo de aplicação. Eu entendo que, no mínimo, é falta de conhecimento das pessoas em relação às experiências que já houve no Brasil, fora do Brasil, e às vezes há uma resistência à aviação agrícola, que hoje é uma técnica dominada no mundo inteiro. As pessoas têm um pensamento de que isso vai intoxicá-las, etc. É muito mais perigoso um inseticida vaporizado, desses que nós utilizamos hoje dentro de casa, para combater certos tipos de pernilongos, baratas, etc., do que a aviação agrícola, pela tecnologia, pela quantidade pequena de produto que usa e por atingirmos lugares inacessíveis nesse processo.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar esse material para análise nesta Comissão, para ver se nós podemos usá-lo como alternativa. Ninguém está dizendo para eliminar a aplicação por pessoas, por equipamento terrestre, carros etc., mas, sim, que ele é uma alternativa para onde nós não podemos chegar neste Brasil continental que nós temos. Nós precisamos buscar uma saída, que, com certeza, a aviação agrícola poderia trazer.

Nós não estamos solicitando que se faça isso em geral. Vamos fazer um piloto em uma área determinada. Faz-se a aplicação. Se houver a comprovação técnica, científica, de que realmente dá resultado, que se adote isso. Acredito que seria uma coisa barata e que nós poderíamos, realmente, salvar muitas vidas de brasileiros com essa experiência. Temos que pedir aos técnicos do Ministério da Saúde que chamem os técnicos da agricultura para saber exatamente o que está acontecendo.

Eu não me arrisco a falar de saúde, porque sou agrônomo. Mas acho que o pessoal da saúde deveria consultar os técnicos da área da agronomia para saber exatamente o que se pode fazer e no que se pode ajudar nesse processo. Todos nós brasileiros estamos lutando para isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Deputado Valdir Colatto, quero agradecer V. Ex^a pela manifestação e pela colaboração de altíssima qualidade. V. Ex^a já tem por tradição sempre trazer alguma informação relevante, seja na área agrícola, seja na área da saúde. Portanto, parabenizo V. Ex^a pela disciplina e pela diligência nesse sentido.

Desde já, gostaria que a assessoria da Comissão entrasse em contato com V. Ex^a para solicitar os contatos dos especialistas e dos responsáveis, inclusive pela sugestão, pela oferta gratuita de uso das aeronaves. Não pela questão da oferta, Deputado, mas sim pela necessidade de participar da próxima audiência pública que realizaremos no âmbito desta Comissão.

Apenas para resgatar V. Ex^a do que temos feito: as duas primeiras audiências – esta é a segunda da Comissão – foram audiências que, no plano de trabalho, consideramos como institucionais. Vamos tratar de todos os órgãos do Governo Federal, para abordagem das efetivas medidas de combate à disseminação do mosquito. Hoje, foi no intuito de se fazer a aproximação com os Municípios, Estados e todos os representantes dos agentes de combate às endemias e da saúde também.

É importante que V. Ex^a possa dar continuidade a essa contribuição na próxima audiência. Convido-o a participar novamente, para que possamos tratar, com a apresentação de especialistas – como V. Ex^a já o é –, da eficácia dessas técnicas.

Desde já, deixo aqui aberto a V. Ex^a, caso queira questionar o seu Giovanini, que é representante do Ministério da Saúde e que pode trazer alguma elucidação a respeito da matéria. Portanto, muito obrigado.

Deputado Mandetta, vou passar-lhe a palavra, mas antes, só para esclarecer, já foi enviado *e-mail* para todos os gabinetes, inclusive o de V. Ex^a, para indicar o *link de download* das palestras desta tarde.

O senhor tem a palavra.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo todos os que aqui fizeram as suas apresentações. Não vi todas porque cheguei já quando estávamos na metade da primeira mesa, mas pincei algumas coisas.

Gostaria de levantar alguns tópicos, Sr. Relator, que acho podem ser, de alguma maneira, interessantes na hora da relatoria, já que nós vamos pensar a questão da dengue um pouco além da possibilidade de entrada em domicílio. Nós vamos horizontalizar um pouco mais, nós vamos avançar em alguns tópicos.

Na fala do Jurandir, ele coloca – entre algumas emendas, alguns destaques foram colocados – a situação de entrar nos domicílios quando se está em estado de emergência e quando se está em rotina.

É muito complicado tipificar o imóvel. Há imóveis em que o morador sai às cinco horas da manhã e volta às oito horas da noite. É o chamado imóvel dormitório e todos os dias estará fechado, mas é um imóvel habitado. Acaba precisando que o agente faça a visita em outro horário, num horário não convencional.

Abrir uma residência, abrir uma propriedade, muitas vezes, tem que ser feito com o uso de chaveiro, tem que haver o contrato da prefeitura, tem que haver duas testemunhas para entrar junto nesse imóvel, junto com esse agente, porque, se esse morador argumentar que, por qualquer motivo, entraram na casa dele, desapareceu um rádio, a camisa que estava ali, ou alguém quebrou algum pertence dele, essa judicialização dessa entrada não pode ser feita sem um rito.

Quanto àquelas emendas que ele colocou – isso não pode ser assim, porque não pode avisar, não pode haver uma comunicação –, recomendo a V. Ex^a que proteja os Municípios, para que possam ter uma proteção de rito de como identificar que aquele imóvel está fechado, abandonado. Abandonado é uma coisa; sem ninguém em horário da visita é outra coisa; em obra, é outra situação,

Hoje, no País, há um número enorme de imóveis para alugar e para vender. Quando os imóveis estiverem sob cuidado de imobiliárias, estas deveriam ser as responsáveis pela sua manutenção em condições sanitárias até que se efetue o aluguel, porque o tempo médio para se alugar ou vender um imóvel nessa crise está ultrapassando quatro meses, seis meses em muitas das cidades médias e em algumas cidades está chegando a um ano. Se essa imobiliária não se articular com o Poder Público para que haja um dia em que possa entrar, já que vai ser remunerada para a intermediar a venda, tem que lacrar o vaso sanitário, tem que lacrar o ralo dessa casa quando a recebe, tem que lacrar a caixa d'água. Esse eventual corretor tem que fazer uma visita ao imóvel pelo menos uma vez por semana, ou a cada 15 dias, para poder manter essa casa em condições mínimas e permitir, articulado com a coordenação municipal de vigilância, o acesso desses agentes ao interior dessa casa para ver a questão interna da casa. Mas o entorno, de alguma maneira, teria que ser feito.

Quando se está em obra – não são as cidades menores, que têm dificuldade –, as cidades maiores todas têm fiscalização também do Crea e o Crea é uma autarquia federal e tem também o seu coeficiente de respon-

sabilidade. Um dos maiores criadores de mosquito de dengue no País em obra são aquelas cimenteiras que são feitas normalmente no terreno do lado da casa para se bater a massa, que, quando termina a obra, fica aquela piscininha, vamos assim dizer. Aquilo tem que ser quebrado com a picareta, aquilo não pode ser deixado daquela maneira, as obras precisam ter fiscalização, com a participação do Crea, que são autarquias federais. O Crea tem têm muitos fiscais para obras e tem que ter um olhar também ao andar das obras.

Existem tecnologias que o País não usa, porque estamos com esse PNCD e ele vem sendo repetido há muito tempo. Escutei, na fala do Jurandir, que faz 30 anos que temos *Aedes aegypti*. Acho que ele esqueceu do passado, já tivemos dengue aqui. Houve até a tentativa de se fazer controle biológico, com a introdução do passarinho, do pardal, que, não é um passarinho nativo. Uma das razões foi a dengue.

Quando o Oswaldo Cruz inicia a campanha sanitária militar, com o mata-mosquitos e utilização de alguns inseticidas de depósito por conta de outras endemias, você tem a retirada da febre amarela, da dengue desses centros urbanos e permanecemos um período longo de tempo, 30, 40, 50 anos, até que há a reintrodução.

Então, o que tem de ser visto é como eles procederam. Agiram de uma maneira – entre aspas – “quase militar” nessa questão de focos, já que se revestia esse agente de uma autoridade quase militar para poder interditar, multar, entrar.

Aí nós mudamos. Ótimo! Ao apostarmos na educação, no diálogo, a população acaba por perder aquele certo receio, vamos supor, que ela tinha antigamente do agente da Sucam – o mata-mosquito, vamos assim dizer – e passa a enxergar o agente como aquele que deve limpar a sua casa. O que a Elane falou é extremamente grave. Noticia-se que há um mutirão. As pessoas ficam, muitas vezes, sentadas na frente da casa e, quando passa o agente, elas falam: “Você pode entrar para tirar, porque já está tudo lá no fundo para você fazer.” Elas estão tendo a percepção de que o Poder Público deve limpar.

Então, nós estamos equivocados. Nós erramos também na estratégia de educação, porque não conseguimos explicar para as pessoas nem qual é a função do agente. Elas estão entendendo que existe uma pessoa paga pelo serviço público cuja função é limpar a casa delas, e, pelo fato de esse agente não estar fazendo isso, existe o mosquito.

Quando fazem os mutirões, joga-se tudo para o lado de fora, esperando que a prefeitura passe com o caminhão para pegar o que foi deixado do lado de fora e levar ao local de destino. Aí nós percebemos o que está acontecendo. Não há, por parte dos agentes, nenhum instrumento educacional de punição, de multa. É inócuo. Fala-se, mas é encontrado foco na casa da pessoa uma vez, duas vezes, três vezes. Entrega-se um papelzinho, mas não há... Para se multar, é preciso chamar o fiscal da vigilância sanitária, cujo foco é... Os agentes não têm talonário de...

Então, não sei se, em determinada situação, nesta MP, nós não devemos avançar para dar, sim, ao agente também a prerrogativa de lançar uma multa – nos locais onde ele já fez o trabalho – àqueles que já têm consciência, a quem já foi dada a educação, porque, se não há multa, se não sentem no bolso, infelizmente, muitas vezes, as pessoas não entendem o quanto elas deveriam... O direito delas de não fazer nada, que existe, está colocando em risco o direito coletivo. Há grávidas, gestantes, crianças vizinhas que não podem ser penalizadas pela inércia das pessoas.

Acho muito perigosa esta fala repetida. Já ouvi o Ministro da Saúde falar isto e, agora, ouço o representante do Conass e vários outros, principalmente as pessoas que estão muito do lado de ministro, muito do lado da fala oficial, também dizerem: “Não podemos usar essa vacina, porque essa vacina é muito cara. É muito cara, e nós não podemos usar essa vacina.” Vamos fazer aqui um debate sobre essa vacina. Vamos escutar muito bem. Não é possível que alguém tenha feito uma pesquisa de cinco anos, tenha registrado uma vacina, para a gente desqualificá-la. “Ah, ela só funciona para 40%.” Não foi isso que eu li, não foi isso que eu li. Do pouco que eu li da nota técnica da Anvisa, a vacina tem um sorotipo, que é o 2, que chega a 60%, e, nos outros casos, ela chega a 90%. Enfim, ela quebra possibilidades muito grandes de epidemia, e nós temos que fazer uma conta do risco-benefício. É muito fácil falarmos que essa vacina é cara, mas não estamos levando em consideração a quantidade de agentes, a quantidade de inseticida, de larvicida, de papel, de comunicação, de hospital, de CTI, de crianças com microcefalia. Onde está essa conta para enxergarmos o risco-benefício dessa eventual vacina? Tomara que exista uma vacina melhor e mais barata, mas esta situação é muito parecida com aquela à época da pólio, quando surgiu a Salk e disseram: “Vamos esperar, porque um dia vai vir a Sabin. No dia em que a Sabin vier, a gente faz.” Quanta criança não teve pólio porque ficou esperando uma vacina mais barata chegar? Até chegar hoje em dia, e voltarmos para a Salk.

E pesquisa? Eu acho que, em relação a esse assunto, se não houver pesquisa, vamos ficar no “eu acho, eu acho, eu acho”. Concordo com os ingleses, que até agora falaram: “Nós não vamos dizer que é a zika, queremos mais pesquisa”, porque é a maneira que eles têm de forçarem os governos a investirem e nós estamos com um número muito baixo de investimento em pesquisa no nosso País.

São doenças negligenciadas. Sempre falamos: "doenças negligenciadas, os grandes países não investem na pesquisa, porque eles não têm essas doenças." Negligenciadas por quem? Negligenciadas por nós, pelo nosso País, pelas nossas decisões erradas, equivocadas; negligenciadas para construir estádios da Copa do Mundo, que hoje em dia é foco de dengue dentro do Brasil, porque não tem jogo de futebol, porque não tem nem futebol na cidade onde foi construído. Com aquele dinheiro poderia muito bem ter sido feita uma pesquisa muito mais séria de coisas de que precisamos. Então, vamos parar com essa culpa do inimigo, do iaque, de que há um americano contra nós. Não, nós é que temos que pesquisar as doenças que nos acometem. Sem pesquisa não vamos chegar a lugar nenhum.

Quanto à situação dos agentes comunitários, há um projeto de lei nesta Casa que coloquei muito lá atrás – a Elane conhece. É essa coisa de termos um agente comunitário de saúde para fazer PSF; um agente comunitário de endemias para fazer endemias. Há cidade de tem agente de saúde pública, outra tem agente... Temos três ou quatro denominações. Vamos supor que eu tenha feito concurso público para fazer PNCD. Então, PNCD é objeto do meu concurso, matar mosquito, ir atrás. Surgiu a vacina. O que faço com o cara que fez concurso somente para matar o mosquito da dengue? Fico com ele a descoberto, sem função.

Acho que já passou da hora de discutirmos também a criação da profissão de técnico de saúde comunitária, com as competências tanto do agente comunitário de saúde quanto do agente de endemias fundidas numa só, num técnico de saúde comunitária. Inclusive, eles poderiam ser capacitados pela escola técnica do SUS, e depois, aqueles que quisessem entrar, fizessem o curso de técnico de saúde comunitária, como há o curso de técnico de enfermagem. Seriam pessoas técnicas capacitadas para trabalhar com comunidades em termos de saúde, aí englobando todos os programas de saúde.

Eu não posso estar dentro da minha casa, como cidadão, bate a campainha uma pessoa uniformizada da secretaria de saúde, um agente comunitário. Ora, eu sou da população, não posso questionar: será que esse aqui sabe sobre pressão alta? Não, esse aqui é o de endemia, esse aqui não vê o diabetes. E aí tem uma pessoa com diabetes do lado comendo um doce e ele passa na frente, porque ele está olhando o mosquito. Aí chega o outro que olha o diabetes, que vai perguntar do cartão do diabetes, vê que há um foco de dengue na porta da entrada de casa e ele fala que não cuida da questão da dengue porque só cuida da questão do diabetes.

Estamos gastando dinheiro, estamos mandando uma pessoa vestida e identificada com crachá da saúde pública e estamos fragmentando o conhecimento dos dois. Chega uma hora que ele diz assim: bom, agora estão me chamando, no caso do agente de endemia, para fazer o problema do diabetes, e outro, o agente comunitário de saúde, falando que agora estão chamando para fazer dengue, que não é a minha função.

Acho que já passou a hora de darmos um passo à frente e termos um técnico de saúde comunitária, mesmo porque essa história de envelhecimento da população, com a quantidade de idosos que vamos ter em casa, a necessidade de *home care*, que é a hospitalização domiciliar, acredito que vamos precisar avançar muito com bons técnicos de saúde comunitária, que inclusive vão ser aqueles que vão estar ao lado desses idosos.

Enfim, Relator, há inúmeras experiências bem-sucedidas com dengue que podem ser utilizadas.

Vindo também da agronomia, há uma imagem de satélite francês, que a agricultura usa muito, e a cada 16 dias ele faz a volta e dá uma imagem com cinco metros de poder de visualização. Com a quantidade de macrofocos nas cidades e a quantidade de caixas d'água abertas, não vai ser nem o agente de endemia e nem o comunitário de saúde que vai pegar uma escada para subir em todas essas casas. Então, olhando aqui embaixo – e a caixa d'água é o foco principal –, que pelo menos pudéssemos utilizar essas imagens com cinco metros de poder de resolução, que é daqui até o Relator.

Dá para ver número de placa de automóvel. Se esquadriñhar, em algumas cidades é possível ver todas as caixas d'água de um determinado bairro e, pelo menos, subir naquelas que você está vendo que estão ali, abertas. Se subir, vai encontrar mais de 20%, 25% das caixas d'água sem tampa, abertas para fora.

Há muitas experiências bem-sucedidas que eu acho que o Ministério já poderia chamar, principalmente cidades que já tiveram grandes epidemias, para ver o que é que elas fizeram. Mas fica aqui essas sugestões que eu coloquei, além de deixar claro que o desvio de função, principalmente dos agentes comunitários de saúde, é preocupante quando a atenção básica está tão frágil.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Parabéns ao nobre Deputado Mandetta, pela visão ampla e universalizada da matéria, com sugestões aqui muito próprias e adequadas que, certamente, farei constar na nossa análise da viabilidade, cada uma no relatório.

Caso não haja nenhuma outra manifestação, eu gostaria de fazer aqui algumas perguntas aos palestrantes, mas direcionadas, neste momento, ao Sr. Giovanini e ao Sr. Luís Claudio.

Sr. Giovanini, apenas a título de esclarecimento, eu gostaria de algumas respostas, pelo Ministério da Saúde, sobre o conhecimento ou evidenciação, até o momento, do risco de contaminação ou de intoxicação efetivo ou adicional na população pelo uso das aeronaves agrícolas, com a tecnologia sugerida pelo Deputado

Colatto; se há já algum estudo e se nesse estudo existe alguma evidência que embase – se é que existe motivo para embasamento disso – a resistência do Ministério em relação a esse tópico.

Em segundo lugar, também gostaria de um esclarecimento de V. Ex^a se há de fato conhecimento do Ministério da Saúde e, se há conhecimento, como vem tratando essas questões levantadas aqui pela Elane em relação aos desvios de função dos agentes até agora.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Obrigado, Deputado, pela oportunidade também de responder a essa questão específica da utilização das aeronaves no controle do Aedes.

Bom, eu acho que o primeiro ponto que é importante destacar é que o Ministério da Saúde prima em adotar qualquer estratégia de controle de vetores com base em evidências científicas. Isso é um aspecto, digamos, essencial quando se está lidando com questões relacionadas à saúde pública.

Em relação ao uso de aeronaves, o que nós temos de concreto e de evidência é um artigo publicado em 1984, de um experimento que foi feito na cidade de Buga, na Colômbia, onde foram utilizadas aeronaves para a questão do controle do *Aedes aegypti*, e naquele estudo em particular, o impacto foi muito limitado, sem grandes significâncias. Algumas razões se explicam para esse baixo resultado, que vai desde a própria questão do hábito do *Aedes aegypti*, que tem hábitos intradomiciliares, e que a aplicação do inseticida, seja por via aérea, seja por veículo ou o que quer que seja, depende muito, digamos, da colaboração da população, de manter as portas abertas, etc. Outro aspecto também desse estudo diz respeito à questão, por exemplo, da dificuldade de operacionalização da utilização de aeronaves, por conta da deriva, do vento, etc.

É óbvio, e eu concordo com o nobre Deputado Colatto, que a questão da utilização de aeronaves é um processo que vem evoluindo, com novas técnicas de aplicação, o uso do GPS, etc. Uma das variáveis que eu considero crítica diz respeito, por exemplo, à utilização de aeronaves em centros urbanos populosos, com um alto índice de verticalização. Eu não sei até que ponto, qual seria o impacto de utilização, de aplicação de inseticida, uma vez que é preciso sobrevoar numa determinada altura e o fato de haver arranha-céus pode, em algumas áreas da cidade, ser um impedimento.

Nós recebemos recentemente, em audiência, o sindicato das empresas de aviação aérea. E muito nessa linha, sabe, Deputado? Essa questão dos sindicatos de aviação aérea é uma questão antiga. Em toda epidemia, em toda crise que surge, aparecem com essa alternativa. Eu acho que só há uma forma de elucidar essa questão: é fazer um experimento. Nós recebemos os sindicatos e sugerimos que eles procurassem uma universidade, um centro acadêmico, um centro de pesquisa, para fazer um desenho de estudo e avaliar o impacto e a eficácia dessa metodologia. É óbvio que, para um experimento desses, é necessário que algumas condições éticas sejam seguidas, entre elas uma aprovação do Conselho Nacional de Ética e pesquisa, para verificar e responder questões dessa natureza. Por exemplo, qual seria o impacto da utilização de inseticida para a saúde humana, uma vez que, em tese, haveria um quantitativo maior de inseticida sendo aplicado?

Então, resumindo, a orientação que o Ministério da Saúde deu aos sindicatos é exatamente esta: Olha, deve-se fazer um experimento, quem tem que fazer isso são os centros de pesquisa, as entidades de pesquisa. Acho que as Universidades, os sindicatos devem procurar um centro de pesquisa de excelência, fazer um bom desenho de estudo, aprovar esse desenho de estudo no comitê de ética, no caso o Comitê Nacional de Ética e Pesquisa, e nós vamos ter os resultados. Se realmente for uma coisa que não traz um dano adicional à saúde da população, efetivamente impacta na redução da infestação de mosquito, acho que não tem por que, dada a grave situação epidemiológica, eventualmente se adotar em algumas situações específicas. Mas precisamos avançar nesse processo, ter respostas, para não ficar o Ministério tendo a única referência técnica, que é um estudo que foi feito na Colômbia em 84, que não mostrou efetividade, e a palavra do sindicato das aeronaves.

Acho que nós demos um direcionamento importante. Cabe agora aos interessados procurar um centro de pesquisa, elaborar um bom desenho de estudo, aprovar no comitê de ética, fazer experimentos e ter os resultados. Depois, se avalia se houve resultado ou não.

Bom, em relação às questões da nossa amiga Elane, acho que é bom que fique claro que isso não é uma orientação tácita de nenhum órgão de saúde pública. Eu pelo menos não tenho conhecimento, falo pelo Ministério da Saúde, de que existe uma orientação de que o agente de saúde ou o agente comunitário de saúde tenha que recolher o lixo das pessoas. Foi isso que foi referenciado. Eu não conheço, eu gostaria inclusive, se tiver alguma orientação por parte de algum Estado... Do Ministério da Saúde, que eu saiba, não há orientação técnica, até porque as orientações do trabalho dos agentes de saúde são exatamente um trabalho de informação, de orientação: no caso daquelas situações extremas onde não se pode fazer a remoção dos criadouros, fazer o tratamento químico ou biológico.

Agora, esse papel de que o agente deve fazer coleta lixo na casa, eu sinceramente desconheço, Elane. Gostaria inclusive de gostaria de tomar conhecimento, se houver algum documento formal que tacitamente oriente esse trabalho a ser realizado pelos agentes comunitários de saúde ou pelos agentes de combate a en-

demias. Pelo Ministério da Saúde eu não conheço. Agora, se houver alguma orientação por parte dos Estados e Municípios, eu acho que é papel nosso conversar com os Estados e informar que é uma avaliação equivocada.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Presidente, posso contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Muito obrigado, Giovanini.

O Deputado Collato gostaria de contraditar.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Dr. Giovanini, o senhor tem conhecimento de que a Embrapa está há mais de dois anos fazendo uma pesquisa aqui no Distrito Federal, juntamente com o sindicato sobre essa questão do mosquito? Na verdade, quanto a essa informação que o senhor tem da Colômbia, nós temos todos os dados estatísticos, inclusive foram apresentados lá para os técnicos do Ministério, foi uma operação muito eficiente e exitosa. Então não sei qual é a informação que está chegando lá que não está batendo com essa questão que o senhor está falando.

Na questão dos domicílios, é exatamente aí. A tecnologia hoje é tão grande e pode ser feita porque ela fica em forma de nuvem, fica flutuando e vai penetrar nos lares, sim, como os inseticidas vaporizados de que eu já falei aqui, não há qualquer problema. E dificuldade de operação também não há porque nós temos o GPS. Ele tanto pode ser aplicado em baixa altura como em altas alturas. O Aedes não é um inseto só das cidades. Tanto é verdade que ele está nos lixões, está nos acúmulos de água pelo Brasil afora. Nós temos aí toda uma tecnologia muito bem montada que pode fazer isso. Eu acho que é um pouco de desconhecimento do pessoal e falta de interesse de se envolver com esse processo. Já se falava lá em 1991, o próprio Ministério da Saúde pensava que, no caso de epidemias, aviões agrícolas poderiam ser usados. Então, há uma resistência, sim, porque há toda uma aura de que a aviação agrícola intoxica as pessoas e tal. Esse é um processo usado no mundo inteiro, a tecnologia é plenamente dominada. Então, seria bom nós quebrarmos essa resistência e ver na prática.

Em São Sebastião, o técnico da Embrapa esteve conosco mostrando que realmente foi uma eficiência total, Sr. Presidente, Sr. Relator, e nós deveríamos experimentar. Já que o problema existe, nós temos dificuldades, não é uma questão de opinião, é uma questão de que é mais uma ferramenta que podemos ter e vamos buscar solução para esse processo.

Essa experiência da Colômbia eu li, eu tenho o material, inclusive passei aqui à Mesa os dados da Colômbia e de outros locais onde já foi aplicado, como nos Estados Unidos, Presidente e Relator. Aqui mesmo no Brasil, nos anos 90, foi aplicado para combater o mosquito da encefalite. Seria bom nos aprofundarmos nesses dados todos. O Ministério da Saúde tem a obrigação de buscar essas alternativas, já que temos todas as dificuldades de recursos, de pessoal, de salário e essas dificuldades que foram colocadas aqui pelo Deputado Mandetta, da burocracia que existe nisso. Então, peço que vocês tenham essa paciência de ouvir.

Como o nosso Relator Newton Cardoso colocou-nos antes, Presidente, nós gostaríamos que fossem chamados na próxima audiência pública os técnicos, para virem aqui explicar exatamente o que está acontecendo, porque eu acho que esta é uma Casa que tem que abrir a possibilidade de todos virem aqui falar e colocar as suas posições.

Se forem coisas boas, o que eu acredito, como agrônomo e conhecendo essa área e essa tecnologia, eu acho que é uma saída para combatermos as questões macros em termos de epidemia. Não é aquela questão do dia a dia do que os técnicos ficam fazendo lá, dos agentes que estão trabalhando e continuam com as dificuldades que são impostas, mas nós temos essa ferramenta a mais para combatermos o mosquito que hoje é uma preocupação de todos nós.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Deputado Collato, pelo esclarecimento.

Entendo que essa abordagem de combate multiplataforma é essencial para o sucesso do programa ou de um plano nacional que tenha efetividade, tenha resultado. Ao mesmo tempo, entendo a explicação do Ministério da Saúde acerca dessa certificação dos experimentos por parte de órgãos superiores, de assertividade em relação à qualidade dos experimentos, mas entendo que, caso esses experimentos já tenham sido realizados, se já existem evidências e certificações, sejam elas internacionais ou nacionais, que possamos trazê-las aqui para elucidação, para evidenciação dos resultados de tais experiências.

Por isso, Sr. Presidente, é que solicitamos o convite a dois especialistas para participarem da nossa audiência na próxima semana, tendo em vista que essa será uma audiência mais científica, para que possamos colocar essa solução como uma das alternativas para o combate à disseminação do mosquito.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Deputado, só para complementar, porque eu esqueci de falar, mas a Embrapa tem um produto biológico, o BT, *Bacillus Thuringiensis*. Conseguiram separar o gene desse mosquito só para o combate ao mosquito da dengue. Eu gostaria que o Ministério da Saúde entrasse em contato com a Embrapa. Também o Iapar, do Paraná, tem essa tecnologia. Se o medo é o inseticida, que pode intoxicar, há produtos biológicos que podem ser aplicados por meio de aviões, inclusive larvicidas, para resolver essa questão. Não se trata daquele larvícida que aplicaram e que a imprensa divulgou. Esse é um bioin-

seticida, é biológico, e não vai fazer mal. Inclusive pode ser aplicado dentro das caixas d'água, pode-se beber essa água, sem provocar qualquer intoxicação. A Embrapa já tem essa tecnologia. Gostaria que o pessoal da Embrapa viesse participar da próxima audiência pública para continuarmos essa discussão.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Certamente, Deputado Colatto, faremos esse acréscimo. Sr. Presidente, para encerrar o meu ciclo de perguntas ...

A SR^a LUCIMAR NASCIMENTO – Deputado, um pequeno complemento.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Perfeitamente, prefeita.

A SR^a LUCIMAR NASCIMENTO – A gente fica fazendo esse exercício do debate aqui e faz a comparação com o trabalho nosso lá no Município, principalmente eu que sou gestora, prefeita. Eu acho que há três questões fundamentais e alguém já comentou isso aqui. Primeiro, a importância do saneamento básico. Aquilo que colocamos no início, ou seja, a urbanização do País, esse processo do êxodo rural foi muito violento. As nossas cidades não estavam preparadas para receber tanta gente de uma vez só. Então, a questão do saneamento é fundamental.

Outra questão é a educação. Eu sou da área da educação, sou professora, e a experiência que nós estamos tendo nessa questão do combate ao Aedes em minha região – eu represento 22 Municípios na região do Entorno de Brasília – é que quando envolvemos a educação de forma mais efetiva no trabalho, tivemos um resultado muito maior e muito mais rápido, que foi o trabalho de conscientização, trabalhando em educação ambiental com a Secretaria de Meio Ambiente, a educação com a Secretaria de Educação, junto com a Secretaria de Infraestrutura, junto com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, com os nossos agentes. Então, acho que deve haver um trabalho de integração, mas pensando a educação, a conscientização da nossa população. Isso porque os hábitos ainda são muito errados. Os nossos hábitos do dia a dia são muito errados ainda. Vemos que hoje 70% dos focos estão dentro dos quintais. Então, a educação é fundamental.

Há também essa questão dos agentes. Eu acho que é muito rico esse debate da função do nosso agente. Ontem, o meu penúltimo compromisso na prefeitura foi uma reunião com agentes, em que debatemos isto, ou seja, por que não unificar mais o trabalho do comunitário com combate a endemias. Debateu isso ontem e toda essa dificuldade que há da integração. Eu acho que tem que haver um trabalho de integração em todos os níveis – municipal, estadual e federal. Enfim, eu acho que isso é fundamental.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Prefeita. Esse é exatamente o motivo da minha próxima pergunta.

Obrigado, Deputado Colatto. Eu agradeço se V. Ex^a puder na próxima audiência estar presente. Eu reitero nosso convite, mas também evidenciar o máximo possível essas soluções biológicas e menos agressivas para o combate ao mosquito. É muito importante que a gente consiga, neste momento, adicioná-las.

Obrigado.

Sr. Luís Cláudio, eu finalizo aqui minhas perguntas solicitando um esclarecimento do senhor. Durante a sua fala, me pareceu um pouco confuso o que o senhor falou em relação ao conflito das ações e das funções dos agentes. Entretanto, a sua federação representa exatamente ambos os tipos de agentes.

Então, eu queria só que esclarecesse um pouco mais essa função ou, talvez, o que o senhor quer dizer com esse conflito, sendo que a sua própria federação já representa ambos os agentes. E também, aproveitando da fala do Deputado Mandetta, que infelizmente já saiu, que sugeriu que haja a unificação das funções de forma nacional.

Por favor.

O SR. LUÍS CLAUDIO CELESTINO DE SOUZA – O.k. Boa pergunta, nobre Relator.

Na verdade, nós da Fenasce somos contra essa questão de colocar o agente comunitário de saúde para fazer o trabalho do agente de combate às endemias, por entender que não é atribuição do agente comunitário de saúde. Veja, então, a situação: a demanda aumenta.

Foi dito em Fortaleza que tantos os agentes de endemias como os soldados do Exército estavam no combate de forma bem ativa. Mas existe um grande diferencial nisso. Já é atribuição do agente de combate às endemias, ele faz isso no dia a dia. Os soldados do Exército, Presidente, saíram do quartel e vieram ajudar os agentes no combate ao vetor. O agente comunitário de saúde, Relator, continua fazendo as suas funções, suas visitas domiciliares e mais a dengue. Fora isso ainda tem o Bolsa Família, fora isso ainda tem agora a questão de vinculação das fichas no sistema, no e-SUS. Então, sobrecarrega o agente comunitário de saúde.

Nós estamos defendendo essa situação e é exatamente isso que está dando um conflito na base. Em Fortaleza, por exemplo, está havendo ameaças aos agentes. Ou você faz as visitas domiciliares junto, seguidas da dengue, ou você vai sofrer processo administrativo, porque quem está mandando fazer isso é o Ministério da Saúde.

Então, assim, fica esse jogo, Relator, de alguns Municípios – não sei se é o caso dos Municípios que são assistidos pela Drª Lucimar – tudo jogarem a culpa no Ministério da Saúde. É exatamente aí esse conflito que está sobrecarregando o agente comunitário de saúde e sem falar que não existe a devida valorização para o ACS e nem para o ACE.

Por isso que a nossa preocupação, em relação à MP nº 712, é que sejam ouvidos, como está sendo hoje aqui, os representantes dos trabalhadores, porque nós que estamos lá na ponta com eles, sabemos perfeitamente o que de fato está acontecendo com o agente de saúde e com o agente de combate às endemias. O conflito que eu estou falando é exatamente nessa questão.

A questão, Relator, de representação é uma coisa que a gente faz com tranquilidade, porque a nossa direção tem tanto agente comunitário de saúde como agente de combate às endemias. E, obviamente, a gente tem domínio e tem conhecimento tanto do agente comunitário de saúde como do agente de combate às endemias, ao ponto de chegar aqui e colocar esse conflito que está acontecendo na base.

Em vez de a coisa melhorar e haver um trabalho intenso, não vai ter, porque está tendo conflito, está tendo sobrecarregamento em cima de um, que é o agente comunitário de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Nesse caso, o senhor afirma ser contra a unificação de fato?

O SR. LUÍS CLAUDIO CELESTINO DE SOUZA – O Deputado, nobre Relator, falou dessa questão de formar o agente comunitário de saúde e ser também agente de combate às endemias, entendeu?

A SRª ELANE ALVES – Você me permite um aparte?

O SR. LUÍS CLAUDIO CELESTINO DE SOUZA – Pois não.

A SRª ELANE ALVES – O senhor me permite, Relator, na fala dele?

É importante destacar, quando o senhor questiona o agente comunitário de saúde e o agente de endemia, muitas vezes, nós incorremos no erro de entender que o agente de endemia é só aquele que cuida de dengue, do mosquito. Ele é muito mais amplo do que isso. Ele é um profissional que abrange todo o controle de endemias. Aí eu me refiro à raiva, à esquistossomose, ao barbeiro, à chagas. Então, é um profissional que não trabalha exclusivamente com a dengue.

A questão da necessidade de se haver a construção da valorização do trabalhador e do profissional Agente Comunitário de Saúde é porque ele também tem toda uma amplitude de atuação que vai além da questão do controle; ele vai na questão da educação. Quando a nossa prefeita se refere a investir na educação, quem necessariamente tem este papel de fazer, na linguagem popular, de levar o SUS para a casa da pessoa, de ver a realidade daquela pessoa, até que ponto ela consegue absorver aquela necessidade, é o agente comunitário de saúde. É ele que vai fazer o convencimento da nutrição que é necessária para se evitar a pressão arterial descontrolada, a questão do diabetes. Esse é o papel do agente comunitário de saúde, que faz a educação em saúde. E aí vem toda a atenção básica.

Quando se fala “o agente combate às endemias”, o art. 4º da Lei nº 11.350, é muito claro: ele é especificamente para fazer o combate e o controle a essas endemias e epidemias. Por isso que, com o devido respeito, acredito que quando o Deputado Mandetta coloca nessa condição de fazer o técnico em saúde comunitária, nós já temos aprovado, pelo Conselho Nacional de Educação, o curso técnico de agente comunitário de saúde, que talvez abranja toda essa expectativa que ele coloca, sem descaracterizar o agente de combate às endemias, sem mensurar a falta da necessidade ou desse profissional fazendo o trabalho de controle das epidemias e endemias em nossos municípios.

Era só isso.

O SR. LUÍS CLAUDIO CELESTINO DE SOUZA – Inclusive, Deputado Relator, existe a questão da própria lei que reza as atribuições tanto do agente de saúde como do agente de combate às endemias. E há uma grande diferença, porque o agente comunitário de saúde trabalha com as pessoas, com as famílias, visita as pessoas, e o agente de combate às endemias visita os imóveis. E nessa visita aos imóveis, obviamente, ele dá uma educação sanitária para aquelas pessoas. Mas são situações muito diferentes.

Por isso que nós, neste momento, não concordamos, não dá para concordar com isso. E acontece o que está acontecendo não só em Fortaleza como em outros municípios do País, ou seja, um conflito enorme de agente de saúde contra agente de combate às endemias, simplesmente porque o gestor está usando o ACS para fazer função que não é dele e que nós classificamos como desvio de função.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Luiz Cláudio, Srª Elaine pelas respostas.

Sr. Presidente, eu finalizo aqui a minha fala com uma contribuição que acabo de receber do Presidente da Comissão Externa da Zika, que é o Deputado Osmar Terra. Ele traz aqui uma sugestão de emenda para o nosso relatório, para a finalização do projeto, que trata da disponibilização de recursos através de fundo – Pro-

non e Pronas/PCD, através da doação ao Imposto de Renda, pois hoje é limitado a 4% do imposto apurado pelas pessoas jurídicas e pessoas físicas, como fonte de financiamento para ações de combate à disseminação do mosquito.

É apenas para esclarecimento. Recebi hoje essa proposta, essa sugestão de emenda. Iremos estudar a devida viabilidade legal e constitucional da sugestão do Deputado Osmar, mas, possivelmente, acataremos essa emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Obrigado, Relator.

Passo a palavra para Elane Alves, que quer fazer um contraponto em relação ao que foi afirmado pelo nosso convidado Giovanini Coelho.

A SR^a ELANE ALVES – Obrigada, Presidente. Eu não poderia deixar de fazer esse registro. Primeiro, quero dizer que eu fico feliz que a nossa fala não esteja confrontada com a sua. Quer dizer, nós concordamos que agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias não devem, não é a sua atribuição catar lixo na residência das pessoas. Essa é a fala da categoria, e, pelo que eu entendi, é a fala do Ministério da Saúde.

Contudo, o senhor me colocou: “olha, desconheço um documento que venha, nem tacitamente, sugerir essa situação”, e lhe digo que se não é do seu conhecimento, mas existe uma situação de distorção da interpretação da Portaria nº 2121, de 18 de dezembro de 2015, quando ela altera as atribuições do agente comunitário de saúde na Portaria nº 2488, que é a Política Nacional da Atenção Básica. Ela inclui, o inciso IX, entre as atribuições do agente comunitário de saúde o seguinte texto: “Ocorrendo situação de surtos e epidemias, executar em conjunto com o agente de endemias ações de controle de doenças, utilizando as medidas de controle adequadas, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores, de acordo com decisão da gestão municipal.”

Está aqui o grande óbice da nossa discussão. Quando ele coloca “manejo ambiental”, os gestores municipais, e aqui a portaria permite essa interpretação a ele, dizer que o manejo se refere a retirar resíduos dos quintais as pessoas. Isso tem reiterado nas secretarias estaduais, inclusive como nota técnica para os Municípios, orientando os Municípios a determinarem aos seus agentes de saúde que peguem um saco de lixo e vão fazer a retirada, entendendo que manejo ambiental é exatamente isso.

Então, quando expusemos essa situação, informamos ao Ministério da Saúde que nós estamos tendo uma interpretação distorcida dessa fala e que carece o Ministério de Saúde, de forma urgente, fazer uma apuração dessa situação, se for o caso, uma nota técnica, contrapondo essa discussão e estabelecendo de forma mais clara possível, para que os gestores não sejam levados ao erro, induzindo uma política errada à população de que o agente de saúde tem que catar o lixo no quintal dele, fazendo um desfavor a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Vamos à réplica e a tréplica agora.

Rapidamente, com o Giovanini. Esse é um debate importante, eu vou falar um pouco sobre ele, mas eu considero que o agente de endemias trabalha muito na questão da vigilância ambiental biológica, e, muitas vezes, dá má interpretação essa expressão “manejo biológico”. Acho importante o Giovanini dar a sua interpretação sobre isso.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Acho que V. Ex^a falou tudo: há distorção da portaria. O manejo ambiental não é coletar lixo.

Agora, se há uma distorção, essa distorção precisa ser esclarecida. O manejo ambiental é tudo que se quer, tudo que se propaga do agente, como usar a menor quantidade possível de inseticida, orientar a população, incentivar a população a cobrir a caixa d’água, etc. Mas, se há uma distorção, e eu espero que isso seja uma coisa localizada e não uma coisa disseminada. Se for uma coisa disseminada, acho que cabe um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Bom, eu acho que fica claro que não é isso que a gente defendeu.

Nobre Relator, Deputado Newton Cardoso, infelizmente nós chegamos agora, mas estivemos lá com o Ministro Marcelo Castro, inclusive com a nossa bancada importante da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, convidando o Ministro para o nosso congresso, que vai ser em Fortaleza, de 11 a 14 de abril.

Eu queria dizer da importância deste tema e a importância deste debate que ocorreu hoje aqui, desta audiência pública. Para mim, Sr. Relator, fica claro que nós estamos vivendo um momento de transição sobre a questão de processo de trabalho dos agentes de endemias e dos agentes de saúde.

Eu acompanhei o nascimento dos agentes de saúde, ainda na década de 80, quando basicamente trabalhávamos com diarreia, hidratação oral, vacina e pré-natal. Depois, a mortalidade reduziu-se muito, isso é uma conquista nossa, do SUS. Depois as nossas gestantes, as nossas grávidas assumiram o compromisso de fazer o seu pré-natal – e a cobertura do Programa Saúde da Família propiciou isso – e a vacinação. Hoje, o Brasil tem

um dos melhores programas da vacinação do mundo. E, então, se incorporaram novas questões – hipertensão, diabetes, idosos, internamento domiciliar.

Esta semana mesmo nós estamos fazendo um trabalho importante da Frente Parlamentar da Primeira Infância sobre a questão de o agente de saúde acompanhar o trabalho a partir da mãe da criança, da primeira infância. Ou seja, tudo que envolve o desenvolvimento, o afeto, o carinho, a estimulação da criança. Isso envolve um processo de trabalho dos agentes de saúde.

Por outro lado, é importante que a gente entenda que o agente de endemias trabalha numa perspectiva da vigilância ambiental. O SUS, Sr. Relator, trabalha 24 horas, 365 dias à disposição de todos os brasileiros, desde a água que a gente consome ao ar que a gente respira. Do ar que a gente respira o SUS faz a vigilância ambiental não biológica – a terra, a água, o ar –, faz a vigilância ambiental biológica e parte do trabalho dos agentes de endemias se insere nesse contexto da vigilância ambiental biológica. E aí, por isso que nessa perspectiva o Aedes entra, a grande ação que vai desde a questão da caixa d'água. Por isso que a portaria fala de manejo ambiental, porque é vigilância ambiental. Em algumas cidades, tivemos que, a partir da lei do piso, unificar inclusive a nomenclatura. Por exemplo, na cidade de Recife, os agentes de endemias eram chamados de agentes de vigilância ambiental; no Rio de Janeiro, são os famosos cata-mosquitos, e, em outros, o agente da Sucam. Agora, pela primeira vez, nós estamos unificando o piso. Ajudou isso, acho que o Cláudio tem sido protagonista nesse processo.

A Federação tem tido esse papel importante nessa articulação, nessa unificação da nomenclatura. Sem dúvida nenhuma, eu acho que o grande desafio agora – a própria medida provisória já está contribuindo para esse debate – é evoluirmos para uma gestão participativa de articulação de unificação das nomenclaturas e alinharmos União, Estados e Municípios quanto ao processo de trabalho dos agentes saúde, evitando más interpretações da portaria sobre o processo de trabalho dos agentes de endemias, e aí, sem dúvida nenhuma, essa portaria empoderando o processo de visita domiciliar para as pessoas que não querem entender que compete ao Estado o poder de vigilância sanitária em se tratando de situações de emergência sanitária, como é o caso da zika agora.

Então, eu acho que isso encerra. Pelo que entendi, nós avançamos muito bem nesta audiência pública.

Realmente, queremos partir para encerrar os trabalhos.

Agradeço a presença do Giovanini e o parabenizo por fazer parte do patrimônio do sanitarista brasileiro. Quantos anos dedicados à dengue?

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO (Fora do microfone.) – Treze.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Treze anos dedicados à dengue, enfrentando e dando a sua contribuição.

À Lucimar, nossa Prefeita de Valparaíso, parabéns! Por intermédio dela, agradeço à Frente Nacional de Prefeitos. Nossa Fernando esteve aqui, nosso Secretário de Saúde de Bauru; o Jurandi Frutuoso esteve aqui também, representando o Conass; a Amanda Borges de Oliveira, responsável pela área de saúde da CNM, da Confederação Nacional de Municípios; Elane é essa guerreira, assessora jurídica da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, e o Luiz Cláudio Celestino, meu conterrâneo, amigo e Diretor-Executivo da Federação Nacional de Agentes de Endemias.

Antes de encerrarmos os trabalhos, propomos a aprovação das atas da 3^a e da 4^a Reuniões.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Convoco a próxima reunião para dia 30 de março, às 14h.

Obrigado.

Tenham todos um bom final de tarde.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.)

ATA DA 5^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, DE 2016, PUBLICADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2016, QUE “DISPÔE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUANDO VERIFICADA SITUAÇÃO DE IMINENTE PERIGO À SAÚDE PÚBLICA PELA PRESENÇA DO MOSQUITO TRANSMISSOR DO VÍRUS DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS.”, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e trinta e oito minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 712, de 2016, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, José Pimentel, Waldemir Moka, Simone Tebet, Benedito de Lira e Wellington Fagundes; e dos Deputados Conceição Sampaio, Newton Cardoso Junior, Raimundo Gomes de Matos, Carmen Zanotto, Mandetta, Odorico Monteiro, Clarissa Garotinho, Jorge Solla e Eduardo Barbosa. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Marco Antônio Moreira - Diretor de Assuntos Governamentais do Instituto Butantan; Valcler Rangel Fernandes - Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz; Consuelo Silva de Oliveira - Médica Pesquisadora em Saúde Pública do Instituto Evandro Chagas; Lucia Bricks - Diretora Médica do Sanofi Pasteur para a América Latina; Gustavo Janaudis - Diretor do Euroimmun Brasil e representante do LABclim; Nelson Antônio Paim - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINAG; Leandro Moreira Garcia -Diretor de Tecnologia da Planear Sistemas; Glen Slade - Diretor da Oxitec Brasil; Giovanini Evelim Coelho - Coordenador-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde; Thiago de Mello Moraes – Coordenador Substituto de Biotecnologia e Saúde do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Zilda Maria Faria Veloso – Diretora do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e Doriane Patrícia Ferraz de Souza - Assessora do Gabinete do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Às catorze horas e cinquenta e nove minutos o Deputado Odorico Monteiro assume a Presidência. Às quinze horas e vinte e um minutos o Deputado Newton Cardoso Jr assume a Presidência. Às quinze horas e trinta e seis minutos o Deputado Odorico Monteiro reassume a Presidência. A Presidência passa a palavra ao Relator, Deputado Newton Cardoso Jr, que faz perguntas aos expositores. Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos o Deputado Newton Cardoso Jr assume a Presidência. Faz uso da palavra o Parlamentar Deputado Mandetta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Bauer, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador PAULO BAUER

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco/PDT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5^a Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 712, de 2016. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/ecidadania ou pelo número 0800 612211.

Nós temos hoje convidados doze participantes para esta reunião. Por ser um número muito grande, nós vamos dividir, já de comum acordo com o Deputado Odorico Monteiro, nosso Vice-Presidente, e também com o nosso Relator, Deputado Newton Cardoso, em três grupos de apresentação para esta Comissão. O Deputado Newton Cardoso se encontra neste momento em audiência atendendo a um grupo de pessoas que desejava apresentar uma sugestão e em seguida fará parte da mesa.

O primeiro grupo que nós vamos convidar para fazer parte da Mesa são o Sr. Marco Antônio Moreira, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Butantan; por favor, tome assento; Valcler Rangel Fernandes, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

Outro convidado: Consuelo Silva de Oliveira, Médica Pesquisadora em Saúde Pública do Instituto Evandro Chagas. Encontra-se presente? Por favor, sente-se à mesa.

Convidamos a Srª Lucia Bricks, Diretora Médica do Sanofi Pasteur para a América Latina. Convidamos para integrar a Mesa.

E convidamos Gustavo Janaudis, Diretor do Euroimmun Brasil e representante da LABCLIM. Encontra-se presente?

De acordo com o art. 94 §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por até dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Faço aqui uma observação: a palavra é dada por dez minutos. Há uma campainha que soa quando alcançados nove minutos. Daí restará um minuto. Se precisar, a Mesa dará uma tolerância por mais um ou até dois minutos além do tempo regulamentar.

Nós teremos que ser muito rígidos no horário porque são 12 convidados, é muita gente, e não há como estender esta reunião até um horário muito longo, porque temos, a partir das 16 horas, a Ordem do Dia, tanto no Senado quanto na Câmara, e os Senadores e os Deputados precisam comparecer à sessão para as votações.

Estabelecidas essas regras, quero também aqui dizer, tanto ao Vice-Presidente como ao Relator, que essas interpelações de Parlamentares serão feitas depois da apresentação do último convidado. Então, quando esta Mesa se desfizer, e eu já tive notícia de que um dos expositores pede para se ausentar por motivo de viagem, infelizmente se algum Parlamentar formalizar alguma questão endereçada a quem se ausentou, ficará sem resposta, e encaminharemos a questão ou a pergunta para aquele que se ausentou, a fim de que responda diretamente ao Parlamentar por escrito, nos próximos dias.

De acordo com a ordem de chamada que fizemos, o primeiro a quem concedo a palavra é ao Dr. Marco Antônio Moreira, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Butantan.

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite para participar desta Mesa em nome do Prof. Kalil, que não pôde estar presente. Ele iria fazer esta apresentação. Eu acabei não trazendo uma apresentação formal.

Eu queria relatar a nossa vivência em relação a esse processo de dengue e zika no Brasil e mostrar um pouco do que o Butantan tem feito.

Nós temos trabalhado, em relação à vacina contra dengue, no desenvolvimento de uma nova vacina, e estamos entrando agora com um projeto de fase 3 do ensaio clínico dessa vacina contra dengue. É uma vacina que foi muito bem-sucedida nos ensaios clínicos de fase 2. Apresentou um resultado superpositivo, indicando uma proteção acima de 85% para as quatro cepas da vacina. E a gente está trabalhando com uma vacina que provavelmente vai ser indicada para uma dose única para a população.

Esse projeto foi submetido ao Ministério da Saúde e nós conseguimos uma programação de recursos de R\$300 milhões, sendo R\$100 milhões vindos do Ministério da Saúde, R\$100 milhões vindos do Ministério da Ciência e Tecnologia e R\$100 milhões do BNDES, para fazer a conclusão do ensaio clínico e colocar essa vacina no mercado.

Na questão do zika vírus, estamos trabalhando em três frentes: desenvolvimento de uma vacina contra o zika vírus, o desenvolvimento de um soro hiperimune e o desenvolvimento de monoclonais.

Esse é um projeto feito junto com o pessoal da USP e também estamos com um convênio, um contrato com o Ministério, para o desenvolvimento disso, no valor de R\$8,5 milhões.

Aqui eu queria fazer a constatação de que esta Comissão pode dar um alento para nós na parte de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Nós estamos querendo fazer as coisas funcionarem e andarem. Nós conseguimos fazer um contrato, como eu disse agora, com o Ministério da Saúde. Isso tem aproximadamente 40 dias. Foram publicados os dois contratos, foi feito em um tempo exíguo. Eu nunca vi um contrato ser feito num tempo tão curto dentro do Ministério da Saúde, o que denotou a prioridade dada pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, assim como pelo Ministro da Saúde, a esse processo. Porém, até hoje, devido à burocracia, não tivemos os recursos liberados ainda para a execução. Isso, para nós, é um atraso tanto no processo de desenvolvimento quanto no processo de ter o produto finalizado e disponível para a população brasileira.

Então, pedimos para que consigamos trabalhar um pouco desamarrando esses processos e antecipando, criando mecanismos que agilizem o processo. Que possamos ter, por exemplo, importação de reagentes liberada, que possamos ter o recurso na mão na hora em que ele é necessário, que a pesquisa possa ser desenvolvida, para que o Brasil seja o precursor do desenvolvimento também nesse caso.

Basicamente é isso que eu tinha para falar e deixo para as perguntas ao final, se alguém tiver alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Agradecemos sua exposição, Dr. Marco Antônio.

Passamos a palavra ao Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Dr. Valcler Rangel Fernandes.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Obrigado, Senador. Boa tarde a todos e todas.

Eu quero, primeiro, agradecer o convite da Comissão, em nome do Deputado Odorico, Deputado Newton Cardoso, Senador Paulo Bauer, colegas de Mesa.

Eu vou fazer uma breve apresentação. Na verdade, a intenção é mais deixar registrado aqui – um pouco também na mesma linha que meu colega Marco colocou – o que a Fiocruz tem pensado em relação a essa questão. E, já que nós estamos analisando a medida provisória, que está em tela aqui, com uma série de emendas, inclusive, que estão colocadas, a ideia é que eu possa me concentrar aqui principalmente naquilo que se refere ao controle de vetores, que é o centro da questão dessa medida. Então, eu tenho um conjunto de eslaides aqui, mas vou passar o mais rápido possível, para que possamos aproveitar bem o tempo.

O que nós fizemos? Nós trabalhamos esse enfrentamento dessa emergência sanitária com a criação de um gabinete e de um plano – isso ainda em 2015. Nós traçamos um plano com diversas dimensões, na dimensão da atenção à saúde, da vigilância, do desenvolvimento tecnológico de laboratório de referência, no ensino e naquilo que nós consideramos fundamental para esse enfrentamento: a mobilização social.

A Fiocruz – não sei se todos sabem – é uma instituição que tem cerca de 12 mil colaboradores, entre servidores públicos estatutários, cerca de quase 6 mil servidores públicos estatutários, inclusive o nosso Vice-Presidente do Sindicado está aqui, e outros tantos colaboradores em diversas áreas: área de ensino, área de pesquisa básica, área de pós-graduação. Por isso essa dimensão desse plano. E o Odorico me lembra muito bem aqui: vários Estados, 11 Estados, inclusive no Ceará. Nós temos lá uma unidade em processo de finalização de instalação de uma estrutura fabril, lá. E trabalhamos também a ideia de alguns eixos transversais, com pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a questão da comunicação e informação.

Dito isso, vamos adiante para ganhar tempo.

Pode passar, por favor.

O que nós temos que olhar? Quando olhamos para a questão do controle vatorial – e esse é um exemplo, isso é uma foto da Rocinha –, nós temos que perguntar como atuamos em realidades complexas. Essa complexidade...

Obviamente, isso não é a representação do Brasil, mas é uma das representações da complexidade que é fazer controle vatorial num País que tem territórios urbanos com essa diversidade, que tem situações onde o vetor específico, o *Aedes aegypti*, se habilitou, com a sua capacidade de adaptabilidade, se ambientou muito bem com um mosquito, um vetor domiciliado – o Giovanini depois pode falar bem melhor sobre isso –. Então, a ideia é a de que nós podemos atuar em realidades complexas, sabendo que temos que atuar em diversas frentes.

Vamos adiante.

Então, as estratégias que nós definimos passam por novas abordagens para vigilância, passam por uma questão que é a do manejo integrado dos vetores... Ou seja, não há “bala mágica” para enfrentar, para controlar esse vetor. Não existe uma solução única. É preciso que se trabalhe dessa forma. É preciso que nós incorporemos essa questão numa agenda de saúde urbana, do nosso ponto de vista. É preciso também que haja um fortalecimento do papel da entomologia na história. Nós propomos, inclusive, a formação de uma rede nacional de entomologia, resgatando o papel das estruturas de entomologia, dos estudos de entomologia que precisam ser feitos, e de estruturas que possam trabalhar a ideia de previsão, que possam se antecipar, até porque nós estamos vivendo hoje uma tríplice epidemia: dengue, zika e chikungunya, mas existem outras doenças que podem ser transmitidas por esses mesmos vetores.

Então, a ideia de trabalharmos o controle significa também conseguirmos ter ciência e pesquisa voltadas para conseguir fazer com que nós tenhamos a previsão, inclusive, dos surtos.

Vamos adiante.

Do mesmo modo, precisamos desenvolver tecnologia de informação, trabalhar com os cenários socioambientais... Nós temos que lembrar que nós estamos passando por uma situação que tem a ver com mudança climática, tem a ver com saneamento básico, tem a ver com recolhimento de lixo – apesar de esse mosquito ser domiciliado –, tem a ver com educação, tem a ver com assistência à saúde... Ou seja, é uma situação complexa. E precisamos também trabalhar com observatórios, do nosso ponto de vista. Nós temos feito esse modo de operar. É bastante importante.

Vamos adiante – já estou aqui na metade –, por favor.

Então, para cair na questão do controle de vetores, especificamente. Nós podemos ter diversos métodos. Nós achamos que temos que atuar com todos esses métodos, sejam eles os mecânicos, com as armadilhas, os químicos, os biológicos... E temos predileção, preferência por alguns. Preferência técnica. Preferência baseada em evidências.

Vamos adiante.

E achamos que algumas alternativas devem ser colocadas, sempre lembrando que nós não estamos apresentando essas alternativas como balas mágicas, como soluções mágicas que vão de repente acabar com o mosquito ou que vão conseguir fazer esse controle.

Vou apresentar aqui três projetos, muito rapidamente, que são o projeto de unidades disseminadoras de larvicidas, que tem se desenvolvido pelo nosso instituto do Amazonas; o projeto Wolbachia, que é uma parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates, do Projeto Eliminar a Dengue; e o inseticida biológico à base de microorganismos Dengue Tech. São três alternativas que devem se associar a qualquer estratégia que se tenha de fazer entrada nas casas, que é o tema da medida provisória, da entrada forçada nas casas, já que há casas que nós não conseguimos visitar, mas também para conseguir fazer com que nós tenhamos a população entendendo o que é o uso dessas tecnologias.

Então, a primeira delas, por favor. Pode ir passando, por favor.

A primeira delas, a unidade de dispersão de larvicidas, que é uma ideia muito simples, na verdade pegando a ideia de uma polinização... Você faz uma impregnação – ali, à esquerda – em um vasinho, com um larvícola, o Pyriproxyfen, que é o que nós estamos usando atualmente. Esse mosquito, ao pousar naquele baldinho impregnado com Pyriproxyfen, leva nas suas patas o Pyriproxyfen para um outro criadouro. Isso faz com que esses criadouros inviabilizem a formação de novas larvas e, portanto, de novas formas aladas.

Pode passar.

Vocês podem ver que é um processo muito simples, realizado daquele modo ali, como nós estamos vendendo, com pinzelamento. Esse processo foi experimentado no Amazonas, com grande sucesso, inclusive reconhecido na oficina que o Giovanini vai relatar aqui, com especialistas do mundo inteiro, como uma tecnologia a ser imediatamente incorporada nessa história. Ou seja, ao irmos às casas, eu acho que nós temos que deixar alternativas de controle para as pessoas. Então, essa é uma das alternativas.

A outra – pode passar, por favor – é a do projeto Wolbachia, que é um pouquinho mais complexo. A ideia dessa abordagem é inovadora: você pega uma bactéria que já existe naturalmente nos insetos, faz com que ela seja injetada nos mosquitos e ela passa de geração em geração.

Nós não estamos falando aqui de algum tipo de modificação genética. Então, ela passa para as outras gerações. E já está mais do que comprovado que essa bactéria, ao estar presente nesses vetores, nesses mosquitos Aedes aegypti, o mosquito fica inabilitado de transmitir a dengue. E já sabemos também que há bons resultados em relação a chikungunya e zika. Então, essa é a outra ideia.

A próxima.

Esse é só um desenho. Na internet, vocês encontram uma série de filmes que explicam muito bem o que é essa estratégia. Ela está experimentada em Niterói e no Rio de Janeiro, em um bairro da Ilha do Governador, também com resultados bastante promissores. E pensamos em trabalhá-la de tal modo que possa haver uma escala maior.

O último, por favor.

É o produto Dengue Tech É um produto desenvolvido em parceria de desenvolvimento produtivo com Farmanguinhos, que é uma unidade produtiva nossa, de produção de medicamentos, com a BR3, uma empresa que está incubada na USP...

(Soa a campainha.)

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Já estou terminando. Ela desenvolveu esse biolarvicida, que é um inseticida biológico. Aí vem uma concepção nossa de que todo o processo de combate ao mosquito utilizando intensivamente produtos químicos é também razão, de alguma forma, de estarmos na situação hoje de muita resistência a inseticidas. Então, o uso de inseticidas tem de ser muito parcimonioso. Isso foi discutido inclusive com o pessoal da Embrapa, com o pessoal de várias entidades e instituições que trabalham muito essa questão.

Então, há a ideia de uso de biolarvicida – pode passar, por favor – também para esses mosquitos vetores. Na prática, ele pode ser usado em todas essas situações. E já temos os resultados dessas evidências: de eficácia, por mais de sessenta dias, de uma sustentabilidade sem histórico de resistência a vetores, uma segurança – estamos em finalização; já temos segurança disso, mas é preciso documentar melhor – para o uso em água potável. A praticidade, porque existem diversas formas de uso, como os tabletes, os potes, e tal que podem ser usados, e a aplicabilidade que tolera diversas variações de temperatura.

Pode ir passando.

Por fim, nós consideramos que o fundamental disso tudo é mobilizar a população. Trabalhando ações no território, nós estamos resgatando – inclusive é o que todos lembram aqui – a Ação da Cidadania. Nós estamos trabalhando muito com as organizações não governamentais que se vincularam muito ao Natal da Fome e ao enfrentamento de várias questões que temos como símbolo o Betinho. Nós estamos reunindo esse povo todo

para trabalhar essa mobilização, além disso usando diversas estratégias com seminários e com o próprio Fundo das Nações Unidas para as Populações, no sentido de mobilizar principalmente as populações mais atingidas, fazendo parcerias tanto nacionais quanto internacionais.

Vamos adiante, já terminando.

É basicamente isso. Pode passar o último.

Aí fica o meu contato. Quero agradecer muito a vocês. Espero que possamos, desse modo, contribuir com o aprimoramento dessa medida provisória, de tal modo que sejam inseridas questões que nós estamos colocando como fundamentais para o enfrentamento dessa epidemia.

Fico à disposição para tirar dúvidas de vocês, como mais tarde também, em qualquer momento, estamos à disposição, na Fiocruz, para conversar com todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Muito obrigado, Dr. Valcler.

Passamos a palavra à Médica Pesquisadora em Saúde Pública do Instituto Evandro Chagas, Drª. Consuelo Silva de Oliveira.

E passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Odorico Monteiro, uma vez que vou ao plenário do Senado para fazer um pronunciamento. Em seguida, retorno aqui para a continuidade dos trabalhos.

Por favor, Deputado.

A SRª CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Quero agradecer, em nome do Dr. Pedro Vasconcelos, o convite honroso para participar desta audiência.

Ele, infelizmente, está em Washington, com voo previsto só para amanhã. Então, para não ficar sem uma representatividade da nossa instituição, eu estou aqui representando o Instituto Evandro Chagas, que este ano comemora os 80 anos de instituição e é uma instituição localizada em Belém do Pará, ligada à Secretaria de Vigilância em Saúde e uma das suas *expertises* é exatamente o estudo, a investigação das arboviroses.

Particularmente, nesse aspecto, nós viemos trabalhando durante esse período todo em investigação de laboratório, onde se concentra realmente a nossa maior *expertise*. Atualmente recebemos a visita do CDC, validando a técnica de sorologia para zika, esse vírus emergente, e estamos aprimorando muito essa nova ferramenta, que vem para somar no enfrentamento desse vírus emergente.

Estamos também, de uma certa forma, estreando o estudo com vacinas, que até então nós vínhamos desenvolvendo um estudo epidemiológico e clínico e, a partir desse vírus emergente, o zika, vamos também contribuir na construção da vacina. Nós estamos em contato bem amiudados com o grupo do Texas, com Belém, a Evandro Chagas, fazendo a fase ligada ao envolvimento com primatas não humanos. Então, nós esperamos até daqui a um ano, um ano e meio, termos a vacina, se não construída, mas, pelo menos, bem avançada, já se preparando para iniciar, junto com o Texas, o estudo tanto em primatas não humanos como em humanos, em fases posteriores.

Temos também estudos na área da entomologia, em que fazemos muita parceria em nível do Estado do Pará, com a nossa Secretaria de Saúde, assim como com o Ministério, fazendo parte de capacitações. Não chegamos no nível de estudos que o colega da Fiocruz apresentou, e isso vem nos estimulando – viu, Dr. Valcler – para que possamos, dentro da realidade da Região Norte, também estar próximos das comunidades e aí promover... A Fiocruz também vem dando demonstrações de grande fortalecimento desses estudos envolvendo a comunidade.

Então, eu trago aqui a fala de união, a fala de também corroborar com os estudos no enfrentamento desse cenário, que, para nós, é surpreendente. E agora, além dos arbovírus, chegando o H1N1, e realmente pedindo de todos nós esse tipo de comportamento, de enfrentamento de grupo, para que possamos avançar.

Então, eu concluo a minha fala desculpando-me pela ausência dos eslaides, porque o Dr. Pedro não vai conseguir chegar a tempo, mas dizendo que o Evandro Chagas está em linha de frente, e o vírus zika veio fortalecer muito a nossa *expertise* em arbovirologia. Neste momento, em nível de laboratório, estamos fazendo todas as técnicas previstas e, inclusive, colaborando muito em nível nacional, com capacitações, laboratórios centrais e, assim, ajudando-nos a descentralizar a questão do laboratório, que, muitas vezes, faz com que a própria instituição perca a sua característica primordial, que é de pesquisa clínica.

Então, eu saúdo a todos e estou à disposição, em um outro momento, para algum questionamento que se fizer necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Obrigado, Drª Consuelo.

Passo a palavra para a Professora Lucia Bricks, Diretora Médica da Sanofi Pasteur para a América Latina.

A SRª LUCIA BRICKS – Agradeço aos colegas aqui da Mesa, e agradeço o convite em nome da Sanofi Pasteur. Eu sou pediatra de formação.

Você pode, por favor, colocar a apresentação? Vou fazer uma apresentação rápida sobre a vacina da dengue. O nosso programa de desenvolvimento é um programa bastante amplo e bastante extenso, que já tem mais de vinte anos.

Mas antes eu queria começar. Pode passar o próximo, por favor.

Como eu fui professora, durante 25 anos, do Departamento de Pediatria da Universidade de São Paulo, já estou há quase dez anos... (*Fora do microfone.*)

...na Sanofi Pasteur, como Diretora, inicialmente médica, e agora na América Latina toda.

Pode passar o próximo, por favor.

A Sanofi Pasteur é uma empresa totalmente dedicada à produção de vacinas. Nós somos bastante inovadores e aqui estão listadas apenas algumas das vacinas, como poliomielite, vacina de meningite, vacina de dengue, várias. Nós temos 12 plantas em diferentes países do mundo, como os senhores podem ver aqui, mais de 14 mil funcionários, que trabalham não somente na produção, mas também no desenvolvimento e na pesquisa, e nós investimos mais de um milhão de Euros cada dia, na pesquisa e no desenvolvimento, sem falar na parte de epidemiologia e tudo mais.

O próximo, por favor.

Temos diversas parcerias, trabalhamos sempre de acordo com a orientação da Organização Mundial de Saúde, apoiamos diversos projetos que, inclusive, repercutem aqui no Brasil, como a campanha global para erradicação da pólio, programas de pertussis, de influenza.

Pode passar.

E a nossa história no Brasil também é bastante longa. Nós temos uma tradição de parceria aqui no Brasil que já tem mais de 40 anos. Começamos aqui na década de 1970, trazendo a primeira vacina de meningite para atender a uma necessidade de saúde pública no Brasil e conseguimos vacinar mais de cem milhões de pessoas.

Passamos essa tecnologia para a Fiocruz, que aprendeu a desenvolver a vacina de meningite e, aqui, uma segunda parceria com os nossos colegas do Instituto Butantan. Nós, antes de desenvolvêrmos a vacina, trabalhamos muito com a parte epidemiológica, mas, em 1999, fizemos uma parceria que permitiu a instalação da primeira fábrica de vacinas de influenza na América Latina, aqui no Brasil, com o Butantan.

Somos os principais produtores que suprem, exclusivamente, a vacina de raiva, também através da parceria com o Butantan, raiva humana, e para a Fiocruz, a vacina inativada de pólio; e tem muitos outros projetos que nós apoiamos. Só lembrando H1N1, que hoje é um problema emergente, está causando a maior dor de cabeça – não é só dengue que dá febre, mas o H1N1 lá em São Paulo.

Próximo, por favor.

A vacina de dengue. Pela primeira vez, nós temos uma vacina com eficácia comprovada contra os quatro sorotipos da dengue. Essa vacina consegue reduzir nove em cada dez casos graves, oito em cada hospitalização e evita dois em cada três casos de dengue. Ela foi amplamente estudada e a sua segurança foi comparável ao placebo, que para quem não sabe, é soro fisiológico. E já está registrada no México, Filipinas, no Brasil, no final do ano passado, e em El Salvador.

Próximo, por favor.

É importante a gente lembrar que, apesar da emergência, agora, do zika vírus, a dengue continua sendo um problema muito sério de saúde pública. Aqui são dados do Brasil. É o boletim do Ministério da Saúde. Vocês vejam que, no ano passado, nós tivemos mais de 1,6 milhão casos de dengue e quase 900 mortes confirmadas.

Eu queria lembrar que a dengue é uma doença cíclica e embora os quatro tipos circulem por aqui, em geral há predomínio de um tipo por vez. Então, para você demonstrar proteção, nós vamos ver que nós temos que fazer estudos grandes em locais em que circulam os quatro vírus.

Pode passar o próximo, por favor.

Para quem não está habituado com vacinas – e nós trabalhamos com isso já há muitas décadas, há quase quatro décadas que eu trabalho com vacinas – eu vou relembrar apenas alguns pontos. Primeiro, eu faço estudo pré-clínico, como a Dra Consuelo estava comentando. Eu vou para o laboratório, eu testo em animais de experimentação. Mas, depois, eu tenho que ir para a clínica estudar em humanos, e são necessárias três fases: fase 1, 2 e 3. A única vacina que completou as três fases neste momento é a vacina da Sanofi Pasteur.

Nessa fase inicial, chamada de fase 1, eu vejo se ela é capaz de produzir anticorpos, que seriam como soldados que vão para um combate. E aqui é que eu vou ver o quanto ela efetivamente protege contra os vírus selvagens. Às vezes, eu tenho umas forças armadas que não sabem lutar ou que não são eficientes, então, no caso da dengue, tem que completar a fase 3 para dizer que a vacina é eficaz. Esse é um conceito que eu gostaria de deixar bem claro. E vejam que o tempo médio é de dez anos.

Pode passar.

Esse foi o tempo que nós demoramos para produzir esta vacina, que hoje é registrada. Nós começamos a estudar vacina de dengue há 20 anos, com uma vacina que tinha como base o vírus da dengue, que não funcionou.

Outras vacinas também foram testadas e abandonadas, mas esse vírus é instável e passamos para uma nova tecnologia que vou explicar rapidamente.

Iniciamos estudos em humanos em 2004, terminamos em 2014, em 2015 publicamos, já temos 25 estudos publicados com os resultados – pode passar – que demonstraram a proteção efetiva e não uma promessa de proteção, que seria a imunogenicidade.

Apenas para que os senhores entendam como é feita a vacina, nós utilizamos como base o vírus da vacina de febre amarela, que é uma outra doença transmitida pelo Aedes, e essa é a parte que replica no organismo. Nós temos os quatro vírus de dengue, cada um é diferente e, por isso, nós temos que desenvolver individualmente quatro vacinas, e nós usamos o material replicativo do vírus da vacina de febre amarela e a casquinha externa de cada um dos vírus da dengue.

Então, eu produzo uma, duas, três, quatro vacinas e depois combino em uma só vacina – pode passar – que é vacina tetravalente.

Pode passar, rapidamente, mais um e mais um.

Aqui é só para os senhores terem noção de quantos estudos nós realizamos.

Foram mais de 40 mil participantes em estudos clínicos, ou seja, em humanos, em 15 diferentes países, começamos aqui as diferentes cores: a fase 1 Estados Unidos, México e Filipinas, e depois o Brasil entra na fase 2 com diversos outros países da Ásia e da América Latina.

Pode passar, por favor.

Os maiores estudos que demonstraram a eficácia são os estudos que chamamos de CID 14, na Ásia, e CID 15, na América Latina e Caribe. Vejam que a faixa etária é um pouco diferente. Mais jovens na Ásia, e aqui, 9 a 16 anos, na América Latina.

No Brasil foram cinco centros participantes da pesquisa. Já temos publicados os dados individuais e a análise combinada. Por que o número teve que ser maior na América Latina? Porque aqui – pode passar – a incidência da doença é metade em comparação ao que acontece na Ásia.

Então, se a incidência é baixa, eu preciso aumentar o número. Se eu quiser testar em uma determinada faixa etária, eu uso um número e, se eu quiser testar em várias faixas etárias, eu tenho que ir aumentando o número de voluntários.

Pode passar, por favor.

Apenas para ressaltar o desenho do estudo, a vacina foi testada em esquema de três doses: uma dose no tempo zero, uma em seis meses e outra em doze. Aqui temos o estudo da Ásia e o escurinho da América Latina. Eu posso fazer essa análise combinada, porque o desenho é o mesmo, a vacina é a mesma e o controle é o mesmo.

O controle começa no tempo zero, quer dizer, a partir da primeira dose da vacina eu faço uma vigilância ativa, ou seja, semanalmente aqueles 40 mil voluntários eram questionados se tiveram febre ou não, e os que tiveram febre eu tinha que colher sangue para saber se é dengue ou não é dengue. Então, eu vejo toda a fase de segurança.

Aqui é um dado inédito na história das vacinas. Normalmente, quando uma vacina é registrada, você não tem dados de segmentos de longo prazo, mas, no caso da dengue, nós já estamos aqui no quarto ou quinto ano de segmento após a primeira dose da vacina.

Pode passar, por favor.

Como foi a proteção?

Só para ressaltarmos, fizemos análise das crianças até os adolescentes. A proteção foi mais efetiva na faixa etária a partir de 9 anos, mas foi também significativa nas crianças. O registro foi solicitado a partir de 9 anos.

Pode passar, por favor.

Com uma proteção que foi comparável ao placebo. Então, para quem não tem muita noção, para eu afastar um evento que acontece um em mil, eu tenho que testar pelo menos três mil em cada faixa etária.

Então, aqui a vacina em vermelho; o placebo, que é soro fisiológico, em azul – pode passar o próximo –, tanto para eventos sistêmicos, febre, exantema, que é um evento adverso de vacinas, dor de cabeça, ou qualquer outro evento, como para reação local, foi similar ao soro fisiológico.

(Soa a campainha.)

A SR^a LUCIA BRICKS – A vacina foi licenciada – já estou terminando – para pessoas de 9 a 45 anos. A pergunta que todo mundo faz é por que 9 a 45 anos? Primeiro, porque a proteção foi maior. Queria lembrar que mais de 60% dos casos ocorrem nessa faixa etária, que está aqui representada em vermelho.

Pode passar mais um, por favor.

Eu tenho a proteção direta desses indivíduos – pode passar –, mas eu posso ter também a proteção indireta dos grupos em azul. Toda vez que eu protejo e que eu vacino em larga escala, eu posso beneficiar indiretamente os grupos não vacinados. Isso é comprovado para diversas vacinas.

Por favor, próximo.

Queria terminar dizendo que o potencial impacto dessa vacina e como ela pode ajudar no Brasil vai depender do número de pessoas vacinadas. Existem modelos que demonstram claramente que quanto maior o número de vacinados, maior será o impacto. Eu não preciso vacinar 100% da população. Se eu vacinar ao redor de 20% da população, o benefício é reduzir em mais de 50% os casos, mais de 50% os casos de hospitalização e evitar mais de mil mortes num curto espaço de tempo, de cinco anos. Esse é o impacto que a gente consegue ter. Claro que, se eu ampliar a vacinação, o impacto será maior.

Queria terminar dizendo que investir em vacina é investimento, não é gasto. Vacina é uma das estratégias mais efetivas na prevenção de doenças.

Ainda um comentário. Esse estudo acabou de ser publicado, em março de 2016, no *The New England*. Dos episódios de febre, que foram monitorados durante mais de dois anos seguidos, tanto na Ásia quanto na América Latina, 10% foram confirmados para dengue, em média. Aqui no Brasil, foi 50% a mais, 15% eram casos de dengue. Terminei dizendo que a recomendação não é feita pelo produtor, mas, sim, pelas autoridades de saúde, que vão decidir como e em que faixas etárias vacinar.

Pode passar o próximo, acho que é o meu último.

Para terminar, queria dizer que, além de você ter a vacina desenvolvida, você tem de ter uma fábrica para produzir em grandes quantidades. A decisão de construir a fábrica para a produção exclusiva de vacina contra dengue na França foi tomada em 2009. Portanto, bem antes de temos os resultados dos estudos. Essa fábrica tem uma capacidade anual de produção de cem milhões de doses. A nossa vacina já está produzida. É importante lembrar que é muito complexo; o tempo de produção é de dois anos. Então, se a gente não tivesse investido antes, não teríamos agora a vacina. A boa notícia é que o primeiro lote de 500 mil doses já está no Brasil, nós estamos somente esperando o registro de preços para poder comercializar a vacina.

Pode passar.

Em conclusão, ressalto que essa é uma proteção muito significativa, ela é maior ainda em quem já foi previamente exposto à dengue, mas é significativa também em quem nunca foi exposto. A introdução da vacina, não na população como um todo, mas em uma parcela significativa da população, vai possibilitar atingir a meta da Organização Mundial da Saúde para o controle da dengue, que é até 2020, que já está aí. Ou seja, num curto espaço de tempo, com essa vacina disponível, nós conseguimos atingir essa meta. Queria também deixar claro que já estamos no quarto ou quinto ano de segmento de longo prazo. Os dados ainda serão publicados, mas, até o momento, temos todos os dados de segurança e também de proteção mantidos nesse período.

Acho que esse é o meu último.

Pode terminar, por favor.

E dizer que a vacina também não é a única solução, que a gente tem de trabalhar em conjunto. O controle de vetores tem de ser continuado. Assim que a Organização Mundial de Saúde anunciou, em 1º de fevereiro, o zika vírus como uma emergência em saúde pública global, no dia 2 de fevereiro a Sanofir já mobilizou todos os nossos especialistas, que têm uma ampla experiência em vacinas de febre amarela, de dengue e de encefalite japonesa, outro vírus que não está por aqui, mas está na Ásia, para trabalhar também no desenvolvimento de vacinas para o zika vírus.

Obrigada pela oportunidade e pela paciência. Perdão por ter estourado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Obrigado, Professora Lucia.

Passo a palavra a Gustavo Janaudis, que é Diretor do Euroimmun e representante do LABCLIM.

O SR. GUSTAVO JANAUDIS – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite, a oportunidade e o privilégio de discutir esse assunto, o assunto das epidemias recentes, que têm tomado a nossa atenção.

A Euroimmun é uma empresa alemã, tem trinta anos de mercado, é uma líder mundial em vários segmentos, mas principalmente nos segmentos de doenças autoimunes e em medicina tropical. Em medicina tropical, ela trabalha muito próximo dos centros colaborativos da Organização Mundial de Saúde.

É importante dizer que, com relação especificamente à zika e em diagnóstico, a Euroimmun detém o antígeno viral desde o ano de 2009.

Em 2014, quando surgiu a recente epidemia na Polinésia Francesa, Euroimmun entendeu a necessidade de desenvolver um kit diagnóstico *in vitro* voltado aos laboratórios. Isso começou em 2014 e em 2016 o Brasil, através do deferimento do registro pela Anvisa, dia 6 de fevereiro deste ano, foi o primeiro País no mundo a obter o registro para o kit diagnóstico pela metodologia de imunofluorescência.

Próximo, por favor.

Bem resumidamente, a Euroimmun detém uma tecnologia chamada *biochip*, que permite a construção de sistemas multiplex para diagnóstico. Esse *biochip* que está representado no eslaide contempla os quatro subtipos virais da dengue, a zika e a chikungunya. Os seis resultados são oferecidos em um único posto de reação. É uma única incubação, é uma única diluição do soro sanguíneo do paciente. Como toda imunofluorescência, a quantificação é título-dependente, então as diluições acabam sendo necessárias.

O importante é a praticidade da metodologia, já amplamente em uso em vários laboratórios públicos e privados no Brasil, o elevadíssimo valor epidemiológico que isso traz, uma vez que os quatro subtipos da dengue também podem oferecer estudos epidemiológicos precisos, a excelente relação custo-benefício, inclusive operacional, e a disponibilidade.

Próximo, por favor.

Quando nós falamos em qualidade, esse acho que é um dos primeiros critérios de aceitação de um teste diagnóstico, eu trouxe um exemplo de uma publicação do CDC americano sobre o estudo dos nossos kits de chikungunya. Nós somos os únicos fabricantes a obter a aprovação do CDC, sendo que o segundo, que está ali em último no gráfico, também obteve a aprovação com excelente desempenho, mas o kit é restrito aos Estados Unidos para uso em pesquisa.

No Brasil, nós temos o registro desses testes, com 92% e 98% de sensibilidade, especificidade. E como a gente observa pelo próprio estudo do CDC, todos os testes rápidos, metodologia de fluxo lateral, foram reprovados. Neste momento o CDC está produzindo um estudo dos nossos kits de zika. Os resultados ainda não foram divulgados porque o estudo ainda não foi finalizado.

Próximo, por favor.

Sobre os testes de zika, nós temos os estudos em colaboração com a Organização Mundial de Saúde em Hamburgo, no Instituto de Medicina Tropical, onde a sensibilidade IGG e IGM combinada foi de 97% e a especificidade de 99,5%. O importante dessa especificidade é que ela foi cruzada com alguns outros vírus já citados aqui, como encefalite japonesa, febre amarela, chikungunya, dengue, e a reatividade cruzada foi zero.

Importante também é que ele foi testado em pacientes vacinados. Então, também a reatividade cruzada com vacinação foi zero.

Próximo, por favor.

Os testes são monoespecíficos, são confirmatórios e também nos põem a pensar na possibilidade das duplas ou triplos infecções. Eu até repetei a questão da ementa desta reunião de hoje, porque falamos de medidas de vigilância em saúde e a identificação monoespecífica desses testes, desses vírus, de todos eles em um único sistema, nós entendemos, como fabricante, que seja uma ajuda importante na política de saúde pública.

Próximo, por favor.

Com relação à presença do mosquito, nós desenvolvemos um sistema de mapeamento onde ele pode ter as informações registradas, incluídas, por duas situações diferentes. Primeira, o cadastramento, e isso via código SUS, no momento do atendimento ao paciente com sintomas suspeitos de uma das três infecções, e por geolocalização, o que também é possível. Esse sistema, uma vez alimentado, vai trazer regionalmente e especificamente, com uma margem de erro de até três metros de distância, o ponto exato de onde aquele paciente infectado vive, ou pela geolocalização ou pelo cadastro específico.

Importante nesse eslaide é que esse é um *dashboard*. Então, é uma ferramenta atualizável em tempo real. Cada infecção, cada resultado novo, positivo ou negativo, produzido é automaticamente alterado nesse mapa.

E quando a gente fala em regiões metropolitanas muito densas populacionalmente, nós podemos também considerar que dez, cem, mil casos de dengue podem não ser epidemiologicamente importantes naquela região. Se eles acontecerem na mesma rua, eles passam a ser. Isso também poderia ser uma ferramenta de auxílio à ação de política pública de saúde para o combate específico ao vetor naquelas regiões.

Próximo, favor.

Com relação àsseguranças do sistema, basta dizer que é o mesmo servidor utilizado na bolsa de valores. Então, uma queda nele causa problemas grandes. Nós temos 99,99% de nível de atendimento, então a segurança do sistema é muito boa. Uma outra vantagem: ele funciona em nuvem, então ele não depende de estrutura pesada de servidores, de infraestrutura de tecnologia.

Próximo, por favor.

Como próximos passos, a Euroimmun... Pode passar. A Euroimmun se posiciona como uma referência mundial em... É o objetivo e o desejo da empresa de ser considerada uma referência mundial em Medicina tropical. De toda a linha com a qual a empresa trabalha, já existem dois vírus que têm apresentado publicações recentes, além dos três já mencionados, que são o O'nyong e o Mayaro. O Mayaro já com algumas publicações, principalmente na Região Amazônica.

Pode passar, por favor.

Também estamos trabalhando e já temos publicações em conjunto com o Instituto Evandro Chagas na linha de schistosoma mansoni. E o objetivo disso é simplesmente trazer a informação adicional de que nós temos um viés científico muito grande e um desejo muito grande de trabalhar muito perto das linhas de pesquisa.

Com relação ao diagnóstico propriamente dito, principalmente das três doenças que estão sendo mais discutidas aqui. Pensamos sempre em dois modelos possíveis. Um deles via laboratórios públicos, para onde essas amostras são encaminhadas; e o outro sistema via serviço. Então, há a possibilidade sempre do oferecimento do reagente diagnóstico, bem como do serviço da análise propriamente dito.

Agradeço a atenção. Por ora é só.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Gustavo.

Eu peço apoio aqui para a próxima sequência. Enfim, vamos encerrar esse bloco de apresentações neste momento e ficará aberto o espaço para perguntas e discussão a respeito das apresentações.

Deputado Mandetta, que se encontra, gostaria de formular algumas questões, entendo.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Presidente, primeiro agradecer a presença de todos. Pedir desculpa porque estava em outra sessão. Acabei só vendo a apresentação da Sanofi, do... Mas, pelo nível das apresentações dos demais, que são as nossas nacionais e muito nos orgulham, com certeza, o nível também foi muito elevado.

Agora, uma questão que eu acho que... Logo que saiu essa vacina da Sanofi, muito rapidamente o Governo brasileiro falou que ela é muito cara, que não há recurso, que era uma vacina de difícil aplicação, por ser de três doses. E, como ela é muito cara, no custo-benefício, chegaram a afirmar em alguns lugares que ela é mais cara do que todo o sistema de imunização brasileiro, todo o programa nacional de imunização.

E eu gostaria que... Eu vi que, ali no final, teve já alguma coisa de custo-benefício. Eu tenho muitas restrições sobre o real custo da dengue e do PNCD.

Acho que essa quantidade de inseticida, Giovanini, que a gente vem jogando, tem um custo de meio ambiente que é impossível de se quantificar. Além de ter o custo da compra, da logística, essas máquinas de dispersão dos fumacês estão todas descalibradas. Então, um dinheiro sendo jogado, que eu também não sei que eficácia tem isso, a resistência. Isso aí depois a gente vai conversar.

Essa quantidade de leitos hospitalares que a gente está tendo que reservar, quantidade de internações quando complica, os leitos de CTI, sem falar nas mortes, porque aqui morte eu não vou nem falar sobre a conta da... Fora absenteísmo etc. etc.

Vocês têm algum estudo específico sobre custo-benefício desta vacina que possa ser colocado? Porque eu acho que foi muito rápido falar "ela é muito cara e por isso ela não vai ser adotada".

A SR^a LUCIA BRICKS – Obrigada pela pergunta. Então, têm alguns pontos aqui (*Fora do microfone.*) que eu gostaria de estar comentando.

Obrigada pelas perguntas. São todas bastante interessantes.

Eu vou começar respondendo que, como eu bem mostrei ali, investir em vacina é investimento e você pode ter um grande benefício com esse investimento.

Estudos de farmacoeconomia não são a minha área de *expertise*, mas acabou de sair uma publicação no Jornal Brasileiro de Economia, está *on-line*, depois, para quem tiver interesse, nós podemos compartilhar, mostrando que a vacina trará, sim, benefícios à população.

Então, muitas vezes você não está contando quanto custa um caso que é atendido num ambulatório? Quanto custa um caso que é atendido num hospital? Quanto é o presenteísmo? Porque a dengue não é uma doença aguda que sara rápido. Demora, a pessoa fica, é o quebra ossos, vai ficar ali, muito tempo, de molho. Quanto é o custo de um caso de um filho seu ou o seu pai numa UTI com caso de sangramento? E até, eu diria, quanto é que custa fazer um teste laboratorial? Vocês viram ali, 15% das febres, durante dois anos, aqui no Brasil eram por dengue, na população estudada. Não sei quanto custa também o teste laboratorial, que na verdade não vai salvar vidas. É necessário, mas não salvará vidas.

Então, o dado do Brasil está publicado, não é um estudo da Sanofi Pasteur, embora tenha tido o apoio da Sanofi Pasteur, foi feito com dados brasileiros, e temos também vários estudos, em diversos outros países do mundo, todos eles demonstrando que a vacina virá, sim, trazer benefícios; e mais, num curto espaço de tempo, porque é a única que está pronta agora e disponível agora.

Um segundo ponto que tem sido questionado aí, que é a questão do número de doses da vacina. Então, queria relembrar, eu sou pediatra, não sei se a maioria dos senhores, eu creio que não é pediatra, mas deve ter filhos e sabem muito bem quantas doses de vacina um bebê toma contra a pertússis, por exemplo, a coqueluche. Três doses no primeiro ano de vida, uma no segundo ano de vida, mais uma entre quatro e seis anos. Depois, deve tomar na adolescência. Se ficar grávida, vai tomar de novo. São várias. Para a poliomielite, como nós acabamos com a poliomielite? Igualzinho à pertússis, várias doses e mais duas vezes por ano, com campanhas de vacinação anual. Outras vacinas, hepatite B, três doses.

Então, essa história de que tem que ser em dose única, não tem que ser em dose única. Aliás, a maioria das vacinas combinadas nós não fazemos em dose única. Elas são feitas em várias doses. E a questão ainda de quanto é que o Governo vai gastar, isso não sou eu que posso dizer ou exatamente quanto é o custo, mas tem sido anunciado. Investir no combate ao vetor é obrigação de cada um e de todos nós, mas nós sabemos das dificuldades. Queria dizer que essas tecnologias novas que estão sendo testadas e eu creio que o meu colega aqui não vai me desmentir, vai ter que ser testada em mais ampla escala.

Nós temos resultados promissores, mas tem que garantir segurança, porque também não vai estar acessível tanto mosquito transgênico, *Wolbachia* e tudo o mais para ao Brasil inteiro, em um rápido momento; não estará.

Então, neste momento a vacina de dengue virá, sim, agregar e virá beneficiar.

O custo ainda de quanto a sociedade gasta, a sociedade tem que pensar, assim como cada um de nós pensa em que eu quero investir o meu dinheiro. Por exemplo, se a vacina já estiver disponível, eu posso querer vacinar o meu filho ou eu posso querer fazer a unha. Não sei.

O Governo a mesma coisa. Ele pode investir na prevenção, em salvar vidas, ou investir em não sei o quê.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – No estádio da Copa.

Quanto tempo falta a do Butantan? A diferença é que eu não vi a apresentação do Butantan. É uma dose só e vocês estão na fase...

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Na fase 3 do ensaio clínico. A nossa perspectiva é terminar em um ano, dependendo do número de vacinados e os resultados que fomos tendo ao longo desse ano.

Se conseguirmos vacinar e ter a certificação de que a vacina realmente tem a eficácia esperada, daqui a um ano ou um ano e meio estaremos com a vacina disponível.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Que é essa a colocação do Governo brasileiro. Não vamos usar essa porque é cara e são três doses. Vamos aguardar que no ano que vem teremos a vacina do Butantan que é mais barata e é apenas uma dose. Essa foi a posição que eu ouvi por parte do Ministro.

Então, vamos... Eu não vi... Depois eu vejo...

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Estamos no caminho correto. Estamos com muita esperança na vacina que está sendo produzida pelo Butantan em conjunto com NIH. Essa é a perspectiva de conclusão do ensaio clínico.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Eu não vi do Butantan, mas saiu muito na mídia a ida da Presidente liberando um recurso para fazer um soro...

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Isso é para a zika.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Para a zika?

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Estamos trabalhando em três linhas na questão do zika. Uma que é a vacina; a outra que é o soro; e o monoclonal. Estamos com expectativa. Mas ainda estamos testando.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Só para eu entender. O soro seria para tratamento?

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Para tratamento. Para tratamento. Para as pessoas já infectadas.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Sou ortopedista... Fico imaginando uma pessoa tomando um soro para a zika...

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Também não é minha área.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Bom, no mais é do instituto alemão... Fica muito interessante para nós aqui vermos que quando falamos de doença negligenciada, negligenciada por nós, negligenciada pelo Terceiro Mundo. Porque o Primeiro Mundo, a Sanofi, a Alemanha, os Estados Unidos, todos parecem ter mais interesse nas doenças que nos afetam do que nós mesmos.

Parabéns pela tecnologia e pela presença mundial.

O SR. MARCO ANTÔNIO MOREIRA – Muito obrigado. Agradeço também a pergunta porque me abriu uma oportunidade de até comentar o seguinte: é fato que a prevenção através da vacina salva vidas, assim como o diagnóstico também, porque sem o mapeamento não saberemos que vacinas temos que produzir e que ações terapêuticas teremos que buscar.

Temos hoje, em zika, o grande problema que é a questão das microcefalias em recém-nascidos, em gestantes. A correlação entre as doenças ainda não está perfeitamente estabelecida. Um sistema de diagnóstico pode permitir isso.

Nós temos uma segunda situação que é também a busca da comprovação de que a zika é transmissível efetivamente via doações de sangue, sexualmente transmissíveis, o que nos põe a pensar no quanto é importante incluir o teste de zika na triagem de banco de sangue. Ou seja, além da triagem neonatal, na triagem de banco de sangue, porque hoje já têm as hepatites, HIV, sífilis, chagas, enfim, o quanto é importante, visto que, diferente da dengue, a zika não é uma doença sazonal, ela vai permanecer, porque as complicações neuronais que ela gera são permanentes; diferente da dengue, cujo tratamento em teoria já resolve, já traz a cura para esse paciente.

Na zika, nós temos a expectativa de que nas gestantes ela vai acompanhar essa gestante durante os nove meses, com uma preocupação constante, e, a partir daí, a infecção dela ainda causa problemas como Guillain-Barré, que se tem falado muito, uma síndrome neuronal debilitante paralisante.

Então, além do diagnóstico, a questão de gestantes e dos bancos de sangue, um entendimento importante é de que essa política de diagnóstico também é preventiva. Não só achar onde está o problema, mas prevenir.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Eu só gostaria que vocês remetessem, por favor, o estudo, pois já foi publicado, só para eu saber certinho o nome, porque vou questionar o Governo brasileiro de uma maneira bem clara. Se estamos adotando uma estratégia, não posso, como Parlamentar, dizer para o Executivo: compre e faça essa vacina. Não posso. Mas como Parlamentar, tenho como perguntar para o Governo brasileiro: Você está adotando todos esses custos aqui em detrimento desse? Por quê?

Isso é uma coisa que eu acho que a gente vai ter que questionar, porque o custo-benefício, Deputado Odorico... E aqui, Giovanini, já antecipo que isso vai chegar lá como uma provocação desta Casa lá para dentro do Ministério da Saúde.

Então, eu gostaria de mais informações sobre custo-benefício, o que vocês tiverem de artigos ou da própria academia, para que a gente possa dar um passo à frente. Parece-me que esse PNCD está caro e claramente está ineficaz. Nós vamos ter que sentar e saber por onde a gente vai sair. Se não é a vacina, então vamos achar outros caminhos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Deputada Clarissa Garotinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Está bom. Obrigado.

Então, eu passo para o Deputado Newton Cardoso.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, uma boa tarde a todos os membros da Mesa que compuseram essa primeira etapa das apresentações. Parabenizo a todos pela concisão e objetividade apresentadas. Um boa-tarde a todas as senhoras e senhores, aos nossos Parlamentares.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um preâmbulo das minhas questões, reiterando que esta é a nossa terceira audiência da Comissão Especial. E esta audiência tinha o objetivo específico de ser uma audiência científica, para identificação das abordagens que eu entendo que são multiplataforma e holísticas em diversas dimensões, para identificação de ações de combate e prevenção, mas também ações paliativas que servirão para amenizar o impacto da contaminação da população por essas doenças causadas pela proliferação desse mosquito *Aedes aegypti*.

Entendo que aqui nessa primeira etapa tivemos uma boa qualidade de apresentações, relatando exatamente esse objetivo. Só apenas por essa primeira etapa, sinto-me bastante feliz com a qualidade das apresentações e, principalmente, por estarem atingindo os objetivos desejados pela audiência.

Sendo assim, eu gostaria de questionar, inicialmente, o Sr. Valcler, da Fiocruz, a respeito do nível de interação que a Fiocruz tem tido com a iniciativa privada para obtenção de soluções mais integradas. Lógico que, mediante a apresentação da Sra Lucia Bricks, identificamos que essa parceria já vem de mais de 40 anos com a Fiocruz, que nos alegra muito, entretanto eu pergunto o seguinte: quando se fala das técnicas de combate ao mosquito, existem diversas abordagens e uma em contraste com a outra. Agora, já foram realizadas mesas de debates, seminários? Qual o nível de validação de cada uma dessas técnicas, dessas abordagens? Se o senhor puder explicar um pouco isso, no sentido de entendermos qual deveria ser a escolha do Governo em termos de tecnologia. Inicialmente, o combate, por favor.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Obrigado pelo questionamento. Veja só, na minha apresentação, obviamente são apresentações muito rápidas, com a gente abordando questões que necessitam um aprofundamento, né?

Primeiro, em relação aos debates que nós estamos patrocinando. Nós, de alguma forma – num determinado momento, ele estava falando disso –, de dezembro até agora, realizamos seis seminários em seis Estados diferentes, exatamente para apresentarmos questões e discutirmos as questões com a sociedade de algum modo. Ou seja, algumas fotos que eu mostrei ali, por exemplo, lá no Piauí, nós fizemos um debate no auditório da OAB e com muitos profissionais de saúde, com o pessoal da área médica lá de Teresina, apresentando essas questões, inclusive com os governos estaduais e municipais, no sentido de buscarmos e apresentarmos essas alternativas, como nesses casos que eu mostrei ali, analisando viabilidade de implantação.

O que significa isso? Como Lucia falou aqui, algumas dessas alternativas precisam ser validadas do ponto de vista do seu uso em escala.

Wolbachia, por exemplo, é uma das alternativas que estão muito bem colocadas no sentido de que – apesar de que seu uso já ter sido experimentado em outros países com resultados muito significativos e de que os experimentos que a gente realiza em dois bairros do Rio de Janeiro serem extremamente significativos – é preciso dar escala para essas experiências. Estamos em negociação, obviamente, com algumas prefeituras do Rio de Janeiro para poder fazer isso.

Do ponto de vista científico, a segurança que nós temos – inclusive já traduzidas em publicações, em resultados que podem ser questionados por parceiros científicos, nossa segurança é muito grande em relação à, por exemplo, implementação do Projeto Wolbachia. Em relação à questão do uso do biolarvicida Dengue Tech. Esse é uso já está mais do que... É desejável, inclusive indicado, pela própria OMS e pelo Programa Nacional de Controle da Dengue. Ele já tem uma indicação. Qual é a questão que está envolvida especificamente nesse produto? A sua estabilidade no meio ambiente, a sua durabilidade e a capacidade que ele tem de dar respostas, ou seja, de combater a larva no tempo mais curto possível. A partir do momento em que você coloca o comprimido na água, imediatamente ele começa já a agir. E tem permanência no ambiente por cerca de 60 dias. Isso também está muito bem documentado.

Esse produto, na verdade, já está em comercialização. Foi um produto desenvolvido com base nessa parceria, com a BR3, que é essa empresa da qual falei aqui, que é uma empresa encubada na Universidade de São Paulo, na USP, e do lado de cá com o Farmanguinhos. O que nós estamos fazendo? Estamos em tratativas também com alguns governos estaduais – principalmente estaduais, mas isso também já foi apresentado para o próprio Ministério da Saúde – para a gente trabalhar em escala. Qual é a questão que está sendo colocada hoje? A aprovação, pela Anvisa, de seu uso em água potável. Desse modo, a gente tem uma condição melhor de usar em um dos criadouros preferenciais do mosquito, que são as caixas-d'água. Ou seja, essa é uma das questões. Apesar de que, do ponto de vista das pesquisas que nós realizados até agora, nós temos segurança também absoluta da possibilidade do seu uso.

A terceira tecnologia, diria, a gente avaliou muito nesse seminário internacional organizado pelo Giovanini. Inclusive, das tecnologias lá demonstradas, foi a única que foi indicada pelo seu baixo impacto do ponto de vista ambiental – que certamente tem –, pelo seu fácil uso. As fotos que eu mostrei ali demonstram isso de maneira muito simplória. Os resultados nós encontramos numa cidade do Amazonas e num bairro de Manaus. Obviamente, são experimentos controlados, mas a redução dos índices de larvagem foi de quase 95%. Então, esses resultados também estão publicados. Foram apresentados, inclusive, num seminário que aconteceu no final do ano passado, com o NIH, o instituto nacional de saúde dos Estados Unidos, em Manaus, no sentido também de a gente validar esse tipo de resultado. Então, nós estamos tentando fazer isso.

Até falava com a Lúcia aqui que a gente estava muito contente quando estávamos aqui porque, aqui nesta mesa, todos somos parceiros, inclusive a Euroimmun. Nós temos usado esses kits em nosso laboratório de referência em arbovirose. Como Butantã temos várias tratativas, com o IEC nem se fala. O nosso kit diagnóstico que foi desenvolvido agora para o diagnóstico PCR, para dengue, chikungunya e zika foi validado no IEC, recentemente, há três semanas, duas semanas, para ser utilizado pelo Ministério. Já foi demonstrada aqui a parceria que a gente tem com a Sanofi e outras tantas. Desse modo, a gente tem trilhado um caminho de parcerias tanto públicas quanto privadas no sentido de encontrar uma alternativa no que se refere ao controle vetorial. É desse modo que a gente tem trabalhado.

Queria só fazer uma observação rápida. O Deputado colocou ali uma questão importante em relação à questão da avaliação de custos. Essa, também, diria que é uma atribuição importante da pesquisa: a gente conseguir fazer uma avaliação, principalmente, de custos e efetividade, ter segurança de que a decisão que o gestor está tomando tem uma direção certa, do ponto de vista da do resultado e da economicidade que as alternativas têm.

A Fiocruz tenta de algum modo, mas a gente precisa de parceria para fazer isso, inclusive com as universidades, de tal modo a conseguir que essas avaliações sejam feitas para todas essas tecnologias que apresentamos aqui, nessa lógica de que a melhor relação custo-efetividade tem que ser encontrada para todas elas.

Não sei se respondi, mas seria mais ou menos por aí que eu poderia comentar.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Não, está muito claro, Sr. Valcler.

Sigo aqui no meu questionamento, Sr. Presidente, reiterando uma preocupação clara do Deputado Mandetta, mas que todos dividimos, que foi evidenciada na última semana com a apresentação do Sr. Jurandir Frutuoso, pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais.

Ele justamente questionou o impacto na saúde geral da população pelo aumento desse uso de inseticidas. Temos uma segurança no uso de inseticida até agora, pelas validações realizadas, mas qual é o impacto disso, a longo prazo, na saúde da população? É uma preocupação que temos de ter, principalmente quando o senhor comenta sobre a necessidade de estudo, da aprovação de uso da água potável.

Isso é extremamente delicado, antes de um estudo amplo. É lógico que não podemos perder de vista a necessidade do combate à doença.

Na sequência, eu gostaria de questionar a Sra Lucia Bricks em relação a sua apresentação sobre a eficácia da vacina. Seria possível a senhora comentar o preço, se seria algo que pode ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Eu vou finalizar e a senhora responde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – É o meu primeiro. Cristão novo é assim mesmo.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Relator de Minas. Quanto custa? Vamos começar sabendo o quanto eles estão pedindo para saber o quanto nós vamos mandar. *(Risos.)*

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Tem que negociar. A gente aprende desde cedo isso lá em Minas, no interior, principalmente.

A questão em relação à implantação no calendário nacional, sendo que eu entendi que essa vacina já está em fase de comercialização. É isso mesmo? E o que faltaria hoje – e estendo essa pergunta ao Giovanini, que representa o Ministério da Saúde aqui hoje, mais uma vez, agradecendo a sua presença, Giovanini. O que falta para implantar essa vacina no calendário nacional? Se ela tem viabilidade, considerando o custo-benefício que precisamos entender e avaliar? Qual seria o custo dessa vacina para a implantação no calendário nacional, sendo que não é o preço de tabela, preço de prateleira? Vamos implantar no calendário; então, entendo que seja necessário um preço de alta escala de produção, de desenvolvimento e disponibilização desse produto.

A terceira questão – e acho que essa já vem na linha de apresentações que foram feitas aqui, inclusive, pela qualidade da apresentação da senhora. É viável a transferência dessa tecnologia para os nossos institutos nacionais?

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Só para complementar, nosso Relator, se um gestor – e acho que até para o Ministério isso é melhor, para o PNI – de uma eventual cidade de cinco mil, 10 mil ou 50 mil habitantes toma a decisão, dentro do âmbito municipal, de fazer a aquisição, ele pode? Ou está preso ao PNI?

Se ele pode, como pode dizer: “Aqui neste Município eu vou dar e quem for do Município vizinho que vier aqui não vai receber”?

Isso pode ser uma questão, porque na hora em que liberarem o custo aqui no preço, que eu estou vendendo, a pessoa que tem recursos, que tem dinheiro, vai em uma clínica particular e vai dizer: “Estou levando os meus filhos”. E nós vamos ter novamente aquela situação: quem tem dinheiro se vacina, quem não tem espera o que vai ocorrer.

E nós podemos começar a ter, sim, algumas situações em que o gestor possa falar: “Mas eu tenho condições”. E, eventualmente, se pode ou se não pode, porque há gestores que, se for fazer, pode ser que lhe seja dada a improbabilidade. O PNI tem algumas restrições, por conta dessa questão de o sistema ser um sistema universal.

Acho que seria bom nós termos essa... Não sei se isso é para a Mesa, mas me veio essa dúvida agora, como nós vamos fazer um marco legal, se nós poderíamos prever essa situação.

A SR^a LUCIA BRICKS – Obrigada pelas questões, todas muito relevantes.

Então, em relação ao preço, nós não podemos fornecer nenhum preço antes do registro na Semed, nem para público, nem para privado, mas eu gostaria de dizer que, desde que a Sanofi investiu no desenvolvimento dessa vacina, ela foi pensada para ser trazida, prioritariamente, aos países do Hemisfério Sul, ao contrário de todas as outras vacinas que já foram licenciadas e que são sempre comercializadas no hemisfério. Além disso, eu não sei se os senhores sabem – eu sou já bem antiga, já sou uma senhora avó –, na época em que os meus filhos nasceram, as únicas vacinas que existiam em clínicas privadas eram as de sarampo, caxumba e rubéola. Não havia nenhuma outra. E a vacina de rubéola...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a LUCIA BRICKS – Não, na época dos meus filhos não havia a Salk, porque houve a decisão de usar somente a vacina oral de pólio. Existia nos Estados Unidos, mas aqui nós não tínhamos. E essa vacina, para ser incorporada no nosso calendário, levou mais de 30 anos.

Quando da vacina de *Haemophilus influenzae*, de cuja pesquisa participei intensamente ainda no meu tempo de universidade, numa época em que a pesquisa era mais difícil, eu colhia amostras, eu e uma colega fazíamos tudo isso e dizíamos: "Existem hemófilos." Todo mundo dizia que não existia. Eu sabia que existia, porque no meu hospital, que era o hospital terciário, existia. Demorou mais de dez anos para chegar ao calendário. Várias vacinas demoraram muitos anos.

Mas a Sanofi, de uma maneira inovadora, decidiu investir em vacina para os países que mais necessitam. Se os senhores se lembrarem dos estudos, onde é que eles foram realizados? Começou, claro, a se fazer um nos Estados Unidos, porque eles têm a tecnologia, mas, já imediatamente, Filipinas, México e os países da América Latina foram os mais altamente endêmicos.

Nós demos prioridade de registro para esses países e estamos com um programa que é de um investimento compartilhado: a empresa investe uma parte com investimentos, e os governos têm uma outra parte, que vai depender do tamanho dos programas. Por que isso? Porque nós sabemos que, quanto mais amplo o programa, melhor é para a população. Então, para se ter aquela proteção indireta que eu mencionei para os senhores, o ideal é que nós vacinemos um grande número coortes. Isso pode ser negociado com os governos e está em discussão aqui no Brasil, no México, nas Filipinas, em diversos outros países. Mas eu não sou a melhor pessoa, exatamente, para falar sobre o preço. O que eu posso dizer é que vai trazer benefício, sim.

O outro ponto, que é em relação à inclusão no calendário: neste momento, como eu disse, a única vacina que está disponível... Mas nós sabemos, eu trabalho também com o Ministério da Saúde há muitos anos. Quem me conhece sabe que eu sou uma grande consultora, em todas as vacinas, e nós trabalhamos muito com isso. Eu já fui membro de comitê técnico. Existe comitê técnico para vacinas, que vai analisar os dados e que vai dizer "olha, isso vale a pena" ou "não vale a pena", do ponto de vista técnico.

Quanto ao ponto de vista técnico, não tenho dúvida de que a vacina é segura e eficaz. E, como eu já ressaltei várias vezes, nós temos que comprovar proteção depois que termina a fase 3. Então, o Butantã entrou agora na fase 3. Em um ano eles devem ter os primeiros resultados, mas a chance de demonstrar a proteção para os quatro tipos não será muito grande, se o estudo for feito apenas aqui no Brasil, porque este ano está predominando um tipo só, que é o tipo 1. Então, para mostrar proteção, possivelmente vai demorar mais um tempo. Depois é preciso publicar o estudo, analisar o estudo... Vocês viram que nós publicamos em 2004, o registro saiu no final de 2005 – dois anos –, e é necessário ter a vacina, para produzir... Então, vai demorar, possivelmente, ainda um tempo. E será muito bem-vinda, porque o programa da dengue é importantíssimo, é um problema global. Quanto mais produtores houver, melhor. Então, nós torcemos para que o Butantã tenha sucesso, para que outros produtores também tenham sucesso, porque o problema vai continuar e nós vamos ter que continuar vacinando as novas coortes de crianças que vão nascendo, e isso tudo vai acontecer no futuro.

Além dessa questão de ser validada pelo comitê técnico, que é composto de vários especialistas, existe um comitê de dengue, do qual o Giovanini faz parte, com o qual nós temos trabalhado há muitos anos. O Giovanini sabe disso. A Sanofi Pasteur tem investido em educação, em discussão... Em 2011 – não é, Giovanini? –, nós fizemos uma reunião na Universidade de São Paulo. Era sobre o que nós precisávamos entender para quando a vacina chegar. Foi ou não foi? Está tudo publicado na revista da Medicina Tropical. Trouxemos especialistas internacionais, nacionais.

Tem que ver a carga da doença, nós trabalhamos para ver, há estudos farmacoeconômicos, isso tudo já está saindo e a gente está contribuindo com isso.

Por fim, com relação à transferência de tecnologia, tudo é viável, mas nós sabemos que os laboratórios nacionais estão trabalhando com suas próprias vacinas, transferência de tecnologia requer um acordo entre os produtores e isso só será feito se houver uma necessidade. Neste momento nós temos uma vacina pronta para uso que pode, sim, beneficiar em curto prazo uma boa parcela da população, e não em um ano, mas em um par de anos, deveremos, sim, ter a vacina do Butantã e muitas outras que poderão ser incorporadas para outras faixas etárias ou mesmo para essas faixas etárias.

Finalmente eu queria fazer um comentário sobre a disparidade social. Eu, felizmente, não sou uma pessoa rica, sempre trabalhei para a Universidade de São Paulo como médica e ganhava menos do que hoje ganham às vezes as minhas secretárias ou as minhas assistentes, muito pouco, mas eu priorizo saúde. O meu dinheiro era para a saúde dos meus filhos, hoje das minhas netas, e eu pago vacinas a todos, até a de HPV para ex-nora

– acho que eu sou a única pessoa que faz isso aqui – porque eu conheço vacina, sei que vale a pena e na hora que vai fazer eu invisto nisso.

Eu sei também que quem sofre mais em geral são os mais pobres, é o mais pobre que não vai ter onde ser atendido, que vai ficar na fila. Naquele gráfico que eu mostrei das hospitalizações, não deu tempo de a gente ressaltar, parece que caiu a hospitalização porque nós estamos atendendo os pacientes com dengue em tenda, e isso não conta como hospitalização. Então, até os nossos dados às vezes a gente olha e fala, olha, melhorou a hospitalização, mas não melhorou coisa nenhuma, eles estão sendo atendidos em tendas por militares para poder dar conta.

Trazer a vacina para a parcela mais pobre da população é uma questão de justiça social. Eu não estou falando isso hoje pela vacina da dengue, quem me conhece sabe que eu falo, escrevo e assino embaixo, eu tenho centenas de publicações defendendo todas as vacinas que têm eficácia e segurança comprovadas.

Obrigada.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado. A questão da inclusão no calendário nacional eu vejo que é uma questão bastante ampla e a questão volta para o Giovanini. Acredito que depois, no final, você pudesse fazer um apurado geral para você não ser massacrado demais com isso aí.

Seguindo aqui nas nossas questões, a apresentação do Sr. Gustavo foi bastante técnica, coloca duas estratégias que vocês têm básicas. Uma é a comprovação da não reatividade cruzada do diagnóstico, é isso mesmo, se você pudesse esclarecer um pouco para nós, principalmente leigos no assunto.

E o *software* de gestão, pelo que eu entendo, é um *software* de monitoramento dos diagnósticos, não das visitas das casas. E sendo assim, em uma gestão dos diagnósticos, qual a estratégia da empresa de vocês para o uso desses testes? O objetivo esperado entendemos que deveria ser a diminuição do número de internações, e ponto final, ou vocês têm outras visões que podemos entender?

O SR. GUSTAVO JANAUDIS – Agradeço a pergunta. Com relação ao sistema de monitoramento, uma vez identificado o resultado positivo ou negativo, nós vamos saber exatamente a região, o endereço onde esse resultado positivo aconteceu com um filtro dizendo que aquela região tem positividade para a dengue, para zika ou para chikungunya. Então, o objetivo, nas duas formas de cadastramento que eu comentei, a geolocalização vai trabalhar em conjunto com os agentes de saúde, mas a estratégia que eu acredito que seja a mais viável é a do cadastramento do paciente sintomático ou suspeito de uma dessas doenças que vai até uma unidade de saúde, seja ela pronto socorro, hospital ou qualquer unidade de saúde em geral e tem o seu diagnóstico realizado.

Assim, o resultado tanto positivo quanto negativo é importante, e é importante que seja registrado para fins de controle epidemiológico.

A reatividade cruzada é fato entre os flavivírus. Dengue e zika pertencem à mesma família, são primos muito próximos. Então, num resultado positivo, a infecção por um desses dois vírus tem um grande potencial de apresentar um resultado positivo para outro. O que nós buscamos é produzir exatamente um sistema que seja específico o suficiente para diferenciar entre as duas.

Cabe um exemplo interessante, hoje a Euroimmun é a única empresa que tem o sistema de diagnóstico já registrado, já aprovado pelo CEE e aqui na Anvisa, como exemplo. Muitos laboratórios no Brasil estão testando, paralelamente ao nosso kit, um kit do CDC, que o próprio CDC produziu e tem fornecido para os estudos.

Não há essa informação divulgada, mas o kit do CDC foi montado numa plataforma de vírus do Oeste do Nilo, que é o West Nile. Esse não é zika. Então, a positividade nesse teste é uma positividade para o vírus do Oeste do Nilo. Escolheram esse vírus por uma razão simples, a reatividade cruzada dele com o zika é muito grande e ele tem um antígeno viral já isolado, a proteína dele já está muito bem isolada.

Proteína viral muito bem isolada para Zika só a Euroimmun até hoje. E por que a especificidade alta? Existe uma proteína chamada NS1, e foi feita uma recombinação do antígeno. Então, através dessa recombinação – que é muito técnico também – há o objetivo de aumentar o quanto é específico aquele diagnóstico.

A terceira pergunta, por favor.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Então, para concluir, a estratégia de vocês com o diagnóstico. O entendimento que se tem, a partir de sua apresentação, é que ela serve, com o diagnóstico precoce, em curto espaço de tempo, para diminuir o direcionamento das internações amplamente nos hospitais nacionais. Ou seja, vamos reduzir de cinco, seis, sete dias de internação, até que se descubra qual a infecção do paciente, para horas. E esse paciente poderá diminuir o impacto na rede hospitalar.

A estratégia é essa?

O SR. GUSTAVO JANAUDIS – Sim. Além disso existe um projeto de várias secretarias de Estado da Saúde de fazer um monitoramento através do ultrassom morfológico, além do protocolo pré-natal.

Qual a viabilidade financeira de se fazer o monitoramento? Através do ultrassom, exame de imagem, exame mais complexo, quando comparado a um teste simples de sangue, onde a logística é mais simples, o atendimento é mais tranquilo.

O ultrassom morfológico necessita necessariamente de uma estrutura montada. Não vai ser feito em qualquer unidade básica de saúde, em qualquer unidade de pronto-atendimento. Esse é um critério.

A redução das internações hoje... Todos os pacientes com suspeita de dengue e chikungunya entram automaticamente no protocolo de hidratação.

Há a necessidade desse protocolo em caso de chikungunya e zika? Resposta, não. Então, portanto, isso diminuiria também os investimentos necessários em construção de tendas, hospitais de campanha, porque teríamos uma segregação perfeita do que é somente dengue.

E com relação às gestantes, além do estudo morfológico, a gente tem que considerar a diminuição do fator medo da sociedade. Uma vez identificando que ela teve sintomas da doença, e vamos lembrar que 80% desses infectados por zika são assintomáticos, e nós temos 20% de pacientes com febre, com exantema. E esses 20% que são atendidos hoje não têm um diagnóstico preciso. Então, também há redução nesse sentido. Concordando com V. Ex^a a redução das observações, das internações preventivas.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Vou passar a palavra à Dra Consuelo, que solicitou para falar.

A SR^a CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA – Eu queria fazer brevemente um comentário em cima do que disse o próprio Gustavo – inclusive, coloquei isto no início da minha fala – quanto à expertise da nossa instituição Evandro Chagas na questão do laboratório e à própria chegada do CDC para nos ajudar a reavaliar a sorologia. Diante de tantos entraves e desafios que o vírus zika nos impõe, a sorologia também é um grande desafio.

Os *guidelines*, os protocolos do mundo inteiro colocam a Biologia Molecular como padrão ouro. É um exame mais sofisticado, é um exame mais purificado, às vezes onerando mais, por conta de algumas características do vírus. Além desse padrão ouro, há ainda algumas nuances. É um vírus com algumas peculiaridades. Se você adoce e se avalia pela Biologia Molecular no quarto ou no quinto dia, já não é tão bom. O nosso estudo vem mostrando que o melhor momento para se definir um doente com zika seriam os três primeiros dias. E a sorologia, num ambiente, num cenário endêmico de outros flavivírus, como o próprio Gustavo comentou – a gente sabe que é a dengue –, vai complicar muito em termos de resposta. O melhor indivíduo para nele se aplicar a sorologia seria aquele indivíduo que não tivesse tido dengue. Ele traz uma resposta que a gente chama de monotípica. Então, ele dá a sorologia para a zika de maneira rápida. Mas, sem dúvida, não é esse o perfil do cenário brasileiro, porque, além da dengue, temos a vacina contra a febre amarela, que é de vírus vivo attenuado, que é um flavivírus, o que também corrobora com essas dificuldades de interpretação.

Então, o que nos acalmou um pouco como instituição, como laboratório, foi o fato de o CDC apresentar as mesmas dúvidas e as mesmas dificuldades. Em outro momento, o que nos alegrou muito foi o fato de que eles validaram e guardaram o que trouxeram, porque o que estávamos propondo era exatamente o que eles estão recomendando. Se você acessa hoje o *guideline* do CDC, o protocolo, verá que ele não coloca a sorologia como padrão ouro, por essas nuances. Até lá, onde não há um cenário epidêmico, trabalham-se também com essas interferências dos flavivírus, como o próprio VNO, sobre o qual o Gustavo comentou.

Então, é oportuno que a gente avance. Agrada-nos muito a Euroimmun se apresentar e trazer essas novas perspectivas. Inclusive, o Dr. Pedro Vasconcelos também está muito interessado, assim como a Fiocruz, em receber *kits* de vocês, para nós, juntos, fazermos isso. A Dr^a Ana Bispo, da Fiocruz, comentou que está avaliando com muito cuidado e com uma perspectiva promissora os testes de vocês. Mas eu queria dar este depoimento sobre a dificuldade de ser fazer uma sorologia, porque a gente não encontra isso com dengue, apesar de haver quatro sorotipos.

Então, o zika, além dessas inusitadas complicações, como o Gustavo mencionou, do ponto de vista de má-formação congênita – não é só a microcefalia –, apresenta agora problemas oculares, surdez, problemas de membros. A gente não fala mais de microcefalia por zika, a gente agora fala de síndrome congênita por zika, tal o avanço da doença.

Nesse particular, quero de público dizer da expertise do pesquisador brasileiro. Nunca se produziu tanto em tão pouco tempo diante de um vírus novo. Está aí a Fiocruz, está aí a Evandro Chagas e outras instituições também. Então, é oportuno comentar que, do ponto de vista de diagnóstico de zika, essas parcerias são muito bem-vindas, por esses entraves que o próprio vírus vem trazendo, desafiando-nos em termos de uma conclusão diagnóstica.

Que a gente não se esqueça de que, mesmo vindo ferramentas bem estruturadas, estamos num cenário de circulação, de endemias de outros flavivírus. E a vacina contra a febre amarela está praticamente em todo o Brasil. São grandes componentes de interferência na interpretação da sorologia.

Muito obrigada.

O SR. GUSTAVO JANAUDIS – As publicações que têm saído, principalmente as publicações europeias, todas elas trazem referência a publicações locais, principalmente a Fiocruz. A Anvisa foi a primeira.

Houve outra situação: há três semanas, estive em reunião no gabinete do Ministério da Saúde, onde nos foi solicitado um novo relatório pelo Instituto Evandro Chagas.

A SR^a CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA – Perfeito!

O SR. GUSTAVO JANAUDIS – Então, é importante que a gente também estreite mais essa relação, para conseguir efetivamente referenciar.

Concordo com você: o padrão ouro é o PCR, uma vez que ainda não existe um sistema de sorologia...

A SR^a CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA – Confiável.

O SR. GUSTAVO JANAUDIS – ...confiável. Exato!

Então, esse é o nosso trabalho de aproximar e de conseguir os estudos necessários para referenciar esse teste.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Quero só complementar, para ajudar o Relator.

Já fiz reuniões em São Paulo com um pessoal de pesquisa que reclamava muito da burocracia, do entrave da entrada para os pesquisadores de material biológico. Como nós vamos escutar a Anvisa, eu queria fazer uma pergunta para a Mesa. Estou vendo que aqui todos são pesquisadores. Pergunto se esse tema está pacificado.

Da última que a gente fez isso, era para se fazer um cadastro por pesquisador, para haver uma pré-autorização, para se dar agilidade. Essa foi a última vez em que participei de uma audiência pública num formato como este. Fizemos audiência aqui em Brasília e em São Paulo com a Mara Gabrilli. Estábamos falando muito sobre a questão de célula-tronco. Enfim, eram outros pesquisadores, mas acredito que a tônica de toda a Mesa naquelas duas audiências públicas foi burocracia e entrave de Receita Federal, de liberação da Anvisa de uma série de insumos que eles necessitam, e, às vezes, podem até perder o *timing* da pesquisa. Então, na época, foi feito quase um TAC, um compromisso, um acordo precípido de se fazer o cadastramento dos centros de pesquisa para dar agilidade à entrada e à liberação desses insumos de imunobiológicos.

Está bom para vocês do jeito que está? Ou precisamos voltar à agenda com a Anvisa?

A SR^a CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA – Quanto ao Evandro Chagas...

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Nós quase começamos uma nova Mesa aqui, com esse tema.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Não, não! É que a Anvisa virá na próxima reunião. E não quero perguntar isso para eles, porque eles vão falar que está tudo bem. Então, está tudo bem?

A SR^a CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA – Não temos tido nenhuma dificuldade...

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Estamos numa emergência. E uma emergência pressupõe o quê? Vamos andar!

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Deputado, só quero fazer um pouco de justiça com a Anvisa. Na realidade, durante muito tempo, a gente detectou dois grandes problemas: um lado era a Anvisa, o outro era o Conselho de Ética e Pesquisa. As últimas informações dão conta de que a Anvisa melhorou muito e de que o Conselho ainda está prometendo. Mas isso é motivo para uma próxima Mesa, para outro debate.

Vamos rapidamente, por favor...

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Então, está tudo bem!

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Não dá para dizer que está tudo bem, porque, numa emergência, obviamente, todas as necessidades se aceleram enormemente.

No início, quando o senhor falou sobre essas questões, eu estava imaginando também a questão de remessa de material biológico, por exemplo, para o exterior. Essa é uma questão. Amanhã e depois, teremos uma reunião do Conselho Deliberativo da Fiocruz, que vai tratar desse assunto. Nós vamos definir uma resolução, inclusive, sobre isso, sobre o cadastro dos pesquisadores.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Eu quero chamar a atenção de vocês para o fato de que estamos com uma medida provisória.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Estou entendendo.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Quanto a essa medida provisória, vai ser feito um relatório, e nós vamos levá-lo para o plenário, para votá-lo, para ele se tornar lei.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Perfeito!

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – É a oportunidade mais rápida que temos de acelerar isso.

Não sou convededor do problema. Então, se vão discutir e se há alguma sugestão para ser incorporada ao texto da lei, por favor, remetam-na a esta Comissão.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Já me comprometo com isso aqui, de antemão. Essa deliberação que vamos definir nós a discutimos em reunião de presidência anteontem, e estaremos submetendo isso ao nosso Conselho Deliberativo agora, na quinta ou na sexta-feira – isso depende da sequência da pauta. Então, assim que a gente tiver essa resolução – há, inclusive, um documento jurídico embasando as sugestões de medidas legislativas –, a gente a remete para cá.

Eu queria só destacar uma coisa. A Consuelo falou aqui da qualidade da pesquisa brasileira, bem como a Lucia e o Gustavo. Eu queria ressaltar uma coisa aqui. Nesses últimos dez anos, fizemos quatro concursos na Fiocruz. Dos seis mil trabalhadores estatutários que temos na Fiocruz, mais de três mil entraram nesses últimos dez anos, inclusive o meu companheiro Odorico, que é nosso pesquisador lá e que também entrou lá nesse concurso.

Acho muito importante que a gente mantenha o ritmo de investimento nas instituições públicas brasileiras que houve nesses últimos dez anos. Acho que isso é de fundamental importância, para que esta Casa observe esse tipo de questão. Se a Fiocruz está sendo reconhecida internacionalmente, se a gente consegue fazer parceria com a Sanofi e com o IEC, isso tem a ver com os investimentos que foram feitos na Fundação Oswaldo Cruz nesses últimos anos – eu queria ressaltar isso como uma mensagem afirmativa neste momento –, assim como na Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Levando em consideração que ainda temos de ouvir mais duas Mesas – e já temos sessão deliberativa –, eu gostaria que ficasse a sugestão de que alguns dos institutos aqui presentes possam remeter ao nosso Relator propostas relacionadas à questão de entraves seja na importação de insumos ou no registro de pesquisa na fase 1, na fase 2 e na fase 3 na Anvisa e a questões de financiamento.

Eu queria rapidamente agradecer a todos. Considero que, nesta Mesa, está o PIB do conhecimento, da inovação e da produção tecnológica do Brasil na área de biotecnologia. Sem dúvida, esta é uma Mesa, para nós, muito importante.

Este é um tema que está sendo bastante discutido também na nossa Frente Parlamentar da Dengue e Incorporação Tecnológica no Enfrentamento das Arboviroses. Inclusive, a Sociedade Brasileira de Dengue e Arboviroses está promovendo um simpósio internacional no final de abril. Acho que esse é um tema também que vai ser levado para lá, que vai ser discutido lá.

Eu queria aqui chamar a atenção para uma coisa importante. Fruto de um debate da Frente e da nossa Comissão de Seguridade Social e Família – é um debate importante liderado por nós, pelo Deputado Mandetta, pelo Deputado Osmar Terra, pela Deputada Carmem Zanotto, pelo Deputado Jorge Solla, ou seja, por toda a Comissão –, colocamos R\$500 milhões para a inovação tecnológica na área de arboviroses. Fruto desse esforço – a Comissão deu este exemplo –, foi lançado na semana passada R\$1,2 bilhão para editais que serão lançados pelo Decit e pelo CNPq, justamente para apoiar as instituições brasileiras em pesquisas em arboviroses. É importante registrar que essa questão é uma das agendas da Frente Parlamentar, é uma das nossas agendas desta Comissão, da Comissão da Zika, uma comissão externa que foi criada especificamente para analisar a questão da zika.

Eu queria chamar a atenção, fazendo uma síntese do que foi dito pela Mesa, para o fato de que a experiência brasileira, tanto do nosso parque público na área farmacêutica como do nosso parque tecnológico público na área de biotecnologia, é singular. É uma das experiências no mundo. Poucos países do mundo... Evidentemente, não vou colocar a China, porque não vou fazer essa comparação, mas, se se observam países que têm uma economia de mercado como a nossa, poucos países no mundo têm um parque público tecnológico tão forte como o brasileiro. Parte dessa construção foi fruto da capacidade de diálogo desse parque tecnológico com o setor privado. Então, acho que isso é uma coisa importante, ou seja, as parcerias de desenvolvimento produtivo que nós fizemos quanto a várias vacinas, como aqui foi colocado muito bem, tanto com a Sanofi Pasteur, quanto com o Butantan, com a Fiocruz, fizeram com que o Brasil tivesse hoje um dos programas nacionais de imunização mais consolidados do mundo. Poucos países têm uma cartela de vacina pública como a nossa. Isso é fruto – parte desse processo todo, é importante que a gente diga – do sistema universal de saúde que adotamos pela Constituição de 1988.

Então, com tudo isso que estamos vivendo – o enfrentamento da zika, da microcefalia e da Guillain-Barré, a questão ligada aos diagnósticos –, houve a capacidade rápida de se fazer em pouco tempo a suspeita diagnóstica, de se discutir o nexo causal e de o Governo, imediatamente, decretar emergência sanitária. Só um

sistema público pujante como o nosso é capaz disso. É importante que a gente coloque isso como sendo um patrimônio nosso nesse sentido.

Por outro lado, fico muito à vontade, porque a primeira vez em que enfrentei um surto de dengue foi em 1986, quando eu ainda era estudante de Medicina. Naquela época, havia só o vírus 1. Depois, a gente achava que o vírus 2 ia chegar pela Venezuela, a gente já ficava com o coração batendo, preocupado e tenso. Depois, vieram o tipo 3 e o tipo 4. Inclusive, eu, como Secretário de Saúde de Fortaleza, em 2008, ao lado de Giovanini, enfrentei, na época, um dos surtos de dengue. No Rio de Janeiro, chegou a haver intervenção do Ministério da Saúde. E nós conseguimos enfrentar esse surto com a menor letalidade de dengue em surto no Brasil.

Toda a vida, a gente faz a pergunta: quando é que sai a vacina? Quando é que sai a vacina? Sempre a gente ficava com a esperança de que, daí a cinco anos, sairia uma vacina: "Há uma vacina acolá que saiu com cinco anos. Daqui a cinco anos, sairá outra." E nós chegamos à realidade de que hoje há uma vacina.

Esse foi um debate importante que aconteceu na Comissão de Seguridade Social e Saúde, no semestre passado. Inclusive, essa era a pergunta. Daí o Butantan esteve presente, a Fiocruz, e nós discutimos isso.

É importante que nós entendamos que esse é um debate que vai povoar novamente. Esta Mesa vai se repetir, assim que a Comissão de Seguridade Social e Saúde começar a funcionar, porque esse é um tema que faz parte do nosso cotidiano.

Eu acompanhei, no Ministério da Saúde, a incorporação do HPV. Aliás, eu estava fazendo pós-doutorado no Canadá quando minha filha foi vacinada no Canadá, nessa perspectiva do HPV. E, quando cheguei aqui, nós estávamos preocupados se o Brasil ia ou não incorporar o HPV. Evidentemente que não há como você achar que, por exemplo, você tem uma vacina, você tem um programa pujante como o nosso, no PNI, e as pessoas não são beneficiadas. Esse é um diálogo que vamos ter que fazer com a sociedade.

Da mesma forma que nós debatemos, no ano passado, e colocamos recursos no orçamento deste ano para incorporação tecnológica e inovação, acho que nós temos que discutir a vacina, inclusive pensando nessa perspectiva futura de como é essa incorporação. Nós temos, de um lado, a inovação tecnológica e, de outro, como a tecnologia inovada vai ser incorporada. Esse é o desafio o tempo todo de sistemas universais de saúde como o nosso, que têm a responsabilidade de dar respostas à sociedade. Nós não vamos esperar, já que nós estamos com a República quase toda judicializada, não vamos esperar judicializar a vacina, que está aí em curso.

Esse é um debate importante a ser feito. O Butantan está na fase 3. É algo importante, só que esse é um debate que aqui, nesta Comissão, da forma como está sendo feito e como foi trazido hoje, para nós é algo muito importante.

Relator, acho que esta foi uma Mesa muito importante para o seu subsídio, o seu relatório. Há aqui questões que foram colocadas, e, sem dúvida nenhuma, nós vamos dar continuidade disso nesta Mesa, assim que estivermos funcionando na nossa Comissão de Seguridade Social e Saúde.

Acho que o grande desafio é este: o Ministério da Saúde tem que trazer para nós como o Ministério da Saúde está encarando esse processo, porque é ele que incorpora. Acho que o comitê já tem que se posicionar sobre isso, porque essa inquietação vai começar a povoar aqui dentro, e já sabemos como isso é importante.

Então, mais uma vez, agradeço e vamos passar imediatamente à segunda Mesa.

Obrigado a todos aqui: Valcler, Consuelo, Lucia Bricks, nosso Marco Antônio Moreira, Nelson e Gustavo Janaudis.

O nosso Presidente já esteve aqui, deve estar vindo.

Convido imediatamente Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola; Leandro Moreira Garcia, Diretor de Tecnologia da Planear Sistemas; e Glen Slade, Diretor da Oxitec Brasil.

Todos estão aqui presentes? (Pausa.)

Então, na mesma sistemática da Mesa anterior, cada um tem dez minutos – o reloginho vai buzinar ali. Vamos começar pelo Nelson Paim.

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Obrigado, Deputado.

Tenho uma apresentação.

Há um cursor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Não, um sinalizador.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Se alguém no plenário tiver um sinalizador de eslaide, estamos solicitando um empréstimo.

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Deputado, agradeço à Comissão o convite ao Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola).

Pode passar.

O Sindicato vem trazer também uma tecnologia na forma de combate ao mosquito, aos vetores, e nós achamos importante que seja incluído na Medida Provisória nº 712 também.

O setor está preparado para atuar tão logo seja necessário; está preparado para trabalhar no processo de emergências, estimular os operadores, os governos, a academia, para que seja feito um trabalho de aperfeiçoamento da técnica, estimular a indústria nacional de inseticidas saneantes e produzir formações adequadas para aplicação aérea, substituições de importação.

Pode passar.

A aviação agrícola no Brasil tem 2 mil aviões, 240 empresas. Já foi feito um trabalho no controle de surto de encefalite no litoral de São Paulo, em Santos, em 1975, onde foi feita uma avaliação do controle de mosquitos adultos e/ou larvas.

É uma tecnologia que nós não estamos propondo somente no Brasil. Na verdade, ela é utilizada nos Estados Unidos, na França, no México e agora, recentemente, na Argentina começaram a usar também, inclusive atualmente os Estados Unidos usam. Governos estaduais têm brigadas com aviões ou helicópteros para o combate.

A aplicação aérea de inseticidas é reconhecida pela OMS e pelo Ministério da Saúde. Só que o Ministério da Saúde só recomenda em caso de epidemias, que é a situação que estamos vivendo.

Existem vários Municípios e alguns Estados brasileiros que estão tentando utilizar os aviões no combate a vetores, e o Sindag tem, ao longo de vários anos, tentado abrir diálogo com órgãos de saúde. E recentemente, há um mês, nós tivemos uma reunião no Ministério da Saúde, e o Ministério da Saúde, então, está decidindo agora começar a fazer um teste com a tecnologia no Brasil.

Pode passar.

As principais vantagens que esses países utilizam e consideram é a velocidade do tratamento, mais de 400 hectares/hora. Há um efeito de choque sobre os mosquitos adultos. Tem alcance em áreas em que os fumacês não conseguem atingir, como pátios, terrenos baldios, fundos de moradias; uma uniformidade de posição. Como o Deputado comentou, muitas vezes os fumacês têm sobredosagem. É um produto direcionado. A aviação agrícola tem pessoal especializado, uma forte regulamentação, custo reduzido por área aplicada.

Pode passar.

E por que não é utilizado no Brasil e se utiliza em outros países, como nos Estados Unidos? Porque, em 2007, o Ministério da Saúde emitiu uma nota técnica, a Nota Técnica nº 75, proibindo o uso de aviões na aplicação dos inseticidas saneantes, reconhecendo somente o uso em casos de epidemias, como falei anteriormente. Nessa nota técnica, vêm sendo apresentados alguns argumentos, como o de que os vetores do *Aedes aegypti* são abrigados mais em casas; apresentado também como risco de deriva para áreas vizinhas, mortalidade de outros insetos úteis e uma operação que só se justificaria em caso de graves epidemias.

Na verdade, o sindicato fez as considerações e o contraponto dessa nota técnica. Como é muito rápido o tempo, nós não a trouxemos, mas está disponível no nosso site. Posso remeter a quem queira saber.

Na verdade, o risco de deriva, no caso da aplicação dos inseticidas ou até mesmo de produtos biológicos – já há alguns produtos surgindo –, é um aliado. A mortalidade dos insetos é questionável, porque, nas áreas urbanas, há insetos que não são presentes. É o caso das abelhas, por exemplo, e também os horários de aplicação são horários técnicos. Normalmente bem no período da manhã e no final da tarde.

Pode passar.

Este é um eslaide cujo trabalho de pesquisa foi feito na Colômbia, em Buga, em 1979, com uma coleta de 100 mosquitos por casa. Foram feitas duas aplicações. A primeira aplicação foi feita nos dias 16 e 17. Nos dias 12, 13 e 14, havia uma população de 90 mosquitos por casa. Com a aplicação, reduziu-se para 35. No dia 20, foi feita nova análise, e havia uma população de 40 mosquitos. No dia 22, foi feita uma aplicação de inseticidas saneantes, e esse número foi reduzido para 15 vetores por casa. Nos dias 26 e 28 começou a subir novamente a população.

Pode passar.

Aí um estudo técnico da Flórida, em 2012, no caso, foi feito um levantamento de 15 mosquitos pousados. Foram feitas três aplicações. Após a aplicação no dia 19/06, houve uma redução de 97% para 1,2%. No dia 11/07, havia uma população de 14 mosquitos. Foi feita uma aplicação no dia 23/07, e reduziu para 1,5 mosquito. Em média, uma redução de 89,7% dos mosquitos.

Pode passar.

O Sindag entende que o combate com inseticidas ou com produtos biológicos é um ponto adicional. Por isso a ideia, na reunião que tivemos com o Ministério da Saúde, é justamente fazer um projeto piloto, coordenado pelo Ministério da Saúde, com a participação e supervisão do Ministério da Agricultura e assessoramento do Sindag. E que sejam feitos todos os estudos técnicos e científicos e validada a tecnologia aqui no Brasil, mesmo havendo esse trabalho de 1975. A proposta seria que fosse novamente feito um projeto piloto, que se

escolhesse uma cidade, um distrito ou um Município pequeno. Na verdade, é o mesmo produto utilizado com o equipamento terrestre, a única diferença seria em forma UBV, porque, no caso das aeronaves, elas têm que voar a 40m, 50m de altura, e o produto tem que chegar nos focos. Após esse projeto piloto, que seja gerado um protocolo para que todos os Municípios ou todos os órgãos que possivelmente vão utilizar a tecnologia possam se valer do protocolo.

Pode passar.

A estratégia então seria utilizar a aplicação aérea como complementar ao combate ao mosquito, integrada ao controle larval, às atividades educacionais e de engenharia sanitária.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – No caso, implantação de grupo de trabalho, multidisciplinar, para orientação das ações.

Como eu falei antes, é uma ferramenta adicional. Sabemos que é mais questão educacional e controle de larvas do que combate em si.

Eu gostaria de frisar que o produto que seria utilizado é o mesmo dos fumacês. Não haveria nenhuma diferença. Se é possível aplicar de fumacê, a diferença é a tecnologia de aplicação.

Pode passar.

Como eu disse, a única diferença entre os produtos seria em forma de UBV, que é à base de óleo. Como o avião vai voar a 40m, 50m de altura, tem que chegar ao alvo, e o produto seria em forma de UBV. O produto mais utilizado hoje é o Malathion.

Pode passar.

Pode passar.

Na verdade, o Sindag também está preocupado com a epidemia. Todos nós temos filhos e parentes e, como pessoas humanas, estamos sempre dispostos a colaborar, a fim de que se utilize também essa ferramenta para combater esses mosquitos e vetores em forma de epidemia.

Agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Obrigado, Nelson.

Vou passar a palavra então para o Sr. Leandro Moreira Garcia, Diretor de Tecnologia da Planear Sistemas.

O SR. LEANDRO MOREIRA GARCIA – Boa tarde, pessoal.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para estar presente aqui. Temos acompanhado as reuniões que têm acontecido.

Estou muito satisfeito de ter ido para esse lado, pois é um lado em que acreditamos muito, de apostar na prevenção e no combate.

Como sabemos, o SUS é um sistema de bastante sucesso, evolui a cada dia e é referência em muitas partes do mundo. Alguns dos atores muito importantes do SUS são os agentes de campo e os agentes de endemias, os ACSs. São os atores que estão nas casas das pessoas, os atores que levam prevenção e informação para as pessoas. Existe hoje um batalhão desses atores. No Brasil, por cidade, o número é muito grande. Teoricamente, deveria existir um ACS para cada 750 habitantes e, na média, um ACE, que é o agente de endemias, que é um dos nossos focos aqui, para cada 2 mil habitantes. Essa seria, mais ou menos, a média do Brasil.

A nossa proposta aqui é mostrar uma tecnologia que criamos e que desenvolvemos, muito legal, que está implementada em alguns lugares, para modernizar e acompanhar o trabalho desses agentes de campo, para armá-los no combate ao que tanto estamos falando aqui.

Pode passar, por favor.

Eu sou mestre em Modelagem Matemática, especialista em Saúde Pública, engenheiro de software. Eu e a Samira somos fundadores da Planear.

Pode passar, por favor.

Temos um grupo de consultores muito forte. Nossa projeto tem um conhecimento na área de saúde e na área de gestão muito significativo. São três exemplos de grandes nomes que entendem de saúde pública no Brasil, como o Sabattini.

Pode passar mais uma.

Temos aparecido na mídia, desde o ano passado, pelo tamanho do problema que se tornou o *Aedes aegypti* no Brasil e a quantidade de consequências que ele traz para a população.

Pode passar mais um, por favor.

Nossa empresa foi constituída em 2008, por um prêmio que ganhamos do Ministério da Ciência e Tecnologia em um projeto de saúde. Desde então, temos tido reconhecimento e ganhado alguns prêmios. No ano passado, ganhamos um prêmio do desafio Unimed, por relacionamento com os beneficiários da Unimed de BH.

Nós nos relacionamos com mais de 2,5 milhões de beneficiários, e o prêmio do Sebrae, de que nos orgulhamos muito também. Aparecemos durante um minuto no intervalo do Jornal Nacional. Para quem era pequenininho e agora tem crescido muito, isso foi muito importante para nós. Ficamos muito satisfeitos.

Pode passar mais um, por favor.

O problema é esse de que estamos falando, do *Aedes aegypti*, que foi muito bem posto aqui, mas temos uma visão um pouco diferente sobre ele. Tem-se falado muito aqui, por exemplo, em alcançar as casas que estão fechadas. Mas, antes disso, existe um problema de campo mesmo, um problema de produção desses agentes. O que é uma casa fechada? Será que o agente chega na porta da casa e espera tempo suficiente para a mulher que está lá dando banho no bebê chegar até a porta e atendê-lo? Essa é uma questão muito simples, uma questão muito boba, mas, a partir dela, conseguimos fazer outros questionamentos, pois a gestão deveria ter esse conhecimento, o que muitas vezes não acontece. Será que o agente faz o trabalho da melhor forma possível? Quem são os agentes mais eficazes? E os menos eficazes? Como fazer os menos eficazes melhorarem a ponto de falarem todos a mesma língua e trabalharem da mesma forma? Existe fraude, existe agente que fala que foi e não foi? Esse tipo de questão é muito importante para entender o cenário do Município, para entender o cenário de cada agente e das equipes, e para que o combate seja mais eficiente. E não saber a resposta dessas questões tem um custo muito grande.

Pode passar, por favor.

Esses são alguns dados superficiais. Quer dizer, de 2010 a 2014, foram investidos mais de R\$4 bilhões, somente pelo Governo Federal, no combate às endemias. Só em dezembro do ano passado, foi publicado um investimento de R\$66 milhões no Governo de Minas. Um investimento adicional ao que já se investe corriqueiramente. E com tantos investimentos, com tantos recursos que sabemos que ainda são escassos, por que o número vem crescendo? Por que neste ano a infestação está muito maior?

Pode passar, por favor.

Essa é uma imagem que alguém menos atento poderia achar que é bastante atual, mas é uma imagem de 1940. Se não me engano, no combate à malária, aos vetores da malária. Aliás, de Chagas.

Olhando para essa imagem, não se vê muita diferença do que acontece hoje. Muitas outras áreas da saúde evoluíram muito tecnologicamente, a parte de farmácia, a parte de laboratórios, a parte de assistência. Na minha cabeça, essa parte dos agentes que estão nas ruas, que têm uma missão muito importante, precisa evoluir.

Passa, por favor.

É isso que estou falando, 1940 não é igual a hoje, o ano passado não é igual a este ano, os vírus evoluíram, as pessoas evoluíram, a sociedade evoluiu, o vetor evoluiu, está mais forte a cada dia. Então, é preciso acompanhar esse tipo de evolução.

Passa mais um, por favor.

É preciso saber hoje o que está acontecendo hoje.

Pode passar.

Então, nesse projeto tecnológico, existem três pilares fundamentais, dentro de determinada população. Um deles é a participação popular. Enquanto houver um criadouro de mosquito a cada esquina, não há ACE que faça visita e vá resolver. A população tem que participar mais desse cenário, qualificar as visitas de campo, saber quem são os melhores, quem são os piores, se estão fazendo direito, como poderiam melhorar.

Salas de situação, que seriam salas de guerra mesmo para os gestores saberem o que está acontecendo, acompanhar indicadores em tempo real, usar a tecnologia que está disponível, muitas vezes, para o setor privado, para as grandes empresas, utilizar em todos esses cenários, para o Município pequenininho, para o Estado e para todo o Brasil.

Pode passar.

Vamos começar pela sala de situação. Esse é um exemplo de um possível *dashboard* que o Estado poderia utilizar, comparando a produtividade, comparando alguns indicadores que poderiam ser coletados por todas as áreas. Só pelo fato de coletar essas informações de forma organizada, você já consegue definir metas específicas e entender o cenário completo.

Passa mais um.

Descendo um pouquinho mais o nível, essa seria a visualização que o Município pode ter do cenário de saúde da sua população. Ele consegue enxergar quantos imóveis de alto risco existem, cada vez que o agente vai lá tem uma quantidade maior de focos, a pessoa não toma os cuidados necessários, quantas gestantes existem em áreas com nível de infestação muito grande. Esse é o tipo de conhecimento de que uma sala de situação precisa, para tomar ações específicas, para conversar com as pessoas, para evoluir as equipes e os agentes pontualmente.

Pode passar mais um.

Esse terceiro é um ponto importante também, que seria a comparação de produtividade entre os agentes. Eu consigo saber vários indicadores a partir disso aí, quanto tempo um agente fica em uma visita numa casa, quanto tempo de deslocamento entre um imóvel e outro numa determinada área, quais os agentes que fazem o papel de comunicação, que se envolvem melhor com a população, de forma que o cidadão vai estar capacitado para cuidar do próprio imóvel, para fazer a parte dele. Seria uma visão em um nível mais baixo de detalhes.

Passa mais um, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO MOREIRA GARCIA – Vou me adiantar.

Esse é um exemplo feito na cidade de Vespasiano, em Minas Gerais. Cada pontinho existente naquele mapa é uma visita feita em um imóvel. A cor do pontinho é a classificação desse imóvel, diante de alguns parâmetros usados. Então, os pontinhos verdes é onde há uma gestante; os pontinhos vermelhos são os imóveis fechados, quando o agente foi lá e estava fechado.

Pode passar.

Qualificação das ações de campo.

Passa mais um.

Então, o agente trabalha com uma tecnologia com o *tablet*, com um dispositivo móvel, e todo dado coletado por ele é coletado já no formato digital. Isso automaticamente é atualizado na nuvem, o gestor tem a visualização de onde está cada agente, de onde estão as equipes, de qual cobertura de determinado ciclo está sendo feita.

Pode passar.

Automaticamente, a gente consegue qualificar alguns pontos, alguns indicadores: tempo de visita, tempo de deslocamento, qualidade dos dados que o agente está colocando, capacidade que esse agente tem de levar informação para o morador, para a população, a localização das visitas.

Passa.

Esse é outro georreferenciamento semelhante àquele.

Pode passar também.

A participação popular é um fator crucial, 80% dos focos estão dentro das casas das pessoas, dentro dos imóveis. Então, é importante que essas pessoas participem dos cuidados. A gente tem duas ações para isso. Uma é uma comunicação constante da gestão e da equipe de cuidados específica para isso, com essa população, e comunicação específica. Se há uma família que guarda água num tonel, porque não tem essa parte bem resolvida, a comunicação do Município com ela vai ser sobre isso, sobre como ela deve tratar aquilo. Então, é uma comunicação muito específica. O segundo ponto é dar para a população uma ferramenta para ela colaborar de forma ativa. Essa ferramenta já existe, já está publicada. Uma comunidade já a utiliza faz algum tempo, ela permite que o cidadão denuncie focos, denuncie suspeitas: "Eu estou com uma suspeita de dengue aqui." Isso vai para a gestão municipal tomar alguma ação a respeito disso.

Então, a questão é essa. Vejo que existe um exército desarmado, que poderia, com a arma adequada, evoluir bastante o trabalho que é feito hoje. E existe uma população que quer participar. Muitas vezes não tem conhecimento, não tem a ferramenta adequada para participar, para colaborar com esse problema, que é tão sério. Esses são alguns dos aspectos principais da nossa solução.

Agradeço e fico disponível para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Obrigado, Leandro.

Passo a palavra para o Glen Slade, Diretor da Oxitec no Brasil.

O SR. GLEN SLADE – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer à Comissão pelo convite. Vou fazer uma apresentação agora sobre o *Aedes aegypti* do bem, um mosquito geneticamente modificado que está pronto para a ação nessa luta contra o transmissor da zika, da dengue e da chikungunya.

Próximo.

Então, nossa solução funciona assim. Nós liberamos os machos do *Aedes aegypti* do bem. Sendo machos, eles não podem picar nem transmitir doenças, mas vão buscar as fêmeas selvagens, inclusive nas casas fechadas, criadouros escondidos, cruzam com elas e toda prole vai carregar os dois genes adicionais que nossos machos carregam. O primeiro gene autolimitante vai fazer com que os filhotes morram antes de chegar à fase adulta, o que vai reduzir a próxima geração. O outro gene adicional é um marcador fluorescente que facilita a amostragem, para que a gente assegure o sucesso do projeto.

Próximo.

Os nossos projetos têm êxito, sim. Nós temos trabalhado no campo desde 2009. Fizemos cinco ensaios, três deles no Brasil. Em cada um a redução do *Aedes aegypti* selvagem foi acima de 90%, em comparação com

áreas sem liberações do *Aedes* do bem. Três desses estudos já foram publicados em revistas *peer-reviewed*, inclusive um artigo com esse modelo, que não vou explicar detalhadamente, mas que sugere que essa supressão chega muito abaixo ao limiar da transmissão epidêmica de dengue.

Próximo.

Além de ser uma ferramenta poderosa, o *Aedes aegypti* do bem é superseguro, tanto do ponto de vista dos seres humanos, porque os machos não picam, não usam a toxina, quanto do ponto de vista do meio ambiente, porque estamos só afetando uma espécie, a espécie invasora do *Aedes aegypti*, e porque esse mosquito autolimitante não pode se espalhar, não pode persistir. Foi assim que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança deu, em abril de 2014, a liberação comercial no Brasil.

Recentemente, a FDA, nos Estados Unidos, também chegou à mesma conclusão.

Também quero destacar que essa solução é muito bem-vinda nas comunidades em que estamos trabalhando atualmente, no bairro de Cecap, em Piracicaba, onde atingimos um apoio de 96% dos moradores da área tratada.

Próximo.

Baseados nesses resultados de campo e relatórios, a Oxitec já está em vias de construir a nossa segunda fábrica no País, mas nossa primeira fábrica de grande escala. Isso vai ter uma produção industrializada, processos muito eficientes, com bastante controle de qualidade. Pretendemos produzir por volta de 60 milhões de machos do *Aedes aegypti* do bem por semana, que podem proteger mais que 300 mil pessoas. Assim, estamos prontos para fazer projetos em qualquer cidade no País. Nós podemos mandar essa produção para outros lugares e também temos um padrão que podemos usar para implantar outras fábricas em outros Estados.

Quero já destacar que essa solução não é uma solução para ser entregue para 200 milhões de pessoas. É uma solução que pode ser usada focando nas áreas de alto risco.

Próximo.

A Oxitec tem trabalhado desde 2002 com essa solução, visando principalmente a dengue. Recentemente, quando chegou no Brasil primeiramente a chikungunya, depois a zika, obviamente todo mundo sabe que foi a microcefalia que mudou tudo, em termos de atitude sobre o combate, sobre esse vetor de doenças.

Três pontos ficaram muito claros desde essa emergência de saúde pública internacional. Em primeiro lugar, temos que focar sobre o mosquito transmissor, porque isso vai lutar contra três vírus e também contra os próximos. Temos que ter urgência nas nossas ações, isso está causando um sofrimento horrível já. Assim, sabendo que as ferramentas atuais não são suficientes, é importantíssimo adotar soluções inovadoras em grande escala. A minha mensagem chave por hoje é que o *Aedes* do bem é a única solução nova que cobre todos esses três pontos. Nós podemos reduzir o mosquito, não simplesmente substituí-lo; é eficaz e seguro; já acabou a fase de pesquisa. Também estamos prontos para implantar em grande escala em qualquer lugar. Foi assim que a Organização Mundial da Saúde recomendou, há algumas semanas, o uso do *Aedes aegypti* do bem.

Próximo.

Essa solução tem um ótimo custo-benefício. É claro que vamos usar essa solução nas áreas com alto risco, onde o controle tradicional está falhando e onde há a maioria de casos de dengue e de microcefalia.

O exemplo no gráfico é o indicador LIRAA, publicado pelo Governo, que só tem dados para Pernambuco e Rio de Janeiro, onde existem 84 cidades de alto risco. Se há jeito para controlar essa infestação, tudo bem, mas nós temos uma solução inovadora, com resultados exitosos contra esse mosquito.

Temos também um modelo de negócios flexível, que vai permitir ao Município participar particularmente nas atividades de campo para reduzir ainda mais o custo dessa solução.

Próximo.

Todo o dinheiro gasto no *Aedes aegypti* do bem é dinheiro gasto na empresa Oxitec do Brasil, que está produzindo esse mosquito no Brasil.

Essas fábricas, esses projetos estão criando empregos para brasileiros, estamos dando trabalho para fornecedores locais, estamos capacitando pesquisadores para ajudar com o desenvolvimento de nossos processos e produtos. Em resumo, é uma solução compatível com o programa nacional, que pode ser adaptado à situação no Brasil.

Basicamente, com o *Aedes aegypti* do bem, a Oxitec está investindo no Brasil para melhorar a vida das pessoas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Glen Slade, Sr. Nelson Antônio Paim e Sr. Leandro Garcia pelas apresentações.

Nós encerramos esse bloco de apresentações. Com isso, também todas as apresentações previstas para esta audiência.

Corrigindo, encerramos o segundo bloco de apresentações.

Sendo assim, encerrando o segundo bloco, vamos abrir para questionamentos.

Novamente, o ilustre Deputado Mandetta para suas apropriadas e pertinentes questões.

Não se preocupe, irei contribuir com alguma coisa.

O SR. MANDETTA (DEM - MS) – Eu parabenizo todos pelas apresentações, mas volto a repetir: vamos solicitar ao ministério... À exceção da pulverização aérea, porque, nesse caso, como a maioria dos focos é intradomiciliar, peridomiciliar, a eficácia – estamos falando de outra estratégia de aspersão, colocar o inseticida no meio urbano –, aí haveria o impedimento, porque a maior parte dos focos é intradomiciliar. Agora, eu gostaria muito que o pessoal do defensivo agrícola ajudasse a fazer uma pesquisa séria, independente, ligada a uma instituição, poderia ser em Piracicaba, onde há agronomia da USP, enfim, uma instituição séria para vermos a resistência desse inseticida que está sendo colocado no programa de dengue. Acho que isso é *milk-shake* para esses mosquitos. Antes de falarmos como vamos fazer, o que estamos colocando, porque a sensação que quem está na ponta tem é de que os veículos, que têm que andar numa determinada velocidade, com a temperatura, com o vento, essas máquinas... Depois fizeram piretróide para ser colocado em água, ele fica muito volátil, aí colocaram em óleo, o óleo entope a máquina, aí jogam desse mesmo jeito, com uma pressão enorme, fazem o teste com 5, 10, 15 metros, as máquinas estão todas descalibradas e o inseticida propriamente dito não está tendo 30% de eficácia. Então, se ele tiver realmente essa resistência, a gente jogar via aérea, a gente vai estar só mudando. A resistência, pelo mau uso, já é generalizada. Eu gostaria muito de ver uma pesquisa sobre resistência.

Fica aqui uma sugestão para a Fiocruz, porque o mosquito da Fiocruz é o mosquito com a *Wolbachia*. A iniciativa privada modifica geneticamente o mosquito e fala o *Aedes* do bem. Então, *Wolbachia* parece que vem um russo; o outro modifica geneticamente e fala o meu é do bem. É o *marketing*. Eu não saberia dizer como é mudar geneticamente o mosquito e soltar no meio ambiente. Acho que os ambientalistas é que, numa escala muito alta, não sei como eles se comportariam, não saberia dizer. Agora, eu gostaria que o Ministério da Saúde desse uma resposta técnica a todas essas apresentações técnicas. Senão, como Parlamentar, a gente fica no "eu acho que isto poderia ser bom, eu acho que isso poderia ser bom, eu acho que aquilo poderia ser bom".

A vontade que dá é dizer: "Vamos usar tudo". Joga no inseticida, manda a *Wolbachia*, manda o geneticamente modificado, ponha o computador do cara, dá a vacina. Vamos fazer um *mix*.

Quando há muitas soluções, é porque nenhuma conseguiu ainda se impor.

Eu acho que, no Ministério, provavelmente vocês já devem ter notas técnicas sobre cada uma delas. Então, que mandassem as notas técnicas aqui para a Comissão, para ver se nós conseguimos fazer também um trabalho técnico.

Quanto a essa da pulverização aérea, em 2007, quando eu era Secretário da Saúde de Campo Grande, mandei a pergunta ao Ministério da Saúde, e eles emitiram a nota técnica lá para a minha cidade, colocando exatamente a questão do intradomiciliar, peridomiciliar – o Colatto tem falado muito disso, foi muito bom você ter apresentado. Mas eu gostaria que o Ministério mandasse as notas técnicas dos três.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado.

Alguém gostaria de fazer uma resposta inicialmente? O senhor gostaria de começar, Sr. Nelson? (Pausa.) Por favor.

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Deputado, eu não vou entrar no mérito do inseticida, porque, na verdade, a nossa proposta é a questão do veículo.

O que nós sabemos é que há alguns testes com produtos biológicos que inclusive podem ser aplicados via aérea justamente com a questão do meio ambiente.

Lá no Ministério da Saúde, nós tivemos uma reunião com eles no mês passado, justamente contestando a nota técnica. Na verdade, na nota técnica de 2007, o próprio Ministério reconhece o uso da aplicação aérea. É utilizada em várias partes do mundo. Inclusive nos Estados Unidos, no Estado da Flórida, é frequente as pessoas ali andando e os helicópteros e aviões trabalhando.

Então, o que os nossos técnicos defendem é que ainda que esse mosquito *Aedes aegypti* tenha a característica de intradomiciliar, muitos deles permanecem também fora das residências. E aí, quando se faz a aplicação, pega-se grande parte desses vetores também.

Quanto à questão de atingir os mosquitos dentro das residências, segundo os técnicos, mantendo as portas e janelas abertas, essas gotas vão atingir também os mosquitos, também aí adicionado a deriva, o que é um dos questionamentos do Ministério da Saúde.

Agora, claro, a proposta da aviação agrícola sempre é contribuir. Nós sabemos que o uso de inseticida já está sendo largamente discutido. Eu não vou entrar no mérito do inseticida. O que nós defendemos é que a aplicação aérea é homogênea e vai pegar todos os pontos, ao contrário dos fumacês, que são jatos direcionados, e muitas vezes se atingem as frentes das residências e não se atingem os fundos. Muitas vezes, quando

o aplicador com o fumacê foca o produto na porta das residências ou na frente das residências, os mosquitos voam para os fundos. Então, não se consegue atingir uma população maior. Também há o problema da calibragem dos fumacês, como o senhor disse. A diferença da aplicação aérea é que é uma aplicação homogênea e vai pegar todos os pontos. Claro que as gotas dificilmente vão atingir residências que estão fechadas.

Então, qual é a proposta do sindicato? O sindicato quer contribuir. Na verdade, se amanhã houver um produto biológico, que se use essa ferramenta. E isso quem vai decidir é o Ministério da Saúde. Nunca, jamais, nenhuma empresa no Brasil tomou decisão; apesar da solicitação de vários Municípios e inclusive de governadores que querem adotar o uso dos aviões, nós achamos que tem que ser coerente, que o Ministério da Saúde, que coordena todo esse trabalho, tem que coordenar realmente.

Nós propomos que se faça um projeto piloto. Apesar de que há estudos de outros países, nós tivemos no Brasil só em 1975. De 1975 para cá, muita coisa mudou. Assim, propusemos ao Ministério da Saúde, no mês passado, que se faça um projeto piloto, a ser testado, talvez, num distrito pequeno do qual se tire a população, com o objetivo de fazer toda a pesquisa técnica, toda a avaliação, para depois se tomarem as decisões necessárias.

Nós só queremos, como operadores, que olhem para essa ferramenta, que pode contribuir. Se é inseticida químico ou biológico, isso é uma decisão do grupo de trabalho do Ministério da Saúde, que tem total competência e sabedoria para tomar essa decisão.

Então, o que nós, durante todos os anos, temos sempre colocado é que não se discuta ideologicamente, como algumas pessoas imaginam: "Não, vai se passar com um avião pulverizando com agrotóxico em cima da cidade e vai matar todo mundo". Não! Não é isso. Primeiro que, hoje, o produto que há é o Malathion, o mesmo produto utilizado em fumacê. Assim, não há diferença alguma em aplicar por veículo terrestre ou por veículo aéreo. A única diferença é a tecnologia.

Dessa forma, a proposta nossa é que seja realmente montado um grupo de trabalho, que se faça um projeto piloto, que se faça um protocolo, e, a partir desse protocolo, tome-se a decisão de utilizar ou não a tecnologia. O que nós estamos preocupados é que estão morrendo muitas pessoas, e, nós só queremos contribuir com o nosso Brasil. A decisão é da parte técnica de pesquisa.

Essa é a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Nelson.

Algum outro comentário, Sr. Glen?

O SR. GLEN SLADE – Obrigado pela pergunta.

Obviamente, a avaliação entre todas essas ferramentas é um desafio para qualquer grau governamental. Mas, neste contexto, eu gostaria só de destacar que tenho a oportunidade de fazer essa avaliação na escala local. Cada bairro tem sua própria situação em termos de desafios de controle, em termos de turismo, absenteísmo, todos os fatores que vão afetar o custo benefício de se implantar a solução. E também há o setor privado, condomínios residenciais, áreas industriais, que têm vontade de ter acesso à ferramenta mais indicada para a situação que eles têm lá.

Então, nós da agência Oxitec podemos vender, mas provavelmente o senhor já sabe que, apesar de ter recebido a aprovação de biossegurança da Anvisa há quase dois anos, o que nós estamos aguardando é um jeito para poder comercializar essa solução.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Glen.

Deputado Mandetta, alguma outra questão? Algum outro comentário? (Pausa.)

O SR. LEANDRO MOREIRA GARCIA – Eu gostaria de comentar que, do meu ponto de vista, a evolução tecnológica do processo de trabalho desses agentes de campo consegue andar em paralelo a tudo o que nós temos falado aqui. Ou seja, é importante saber o que acontece, é importante ter um termômetro medindo as comunidades para saber o tipo de foco que é mais comum, para saber os imóveis que têm maior risco. Além de esse processo resultar na diminuição dos focos e dos casos, consequentemente, é importante ter esse processo muito bem definido, para redução de custos, para gerência dos recursos humanos e para uma série de fatores.

Eu acho que esse modelo caminha em paralelo com os outros modelos que nós estamos vendendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – O.k. Muito obrigado.

Eu passaria as minhas perguntas, caso o Deputado Mandetta não tenha nenhuma outra questão. Vou inicialmente comentar aqui a apresentação do Sr. Nelson Paim.

Corroborando, mais uma vez, as palavras do Deputado Mandetta, que essa abordagem múltipla, ou multiplataforma, também começa a apresentar, pelas falas aqui hoje, as suas divergências.

Entendo por exemplo que, no caso do uso do mosquito, seja ele com tecnologia nuclear, seja com tecnologia de modificação genética ou mesmo por infecção por bactéria, qualquer das três, não seria viável o uso de inseticida onde há distribuição desse tipo de mosquito. É desnecessário, não são complementares as ações.

Então, eu questiono em relação à aplicação urbana, Sr. Nelson: quais são os riscos inerentes a essa aplicação para o caso de acidentes aéreos, para o caso de aplicação próxima a edifícios ou, mesmo assim, as alergias conhecidas, seja no caso de aplicação do inseticida químico ou biológico? Já há algum tipo de estudo nesse sentido?

Pergunto também sobre a viabilidade do uso do inseticida apresentado pela Fiocruz, que é o inseticida biológico – se não me engano, o DengueTech –, com a técnica de distribuição via óleo, UBV. Há esse conhecimento dessa compatibilidade?

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Deputado, com relação à parte do voo em si dos aviões, não haveria problema algum, porque, como eu disse, é uma atividade que já se utiliza em vários países. Na Flórida, é comum as pessoas caminhando... Eu mesmo já presenciei lá: você está caminhando, e passa um helicóptero pulverizando inseticidas saneantes.

Então, na verdade, toda a aviação agrícola, todos os pilotos que operam nessa atividade são pilotos preparados, são pilotos que já voam em obstáculos, em redes elétricas, em áreas que têm uma série de obstáculos. Então, a parte operacional do piloto é tranquila. Hoje os aviões são todos operados com equipamentos de GPS, e pode-se fazer mapeamentos, podem-se incluir obstáculos, podem-se incluir todos os parâmetros a serem contornados ou avaliados na aplicação.

Com relação aos inseticidas, eu não sou técnico, mas o que eu ouço dos técnicos, inclusive dos técnicos do próprio Ministério da Saúde, é que os produtos atualmente utilizados são produtos que não acarretam risco algum para a saúde humana. Por isso, seu uso é autorizado pelo Ministério da Saúde, pela Anvisa e pelo próprio Ibama (Instituto do Meio Ambiente). Então, o produto em si hoje, os inseticidas químicos, o próprio Malathion, não teria problema, mudando-se a forma de aplicação. Claro que, quando se vai fazer aplicação aérea, é preciso fazer um estudo da área, um levantamento técnico; quanto aos horários, são diferentes; normalmente, são no período da manhã, que tem menos insetos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Peço à assessoria que avalie se temos de suspender ou se podemos dar sequência na audiência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Eu concluirei.

Pode continuar.

O SR. NELSON ANTÔNIO PAIM – Na verdade, é isto: não há diferença, não há problema com o produto em si com relação às pessoas, caso seja aplicado por avião ou por equipamento terrestre. Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Nelson.

Eu passarei as questões aqui ao Sr. Leandro e, mais uma vez, reiterando que, ao final, eu peço, Sr. Giovannini, representante do Ministério da Saúde, que faça essa consideração também sobre as apresentações.

Sr. Leandro, em relação à tecnologia, à ferramenta que o senhor apresentou, eu questiono se já foi apresentada ao Ministério da Saúde e, em caso afirmativo ou não, qual é o canal de integração mais adequado da sua ferramenta com as ferramentas ou com os setores atuais do Ministério da Saúde? Ou seja, onde é que ela se encaixa melhor?

Outra questão é a respeito da interatividade dessa ferramenta com os sistemas atuais do Ministério da Saúde. Por exemplo, nós poderíamos antecipar ou agilizar a elaboração do boletim epidemiológico, por exemplo? Ele poderia ser algo mais interativo, mais dinâmico, em tempo real?

Outra questão mais prática, mas também interessante para a viabilidade da sua ferramenta: existe algum índice de retrabalho a partir do uso do tablet, porque deu defeito, porque o operador foi assaltado, porque simplesmente caiu e quebrou? Como vocês abordam isso? Há algum índice nesse sentido? É apenas uma questão mais prática.

O SR. LEANDRO MOREIRA GARCIA – Do ponto de vista da integração, quanto aos dados que são gerados, que são coletados pelo dispositivo, o nosso objetivo é coletar o dado no formato digital, e esse dado seguir o processo inteiro que ele deve seguir sem precisar de intervenção humana. Então, quando o dado é coletado por um ACS, ele é integrado diretamente com o sistema do Ministério da Saúde, com o e-SUS, atualmente; quando são dados coletados pelo ACE (Agente de Combate às Endemias), esses dados já são trabalhados e já são formatados de modo que a imputação dele no SisPNCD, por exemplo, seja natural.

Então, ele já consegue agregar tudo, fazer todos os relatórios, todos os cálculos que, na maioria dos casos, hoje são feitos à mão. Então, ele facilita muito o processo. Esse é um dos pontos legais, porque ele reduz custos. Você não precisa de digitador, você não tem erro de digitação, você não tem papel trafegando de um lado para o outro. Essa é uma questão.

A segunda questão sobre o tablet, é que, se for roubado, por exemplo, estamos trabalhando com a patente de um dispositivo específico para coleta de dados de saúde. Então, a partir desse momento, não vai ser mais um tablet que o agente carrega, vai ser um dispositivo de coleta de dados de saúde. Essa é uma questão

que é importante para a questão de roubo, para a questão de queda, para a questão de chuva e tal. Hoje conseguimos ter esses cuidados, ter um dispositivo à prova de choque, à prova de água e tudo mais para evitar esse tipo de acontecimento. Há alguns casos pontuais. Por exemplo, roubou-se o dispositivo do cara, nesse ponto, ele faz no papel, como é feito na maioria dos casos, e informa isso diretamente no sistema.

A terceira questão, lembre-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – A questão da interatividade com os sistemas atuais, por exemplo, o boletim epidemiológico.

O SR. LEANDRO MOREIRA GARCIA – Legal, legal.

Como os dados são coletados, esses dados podem ser enviados para um sistema em nuvem, em tempo real. Então, conseguimos ter os números, os dados de infestação em tempo real. O agente está coletando esses dados em campo, e o gestor está olhando para eles no mesmo momento.

Em alguns cenários, há um cuidado que temos para que o custo fique razoável para Municípios menores, para Municípios com menos recursos. Nesse tipo de cenário, o dispositivo trabalha *off-line*, ele trabalha sem acesso a internet. Nesse tipo de caso, você tem um dia de atraso de dados. Quer dizer, quando o agente chega ao local de trabalho dele, ele descarrega esses dados para a nuvem. Mas ele pode trabalhar *on-line*, completamente *on-line*, ou com um dia de atraso. Sempre, no final do dia, o agente envia esses dados e, nesse momento, o gestor consegue saber o índice dos dados coletados naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado.

Passo às questões ao Sr. Glen Slade, da Oxitec.

Sr. Glen, entendo que a adoção dessa tecnologia, no País, ainda está apenas na fase de pesquisas. Qual é o desafio? Qual é a barreira de implantação, de adoção dessa tecnologia do mosquito do bem no País? E qual a estratégia da empresa também para essa adoção? O senhor comentou de um modelo de negócio flexível. Isso é PPP? É aquisição direta pelos governos em diferentes instâncias, estadual, municipal e federal? A Oxitec já tem algum plano para implantação nacional, com número de fábricas, etc.?

Numa questão mais técnica, nós estamos discutindo aqui, como o Deputado Mandetta mesmo comentou, que o *marketing* de vocês nos aparenta ser mais fácil de assimilar. Mas eu gostaria de questionar especificamente qual a diferença, se o senhor pudesse falar do mosquito geneticamente modificado para o mosquito contaminado pela *Wolbachia*. Quais são os prós e quais são os contras no entendimento do senhor, de ambas as soluções?

O SR. GLEN SLADE – Muito obrigado pelas perguntas.

Em primeiro lugar, a pergunta é se nós estamos ainda na fase de pesquisa. Estamos numa transição entre a aprovação de segurança e a aprovação para comercialização. Atualmente estamos implantando projetos em Piracicaba, baseados numa parceria com caracteres de pesquisa.

O que estamos pesquisando são fatores de implantação, como otimizar a nossa implantação. Já temos dados de eficácia, já temos aprovação de segurança. Então, estamos usando esse prazo para obter mais dados, mas a nossa pesquisa acabou e nosso registro comercial não chegou ainda.

Em termos da estratégia de venda, estou muito feliz que todo mundo goste do nome *Aedes aegypti* do bem.

Sim, temos um modelo flexível. Há diversas etapas para produzir, liberar e monitorar o nosso mosquito. Eu já expliquei como, por exemplo, que as etapas do campo podem ser feitas para parceiros, pode ser time técnico de um Município, pode ser terceirizado. Os técnicos podem prestar treinamento, certificação e controle de qualidade dessas etapas, em vez de entregar mesmo.

No futuro, em termos de PPP, estamos abertos a conversar sobre modelos de transferência de tecnologia, até talvez venda somente de ovos da nossa linhagem e deixar a criação até pupas adultas para o Governo ou outra parte.

Em geral, dentro do modelo de controle de vetores, como está, essa responsabilidade fica com o Município. Então, na área de Governo, o cliente principal vai ser o Município, tomando decisões e com a verba como está, mas obviamente, no momento atual, temos conversas com diversos Estados também sobre a possibilidade de custear projetos, ajudar com a implantação de pilotos.

Também temos o setor privado, que é outro assunto. Muito provavelmente, na maioria das cidades, o trabalho do Município não chega aos condomínios privados residenciais, não chega aos condomínios de trabalho, portos, aeroportos. Então, todos esses atores que também têm problema de controle do vetor precisam dessa ferramenta também. E, de novo, nós podemos fazer nossa oferta de uma forma flexível, ou trazer a solução inteira, ou capacitá-los de fazer parte de campo.

A sua outra pergunta era sobre a diferença entre nosso mosquito e a *Wolbachia*. Já mencionei que a diferença: é que o nosso mosquito visa reduzir o mosquito em vez de substitui-lo. Então, nós temos objetivos diferentes. Por um lado, claro, as duas ferramentas gostariam de chegar a provar que podemos reduzir a do-

ença, mas esse resultado tem a ver com o número de mosquitos no campo, não com a ferramenta usada para chegar ao número de mosquitos desejável. Ou seja, nós falamos já sobre o manejo integrado de vetores e a ferramenta da Oxitec é mais uma ferramenta.

É difícil que uma ferramenta contra o mosquito seja tão poderosa para ter prova contra a doença. Talvez nossa ferramenta seja tão poderosa que vamos chegar a esse ponto, mas, a curto prazo, nossa ferramenta é provada como eficaz contra o mosquito, e isso é um objetivo em si importante atualmente. No caso de Wolbachia, o objetivo de infectar mosquitos com bactéria não é um objetivo. Pode ter 80%, mas sem prova de que isso vai reduzir a doença ou que você tenha alcançado.

Também no lado de segurança, em vez de eficácia, a Oxitec tem recebido a liberação comercial, baseada em um dossiê muito completo de 900 páginas de dados sobre diversos aspectos de segurança do nosso mosquito.

No caso de Wolbachia, há outra situação. Obviamente estão fazendo projetos com os processos adequados para a pesquisa. Existem três desafios. Em primeiro lugar, a liberação de fêmeas, que vão picar, que podem transmitir doenças. Em segundo lugar, estão substituindo, no meio ambiente, esse mosquito e criando um novo ecossistema, com mosquito, vírus e bactéria evoluindo juntos, concorrendo um contra o outro, sem saber qual será o resultado.

E, no terceiro assunto – não sei se o senhor da Fiocruz tem comentário –, entendo que agora, para tentar melhorar os resultados de campo, eles têm cruzado os mosquitos com mosquitos selvagens para introduzir uma resistência contra inseticidas, com o objetivo de que os moradores, sendo picados, não matem o mosquito com inseticida. Tudo bem, mas se acontecer algum problema no futuro, como é que iremos matar esses mosquitos?

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Glen Slade.

Quero agradecer ao Sr. Nelson Paim, por sua apresentação, ao Sr. Leandro Moreira Garcia. Parabéns a todos pela qualidade das apresentações.

Vou passar agora, novamente, a gestão dos trabalhos ao Deputado Odorico Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. Bloco/PROS - CE) – Obrigado, Relator.

Vamos, então, imediatamente passar... Quero agradecer a todos que estão aqui. Fui convencido de que esta Mesa está agregando bastante valor a este debate, principalmente na questão dos vetores.

Agradeço a todos, ao Leandro, ao Glen e ao Nelson Paim. Vamos passar imediatamente, então, para nossa última Mesa, ouvindo agora as áreas de Governo. Então, vamos ouvir o Giovanini Coelho, nosso Coordenador-Geral do Programa de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde; o Thiago de Mello Moraes, Coordenador Substituto de Biotecnologia e Saúde do Ministério de Ciências e Tecnologia; Zilda Maria Faria Veloso, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; e Doriane Patrícia Ferraz de Souza, Assessora do Gabinete do Diretor-Presidente da Anvisa.

Vamos passar imediatamente aqui para o Giovanini, que é nossa cadeira cativa aqui. Daqui a pouco, ele tem um mandato especial aqui, na Comissão. Obrigado, Giovanini.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Boa tarde a todos.

Cumprimento o nosso Relator, Deputado Newton Cardoso Jr., Deputado Odorico Monteiro e os demais membros da Mesa.

Na última reunião em que eu participei aqui, da Comissão, um dos pontos levantados pelo nobre Deputado Relator dizia respeito à questão do posicionamento do Ministério da Saúde em relação às tecnologias de controle de vetores que estão, digamos, no radar do Ministério da Saúde.

Acho que deu para perceber, durante as discussões, que obviamente esse é um tema, digamos, palpável, uma vez que nós temos uma série de alternativas. Se nós fôssemos adotar todas essas alternativas no Município, eu acho que teríamos muito problema, porque é muita tecnologia junta.

Exatamente pela complexidade desse tema, nós fizemos um seminário – o seguinte, por favor –, uma reunião internacional exatamente com esse objetivo. A ideia era exatamente avaliar novas tecnologias para o controle do *Aedes aegypti*, tendo sempre como referência, como base, a existência de evidências e obviamente o potencial para sua utilização em escala ampliada, porque não adianta muita coisa você ter um experimento que funciona em estudos pequenos e, se você colocar isso numa escala maior, ele apresentar problemas.

Então, nesse seminário realizado, nos dias 17 e 18 de fevereiro, muito recente, foram 29 especialistas nacionais, de todas as instituições de pesquisa que trabalham com o tema, 7 especialistas internacionais, gente do México, da Austrália, de Singapura, ou seja, de pessoas que trabalham com o tema. Além obviamente do ponto que é, digamos, o usuário dessa questão toda que são as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Seguinte.

Eu queria chamar a atenção. Essa é uma figura que eu tirei de um artigo recentemente publicado, que faz exatamente uma avaliação dos métodos de controle hoje disponíveis. Esse é um retrato, é uma figura muito interessante que faz uma síntese do que há hoje disponível e que tem algum grau de evidência.

Então, do meu lado esquerdo, as intervenções que são voltadas para as formas imaturas do mosquito – as larvas, as pupas, etc. – e que se baseiam num ponto principal que é comum e que é utilizado por todos os países, que é a questão da mobilização da comunidade, a participação comunitária.

Eu queria destacar, Deputado, que de todas essas tecnologias que temos apresentado não há nenhuma ainda que mostra evidência relacionada à interrupção de transmissão da doença ou da redução de incidência de dengue. O único estudo que existe publicado, em que foi feito um ensaio clínico, um ensaio randomizado, controlado, feito no México e na Nicarágua, mostrou que a ação de mobilização da comunidade causa impacto tanto na redução de mosquito quanto na redução da incidência. Ou seja, nós temos ainda um caminho muito longo para avançar do ponto de vista de você ter a tecnologia e demonstrar que as tecnologias, além de reduzirem a população de mosquitos, devem também reduzir a transmissão dessas doenças. Obviamente, isso não quer dizer que essas novas tecnologias não devam ser avaliadas, não devam ser implementadas, tendo em vista, inclusive, o grave quadro sanitário que nós temos.

Do lado direito, são as medidas voltadas para o controle de mosquitos adultos que envolve desde o uso de inseticidas, adulticidas, com borriificação, até com o uso de mosquitos transgênicos, Wolbachia, etc. Então, essa é uma síntese.

Tendo como referência esse estudo que foi publicado, nosso seminário discutiu aquelas alternativas que poderiam guardar aquelas características de haver evidências com potencial de serem aplicadas na perspectiva de organização do Sistema Único de Saúde.

Seguinte.

Assim como resultados e recomendações, conclui-se que algumas tecnologias podem ser, digamos, incorporadas às diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue; em outras, discutiu-se a importância de se ter tecnologia de controle de vetores voltados, especificamente para proteção das gestantes, tendo em vista o quadro de zika da atualidade; e algumas em que ainda são necessários estudos e pesquisas para avaliar alguns outros atributos, como, por exemplo, o impacto na transmissão dessas doenças.

Seguinte.

Vou passar rapidamente quais são essas tecnologias. Algumas, na verdade, são ferramentas de organização do serviço. Essa aqui é a questão do mapeamento de risco. Isso tem uma importância fundamental, particularmente nos grandes centros urbanos, onde a possibilidade de você ter uma cobertura universal de agentes de saúde, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde há mais de 6 milhões de habitantes, é uma realidade muito difícil de acontecer. Então, na proposta de se fazer mapeamento de risco, com base em indicadores socioambientais, de infestações, etc., você deve priorizar áreas de intervenção onde essas medidas poderiam causar impacto na redução da transmissão da doença.

Seguinte.

A questão da disseminação de inseticidas por mosquitos, utilizando ovitrampas impregnadas. O Prof. Valcler já ilustrou. Esse é um trabalho muito interessante já feito numa escala um pouco mais ampliada, no Município de Manacapuru, no Amazonas, e que apresenta resultados interessantes do ponto de vista da redução dos índices de infestação naquela área que foi avaliada.

Seguinte.

A questão do uso de inseticida ainda é uma questão recomendada pelos especialistas, particularmente no que diz respeito à aplicação de inseticida residual em paredes, etc.

Seguinte.

Bem como o uso de telas e cortinas impregnadas de inseticidas. Há essa experiência que nós estamos adotando, em um projeto piloto em Belo Horizonte e em Goiânia, que tem mostrado bons resultados. Os especialistas recomendaram como sendo uma medida importante para ser utilizada, principalmente nas casas das grávidas, porque seria uma proteção física importante a ser utilizada e que, em outros estudos, particularmente no México, mostrou excelentes resultados.

Seguinte.

A outra tecnologia, o uso de repelentes espaciais, que são dispositivos colocados no interior das residências, podem ao aspergir esse tipo de larvicida, causar um efeito, matando mosquitos no espaço intradoméstico e que também poderia ser uma medida adicional para a proteção das residências das mulheres grávidas.

Seguinte.

Bom, e outras ferramentas já citadas aqui, como a questão da *Wolbachia*. Eu queria, assim, destacar que a *Wolbachia* é uma tecnologia que está sendo avaliada em um estudo multicêntrico muito sério, em alguns

países como Austrália, Vietnã, e está sendo conduzido aqui pela Fundação Oswaldo Cruz, que dispensa maiores comentários sobre a sua credibilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – ... e que é uma ferramenta, obviamente, de potencial, uma vez que os resultados do uso de mosquitos infectados com a *Wolbachia* mostraram que esses mosquitos não tinham a capacidade de se infectar pelo vírus da dengue e também de chikungunya e de zika.

Os mosquitos transgênicos, que eu vou passar muito rapidamente, são uma tecnologia que já mostrou evidências do seu impacto na redução da população de mosquitos.

Seguinte.

E os mosquitos irradiados aqui, que são mosquitos também – um outro tipo de tecnologia – que têm como um princípio exatamente a redução da população de mosquitos no meio ambiente, e aqui, no Brasil, esse projeto tem um forte apoio da Agência Internacional de Energia Nuclear.

Bom, as conclusões e recomendações desse seminário. Bom, o primeiro ponto a destacar, o que o Brasil está fazendo não é diferente do que outros países estão fazendo e que estão de acordo com os protocolos internacionais definidos pela Organização Mundial de Saúde. É importante destacar que, nesse seminário, essas tecnologias que foram recomendadas não esgotam as possibilidades de inovações no controle do *Aedes aegypti*, ou seja, se surgirem outras, nós temos a obrigação de avaliar, tendo sempre como parâmetro a questão da existência de evidências e, obviamente, poderão ser incorporadas no futuro.

Um ponto fundamental é que não existe uma solução única. A questão do manejo integrado de vetores pressupõe exatamente a adoção de diferentes estratégias – que incluem inclusive a vacina, é bom que se diga – e, obviamente, um ponto que não se pode perder de vista: a existência de *Aedes aegypti* no meio ambiente, como o Prof. Valcler incitou, está modulada pelas péssimas condições de urbanização das nossas cidades, pela péssima qualidade que persiste em algumas cidades, de problemas relacionados, como por exemplo, coleta de lixo e abastecimento de água. Então, essas ações de controle vetorial devem ser acompanhadas de investimentos e ações efetivas na área de educação, moradia, saneamento básico, remoção de resíduos sólidos e urbanismo.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Giovanini, pela boa apresentação. Inclusive agradeço caso possa disponibilizar uma cópia dessas conclusões do seminário realizado em Brasília, em fevereiro deste ano.

Passo a palavra, neste momento, para o Sr. Thiago de Mello Moraes, Coordenador Substituto de Biotecnologia e Saúde do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – Boa tarde a todos. Em nome do MCTI, eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência.

Bom, os apresentadores que me antecederam já fizeram, com excelência, uma apresentação das tecnologias do nosso cenário atual. Então, vou me ater especificamente às últimas iniciativas do MCTI nessa área.

O MCTI organizou reuniões com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, com instituições de pesquisa para fazer o levantamento das tecnologias disponíveis, qual o grau de desenvolvimento dessas tecnologias e fazer esses estudos para avaliar o que poderia ser utilizado ou não, muito em colaboração com o Ministério da Saúde. O Giovanini tem participado dessas discussões também com a gente.

Como resultado disso, foi lançado, na semana passada, o eixo de desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa para o enfrentamento da microcefalia e zika. Esse eixo de pesquisa vai contar com recursos de R\$1,2 bilhão em três anos, em quatro anos, sendo que, desses R\$1,2 bilhão, R\$600 milhões serão de créditos para empresas; esses outros R\$600 milhões serão aplicados em instituições de ciência e pesquisa.

O eixo ficou dividido em seis grandes áreas: ações de diagnósticos, tanto diagnósticos de arboviroses como das consequências provocadas pela infecção do zika vírus; um eixo de pesquisa em controle vetorial; eixo para o desenvolvimento de pesquisa sobre o vírus zika e sua relação com doenças e agravos; ações para o desenvolvimento de vacina; ações para o desenvolvimento de tratamentos e terapias, tanto do tratamento da infecção pelo zika vírus quanto das consequências por ele provocadas, e ações para gestão de serviços de saúde, de saneamento e políticas públicas, incluindo aqui a avaliação de tecnologias, a avaliação do custo e efetividades dessas tecnologias.

Bom, como já foi comentado antes, eu queria destacar a rápida resposta que a comunidade científica brasileira proporcionou à infecção ou ao surto do zika vírus. Isso só foi possível devido ao grande investimento que tivemos nos últimos anos. Isso fortaleceu nossas instituições de pesquisa científica. Então, eu gostaria de reforçar a necessidade da manutenção desses recursos de pesquisa para essas instituições, porque quando

surgir uma nova gravidade ou algum caso que necessite de prontas respostas, teremos pessoal capacitado para atuar nessa frente.

Bom, eu acho que é isso.

Ah, já há o edital disponível. A Finep lançou, na semana, um edital de 30 milhões. Já está aberto para submissão de propostas nessas áreas em que eu falei anteriormente. O CNPq também está fechando mais um edital complementar ao da Finep. Esse edital será em parceria com a Capes e com o Ministério da Saúde, para ações complementares para o enfrentamento desses eixos de pesquisa e desenvolvimento, para o enfrentamento da microcefalia e do zika vírus.

Bom, estou disposto, estou aqui para responder as perguntas, e é isso que eu tinha para falar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Thiago de Mello Moraes, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Passo a palavra agora à Srª Zilda Maria Faria Veloso, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Boa tarde, Sr. Deputado Newton Cardoso, Sr. Deputado Odorico Monteiro, que estava presidindo a Mesa. Boa tarde, senhoras e senhores, colegas da Mesa.

Bom, o Ministério do Meio Ambiente agradece o convite. O Ministério do Meio Ambiente foi aqui chamado. A minha área responde pela implementação da Política de Resíduos Sólidos no País. A Política de Resíduos Sólidos foi aprovada em 2010, por meio da Lei nº 12.305, depois de uma longa tramitação no Congresso Nacional, um pouco mais de 20 anos. Ela é um conjunto de ações coordenadas desenvolvidas por todos os entes da sociedade.

Em se tratando de governos, existem responsabilidades para governos municipais, governos estaduais e para o Governo Federal. Dentre os seus princípios, está a garantia da qualidade ambiental e da saúde pública. Então, eu acho que se encaixa muito bem com o tema do *Aedes aegypti*, e a política vem, ao longo desses anos...

Ela ficou tramitando 20 anos no Congresso, mas a área ambiental editou uma série de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente que contribuiriam, podemos dizer, para reduzir o impacto de possíveis depositórios de larvas de criação do mosquito da dengue.

Cumprimentei o Giovanini ao entrar. Fomos parceiros pelo lado do Governo no longo processo chamado de contencioso dos pneus usados em que o Brasil sinalizou para a OMS que não queria a importação de pneus usados por questões ambientais e de saúde pública. Foi uma das poucas ocasiões em que o Governo brasileiro foi vitorioso nessa tarefa de vencer um painel desse porte, indicando que não gostaria de receber esse tipo de resíduo, que a maioria não vinha para sem 100% aproveitado e nós com problemas de resolução interna.

Então, postulo que o Governo Federal tem buscado também, por meio da construção de acordos setoriais com o setor empresarial, conforme define a Lei 12.305, construir acordos setoriais para que o setor empresarial, fabricantes, importadores e distribuidores de produtos, sejam responsáveis pelos recebimentos desses produtos após o descarte pelo consumidor e deem uma destinação adequada.

Aí, eu sinalizo duas cadeias previstas na lei, além dos pneus que já falei e que existia por meio de uma regulamentação anterior, de 1998, e agora é citado na lei, também as embalagens em geral, cujo acordo setorial foi assinado em novembro do ano passado.

A Casa Civil tem mobilizado alguns setores do Governo Federal discutindo internamente formas para que possamos agir dentro da nossa esfera de competência visando dar alguma contribuição nessa grande ação federal de combate ao mosquito da dengue, evitando que mais pessoas sejam infectadas e mais óbitos venham a ocorrer.

Nesse sentido, nós já estamos contactando, já marcamos uma reunião para a próxima semana com esses dois setores da indústria visando a uma parceria, a uma ação conjunta, dentro do que se diz a política de resíduos sólidos, visando principalmente trabalhar a informação.

É entendimento do Ministério do Meio Ambiente, como condutor da política, a dificuldade que hoje os governos locais encontram para fazer cumprir a lei, ter os seus planos de gestão de resíduos, implantar programas de coleta seletiva e, principalmente, promover o recolhimento do lixo.

Srs. Deputados, o Brasil hoje tem pouco mais de 200 milhões de habitantes. Se formos fazer o cálculo da geração *per capita* de lixo em média hoje é mais ou menos 1,1kg de lixo, por dia, por pessoa. Se levarmos em consideração que nas capitais não temos uma cobertura de 100%, a cobertura é em torno de 90%, sem fazer um esforço muito grande, já vemos que esse setor responde por uma probabilidade, isso só endossando o que já foi falado aqui na mesa antes nas questões de saneamento básico, pelo Fiocruz, pelo Giovanini. Naturalmente esse tema é importante. Precisa-se de ações encadeadas, coordenadas com Estados e Municípios,

principalmente Municípios, porque são eles que têm a competência sobre os serviços básicos de infraestrutura, coleta de lixo principalmente.

O Governo Federal pode oferecer algum tipo de suporte financeiro e técnico, o Ministério do Meio Ambiente tem oferecido, ao longo desses últimos cinco anos, cursos a distância para gestores municipais, orientando como se faz elaboração de planos, como os implementar; Ministério das Cidades e Funasa têm aportado recursos para construção de equipamentos voltados para o tratamento e para disposição final de resíduos.

Vemos que isso não é suficiente por si só. É preciso uma ação mais concreta.

Acho que para os Municípios, sem querer jogar a responsabilidade totalmente sobre eles, a Constituição lhes trouxe uma autonomia, mas lhes trouxe um encargo muito grande em saúde, educação, meio ambiente e saneamento básico.

Precisamos, junto com os representantes das grandes associações de Municípios, que pontuam no mínimo umas cinco ou seis com as quais trabalhamos mais diretamente no Ministério do Meio Ambiente, fazer um grande esforço de tentar uma solução conjunta para esse problema.

Muito obrigada.

Coloco-me à disposição para perguntas também.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Srª Zilda Veloso pela apresentação, pelas explanações nessa importante área de prevenção que temos para combate da proliferação do mosquito.

Por fim, Srª Doriane Patrícia Ferraz de Souza, assessora do gabinete do Diretor-Presidente da Anvisa.

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Boa tarde ainda, quase entrando na noite. Quero agradecer em nome do Diretor-Presidente da Anvisa, Dr. Jarbas Barbosa, o convite para estarmos aqui fazendo esse debate que é superimportante no cenário em que estamos atualmente.

A Anvisa é uma agência reguladora que abrange um conjunto muito grande de objetos, entendendo objetos como produtos e serviços que tenham uma relação direta e por vezes indireta com a saúde. Então, a minha ideia aqui é passar como insumo para o debate alguns dados de algumas de nossas áreas e depois fazermos um pequeno aparte sobre efetivamente a proposta que tem a Medida Provisória nº 712.

Na área de cosméticos, por exemplo, já que estamos falando, várias são as tecnologias para esse enfrentamento. Na área de cosméticos nós temos um regramento que define o registro para repelentes. Vocês vão me perdoar, porque várias vezes vou falar o número de uma RDC, para quem está nos escutando isso é importante, eles reconhecem isso.

Então, a RDC 19, de 2013, define quais são as regras para esse tipo de registro. Temos registrados 168 repelentes, o que não quer dizer que esses 168 estejam disponíveis ao comércio, porque isso depende do produtor. Às vezes ele faz o registro, tem o registro, o portfólio, mas por n motivos não coloca para o comércio.

Hoje nós temos 37 processos que estão em análise e estão em exigência, o que significa que estamos esperando algum retorno dessas empresas, desses produtores, para continuar nessa avaliação.

Diante do quadro, a Anvisa começou a trabalhar nas suas várias áreas com um processo diferenciado, por conta desse cenário que estamos vivendo. Uma agência reguladora tem que dar transparência aos seus processos de análise, mas definimos, a diretoria definiu, que esses processos deveriam ser priorizados.

Então, em dezembro, circulou internamente a formalização disso. Só para os senhores terem uma ideia, de dezembro para cá, desde quando definimos isso, 38 novos produtos repelentes foram registrados. Então, é uma forma de priorizar diante deste cenário.

Na área de saneantes, temos 313 inseticidas registrados para o combate do Aedes. Desses, 95 foram em função de campanha de saúde pública, 181 de venda livre e 37 larvicidas.

Temos ainda 93 registros de repelentes ambientais. A norma que orienta esse tipo de registro é a RDC 34, de 2010. Atualmente estamos com pedido de registro novo, duas alterações, ou seja, dois pós-registros que chamamos, que é alterar, um deles foi falado aqui, foi comentado, acredito que na primeira Mesa, mas agora não consigo mais me recordar, e também essa área está com priorização para registro desse tipo de produto, registro pós-registro.

Na área de produtos para saúde, pinciei as informações relativas a testes para diagnóstico, que achei mais relevante para este painel.

Então, temos a RDC 36, de 2015, que é mais nova e define os regramentos. Esse tipo de produto é de classe risco 3. Então, ele precisa de registro, não é uma questão de cadastro.

Hoje temos quatro produtos registrados, testes, para o zika vírus e dez em análise, dez registrados para o vírus chikungunya e oito em análise e 135 registros de testes para dengue. Também essa área está trabalhando com orientação interna de priorização desses registros.

Na área de portos, aeroportos e fronteiras – o Deputado Mandetta não está aqui, ele falou bastante disso – acho importante pontuar duas ações: uma ação é aquela que fazemos diretamente com os administradores desses portos e aeroportos, enfim, desses postos, que também temos regramento para isso, na verdade, são dois regramentos e onde podemos, junto com eles, fazer toda a busca nesses locais para evitar acúmulo, criador de larva, de insetos, roedores e quaisquer outros vetores que tragam a possibilidade de transmissão de doenças. Então, trabalhamos junto com as administrações por meio desses dois regramentos que temos, RDC 72, de 2009 e a RDC 02, de 2003.

Além disso, trabalhamos com a questão da orientação ao viajante. Então, estamos produzindo, ainda não saiu um novo, estamos produzindo com a área de comunicação, aqueles avisos em aeroportos. Trabalha-se também com essa parte de comunicação e com orientação direta, *banner*, entrega de cartilha, enfim, para orientar as pessoas que andam circulando por aquele recinto.

Também trabalhamos com a questão da importação. É importante – estou na assessoria do gabinete da presidência e muitos dos problemas estouraram lá –, percebemos que há um desconhecimento, enfim, de alguns regramentos que são importantes. Percebemos também que quando se entra, o processo de importação e exportação não passa numa única instituição em nosso País. Então, são várias instituições que estão ali: Anvisa, Receita Federal, MAPA, enfim, há um conjunto de órgãos e cada um deles tem seus critérios, seus requisitos. No caso específico, também definimos para as coordenações de portos, aeroportos e fronteiras que a importação – muito mais a importação do que a exportação – para pesquisa de qualquer produto ou insumo no cenário em que estamos hoje deve ser priorizada.

Particularmente recebi demandas diretas, o Dr. Jarbas recebeu e veio para mim e conseguimos resolver rapidamente. Então, não tenho tido, ultimamente, nenhuma percepção, reclamação de que haja problemas, o que não quer dizer que esteja tudo 100% perfeito, mas enfim, estamos com esse cuidado e foi também formalmente encaminhado a essas coordenações, para que esse processo não seja demorado, porque sabemos que muitos desses produtos são perecíveis, digamos assim, precisam de um tratamento realmente diferenciado.

Na área de sangue, tecidos e órgãos, trabalhamos com duas notas técnicas, em conjunto com o Ministério da Saúde. Uma delas é sobre o gerenciamento de risco sanitário no uso de hemocomponentes em procedimentos transfusionais. Temos uma preocupação muito grande em relação a essa área. Essa nota circulou, foi encaminhada a todos os estabelecimentos de sangue e a todas as vigilâncias sanitárias locais em 22 de dezembro.

Uma outra nota técnica, também trabalhada em conjunto com o Ministério da Saúde, trata do gerenciamento do risco sanitário de células, tecidos e órgãos humanos para uso terapêutico e pesquisa clínica. São exigências que estamos fazendo, critérios que devem ser seguidos para triagem clínica de doadores vivos e falecidos, também critérios para acompanhamento de pacientes submetidos a processos terapêuticos com esses produtos, que são: sangue periférico, sangue de cordão umbilical e placentário para transplante convencional, entre outros.

Essa nota foi também enviada a todas as vigilâncias sanitárias desde o dia 21 de março de 2016.

Na Dicol, que é uma reunião de diretoria colegiada do último dia 22 de março, a diretoria aprovou uma RDC, uma normativa para obrigar a realização de testes laboratoriais para a detecção do zika vírus em procedimento de reprodução humana assistida. Qual é a preocupação? É a gravidade da infecção do zika vírus e da microcefalia. Por conta disso saiu. É claro que essa RDC aplica-se a bancos de célula e tecidos germinativos. Já foi falado aqui, vou só citar, na área de medicamentos há três...

(Soa a campainha.)

A SR^a DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – ... diferentes empresas. Vou tentar concluir. Três diferentes empresas tiveram ensaios clínicos autorizados para vacina de dengue. Uma delas já conseguiu o registro, a Sanofi Pasteur, que esteve aqui, e duas delas estão em fase três dos ensaios clínicos. Toda a análise que a Anvisa fez foi baseada nos guias da OMS. Acho que isso já foi bastante falado. A gente também fez um acordo de cooperação com FDA para apoiar e acelerar os processos regulatórios, tanto na área de vacinas como na área de *kits*, medicamentos e controle de vetores. Então, é importante, porque a gente faz um compartilhamento de informações. No caso da vacina da Sanofi, só frisando que ela tem o registro, pediu o preço. Quando se pede o preço, é feita uma avaliação inicial. A Secretaria Técnica da CMED requereu outras informações, acho que eles mandaram um segundo dossiê – não sei se é assim que se fala – com o preço. A gente tem 90 dias para responder sobre esse preço.

Há duas novas tecnologias que foram faladas aqui que são importantes colocar, do ponto de vista da Anvisa. A bactéria *Wolbachia*, que recebeu um registro especial temporário, é o procedimento que a gente chama lá, para fins de pesquisa e experimentação para a Fiocruz. Ela, enfim, é uma bactéria. Esse registro vai ter três

anos, desde 2014, para fazer os trabalhos. A gente tem acompanhado, e é uma questão de acompanhamento, mas não há mais nenhum posicionamento neste momento da Anvisa.

Em relação ao mosquito geneticamente modificado, é uma tecnologia nova, é uma tecnologia que a gente chama de fronteira. Acho que muitas questões ainda precisam ser respondidas. A Oxitec protocolou na Anvisa esse pedido de enquadramento. A gente tem dúvidas sobre o enquadramento dessa tecnologia. A gente conseguiu afastar o entendimento de que não se encaixa na Lei de Agrotóxico pela questão de ser uma OGM, mas poderia se encaixar como um saneante. A gente está estudando isso. Inclusive, a Comissão Científica em Vigilância Sanitária também está ajudando nessa discussão, mas muitas questões ainda precisam ser respondidas para poder definir isso. De qualquer forma, já há um parecer da Procuradoria, e a Diretoria Colegiada vai se debruçar sobre ele. Esse tema deve estar indo para discussão em breve em Diretoria Colegiada e a Anvisa vai se posicionar em relação ao enquadramento dessa tecnologia, se passa ou não passa pela competência da Anvisa, se há alguma coisa sobre a qual a Anvisa precise se posicionar.

Deputado, em relação à MP 712, eu acho que a Anvisa vai se manifestar formalmente, a área técnica, que é mais afeta à proposta, já se manifestou, mas depois passa por uma avaliação dos diretores, da Diretoria Colegiada, e sai a manifestação. Tecnicamente, o que eu poderia tratar aqui, que é importante, é que, em relação ao caso que se coloca, do inciso III, da possibilidade da entrada forçada nos imóveis públicos, fica a preocupação no sentido de que a gente tem de capacitar esses agentes que vão fazer isso. Foi extremamente bem pensado o fato de colocar isso no âmbito do SUS, mas não definindo uma área específica, porque em Estados e Municípios essa estruturação do sistema de saúde é bem diferenciada. Às vezes, a vigilância sanitária, por exemplo, é uma gerência geral, é uma diretoria às vezes ela está dentro da vigilância em saúde. Então, isso muda muito. Foi importante vocês terem colocado de forma mais abrangente para que Estados e Municípios se adaptem a isso, mas é importante fazer a capacitação desses agentes que vão fazer essa entrada, para que não extrapolarem as suas competências, para fazerem isso da forma, digamos, mais urbana possível, porque, afinal de contas, estão adentrando num recinto domiciliar.

Há outras pontuações que a gente faz em relação à sanção. A gente já verificou que há uma lei nossa que também trabalha sanções de vigilância sanitária. Então, a gente já pontuou e vai encaminhar tudo isso para a Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Doriane Ferraz, pela apresentação bastante elucidativa.

Gostaria de passar algumas questões, tendo em vista o adiantado da hora e também a ausência de outros Parlamentares. Caminharei direto para perguntas bem direcionadas e objetivas.

Sr. Giovanini, a exemplo da situação do Instituto Butantan, onde os recursos já foram indicados, mas não liberados, quero ampliar a análise para o âmbito da MP 712, onde algumas ações estão propostas na forma de emendas, que diversos Parlamentares apresentaram, o texto, certamente, irá absorver parte dessas emendas, desde que constitucionalmente viáveis, e também do ponto de vista orçamentário. Entretanto, como resolver esse problema, na opinião do senhor, tendo em vista que nós precisamos de uma ação contundente, e a MP não tem outro objetivo que não essa ação, sendo que a dificuldade está cada vez mais crescente da liberação desses recursos? Qual é a visão do Ministério da Saúde nesse sentido?

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Um ponto que eu queria destacar nobre Relator, é que de todas essas tecnologias –algumas dessas tecnologias eu tive oportunidade de discutir com as pessoas em reuniões no Ministério da Saúde – nenhuma delas é de baixo custo. Esse é um ponto que precisa ficar claro. As intervenções para o combate ao *Aedes aegypti*, principalmente em grandes cidades, são feitas com muitos recursos. A questão do subfinanciamento do SUS é uma questão que está sendo discutida na sociedade. Eu acho que esse é um ponto que tem de ficar claro, que a implementação de novas tecnologias, a utilização de toda e qualquer nova tecnologia tem de estar lastreada na disponibilidade de recursos orçamentários. Especificamente na questão do Butantan, eu acho que é muito mais uma questão pontual, porque isso é uma prioridade do Ministério da Saúde, já foi definido o repasse dos recursos, eu acho que a transferência dos recursos financeiros é uma questão que já está assegurada. A minha preocupação, não só minha, mas do conjunto do Ministério da Saúde, é que, obviamente, a aplicação de novas tecnologias em escala ampliada, num programa nacional, ela, necessariamente, vai ter de se debruçar na discussão de quanto isso vai custar e, obviamente, de como isso vai ser financiado. Eu não vou entrar no detalhe de que a discussão do subfinanciamento do SUS está na sociedade. Alguns apostam que é com a aprovação da CPMF, outros dizem que não, mas é um tema que certamente vai estar lastreado na necessidade de se ter mais recurso para o setor saúde, eu não tenho a menor dúvida em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – O.k., muito obrigado.

Sr. Thiago, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Recebemos uma informação do Ministério do Planejamento acerca – acho que o senhor até comentou – da liberação dos recursos do Finep, de dois editais, um do Finep e outro do CNPq. A minha preocupação, a minha questão, Sr. Thiago, é porque há um disparate entre um edital que o Finep lança, junto com o CNPq, um de 30, 35 milhões – o Senhor falou em 30 –, e aqui constam 35 milhões, e um outro da CNPq de 15 milhões. Entretanto, o senhor comenta uma disponibilidade, não de recursos diretos para a aplicação em tecnologias de combate, mas entendo que para financiamento de empresas, para pesquisa generalizada, o valor de 1,2 bilhão. É um número bastante diferente, são orçamentos bastante diferentes, no sentido de que o primeiro, pequeno, parece-me plausível, mas sem, talvez, a eficácia que se deseja.

O outro me parece grande demais. Começamos a voltar para a questão que acabamos de comentar, de que não haverá recursos para isso, dado o orçamento. Poderia nos esclarecer isso, por gentileza?

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – O crédito desse de 50 milhões foi liberado através do descontingenciamento do FNDCT, foi a MP 716, de 2016. Esse é o recurso orçamentário que está disponível no momento. O Programa prevê esse custo de 1,2 bilhão. O que está sendo feito junto ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil é a alocação, é buscar fontes para esses outros recursos. Até o momento, o que está sendo trabalhado é o descontingenciamento do FNDCT, principalmente para os 600 milhões que serão empregados na pesquisa básica de ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – O.k., muito obrigado.

Apenas para elucidar, porque fica uma informação que muitas vezes não corresponde à realidade que se vai discutir, o dia a dia que vai acontecer, e nós temos de transmitir para a população, não apenas no âmbito dessa medida provisória, mas de forma generalizada. Esta Casa tem essa obrigação, essa responsabilidade, de não criar uma expectativa que não vá se realizar. Entendo que isso é importante. Pelo menos até onde me couber, como responsável pelo relatório, será sempre um princípio pelo qual irei me guiar. Muito obrigado.

Sra Zilda Veloso, obrigado pelos números que a senhora comentou, mas acredito que, caso a senhora deseje enviar alguma informação para os nossos estudos, para a nossa preparação, ficaremos à disposição para receber e analisar. Da mesma forma, agradeço também à Sra Doriane pela sua apresentação. Apenas questiono, não me furto a essa questão, talvez até por desconhecimento, mas questiono o porquê dessa necessidade de aprovação prévia do preço da vacina. Qual é o amparo legal disso e se há possibilidade de superar-se essa barreira, que se pode considerar inicialmente burocrática?

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Deputado, eu não tenho aqui exatamente os números dos normativos, mas posso encaminhá-los para o senhor. Mas, isso é definido. A questão do preço dos medicamentos é definida pela CMED, que é uma Câmara, e, no caso das vacinas, esse produto entra junto, até por uma questão de ter um preço máximo com o qual se possa trabalhar para que a população tenha acesso a essa oferta. Então, o Ministério da Saúde, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça, não tenho certeza se esse entra. Não consigo lembrar todos, não é exatamente a minha área, mas são cinco ministérios. A Anvisa, na verdade, faz a Secretaria Técnica dessa Câmara e tem de se passar uma solicitação, porque, enfim, o Governo define, por meio desses cinco ministérios, o preço máximo de lançamento para poder haver um equilíbrio no mercado. São questões de mercado para que se tenha acesso. Mas, comprometo-me a passar para o senhor e para a Comissão todos os regramentos.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Agradeço, mas questiono isso porque, num ambiente de livre concorrência, que é a realidade do nosso mercado, a realidade da sociedade brasileira hoje, a criação de um controle de preços sobre algo que a população vai pagar... Lógico que no ambiente do Governo, no ambiente de contratação federal ou de recurso público, isso é plenamente comprehensível e necessário, mas, para um produto que será comercializado, que, não se espera, é lógico, que oportunismo e qualquer tipo de vantagem indevida sobre uma situação delicada, trágica, da população sirva de subterfúgio para preços elevados, mas é impossível entender, compreender hoje uma resistência, eu entendo como resistência, em acelerar o processo de liberação de um benefício para a população, benefício desde que, lógico, precificado pelo próprio mercado.

Não se pode pensar que uma vacina que tenha um preço atingível aí, para quaisquer camadas da sociedade, quaisquer rendas da sociedade, seja limitante para o uso dela, principalmente neste momento em que precisamos combater, com efetividade, com eficácia, a disseminação, a proliferação dessas doenças.

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Entendi perfeitamente. Concordo que, num mercado de concorrência perfeita, o mercado mesmo se autorregula, mas no caso específico que a gente está falando a gente tem uma única vacina registrada atualmente. Então esse também acho que é um ponto importante, porque você não tem a autorregulação pelo próprio mercado, mas, é claro, vou levantar todos os regramentos e por que esses preços são anuídos por essa câmara.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Obrigado. Apenas uma réplica sobre isso, é que o preço sendo internacionalmente conhecido ele pode servir de referência. Não sei se é o caso dos representantes da empresa produtora, se estão aqui para dizer se essa vacina já foi aprovada e liberada para comercialização em outros países. Se isso foi, quem sabe essa referência de preço poderia ser uma primeira etapa e liberaremos assim uma importante ferramenta de combate à disseminação dessa doença. Mas muito obrigado pela explanação.

Dando sequência aqui aos nossos trabalhos, apenas para fazer umas considerações finais, eu quero agradecer a todos que realizaram suas apresentações, todos os integrantes desta Mesa neste momento e das Mesas anteriores, quero dizer da importância de se trazer à luz do nosso trabalho as tecnologias disponíveis para prevenção e para combate da disseminação dessa doença. Essa talvez tenha sido uma das mais importantes audiências que realizamos no âmbito desta Comissão.

É muito feliz o resultado, muito feliz a possibilidade de se enxergar um caminho para a elaboração desse relatório e entendo que isso realmente foi possível na tarde de hoje, no início da noite.

Portanto, agradeço mais uma vez, deixando aqui minhas considerações finais de que efetivamente reunimos o que o Deputado Odorico chamou de PIB do conhecimento inovação e tecnologia de saúde nesta tarde. Mais uma vez, parabenizo a todos pelas suas respectivas apresentações.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 22 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, DE 2016, PUBLICADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUANDO VERIFICADA SITUAÇÃO DE IMINENTE PERIGO À SAÚDE PÚBLICA PELA PRESENÇA DO MOSQUITO TRANSMISSOR DO VÍRUS DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS.”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e cinquenta e dois minutos do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 712, de 2016, com a presença dos Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Waldemir Moka, Dário Berger, Telmário Mota, Regina Sousa e Hélio José; e dos Deputados Conceição Sampaio, Newton Cardoso Jr, Raimundo Gomes de Matos, Carmen Zanotto e Odorico Monteiro. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, a Deputada Josi Nunes. Deixam de comparecer os demais membros. O Presidente convida para assento à mesa os convidados: Thereza D'Lamare Franco Netto - Coordenadora-geral da Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; e José Rodrigues Rocha Junior - Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – Congemas. A Presidência passa a palavra aos convidados para que prossigam suas considerações. Às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, assume a Presidência o Deputado Newton Cardoso Jr. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador José Pimentel, Senador Hélio José, Deputada Josi Nunes e Deputada Conceição Sampaio. O Presidente passa novamente a palavra aos convidados para as réplicas às questões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e seis minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Bauer, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador PAULO BAUER

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 712, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria. Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tencionham interesse em participar podem enviar comentários pelo www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Eu convido para tomar assento à mesa a Srª Thereza D'Lamare Franco Netto, Coordenadora-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde e também o Sr. José Rodrigues Rocha Júnior, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas).

Agradeço a presença do nobre Deputado Federal Newton Cardoso Jr., que é o Relator da matéria e que já se encontra à mesa, bem como dos demais integrantes desta Comissão que se fazem presentes.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Dra Lúcia Brito, Chefe do Serviço de Neurologia do Hospital de Restauração de Pernambuco justificaram a ausência à presente reunião.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares, depois da apresentação dos dois convidados. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida de acordo com a ordem de inscrição. Destaco aqui também a presença do Senador Humberto Costa, que representa todos os colegas Senadores integrantes desta Comissão neste momento de abertura dos trabalhos.

Convido a Srª Thereza D'Lamare Franco para usar da palavra, por dez minutos, como já anunciado. Informo ainda que quando tivermos vencido nove minutos, haverá um disparo de campainha para alertá-la quanto ao final do tempo. Mas, se necessário, esta Presidência poderá conceder, uma vez que temos apenas dois convidados presentes, mais cinco minutos como tolerância, sem nenhum acréscimo posterior.

V. Sª tem a palavra.

A SRª THEREZA D'LAMARE FRANCO NETTO – Obrigada, Senador Paulo Bauer.

Boa tarde a todos e todas, aos demais Deputados e Senadores aqui presentes!

Quero dizer da satisfação de estarmos aqui nesta sessão, explicando um pouco a estratégia de ação rápida para fortalecimento da atenção à saúde e proteção social de crianças com microcefalia.

Acho importante destacar que essa é uma iniciativa muito importante do Ministério da Saúde com o Ministério de Desenvolvimento Social, uma parceria histórica do Ministério da Saúde com a assistência social e, nesse momento, ainda mais significativa pela importância e necessidade de identificarmos e localizarmos as crianças para podermos fechar o diagnóstico de microcefalia.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB - SC) – Permite-me interromper.

Apenas queria informar que passarei a Presidência ao Deputado Newton Cardoso, uma vez que estou inscrito para fazer um pronunciamento no plenário do Senado e, como esse é um momento em que pronunciamentos da oposição se fazem necessários, segundo o Senador Humberto Costa, vou pedir licença para me ausentar por alguns minutos.

A SR^a THEREZA D'LAMARE FRANCO NETTO – Obrigada, Senador.

Farei um breve histórico dessa estratégia. Trabalhamos com Boletim Epidemiológico nº 16, em que havia 4.976 crianças notificadas com suspeita de microcefalia ou com diagnóstico confirmado em suas famílias.

É importante destacar que, desde quando foi identificada essa questão da microcefalia, o Ministério da Saúde, de maneira urgente, intensificadamente, começou a fazer toda a notificação dos casos para que pudéssemos, imediatamente, tomar providências. No entanto, é importante destacar que, passado algum período, começamos a identificar a necessidade de localizarmos essas crianças para que pudéssemos fazer essa notificação e identificar a gravidade, quais seriam as sequelas em relação à problemática da microcefalia.

Pegamos esse Boletim nº 16, em que havia 6.158 casos notificados, 4.231 suspeitos, 745 casos confirmados e 1.182 descartados. Portanto, tínhamos 4.976 casos notificados em investigação e investigados e confirmados, ou seja, crianças vivas com microcefalia, independentemente da causa, com ou sem alteração do sistema nervoso central. Importante que o universo não seria só de crianças que tiveram o diagnóstico a partir do vírus zika e, sim, toda e qualquer criança que nasceu com microcefalia.

Pode passar.

Aqui é o mapa do Brasil à época. Nesse boletim, quando tínhamos os casos notificados e confirmados. Vocês podem ver, pelo mapa, o cinza com o verde, a importância de localizarmos essas famílias imediatamente para que pudéssemos reduzir esse sofrimento de crianças que saíram do hospital sem essa informação e que precisávamos localizar.

Pode passar.

O objetivo geral da estratégia rápida é esclarecer, no curto prazo, o diagnóstico de todos os casos suspeitos e dar o encaminhamento para a assistência à saúde e social de forma adequada: fazer uma grande integração entre a saúde e a assistência social para que essas crianças pudessem não só ter o atendimento à saúde, como também a proteção social.

No caso dos objetivos específicos, do ponto de vista do âmbito do SUS, ficou: a responsabilidade de identificar e localizar os casos suspeitos de microcefalia, como já coloquei; prover a busca ativa, o transporte, a hospedagem dessa criança e sua família quando fora do seu domicílio até o serviço destinado a esclarecer o diagnóstico; e o retorno à origem. Isso é uma questão muito importante, porque, como precisamos de rapidez, é importante que consigamos apoiar os Estados e Municípios com recursos financeiros – que vou falar em breve –, para que, rapidamente, essa mãe possa ir a um hospital de referência e fazer toda a conclusão, todo o diagnóstico e já sair de lá com o laudo.

Prover a confirmação ou exclusão dos diagnósticos nos casos notificados ou em investigação e, nos casos confirmados de microcefalia, independentemente da sua causa infecciosa ou não, uma completa avaliação clínica da criança, do ponto de vista pediátrico, neurológico, oftalmológico, auditivo, e outras avaliações necessárias.

Dos objetivos específicos ainda, nós conseguimos, junto também com o INSS – daí, eu digo a importância dessa parceria do Ministério da Saúde com a assistência social –, ampliar esse benefício às crianças que foram diagnosticadas com laudos precisos, com laudos circunstanciados, feitos de acordo com o que estabelecemos. Essa criança, estando numa família, de acordo com o benefício da prestação continuada, seria imediatamente inserida no benefício da prestação continuada.

Isso foi muito importante, nós acordamos com o INSS de emitir esse laudo circunstanciado. Discutimos muito com o INSS. Por quê? Porque, a partir desse laudo circunstanciado, a gente vai encurtar o processo de perícia dentro do INSS. Não vamos deixar de fazer a perícia. Segue todo o fluxo normalmente, como está estabelecido dentro do INSS, tanto da avaliação social quanto da avaliação médica.

Portanto, o laudo, ao chegar encaminhado por um CRAS, muito bem feito pela assistente social do CRAS e, sendo encaminhado, junto com esse laudo circunstanciado, por uma equipe de saúde, o perito vai facilitar o seu trabalho, porque todos sabem que uma criança que vai sem esse laudo, se fosse como é atualmente, o

médico perito vai pedir que ela faça uma série de exames. Então, a gente encurta esse caminho e possibilita que, num agendamento, essa mãe possa ter todas essas informações.

Então, definir e encaminhar cada criança com microcefalia, de acordo com suas necessidades, aos serviços assistenciais mais adequados para prover essa assistência não só na puericultura, na estimulação precoce, na atenção especializada, conforme os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, que estão atualizados, hoje, no nosso portal do Ministério da Saúde, e é muito importante – acho que todos vocês sabem o quanto essa questão da microcefalia, advinda do vírus zika tem trazido uma série de questões novas, no campo da saúde. Está sendo muito estudada, e nós temos que estar muito atentos, junto com os serviços de saúde, os pesquisadores, para que, cada vez mais, a gente vá precocemente identificando as questões relacionadas a alguma dificuldade que essa criança vá ter no seu desenvolvimento.

Pode passar.

No âmbito da assistência social, colaborar com toda a nossa rede de assistência à saúde na busca ativa de crianças suspeitas de microcefalia e suas famílias. Hoje, nós temos muitos CRAS, praticamente universalizado em todo o Brasil. Então, os CRAS também, como as equipes de Saúde da Família, como as Unidades Básicas de Saúde, estão nos territórios, e nada melhor do que os serviços mais próximos da família. E é de responsabilidade da assistência social um CRAS conhecer toda a realidade daquela família, em especial das famílias com maior vulnerabilidade social. Com isso, prover às crianças, prover às famílias serviços e benefícios de proteção, não só os serviços de saúde como os serviços de proteção social, como nós temos alguns serviços socioassistenciais.

Pode passar.

Para além, inclusive, do próprio benefício de prestação continuada. Nem todas as crianças vão entrar no benefício de prestação continuada, mas há outras. Nós podemos encontrar famílias, por exemplo, que podem ser incluídas no Bolsa Família e que, por um motivo ou outro, ainda não estão no Bolsa Família, e com isso a gente consegue localizar.

(Soa a campainha.)

A SR^a THEREZA D'LAMARE FRANCO NETTO – O incentivo financeiro. Como eu havia colocado anteriormente, vamos apoiar os Estados e Municípios com R\$2,2 mil por criança, exatamente para poder apoiar nessa busca ativa dessa criança, ajudando a mãe a ficar num hotel, a transportar rapidamente – se o Estado assim definir, fazer uma locação com vans, para poder identificar onde essas crianças estão e trazê-las também para os serviços, onde vão ser diagnosticadas.

Então, um total de R\$10,9 milhões, que vão ser pagos em duas parcelas, com a primeira parcela sendo iniciada agora, de 50%, e mais 50% após a data de 31 de maio. Definimos isso, porque tínhamos que ter um início e tínhamos que ter um fim. Então, a proposta inicial é até 31 de maio. Isso não quer dizer que todos os novos casos que vão entrar e que nós estamos identificando a partir dos boletins subsequentes do 16 não vão ser contados, para que possam ser aportados esses recursos. Então, é uma conta muito simples: por exemplo, o Estado do Pará tinha mil casos, dentro dessa conta; terminei, no dia 31 de maio, com 1.500 casos. Então, quanto a esses 500 casos a mais, serão aportados recursos, para fazer esse encontro de contas.

Pode passar.

Bom, aqui nós fizemos, então, um monitoramento. Nós monitoramos todo dia praticamente. Todas as semanas, os Estados precisam nos informar, através dessa planilha, toda a situação de identificação dessa criança. Então, a partir da articulação da Vigilância Sanitária, junto com a assistência, essas crianças são então informadas, junto com as suas mães. E essa planilha permite que possamos ir acompanhando cada criança, se ela foi diagnosticada, se ela não foi diagnosticada, se ela ainda está em investigação... Se ela foi diagnosticada, em qual serviço ela está; se ela já foi para uma reabilitação, se ela já está numa estimulação precoce, exatamente para que nós possamos fazer esse acompanhamento e não deixar essa criança se perder.

Pode passar.

Nós, então, estamos editando também uma Instrução Operacional Conjunta nº 2. Ela está sendo publicada – provavelmente vai ser publicada até o final desta semana – exatamente com o objetivo de orientar, informar e esclarecer os Estados e Municípios quanto à operacionalização da portaria. O objetivo é esse que eu já coloquei, contribuir para a rápida implementação dessa estratégia.

Então, muitas questões que eu já coloquei estão assinaladas aí para vocês, desde a identificação das crianças até o acesso do benefício da prestação continuada, como utilizar esse recurso, a integração entre SUS e SUAS, como fazer com que essa articulação local possa, inclusive, ter o apoio de outros atores importantes, como os conselheiros tutelares, associações comunitárias, a igreja, enfim. Nesse momento, é importantíssimo que todos estejam juntos para que possamos imediatamente identificar essa criança e essa família.

Pode passar.

Aqui é, rapidamente, um fluxograma desse atendimento no SUS, como ele vai ocorrer. Eu já coloquei aqui para vocês. É muito importante destacar que a nossa orientação, junto aos gestores estaduais e municipais, é a de que eles possam rapidamente identificar essa rede de serviços que existe dentro do Estado, para que essa criança não fique peregrinando, para que essa família saiba: identificou, saiu da maternidade, imediatamente essa família vai ser orientada com respeito ao lugar onde ela vai poder fazer todo o tratamento, seja de estimulação precoce, seja no caso de essa criança tem algum problema de visão, enfim, uma orientação sobre toda a assistência a ser dada a essa criança. E a lista dessa criança, que chega ao serviço de saúde, imediatamente também chega ao CRAS, para que o CRAS também possa fazer, junto com a saúde, essa busca ativa e, com isso, rapidamente também ajudar e apoiar essas crianças e suas famílias para os serviços e acesso ao benefício da assistência social.

Pode passar.

No SUAS, então, é a mesma coisa: as crianças diagnosticadas com microcefalia que atendam aos critérios de renda do BPC. Então o INSS, junto com a assistência social, tem feito toda uma articulação também rápida. Inclusive, por orientação da Presidente do INSS, já foi feito um mutirão na Região Nordeste, que é uma região onde nós estamos encontrando uma incidência importante de casos suspeitos. Então, eles já fizeram um trabalho com crianças de zero a um ano. E identificaram, por exemplo, num universo de cerca de 250 crianças, dessas que tinham microcefalia, que aproximadamente 45 estavam aptas a serem inseridas no benefício. Para vocês verem o quanto é importante essa articulação.

Pode passar. Já estou concluindo.

Aqui, para ciência de vocês, o laudo circunstanciado, que também está acessível no site do Ministério, para orientar os gestores de saúde. Sempre orientamos que seja num serviço em que a criança possa fazer todo esse diagnóstico, que ela possa passar no mesmo dia por um oftalmologista, por um neurologista, por um ortopedista, enfim, e ela já saia ali, de preferência no mesmo dia, com esse laudo.

O próximo, pode passar.

É o nosso protocolo, que está atualizado, disponível na rede do Ministério, e basicamente é isso que a gente tem trabalho fortemente aí, para que a gente possa identificar essas crianças e suas famílias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Drª Thereza D'Lamare Franco Netto, Coordenadora-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde.

Passo a palavra neste momento para o doutor, Sr. José Rodrigues Rocha Junior, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas). O senhor tem dez minutos e, caso necessário, podemos estender por mais cinco, para suas considerações.

O SR. JOSÉ RODRIGUES ROCHA JUNIOR – Boa tarde, senhoras e senhores. Quero agradecer o convite feito pelo Senador Paulo Bauer para que nós pudéssemos estar nesta audiência pública. O Colegiado Nacional de Gestores reúne os 5.570 Secretários de Assistência Social do País, e eu estou no exercício da presidência, sou de Cuiabá, Mato Grosso.

Quero cumprimentar o Deputado Newton Cardoso, o Senador Humberto Costa, que está aqui conosco também, parabenizar Thereza Franco pela apresentação feita, com relação às atividades conjuntas do Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social, e o Senador José Pimentel.

O tema que nos traz aqui é a Medida Provisória nº 712 e que, com muita propriedade, resolveu um problema que nós estávamos vivenciando em âmbito local e que lá em Cuiabá, por exemplo, nós tivemos que ingressar com ações judiciais para permitir a entrada dos agentes de vigilância nas unidades domiciliares e em comércios aonde nós não conseguíamos ter acesso e sabíamos que existia lá o foco de contaminação para as famílias residentes naquela região.

Então, a medida provisória é extremamente pertinente. A nossa manifestação é na direção de que ela seja ratificada e que venha a se tornar uma legislação federal homologada por este Congresso Nacional, a fim de que nós tenhamos, então, a continuidade dessa sustentação legal para continuar o exercício dessas atividades que já estão sendo realizadas no País.

Quero me manifestar na direção de que o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social e o Congemas, que é o nosso Colegiado Nacional de Gestores, já havia emitido uma nota informativa de orientação conjunta aos entes federados das redes de saúde e assistência social para as ações articuladas de atenção às famílias com os casos de microcefalia.

Então, portanto, já há um desdobramento de atividades sendo realizadas com esforço conjunto do Governo Federal, dos governos estaduais e das prefeituras, para que nós possamos enfrentar esse problema.

E ontem eu recebi por parte do Ministério do Desenvolvimento Social uma instrução operacional conjunta do MDS e do Ministério da Saúde que estabelece procedimentos e rotinas conjuntas de atenção às famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde, no enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti* e atenção às famílias com os casos de microcefalia. Também no esforço de orientar as atividades que estão sendo realizadas em âmbito local, inclusive com relação à acolhida e o cuidado na proteção social a essas famílias. E o uso dos recursos que são repassados como cofinanciamento aos Municípios. Mas trago aqui algumas ponderações para que nós possamos aprimorar a execução dessas nossas tarefas.

Ainda há, no âmbito dos Municípios, uma necessidade de aprimoramento do fluxo de informações entre a saúde e a assistência social, e vice-versa, nos momentos em que nós somos procurados na nossa rede, nos Centros de Referência de Assistência Social, ou nos CREAS, seja em função do abandono do marido, que, quando se depara com a situação da criança com microcefalia, está deixando a sua residência; do abandono da própria família da mulher que deu à luz, e aí demandando, inclusive, outros serviços da assistência social que estão para além do BPC, de maneira imediata, qual seja, o acolhimento dessa mãe com a criança em unidade própria da assistência social, para que ela não fique em situação de rua.

Portanto, é necessário que esse fluxo de informações seja, quando nós, da assistência social, temos conhecimento, da saúde, seja aprimorado, a fim de que nós possamos dar, de fato, a tutela necessária a essas famílias que estão vivenciando essas situações traumáticas hoje, no País.

Acreditamos serem extremamente importantes as campanhas educativas. E a prevenção nesse trabalho é extremamente relevante para que evitemos e conscientizemos a família da necessidade de cada um cuidar do seu domicílio. Por mais que nos esforcemos, por mais servidores públicos que nós tenhamos – agentes de vigilância, assistentes sociais –, nós não vamos conseguir ir à casa de todo mundo, o tempo inteiro, para ficar virando garrafa para baixo, arrumando vaso de planta. A população precisa compreender o momento que estamos vivendo. Portanto, as nossas atividades de prevenção, tanto no âmbito da saúde, quanto da assistência social, precisam ser reforçadas para que nós possamos melhorar esse processo.

O acesso ao BPC também ainda é uma dificuldade para essas famílias, como bem disse a Thereza, que me antecedeu. Nem todas as famílias onde esse problema será encontrado vai ter o perfil para BPC, porque a doença não escolhe renda. Portanto, a criança pode nascer com esse problema em qualquer família que compõe a nossa sociedade. Porém, as que necessitam desse acesso... E aí já está havendo um esforço do Governo Federal, do Ministério da Saúde com o INSS e do próprio MDS, a fim de que nós possamos convalidar os laudos médicos que já estão sendo feitos e que o INSS reconheça esses laudos médicos, evitando assim que essas mães, com essas crianças, tenham que passar novamente por perícia e entrar na fila comum para acesso do benefício de prestação continuada, no âmbito, que é um benefício do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e que conta com a operacionalização por parte do INSS.

Além disso, o acesso dessas famílias ao Cadastro Único dá a elas acesso a vários outros programas sociais. Inclusive, o acompanhamento necessário a ser feito pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social, os nossos CRAS, e especialmente no acompanhamento psicológico dessa mulher.

O trauma é extremamente grande. Essas pessoas precisam de um acompanhamento rotineiro. E foi muito bem colocado aqui a necessidade de haver um acompanhamento familiar por parte da assistência social e aí o acesso a outros programas, como o Minha Casa, Minha Vida, exatamente em função da perda, inclusive, do companheiro que essa mulher possuía antes. Ela perde também aí, muitas vezes, a força de trabalho de quem mantinha essa família. E aí se demanda benefício de transferência de renda do Bolsa Família. E talvez seja uma das prioridades que nós deveríamos incluir no Programa de Transferência de Renda, como é o acesso às crianças que são retiradas do trabalho infantil como o público prioritário, que essas mulheres, essas famílias que estiverem passando por esse problema também sejam incluídas como público prioritário para acesso imediato ao Programa de Transferência de Renda, a fim de que não haja interrupção na sua condição de sustento das suas famílias. É necessário que nós possamos fomentar aí um fluxo local de encaminhamentos com todos os atores que estão envolvidos nesse processo, em especial a saúde, a assistência à segurança pública.

Acreditamos que a força de trabalho da proteção social básica na assistência social é extremamente importante. E para reforçar o processo de prevenção e o acompanhamento dessas famílias, com a realização do trabalho que é feito com a escuta qualificada por esses profissionais que nós possuímos, vai auxiliar essas famílias a superarem esse momento de maior dificuldade, que é quando a doença é diagnosticada.

Então, nós acreditamos na necessidade do reforço por parte dos Entes federados. Nós discutimos agora pela manhã no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com participação de representações do Governo Federal, dos Secretários de Estado de Assistência Social e dos gestores municipais, da necessidade de ampliação e, de fato, da consecução do que foi pactuado das unidades de acolhimento já para o País.

Então, hoje, foi apresentado já um diagnóstico pelo MDS. Acredito importante esta Comissão tomar conhecimento das expansões que foram pactuadas de unidades de acolhimento para crianças, para adultos e famílias, porque essas unidades também serão o suporte para as famílias com essas demandas. E ainda estamos no processo de implantação por parte dos Governos de Estado e dos Municípios. E é importante que nós possamos acompanhar isso de perto para que a rede seja ampliada e que nós tenhamos mais condições de fazer esse atendimento.

E aí, para concluir a minha fala, acreditando que esse nosso trabalho precisa ser integrado em âmbito local e que ele precisa ser fortalecido, que a sala de situação que está sendo executada pelo Ministério da Saúde, com a participação dos gestores no âmbito local, teleconferências que têm sido feitas e orientações rotineiras, muitas vezes até semanais, que tenha a incorporação da assistência social, de maneira permanente, nesse processo.

Que essa seja uma orientação nacional, para que os secretários municipais possam incorporar essa sala de situação e colaborar, da melhor forma, com a realização desse trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ RODRIGUES ROCHA JUNIOR – Quero, mais uma vez, agradecer, em nome dos gestores municipais de assistência social do Brasil, a oportunidade que o Senado Federal e esta Comissão Mista nos ofereceram para podermos dialogar e tentar encontrar alternativas para superar esse problema que preocupa a todos nós, cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. José Rodrigues Rocha Júnior, representante da Congemas.

Neste momento, a palavra será aberta aos Parlamentares para pronunciamento e questionamento.

Senador José Pimentel, V. Ex^a tem a palavra para suas questões e explanações.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) – Sr. Relator, Deputado Newton Cardoso, quero parabenizá-lo pela agenda de trabalho.

Quero também saudar a nossa convidada e o nosso convidado e registrar que esse conjunto de audiências públicas que foram realizadas permitiu que tivéssemos uma visão mais clara do que está acontecendo nos vários entes do Pacto Federativo junto às várias entidades, seja na área da saúde, seja na sociedade, como um todo, que acompanha esse tema.

Trata-se de um tema de extrema gravidade para todas as famílias brasileiras, para o povo brasileiro, mas estamos tentando enfrentar esse problema com uma postura muito unitária de todos os entes do Pacto Federativo, independentemente de sua posição ideológica ou política. Isso tem contribuído para diminuir o sofrimento dessas famílias. Os diagnósticos aqui apresentados contribuirão, e muito, para que V. Ex^a possa fazer um excelente relatório, não só pela sua competência, mas também pelo conjunto de informações que aqui chegaram.

Sei que estamos encerrando esse ciclo de audiências públicas. A partir daí, V. Ex^a deverá trabalhar, como tenho clareza, no relatório. Estamos aqui acordando para que, no dia 26 de abril, terça-feira, nós possamos fazer a discussão do relatório. Em seguida, ele irá à Câmara Federal e ao Senado Federal.

Sou daqueles que acreditam que, numa matéria dessa magnitude, nós precisamos obter o máximo de votos, senão a unidade, nas duas Casas: Câmara e Senado.

Eu quero novamente parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Tenho certeza de que vamos ter um excelente relatório para que possamos votar na Comissão Mista, no plenário da Câmara e, em seguida, no plenário do Senado Federal.

Portanto, nosso Relator Newton Cardoso, parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Pimentel, pelas palavras e pela confiança, especialmente.

Aproveitando o momento na Presidência desta Comissão, oportunamente, farei alguns questionamentos. Mas, antes, passo a palavra ao nosso Senador, para também fazer suas questões e avançar ainda mais no assunto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Newton Cardoso Jr., do nosso querido Estado de Minas Gerais. Espero que seja cruzeirense igual a mim – eu sou cruzeirense.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG. *Fora do microfone.*) – Não ligo para jogo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está em cima do muro. Está vendo, Pimentel? Ele está em cima do muro. Em Minas, é o seguinte: quem não é Atlético nem Cruzeiro é América, fica em cima do muro. Mas, tudo bem. América é um bom time.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza. Está fazendo a boa política para ambos os lados. Não vamos desagradar nenhum.

Queria cumprimentar a Thereza e o José Rodrigues e dizer que há uma expectativa muito grande com o resultado dessa medida provisória, porque estamos passando por uma situação muito crítica com relação a essa questão do zika vírus. O risco é iminente, realmente, em algumas regiões. Concentrou-se em algumas regiões do País a questão da microcefalia relacionada à questão. São coisas que inquietam bastante gente envolvida no setor. Por que, apenas em uma área, praticamente, se concentrou a microcefalia? No resto do Brasil, há casos de zika, mas não de microcefalia. Então, todas essas coisas a medida provisória... Hoje, o Governo procura fazer com que possamos superar, minimamente, essa crise do zika vírus, que tomou conta do País.

Então, gostaria, como Senador da República e membro desta Comissão, de parabenizar os colegas que estão aqui. Acho que o José Rodrigues, que é das prefeituras, dos Municípios, sabe da importância do envolvimento das prefeituras, do envolvimento das secretarias, da Secretaria de Educação de cada prefeitura, porque, para a gente combater esse vírus do zika, da chikungunya, da dengue, a gente tem que matar é a fonte produtora, a gente tem que extinguí-la.

As medidas que a gente tem que visar aqui tem que estar muito bem relacionada com um ponto de vista das prefeituras municipais, dos Estados – o Newton, de Minas Gerais, sabe da importância, seu pai já foi governador, já foi prefeito, já foi tudo, sabe como é que a coisa é importante.

E, Srª Thereza, a senhora está na Coordenação-geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, sabe o tanto que é crítico para uma mãe ter uma criança na situação que pode vir ter se a gente não resolver essa crise.

Então, no momento que está passando hoje o País, que precisamos de agendas positivas, de respostas alternativas e de caminhar o País para frente, que esse é o objetivo meu, do Senador Pimentel, que estamos aqui, de todas as pessoas desta Comissão, nós somos parceiros para poder superar essa questão da zika, da dengue e da chikungunya.

Quero só dizer que eu não tinha ainda me pronunciado aqui nesta Comissão, que, como membro titular dela, como membro do PMDB, estamos junto. Sabemos que as audiências públicas que vocês fizeram foram altamente esclarecedoras. Temos confiança no relatório, Newton, que você vai trazer para cá. Quem é o nosso Relator aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, você é o Relator. Hoje você está presidindo e é o Relator também. O nosso Presidente aqui é o?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, o Senador Paulo Bauer. Ele estava comigo recebendo a delegação de alemães que está aqui hoje – então talvez seja esse o motivo de ele não tenha estado aqui conosco nesta importante audiência pública.

Mas, de qualquer maneira, Newton, é até reconfortante, você que é colega de partido, estar aqui sendo o Relator dessa medida provisória tão importante, e, com certeza, a gente vai estar juntos aí, dando sugestão e resposta para este País nesse problema tão importante.

Muito obrigado. Conte com a gente. Estamos aí na luta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, nobre Senador Hélio José, do nosso PMDB, do Distrito Federal, pelas palavras, novamente pela confiança.

Quero cumprimentar a nossa querida Deputada também do PMDB de Tocantins, querida Deputada Josi, seja bem-vinda! E caso queira fazer uso da palavra, fique à vontade.

Pois bem, posso lhe passar a palavra, Deputada?

É uma gentileza para nós ter uma representante das mulheres do PMDB neste momento. A sua fala é fundamental para nós neste momento, pela sua experiência e pelos seus conhecimentos.

A SRª JOSI NUNES (Bloco/PMDB - TO) – Obrigada, Deputado! Boa tarde a todos e a todas que estão aqui presentes!

Eu não faço parte desta Comissão, mas é um tema que nos tem atraído a todos. Acho que a grande preocupação de todos os brasileiros, hoje, tem relação a essas doenças que surgem desse mosquito.

Eu faço parte da comissão externa que acompanha a questão da zika, nós temos feito lá também um trabalho importante, e acho que é importante esta Comissão da medida provisória e outros trabalhos que estão sendo feitos de forma a complementar todas as avaliações. É urgente, é uma necessidade grande trabalhar em várias frentes.

É uma situação complexa, não é fácil! Tanto não é fácil que, a cada momento, aparecem novas doenças provocadas por esse mesmo mosquito. Então, é uma situação complexa e que temos que lidar em várias frentes. Eu estou lá na comissão especial e trabalho no subgrupo que trata sobre a questão das pesquisas, o que tem sido realizado em termos de estudos, de que forma combater. Nós temos o grupo da prevenção, nós temos várias áreas de atuação.

É importante e eu só tenho que parabenizar o trabalho que está sendo feito aqui nesta Comissão e que os trabalhos feitos nas outras possam complementar todo o trabalho que está sendo realizado. Só para parabenizar a todos pelo trabalho realizado e a você, Deputado Newton, que é o Relator desta matéria.

Estaremos aqui participando e enriquecendo dentro das nossas possibilidades.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, nobre Deputada Josi Nunes, nosso PMDB de Tocantins.

Seja sempre bem-vinda e parabéns também pelo seu trabalho diante da comissão externa que acompanha o combate à zika e outras doenças causadas pela proliferação desse mosquito *Aedes aegypti*.

Neste momento, gostaria de parabenizar a Srª Thereza D'Lamare pela apresentação, agradecê-la pela presença; agradecer também e parabenizar o Sr. José Rodrigues Rocha Júnior, pelas palavras, pela sua fala.

Tenho aqui algumas questões para apresentar a V. Exªs, mas, antes disso, nobre Senador Pimentel, quero relatar que hoje, pela manhã, realizamos uma reunião no âmbito da Comissão Externa da Zika, juntamente com a nobre Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Raimundo Gomes de Matos e o Deputado Osmar Terra. E uma solicitação específica dessa Comissão foi, desde o início, que pudéssemos integrar, ou participar das decisões ou do andamento da nossa reunião, das nossas audiências, no âmbito desta Comissão Mista. E, nesse sentido, entendo que essa reunião na parte da manhã foi muito produtiva, pois elucidou algumas questões mais emergentes, mais importantes que irei relatar.

Antes disso, eu gostaria de resgatar os objetivos originais que tínhamos com as audiências públicas que foram realizadas. Esta é a nossa quarta audiência pública, caro Senador, e tínhamos, desde o início, uma clara visão de quais seriam as audiências realizadas. A primeira e a segunda audiências com um foco institucional, para que os órgãos do Governo Federal, órgãos de classe, entidades de classe, os Municípios e suas representações diversas pudessem vir aqui e apresentar as suas demandas, apresentar a realidade hoje do combate à proliferação desse mosquito e também o impacto que tem ocorrido na sociedade, na saúde da população, por conta das doenças causadas por esses vírus transmitidos pelo mosquito *Aedes aegypti*. Felicito a todos que aqui até agora apresentaram algum trabalho, foi de muito sucesso, foi muito positiva a qualidade das audiências.

A terceira audiência foi uma audiência com cunho técnico, cunho científico, também da mesma forma atendendo a esse objetivo. Várias tecnologias foram apresentadas, várias soluções possíveis foram apresentadas, sejam elas preventivas de doenças, no caso das possíveis vacinas contra alguns desses vírus que estão em circulação hoje no nosso País, sejam elas de combate efetivamente, prevenção à proliferação do mosquito.

Mas também algumas soluções foram apresentadas como solução paliativa para o impacto dessas doenças no sistema de saúde, como, por exemplo, a possibilidade de instalação de um sistema de diagnóstico acelerado de todos os vírus que estão causando essas doenças, com prazo de até quatro horas, no caso dos vírus da dengue, chikungunya e zika. Hoje, infelizmente, a realidade que temos é que esses vírus só podem ser identificados depois de uma semana ou dez dias, no atual estado da arte que temos no sistema implantado.

Portanto, caso tenhamos sucesso e possamos viabilizar, e esta Comissão tem também essa função, de viabilizar alguma solução paliativa de agilidade, de redução do impacto no sistema de saúde, certamente é o que se deseja, é o que se espera do trabalho dos Parlamentares ao apresentar esse relatório. Entendo que é um relatório não apenas deste Parlamentar, Senador, mas um relatório do grupo, de especialistas também, de Parlamentares responsáveis e extremamente envolvidos com a matéria. Esse é o objetivo que temos.

Quero dizer que, inicialmente, a medida provisória em análise na nossa Comissão tinha um objetivo claro de apenas tratar da entrada forçada nas casas das pessoas, nas residências e nos domicílios por todo o País. Mas entendemos que há uma necessidade de expansão desse foco.

E a Medida Provisória nº 712 é o meio de dar velocidade para que as soluções integradas de combate a essas doenças aconteçam e venham a se tornar realidade, hoje, no País. É esse o objetivo maior que temos identificado, Senador, querida Deputada, ao dar sequência às nossas audiências públicas, como a de hoje, que têm o objetivo, também, de analisar o impacto social que tem causado em nossa sociedade a disseminação de tão graves e danosas doenças.

Senador Pimentel, hoje pela manhã, nesta reunião, tratamos de alguns assuntos preocupantes. Gostaria de questionar a Drª Thereza em relação ao número que temos de casos de microcefalia: falam em aproximadamente 10 mil casos. A senhora relatou aí números que falam entre 6 mil, 7 mil casos. É uma questão que eu

gostaria de esclarecer: se esse número está pendente de atualização ou se, realmente, é menor do que o número que temos até agora.

Os pontos principais que foram questionados durante essa reunião foram exatamente os pontos ligados à essência da nossa medida provisória. O controle de vetores vai acontecer através dessa entrada forçada, vai acontecer através de uma melhor gestão do lixo urbano, ou seja, da aplicação efetiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos e também, possivelmente – não que essa seja uma situação já garantida –, até alguma forma de multa, alguma forma de penalização para aqueles que não se enquadram, para aqueles que não desejam agir em prol do combate a essa doença. Talvez seja uma solução necessária e o único meio que possa contribuir, de fato, para uma mudança de comportamento, para uma mudança de hábitos. Esse é o ponto inicial. Se houver, na gênese da disseminação da doença, um controle de fato, teremos sucesso no combate, como já aconteceu no País nos anos 40, quando o mosquito foi efetivamente neutralizado e a sua ocorrência chegou a se zerada.

Nesse sentido, outras questões surgem. Apesar de não conseguirmos 100% de eficácia no controle de vetores, temos de determinar que os Municípios é que são a solução, são o efetivo objetivo das nossas ações. E, hoje, eles têm um sério problema no que tange aos gastos com a atenção básica, no que tange aos gastos com a saúde, especialmente de pessoal. A maioria dos Municípios, no País, já atingiu os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. E tal situação, caso seja mantida, ensejará a indisponibilidade ou a inviabilização das ações de combate a essas doenças e à disseminação desse mosquito. Portanto, esse é um dos pontos que deverão ser abordados em nosso relatório. Iremos tratá-lo como uma solução alternativa que, entendo, expande o foco original da medida provisória.

Da mesma forma, é necessária uma facilitação do diagnóstico, como comentado. O diagnóstico ágil tem o objetivo, Deputada, de reduzir imediatamente o impacto no sistema de saúde. Reduzir, pois aquele sujeito que possivelmente, potencialmente, está infectado com algum desses vírus demora de 7 a 10 dias para ter a identificação final, para ter um diagnóstico efetivo, e muitas vezes ocupa um leito em hospital, um espaço do sistema de saúde pública que poderia estar sendo alocado para quem efetivamente tem o diagnóstico. Com um diagnóstico mais rápido, um diagnóstico mais ágil, é possível que essa pessoa que não tem a contaminação por qualquer desses vírus ou que não tem uma doença diagnosticada a partir do vírus, possa voltar para a sua residência e tratar em casa a sua dificuldade de saúde.

Não que ela não tenha atenção adequada, não que ela não precise, ela precisa também receber as atenções, o tratamento de saúde adequado, mas não sendo especificamente uma contaminação por esses vírus que estão, hoje, no centro das nossas atenções, podemos diminuir o impacto, diminuir o peso sobre o sistema de saúde. Portanto, a facilitação do diagnóstico tem esse objetivo.

Mas até aqui, estamos tratando apenas de medidas preventivas ou de medidas paliativas. Existem medidas que precisam ser tomadas a partir exatamente da identificação dessas novas doenças, casos de microcefalia, pessoas diagnosticadas com o vírus chikungunya, que causa doenças reumáticas graves, no caso do vírus zika, a síndrome de Guillain-Barré, que, aí, sim, causa uma paralisia forte, que, muitas vezes, a pessoa não consegue uma recuperação plena, Senador, que é a ideia de se criar centros especiais de reabilitação. Essas pessoas que estão contaminadas, de fato, e que têm o impacto nocivo dessas doenças não podem ser relegadas pelo Estado, muito menos pelo sistema de saúde. Então, é necessário que haja uma ação também posterior aos efeitos da contaminação da população, através de centros de recuperação, de reabilitação específicos para esses casos, que também nos traz a necessidade e que estão entre as emendas apresentadas por diversos Parlamentares, a questão do amparo às famílias. Se essas famílias serão indenizadas – a Drª Thereza apresentou aqui uma solução para mães de microcéfalos –, que tipo de indenização pode ser dado às mães, como uma extensão do período de licença-maternidade, um potencial aumento no salário-maternidade. Enfim, são várias as soluções que precisam ser analisadas, mas que, efetivamente, apresentem um amparo adequado a essas famílias.

Da mesma forma, Senador, a iniciativa privada não pode ser deixada de lado por conta das soluções que já existem. Uma parceria público-privada para o tratamento, no caso das vacinas, já é uma realidade entre o Instituto Butantã, a Fundação Oswaldo Cruz e uma empresa específica, a Sanofi Pasteur, que apresentou aqui, semana passada, e que tem dado resultado no combate a algumas doenças no País. Ampliar essa estratégia para as vacinas de zika ou de dengue, ou mesmo a chikungunya, seria muito interessante, mas também algumas soluções, através de parcerias público-privadas, não no sentido específico, mas de utilizar-se da legislação atual do imposto de renda, para melhorar a divulgação e as ações de combate à disseminação e proliferação do mosquito, que seria a possibilidade de se utilizar do desconto ou da renúncia fiscal no imposto de renda para a divulgação, para ações efetivas de combate à proliferação do mosquito.

Enfim, são algumas dessas questões que foram tratadas, juntamente com a Comissão Externa da Zika, mas que entendemos serem as questões mais urgentes e mais fundamentais e que não poderiam estar de fora

idealmente do nosso trabalho, do nosso relatório. São questões que serão analisadas e iremos dar continuidade, a partir de agora, com o fim das audiências públicas.

A conversa com todos que apresentaram seus trabalhos, para que possam tirar dúvidas, fazer esclarecimentos adicionais, além do tempo da sua apresentação específica, espero que isso possa ser uma solução para uma boa qualidade de relatório, estimado Senador.

Então, nesse sentido é que realizamos esta reunião pela manhã, eu gostaria apenas de relatar isso, agradeço a atenção de todos em nos ouvir nesse sentido, mas volto, agora, à questão para a Sra Thereza.

Além do número de casos efetivamente identificados, também gostaria de questionar, Sra Thereza, o seguinte: até agora, nas apresentações realizadas, o Ministério da Saúde tem apresentado seu posicionamento, tem demonstrado algumas identificações de soluções e toda gestão que Ministério aplica sobre o problema da dengue e de outros vírus.

Entretanto, a partir da sua apresentação me preocupa uma questão: nós temos recursos aparentemente subestimados, mas também temos ações, como as ações de indenização, ações de amparo às famílias com pessoas diagnosticadas com essas doenças, ações aparentemente – peço licença pela palavra aparentemente, porque nós não encontramos até agora uma integrada ação – mas, enfim, que nos soa como uma solução ainda pontual, uma solução que não está de fato pensada do início ao fim, ou seja, desde a prevenção até o tratamento de fato da doença, das consequências dessas doenças.

Então, gostaria de um esclarecimento da senhora no sentido de falar um pouco sobre quais ações estão efetivamente integradas dentro do Ministério e se esses recursos que serão disponibilizados ou já estão disponíveis para as indenizações não nos parecem, de certa forma, subestimados pelo tamanho das ocorrências no País.

A SR^a THEREZA D'LAMARE FRANCO NETTO – Obrigada, Deputado. Cumprimento o senhor pelas suas colocações.

Esclarecendo as questões que o senhor coloca, primeiro, acho que é importante – tenho aqui o boletim e passarei às suas mãos – toda semana, o Ministério da Saúde lança um boletim epidemiológico, que fica disponível na página do Ministério da Saúde, exatamente com essa preocupação de ter a fidedignidade dos dados, especialmente na questão da identificação dos casos notificados de microcefalia.

Então, no último boletim que saiu agora recentemente, nós temos um total de casos acumulados, notificados, de 6.906 casos. Então, não sei de onde veio essa informação dos dez mil, mas, enfim, há toda uma preocupação de limpar banco, enfim, existe essa preocupação das informações que chegam. Nós temos, hoje, um Centro de Operações de Emergências em Saúde sobre microcefalia especificamente, com o qual o Ministério, junto com os Estados, se reúne, toda semana, para exatamente fazer esse levantamento.

Há uma preocupação muito grande a partir dessas informações que são dadas pelos Estados e são consolidadas pelo Ministério da Saúde exatamente do que eu apresentei que é conseguir identificar o nome da mãe, conseguir identificar a criança, data de nascimento, para que possamos rapidamente procurá-la.

Então, passo às suas mãos esse boletim que está disponível na página. Então, toda semana que o senhor quiser procurar as informações encontrará tudo lá, todas as ações que estão sendo feitas. Acho que é muito importante para esta Comissão essas informações que estão disponíveis no site do Ministério.

Um outro aspecto importante que o senhor coloca é a questão que poderia aparecer pontualmente algumas ações, acho que é importante destacar que essa ação que eu apresentei tem o objetivo muito claro que é de rapidamente esclarecer as famílias, as mães, se seu filho é microcéfalo ou não, se ele tem microcefalia ou não. Isso é muito importante, porque temos, como o senhor pode ver, dados notificados, quase sete mil casos, mas na hora que se vai verificar, pelo que temos visto na identificação do diagnóstico, é um número muito maior de não identificados, ou seja, de que não têm microcefalia.

Então, é muito importante para uma família, para uma mãe, rapidamente saber se o seu filho teve microcefalia ou não, independente da causa, como eu coloquei aqui.

Essa questão que eu apresentei aqui é uma estratégia rápida, é um curto espaço de tempo, exatamente para que a gente possa reduzir esse passivo de mães que tiveram seus filhos, às vezes estão com o laudo de uma tomografia, de uma transfontanela e não tiveram o resultado final, ou seja, é rápido para podermos buscar essa identificação desse resultado final, desse diagnóstico final. Isso é o aspecto central dessa questão que apresentei.

E, no final, na última lâmina, eu coloco também a disponibilidade também no site, que é o protocolo, que está sempre sendo atualizado, o protocolo que nós fizemos da microcefalia, que pega a rede toda de saúde.

Então, ali está claramente o passo a passo de todo o processo, desde pré-natal, desde os métodos anticoncepcionais, orientação às mulheres. Enfim, tudo desde a atenção básica, o que tem que ser feito quando o casal quer fazer o seu planejamento familiar, enfim. Quer dizer, tomar todos esses cuidados para que aquela

família possa ter as orientações necessárias, como também todos os outros segmentos do ponto de vista da atenção para os cuidados, a prevenção e, quando for diagnosticado um caso de microcefalia, poder também essa família ter todo esse cuidado.

Como eu coloquei, nos casos de problemas de visão, problemas de articulação, crianças que vão precisar ter um acompanhamento por um bom tempo, com reabilitação, com cirurgia, enfim. Então, o que se está trabalhando nesse processo todo é que, junto com os Estados e Municípios, a gente possa fazer a identificação desses serviços e, principalmente, que essas mães não precisem ficar peregrinando. Então, ou seja, a mãe sabe que seu filho é microcéfalo e ela vai saber onde ele vai ser tratado, com todos os cuidados necessários e com a rede de proteção, como muito bem o José colocou aqui. Existe toda uma rede interfederativa de compromissos, do nível federal até o nível local, exatamente para que nenhuma criança fique fora, nenhuma família fique fora do que já foi estabelecido pela lei.

Então, eu acho que isso é muito importante para que a gente possa... Não é só assistência à saúde, mas é também a proteção social, que engloba também a saúde, mas principalmente dar um conforto a essas famílias. Então, esclarecendo que no protocolo se encontram todas essas orientações em relação a esse cuidado com as crianças e suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito bem. Muito obrigado pela resposta, D. Thereza, pelos esclarecimentos.

Sr. José Rodrigues Rocha, em relação a essas ações de assistência social, eu gostaria de um esclarecimento do senhor em relação a essa falta de integração, como o senhor comentou, entre as áreas de assistência social e as áreas de saúde. Pelo menos nos Municípios, como o senhor brevemente comentou. Se pudéssemos entrar um pouco mais nesse aspecto, para esclarecimentos.

O SR. JOSÉ RODRIGUES ROCHA JUNIOR – Obrigado, Deputado. Quando nós estamos no processo operacional de atendimento a essas famílias em âmbito local, as informações que a gente pensa muitas vezes aqui em âmbito nacional, até chegar lá na base, demoram. E o fluxo de encaminhamentos que nós temos na nossa rotina de trabalho não nos permite ainda hoje ter acesso às informações uns dos outros. E aí, Senador Pimentel, é algo que a gente precisa evoluir ainda como sociedade.

Nós tratamos as pessoas nas políticas públicas como se elas fossem, a cada hora em que ela chega em uma política pública, um ser diferente. O ser humano é um só. O que eu estou querendo dizer com isso? Que a saúde, por exemplo, não tem acesso ao nosso cadastro único dos programas sociais. Porque, se ela tivesse acesso ao nosso cadastro, que hoje tem mais de 100 milhões de brasileiros, metade da população deste País está lá, ela poderia identificar de maneira imediata quando a gente fizesse o registro de que nós fizemos atendimento a uma mãe com a criança em situação de microcefalia no CRAS.

Da mesma forma nós não temos acesso às informações que são geradas pela saúde. As pessoas, cada vez que chegam em uma determinada política pública, precisam criar um novo número de identificação. Aí, vai para a fila da educação, tem um número lá; na assistência é outro, é o número do NIS; lá na saúde é o cartão do SUS; para dirigir é a CNH e por aí vai; na carteira de trabalho tem o número do PIS. E a gente vai tratando essas pessoas como se eles não fossem um indivíduo só. Esses bancos de dados não dialogam ou, quando dialogam, são só por situações esporádicas. E aí, dificulta a nossa rotina de trabalho lá no ambiente do Município.

Então, nós precisamos criar fluxos mais eficientes de fazer essas informações chegarem, seja pelo agente comunitário de saúde, seja por outro profissional da saúde que faça o atendimento no PSF, em situação de emergência, nas maternidades, de encaminhamento dessas informações para a assistência social.

Hoje nós temos muitos de instrumentos eletrônicos que facilitam a nossa vida e não precisam ser de papel, pois o protocolo de documento demora e acaba deixando a família em situação de vulnerabilidade, a fim de que possamos acelerar isso.

Todos os Municípios do Brasil, hoje, fazem o registro dos atendimentos mensais para o Ministério do Desenvolvimento Social. Então, temos uma Registro Mensal de Atendimento, que é o RMA. E a outra demanda que a gente precisa inserir é o atendimento especializado a essas famílias onde identificamos a situação de microcefalia, porque o relatório hoje não nos dá essa condição. É algo que o Ministério do Desenvolvimento Social precisa adequar para que façamos o acompanhamento do protocolo de atendimento a essa família, que fica registrado nos Centros de Referência de Assistência Social.

É isso, Deputado. Em âmbito local e num esforço maior de orientação por parte dos Ministérios, precisamos criar um fluxo operacional que facilite a vida das pessoas. E não mandando uma vez, duas vezes, três vezes na unidade sem ter o devido atendimento, numa peregrinação constante, porque a demanda é sempre maior do que a nossa capacidade de reação. Isso é um fato. Tanto na assistência quanto na saúde, a gente não tem a estrutura ideal para fazer frente a todos os problemas que temos lá.

Esse é um problema sério para a Nação, que precisa de um esforço redobrado nosso, mas ele se acumula com tantos outros que já fazem parte da nossa rotina de trabalho no ambiente dessas duas políticas públicas.

Por isso, criar instrumentos que façam com que a gente priorize esse atendimento e que facilite esse encaminhamento, dando a proteção integral a essa família, porque não é só no âmbito da saúde e da assistência que vai resolver, ela precisa de outros atendimentos. As atividades de prevenção, como bem disse o Senador Hélio José na sua fala, precisam ir para além. E o senhor também ponderou isso de maneira muito contundente. O Senador Hélio José na direção do envolvimento da educação nesse processo. É preciso que as crianças sejam envolvidas mesmo e levem esse assunto para dentro do convívio familiar.

O acondicionamento dos nossos resíduos sólidos também é um grande vetor de contaminação e precisa ter a destinação correta para que possamos minimizar isso.

Acredito que ainda é preciso evoluir, muito embora já haja iniciativas nessa direção. Nós, inclusive, ratificamos instrumentos em âmbito nacional com relação a essa orientação para que isso aconteça. Mas é importante que a gente facilite a vida. Quem sabe com a operacionalização desses sistemas que temos hoje já disponíveis tanto na saúde quanto na assistência e incluindo a assistência social nesse gabinete de gestão que está criado pela saúde, possamos facilitar a vida das pessoas e permitir a elas o acesso a essas políticas públicas. Aí entra o papel da assistência social, ou seja, fazer com que elas possam ter acesso, garantir o direito de terem acesso às políticas públicas, inclusive de inclusão dessas crianças nos ambientes da própria educação.

Obrigado, Deputado.

A SR^a THEREZA D'LAMARE FRANCO NETTO – Deputado, posso fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Com certeza. A senhora tem a palavra.

A SR^a THEREZA D'LAMARE FRANCO NETTO – Acho que nessa questão que o José coloca, já há uma experiência bem positiva dessa integração, que é o próprio Bolsa Família e a integração com a saúde nas condicionalidades. Acho que isso já é um esforço muito grande, ou seja, que cada equipe de saúde tenha conhecimento na sua localidade, no seu Município e aí, sim, tenha integração dos sistemas da assistência social com a saúde para que se saibam quantas famílias são beneficiárias do Bolsa Família naquela região onde está cuidando da saúde da população.

Esses são exemplos positivos dessa integração para que possamos continuar avançando nos sistemas de informação e integração e, assim, cada vez mais tenhamos as políticas integradas aonde a família está, onde moram.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, Dr^a Thereza. É importante esse esclarecimento.

Deputada Conceição Sampaio gostaria de algum comentário? Nós temos discutido e, apenas para seu conhecimento, esta é a nossa quarta audiência. Hoje com o foco na situação da assistência social às famílias com problemas derivados das doenças causadas pelos vírus transmitidos pelo *Aedes aegypti*.

A SR^a CONCEIÇÃO SAMPAIO (Bloco/PP - AM) – Querido amigo Presidente, nosso Relator também, Deputado Newton, nosso querido Senador, e convidados aqui presentes, é sempre uma alegria poder estar recebendo essas informações que são tão necessárias neste momento de crise.

Hoje a gente sabe como que os Estados precisam fazer o enfrentamento em relação às doenças que tem como vetor o *Aedes aegypti*.

Deputado Newton, eu, no início desse trabalho, dessa medida provisória, que é tão importante para o Brasil, lembra a situação específica do Estado do Amazonas, da cidade de Manaus, porque até a grande divulgação da relação entre o *Aedes* e as crianças que estavam nascendo com microcefalia, lá na cidade de Manaus, no último boletim epidemiológico, trazia uma situação que retirava a cidade de Manaus e o Estado do Amapá, também, de qualquer possibilidade de casos de microcefalia com relação a esse vetor, que é o *Aedes*.

Logo depois se descobriu que três grandes maternidades não fizeram ou não estavam fazendo esse tipo de acompanhamento e, portanto, várias crianças acabaram saindo dessas maternidades com a circunferência craniana abaixo de 32cm e essas crianças, hoje, precisam ser encontradas ou reencontradas no Estado do Amazonas.

Então, acho interessante quando a gente traz para essa pauta de discussão a assistência social a essas famílias. Não é o assistencialismo, mas a assistência que essas pessoas e essas crianças merecem receber.

Então, eu fico agradecida, acho extremamente importante, peço desculpas, meu querido amigo Deputado Newton, são tantas atividades no mesmo horário aqui na Câmara dos Deputados e no Senado, que, infelizmente, a gente acaba não tendo condições de participar de temas tão importantes como este tema que foi debatido no dia de hoje, mas os nossos cumprimentos e agradecimentos.

Eu fiz o registro em relação à cidade de Manaus porque, de fato, essas crianças e essas mães precisam desse acompanhamento, não só neste momento em que o Brasil todo está discutindo a questão da microcefalia, mas, penso, de um acompanhamento permanente em relação a essas crianças.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Newton Cardoso Jr. Bloco/PMDB - MG) – Muito obrigado, nobre Deputada Conceição Sampaio, pelos esclarecimentos e, principalmente, pelas suas preocupações, sempre pertinentes e muito bem pontuadas.

Neste momento eu gostaria de dar continuidade às nossas discussões, reiterando, como disse no início de minha fala, a preocupação com a integração das ações de combate, não apenas à dengue, mas, de fato, a todas as doenças causadas por este mosquito traumático.

E, nesse sentido, Senador, nobre Deputada, a discussão que tivemos de que seria interessante, seria necessário, a criação de uma espécie de força nacional, de um comitê nacional, integrado com o viés específico de tratar a disseminação desse mosquito no País, mas, também, dos impactos das doenças causadas por ele.

E, hoje, a partir do conhecimento adquirido nessas audiências públicas e das discussões que foram realizadas, até o momento podemos quase chegar à conclusão de que não há essa integração, não há hoje um comando central, não há hoje uma ação que possa ser identificada como uma ação conjunta e unificada de apenas um grupo que trate dos impactos desse problema de saúde, desse problema endêmico que temos enfrentado no País.

Portanto, eu reitero as minhas palavras, reitero que provavelmente a solução passaria pela criação de uma espécie de grupo, de um comitê integrado, com capacidade de tratar em diversos âmbitos, em diversas esferas do Governo Federal, com repercussão nos governos estaduais e municipais, mas chamando todos os órgãos interessados, todos os órgãos com capacidade de agregação. Não apenas capacidade, mas, também, responsabilidade pelas ações ligadas ao tratamento deste problema, mas de forma integrada com uma certa centralização neste momento, para que possamos, de fato, promover uma ação contundente de combate ao problema desse mosquito.

É interessante que essa medida provisória nos oferece, neste momento, essa oportunidade, ela nos traz à luz a visão e o pensamento de como combater de fato as doenças, de combater de fato os problemas causados pela disseminação deste mosquito e, portanto, ela vai além do simples, não diria apenas simples, mas do problema grave de entrar forçosamente na casa das pessoas.

Essa solução precisará ser tratada no âmbito do relatório, mas, principalmente, todo o impacto a partir da proliferação deste mosquito em todo o País.

É nesse sentido, Senador, que eu quero agradecer a todos pela presença, agradecer à Dra Thereza D'Lamare pela sua apresentação nessa tarde, também ao Sr. José Rodrigues da Rocha Júnior pela sua apresentação, pela sua fala, agradecer a todos os Parlamentares, em especial a nossa Deputada Conceição Sampaio, ao nosso estimado Senador José Pimentel pelas suas palavras, pela sua atenção nesta tarde.

Senador, antes de encerrar, apenas a título de comunicação, ao longo do mês de abril devemos realizar uma reunião no Estado de Minas Gerais para tratar do assunto de forma integrada, juntando uma força-tarefa do Estado de Minas com alguns Municípios da grande Belo Horizonte, no âmbito da Associação Mineira de Municípios, e também convidarei, especificamente, todos os membros desta Comissão para participação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 713, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE MARÇO 2016, QUE “ALTERA A LEI NO 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010, PARA DISPOR SOBRE O IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE A REMESSA DE VALORES DESTINADOS À COBERTURA DE GASTOS PESSOAIS, NO EXTERIOR, DE PESSOAS FÍSICAS RESIDENTES NO PAÍS, EM VIAGENS DE TURISMO, NEGÓCIOS, SERVIÇOS, TREINAMENTO OU MISSÕES OFICIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 713, de 2016, com a presença dos Senadores Telmário Mota, Regina Sousa, Hélio José, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Benedito de Lira; e dos Deputados Nelson Marquezelli, Herculano Passos, Marinha Raupp, Newton Cardoso Jr, Andres Sanches, Margarida Salomão, Carlos Zarattini, Bohn Gass, Otavio Leite, João Paulo Papa, Paulo Foletto e Weverton Rocha. Registra a presença o Deputado Daniel Vilela, parlamentar não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. A Reunião é suspensa às quinze horas e vinte e dois minutos e reaberta às quinze horas e vinte e nove minutos. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Andres Sanches e do Senador Benedito de Lira para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Andres Sanches, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Dalirio Beber como Relator e a Deputada Margarida Salomão como Relatadora Revisora. Fazem uso da palavra o Senador Dalirio Beber e a Deputada Margarida Salomão. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JOSÉ PIMENTEL

Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 713, de 2016.

Nós temos a assinatura de oito Deputados Federais; o número mínimo é de sete. E temos a assinatura de seis Senadores; para abrir são cinco.

Portanto declaro abertos os trabalhos e, por falta de um Senador para deliberar, suspendo os trabalhos por meia hora, para aguardar a chegada de mais um Senador.

Hoje é um dia atípico, porque tivemos sessão extraordinária na Câmara...

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB) – Eu só quero declarar – e tenho a aquiescência de V. Exª – que posso até esperar, mas já são 3h21 e, para a Medida Provisória nº 717, não há quórum, Presidente, para que não chegue alguém para assinar depois do prazo já prorrogado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT - CE) – Para a 717, estava prevista a sua abertura às 14h50.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT - CE) – Está com um minuto.

V. Exª está muito rigoroso.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM - PB) – Eu sou regimentalista, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Portanto esta está instalada e suspensa.

(Iniciada às 15 horas e 21 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT - CE) – Declaro reaberta a reunião da Medida Provisória nº 713, de 2016.

Há quórum para deliberar tanto na Câmara quanto no Senado. Na Câmara, já tinha antes e, no Senado, faltava um Senador ou Senadora. A Senadora Vanessa Grazziotin chegou. Ela estava numa atividade das mulheres no Plenário da Câmara Federal. Muito importante essa agenda e, como sempre, as mulheres ajudam muito nas horas mais difíceis da família, da política e da sociedade.

Portanto, declaro reaberta a reunião da Medida Provisória nº 713 e informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das Comissões destinadas a

apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa e informo que foram indicados pelas Lideranças, para Presidente, Deputado Andres Sanchez, aqui presente, e, para Vice-Presidente, o Senador Benedito de Lira, que esteve aqui há pouquinho e está na reunião da Medida Provisória nº 712, aqui, ao lado.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleitos, por aclamação, o Presidente Deputado André Sanches; Vice-Presidente, Senador Benedito de Lira.

Convido o Deputado Andres Sanchez para assumir a Presidência e dar continuidade aos trabalhos.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Primeiro é um prazer ser o Presidente desta relatoria. Espero que cumpramos o papel que nos designa.

E já designo como Relator da medida provisória o Senador Dalirio Beber e, como Relatora revisora, a Deputada Margarida Salomão.

Convido os dois à mesa.

Agora eu passo a palavra ao nobre Relator, Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (PSDB - SC) – É que lá, em Santa Catarina, nós temos o Dário Berger e Dalirio Beber, e faz-se a confusão: de vez em quando é Dalirio Berger e outras vezes é Dário Beber. E ainda, digamos, nós temos o Paulo Bauer, ou seja, todos têm "b" no sobrenome: Beber, Berger e Bauer.

Bom, quero dizer da satisfação de nós podermos fazer parte da análise da Comissão Provisória nº 713. E, sob a Presidência do Deputado Federal Andres Sanchez, esperamos poder acolher e analisar as mais de 70 emendas que já foram apresentadas ao projeto.

Sabemos que o assunto já havia sido debatido em profundidade durante a tramitação da Medida Provisória nº 694 e, se não houvesse caducado a medida provisória, com certeza, digamos, essa matéria já estaria superada, uma vez que, durante a tramitação da MP nº 694, houve um entendimento entre o *trade* turístico e o próprio Governo Federal, no sentido de que essa atividade, ou seja, a remessa de valores para o exterior, atendendo a questão do turismo, deveria ter uma taxação diferenciada, e não os 25% que incidem sobre, digamos, as demais remessas de recursos ao exterior.

Então, portanto, digamos, nós temos essa responsabilidade e espero poder contribuir com o Presidente Andres Sanchez e, enfim, com todos os demais Parlamentares, Congressistas que fazem parte desta Comissão, para podermos, ao final, apresentar um trabalho que engrandeça o nosso Congresso Nacional e que faça com que esse setor tão importante da economia, que representa aí mais ou menos 10% do PIB, de fato tenha um tratamento responsável e adequado para que ele continue gerindo e gerando, digamos, essa atividade, que é tão importante para o Brasil.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Obrigado, Sr. Relator Dalirio.

Agora, passo a palavra à Sub-Relatora, à Relatora revisora, Deputada Margarida.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Cumprimentando a todos os Parlamentares presentes, quero dizer da minha satisfação de participar, na condição de Relatora revisora da tramitação dessa matéria tão importante, que vai ser relatada, com certeza, com muita propriedade e competência pelo Senador Dalirio Beber, sob uma das mais expressivas Presidências do Brasil, que é do nosso companheiro Andres Sanchez.

Então, imagino que nós também possamos fazer na Câmara a complementação dos debates que vão ser travados nesta Comissão.

Um bom trabalho para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Andres Sanchez. PT - SP) – Obrigado, Deputada Margarida, Senador Dalirio.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e, na próxima, passamos os trabalhos que assim serão feitos.

Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 21 minutos e suspensa às 15 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 29 minutos e encerrada às 15 horas e 35 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 714, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE MARÇO 2016, QUE “EXTINGUE O ADICIONAL DE TARIFA AEROPORTUÁRIA E ALTERA A LEI Nº 5.862, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, E A LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2016, ÀS 14H40MIN, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 714, de 2016, com a presença dos Senadores Telmário Mota, Angela Portela, Waldemir Moka, Hélio José, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Benedito de Lira; e dos Deputados Jerônimo Goergen, Clarissa Garotinho, Newton Cardoso Jr, Hildo Rocha, Zé Geraldo, Ságuas Moraes, Bohn Gass, Otavio Leite, Paulo Foletto e Efraim Filho. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Daniel Vilela. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara instalada a Comissão e suspende a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. A Presidência reabre a reunião às quinze horas e cinquenta minutos, e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Hélio José e do Deputado Ságuas Moraes para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Hélio José, Presidente eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Zé Geraldo como Relator e a Senadora Angela Portela como Relatora Revisora. Fazem uso da Palavra o Senador José Pimentel e os Deputados Ságuas Moraes e Pedro Uczai. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinco minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT - CE) – A Medida Provisória nº 714 também tem número na Câmara e no Senado. No Senado falta também um Senador.

Portanto, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 714, de 2016.

No entanto, não temos ainda número para deliberar. Falta um Senador também. Portanto estou suspensando.

(Iniciada às 15 horas e 22 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT - CE) – Medida Provisória 714, de 2016.

Terminou de dar quórum com a assinatura da nossa Deputada Clarisse Garotinho que está grávida e, em nome das mulheres, está aqui.

Portanto, declaro reaberta a reunião destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 714, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa. Informo que foram indicados pelas Lideranças, para Presidente, Senador Hélio José; para Vice-Presidente, Deputado Ságuas Moraes.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleitos, por aclamação, para Presidente o Senador Hélio José e, para Vice-Presidente, o Deputado Ságuas Moraes.

Convido tanto o Senador Hélio José quanto o Deputado Ságuas Moraes para virem à mesa dar continuidade aos trabalhos.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Hélio José, que está aqui ao lado voltando.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com muito prazer acato, nobre Senador Pimentel, a indicação do meu Líder Senador Eunício Oliveira para presidir esta importante Comissão da Medida Provisória nº 714.

Designo como Relator e Relator revisor da Medida Provisória os Srs. Deputados José Geraldo, aqui representado pelo nosso Deputado Ságuas, e a nossa Relatora revisora Senadora Angela Portela, de Roraima.

Antes de encerrarmos os trabalhos, propomos aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, gostaria de ouvir o nosso Deputado Ságuas, que está representando o nosso Deputado José Geraldo.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT) – Como Vice-Presidente desta Medida Provisória, eu estava discutindo no Parlasul uma proposta de extinção do adicional de tarifa aeroportuária. Entendíamos que não seria conveniente a extinção dessa tarifa, uma vez que ela é usada para equipar e reaparelhar os aeroportos regionais do nosso País.

No entanto, agora com essa Medida Provisória, que vem incorporar o Adicional da Tarifa Aeroportuária na tarifa aérea normal.

Desse modo, quero dizer que é importante que isso possa acontecer, porque esse Adicional de Tarifa Aeroportuária acontecia praticamente para voos internacionais e, incorporando-o na tarifa, acaba essa dubiedade que existe nessa questão desse adicional da tarifa, que acaba sendo incorporado na tarifa aérea.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso Vice-Presidente Ságuas Moraes.

Acho que por algum motivo justificável, o Deputado José Geraldo, que é o nosso Relator, não está presente, teve de se retirar. Quero agradecer também ao Líder do Governo no Congresso, o nosso Senador Pimentel. Vamos estar juntos acompanhando todos os trabalhos, discutindo essa importante matéria, como o nobre Deputado Ságuas aqui colocou, que inquieta – não é, Clarissa Garotinho? – praticamente todo mundo que usa avião todos os dias. Há essa confusão de reajuste de passagens. Ao contrário dos Estados Unidos, aqui você chega e vê que tem vaga no avião, que está viajando sozinho, e a passagem triplica de preço porque você precisa viajar na hora; a vaga está disponível, mas a gente não pode viajar. Então, há um monte de questões que a gente tem de discutir aqui. Espero poder contribuir, contar com os nobres Parlamentares para que a gente discuta esse importante tema.

Passo a palavra ao nosso nobre Líder no Congresso Nacional, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Nossa Presidente, Senador Hélio José, nosso vice-presidente, Deputado Ságuas Moraes, eu acredito que a condução dos trabalhos desta medida provisória não poderia estar em melhores mãos, Hélio, do que contigo. Conheço o seu trabalho, você conhece o setor, tem uma atuação muito forte como profissional e servidor público federal nessa área. Não tenho dúvidas de que vamos fazer um bom trabalho.

Eu sei que vamos ter em seguida um plano de trabalho. Nesse plano de trabalho, se pudermos incluir uma avaliação prévia dos sistemas de concessão que já fizemos e o que precisa ser feito para haver melhor serviço público, e, ao mesmo tempo, um diálogo sobre as quatro concessões que estão em andamento na ANAC e nos órgãos de controle, que são os aeroportos de Porto Alegre, o de Curitiba, na verdade, é na cidade ao lado, o de Salvador e o de Fortaleza. Também, como aprovamos, em 2015, uma política de expansão da malha aérea dos aeroportos regionais, com um conjunto de novos marcos, de investimentos, se pudéssemos também fazer um diálogo de como está esse processo, o que precisa ser feito para destravar algumas medidas, de maneira que fizéssemos o debate-fim da medida provisória, que é a parte das tarifas, mas que a gente aproveitasse também o espaço político-institucional e do Congresso Nacional para fazer uma leitura mais detalhada dessa realidade, com o objetivo de oferecer melhores serviços e menores tarifas, que é o objetivo de todos nós. Por isso, Sr. Presidente, no plano de trabalho que virá – sei que você conhece muito o setor –, para fins de enriquecimento do nosso debate, se V. Ex^a e os nobres Pares concordarem, eu gostaria também que a gente pautasse esses itens.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, nobre Senador Pimentel, com muita satisfação.

Daqui a pouco passarei a palavra para o Deputado Pedro Uczai, com muita alegria, meu amigo, meu companheiro, catarinense.

A categoria que trabalha na ANAC e na SAC é a minha categoria, a categoria de analistas de infraestrutura, são os responsáveis pela área técnica dessas duas áreas. A gente sabe da importância do trabalho que lá está sendo prestado, da importância de ouvirmos melhor sobre esse processo de concessão desses aeroportos. Eu mesmo tenho projetos apresentados nesta Casa, um que reserva 10% das vagas aeroportuárias de estacionamento para que as pessoas que vão receber os seus familiares, vão e vêm, possam ter essas vagas garantidas, sem que ninguém tome essas vagas ou que eles tenham de pagar um absurdo! O Presidente Lula garantiu que todo mundo viajasse pelo Brasil de fora a fora com passagem barata, mas o estacionamento está mais caro do que a passagem. Então, isso é um absurdo, a gente não pode admitir que continue esse tipo de situação! Apresentei um projeto no Senado Federal para regulamentar essa área. Com certeza, a gente vai debater esse assunto também.

Há outro assunto que aprovei hoje, na Comissão de Infraestrutura: uma audiência pública para discutirmos exatamente a questão das concessões da Infraero. Esses quatro aeroportos que V. Ex^a coloca são de grande relevância para o nosso país: Santa Catarina, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador, Bahia.

Cheguei do Japão ontem à meia-noite, vendo aquela maravilha da área de construção de civil! Deputado Uczai, a infraestrutura lá é muito avançada. A gente precisa garantir a questão da qualidade, da durabilidade, da segurança e com preços realmente compatíveis para a realização que eu acho que é o nosso objetivo.

Então, nosso Deputado Uczai com a palavra, por favor.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Senador Hélio José, eu o cumprimento, cumprimento o Ságuas, os Senadores e parlamentares, eu só quero fazer dois comentários aqui.

Toda a discussão do PAC aéreo brasileiro, de todo esse programa da aviação civil, é fruto também das próprias transformações que ocorreram de 10 a 15 anos para cá, que permitiram a muitos brasileiros viajarem pela primeira vez de avião. Mas é preciso consolidar esse setor, não só do ponto de vista das empresas, mas também dos usuários e dos usuários que permanentemente utilizam avião sem uma regularidade própria.

Portanto essa medida provisória é fundamental. Hoje está totalmente invertido o sistema de cobrança de tarifas. É a inversão. Quanto mais cheio o avião, tu pagas mais, desde que tu compres quanto mais próximo de embarcar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É uma loucura.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – É uma inversão de tudo. Se há pouca gente no avião, tu pagas mais para bancar a despesa do avião. Quanto mais lotado o avião, mais tu pagas para viajar nesse avião. É uma inversão de tudo.

Então eu quero cumprimentar o Governo e aqui o Congresso, para nós darmos uma contribuição e deixarmos de forma transparente, porque, na questão aérea, grande parte das pessoas que utilizam não tem como planejar o seu voo, diferente de outras. O voo de férias se planeja, mas para a atividade, tanto política quanto econômica ou social, nem sempre há planejamento de uso daquela aeronave tal dia, no mês que vem, tal horário. Não é assim, para uma grande parte dos usuários do transporte aéreo brasileiro. Consequentemente, a gente pune esses que vão utilizar mais vezes a própria aviação civil brasileira.

Então eu quero e tenho absoluta segurança que V. Ex^a, conduzindo a Presidência desta comissão, conhecedor da área, convededor e comprometido com a causa pública, mantendo e consolidando o sistema ele brasileiro, com o PAC, com as empresas, vai fazer o direito do usuário brasileiro seja garantido, o seu direito de saber quanto vai pagar se ele viajar na semana que vem ou na outra e não, na última hora, não saber quanto vai pagar numa passagem aérea. Hoje é a insegurança, e o cartão não chega o suficiente, tu não consegues pagar.... Eu já fui comprar passagem que achava que era R\$500, e foi quase R\$2.000 uma passagem aérea.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É um absurdo.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – É um absurdo. Por isso nós vamos corrigir isso. E V. Ex^a vai conduzir junto com o Ságuas, com maestria, esta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço, Excelência, pelas suas colocações e quero aqui registrar que eu, como vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo, vejo o tanto que essa política pública é fundamental para o nosso País. Exatamente essa questão aeroportuária, que nós vamos discutir, é preponderante para a gente garantir que essa política pública seja mais efetivamente aplicada no nossos Estados e no nosso País. Então a relevância é muito grande. Por isso exatamente que eu agradeci ao Senador Eunício e ao Senador Pimentel e a todas as S.Ex^as aqui presentes pela confiança depositada em fazermos um trabalho conjunto. E a gente tem orgulho de ser servidor público concursado, de defender um Estado atuante, um Estado realmente transparente e que faça as políticas públicas adequadas para atender a nossa população.

Mais algum Parlamentar gostaria de fazer o uso da palavra? (Pausa.)

Não?

Quero agradecer nobre Deputada Clarissa Garotinho, o nobre Deputado Celso Jacob, o nosso querido Senador Pimentel, o nosso Deputado Ságuas, nosso Vice-Presidente aqui, agradeço também o Zé Geraldo que, com certeza, como Relator, vai dar uma grande contribuição.

Não havendo mais nada a tratar quero declarar encerrada esta primeira reunião, já convocando uma segunda reunião para.... Já tem data definida?

Eu tenho uma viagem a trabalho no Panamá, porque sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e da Energia do Parlatino, do dia 6 ao dia 10. Então de quarta-feira a sábado eu não poderei estar aqui no Brasil. Então vamos sentar eu, o Zé Geraldo e o Ságuas e devemos pensar numa nossa próxima reunião, provavelmente depois do dia 10, porque eu vou estar nessa viagem, do dia 6 ao dia 10.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT - CE) – Então, se pudesse marcar já para o dia 12 de abril, que é uma terça-feira, uma reunião de trabalho para se definir o plano de trabalho, as audiências.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É uma boa sugestão. Não havendo nenhuma discordância, ficaria mais ou menos encaminhado para o dia 12 de abril, no mesmo horário aqui, começando às 2 horas da tarde, uma reunião, Ságuas. Aí, a gente conversa com o Zé, já considerando essa sugestão do Senador Pimentel de a gente ouvir essa questão das concessões desses quatro aeroportos, a questão da ANAC, da SAC para a gente discutir. Está bom?

Obrigado, pessoal.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 22 minutos e suspensa às 15 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 51 minutos e encerrada às 16 horas e 06 minutos.)

Fale com o Senado
0800 61 2211

